

O BRASIL NA AMÉRICA
Manoel Bomfim



O BRASIL NA AMÉRICA

Manoel Bomfim

Prefácio: Cecília Costa Junqueira





Os Correios, reconhecidos por prestar serviços postais com qualidade e excelência aos brasileiros, também investem em ações que tenham a cultura como instrumento de inclusão social, por meio da concessão de patrocínios. A atuação da empresa visa, cada vez mais, contribuir para a valorização da memória cultural brasileira, a democratização do acesso à cultura e o fortalecimento da cidadania.

É nesse sentido que os Correios, presentes em todo o território nacional, apoiam, com grande satisfação, projetos da natureza desta Biblioteca Básica Brasileira e ratificam seu compromisso em aproximar os brasileiros das diversas linguagens artísticas e experiências culturais que nascem nas mais diferentes regiões do país.

A empresa incentiva o hábito de ler, que é de fundamental importância para a formação do ser humano. A leitura possibilita enriquecer o vocabulário, obter conhecimento, dinamizar o raciocínio e a interpretação. Assim, os Correios se orgulham em disponibilizar à sociedade o acesso a livros indispensáveis para o conhecimento do Brasil.

Correios



O livro, essa tecnologia conquistada, já demonstrou ter a maior longevidade entre os produtos culturais. No entanto, mais que os suportes físicos, as ideias já demonstraram sobreviver ainda melhor aos anos. Esse é o caso da Biblioteca Básica Brasileira.

Esse projeto cultural e pedagógico idealizado por Darcy Ribeiro teve suas sementes lançadas em 1963, quando foram publicados os primeiros dez volumes de uma coleção essencial para o conhecimento do país. São títulos como *Raízes do Brasil*, *Casa-grande & senzala*, *A formação econômica do Brasil*, *Os sertões* e *Memórias de um sargento de milícias*.

Esse ideal foi retomado com a viabilização da primeira fase da coleção com 50 títulos. Ao todo, 360 mil exemplares serão distribuídos entre as unidades do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, contribuindo para a formação de acervo e para o acesso público e gratuito em cerca de 6.000 bibliotecas. Trata-se de uma iniciativa ousada à qual a Petrobras vem juntar suas forças, colaborando para a compreensão da formação do país, de seu imaginário e de seus ideais, especialmente num momento de grande otimismo e projeção internacional.

Petrobras - Petróleo Brasileiro S. A.



Apresentação	xv
Prefácio – Cecília Costa Junqueira	xvii
Prefácio do Autor	5
Introdução	9
PARTE I – ORIGENS	
Capítulo I – Portugal heroico	17
§ 1º A Ceba	17
§ 2º No mundo antigo	18
§ 3º A Lusitânia	20
§ 4º Os reis políticos dos íberos	24
§ 5º A tenacidade essencial	28
§ 6º O gênio da Nação Portuguesa	31
§ 7º Portugal cria o Império moderno	36
§ 8º Negreiros	39
§ 9º No mar	44
§ 10º Os verdadeiros descobridores	47
Capítulo II – O espanhol e o português	51
§ 11º Diferenças políticas entre os dois povos	51
§ 12º A Espanha federada	54
§ 13º Precocidade política e nacional de Portugal	57
§ 14º Diferenças de caráter	60
§ 15º As facções em Espanha	62
§ 16º Na decadência	66

Capítulo III – Os colonos formadores	69
§ 17º O Português – na Índia e no Brasil	69
§ 18º A colonização estável	75
§ 19º Valor dos primeiros colonos contra os estrangeiros	80
§ 20º O Português em face do indígena	90
§ 21º A política de amizade para com o índio	95
Capítulo IV – O gentio; sua incorporação no Brasil nascente	99
§ 22º Influência geral do índio	99
§ 23º Vestígios na linguagem	103
§ 24º Larga mistura do índio com o colono	109
§ 25º O número do gentio	115
§ 26º Não houve extermínio...	120
§ 27º Vencidos-escravizados	130
§ 28º Menos cruel, para aproveitar melhor	135
§ 29º A alma do índio	137
§ 30º A cordialidade da taba...	143
§ 31º Valor social e econômico do índio	147
§ 32º A Companhia de Jesus para com o gentio	158
§ 33º A limitada influência dos jesuítas na colônia	163
§ 34º O mal que os Jesuítas não puderam fazer	166
Capítulo V – O cruzamento na formação da população brasileira	172
§ 35º Significação biológica do cruzamento	172
§ 36º O sexo – condição de variações; hereditariedade e evolução criadora	175
§ 37º Cruzamentos entre raças humanas distantes	183

§ 38º	Fixidez das raças mestiças	189
§ 39º	Cruzamento de tradições	191
§ 40º	Os novos tipos nas misturas com cruzamento	197
§ 41º	Inferiores... superiores...	199
§ 42º	A inferiorização do Brasil	202
§ 43º	O negro	211

PARTE II

Capítulo VI – Lutas com os franceses	221	
§ 44º	Extensão das tentativas francesas no Brasil	221
§ 45º	A conquista da Paraíba	224
§ 46º	A gente da “terra”	229
§ 47º	O resto do Norte, até o Ceará	231
§ 48º	A França Equinocial	234
§ 49º	A Jornada Milagrosa	239
§ 50º	Albuquerque Maranhão	245

Capítulo VII – Consequências do primeiro desenvolvimento	251	
§ 51º	A tradição antifrancesa	251
§ 52º	Expansão para o Norte	255
§ 53º	Defesa contra os ingleses	261
§ 54º	Defesa do Amazonas contra os holandeses	266
§ 55º	Progressos do Brasil, no século XVI	269

Capítulo VIII – Luta contra os holandeses	274	
§ 56º	Condições gerais	274
§ 57º	A degradação da metrópole	276
§ 58º	O poder das Províncias Unidas	278
§ 59	A tropa se rende... a gente da terra reage	280

§ 60º Os esforços do moribundo	285
§ 61º Até à traição	289
§ 62º Miséria das marinhas de guerra	293
§ 63º O valor militar dos insurgentes	295
§ 64º Patriotismo em heroísmos	300
§ 65º O ânimo pernambucano	305
§ 66º A nacionalidade vencedora	309
§ 67º Vidal e Fernandes Vieira	312
§ 68º O papel do Bragança	321
Capítulo IX – A conquista do continente	331
§ 69º É o Brasil que se expande	331
§ 70º O pioneiro paulista	334
§ 71º Guaíra	340
§ 72º O caminho do ouro	344
§ 73º Goiás... Mato Grosso...	348
§ 74º Pelo Guaporé até o Pará	352
§ 75º Ao Sul...	357
§ 76º Em socorro do Brasil	360
§ 77º No dorso do São Francisco. As minas	362
Capítulo X – O patriotismo brasileiro	365
§ 78º Nacionalização da tradição	365
§ 79º Patriotismo antes da nacionalidade	368
§ 80º Quem fez o grande Brasil?...	371
§ 81º O influxo do Brasil nascente	374
Capítulo XI – Diferenças entre os neoibéricos	381
§ 82º Aspecto geral da colonização espanhola	381
§ 83º Quanto ao índio e os cruzamentos	384

§ 84º Populações em grupos inassimiláveis	390
§ 85º Defesa contra o estrangeiro	393
§ 86º Exploração rural... mineração	394
§ 87º Expansão das colônias; conquista dos sertões	399
§ 88º Localismo, particularismo	403
§ 89º As facções	406
§ 90º O Caudihismo	412
§ 91º Unidade nacional e independência	416
§ 92º A colonização castelhana em face dos jesuítas	426
Conclusão	432
Apêndice	437



A Fundação Darcy Ribeiro realiza, depois de 50 anos, o sonho sonhado pelo professor Darcy Ribeiro, de publicar a Coleção Biblioteca Básica Brasileira – a **BBB**.

A **BBB** foi formulada em 1962, quando Darcy tornou-se o primeiro reitor da Universidade de Brasília – UnB. Foi concebida com o objetivo de proporcionar aos brasileiros um conhecimento mais profundo de sua história e cultura.

Darcy reuniu um brilhante grupo de intelectuais e professores para, juntos, criarem o que seria a universidade do futuro. Era o sonho de uma geração que confiava em si, que reivindicava – como Darcy fez ao longo da vida – o direito de tomar o destino em suas mãos. Dessa entrega generosa nasceu a Universidade de Brasília e, com ela, muitos outros sonhos e projetos, como a **BBB**.

Em 1963, quando ministro da Educação, Darcy Ribeiro viabilizou a publicação dos primeiros 10 volumes da **BBB**, com tiragem de 15.000 coleções, ou seja, 150 mil livros.

A proposta previa a publicação de 9 outras edições com 10 volumes cada, pois a Biblioteca Básica Brasileira seria composta por 100 títulos. A continuidade do programa de edições pela UnB foi inviabilizada devido à truculência política do regime militar.

Com a missão de manter vivos o pensamento e a obra de seu instituidor e, sobretudo, comprometida em dar prosseguimento às suas lutas, a Fundação Darcy Ribeiro retomou a proposta e a atualizou, configurando, assim, uma nova **BBB**.

Aliada aos parceiros Fundação Biblioteca Nacional e Editora UnB, a Fundação Darcy Ribeiro constituiu um comitê editorial que redesenhou o projeto. Com a inclusão de 50 novos títulos,

a Coleção atualmente apresenta 150 obras, totalizando 18 mil coleções, o que perfaz um total de 2.700.000 exemplares, cuja distribuição será gratuita para todas as bibliotecas que integram o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, e ocorrerá ao longo de três anos.

A **BBB** tem como base os temas gerais definidos por Darcy Ribeiro: O Brasil e os brasileiros; Os cronistas da edificação; Cultura popular e cultura erudita; Estudos brasileiros e Criação literária.

Impulsionados pelas utopias do professor Darcy, apresentamos ao Brasil e aos brasileiros, com o apoio dos Correios e da Petrobras, no âmbito da Lei Rouanet, um valioso trabalho de pesquisa, com o desejo de que nos reconheçamos como a Nova Roma, porém melhor, porque lavada em sangue negro, sangue índio, tropical. A Nação Mestiça que se revela ao mundo como uma civilização vocacionada para a alegria, a tolerância e a solidariedade.

Paulo de F. Ribeiro
Presidente
Fundação Darcy Ribeiro

Redescobrimo o Brasil com Manoel Bomfim

Há 80 anos, morria no Rio de Janeiro o médico, psicólogo, pedagogo e historiador Manoel Bomfim. Autor de extensa obra, três anos antes de falecer publicaria este livro fundamental, dedicado a Frei Vicente do Salvador e intitulado do *O Brasil na América – Caracterização da formação brasileira*. Editado inicialmente pela Francisco Alves e, em 1997, pela Topbooks, sua leitura nos permite redescobrir nosso país de forma totalmente nova, devido à originalidade da visão sociológica e histórica de Bomfim, um dos pensadores da chamada condição brasileira ou “brasilidade” mais respeitado pelo antropólogo e educador Darcy Ribeiro.

Enquanto em seu tempo estavam em moda pensamentos pseudocientíficos, altamente elitizantes e racistas – pensamentos estes que na Europa iriam chocar o monstruoso ovo de serpente do nazismo – Bomfim, assim como o havia feito Gilberto Freyre em *Casa grande e senzala*, defende com unhas e dentes a mestiçagem brasileira, destacando sobretudo o papel que o índio teve na formação do povo brasileiro, nos primeiros séculos da colonização. Iconoclasta e simpatizante do marxismo, este analista nada ortodoxo, que misturava sentimentos e fundamentos psicológicos com clara e transparente razão, gostava de derrubar mitos ou conceitos cristalizados pelos historiadores que o haviam precedido. Como, por exemplo, o de que os povos indígenas haviam sido trucidados pelos primeiros ocupantes do solo pátrio.

É claro que houve matança de índios em algumas áreas do imenso território da colônia portuguesa, dividido em capitanias hereditárias e originalmente ocupado por tupinambás, tamoios, tupiniquins, caetés, potiguaras e tabajaras, entre outras tribos. Mas o que houve mesmo, acentua Manoel Bomfim em sua obra capital, foi o cruzamento dos portugueses desbravadores com as índias, cruzamento tão pouco preconceituoso e disseminado que teria resultado no surgimento de uma população mameluca ou cabocla, capaz de ocupar o país ainda selvagem e de defendê-lo bravamente das primeiras invasões estrangeiras, efetuadas por franceses, holandeses e ingleses. Somente os portugueses que haviam aportado aqui no Brasil, nos séculos XVI e XVII, explica ele, não teriam sido em número suficiente para formar uma massa populacional que defendesse vilarejos e povoados costeiros das incursões de piratas ou aventureiros. Em outras palavras, nossa defesa só se fez possível porque teriam surgido os primeiros brasileiros, em sua maioria mestiços. Uma mestiçagem benéfica que seria ainda mais acentuada quando entrassem em cena os escravos trazidos da África, a partir do século XVII e principalmente no século XVIII.

Bomfim é assim, polêmico, revolucionário e também visionário. Já que muitas de suas teses não foram bem entendidas em seu tempo, só tendo sido resgatadas em fins do século XX, após um longo período de esquecimento que envolveria toda a sua obra. Ele não acreditava nos decantados “males de origem” da América Latina. Além de descartar a hipótese de que todos os índios fossem indolentes ou preguiçosos, também defende a bravura e pertinácia dos portugueses que empreenderam os Descobrimentos e considera que para o Brasil foi uma felicidade ter sido colonizado pelos lusitanos em lugar dos espanhóis. Bem mais orgulhosos quanto à sua pureza racial, os espanhóis se preocuparam em se manter totalmente afastados das populações indígenas. E é por isso que os povos da América espanhola são muito menos miscigenados



do que o da ex-colônia portuguesa. Sem querer misturas, os espanhóis entregaram os índios às missões jesuíticas ou “reduções”. Poderiam ser catequizados e aprenderem alguns ofícios, mas que se mantivessem bem distantes do nobre sangue espanhol.

Com isso, o Brasil bem cedo adquiriria uma consciência de unidade nacional, ao contrário da América espanhola, que ficaria toda ela fracionada. O prematuro sentimento de pátria ou nação da população miscigenada brasileira possibilitaria a expulsão dos franceses, no Rio de Janeiro, e também a dos holandeses, no Nordeste, mesmo sem apoio militar significativo do Portugal restaurado. E também a epopeia de expansão territorial, empreendida pelos paulistas com o auxílio de indígenas, teria sido, a seu ver, realizada a partir desse nascente sentimento de brasilidade. Ou seja, teve origem na vontade indômita do povo recém-formado de ampliar seus horizontes, desrespeitando a linha do Tratado de Tordesilhas, que havia beneficiado mais a Espanha do que Portugal.

E muito mais existe dentro deste livro. Muito mais a aprender e pensar sobre o Brasil, sua formação, suas raízes. Com o auxílio de Manoel Bomfim, aprendemos a respeitar a grandeza de homens como Jerônimo Albuquerque Maranhão, Martim Soares Moreno, Duarte Coelho, Vidal Negreiros, Camarão, Bento Maciel, os irmãos Paes Leme e Antônio Raposo. Entendemos melhor as duas Batalhas de Guararapes e o papel desbravador das entradas e bandeiras, que ocuparam muitas terras que teriam ficado sob o domínio de Castela não fosse o espírito empreendedor dos paulistas mestiços. Passaremos, por outro lado, a aceitar com um pouco mais de compreensão a destruição das repúblicas de Guaranis, pré-socialistas, por constituírem uma premeditada cunha de ocupação espanhola em território português.

Lendo Manoel Bomfim, ficaremos a nos lamentar menos de não termos sido colonizados por ingleses, como os americanos, e daremos mais valor à heroicidade de nossa própria colonização.





Assim como compreenderemos melhor as diferenças entre a América espanhola e a portuguesa. Pois Bomfim nos ensina que o ouro e a prata foram uma perdição para os povos colonizados pelos espanhóis, meramente exploradores, predatórios, usufruidores de riquezas, enquanto que, só produzindo açúcar, tivemos que nos tornar uma nação agrícola bem cedo, o que teria nos propiciado, nos primórdios da ocupação portuguesa, um desenvolvimento mais enraizado e homogêneo. Até que entrasse em cena também no Brasil o ouro e a egoísta exploração realizada por meio das pesadas taxas impostas pelos perdulários Braganças, reis de um Portugal já bem menos ousado e mais decadente do que aquele que enfrentou com audácia, e também conhecimento técnico (mapas, astrolábios, cartas de navegação, etc.), o sinistro mar, dominado por Hidras e Gigantes Adamastores.

O autor de *O Brasil na América* tem tanta raiva dos Braganças da Restauração, os soberanos que vieram após o domínio de Fernando e Isabel de Castela (1580-1640), que os chama de “imbecis” várias vezes, ao longo de sua narrativa. Sua raiva se estende até D. João VI e D. Pedro I. Do seu ponto de vista, foi um desastre a vinda da corte para o Brasil em 1808, assim como a independência efetivada pelo jovem príncipe português, pois estes dois acontecimentos históricos teriam atrasado a chegada da República no Brasil. Neste ponto, ele considera que os países que haviam sido dominados pelos espanhóis foram privilegiados, já que, ao se separarem da Espanha ocupada por Luciano Bonaparte, durante os idos de Napoleão, fizeram sua independência com a criação imediata do regime republicano, enquanto que nós ainda nos mantivemos presos à dinastia dos Braganças por mais 80 anos (levando em consideração que o movimento emancipatório na América espanhola teria se iniciado em 1808).

Outra ideia polêmica, essa que mantinha a respeito da vinda da corte portuguesa ou da fuga de D. João VI. Nem todo mundo,



hoje, concordaria com ele, já que a chamada “covardia” de D. João anda merecendo revisões e releituras. Mas seu livro é bom por isso mesmo. Ele não nos concede uma história de datas e eventos, mas uma história de pensamento, análise personalizada. Podemos concordar com suas afirmações ou não. Mas com certeza ao fim do seu livro passaremos a pensar o Brasil de forma diferente. E ficaremos mais dispostos a não aceitar as lições de histórias em querer ter nosso próprio julgamento. Esta é, aliás, a principal tarefa de um educador, o que também o historiador Manoel Bomfim era, ou talvez até o fosse principalmente. Seu objetivo, ao escrever livros didáticos (escreveu vários, muitas vezes conjuntamente com seu amigo Olavo Bilac) e obras históricas era fazer com seus leitores – ou seus alunos – procurassem suas próprias respostas. Pensassem a formação brasileira de forma consciente, menos pejorativa, preconceituosa ou denegridora. Já que nem tudo o que nos aconteceu durante a colonização foi ruim, muito pelo contrário.

Nascido em Aracaju (Sergipe), em 8 de agosto de 1868, Manoel Bomfim foi ser psicólogo, educador e historiador por um mero acaso. Mais precisamente, por um triste incidente em sua vida. Aos 17 anos saiu de sua terra natal e foi para a Bahia para se formar em medicina. Concluiu o curso de medicina já no Rio, com a tese *Das Nefrites*. Casou-se com Natividade Aurora de Oliveira e se mudou para Mococa, no interior de São Paulo, para trabalhar como médico. Teve dois filhos, Anibal e Maria. Tragicamente, Maria morreu com apenas um ano e dez meses. Sem ter conseguido salvar a filha, Bomfim se desiluiu da medicina. E foi assim que o Brasil ganhou um dos seus maiores historiadores e educadores, pois a partir de 1894, quando regressou para o Rio, o intelectual sergipano decidiu se dedicar a estudos sociais e educação, passando a escrever artigos para jornais, a dar aulas particulares e a revisar provas tipográficas.

Em 25 de junho de 1896, a convite do prefeito do Rio de Janeiro, Francisco Furquim Werneck de Almeida, Bomfim assumiu o cargo de subdiretor do Pedagogium, órgão público que tinha a função de coordenar e controlar as atividades pedagógicas do país, funcionando como um centro de reformas e melhorias no ensino. Menos de um ano depois, em março de 1897, Bomfim era guindado à direção-geral da instituição.

À frente do Pedagogium e dando aulas, o médico que se transformou em apaixonado pedagogo descobriria a triste realidade da educação brasileira, e passaria a ter como meta principal em sua vida lutar pelo aperfeiçoamento do ensino público e pesquisar as razões de seu atraso. De sua pesquisa e dedicação, nasceriam vários livros, de cunho historiográfico e sociológico, de extrema relevância para se poder interpretar o passado brasileiro e melhor se municiar para enfrentar os entraves futuros, e mesmo os atuais, já que a educação, objeto de inúmeras políticas malsucedidas, continua sendo um calcanhar de Aquiles do desenvolvimento de nosso país. Entre suas obras fundamentais, além deste *O Brasil na América*, destacam-se *O Brasil na História*; *América Latina: males de origem*; *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira*, e *Cultura e educação do povo brasileiro*. Estudioso de psicologia e da linguagem, o escritor sergipano também redigiria vários títulos sobre o tema, como *O fato psíquico*, *Noções de Psicologia*, *Pensar e dizer: estudos do símbolo e do pensamento*, e *Métodos do teste: com aplicações à linguagem do ensino primário*.

Sua atividade no magistério o levaria, por outro lado, a escrever diversos livros didáticos, destinados ao curso primário e ao ensino médio, como *Compêndio de Zoologia geral*; *Lições e leituras para o primeiro ano*; *Lições e leituras: livro do mestre*; e *Crianças e homens*. Com Olavo Bilac, escreveria obras didáticas que influenciariam a formação de várias gerações de brasileiros, podendo ser citadas as seguintes: *Livro de composição para o curso complementar das escolas*

primárias; Livro de leitura para o curso complementar das escolas primárias e Através do Brasil, livro de leitura para o curso médio.

Falecido no Rio em 1932, aos 64 anos, e por muito tempo tendo sido deixado no mais completo e injusto olvido, Manoel Bomfim, seu amor pelo Brasil, sua dedicação ao ensino e seu pensamento revolucionário têm sido redescobertos desde as últimas décadas do século XX, para a felicidade de todos nós, brasileiros, que estamos sempre a precisar de intérpretes originais de nossa formação para melhor nos entendermos.

CECÍLIA COSTA JUNQUEIRA É JORNALISTA E MESTRE EM LITERATURA BRASILEIRA PELA UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO.



O BRASIL NA AMÉRICA
Manoel Bomfim





*À memória de
Frei Vicente do Salvador
primeiro definidor da tradição brasileira*





Quando me pareceu que já compreendia a condição do Brasil, e podia dar eficazmente um pouco de minha alma para a realização dos seus destinos, deixei, em páginas saídas do coração, o como me sentia brasileiro, e o que se me afigurava indispensável para a realização bem humana desta pátria. Quem leu *A América Latina* terá reconhecido que, enunciados aqueles conceitos, o mesmo critério se deveria aplicar à apreciação especial das condições próprias à formação da Nação Brasileira, e exclusivas dela: verificado o que é comum, torna-se indispensável destacar o que possa distinguir o Brasil entre os outros neoibéricos. Dá-se, porém, que, na mesma conjuntura, o brasileiro podia nutrir esta ambição: em vez de simples crítico, ser um auxiliar dos que tomaram a si conduzir a nação.

Destarte, frooram-se muitos anos, dados a esse intuito, hoje abandonado, tanto por incapacidade, como por ineficiência de ajuste ao mundo dos dirigentes. E o crítico de *A América Latina* tem de resignar-se a ser o mero conferidor de fatos.

Compreende-se, pois, que nestas páginas de agora se encontre, apenas, o desenvolvimento de conceitos patentes no outro livro. Não há modificação de sentimentos, nem novidade de pensamento. Notar-se-á, pois é fatal, a queda da expressão, arrastada na velhice: vinte e três anos de intervalo, e, ainda, a diferença que vai – da voz em plena confiança, nutrida de todas as esperanças, e



a que se quebra na desilusão, e se distimbrava a ranger nas roscas de uma experiência que é o espetáculo da vida pública deste Brasil, de 1903 para cá.

Fé, na solidez de crenças, teve que ceder, quando tudo abatia, tudo do que é indispensável à dignidade política e à grandeza moral de uma nação. No fim, e para não desesperar do destino deste povo, houve que levar os olhos para a remota história do Brasil em formação, quando as suas virtudes se pronunciaram. Não foi preciso, então, sair da confortante confiança: o nascer das tradições brasileiras, com os lances em que a nacionalidade se revelou e afirmou, sendo a realidade de ontem, vale, no entanto, por uma “idade heroica”, em manifestação de valor pátrio capaz de fazer o orgulho de qualquer povo.

Sim: a história colonial do Brasil, até o momento em que a colônia já é uma pátria, é a mais caracterizadamente nacionalizante, e mais educadora, de quantas enfrontam nações americanas. Isto mesmo se verificará nestes capítulos, em método de evidência – sobre os fatos. Por isso, para destacar-lhes a feição geral, o pensamento não se perderá nos desvãos da erudição, nem dispensará energias para efeitos somente literários. Lógico de humanidade, sem preconceitos contra a causalidade histórica e social, esse pensamento chegará às legítimas conclusões de justiça, sem recuar de nenhuma verdade, sem temer palavras, desde que tanto seja preciso aos interesses sãos do povo brasileiro. A história desses dias longínquos, a cujas tradições nos acolhemos, será a montanha em beleza, altura que nos protegerá contra as emanações do paul em que nos encontramos. Lá em cima, com o anunciar da nacionalidade, gira um sopro de vivificante aurora: purifiquemo-nos, reanimemos nele. As páginas assim temperadas sentem apaixonadas, nessa paixão que só é exaltação para mais intensidade da ideia, mais intrépida limpidez do juízo, pois é paixão que ilumina e fortalece.





Como estranhar que haja aqui, sobrenadando em toda expressão, um ânimo nacional?... Brasileiro... Brasil...! Por que não no amar, constante, bem explicitamente, dolorosa, ou voluptuosamente, como à essência de mim mesmo, e à vida a que me apego?... Chamem-me – latino, ocidental... O que me está na voz percebida e entendida será isto mesmo, pois que só traduz insuficiência de expressão, para uma mentalidade e um tom de sentimento, jamais encontrados nas muitas páginas que li, e nas gentes estranhas com quem tratei. De fato, procurei nutrir o espírito e ter matéria de pensamento a par do meu século; camadas e camadas se depositaram, assim, sobre a mente primitiva. Mas, quando me vem o momento de pensar pensamento realmente meu, e, sobretudo, quando me fala o recôndito sentimento, encontro-me com o nódulo do meu ser, fórmula de mim mesmo, em que me reconheço desde que se me iluminou a consciência; a alma banalmente simples, e, por isso, intensa e livre, a mesma em que vivi a vida sincera e estuante de ontem, única – inteira e completa, de quando afrontava a experiência na solidez de perfeita unidade espiritual.

A ascendência de pensamentos nutridos de filosofia exótica, os mil influxos da instrução em teorias vindas de toda parte, quebraram-me essa unidade de antanho, Mas, por isso que ela é, apenas, um passado, amo-a desassombadamente, com a paixão da saudade. Amo-a conscientemente, num desafogo necessário: para sentir, ainda, alguma coisa dessa coesão íntima, e que é a mais forte e elevada sensação sobre a terra. As próprias dores se fundem no caráter, dando-lhe feição e veemência.

Ora, essa unidade, em que me reconheço, é aquilo mesmo que, na consciência, reflete a singela tradição nacional dos meus dias de infância e de adolescência. Nem são outros os motivos próprios que me ressoam n'alma, como tons essenciais do sentir. É como quando evoco as substanciais imagens da vida ambiente, essas mesmas que, dando a base da primeira representação do



mundo, são bastantes para o coração e o pensamento pessoal: evoco-as, e logo me acodem as comovidas visões de tabuleiros e canaviais, as longas praias rentes, a orla dos cômoros e cajueiros, no fundo do coqueiral. A experiência em que se me completou a vida, esclarecendo-a, quebrou-lhe a unidade primitiva, singela, daqueles dias; recortou-a, turbando coerências... Mas, não poderia tocar no que é primeiro sentimento pessoal, aurora de afetos a invadir-nos; o sentir coeso e vivaz em torno da tradição que nos recebe, eco perene na consciência, influxo que não morre, nem esmorece, pois que alcançou a alma toda, e já faz parte dela.

Tudo se resumiria em avisar: estas páginas são de brasileiro, em sincera afirmação de nacionalidade.

• • •

Este livro começa uma série – três, aplicada à apreciação das condições feitas à Nação Brasileira. Um mesmo pensamento geral, em desenvolvimentos perfeitamente distintos: caracterização da formação nacional brasileira; causas que turbaram o prosseguir da nacionalidade, como sejam ataques sistemáticos à tradição já definida, efeitos da degradação e degeneração da metrópole, reagindo sobre a colônia em – lesões diretas e contaminação pútrida; finalmente, expressão, na vida da nação soberana, desses persistentes motivos – “turbação, lesão, contaminação”, até à condição atual. Como se vê, são coisas que se completam como objeto, mas têm unidade própria, e intuítos especiais.

Rio de Janeiro, julho de 1925
(Dado à impressão em setembro de 1927)

Nós outros – argentinos, peruanos, brasileiros, chilenos... que somos dos chamados *latino-americanos*, nunca pensamos em *América Latina*. Para os nossos conceitos de realidades, no simples positivo das relações comuns, ou como convergência de qualquer ação imediata, tal unidade não existe. Consideramos, apenas, cada um dos povos com que os dissertadores formaram o latinismo da América. O mesmo acontece a qualquer estrangeiro que aqui tenha feito vida conosco: falará de – Venezuela, Paraguai, México, Nicarágua... mas nunca sentirá a necessidade de concentrar o espírito nesse conceito – *América Latina*. Em compensação, todos que não nos conhecem, se fazedores de teorias, com língua em coisas sociais, históricas, ou políticas, não falham no repetir de enfáticos e pueris preconceitos acerca da irreal unidade – América Latina.

Mas, finalmente, a que se aplica tal apelativo?

Na substância dos fatos, existem diversas nações americanas, umas de origem inglesa, com formação muito própria, na tradição dos costumes políticos originários, como existem nações provindas da colonização espanhola, ao lado do Brasil, formado por Portugal. Há parentesco entre espanhóis e portugueses; houve necessidades comuns às duas metrópoles, e processos análogos de colonização, resultando, de tudo isto, uma qual aproximação de caracteres nos povos neoibéricos. E é tudo, pois que, após todo

desenvolvimento definidor, há mais diferenças entre a Nação Brasileira e essas em que deram os vice-reinados castelhanos, do que entre as mesmas nações colonizadoras – Espanha e Portugal. Note-se, ainda; se aproximamos chilenos de guatemalenses, mexicanos de argentinos, cubanos de paraguaios... nuns e noutros, encontramos, já, caracteres nacionais específicos, separando-os em povos bem distintos. García Calderón, quando estuda *As democracias latinas da América*, tem o intuito bem explícito de acentuar e valorizar o que haja de comum nessas mesmas democracias. O seu trabalho aplica-se notadamente à unidade dessa América Latina; no entanto, ao considerar especialmente a mesma unidade, ele teve de reconhecer que, “em um século de desenvolvimento político isolado, sob a influência do clima e do território, formaram-se caracteres divergentes, nas nações da América...”. E, passa a destacar as linhas em que se definem tais divergências; “... México... Colômbia... a rudeza do chileno, em contraste com a rica imaginação dos brasileiros... a Argentina, de um povo comercial... a Bolívia astuciosa, povo lento e prático... Uns, práticos, governados por plutocracias ativas; outros senhores...”.¹ Outro neocastelhano, Ramos Mejía, argentino, dá um longo capítulo da sua excelente obra, *El federalismo argentino*, para demonstrar que a colonização espanhola, “de um povo particularista por temperamento”, deu lugar a colônias desagregadas, distintas, inassimiláveis entre si, divergentes, em constantes oposições íntimas; “... en el Perú distinto del Chile; el argentino distinto del ambos: del de todo el resto de la América, podíamos decir...”.²

1 *Les Democraties Latines de l’Amérique*, p. 311. García Calderón é peruano; o seu livro foi feito para a conhecida *Biblioteca de Filosofía Científica*, francesa, e mereceu prefácio do importante político, depois chefe da nação francesa, R. Poincaré.

2 P. 101.



Expressão de tanto uso, essa América Latina deve servir, sensatamente, para designação geográfica – do grupo de nações formadas por ibéricos, num regime colonial de subordinação e dependência imediata, e que logo se degradou em parasitismo, despótico, antiprogressista. No mais, é designação nula, própria somente para a tecnologia fútil dos que, aceitando a divisão fácil do Ocidente em – *latinos, germânicos, eslavos...* voltados para este lado, concluem que deve haver uma América Latina, para contrapor-se à América Inglesa. Assim se gerou a noção – facilidade na ignorância, mas que se firmou, porque tem expressão sonoramente empática, nítida, bem destacável na erudição pretensiosa, fácil ao manejo das sociologias curtas, em que são maltratados e aviltados os crioulos destas bandas. O norte-americano é ainda mais explícito e cartográfico; as suas sentenças falam peremptoriamente de *South-America*, para o implícito contraste com a sua *North...* Console-nos a certeza de nenhum povo, dos que se intrometem na vida dos outros, a fossar riqueza, conhece-nos menos do que o da grande República.

Não pareça contradição entre estas afirmações, de agora, e o espírito em que foi compreendido o livro – *A América Latina*, de que este é desenvolvimento necessário. O motivo principal naquelas páginas era responder aos que, aplicando-nos o epíteto geral – *latino-americanos*, pretendem que somos, por isso mesmo, povos inferiores, condenados à agitação facciosa de um barbarismo estéril e desinteressante para o resto do mundo. Acusados e vilipendiados nessa rubrica, era indispensável tomá-la, e inscrevê-la no frontispício da obra dedicada especialmente ao assunto, para demonstrar – que os fatos apontados como índice de irremissível degradação geral, esses mesmos em que se identificam os chamados latino-americanos, são, tão-somente, conseqüências necessárias das condições de formação colonial, lastimáveis, sim, mas perfeitamente elimináveis, já eliminados, em grande parte,



no curso da vida independente de algumas nações. Não podia ser outro o título do livro destinado a esse fim; mas, adotá-lo não significa admitir que os povos neocastelhanos restassem indiferenciados, nem deixa supor que, por estar incluído na América Latina, o Brasil deixe de ter caráter nacional, e destinos próprios. Pelo contrário: logo ali, houve que acentuar distinções essenciais, entre a Nação Brasileira e os outros povos neoibéricos. E é por assinalar explicitamente todas essas distinções, que o trabalho de agora se faz como desenvolvimento do livro de então. Tornava-se necessário, mesmo, levantar esse tratamento quase infamante, para mostrar, justamente, que ele só é adaptado, e assim repellido, porque dissertadores fáceis nos julgam sem que nos conheçam. Por ignorância e má vontade, eles criaram e mantêm o conceito em que nos confundem, a todos, como se fôramos povos que apenas se diferenciavam nessas qualidades más, ou negativas, tidas como características dos latino-americanos.

O mais lastimável, em tudo isto, é que nós mesmos – chilenos, mexicanos, ou brasileiros... de tanto encontrar o conceito, na nitidez e simplicidade dos termos, acabaremos admitindo que deve existir uma América Latina, no sentido dos que, com esse epíteto, nos condenam; isto é, chegaremos a pensar – que sofremos de inferioridade essencial, um qual pecado original étnico, e que nos faz irremissivelmente degradados, todos num mesmo destino. Ora, devemos reagir contra tais efeitos, reagir, sobretudo em nós mesmos, compreendendo bem toda a extensão dos defeitos de que realmente sofremos, analisando-os objetivamente, buscando-lhes cuidadosamente as origens, que são, com as tradições coloniais dos povos metrópoles, as condições mesmas da formação nacional. Por aí, verificaremos que tudo se resume em males necessariamente curáveis, transitórios, efeitos que prontamente se dissiparão, se conscientemente os acusamos, se sinceramente procuramos curá-los. E, por isso: porque somos um povo que



desde logo se caracterizou em nacionalidade, todos esses males de que nos lastimamos devem definir-se no que tenham de específico, inerente ao que há de particular e próprio na formação e nos motivos nacionais.

• • •

Na realidade, viemos dessas origens – Ibéria-Portugal, onde, desde cedo, este se afirmou como nacionalidade distinta, divergente do que veio a ser Castela. Então, bem ao contrário dos que pretendem conhecer-nos nessa homogeneidade – latino-americana, temos de admitir que, aqui, nos ramos transplantados com as respectivas colônias, há maior diferença, e mais acentuada divergência, do que entre as duas metrópoles. Viemos de Portugal – já destacado do resto das Espanhas; e tanta coisa tem intervindo, durante os quatro séculos da nossa história, tantas transmutações de estímulos e energias na formação da nacionalidade, que, em verdade, hoje se notam mais diferenças entre os outros neoibéricos e os brasileiros, que entre belgas e franceses, ou, mesmo, entre holandeses e prussianos. Para que a distribuição das *Américas* tivesse lógica, fora preciso distinguir três, em vez de duas: a castelhana, a portuguesa e a inglesa. Referindo-se à Europa, os dissertadores nunca falam de Ibéria, nem como simples expressão geográfica; no entanto, na vastidão desta América, apesar do seu desdobramento em nações, eles têm como uniformizado e típico o diluídíssimo – latinismo-americano.

Sem pretender sair das origens ibéricas, o Brasil tem, a afeiçoar-lhe o caráter, uma história colonial inteiramente outra, e onde predominaram motivos exclusivamente seus, muitas vezes, até antagônicos daqueles em que se conduzia a formação dos neocastelhanos. Três séculos num viver acentuadamente diferente produziram um caráter nacional de perfeita utilidade, nitidamente diverso. E, com isto, uma situação étnica específica – de acentuada mistura, como não poderia existir nas colônias travadas em





preconceitos de raça. Lembremo-nos que o Brasil é a nação saída daquela colônia que, já na energia dos brasileiros, resistiu a franceses, e, sobretudo, a holandeses, para conservar unidade de origem e de consciência; a colônia que, na intrepidez aventureira dos seus bandeirantes, se expandiu por todo o coração do continente. Por tudo isto, a história colonial do Brasil é única, feita numa tal afirmação de energia patriótica, da parte dos brasileiros, que, sem favor, já se pode estimar como o gênio próprio desta nação. Dada a realidade dos fastos do primeiro século brasileiro, fora absurdo que a história deles não influísse nos destinos definitivos do povo que assim se anunciou. A colônia Brasil foi a única a resistir com os seus próprios recursos a invasores estrangeiros; foi a única a crescer pelos seus próprios meios; foi a primeira a apresentar uma nova sociedade, saída da colonização, mas distinta dos colonos propriamente ditos. Tudo isto devia ter, como de fato o teve, forte significação no caráter da nova nacionalidade, e nos seus modos de reagir contra a miséria dos processos da metrópole.

Destarte, é legítimo e indispensável, a quem se interesse pelos destinos desta pátria, procurar conscienciosamente os seus antecedentes históricos, esclarecê-los e apreciá-los na confirmação das qualidades que finalmente nos ficaram, e dos fastos que já são nossos, tudo isto para o fim bem explícito de reconhecer, nas influências históricas, as constantes malélicas, e curar, desviar e evitar tudo que já tem sido nocivo, ou ainda o será. Então, cada objeto nomeado terá que ser apreciado e classificado na ordenação dos nossos motivos nacionais. O Brasil, como agrupamento-povo, não poderia ser considerado simples soma de elementos étnicos, estimados isoladamente: o português – A, o negro – B, o índio – C... para chegar ao tipo apenas composto A-B-C. No povo brasileiro encontram-se essas três raças, diferentes, muito diferentes, mesmo. A constatação de tais origens, em qualidades e em tom de civilização, como origens dispersas, seria banalidade,



repetida sem outra significação além da tecnologia, pois o que tem interesse não é a fútil resenha antropológica, e a corriqueira enumeração de caracteres etnográficos, mas a boa compreensão do modo segundo o qual aqui se encontram os elementos formadores da nação, até que logicamente se defina o feitio histórico da mesma formação. É isto o que faz valer cada uma das qualidades elementares das raças misturadas, e dá a fórmula geral da combinação nacional, resultante da mistura. Ninguém admitiria, hoje, essa bacharelise que se alça em sociologia, e, para explicar e caracterizar a literatura brasileira, anda a catar motivos, na produção anônima, ou nas obras individuais, para apontar: isto é do *negro*, e tal é do *índio*, ou do *português*, sem conseguir reconhecer o que haja de novo e de próprio no gênio brasileiro. Tais dissertadores discorrem como se fora possível que tradições se encontrassem, conservando-se impermeáveis entre si, sem reciprocidade de influxos, sem consequências na vida social e intelectual que se originou desse encontro. Ora, em vez disto, todos o sabemos: mais do que os sangues, caldeiam-se as tradições, logo que raças diferentes se encontram. Combinam-se as qualidades de espírito, e completam-se as respectivas manifestações, numa expressão vivamente nova e original. O efeito do monoteísmo judaico sobre as civilizações do Ocidente não foi a simples mistura, onde se distinguissem parcelas de arianismo justapostas ao semitismo; mas a novidade empolgante, regenerada, vivificante e fecunda do cristianismo, síntese das inspirações morais anteriores, original e poderosa porque era uma síntese em que se apuravam as tradições combinadas.

Destarte, sem perder atenção em reproduzir serôdias descrições de raças, tivemos de considerar os aspectos realmente constantes da formação brasileira, e que lhe deram caráter.

PARTE I
ORIGENS

§ 1º A Cepa

A nação portuguesa se fez com uma gente que, pelo seu valor primeiro, merecia fortuna e glória bem acima do que lhe é dado hoje. No entanto, o mesmo destino que a levou à grandeza condenou-a à decadência... Mas, energias não se destroem: transmutam-se, propagam-se. As virtudes germes na história de Portugal, e que fizeram daquele recanto uma pátria distinta, indestrutível e inconfundível no conjunto da Ibéria atual – essas virtudes, nós as encontramos, como forças essenciais, no germinar deste Brasil; delas se fazem as qualidades que nos distinguem entre as outras nações americanas. O que deu caráter à nação portuguesa são motivos espirituais, que só existem para a história, e só por ela se explicam. Isto, porém, não lhes tira o valor: na formação das tradições, para o definir das nacionalidades, tudo se resolve em diferenciações históricas. Raça, clima, religião, língua... ficam sem valor, se não há, nos motivos d'alma do grupo, estímulos sociais e morais que exijam afirmações próprias, e determinem, com isto, um destino nacional distinto, que será – a *história de um povo*. De outro modo, não haveria Suíça, Holanda, Bélgica... São nações que existem, exclusivamente, pela história, e, no entanto, bem diferenciadas e caracterizadas na tradição. Tal aconteceu a Portugal, em contraste com o resto da Ibéria.

Assim entendido, nem seria preciso desenterrar os celtiberos de Estrabão, ou relembrar os façanhudos lusitanos, com o

respectivo Viriato. O que nos interessa, como bastante referência, é esse povo-nação, que emergiu da Média-Idade espanhola, complicada de sarracenos, e que, destacando-se de Leão-Castela, teve forças para afirmar existência própria, na realização de um portentoso destino nacional. No organizar do mundo moderno, Portugal tem feitio *diverso*, bem seu: o diverso do ramo que se destaca, despegando-se definitivamente. Só, atira-se a uma empresa que é a integralização do planeta na civilização. Bastaria essa afirmação de grandeza nacional, numa história própria, para individualizar Portugal entre os povos europeus. Fora ilógico, no entanto, desprezar o passado – a história da Ibéria, e, sobretudo, o valor dessa Lusitânia, distinta desde que o seu nome se registrou, ao contato dos grandes povos civilizados; essa Lusitânia que se caracterizava, notadamente, pelas mesmas qualidades, exaltadas, depois, nos Portugueses. O Portugal que aí existe gerou-se no Norte, e essa formação, quase artificial, é puramente histórica. Os próprios movimentos de iniciação fazem bipartir-se a Galiza, cujo nome lhe fica; mas irresistível atavismo traz Portugal, para completar-se e caracterizar-se na pátria dos Lusitanos. Com alterações necessárias, refazem-se os limites da antiga província romana; refazem-se também motivos d'alma em que se distinguiram esses antepassados. Tais motivos são os mesmos estímulos que, em novas formas, para novos fins, animam o Portugal de cuja expansão deriva a Nação Brasileira. O desenvolvimento de tais estímulos e energias é que dá feitio específico à nossa formação, e explica, em grande parte, a posição histórica do Brasil, em contraste com as outras colônias ibéricas. Quais são essas características – em que se define o Brasil nascente?

§ 2º No mundo antigo

Galegos, ou lusitanos, não perdem os portugueses a qualidade genérica – as virtudes comuns aos iberos, e o mais que decorre da



sua história desde que Roma intervém na vida do Ocidente. Vigor de ânimo, energia de combatentes indomáveis contra o domínio estrangeiro, formam o fundo,³ de virtudes comuns. Para o cartaginês, a Ibéria foi o aliado natural; Roma, vencendo-a, juntou-a à sua história como *província*, e, não, como conquista, abatendo o Império Romano, o bárbaro germano foi até ali; mas não conseguiu instituir a essência mesma do seu domínio – o feudalismo.⁴ Mais possuída pela educação latina do que as Gálias, a Espanha mantém, sob a conquista visigoda, a integridade da sua vida comunal, apurada na época romana, e daí resulta que o Império é coisa sem base, tão frágil que se abate ao primeiro ataque do sarraceno. Então, não é o espanhol o vencido, senão a espúria organização política dos germanos. Apesar de cristã, sempre cristã, uma vez dissipado o poder de Roma, por si, a Ibéria preferiu, ao feudalismo bárbaro, a política liberal do árabe. O caráter sobranceiro do espanhol diz melhor com o cavalheirismo tolerante dos homens do califado, do que com a hierarquia imposta pelo aristocracismo arrogante dos vândalos, godos e suevos. Em verdade, o domínio germânico em nada adiantou para a conformação política da Ibéria, cujo segundo educador foi o árabe, que trouxe para ali todo o progresso que em suas mãos se condensava. Com isto, deu-se que a península não conheceu o negror da média-idade, e foi, naqueles

3 “Sagunto se defendeu (contra os romanos) como se sabem defender as cidades espanholas...” tal o conceito definitivo de Mommsen (*Hist. Romana*, L. 3^o, cap. IV – p. 10). Sertório, que foi o primeiro latinizador da Ibéria, fez o melhor da sua obra com os lusitanos, entre os quais viveu, ali. Mandava ensinar, nos institutos que fundou, letras latinas e gregas, mesmo porque aquelas não bastavam para uma completa instrução, naquele tempo. Foram os resultados por ele obtidos que levaram César a adotar definitivamente, para as províncias, o programa de C. Grachus – latinizar as populações conquistadas, em vez de exterminá-las, ou simplesmente dominá-las. (Mommsen, ob. cit., L. 4.^o, caps. I e XI.)

4 “O feudalismo não é na Espanha uma instituição nacional, e o espírito dos reis godos cede à influência ibérica... As classes sociais não se superpõem em ordem rigorosa; as cidades adquirem franquias; formam-se senhorias plebeias.” (Altamira, *Hist. de España*, p. 229.)



dias, a parte mais culta e próspera da Europa: “Del siglo VIII al XV se fundaba y se desarrollava la más elevada y opulenta civilización de Europa. Mientras los pueblos del Norte diezimabanse en guerras religiosas y vivian en una barbaria de tribu, la población de España se elevaba a más de treinta millones, revolviendose y amansandose en ella todas las creencias, con una infinita variedad, engendradora de poderosas vibraciones sociales, semejante a la del moderno pueblo americano... Y en esta fecunda amalgama de pueblos y razas entraban todas las ideas, costumbres y descubrimientos conocidos hasta entonces en la tierra; todas las artes, ciencias, industrias inventos y cultivos de las antiguas civilizaciones, brotando del choque nuevos descubrimientos y creadoras energias... Com ellos tambien, el algebra, la alquimia, la química, la medecina, la cosmologia y la poesia rimada... Nacia el espiritu caballeresco entre los árabes españoles, apropiándoselo después los guerreros del Norte, como si fuese una qualidad de los pueblos cristianos. Mientras en la Europa bárbara de los francos, los anglo-normandos y los germanos, el pueblo vivia en chozas y los reyes y barones anidaban en castillos de roca ennegrecidos por las hogueras, comidos por los parasitos, vestidos de estameña y alimentados como los hombres prehistoricos, los árabes españoles levantaban sus fantásticos alcázares, y como los refinados de la antigua Roma, reunianse en los baños para conversar sobre cuestiones científicas o literárias”.⁵

§ 3º A Lusitânia

Ao longo de todo esse passado, distinguiam-se perfeitamente os que vieram a ser o Portugal histórico. Foi na resistência aos romanos que os lusitanos se tornaram famosos, incorporando-se

5 Blasco Ibañez – *La Catedral*, p. 182.

definitivamente à história do mundo antigo. De modo geral, o poder de Roma foi sempre menos sensível no Oeste do que no Leste da Península Ibérica. No primeiro século de ação, ali, verifica-se o Mommsen, limitavam-se os romanos a conter as incursões dos lusitanos sobre a Espanha citerior; na parte ocidental, o domínio era puramente nominal; nem havia contato com os celtiberos do Nordeste (galegos). E foi no esforço contra as reações dos lusitanos, que os romanos provocaram a guerra genialmente conduzida por Viriato, natural de Vizeu. Nota-se, ainda, que esses povos, dos mais bárbaros da península, foram os únicos que se uniram e se levantaram, num movimento de caráter geral – nacional, acentuadamente político. Pelo resto da Espanha, os casos de resistência, mesmo os mais célebres e heroicos, como em Sagunto e Numancia, são absolutamente locais, sem significação política. Na Lusitânia, não: o ânimo geral das tribos – levantadas para resistir, é que faz do humilde pastor um grande general, o único da Ibéria primitiva. Foi nas margens do baixo Tejo que Viriato bateu o exército romano do Pretor Caius Palutius; e nunca mais a Roma avassaladora conheceu vitórias sobre ele. Finalmente, a perfídia do conquistador a todo preço fez assassinar o inimigo invencível, e os lusitanos não tiveram quem o substituísse. Mas, nem por isso se rendem submissos: continuam numa resistência tão temível, por tanto tempo, com tantas provas de valor e decisão, que Sertório os escolhe para fazer com eles a sua grande campanha contra a Roma aristocrática, e criar, ali, uma segunda pátria, latina, mas democrática. À frente dos lusitanos, por oito anos, o grande capitão resistiu aos exércitos romanos, repetidamente refeitos, e repetidamente batidos. Houve momento em que foram mobilizados contra os lusitanos de Sertório 130.000 homens. No baixo Tejo também, quase onde é Lisboa (em Longobriga), de uma feita, foi aprisionada uma divisão inteira de tropas romanas, comandada por Aquino, sendo o grande Melelo obrigado a retirar-se com o resto das forças.



Mommsen considera Sertório o maior romano, até então, mas, ao mesmo tempo, reconhece que foram os Lusitanos que lhe permitiram revelar-se; que a sua superioridade esteve em adaptar-se a eles, deixando de ser o romano pesado, enfático, para ser o capitão cavalheiresco, vivaz, guerrilheiro como o próprio Viriato: “Todos os sucessos de Sertório se ligavam ao país (Lusitânia) às aptidões dos seus habitantes”. Também com Sertório – só o assassínio desembaraçou os romanos do inimigo invencível. Ainda assim, obtida a vitória do punhal traiçoeiro, não coube a Roma ser senhora desasombrada dos temíveis lusitanos. Nem César, apesar de representar as mesmas ideias de Sertório, e de admitir, em princípio, as pretensões da Lusitânia: ainda foi preciso a Augusto uma campanha, mais política do que militar, e que conformou definitivamente a velha nação guerreira em província romana.

Diferenças também se notam no caso da conquista germânica. Invadido a Ibéria, foi a Lusitânia ocupada pelos Alanos, num domínio frustrado, e que não teve, ali, importância análoga ao da parte leste, aonde, por isso mesmo, ficou o nome de *Catalunha*. Na Galícia, estiveram os suevos, numa forma de domínio ainda menos acentuado, e que não tocou o fundo da vida nacional. Vieram, por sua vez, os árabes; mas, ao passo que, em Castela, a sua presença vai até a entrada do século XVI, no Noroeste, eles não demoram nem um século. E Portugal nasceu nessa parte da Ibéria que reagiu mais cedo contra o sarraceno, em tais condições de força e espontaneidade que toda a região de Porto, Braga, Vizeu... não conheceu o domínio muçulmano mais de cinquenta anos, Mesmo no Sul, o seu domínio cessa com o século XIII.

De todo modo Lusitânia, ou Portugal, aquele pedaço da península nunca esteve inteiramente fundido, ou confundido, no resto da Ibéria. Oliveira Martins, em busca de explicação racional para essa tendência dos lusitanos em distinguir e afirmar o seu caráter nacional, admite que tudo seja devido a uma forte dose de



sangue celta. Sim: eles eram celtiberos... mas, ainda mais injetados de sangue galês são os galegos propriamente ditos; e se Portugal guarda no nome esse índice de origem, é porque ali se levantou, e não, na Lusitânia. No entanto, a Galiza, mais celta que a Lusitânia, mostrou-se menos capaz de afirmação nacional: depois de ter tido governo seu, distinto, soberano, desmembrou-se, para desaparecer – uma parte em Portugal-Lusitânia, a outra em Leão-Castela. Ele mesmo, O. Martins, reconhece que *a raça é o laço político mais tênue...* De fato: a raça, se a consideramos no valor orgânico – *sangue*, é uma expressão biológica, que precede a todo espírito de nacionalidade; é uma formação ante-histórica, e cujos característicos são velados pelas tradições, porque só se definem humanamente nos fastos das mesmas tradições. A história mesma pode explicar-se perfeitamente sem o conceito de raça. Se há, na verdade, uma raça – celta (pelo sangue) ou galaica, ela é a menos apta em afirmar e manter nacionalidade própria, distinta e livre. Gálata (Ásia Menor), Galícia (Hungria), País de Gales, Galícia (Espanha), Irlanda, e, sobretudo, a França, são países onde uma população celta caiu sob o domínio político de outras raças tradicionais, substituindo-se, em algumas, até o nome galício. Portugal mantido no vigor político da Lusitânia, é a única nação soberana que tem nome celta. Nada faz crer, porém, que tal seja devido a qualquer virtude essencial dos Lusitanos, como raça. No desenvolvimento da história, têm desaparecido definitivamente nações vigorosas, e de antecedentes políticos bem mais notáveis que as famosas tribos de Viriato. O poder de afirmação nacional pressupõe uma raça viril e ativa. Mas, em si mesmo, só o fato histórico tem significação como focalização de energias já humanizadas, por efeito das novas formas e estímulos que então se revelam. Assim, a nacionalidade se realiza numa manifestação superposta às puras virtudes raciais. Se não, como expressão étnica, os povos não se multiplicariam em nações, nem a civilização se expandiria em novas tradições.

§ 4º Os mais políticos dos iberos

Nos antepassados dos portugueses, as energias de raça guardaram o seu valor intrínseco; mas, desde cedo, a tradição lhes acentuou o carácter – numa divergência de formas que, ao expandirem-se, diferenciaram-se de mais em mais, até firmarem-se em feição perfeitamente distinta, inconfundível, e, por muitos aspectos, contrastante com o carácter nacional dos outros iberos. Certamente mais homogêneos, por mais bárbaros, os lusitanos uniram-se melhor dentro do grupo, e, por isso mesmo, foram levados a resistir ao romano nacionalmente, lutando mais eficazmente do que os outros. Assim dispostos, a reação contra Roma facilitou-lhes o desenvolvimento das virtudes coletivas. Está reconhecido e consagrado, em tais casos, o efeito dos motivos exteriores – orientando a ação interior nos grupos sociais, afeiçoando-lhes o carácter. (É uma teoria longamente exposta e documentada por W. Malgaud, no seu livro *O problema lógico da sociedade*.) De tudo isto resultou, para os Lusitanos, a relativa superioridade política, e uma acentuada tendência para a unificação nacional explícita. A união formal e coerente com que eles fazem as suas campanhas, e em que se fortalecem, pressupõe o instinto de pátria, ainda que a ideia não seja patente no nome. Tal não se nota no resto da Espanha antiga, onde, como levante geral, só se conhece o de Viriato, repetido com Sertório.⁶

A concentração política de um povo, unificados os espíritos no desenvolvimento de uma pátria, não lhe diminuindo o vigor, modifica-lhe de certo modo o carácter, porque o traz a uma

⁶ Os resultados da conquista romana atestam a insuficiência política dos iberos não lusitanos: Roma atacava, combatia e anulava o espírito nacional dos vencidos, ao mesmo tempo que acatava, e até estimulava o espírito e a política municipal. Desta sorte, explica-se a plena florescência das comunas por toda a Ibéria, menos sensível na Lusitânia.

disciplina especial, consciente e ativa, como cooperação social bem explícita, em realizações mais amplas, e já em fins específicos. Pode ser que a causa dos movimentos político-patrióticos dos primeiros portugueses não fosse bem esta, mas os efeitos foram desse valor. Quer dizer: condições históricas levaram as antigas populações do Oeste ibérico a sopitar a exuberância de temperamento, e a transformar os ímpetos de sobrançeria individual, ou zelos locais, em capacidade de ação política, conjunta. De tal sorte se distinguiu e se firmou o caráter português – ganhando em vigor íntimo e continuidade de direção o que perdeu em intensidade de manifestação momentânea. Incorporados definitivamente ao mundo romano, distinguiram-se, desde logo, os lusitanos, por essas mesmas tendências. Com a queda de Roma, nas crises que se seguem, dada a extensão das consequências, o motivo limitado – a *alma do Lusitano*, pareceu anulado; e, através da ocupação visigoda, o objeto explícito – de uma pátria portuguesa – ainda não se define. Mas, desde que os ânimos se retemperam na campanha da reconquista, ao primeiro pretexto, destaca-se Portugal, levado por uma iniludível necessidade de soberania e individualidade. Isto significa que estava feita a comutação das energias: os espíritos orientaram-se por outros impulsos sociais – esses que tornaram os portugueses mais aptos que quaisquer outros povos peninsulares para a realização da ideia nacional. Vigorosos sempre, até o heroísmo, e, com isto, intimamente disciplinados, tal nos aparecem os povos que devem fazer o Portugal histórico e glorioso. Tudo que nos outros ibéricos é orgulho do indivíduo, afirmação pessoal, viço de intransigência retumbante, fulgor de manifestação e expressão... é pura *força de ânimo*, no português tradicional. Para ele, os impulsos não arrebatam em gestos e vozes... difundem-se em profundidade, e vão alimentar uma vontade pertinaz, para esforços indomáveis e persistentes. Pertinácia, valor definitivo na pertinácia, intransigência nos objetivos – eis as *constantes* do



caráter português. Nessa fórmula de ação, o grupo humano primitivo se transformou em povo nacionalizado: Portugal dominou os mares, e arrancou-lhes os últimos segredos, para dar à civilização a plena posse do planeta.⁷ Nos seus feitos de navegantes, não há nenhum milagre de ousadia, nem fulgor de gênio e de intuição; há, porém, o milagre todo humano da força de ânimo, distribuída a toda uma nação, para uma realização de heroísmo comum.

Tudo que parece decisivo para os projetos dos portugueses existia independentemente deles: tradições púnicas, sede de conquista, barcas de vikings, lendas maravilhosas acendendo cobijas, grandes pilotos para todas as travessias... O que não existia era a concordância destas influências sobre um povo de gênio político, unificado no desejo de ser materialmente grande pela riqueza; um povo com virtudes de vontade para transformar esse desejo em necessidade de dominar o mar, como realização de seu destino; um povo levado por chefes com o valor de alma necessário para sentir e condensar as tendências e necessidades gerais. Com dirigentes assim, a nação forte se realiza. Foi o que aconteceu a Portugal. Nem todos que iam sobre os mares tinham consciência do destino a que se atiravam, mas não se prejudicava, por isso, o

⁷ Os grandes navegadores do Atlântico foram, em ordem cronológica: gregos e Cartagineses do IV séc., A. C., até pleno domínio de Roma; sarracenos com centro em Lisboa, normandos, ao Norte, celtas, italianos, e, a partir do século XIV, os Portugueses. Registrem-se, no entanto, as palavras de um autor italiano, legitimamente empenhado em destacar o papel do seu povo: “Portugallo... non lontano da valida scuola del Mediterraneo, tutto rivolto al l’oceano che lo ha attratto a sè e quasi staccato del resto della penisola, ha spesso la ventura di principi avveduti, i quali... assecondan mirabilmente i naturali destini del paese... All’època, che ben potremo chiamare mediterranea, di disordinati ardimenti individuali (de italianos), era successa... l’era de procedimenti, regolare ed assiduo, iniziata e diretta da Enrico, Infante da Portugallo... L’incanto era rotto, la via era scoperta! Ei ardimente vi se gettano i Portoghesi... i *padrões*, le stele recanti scolpite le armi gloriose del Portugallo e che oggi nuovi e piu fortunati conquistatori ritrovano... ne testimoniano...” (Filippo Ravizza, *La conquista dell’Atlantico*, caps. III e IV.)



sucesso, porque o impulso se generalizara como desejo de crescer e de aventurar, e o desejo se fizera, nos que conduziam – vontade lúcida e intemerata. Só os fortes se deixam arrastar pela miragem da exploração, no desconhecido, com a perspectiva de riscos e azares. O desejo da riqueza material, sobre um povo excepcionalmente vigoroso e disciplinado, foi, no caso português, essa *fructing causation*, que Spencer assinala para a eficiência dos movimentos e das realizações sociais. No sentimento, está o fator dinâmico do espírito, e nenhum sentimento contém mais estímulo que o desejo. Não é inexplicável gerador de valor humano; mas, quando ele existe, a serviço de um caráter, o desejo é o condensador de todas as forças de ânimo, que por ele se vêm focalizar e aplicar no objeto desejado: não só as forças do querer, mas a capacidade de conhecer e julgar. Deste modo, justamente, organiza-se a vontade: os impulsos do desejo, aproveitados para motor de uma ação inteligentemente escolhida e projetada. E parecem-nos as ideias ter vigor de vida, pela necessidade de realizarem-se em atos, como afirmação do desejo que germinou no solo de uma vontade, nutrida, potente. Assim, compreendemos a ênfase de um Santo Agostinho, quando define: “Querer é uma operação de Deus em nós”. Isto significa que a chama do desejo encontrou almas que queimem sem consumir-se, e que façam da chama nova energia. Nestas condições, ele, o desejo, é o mais potente motivo social. Poderíamos, até, distinguir os povos em: *estagnados e progressistas*, ou povos iluminados do desejo, e povos apagados. Então, o frêmito de aspiração resolve-se em surto de ascensão – veemente vigor de tropismo, sublimado em valores de consciência; surto irresistível pela absorção de todas as forças que aí se refletem. E o espírito patenteia a sua unificação pela fé, e domina a ação pela confiança. Quando não, no ânimo vil, é anelo vão, esterilizante torpor da vontade.

Esse não é o caso do português heroico. A sua grandeza vai além do império que criou, e das riquezas que conquistou, porque tem

de ser apreciada e medida na decisão com que foi formulado o plano de explorar e descobrir, e na força de ânimo com que tal plano foi executado. Se a Portugal faltou originalidade e retumbância de lances, ele deu, em pertinácia e resistência ativa, uma superabundância de vida para o sublime de muitos heroísmos. O desejo de grandeza nacional atira-o para o mar; vinte anos de insistentes tentativas levam-no, apenas, ao Bojador, e ele persiste, na mesma confiança, com maior ardor, talvez. As ousadias são amortecidas na prudência; as iniciativas diminuem-se pelo metódico prosseguir, e a insignificância da tática tem de ser compensada pelo vigor da resistência. Sobre-humanos na pertinácia, e muito próximos, ainda, da barbaria, os antigos lusitanos fazem da coragem inflexibilidade, e de tudo isto resulta, na sua ação, uma sequência dominadora, irresistível. São essas qualidades, que, na simplicidade dos meios, reacendidas na frescura de um sangue jovem, fazem o heroísmo sem peias dos nossos bandeirantes. Naqueles, como nestes descendentes, a grandeza de ânimo está em que, de encontro a novas realidades, souberam dominá-las em multiplicados tentames, graças a um fundo de energias inesgotáveis.

§ 5º A tenacidade essencial

Foi assim que Portugal deu exemplo de uma capacidade política, em realizações nacionais, acima de tudo que a Europa medieval produziu. A Nação heroica morreu, para efeitos sobre o mundo, porque os seus dirigentes se degradaram, e a reduziram à mesma miséria, em que se lhes minguou o caráter e a inteligência. Mas a qualidade de ânimo, nessa fórmula íntima – a *tenacidade*, continua a ser a essência do temperamento português. Como tenacidade e resistência vencedora, as fibras morais se refazem, e a virtude da raça ressurgue na reação do Portugal de 1808: a nação é traída pelos mais covardes e abjetos dos governantes; espoliada



pelo próprio governo, é, depois, infamemente abandonada pela corte em fuga. E é aí que se levantam as hostes espontâneas – primeiras a bater definitivamente a insânia conquistadora de Bonaparte. Com a perspectiva aberta nestas primeiras vitórias, vem o britânico insolente e egoísta, a esgotar o pobre Portugal, de tudo – homens e meios materiais. Então, é sobre essa terra três vezes calcinada, por franceses e ingleses, que brotam, em milagroso renascimento, as forças capazes de começar a derrocada do *condottiere* genial, a quem todo o continente se submetera. Esta é a energia íntima, imperecível, que, em processos vis, quando só há governantes incapazes e covardes, ainda mantém Portugal, e lhe permite, decaído, conservar este Brasil, que é o seu meio de vida: consegue conservá-lo apesar de tudo, mesmo ao preço de uma traição, como quando lhe dá uma mentida independência, obra sua, toda em seu proveito, mera transmissão de domínio.

Por tudo isto, Portugal é a formação política mais prodigiosa do Ocidente. No entrar para a era moderna, a sua ação é decisiva. O povo não tem outro brilho além da tenacidade no heroísmo; finalmente, as ambições se degradam no mercantilismo; os dirigentes se aviltam, e a nação ainda existe – porque a energia essencial subsiste, e é indestrutível. Era força e brio, para fazer, contra a aparente evolução natural, uma inteira independência nacional, tradição idiomática,⁸ processos políticos próprios, e, mais, a conquista de um mundo, com a força de o explorar. A grande obra abateu, roída pelo parasitismo, amesquinhado na ganância do lucro mercantil. Mas, quando tudo se diluiu, na corrupção

⁸ A língua portuguesa, qual se formou e existe, é prova mais expressiva de como toda a obra nacional foi, ali, efeito de vontade, em produção intencional, consciente. Sendo a parte mais afastada de Roma, sem exceção da antiga colônia do Danúbio (Romênia atual), é em Portugal que se constitui o idioma mais próximo do latim. Por quê? Porque, produto do esforço consciente de literatos sobre o pobre dialeto galego, eles, os literatos, vieram inspirar-se diretamente no latim.



geral, a íntima fibra tenaz persiste – tendão que nem a purulência consome!... Então, no apodrecido cadáver da nação portuguesa, ainda podemos reconhecer as qualidades essenciais do povo, e que constituem a trama primeira de todo o desenvolvimento nacional: a porfia confiante. No despontar da Renascença, a ousadia, o estímulo guerreiro faziam parte da vida comum, na Europa; não é, pois, a simples coragem que faltava ao outros, em cotejo com Portugal. Era a confiança ativa – a instintiva convicção de que a vontade tem sempre razão. E tanto que, para eles, não havia derrota definitiva. Sobrevém o desastre máximo de Tânger, com o mísero cativo do Infante: o ânimo português recolhe-se para ganhar forças, volta o infeliz ao martírio, guarda Ceuta, e acaba tomando a cidade cobiçada. Em transes menos patéticos, mas de mal acentuada tenacidade, os colonos que fizeram Pernambuco durante dezenas de anos, atacaram franceses aliados aos valentes Potiguaras; engoliram derrotas sobre derrotas, até, que, finalmente, os alijam dali, e dominam o gentio heroico que os amparava. Pretende Michelet que a Flandres se tenha formado contra a natureza, como obra da pura atividade humana.⁹ Ele terá razão; mas, se compararmos os dois casos, havemos de reconhecer que, naquele ângulo de continente e de raças, há condições naturais para uma diferenciação política, que não se encontram na Nação Portuguesa. A esta, sim, cabe a fórmula do historiador francês, sobretudo se consideramos o Ocidente moderno. Portugal é, de fato, um produto exclusivamente da história; quer dizer – de motivos humanos, indiferentes às condições cósmicas e aos fatores puramente orgânicos. A nação surge de um banalíssimo episódio dinástico; estabelece-se em fronteiras arbitrárias, convencionais, num mundo agitado, instável, onde parece não caber o definitivo... E as fronteiras portuguesas são as mais estáveis de toda a Europa! Quando procuramos as causas em jogo, ali, só encontramos o

⁹ *Histoire de France*, p. 320.

poder da ideia, em que se focalizou o desejo – o prodígio da ambição em vontades inflexíveis. Portugal se desenvolve em duas fases bem distintas: a afirmação na península; a expansão sobre o oceano. Em qualquer delas, a nação, onde nasce a nossa história, aparece como o puro resultado da política dos seus príncipes. Mas, na realidade, a obra nacional se faz pela virtude da ideia – englobando todas as forças e ambições de um povo. Simples política ambiciosa de príncipes e capitães, são essas obras efêmeras dos Médicis, Sforzas, Barbianos e Bonapartes. Deslumbram-nos, pelo fulgor e a extensão do momento; no entanto, qualquer que seja a grandeza, elas desaparecem com aqueles que as ergueram. A construção de Portugal, não: tem significação perene, que não poderia ser simples efeito da ambição em alguns príncipes. Tanto vale, ali, o gênio dos dirigentes que proclamam a nação e lhe encaminham os destinos, como o gênio do povo que deu solidez ativa à obra política, com todos os meios de realização.

§ 6º O gênio da Nação Portuguesa

A formação de Portugal se caracteriza por uma precocidade política tal, que o pequeno reino nos aparece como a primeira nação completa, na Europa do século XIV. Tudo mais ainda está em turbacões e dificuldades de gestação, quando o Aviz já conduzia o Estado de uma nação inteiramente organizada na sua vida política. A ambição de um príncipe, explorando as tendências surdas das populações, guiando-lhes a vitalidade portentosa, pode fazer de metade da Galiza, com os remanescentes de lusitanos, e um rebotalho de sarracenos, a mais perfeita unidade nacional em manifestação ativa sobre o mundo de então. Motivos históricos determinaram que Portugal descesse para o sul, onde outros motivos se concentram e fazem dobrar os destinos do Portugal primitivo. Neste motivo há, sem dúvida, energias novas, específicas,

energias que têm o poder de suplantar a tradição da nação galega. Quem não reconhece, ao contemplar aquele quadro histórico, que a cisão no Minho é toda convencional, antinatural? A criação do Condado Portucalense era recente, sem maior valor sobre a alma galega – de uma Galiza homogênea, com recursos próprios, e uma história sua, bem explícita. Por isso mesmo, apesar da tentação exercida pelo sarraceno, no Portugal primitivo, a tradição de ambição é conquistar e incorporar o resto da Galiza. As fronteiras convencionais oscilam no flutuar da fortuna guerreira, até que, ao sucumbir a primeira dinastia, fecha-se a primeira fase de formação. Morre, então, a ambição de refazer a homogeneidade galega; a metade do Norte, apesar de todo o seu celtismo, desaparece mesquinhamente no corpo de Castela, e a do Sul, fundida num Portugal novo, vai com ele a outros destinos. Esse Portugal novo tem, agora, caráter especial, bem diverso dos outros povos peninsulares: afirma uma escola política de energia, onde, conselhos e nobreza querem, solidariamente, a unidade nacional que lhes é revelada. Quando aquelas hostes reduzidas garantem uma pátria, e batem o castelhano nos campos de Ouriques, a pátria francesa ainda é frangalho inconsistente, irreconhecível, nas míseras campanhas que são Poitiers, Azincourt, Abranches... O reino dos Avizes prossegue a sua gloriosa ascensão – domínios, poder, riqueza, prestígio... e a futura grande França ainda espera Colbert e Turenne, para ser contada entre as grandes potências. A fortuna de Portugal já produzira os delirantes desatinos de D. Sebastião, quando o reino governado por Richelieu se apresenta naquele estado de que nos dá conta Voltaire: “...enquanto os portugueses descobriam mundos a Leste e a Oeste, fazíamos torneios... o erário real era de 85 milhões de francos... Ao subir para o trono, Luiz XIII não tinha um navio, sequer... Paris não possuía *quatro* belos edifícios para decorar-se... as outras cidades do reino assemelhavam-se a esses burgos de para lá do Loire... A nação francesa mergulhada

na ignorância, sem exceção dos que se consideravam não ser povo”. E, desabusado, o grande francês fecha o quadro em que se amesquinha a sua pátria – ignorância, ociosidade, desordem... “*le peuple croupissant dans sa misère...*”¹⁰

Em contraste com o resto da Espanha, Portugal afirma a sua unidade nacional, e a impõe definitivamente em Aljubarrota. Já rastreiam nas consciências novos intuitos patrióticos, e, tão depressa domina os fados dispersivos da Ibéria, parte Portugal para outros destinos: dominar o oceano, que ainda isola os núcleos humanos, e integralizar a humanidade na posse do planeta. Com, isto, o povo português patenteou vitalidade, gênio político e capacidade de socialização, acima de qualquer das outras nações do momento, e, num maravilhoso ímpeto político, elevou-se na ambiência civilizada em que vivia. Despeitos patrióticos procuraram deixar tudo isto no silêncio, e, nós mesmos, buscando as forças de origem, quase esquecemos que rompemos para a vida nos restos da ação com que Portugal abriu a era da *Renascença*. No justo orgulho de espanhol, grita Blasco Ibañez a sua reivindicação: “El Renacimiento fué mas español que italiano. En Italia renacieron las bellas letras... pero no todo el Renacimiento fué literario. El Renacimiento representa el surgir à la vida de una sociedad nueva, con cultivos, industrias, ejércitos...” Ibañez, como ibérico, tem razão; mas os seus alegados se fazem em puras abstrações. Se ele houvera concretizado argumentos, a ação dos portugueses seria a apontada como o muito com que a Ibéria concorreu para a era moderna. A *Renascença* pura, a só manifestação literária, nada significaria, se não fora o complemento necessário, a expressão simbólica e fulgurante do surto em que o espírito humano se refez, para que a sociedade ocidental se reconstituísse, em todas as suas manifestações e atividades: comércio, indústria, ciência e

¹⁰ *Le Siècle de Louis XIV*, p. 3 a 17.

filosofia... Ora, Portugal foi a nação em que primeiro se revelou esse espírito moderno. Abrindo o Atlântico, iniciando a era das grandes navegações e descobertas, o pequeno reino abriu, de fato, a era moderna, cujo estímulo essencial foi a necessidade de expansão dos povos europeus. O processo inicial, nessa expansão, tinha que ser o desdobramento das relações comerciais, a criação de novos caminhos e de novos regimes de *tratos*. Tal o papel do pequeno povo: projetando-se sobre o Atlântico, suplantando venezianos e sarracenos traficantes de cabotagem, e, com isto, distendendo a Europa. Desaparecido o império romano, o mundo civilizado se disseminara, e a nova aproximação dos povos foi determinada e conduzida inicialmente pelo pequeno reino: “As comunicações diretas, estabelecidas por Portugal com a Índia, amesquinham Veneza e Gênova, e, com elas, toda a centralização árabe. A abertura do Oceano como grande caminho (obra portuguesa) precipitou a Reforma e criou *Anvers*”. Esta é conclusão de um anglo-saxônico, num estudo desapassionado, quando acompanha as diversas fases da centralização de capitais na Europa;¹¹ e é a verdade, porque, no esforço do português, cria-se o novo imperialismo, a que a Europa teve de moldar-se, abandonando, indiferente, ou hostil, as serôdias tentativas de reconstruir o Império Romano.

No Brasil, essa portentosa capacidade política dos portugueses manifesta-se neste milagre: mal se reconheceram, as populações coloniais aqui plantadas tiveram consciência da sua própria existência, unidas no vínculo de uma nova pátria, esse Brasil – o Estado do Brasil, de que já se fala antes de oitenta anos de colonização.

Pequena fração, apenas, de uma Espanha turva, a Lusitânia, refeita em Portugal, afirma-se na continuidade da ação heroica, com efeitos gerais de que só temos similar no fulgor do pensamento Grego, ou na expansão do Romano. Nem há, nos fastos da

11 Adams Brooks – *A Lei da Civilização e da Decadência*, p. 361.

humanidade, nada mais importante para a plenitude dos seus destinos. É realização imediata, e é escola. Pela primeira vez, na história, vemos um efeito universal realizado como programa e fim conscientes: a exploração dos mares, no proveito de uma nação. Foi o fado definitivo, a que o povo português se entregou, sob o influxo de um profeta da ação – o obstinado anacoreta de Sagres, cuja política reflete bem a alma do português daqueles dias: misticismo sem sonho, mercancia em heroísmo turvo e pertinaz. O instinto rapace do Ocidente, iluminado nos motivos de fé, gerara a formidável reivindicação dos *Cruzados*; Portugal, elevando tais instintos à política lúcida e conseguinte, teve a força de transmutar o multissecular movimento das *Cruzadas* em campanha nacional, e deu o golpe definitivo no Muçulmano. Sim: foram os portugueses os primeiros a sair da Europa – para atacar o sarraceno, lá mesmo nos seus redutos. E realizou-se, assim, a reação eficaz. Então, nessa conquista do Norte da África, se patenteou a qualidade do heroísmo português. É um testemunho completo e irrecusável: nada havia para a façanha projetada, a não ser a energia nacional. Houve que fazer tudo – marinheiros, navios, dinheiro... e a pertinaz energia deu para tudo. Nem o flagelo da peste pôde contra ela: “Morreu tanta gente em Lisboa que a cidade se vestiu de luto, e a esquadra teve de partir coberta de crepe”... Mas partiu! Nela ia um Ayres Gonçalves de Figueiredo, aos noventa anos de idade, sempre forte, na sua armadura de guerreiro. Dois séculos depois, encontraremos em Pernambuco Duarte Gomes, brasileiro, soldado aos oitenta anos, para combater o holandês invasor... Dez anos antes de Ceuta, não se conhecia no mundo marinha portuguesa; em 445, lá vão, para essa primeira conquista da África, 36 navios armados. Sobreveio, depois, o gravíssimo desastre de Tânger; mas persiste a necessidade íntima de expansão, e Portugal, que deve realizar o seu plano, mantém Ceuta, refaz as forças, e, em 471, volta ao reduto do sarraceno com 474 velas e

30.000 homens. A população de Portugal não chegava, certamente, a um milhão e meio.

Ceuta, Tânger... são apenas realizações imediatas muito limitadas, para uma ambição que teve de criar novas formas de expansão e de poder. No triunfar sobre Castela, a nação portuguesa sentiu-se capaz de mais largas vitórias, em vastas conquistas; havia excesso de força vital, e ela, a nação, transborda para o mar. Então o Oceano como que desvirtuou a tradição do Portugal primitivo. Atraído para a carreira que o porto de Lisboa lhe oferecia, a nação esqueceu a sua posição continental, e a própria história: desistiu de incorporar o resto de Galiza, quebrou a tradição europeia das conquistas de terras imediatas, e compreendeu noutros intuitos a sua situação geográfica. Portugal considerou-se, exclusivamente, litorâneo, e incluiu a visão do mar numa ambição lúcida e definitiva – ir por ali à Índia, e arrancar ao sarraceno e à Veneza o comércio que faziam. De caminho, o Português teve que fazer do Atlântico desconhecido o seu domínio. Assim, foi ele o primeiro a organizar a nação como realização de uma ideia, com a intuição da vida moderna – mercantilismo, valor das finanças, industrialismo... e soube aproveitar as possibilidades da grande navegação, donde o normando, mais ousado, talvez, nada pôde tirar. Dez séculos de grandeza e prosperidade, um poder incontrastável no Mediterrâneo, não bastam para garantir Veneza contra o Portugal, que lhe arrebatou o comércio...

§ 7º Portugal cria o Império moderno

Navegante, bordejante incansável, o Português já teria nisto glória para fazer sombra ao resto da Europa, em que pese aos reclamos normandos. No entanto, o seu maior mérito está na ação propriamente política. Deu o primeiro exemplo da monarquia

administrativa, e fez valer o direito da coletividade, representada na dinastia, contra as pretensões da aristocracia (ação de João das Regras). O grande esforço político dos Estados dominantes na Europa medieval consistiu em exercer o *Império*; mas nenhum deles foi além do absurdo – de pretenderem refazer, fora de Roma e fora do tempo, o Império Romano. Portugal, sim, achou a fórmula do Império possível no mundo moderno. Fernando, a realizar a unidade de Espanha, ainda trata o reino como propriedade sua; quase um século antes, o Mestre de Aviz é caracterizadamente o rei de uma nação. É no tempo em que a maior parte da França ainda se considera feudo do príncipe normando. Carlos V, apesar da sua época, não sabe compreender os extensos domínios, sem entrar na farandolagem de um arcaico *Santo Império*, Portugal, esse, teve a concepção de um Império em exploração ultramarina; esboçou-o, lançou-lhe os alicerces, e tê-lo-ia realizado, se não se corrompesse pela grandeza mesma a que se elevava. Decaiu; outros o imitaram, ao mesmo tempo que o espoliavam, e coube à Inglaterra o papel de alcançar, em plenitude de efeitos, os bons proventos de um tal Império, antevisto e preparado pelo gênio português. Sim: daí, deriva toda a exploração do mundo pela Europa. Novas finanças para a nação, cooperação do Estado em grandes empresas de comércio, intuição do novo espírito em economia, reabilitação e nobilitação da mercancia, feitorias para a exploração proveitosa de regiões afastadas... tudo isto vem de Portugal, projetado sobre os mares. E foi isto mesmo que o precipitou nos processos parasitantes, em que desapareceu toda a sua superioridade. Finalmente, no século XVI, com o poder de fazer o comércio das Índias, Portugal realizou um privilégio – de domínio mercantil, nunca visto, nem antes, nem depois: em 1515, não se encontravam, na Europa, especiarias senão as de importação portuguesa.



Agora, assenhorando-se dos mares, Portugal desafia a todos, por toda parte, e é de todos respeitado. O vigor dos processos terá diminuído um pouco; todavia, até a sua fusão na coroa de Castela, o reino português é formalmente acatado. Ninguém ousava deter os seus marujos: metiam a pique navios ingleses, franceses, flamengos... e os respectivos governos ainda pediam desculpas; “Passando pela Bahia, a esquadra de Martim Afonso aprisionou... navios franceses; ao entrar no Rio de Janeiro, tomou outras naus dessa nação...”. Esse é o proceder constante, radical, inflexível – de quem se sente dominador incontestado, garantido por uma linha de fortalezas regulares ao longo das costas, de Ceuta até Macau. Mesmo longe, só os Turcos, nos mares das Índias, tentaram resistir ao Português.¹² E resistência é perdida: está firmada a vitória do arianismo no Ocidente – no mundo modelado pela política portuguesa. Senhores da história, os ingleses não se cansam de glosar a destruição da Invencível Armada. Que é essa esquadra – quilhas sem nautas, luxo de velas, de quem nunca foi completo marinheiro? Que vale a destruição desse material mal aproveitado, comparada à façanha de quem desvendou o Oceano, onde o inglês mal ousava aventurar-se? E o fato é muito para estranhar, porque a Inglaterra havia sido refeita, mais de uma vez (dinamarqueses e normandos) por navegadores. Apesar disto, até o século XVI, é uma nação obstinada em ser continental (guerra dos Cem Anos), sem ação sobre os mares, assim como, até o século XVIII, foi uma nação sem indústria.

12 Este modo de compreender não significa aceitar o parecer de O. Martins, quando explica o surto do português, nos mares – pela simples vizinhança do oceano. Se assim fora, haveria que explicar, ainda: por que, antes daquele momento histórico, foram, esses mesmos portugueses, indiferentes à tentação do mar, como sempre o foram os outros galegos do Norte. A situação de Portugal tem, no caso, uma outra função, de valor histórico: ter sido o ponto de encontro permanente dos dois povos, grandes navegantes – o sarraceno, representante da tradição fenícia, e o celta, no conceito de Mommsen – o primeiro navegante de velas no Atlântico.



Com toda a razão, a história já chamou o casal – de Aragão e Castela os *favoritos do acaso*. De fato, Castela, o seu gênio militar e a sua política nenhuma significação têm nos sucessos que determinaram a descoberta da América. Essa fortuna lhe veio às mãos por um capricho do destino. A situação no Oceano é toda de Portugal, criador de um movimento, de que a outra Ibéria teve que ser caudatária. Foi esse movimento que deu ensejo à ação de Colombo, ao mesmo tempo que lhe deu valor, e, de certo modo, o desorientou, com o preconceito de haver tocado a Índia. Se o príncipe português não aceitou a proposta do genovês, é que tinha motivos bastantes para saber que o caminho procurado era aquele que o seu programa havia traçado. E Castela, ainda trôpega no mar, nem teve coragem de tentar a aventura de Colombo sem mandar a Portugal uma embaixada, com o fim especial de dar explicações. A mesquinha expedição do genovês vai em nome de Castela, mas não é um feito nacional: o almirante, um genovês, é marinheiro feito na escola dos navegantes portugueses, no Atlântico; a tripulação é cosmopolita, os navios são do tipo português – a caravela, que o lusitano inventou para velejar sobre o Atlântico. Portugal nem adotou o caminho que o Genovês lhe propôs, nem se amesquinhou na perspectiva dos resultados que os de Castela pudessem lograr: partiu Colombo, e Dom João II fez preparar uma esquadra para defender no Oceano aquilo que já considerava seu.

§ 8º Negreiros

Como foi possível que tanto valor e tanta grandeza decaíssem, para chegar à miséria em que a nação portuguesa se arrasta hoje? É que toda a força de caráter e energia de ação moviam-se pela ambição de arrebatador o comércio do Oriente, e haurir os respectivos lucros. A ambição, reforçada nos decênios de tentativas,

desdobrou-se em poder, e converteu-se em fúria. Portugal, sempre no intuito de comerciar, ávido de proveitos, foi mais do que Veneza e o sarraceno, a quem substituiu: foi, antes de tudo, o *conquistador* de um comércio. Garantido por um triunfo incontestado, converteu esse comércio em verdadeiro privilégio, e logo o tornou extorsão, espoliação, depredação... degradando-se, com isto, em parasita. Mas – e é isto o que caracteriza o seu caso, e o agrava: as extorsões se faziam em formas de comércio, e o seu parasitismo se aviltou ainda mais, pela ganância do mercantilismo em que se englobou. Desde que se expandiu sobre o mundo, o heroísmo português teve um intuito explícito – a mercancia. Os seus fatos se acentuam e se definem nos *tratos da Guiné*. O Estado era a gerência de uma inexorável casa de negócio, cuja freguesia eram os conquistados, e cuja atividade consistia, apenas, na desmedida das exações. O Rei chamara a si a chefia e os melhores proventos do negócio. Antes mesmo da pimenta da Índia, e do pau-brasil da América, já lhe pertencia o comércio do marfim da África, que se contratava, por anos, com os melhores fidalgos. Na mercancia, de par com a glória de Aviz, entrou desde logo, com todo o seu vigor, a flor dos nobres guerreiros. Pela mercancia, novos nobres se fizeram, como esse Lançarotes, o criador, na Europa, da primeira companhia de exploração colonial. E os brasões, ostensivamente, timbravam os motivos em que se refazia a fidalguia.¹³ Não tardou que o vigor se concentrasse nos dentes, e a *grandeza* se manifestasse nos estômagos. Os governantes se tornaram devoradores e gozadores. O valor humano decaiu; reduz-se o intelecto, afrouxa-se o caráter... Mas não diminui a ganância; “As coisas não foram tratadas com tanto trabalho e fortaleza, porque os feitos se tratavam

13 Fernão Gomes tinha como armas – “escudo timbrado com campo de prata e três cabeças de negros, cada uma com três anéis de ouro nas orelhas e no nariz, e um colar de ouro ao colo.” É notação da heráldica portuguesa.

mais por tratos e avenças de mercadorias que por fortaleza nem trabalho d'armas". O comentário do cronista mostra-nos bem como no mercantilismo facilmente se ajeita, em interesse de ganho, o que era valor heroico. Para maior infortúnio de Portugal, houve que a sua intrepidez itinerante se fez ao longo das costas africanas; o negro logo se apresentou, para satisfazer a sua heroica resolução de enriquecer: foi o primeiro artigo ultramarino para o patrimônio de Aviz – para a real fazenda.¹⁴ A degradação agravou-se com a torpeza do tráfico dos pretos escravos: o Português teve a glória infame de tornar europeu o comércio nefando, e o seu heroísmo se confundiu nessa glória. Com Antão Gonçalves – e os negros que ele trouxe, mudou o rumo moral da nação portuguesa, votada, agora a esse tráfico. Logo que se apuram os lucros dos primeiros carregamentos de escravos africanos, transigiram os dirigentes, e a voz de Azurara não mais teve eco. Outros aproveitaram a lição, e exploraram, também, a infeliz condição dos pretos, d'África; mas, não decaídos, em pleno vigor de possibilidades políticas, quando as ideias morais o determinaram, souberam ser do seu tempo, deram como condenado o tráfico dos negros, e procuraram outros recursos, ao passo que o Português, degradado no parasitismo, não pôde sair da mísera inferioridade de quem fez fortuna como negreiro. Para ter a nítida significação dessa degradação moral, basta considerar que, na corrente das ideias inglesas, quando foi escrito o Robinson Crusoe, o tráfico de pretos é referido como coisa perfeitamente natural; no entanto, dois séculos antes, já Azurara o condena. Infelizmente, porém, enquanto os outros europeus se apuravam e se elevavam em sentimento

¹⁴ Comentando a primeira partida regular de negros escravos, em 1446, e de que recebeu o Infante D. Henrique os *quintos* que lhe cabiam, conclui O. Martins: "...a cobiça veio tornar-se o motivo exclusivo, como era da sua natureza, no tráfico dos escravos... depois, chegou-se a marcá-los a fogo." (*Os Filhos de D. João I*, p. 246.)

de justiça, Portugal involuía, na degeneração do parasita. Esta é a razão essencial de todo o desastre.

Conquista, depredação... estão na origem de todos os impérios. O invejado imperialismo inglês começou em pirataria caracterizada, muitas vezes sórdida, alimentada nos mesmos instintos de rapacidade; mas, o inglês, que não pôde ser, desde logo, soberano absoluto no ultramar, também não se pôde chafurdar inteiramente – toda a nação, na ganância espoliadora. Sempre em competência com os povos rivais, foi-lhe preciso garantir a *política colonial* com uma certa superioridade moral. Para Portugal, a degradação foi mais sensível, ainda, porque, levado na insânia do último Aviz a desaparecer na coroa de Castela, isto percutiu no ânimo geral como queda do mais poderoso motivo patriótico. Portugal fizera-se explicitamente na ideia nacional – *contra Castela*; se, já em começo de decadência, lhe anulam a tradição nacional, e o colocam em oposição a essa tradição, é como se lhe quebrassem subitamente todas as molas do caráter.¹⁵ O organismo nacional, sobretudo no corpo dirigente, perdeu toda a capacidade de resistência aos efeitos da degeneração: decaiu irremissivelmente. Portugal nunca mais se ergueu para a vida soberana, em forma a lembrar os seus períodos gloriosos. Teve que ser a miséria – pobre, ou dourada, do reino bragantino, reduzido a explorar o Brasil, na grandeza ilusória e parasitária dos quintos.

Nestas páginas, não poderia haver o intuito de cantar o heroísmo de Portugal, enumerar e ostentar façanhas e feitos. O que nos interessa não é bem a grandeza da obra, mas a natureza e a intensidade dos motivos que a determinaram, porque tais motivos

¹⁵ O sebastianismo, em que a alma portuguesa delirou por tantos anos, deixa de ser aspiração insana e monstruosa, se considerarmos que as consciências portuguesas não podiam aceitar aquela inclusão em Castela, e que era a destruição de toda a tradição nacional. Fora preciso que se apagassem as mesmas consciências... Então para subsistirem, a sem esperança de outra reação, na desorientação geral, apegaram-se ao sonho louco.

íntimos, com outros prenúncios, devem encontrar-se neste Brasil, gerado quando eram bem vivazes, ainda, os estímulos da alma portuguesa. E, se queremos chegar a uma completa afirmação de nós mesmos, na plena posse das energias que nos são próprias, devemos conhecer explicitamente a esses motivos, ter a convicção do seu valor, e, pela fé que eles nos trazem, reforçar-nos intimamente, cultivando-os como dons naturais. Não será procurando qualidades ausentes em nossos caracteres de origem que poderíamos progredir, e crescer de valor, senão apurando o que é dote da nossa natureza. Não teria mais valor o suíno em possuir as remíguas da águia, nem esta mesma em obter o proboscídeo do elefante. Mais flexibilidade, ou virulência, na serpente, mais língua no tamanduá, mais visão no lince... mais estro ao poeta, e mais apuro de observação ao sábio... mais inspiração de realidade ao inglês, mais espírito de organização ao alemão... e cada um deles será superioridade incontestável. Portugal chegou ao ápice da glória, ao máximo valor, quando trouxe para a plena luz dos seus destinos o rei nacional, com todas as qualidades portuguesas. Bastardo, em sangue plebeu, o Mestre de Aviz, também herdeiro das energias dos primeiros príncipes, condensava inteiramente a força de vontade e a capacidade política da nação. É ele quem bate, definitivamente, Castela, para firmar a situação continental de Portugal; é quem o leva à África, transmutando-lhe, assim, os destinos; é quem preside aos primeiros lances marítimos, em que a nação se fará poderosa. Nesse tempo, Portugal já é uma legítima unidade nacional, coesa em aspiração e atividade.¹⁶

Portugal foi puramente mercantil, fadado para a grandeza material; mas, isto, ele o fez com gênio, em intensidade de

16 O inglês, o primeiro a refazer-se no regime democrático, achou, assim, o corretivo que lhe permitiu ser pirata, e por aí chegar ao imperialismo, sem degradação sensível da nação, cujas classes dirigentes, graças ao novo regime, tanto se estragavam como se renovavam.

inteligência: preparou-se metodicamente, lucidamente, para navegante, descobridor, conquistador e comerciante. Só desceu daí, desse valor, quando a mesma riqueza o perverteu, e degradou os seus dirigentes.

§ 9º No mar

Aos povos não poderia caber o direito de escolher destinos, se não, é bem legítimo que Portugal preferisse organizar-se definitivamente pelo espírito político do Infante sábio, o Príncipe D. Pedro, a ser projetada pelo mundo, na implacável voragem do gênio que levará, com o *Navegador*, e, depois, com o *Príncipe Perfeito*, a ser poderoso, mercantil, negreiro, rico, universal... para apodrecer na riqueza e no poder. Em verdade, é o Infante sábio, o *Regente D. Pedro*, quem tinha virtude, prudência e talento para fazer a solidez de uma nação que se contentasse de modesta continuidade. Portugal, na vibração do desejo, deu-se ao destino de glória e riqueza, e não quis ouvir quem lhe falava de singela honestidade: “Mudar o curso da moeda, enfraquecê-la, diz ele ao irmão, não podeis como rei nem deveis como cristão... Algumas terras já têm por costume vender por dinheiro honra e nomeada, de que os desta, Deus seja louvado, sempre foram e são bem guardados.” Isto era assim, antes que o seu Portugal alcançasse grandeza; mas, daí mesmo lhe veio que nenhum país tem tanto quebrado o padrão da moeda, nem jamais houve quem tão ignobilmente vendesse... E Portugal teria vendido o filho – Pernambuco, se este não fosse de ânimo a não se deixar vender. Afirmando-se explicitamente, Portugal entregasse ao que o Mar lhe oferece. O maior dos reis que se seguem, o consagrado como *Perfeito*, é o definitivo organizador da descoberta desse desejado caminho das Índias. O fruto veio cair nas mãos grosseiras do que só teve o mérito de ser *Venturoso*, e só foi venturoso porque já era o mísero espírito, capaz de achar



suprema ventura nos lucros infames que a Índia lhe dava. Subindo num turbilhão de fortuna, a casa de Aviz tombou em vertigem, já manifesta na primeira prole, onde as qualidades se distribuem sem ponderação, e cada infante é um pendor de desequilíbrio: o Rei Duarte, lealmente verbocinante, extingue-se na neurastenia do contemplativo condenado à atividade; D. Pedro é a sabedoria inútil, contraproducente, que nem sabe ajustar a sua grandeza à grandeza ainda viva da nação; não sabe, sequer, dos motivos íntimos em que palpita, e toma por mote – *désir*, quando *desejos* não o abalam, nem o levam, a ele, que vai como o desiludido. A D. Henrique, sim, caberia o lema – *désir*; no entanto, escolheu a fórmula *talant de bien faire*... D. Henrique, ardor de desejo, foi a visão ativa, profeta e realizador desse Portugal que plantou o Brasil. Fez dos trôpegos rurais da Lusitânia os impávidos desvendadores de oceanos. Foi o fundador do domínio ultramarino, e o primeiro explorador dele. As caravelas descobridoras velejavam na *Cruz de Aviz*, cujo Mestre ele era. Explorada a África, iniciados os tratos da Guiné, e a nefanda riqueza do tráfico de escravos, são deles os quintos. Cruel, terminante, implacável, ele era, na elaboração desse futuro Portugal, de uma perfeita unidade de ação. Por isso, tudo lhe saiu à medida do desejo. Por ele se fez esse império que, em três séculos de decadência, ainda não desapareceu de todo. Na esteira de Portugal, despojando-o depois, fizeram-se todos os grandes impérios ultramarinos: Castela, Holanda, Inglaterra, França... No ideal de mercancia, exaltaram-se os Portugueses. *Mercantilismo*... Será o ideal que deve rebaixar; mas, nem por isso deixa de ser um veemente motivo de ação, e, de tanta força, que desviou o comércio e a navegação da estreiteza mediterrânea para a vastidão do Atlântico convertido, desde então, por eles, os Portugueses, em grande mar da civilização ocidental. O comércio que se fazia para o Adriático, eles o queriam, e tiveram o valor de arrancá-lo dali, e trazê-lo para as suas águas. Não foi em lance de



ímpeto, que eles tanto conseguiram; mas na constância do esforço medido, na maré igual do astro para o zênite. E como o astro, a nação portuguesa teve o seu declínio.

Navegante, Portugal foi o bordejante incansável, com velas para todos os ventos, e que não faltará no porto marcado, deixando traços por todas as costas. Quem conduziu os Portugueses? O ânimo de vencer e conquistar. Tudo mais que se alega é falho. Havia, sabemos, a lenda da Atlântida; havia a de *Al-Mogharrinus*, apenas mais verosímil do que aquela, mas igualmente insuficiente; havia, de valor efetivo, o périplo Hannon, e todo o prestígio da tradição navegante dos Fenício-Cartagineses, cujo eco mais forte e distinto ressoava justamente em Lisboa. O efeito desse passado, combinado à circunstância de que, ali – em Portugal, a tradição fenícia se encontrava com a dos celtas, refletindo-se no ânimo de um povo em surto de expansão, teria sido a determinante da direção que tomou essa mesma expansão; mas não poderia ter sido o motivo íntimo do movimento expansivo. Alega-se, também, a existência da bússola, já em uso pelos de Veneza... Nada disto diminui a glória dos portugueses, os primeiros com a coragem de viajar sem tempo fixo, sem terra à vista, *por mares nunca d'antes navegados*: do Bojador para lá, as costas alcançadas por eles eram, então, inteiramente desconhecidas dos europeus. Navegantes à vela, os próprios celtas nunca haviam saído do Atlântico estritamente europeu. Por sua vez, os normandos, por mais audaciosos que fossem, não desceram, nunca, dos seus mares setentrionais. Os do Mediterrâneo, dissipadas as lembranças dos gregos e cartagineses, não mais se aventuravam de Gibraltar para lá. Um século, apenas, antes de Sagres, ainda era esse, o limite extremo da expansão humana, mesmo para a visão genial de Dante:

*Quando venimmo a quella foce stretta
Dov'Ercule segnò li suoi riguardi,
Accio ché l'uom più oltre non si metta:*

E o poeta insiste em exortar – que não se vá ao Ocidente de Sevilha e Ceuta:

..... *cento milia*
Perigli siete giunti al'ocidente,
.....
Non vogliate negar l'esperienza.

§ 10º Os verdadeiros descobridores

Levado por um destino realmente irresistível, Portugal rompeu contra todo esse prestígio medieval. A África sarracena é, apenas, o ensaio do grande Aviz, cuja verdadeira conquista se volta para o Oceano. Num começo de estonteamento, Afonso V ainda vem a Marrocos; mas não tarda que o gênio político da dinastia se esclareça na ação de D. João II, e Portugal tudo dispõe, com ousada sabedoria, para o êxito absoluto de seus planos. Ao mesmo tempo que Bartolomeu Dias prossegue no itinerário que devia levar à Índia, Covilhan, por determinação expressa do seu governo, percorria a costa fronteira da Arábia, e colhia notícias do oceano Índico, em Malabar. Estava feito o caminho necessário, e Portugal, que em tudo aquilo fora lucidamente, teve razão de desprezar o oferecimento de Colombo: nem precisava dos seus serviços para ir aonde queria ir, nem podia aceitar um traçado de visionário, quem bem conhecia o verdadeiro caminho das Índias. Para o português, Colombo não convinha; o seu gênio, tão bem adaptável ao castelhano, era justo o contrário da fórmula portuguesa – mente de lucidez e plano, não de intuição e acaso. Dos mouros, receberam os portugueses indicações precisas a respeito das costas d'África... Eram necessárias, porque assim procediam eles – com segurança. E isto não lhes reduz o merecimento, que tem de ser medido: na coragem de ir a Ceuta, de afrontar o sarraceno na própria casa, e,

sobretudo, no saber aproveitar bem as mesmas indicações. Muitos outros tiveram os mesmos ensejos e indícios, outros mais feitos na experiência do mar, e bem mais providos de todos os recursos que faltavam aos portugueses, mas não tinham a fé ativa, o toque de gênio político e nacional, para aquela constância de esforço em que estes fizeram a sua fortuna. Se em Ceuta eles tiveram as primeiras notícias exatas, o certo é que o impulso de navegação vem de antes. O impulso evoluiu, transformou-se em resolução inteligente, meditada; e porque a resolução se cumpriu em muito valor, as jornadas de Portugal fazem época na história econômica do mundo, como, antes, a atividade das cidades hanseáticas, e, depois, a máquina a vapor e a navegação mecânica.¹⁷

Para a definição de valores meditados, a descoberta de Colombo é puro efeito, fruto que o acaso dá ao mais apressado em colher. Menos vale, ainda, esse navegar de normandos, piratas sem maior significação política, e que, frequentando a América por mais de um século, deixando lá uma colônia, não foram capazes de *descobri-la*: não tiveram inteligência para compreender o feito que realizavam, quanto mais o valor de espírito para, calmamente, longamente, planejar a descoberta e o tráfego dos grandes caminhos marítimos, e tudo praticar no mesmo valor, na mesma calma e impavidez. Um ímpeto de pirataria os levou às terras vizinhas, da Groelândia; daí, teriam passado às outras costas da Norte-América... Em que valeu, isto, às realizações de progresso?.. Em nada, pois que até as tradições se perderam. Agindo em plano meditadamente deliberado, Portugal fez obra definitiva e completa, para a civilização. E tanto foram meditadamente calculadas,

¹⁷ A descoberta da América resultou imediatamente das façanhas marítimas dos portugueses, que teriam precedido Colombo, ou o teriam aceitado, se não estivessem empenhados em fazer o verdadeiro caminho das Índias, e não soubessem já qual tinha de ser esse caminho. Por longa, a demonstração desses conceitos será dada em nota-apêndice.

todas essas descobertas portuguesas, que se criaram, para elas, as condições convenientes – concepções, processos e *instrumentos*. Os portugueses foram os primeiros a ver o mar como grandes exploradores, os primeiros a fazer navegação acima de simples cabotagem. Há quem pretenda que os portugueses estiveram no Brasil antes de Pinzón, e, mesmo, na parte norte do continente, antes de Colombo. São assuntos de eterna discussão, sem possibilidade de demonstração definitiva. Há, porém, de comprovadas – as expedições dos irmãos Corte Real, nos fins do século XV, em busca das costas orientais da Norte-América. “Devemos aos esforços perseverantes desses dois homens, a descoberta de longas extensões costeiras, desde a Baía de Baffin aos Estados da Nova-Inglaterra. Da sua última exploração, não mais voltaram os Corte Real, e uma expedição de socorro, enviada em 1503, pelo Rei D. Manuel, não achou mais traços deles”. Tais são os próprios termos em que Ch. Weile conta o caso, no trabalho que, com o título de *A Superfície da Terra*, escreveu para a grande obra, *O Universo e a Humanidade*.¹⁸ Tudo faz crer que essa série de longas expedições, cujos vestígios se encontram em 503, deviam ter começado antes de conhecidos os resultados da expedição de Colombo.¹⁹

São esses fatos que, impondo-se à razão de um Sarmiento, descendente de Espanhol, o levam a concluir: “A descoberta da América não é propriamente obra de castelhanos, mas o efeito das façanhas dos portugueses”.²⁰ De fato, foi a perspectiva da Índia que deu importância e ambiência ao sucesso de Colombo, que, por sua vez, nunca pensou haver descoberto terras ignotas, e, sim, – que tinha chegado às Índias. Um outro descendente de espanhóis, o

18 T. IV, p. 38.

19 Varnhagen tem, talvez, razão quando acredita que a descoberta do Brasil não foi casual, e que os portugueses tinham notícia da existência das respectivas terras, na altura onde aportaram. V. *Esmeraldo*, de Duarte Pacheco.

20 *Armonias y Conflictos de Razas en América*, p. 302 e 207.

Sr. Henrique J. Arce, sustenta, mesmo, que – “Colón morió convencido que lo que habia descubierto eran tierras de Asia”.²¹ Vespúcio, talvez, compreendeu (ou aprendeu dos Portugueses com quem trabalhou) que a Ásia era muito distinta das terras encontradas a Oeste, e a estas chamou de *Novo Mundo*, na célebre carta que escreveu ao seu amigo Lorenzo de Médici,²² e levou os sábios de Saint-Dié a darem o nome de América ao mesmo *Novo Mundo*.

21 *Revista Americana*, nº 56, p. 44.

22 O Médicis comunicou a carta de Vespúcio ao Duque René de Lorraine, que a passou ao seu secretário, Gautier Lud, membro do Ginásio *Vosgiano*, de Saint-Dié. O Ginásio publicou a carta, anexa à *Introdução à cosmografia* do seu associado Hylacomylus, que lhe fez o título – *Quarta parte da terra: terra d'Américo*.

§ 11º Diferenças políticas entre os dois povos

Seria ociosa toda essa longa análise do caráter português, e da obra nacional que por ele se formou, se não fora intuito explícito – pô-lo em face do castelhano, nas respectivas formas de ação, afim de, reconhecidas as diferenças essenciais, verificar até que ponto se refletem elas nas nossas qualidades e no nosso proceder, distinguindo-nos e caracterizando-nos, em confronto com os outros ibero-americanos.

A Espanha foi sempre uma justaposição de povos, ciosos das suas prerrogativas, orgulhosos das suas qualidades, prontos na defesa dos seus *fueros*, isto é, do particularismo das suas tradições políticas locais. No começo da vida moderna, criou-se, em torno de Castela, uma qual unidade política, toda aparente, e que resultou não de uma evolução necessária na política daqueles povos, mas das transações e arranjos dinásticos, para aumento de poder no monarca beneficiado. E as relações e aproximações, no sentido de tal unificação, fizeram-se, geralmente, em intrigas de reinantes, por movimentos diplomáticos. Quanto a Portugal: era Galiza-Leão, e, dada a tradição dos outros iberos, deveria ter sido intransigente em conservar-se galego-leontês. No entanto, não é assim que ele procede: torna-se inteiramente diferente das suas origens. Motivos, que só em conjectura se assinalam; – motivos puramente históricos levam Portugal a sair das tradições ibéricas, localistas, e esquecer, finalmente, essa Galiza a que pertencera.

Destaca-se *gallego*, mas toma novo ânimo, em novos rumos, e, teimando por ser distinto da nação de onde viera, atira-se a conquistas com o seu próprio nome, já em oposição com esse mesmo Leão-Castela, onde nascera. Independente, e sempre belicoso, ibericamente belicoso, todo o seu esforço, agora, é para manter-se independente. Cioso de sua soberania, Portugal teve que fazer uma política acentuadamente nacional, e bem unitária, porque só deste modo – *unido*, lhe era possível resistir ao resto da Espanha, e ainda fazer conquistas sobre o sarraceno. A ideia da nova pátria – a portuguesa, veio a ser intensamente cultivada na luta contra Castela, em oposição formal às suas tradições. Com essa política – unitária, anticastelhana, o Estado português ganhou forças, e o dinasta, que simbolizava a sua soberania, teve, desde logo, um poder bem explícito. Pelo resto da Europa, repetem-se os conflitos entre os reis e as facções aristocráticas, potentes e pretensiosas, ao passo que, em Portugal, muito cedo amortecem e se dissipam tais conflitos: aceita-se o Rei como representando a nação, não como simples chefe militar, e organiza-se o Estado em torno da coroa, expressão fiel dos ideais políticos e dos processos de ação.

Em contraste com esta situação política, pela outra Ibéria, o espírito nacional é ainda um nimbo – nas espessas sombras que são as pretensões de uma fidalguia sobranceira, individualista, e que, impetuosa, vem lutar explicitamente – para fazer valer os seus privilégios, uma vez que não há tradições de verdadeiro feudalismo. Então, esses *grandes de Espanha* tudo ousam em contestação com a coroa. Têm-se como da mesma condição do príncipe, e nada querem ceder: “... *fidalgos como El-Rei, dinheiro menos...*” E mais investem, ainda, contra os direitos da burguesia – as cidades. Estas, firmes nas tradições comunais da era romana, resistem vigorosamente, numa ação política que desde logo as destaca. E como não há mais um poder superior, análogo ao do Império, dada a atividade pronunciada dos conselhos comunais,



desenvolve-se e acentua-se um intransigente localismo, cuja expressão se encontra nos proclamados e multiplicados *fueros*, valentemente defendidos em cada parte. Praticamente, para reagir eficazmente contra as ameaças da fidalguia, unem-se as cidades, constituindo-se formidáveis *hermandades*, cuja força ampara, muitas vezes, o próprio rei contra as veleidades da aristocracia.²³ Outras vezes, a instituição comunal é uma potência em face do príncipe. Suplantados assim pelos particularismos, os interesses de ordem geral não se definem; a unidade da nação se desfaz no conflito de partidos – que defendem somente motivos limitadamente exclusivos e seus: da coroa, da fidalguia, das cidades... E a atividade política se reduz à luta imediata, entre essas diferentes partes. Com isto, a Espanha medieval, cristã, viveu sempre dividida e desunida. Em Castela, que veio a ser o centro de união futura, o caso ainda se agrava, devido à presença do sarraceno, e que dura sete séculos, perturbando necessariamente a homogeneidade da ação política, com os dissídios internos que daí resultaram – reação contra judeus e mouros.²⁴

A formação de Portugal foi toda outra, conduzida superiormente pelo sentimento da pátria já definida, numa unificação política que dominou tudo mais. A ideia nacional, exaltada em afeto, impôs-se definitivamente às consciências, e o Estado foi intransigentemente português. Os dirigentes e representativos sentiam em si a nação, e agiam em consequência. Por isso, quando os mais titulados dos governantes pareceram inferiores aos destinos da nação, esta se insurgiu: teve força para a obra da regeneração

23 Em Portugal as *hermandades* não tiveram significação, porque o Estado, no príncipe, foi sempre suficientemente forte contra as pretensões da fidalguia. Um fato, ainda, distingue a formação de Portugal: a maior influência de franceses. Localidades inteiras como Atouguia, Lourinhan, Vila-Verde, eram dessa procedência.

24 César deixou dos Espanhóis o conceito: "... falta-lhes inteligência política; nem fazem a verdadeira guerra, nem sabem viver tranquilos..." (Mm. 3, 100.)



política, e a fez nacionalizando completamente o Estado, com a adoção de um príncipe genuinamente português. A aura patriótica em que respirou a nação era ao mesmo tempo influxo de virtude, e houve ânimo para tudo. Quaisquer que fossem os antecedentes do bastardo, na eminência da carreira, o Mestre de Aviz foi um grande príncipe, verdadeiro fundador de dinastia. Em verdade, toda a glória, na expansão de Portugal, é *desenvolvimento* do seu reinado, onde o gênio da nação se define explicitamente. Sucedem-se as tragédias na sua prole; é a triste partilha do gênio; mas a sua sucessão é de grandes príncipes, até que Portugal realiza o máximo dos seus destinos. Nada de semelhante se verifica em Castela. A Espanha de grande fortuna – união de Castela e Aragão, essa deve toda a grandeza, se não é presente do acaso, à política torva, insidiosa, mesquinhamente pessoal, de Fernando e Isabel. Quando a ação da *Casa de Aviz* levava Portugal ao tenaz heroísmo que lhe deu os mares, os *Reis Católicos* faziam a sua glória acomodando aos interesses da sua *casa* todos os despeitos e as disputas vis das outras dinastias; e, na exploração de misérias e torpezas políticas, levantaram a fortuna do seu trono. Daí, deriva o contraste na fase gloriosa dos dois reinos: Portugal atinge a grandeza sonhada com o rei português, quando nacionaliza o trono; Castela chega ao apogeu dos seus destinos – o Império do mundo, com o príncipe estrangeiro, da *Casa d'Áustria*.

§ 12º A Espanha federada

Em tempo, reconheceremos os efeitos que a dissociação política dos outros iberos teve sobre a formação nacional, nas respectivas colônias, em contraste com a homogeneidade política dos portugueses e a sua perfeita unificação. Daí resulta, em grande parte, que, desde cedo, a colônia portuguesa se unificou na ideia explícita de um Brasil, abstração e realidade, a que todos se

referem, desde que a nova sociedade toma conta da terra. Curtos de espírito, os nossos políticos e historiadores têm explicado a nossa perfeita unidade nacional pela forma com que fizemos a independência – a monarquia, como se efeitos de tanta monta pudessem vir de causas assim insignificantes e efêmeras... Portugal, unitário, teve que ser o oposto da outra Ibéria, que foi sempre uma federação de gentes distintas – povoações, cidades... O espírito geral era suplantado pelo da solidariedade limitada ao grupo local, tradicional, e toda a política se fazia na forma *federal*. E é tão forte a tendência ao isolamento, tão essencial, que se superpõe, por vezes, à própria necessidade de eliminar o sarraceno. Por isso mesmo, veem-se daqueles sacrílegos acordos, em que cristãos, ligados a infieis, combatem outros cristãos!... É que a característica hombridade do espanhol, a sua proverbial sobranceira, e o exagerado zelo pessoal, transportavam-se à defesa do *pueblo*, da *ciudad*... cujos *fueros* eram zelados em tom de dignidade individual. No mais, a Espanha obstinava-se na dispersão interna. Refeita sobre autonomias locais, a Espanha reconquistada veio viver, praticamente, numa federação de municípios. Por isso, a composição dos domínios dinásticos pôde variar arbitrariamente, como ali se deu, sem que a vida nacional se ressentisse. A soberania política, efetiva, estava nas cidades, e estas, sem desarranjar a sua própria vida política, passavam facilmente de um domínio para outro.

Romana, ou visigoda, a Ibéria nunca se afastou totalmente das suas origens africanas, e sempre valeu muito, na sua política, o particularismo da tribo bérbere. Em Portugal, a pressão de motivos muito especiais fundiu as parcialidades, e, como o todo era muito pequeno, converteu-se bem numa *unidade*. Tal não podia suceder ao resto da Espanha, que, dilatada em muitas partes, e por toda parte intensa de vida, teve de continuar no particularismo tradicional. Daí resultou que floresceu pronunciadamente a vida municipal, como expressão das liberdades comunais, e que eram liberdades civis e políticas. Nestas condições, enquanto o resto da

Europa Ocidental aparecia, politicamente, na hierarquia feudal, a Espanha realizava um regímen relativamente livre, pela grande autonomia das suas comunas. O povo, mesmo na vida rural, existia nos *ayuntamientos* e nas *fueras*. Cada cidade valia por uma nacionalidade, quase tão ostensivamente como nas cidades-estados da Toscana e do Vêneto, mais sobranceiras, mesmo, que as cidades da Hansa germânica. Destacam-se, é verdade, nações nominais – Aragão, Catalunha, Leão, Navarra... São convenções dinásticas, e que valem pelas respectivas cidades. Montalembert, contemplando a história da península, consagrou explicitamente a verdade: “A Espanha nunca foi mais que uma confederação de cidades”. De fato, são as cidades que se agregam para formar os domínios soberanos, e quando esses defendem a sua soberania, defendem explicitamente os *fueros* das respectivas comunas. Por isso, as nações nominais guardam, para sempre, as suas regalias e liberdades, através de todas as combinações dinásticas, mesmo quando se reúnem na coroa de Castela. Eis a razão por que, realizada a célebre unificação, pelo casamento Castela-Aragão, a nação unificada aparecia mais no nome particular de *Castela*, que na designação geral de Espanha. É que tal unificação se fez como simples justaposição de partes distintas que persistem em conservar-se distintas. Unificação verdadeira, por assimilação íntima de componentes, nunca houve. Nacionalidades, qual Catalunha, ou Aragão, não eram conquistadas, nem assimiladas: aproximavam-se e reuniam-se, ao acaso dos arranjos diplomáticos, no interesse de príncipes, e estes, para a fácil conservação dos novos domínios, tratavam de respeitar todos os zelos de foros e regalias particularistas. Foi por isso que, não obstante haver resolvido o caso militarmente, Filipe II de Castela e os seus sucessores foram ostensivamente reis de Portugal, em numeração especial. Os povos aceitavam a mudança da casa reinante, mas timbravam em conservar o caráter nacional em que estavam, no localismo das suas tradições; e, dada

a hombridade do espanhol, só assim conseguiam os príncipes que elas aceitassem a mudança.²⁵

Existindo assim, nas respectivas cidades, Espanha-Castela estava repartida politicamente, tanto que, por muito tempo, não teve *Capital* definitiva. Foi, longo tempo, em Toledo; depois, mais tempo, em Madri; outras cidades, porém, também se chamaram *Capital*. Então, explicam alguns, de detrás para diante: “Para a centralização e unificação do país faltou uma grande cidade...” quando foi o contrário o que se deu: faltou unidade nacional, espírito de centralização, que concentrasse *numa* cidade os interesses gerais, e aí fizesse uma política também geral.

§ 13º Precocidade política e nacional de Portugal

No começo do século XV, a nacionalidade portuguesa tinha expressão de vida em todo o país; havia uma política geral bem definida, com a noção de pátria bem explícita, no ânimo dos que partiram para conquistar Ceuta e Tânger, não para si, mas para Portugal. Nem mesmo fora da península – Inglaterra, França, ou Holanda... encontra-se, então, atividade tão realmente nacional. Enquanto isso, na época desses feitos, em Castela se notava a mais turbada anarquia política. A fidalguia usurpava direitos essenciais do Estado, em face da coroa, vacilante, efêmera, escasso representante de uma nação embrionária. É um mundo que se desfaz (a organização árabe), e ainda não se refez. A escola do Estado romano se perdeu, e só mais tarde o trono terá prestígio para afirmar, com

²⁵ Quando o grande Carlos V abdicou, Navarra não reconheceu o ato, e o conservou como rei porque fora o monarca de Castela que abdicara, não o de Navarra. Aragão era uma justaposição de Estados, “por eso los reyes de Aragón juraban los fueros y constituciones a cada uno de los tres Estados por separado y en sus respectivas capitales, los de Cataluna en Barcelona, los de Valencia en esta ciudad y los de Aragon en Saragoza”.

os seus legistas, o *direito do Estado* sobre as pretensões da fidalguia. Em Portugal tudo isto estava feito, nessa precocidade de evolução, que permitiu ao *Mestre de Aviz* simbolizar em *João das Regras* uma das suas obras políticas.²⁶ Questão de datas... Para o caso, datas têm uma importância máxima, porque elas se referem aos fatos capitais, na orientação e nos destinos da colonização ibérica, na América. Castela, retardada, precede Portugal, na organização das suas colônias, e, para nós, descendentes, o caso tem grande significação, porque dessa diferença de datas, na evolução geral dos dois povos, resulta acentuada diferença na natureza e na força dos motivos que os levaram à obra da colonização, assim como no feitiço que lhe deram. A isto se relaciona intimamente – o como um e outro, fizeram-se navegadores, quer dizer, mundiais. O português foi o navegante de escola, deliberadamente levado à aventura dos mares desconhecidos, com ânimo de verdadeiro descobridor; o castelhano foi o navegante de acaso, e que nunca pôde ser – o franco senhor dos mares. Tem esquadras – floresta de mastros, que desarvoram nas primeiras tempestades. Era ainda no auge do seu poder, com Filipe II, e Sully já notava que havia no ânimo da Espanha qualquer coisa de falho para dominar... Completando o comentário, Mahan explicava que era a *incapacidade no mar*. Foi quando o senhor das Índias Ocidentais armou os trezentos navios, que se perderam sem combater. Um holandês do século XVI, citado por Mahan, já notava que os espanhóis, desde o começo da sua fortuna ultramarina, “começaram abertamente a fretar nossos navios, para fazê-los de vela para as Índias... É manifesto que sendo as Índias Ocidentais como que o estômago para a Espanha,

²⁶ O que Portugal terminou em 385, em Aljubarrota, Castela só terminou em 1512, com a incorporação de Navarra. A própria expulsão do mouro só se completou em 1492. Portugal, em 1446, tem um Estado moderno, juridicamente, com as célebres *Ordenações Afonsinas*; em 1479, ainda Castela apenas se justapõe a Aragão, por meio de casamento.

deviam ser juntas à cabeça por uma força marítima”.²⁷ E como não havia esse verdadeiro poder marítimo, entraram os ingleses a esvaziar para si o estômago da Espanha: a esquadra com que Drake fez tão grandes presas sobre espanhóis era de cinco navios, o maior dos quais de 120 toneladas, o menor, de 72 toneladas – um insignificante saveiro de escotilhas. Com isto, o celebre pirata tomou, desde logo, o pomposo *Cacafuego*, de fogos nulos, incapaz de defender a riqueza de que o encheram: o lastro era de prata, e a carga, de ouro e pedras preciosas.

Navegante de acaso, por acaso – num jato de fortuna foi o espanhol projetado sobre as costas do Novo Mundo. E a fortuna continua com ele, para turbar definitivamente a sua missão de colonizador. Desceu pela mão de Colombo, na América, e, vindo cair, sem mais demora, sobre povos que tinham riqueza para saque, a sua colonização caracteriza-se logo como um simples colher de riquezas. O português, onde fundou verdadeira colônia, foi um organizador de atividade agrícola, um colono produtor. As descobertas e o povoamento das ilhas do Atlântico foram, para eles, uma escola admirável. Esse treino – de colonizador e povoador, na Madeira e nos Açores, durou mais de século. Destarte, quando Portugal se atirou à verdadeira expansão colonial, tinha uma unidade perfeita, era uma nação mundial, e estava afeito ao mister de povoar. Castela, por esse tempo, era, tão-somente, um estado guerreiro; não havia, nela, aquele forte espírito nacional que se propaga, e ganha forças ao propagar-se. Valendo, em energias computáveis, por quatro ou cinco vezes o que valia Portugal, Castela não podia ter no ultramar a eficácia de ação política da sua rival. É indispensável ser marinheiro para ser ultramarino.

Portugal, que, de origem, já tão distinto é de Castela, acentua de mais em mais as diferenças, à medida que progride como nação.

²⁷ Mahan, *Influence of the Sea*, p. 41.

Nos tempos dos Borgonhas, ainda há sensíveis aproximações; as próprias lutas da independência faziam relações aos dois povos. Mas essas relações se desfazem completamente quando, em grandes destinos, Portugal e Castela são parselhas e rivais. Até meados do século XVI, ainda é nas letras espanholas que os portugueses veem grande brilho; os verdadeiros literatos praticam uma língua e a outra; muitas inteligências se cultivam nas universidades castelhanas.²⁸ Mas não tarda que, na rivalidade, se dissolvam todos os motivos de aproximação: quando sobrevém a triste crise de 1580, sob a mesma coroa, já não é possível fundir Portugal na Espanha; e seria preciso destruir tudo que, no país e no povo, é propriamente português.

§ 14º Diferenças de caráter

A diferenciação nacional portuguesa seria absurda e insubsistente, se não tivesse motivos no caráter geral da respectiva população, em cotejo com os outros espanhóis, sobretudo os castelhanos. E é isto o que importa ao nosso caso, para procurar e reconhecer que haja de específico no caráter do brasileiro. Note-se: esta análise de qualidades não significa, em modo nenhum, o intuito de assinalar superioridades. Castelhanos e portugueses são caracteres que se distinguem e se definem em virtudes neutras, sempre em grande valor, e que tanto servem ao bem como ao mal; são *diferentes*, é o que se tem a acentuar. Portugueses – os mais

28 Martin Afonso se instruiu na universidade de Salamanca. Até os meados do século XVI, os literatos portugueses como que prezavam mais o castelhano do que o seu galego lustrado de eruditismo latino; e é assim que Gil Vicente, tendo composto 40 *autos*, só escreveu em português 17 deles. Note-se, agora, que se tratava de peças para serem especialmente *ditas*. O castelhano era uma sorte de aristocracia de pensamento. E assim se explica que o grande fidalgo, poeta, D. Manuel de Portugal, tido por Camões como restaurador da poesia portuguesa, só escreveu quase que em espanhol.

intrepidamente tenazes... Castelhanos, os mais intrepidamente cavalheirescos... Uns medidos e melancólicos, outros impetuosos e imponentes... Há generosidade em comedimento, como há em vivo impulso; há criminosos tristes, e há crimes de estrepitosos e exuberantes... Ximenes, Duque d'Alba, Cortez... são heroicos, mas de um heroísmo diferente do de Tristão da Cunha, Castro, Albuquerque... *O grande de Castela* é realmente fidalgo; o fulgor da sua valentia deslumbra; mas todos sentimos que a figura de um Nun'Álvares não se diminui, quando a levamos ao quadro geral dos fidalgos ibéricos; em valor definitivo, ela é representativa de outro povo – expressão de outra alma nacional.

O tom de vigor inibitório, e de domínio íntimo, é característico da alma portuguesa; todas as outras qualidades ungem-se nesta essência; aí se encontram os termos do contraste com o castelhano. O português é o espanhol que se dominou e se contém. O retrato, banal pela repetição, é esse mesmo: altivo, sobranceiro, estrepitosamente orgulhoso da sua raça e da sua fé, arrogante, cálido na valentia, exuberante na paixão... E toda a energia se gasta na expansão. O português, valor que se difundiu em profundidade, tenaz, potente pela íntima confiança, sem fulgor, mas forte – como a vontade permanente, disciplinada. Já é legista e mercantil, enquanto o outro só recorre à espada, e quer desprezar o dinheiro. Um estala – que não pode curvar; o outro vergará, sem perder de energia, e finalmente vingará na direção que procurou. Tanto vale dizer: o português é definitivo nos fins, adaptável nos meios, sistematicamente subordinado às circunstâncias, avesso à rígida intransigência e à soberania do castelhano. Para um, a honra é ostensiva hombridade; para o outro, título de confiança, segurança de efeito. Daí, que, neste, a vibração de amor tenha tomado a feição apagada de queixumes. Violento no heroísmo, o espanhol é cantante, fremente no afeto, cuja sinceridade é apenas veemência. O português soluça em sentimento recalçado, e, na

lírica do lamento, dá o valor de sinceridade. A tragédia do horror, em oposição à da melancolia. Comoção serena, dor e poesia, confiança surda e instintiva... e, com isto, o português parece menos afirmativo e original. Vida curta, num heroísmo derramado por todo o mundo, o gênio de Portugal não poderia ser o de uma expressão completa; faltam-lhe muitos recursos. A grandeza da obra política e econômica absorveu todas as forças, e, muito cedo, suspendeu-se a evolução mental da nação. Demais, por ser disciplinado, o povo português perdeu alguma coisa no destaque exclusivo e pessoal; a bondade, a sociabilidade, confundem-se, por vezes, em humildade, quando não degeneram em servilismo. Com elevação de alma, isto será delicadeza de caráter, complexidade, desenvolvimento de nuances no julgar e no querer; na poesia, doçura, lirismo de crepúsculos e saudades; com a desgraça, dá em lamento, resignação ativa, em vez de revolta ostensiva. Daí, a aparente moleza de atitudes do português, apenas arrastadamente obstinado, quando o espanhol é rude e arrogante.

§ 15º As facções em Espanha

Produto de uma diferenciação histórica, sobre qualidades essenciais comuns, Portugal acentua o seu caráter num contraste crescente com Castela; e como o destaque geral é todo político, neste sentido, sobretudo, reforçam-se as diferenças. Em Portugal, o gênio político de duas dinastias, em objetos diferentes, educou as tendências patrióticas das populações, fundiu por todas elas o espírito nacional, e, em tal modo, o treino patriótico da formação política resultou ser educação da vontade, cultura da força consciente, para fins conscientemente adotados. A grandeza da nação se fez nesse desenvolvimento de ânimo das gentes. Em Castela, já o vimos, o Estado se engrandece sobre populações não unificadas; engrandece-se pela política de interesses pessoais do príncipe,



que faz a *sua* política aproveitando o simples heroísmo espontâneo do espanhol. Destarte, na ação política, temos dois povos que se apresentam, em qualidades e efeitos, nitidamente opostos: o castelhano sobranceiro, intransigente da sua pessoa, arrogante, e, daí, facilmente descambando para a turbulência, a revolta a facção; o português, contido, apagado, morigerado, resistente, sim, mas disciplinado, e, finalmente, mais político. São historicamente clássicas essas lutas, ao longo de toda a vida da Espanha moderna, até que o prestígio e a força de um grande império deram ao imperante esse poder absoluto, capaz de dominar toda a veleidade de resistência interna. Até então, até o começo do século 17, era endêmica, em Castela, a turbulência, a luta das facções.

Estrabão já notava nas tribos ibéricas, distensões essenciais, furores hostis, um imenso orgulho nos homens – incompatível com a disciplina e a união. É verdade que a Espanha moderna veio da luta contra o Sarraceno; mas esta não chegava para saciar o espírito belicoso das gentes, nem abafava as pretensões e despeitos entre as facções. Parece, até, que as dissensões se agravam: “Ganha a batalha, recordam-se todos os ódios pessoais, lembram-se as injúrias, surge a cobiça. O exército da véspera dispersa-se em bandos hostis... As crônicas de Sevilha, de Toledo, de Cádiz, do Norte, do Sul, do centro... são testemunhas dessa agitada vida de facções...” O fidalgo, vitorioso contra o inimigo comum, era um intolerante e inexorável senhor no domínio que pretendia ter sobre os que o cercavam. Para agravar o ânimo de facção, havia as ordens militares, as *hermandades*... outros tantos centros de ação política distinta, em face do trono, em contestação com a fidalguia. Acrescentem-se as lutas dos fidalgos entre si. Tornaram-se justamente célebres as pugnas entre os de *Medina Sidonia* e a casa do *Marquês de Cádiz*; foi uma verdadeira guerra civil, que perturbou toda Andaluzia. Não foram menos graves as lutas sustentadas pela facção do Marquês de Aquilar, em Córdoba. Igualmente violentos e cruéis eram os





encontros entre a fidalguia e as municipalidades: Valladolid, para opor-se ao famoso Ximenes, teve de reunir 30.000 combatentes. É que os direitos da aristocracia sobre os *solariegos* conservaram-se, muito mais formais, em Castela que em Portugal. O *fuero viejo*, dali, diz: “O senhor pode apoderar-se do corpo do solariego e tudo que ele tem no mundo”. Até que se abolisse tal excesso de servidão, houve que fazer grande resistência, lutar muito. Enquanto isto, afora a crise (sem guerra civil, aliás) da mudança de dinastia, e o rápido movimento em torno do Príncipe Regente, D. Pedro, Portugal gozava de uma admirável paz interna, todo ativamente ocupado em preparar-se para estender o seu poder sobre o mundo, e ser uma grande pátria. Nessa prática incessante da guerra, o castelhano se tornou como feroz, sanguinário; na prática do saque sobre o sarraceno, depredador, devastador.²⁹

No curso de tanta luta, no desencontro dos interesses em choque, muitas vezes a fidalguia espanhola antepôs os seus interesses aos da pátria. É fato a notar, porque ele se reproduzirá mais tarde, nas colônias, quando os célebres e desalmados conquistadores entram em competência. O castelhano é pessoal, quando o português é nacional; no seu ânimo não se distinguem bem, dignidade pessoal, altivez, independência, sobrançeria, vaidade, ostentação de poder, pundonor, despeito... Tudo é ímpeto. Ele nos parece espontaneidade, sempre sincero, quando o português, pela expressão meditada, em gestos feitos, tem o ar de cabotino, convencional, solene...

Todos esses tons de diferença se refletem na vida econômica, tanto como no que é propriamente político. O português, que deliberadamente se serviu do heroísmo natural para explorar os mares e dominar o comércio, foi negociante por essa mesma curva

²⁹ “El celtibero espíritu de bandería, de lucha intestina... aventureros que querian la guerra por la guerra...” (B. Ibañez.)



do destino. O espanhol, navegante incompleto, explorador por acaso, nunca deu, por inteiro, o seu gênio ao mercantilismo. Para satisfazer à sede de ostentação, bastava-lhe ostentar a si mesmo. O português, mercantil, mostrou-se, desde cedo, mais sequioso de gozos brutais ou materiais. Todo dado ao ídolo de ouro, quer o brilho da riqueza; só confia na independência garantida pelo dinheiro... Como reverso, a sua consciência parece entregue a esses motivos materiais, e ele será, com a decadência, o povo menos intelectual do Ocidente, o menos interessado pelas coisas do puro espírito, sem treino de estudo, avesso à meditação.³⁰

O vigor do desejo guarda a mesma veemência nos dois caracteres. No português, porém, sob o freio da vontade, fez-se cobiça, ânsia de fortuna, e ele não se poupa à atividade fácil, desde que esteja certo de tirar riqueza imediata. Não será um produtor, nem propriamente um trabalhador; se consideramos que, de fato, pouco produz, e prefere, por toda parte, a atividade de traficância, sobretudo porque, aí, pode ver, em cheio, a *margem de lucro*. Não é realmente um ativo, pois que a sua aspiração insistente é o repouso – o ócio garantido pela fortuna. De todo modo, o espanhol colonizador é bem o oposto: se não é lorpamente preguiçoso, mantêm-se inativo – porque despreza o trabalho, e não se deixa tentar pela produção, desde que não seja a colheita imediata do ouro, no saque, ou na mina. Não esqueçamos que nem mesmo *Sancho*: não gasta o seu bom senso em preocupações de lucros e zelos de acumular.

³⁰ No miraculoso esforço para ser uma grande nação, Portugal criou genialmente todo o necessário, inclusive uma língua nacional, e a competente literatura. Por todo o seu período de afirmação e de grandeza, ele teve pensamento a par do seu século. O movimento que começa com Lobeira e Simão Castro, passando por Bernardim Ribeiro, Falcão, Vasconcelos, Fernão Lopes, Ruy de Pina, Azurara, Gil Vicente, João de Barros, Sá de Miranda, Garcia Rezende... vem até a grandeza de Camões... Depois, como decai a obra política e nacional, diminui a obra de pensamento, até o ranço soporífico das *academias*...

§ 16º Na decadência

Com o destino a que foi levada a nação, o português, sobretudo nas classes superiores, viu o patriotismo numa refração muito utilitária; por isso mesmo, a aristocracia portuguesa, a dos bons tempos, só ser bem comparada à inglesa. Há muita coisa, da boa tradição portuguesa, que foi apanhada pelos ingleses. Dir-se-ia que estes tiraram do mísero aliado tudo que havia de bom. Foi essa política utilitária que levou os monarcas portugueses a aproveitarem as qualidades dos judeus, banidos, segundo as necessidades nacionais de Castela. Também a Inglaterra, nas aparências de liberdade, acolhe apóstolos da justiça social, a quem se fecham os outros países, e aproveita o espírito de iniciativa, que neles se encontra, e goza o alto prestígio de nação tolerante e liberal.

Todas essas diferenças, políticas e psicológicas, refletem-se nas formas de decadência, quando sobrevém a degeneração. Nota-se, em primeiro lugar, o como Portugal se antecipa: é o primeiro a degradar-se... Quando Castela ainda está no fastígio do poder, com o formidável império de Filipe II, já o Portugal de Aviz tombou em Alcácer-Quibir, esgotado, nulo, com a sua fidalguia aviltada, em torno do rei alucinado, ensandecido. Mas, no português, vale a tenacidade, qualidade que pode subsistir mesmo no decaído, e Portugal, que nunca mais terá forças para refazer os seus destinos, nem para lembrar as glórias passadas é, ainda, uma reserva de energia humana. Portugal degenerado é ainda vitalidade, e resistirá – pela dobléz, pela subserviência transigente... Resistirá e persistirá. Foi nessas formas, de pura tenacidade, que o velho reino, decaído, pôde conservar o Brasil, e dele viver por todo o ignóbil reinado dos Braganças, no seu torpe e bronco absolutismo.

As virtudes explícitas do caráter castelhano não podem subsistir na degeneração, e a Espanha quase desapareceu do mundo quando se degradou. O português fez o seu heroísmo em mercantilismo; as suas conquistas, tanto lhe vieram pelo valor guerreiro,

como pela simples pertinácia, a transigência, a lisonja... até a subserviência. O Espanhol, apenas depredador, quando lhe fogem as forças de heroísmo, anula-se... Portugal degenerado pôde continuar mercantil; pôde ainda insistir na sua pertinácia, ora irritante, ora soez e covarde, ora despudorado e cruel... Há manifestações comuns nas suas degenerações (tal o desalento), mas de efeitos bem opostos; o português goza, quase, na miséria, para expandir-se na lamúria; é o lamento expansivo, com a resignação ativa, que faz aceitar a degradação atual, no esforço para enriquecer, apesar de tudo. O espanhol lamenta-se, e queda-se, anulado, sobrevivente, apenas, na sobranceria, sempre avesso a humildades, quando o outro faz da mesma humildade um processo de vitória. Tudo isto nos explica o como pôde o pequeno Portugal, de tão escassa população, bastar para todas as suas empresas, de conquistas e colonização. A Espanha, com os seus 27 milhões de habitantes, no século XV, tem de colonizar, apenas, a América, e o faz numa proporção aproximadamente igual à da colônia portuguesa – o Brasil; Portugal, com menos de dois milhões de habitantes (século XV), conquista todo o estirão de terras até a Índia; espalha guarnições por todas elas; conquista e coloniza o Brasil... Vem a degeneração e decadência: a Espanha anula-se materialmente, reduzida a 7 milhões de habitantes; cidades importantes desaparecem (Ibañez). E enquanto isto, Portugal, tendo realizado o que realizou, sofrendo os mesmos males de decadência, acusa, no fim da empresa, a mesma população, quase. É que o português, sem ímpetos de sobranceria, não sucumbe à desgraça: tem resistência para todas as misérias, com a possibilidade de explorá-las. Um, o espanhol, não sabe extorquir sem atacar e dominar; quando lhe faltam as forças e as presas, mirra, ressequido: pulga esfaimada, ou relho sem uso. O outro, prepara a presa para ser definitiva; morrerá com ela, se não puder alcançar outra vítima; e terá sempre fartura, para distender-se – quisto, enfartado e sempre ativo.

No português, a energia é sobretudo vitalidade: quer viver, deve viver; o mais é apenas recurso. Guardará a vida, guardará a riqueza, quaisquer que sejam os sacrifícios. Quando a visão das Índias o empolgou, Portugal esqueceu que era europeu; realmente, nunca mais foi europeu, e pôs-se ao nível do mundo exótico de quem se aproximara. Castela timbrou em continuar a ser europeia; no máximo das suas forças, ela tentou ainda, o Império do mundo, à moda antiga. Vencedor na sua empresa, senhor dos oceanos, no poder que isto lhe dava, Portugal se proclamou, em grande orgulho – SENHOR DO COMÉRCIO e NAVEGAÇÃO... Por isso mesmo, na sua maior miséria, ainda Portugal não é pobre. Quando o tesouro público deixa de receber os subsídios do Brasil, uma *colônia*, em sanguessugas, continua a dar à nação decrépita as possibilidades de subsistir. Em contraste, a Espanha, mesmo na grandeza, conheceu a verdadeira pobreza, até que se decidiu a viver de si mesma. “Carlos II, señor de Espanha y de las Índias, no podría, algunos días, dar de comer à la servidumbre” (Ibañez).

Esse fato da decadência degenerativa das nações ibéricas, foi de efeitos tão significativos para as sociedades coloniais, que se torna indispensável apreciá-lo especialmente na expressão de vida das mesmas colônias. Fora impossível compreender as misérias que afligem o Estado do Brasil sem ter em vista a degeneração em Portugal, e a degradação do Estado português, que aqui se implantou.³¹

31 Armitage mostra que, mesmo no Portugal degradado, de 1820, a fidalguia era ainda opulenta. (*Hist. do Brasil*, trat. De Ega, p. 112.)

§ 17º O Português – na Índia e no Brasil

Não pareça redundante ou excessiva essa caracterização da nação portuguesa, e do valor humano das suas gentes. Se tal é o gérmen, se ele se classifica bem, em qualidades nítidas e distintas, havemos de reconhecer tais qualidades, apreciá-las rigorosamente, superiormente, para medir-lhes o merecimento, e verificar se elas aqui se encontram. Até que ponto valem, nós mesmos, pelas qualidades havidas nessa herança? Desganhámos de Portugal, que foi o primeiro, e o mais forte, e o mais glorioso, na expansão do Ocidente; tenhamos a nobreza de afirmar as qualidades de origem, no espírito de estimá-las. Um critério de pura ciência, conhecendo bem o nosso caso, julga dele, neste conceito, que é o de um Martius: “O português que no princípio do século XVI emigrava para o Brasil levava consigo aquela direção de espírito e coração, que tanto caracterizava aqueles tempos... o historiador brasileiro não poderá eximir-se de traçar um quadro dos costumes do século XV, se intentar descrever os homens tais e quais vieram...”³² E Martius tem razão, porque a colonização do

32 O grande alemão, a cujo estudo tanto devemos, foi um dos primeiros a formular nitidamente o princípio de que – para conhecer o homem brasileiro, é indispensável procurá-lo na sua tríplice origem, o português, o índio e o negro. “Qualquer que se encarregar de escrever a história do Brasil, país que tanto promete, jamais deverá perder de vista quais os elementos que aí concorreram para o desenvolvimento do homem... De um modo particular três raças, a saber: a branca, a índia e enfim a preta. Do encontro, da mescla,

Brasil começou quando o gênio português patenteava ainda a óptima da sua eficiência. Para aqui vieram, com a criação da colônia, espécimes bem representativos das suas vigorosas qualidades – de caráter e de ação. É o que se constatará quando for ocasião de apreciar os feitos em que eles se manifestaram. Antes disso, convém examinar a interferência que sobre esse início de colonização poderiam ter tido outros sucessos, que resultavam da atividade dos portugueses. Trata-se do comércio e a exploração das Índias, cujo primeiro efeito consistiu em retardar a colonização sistemática do Brasil.

Foi um bem.

O português, ordeiro, disciplinado, primeiramente afeito à vida rural, atirou-se à aventura dos mares, na cobiça do ganho comercial; mas, estabelecido nas ilhas do Atlântico, e não encontrando, aí, outra forma de atividade, nem possibilidade de fortuna, senão a exploração estável, agrícola – no povoamento regular, assim procedeu, e mostrou, antes de qualquer outro povo da Europa medieval, ser excelente povoador, porque juntava as qualidades de pioneiro às de formador da vida agrícola e regular, em terras novas. Estava feita a experiência, quando se achou o caminho das Índias, com a possibilidade de grandes proveitos na exploração comercial, até mesmo sob a forma imediata de despojos. Então, para a Índia se despejavam as levas de todos

das relações mútuas e mudanças das três raças, formou-se a atual população, cuja história por isso mesmo tem um cunho muito particular.” (*Como se deve escrever a História do Brasil*, R. I. H. G., nº 24, 1845.) Esta concepção, repetida em tom de originalidade, pelo Sr. Silvio Romero, é que o levou a caracterizar a alma brasileira, pretendendo apresentar-nos recantos de índio, outros de português, ao lado do que ele dá como do puro negro. O seu critério não pode compreender que misturas tais dão lugar forçosamente a *combinações*, com produtos que não podem ser simples soma ou justaposição de partes distintas, mas qualquer coisa de particular e novo. Foi isso mesmo que Martius quis significar, quando fala em cunho *muito particular... mudanças nas raças componentes*.



aqueles em quem predominava a cobiça grosseira, a sede brutal de ouro e de comércio pirata. Foi o heroísmo em orgia de saque feroz, a exploração aviltante de um comércio privilegiado. O Brasil ficou oficialmente abandonado, quase esquecido, no afã de arrecadar-se o que o Oriente oferecia. A ganância desenfreada deu em atropelo administrativo, rapinagem afrontosa, extorsões, corrupção em todos os modos. Posteriormente, no viver integral de parasita, Portugal se degradou e degenerou profundamente; naquele primeiro momento, porém, a turbação moral ainda não era a degeneração formal, senão o estonteamento do faminto, na solta de larga mesa. E os primeiros anos da Índia, com o ter atraído o que havia de mais ganancioso, mais depredador e heroicamente mercantil, deram lugar a uma sorte de seleção, favorável à futura formação do Brasil.

Sim: a Índia depurou a primeira colonização do Brasil. Pelo seu caminho se foram os que não convinham às necessidades da nação que aqui se criava. Houve seleção de indivíduos, e, até, de serviços. Tal se dá no caso de Martin Afonso. Era um ânimo de grande energia, valoroso como qualquer Pizarro, ou Almagro; tanto se vê nas suas façanhas em Requilin, Malabar, Ceilão, Bengala... onde teve de bater-se com guerreiros que não eram inermes mexicanos, ou peruanos. O Brasil nascente muito lhe deve, assim como ao irmão, o Pero Lopes, companheiro de Carlos V contra o célebre *Barbaroxa*. Mas, com o seu grande valor, era, Martim Afonso, um grosseiro ambicioso – de riquezas feitas, como as terras daqui não lho podiam proporcionar; e o grande capitão, depois de dar-nos o que de bom havia na sua atividade, foi-se para a Índia, a cevar nas riquezas dali os instintos de rapinagem. Bem diverso acontecia com os Castelhanos. Menos homogêneos e coesos em nacionalidade que os portugueses; mais irritantes, apenas depredadores, eram exclusivos pioneiros de fortuna rápida. Não havia derivativo para a sua sede de riqueza: nem a perspectiva de formarem um novo país,



nem o amor da nova pátria, nem os exemplos de uma exploração territorial estável. Os que vinham para as Índias Ocidentais eram puros saqueadores e arrecadadores. Para isto, muito concorria a circunstância de encontrarem, aí, riqueza a colher, e as massas de índios sedentários, facilmente escravizáveis – para a exploração imediata das minas, logo por esses mesmos indicadas. Foi a essa colheita de riqueza e de metais que os castelhanos se entregaram. E assim se formou a sua tradição colonial: *a mina do Peru, eixo do sistema espanhol*, diz com precisão Capistrano de Abreu. É este um dos pontos de essencial diferença entre o país brasileiro e os principais centros de colonização castelhana. Por isso mesmo, temos de apreciá-lo em vagar, quando chegarmos a assinalar sistematicamente o que nos distingue dos outros ibero-americanos.

Aconteceu, também, que a orgia das aventuras na Índia serviu de boa lição: não resultou desde logo em desastre, e valeu como aviso ao Governo de Lisboa, porque foi motivo de muita desilusão, de muita experiência dolorosa. Portugal, dobrado por essa experiência, compreendeu que era preciso elevar os processos na Índia, meditou nos magníficos resultados da colonização das Ilhas, e o Brasil lhe pareceu a terra destinada a uma vasta exploração colonizadora, estável, em que a nação se refizesse, em vez de perverter-se, como acontecia na exploração puramente comercial, de simples feitorias. Para isto, concorreu explicitamente a exploração que os franceses faziam das costas do Brasil, onde tinham feitorias, e desenvolviam proveitosas relações comerciais com o gentio.³³ Portugal defendeu o seu domínio na forma conveniente – veio ocupá-lo e o colonizou, produzindo-se, assim, o longo conflito entre franceses e portugueses. Em tempo, mostraremos

33 Capistrano de Abreu é categórico: “... só depois dos franceses tentarem estabelecer-se em Pernambuco, começou-se a pensar seriamente no Brasil, e surgiu, como o melhor expediente... o plano de capitânias hereditárias.” (Notas à ed. de 1918 da *História do Brasil*, de Fr. V. do Salvador, p. 74.)

que essas lutas patenteiam, de modo irrecusável, a superioridade destes últimos, não só na eficiência militar, mas, sobretudo, na capacidade colonizadora. O caso de Villegagnon, cujo fracasso foi decisivo, nos dá todos os elementos da prova: era gente de pirataria, exclusivamente, e que começou desertando, lá mesmo, antes de embarcar; o chefe, *un franc soudard* (qualifica-o Gilbert), não tem valor para mais. Chegados aqui, não queriam trabalhar, e estiveram, por isso, inteiramente a mercê do gentio;³⁴ não traziam aquela poderosa unidade religiosa dos portugueses, e que foi estímulo constante contra a ocupação holandesa. E a colônia francesa logo se turbou profundamente por motivos de crença.³⁵ Além disto, feitos nos decênios de viagens exploradoras, os portugueses tinham a experiência direta das coisas; eram espíritos mais aptos, então, para a vida moderna do que os franceses. Quem quiser julgar bem do caso, leia a carta de Caminha, que, aliás, não era um sábio titulado, comparando-a à obra de André Thevet – *Singularités de La France Antarctique*. Esse Thevet, *Cosmógrafo do Rei*, aqui esteve com Villegagnon, e escreve cinquenta e oito anos depois da viagem de Cabral, quando o mundo já estava inteiramente saído da Idade Média. No entanto, a relação de Caminha é a realidade, na transparência de uma observação criteriosa e precisa, é a verdade sem influência de preconceitos, e as páginas de Thevet são despautérios de puerilidades e inverossimilhanças: todas as fabulices medievais, apresentadas como realidades colhidas no Novo Mundo. Assim patenteada a superioridade dos portugueses, o seu conflito com os franceses foi vantagem para os

34 “... aucun de ces soldats et gentilshommes ne consentit à déchoir en labourant la terre...” Gilbert, *L'Éxotisme Américain...* p. 81.)

35 Villegagnon trouxe ministro católico – Thevet, e ministro protestante – Lery; ele próprio se dizia calvinista; mas julgou melhor abjurar, e, então, chegou ao ponto de abandonar na terra firme, à mercê do gentio, os protestantes da colônia. Quem o garante é o mesmo Gilbert, *op. cit.*, p. 93.

efeitos gerais da colonização. O mais importante dessa vantagem foi que Portugal, para garantir-se, fez estabelecimentos definitivos e de expansão, em vez de simples feitorias, ou grupos isolados, como o sistema dos Franceses.³⁶

Nas condições da terra brasileira, com as populações que aí se encontravam, a exploração por meio das simples feitorias era de efeitos curtos, condenada irremissivelmente ao insucesso. Foi a que bem compreendeu o Governo Português, quando, reconhecida a totalidade das castas, medidas as suas possibilidades, formulou o plano das capitanias, que era o de um estabelecimento definitivo, com a incorporação da terra brasileira na civilização portuguesa, representada nos elementos considerados fundamentais, isto é, a fidalguia. Ainda no caso de fracasso total, o regímen das capitanias teria o mérito de patentear esse intuito de colonização e povoamento. Num país de política unitária, qual era Portugal, o programa das capitanias hereditárias, avesso a essas tendências unitárias, só poderia ter sido concebido como correspondência à necessidade de fazer, em toda a sua extensão, o povoamento estável das terras brasileiras.

Houve desastres, não um fracasso total, na tentativa das capitanias; mas o regímen teve a dupla vantagem: de provocar a vinda, para aqui, de gentes escolhidas como valor e como intuítos; e de permitir o estabelecimento natural, em toda a força de expansão, dos núcleos essenciais de formação da nacionalidade brasileira – Pernambuco e São Paulo. Os processos, em relação com as condições naturais, foram bem diversos, sem que isto diminua a importância definitiva das gentes que irradiaram de Olinda e dos campos de Piratininga. Perderam-se, para os primeiros donatários, a maior parte das capitanias; mas não se perderam para o Brasil os

³⁶ Entre outras maravilhas e *singularités*, afirma Thevet ter visto patagões de *Dix pieds les petits et de douze les grands...*



esforços realizados então, nem o valor humano das gentes que se empenharam nas empresas malogradas. Os que resistiram foram homens excepcionalmente intrépidos e eficientes. Para cada um dos feudos, veio uma leva de pioneiros, no ânimo de fazer a boa exploração da terra, na agricultura. Vinham com o intuito explícito de conquistar a natureza, e, não, com o cúvido afã de levantar a riqueza feita, saqueando, extorquindo de qualquer forma. Onde quer que ficassem, eram energias fecundas, em que a terra se refazia, no ânimo de uma verdadeira pátria. E, ainda que não ficassem: no rastro de Martin Afonso, brotou a gente paulista, com quem nasceu o Brasil do Sul, e que foi ação essencial na formação do conjunto.

§ 18º A colonização estável

Meditando nessas coisas, destaca-se a verdade: nos primeiros colonizadores do Brasil, encontravam-se as virtudes essenciais do pioneiro português – tenacidade heroica, solidariedade na compreensão nítida de existência nacional, hábito de atividade disciplinada, e, com isto, o sentimento de trazerem consigo uma pátria, no intuito explícito de fazerem um novo país, pelo desenvolvimento das tradições nacionais. Como estímulo geral, havia o desejo de formar fortuna estável. “O português, estabelecendo-se no Brasil, abandonou de certo modo os direitos que em Portugal possuía para com o Monarca, porquanto, em lugar do rei, recebia um senhor – *Dominus Brasilia*. Nisso mesmo existia o motivo para os colonos jamais deporem as armas.” Assim desenvolve Martius os seus conceitos, nas páginas, já citadas. Antes, havia mostrado como, nessa posse ativa e definitiva da terra, a colonização portuguesa veio estabelecer o seu “*Sistema de Milícias*, instituição singular de defesa, de grande alcance por todo o primeiro período de formação. Eram forças saídas das próprias populações estáveis,





absolutamente vinculadas à terra”. Martius acredita que, por elas, se explica o espírito empreendedor dos bandeirantes e a capacidade de defesa contra os invasores. E ele insiste no valor dessa primeira colonização: “Não devemos julgar a emigração de colonos portugueses para o Brasil, como ela se operava no século XVI, e que lançou os fundamentos do atual... segundo os princípios das colonizações de hoje em dia... Era aquela uma continuação dessas empresas afoitadas e grandiosas... executadas ao mesmo tempo por príncipes, nobres e povo... As mesmas razões gerais e poderosas, que imprimiram a uma das nações mais pequenas da Europa um movimento tão poderoso, e que a impeliram para uma atividade que faz época na história universal, induziram-na igualmente à emigração para o Brasil.”

Com essa primeira excelente colonização, nasceu o espírito de intransigente defesa do território, que se tornou tradição brasileira, e garantiu o continente para a raça ibérica. Foi essa intransigente defesa que modelou a América do Sul e influiu explicitamente na distribuição do resto do continente, com repercussão patente na colonização de outras partes. Essas virtudes do português primeiro, renovadas em juventude, aliviadas do que era arcaico e impróprio às novas coisas, transmitiram-se, aqui, aos crioulos, e neles se expandiram. Então, o que coube a Portugal, na América, foi zelosamente conservado, e muito alargado – como Brasil.

A propósito do valor efetivo dos primeiros colonos, criadores desta pátria, há um preconceito que merece atenção, e deve ser retificado: que eram gentes de má qualidade, *degradados*, *condenados*... Em primeiro lugar, restabeleça-se a verdade: essa cópia de degradados é pura lenda; vinham para cá alguns desses desgraçados, mas em número muito inferior ao que se admite geralmente. A maior leva, talvez, foi a que veio com Thomé de Souza: 40 degradados, para 1.000 outros colonos portugueses. É afirmação de Fr. Vicente do Salvador, que conheceu ainda alguns dos companheiros do





primeiro governador. Vinham os degredados, porque esse era o regime, para todos os países colonizadores, da época; mas, dado que Portugal dispunha de um grande número de outros degredos, o que podia caber ao Brasil não devia ser tão abundante, assim. Atenda-se ainda: nem todo o condenado pela justiça dos tribunais é, de fato, um mau valor humano.³⁷ Há os *revoltados* contra os privilégios, os simples perseguidos por ódios pessoais... Não esqueçamos que Camões foi um degredado daqueles tempos.

Em verdade, o substancial, nas primeiras ondas de colonos, foi a gente agrupada em torno dos donatários. Fr. Vicente, que não cala verdades a respeito dos reinóis do seu tempo, diz, das primeiras levas de Martin Afonso: "... a mui nobre gente que consigo trouxe...". Todas as primeiras povoações tiveram origem nas tentativas dos donatários. Mesmo na que se fez propositadamente para Capital, a Bahia, há desses iniciadores espontâneos e ousados. Era gente decidida na melhor das escolhas – o amor das aventuras, sem perspectiva de saque, e, com isto, apurada nas melhores virtudes para colonizar. Eram aventureiros... na forma conveniente às lutas possíveis, aqui contra o gentio, contra o estrangeiro, e, sobretudo, contra a própria natureza. Fracassaram os planos e as ambições de muitos donatários; mas a semente não se perdeu de todo. Fez-se o reconhecimento da terra; iniciaram-se povoações, que vingaram depois, e, mais importante que tudo: grande parte dos que se empenharam nas empresas aqui ficaram vivendo.³⁸ Era

37 *Op. cit.*, p. 87. É testemunho também de Fr. Vicente: que o primeiro grande homem, como colono, no Rio Grande do Norte, era um degredado, admitido muito justamente na intimidade do capitão-mor.

38 Malograram absolutamente as quatro primeiras doações no Norte, mas algum proveito ficou: notícias e reconhecimentos, a ideia de que aquilo era Brasil, e gentes que se tresmalharam por outras partes do país. De todo modo, as proporções dessas primeiras expedições indicam que havia entusiasmo, e que os fracassos não traziam desânimo definitivo. Com Ayres da Cunha, vinham 900 homens de tropa; a Tourinho, para Porto Seguro, ofereceram-se





o essencial; quanto aos desastres, esses pouco pesavam no ânimo de então. A reação definitiva, contra o regime das capitanias, veio da tradição política do Estado português, unitário, centralizador. Por isso mesmo, a coroa acabou absorvendo-as todas, subordinando-as inteiramente ao seu poder, sem desistir, no entanto, de distribuir novas capitanias, como o fez por todo o Norte, e, ainda no Sul, com a que deu, no século XVII, ao filho de Salvador Correia. O Portugal que constituiu o Brasil foi bem aquele mesmo – que, no meio de uma Espanha medieval, desmembrada, dispersa, estabeleceu uma pátria distinta, nitidamente representada – numa só política, por um só Estado. A alegação de que o governo de Lisboa modificou o primeiro regime – para atender aos malogros dos donatários infelizes, não é exata: o mais sensível desses malogros foi na parte central da colônia, terra fértil e propícia – Porto-Seguro, Ilhéus, Espírito Santo, territórios que continuaram praticamente esquecidos, tanto que, ainda hoje, o seu progresso disto se ressentente.

Entre os primeiros construtores da colônia, encontram-se os portadores da verdadeira glória que Portugal deu ao Brasil, tanto nos leigos, como nos clérigos. E são tantos que chegam para tudo que é preciso no momento: conquistar a terra, ganhar e absorver o gentio, iniciar as culturas, fazer as povoações, resistir ao estrangeiro. E houve desses construtores, cuja atividade se prolongou 40 anos – um Gaspar de Souza... Trabalhavam como obreiros e combatentes; edificavam lutando. Toda a primeira formação foi assim: na boa luta, a que enraíza na terra, e fortifica o patriotismo. O espírito dominante era o da pura defesa, de uma obra estável, para uma

tantos colonos, que não foi possível aceitá-los todos. Na Paraíba do Sul, o intrépido Pero Góes, irmão do célebre Damião de Góes, teve consigo outro irmão, Luiz Góes, e muitos outros parentes – a mesma linhagem e o mesmo valor. O Espírito Santo é computado como capitania malograda; no entanto, ali viveu e fez casa o célebre Capitão Belchior Azeredo, portador da primeira vitória a Estácio de Sá, que se sente obrigado a dar-lhe certidão do feito, com menção do seu grande valor pessoal.





vida laboriosamente pacífica. Assim o consagrou Tomé de Souza, simbolizando a Capital que edificou, e o país por ela governado, nas armas que lhe deu: a pomba, início e esperança de nova vida, ânimo de mansidão e bondade: *Sic illa ad arcam reversa est.*

Fr. Vicente do Salvador, o melhor espelho da vida colonial no primeiro século do Brasil, dá conta, a seu modo, e muito expressivamente, dessa feição estável e apaixonadamente agrícola daquelas gentes. É quando trata dos serviços de Cristóvão de Barros, grande capitão, por certo, e que submeteu definitivamente os Tamoios, e os Tupinambás de Sergipe. “Era homem sagaz e prudente e bem afortunado nas guerras... em todas que teve com os Tamoios ficou vitorioso e pacificou de modo o Recôncavo e rios daquela baía que, *tornados os ferros das lanças em foices e as espadas em machados e enxadas*, tratavam os homens já somente de fazer suas lavouras e fazendas, e ele fez também um engenho de açúcar...”

Esse era o espírito geral da sociedade colonial, aqui. A obra dos primeiros colonos, nas qualidades que lhes eram próprias, com o caráter agrícola e estável que logo se normalizou, decidiu definitivamente da sorte do Brasil, e imediatamente fez da colônia uma pátria, porque foi a incorporação da nova sociedade à terra onde se encontrou, numa adaptação completa – a que se faz por meio da planta. No amanhã, pela cultura, a terra entrega-se ao homem completamente, em todas suas energias; e só deste modo é possível obter que a exploração colonial seja desde logo verdadeira formação de novas sociedades. Foi na lavoura que os primeiros grandes povos concentraram forças e formaram riqueza, garantindo-se economicamente, enquanto, pela indústria, não se criavam novas condições de prosperidade. E porque o Brasil começou assim, aqui tomou forma a primeira nova paisagem humana, desenvolvida sob o influxo da civilização europeia. A exploração rural, pela paz que exige, com a permanência que tem, tornou possível, ao português pertinaz e assimilador, tirar todo o proveito das suas





qualidades, ensaiando culturas, incorporando o indígena, e aproveitando, da experiência deste tudo que fosse útil aos intuitos dessa mesma exploração. Vinculado à terra, vivendo a sua própria vida, fazendo dela a sua fortuna, o homem é naturalmente levado a concentrar as qualidades sociais em virtude patriótica, porque a defesa própria inclui imediatamente a solidariedade de uma defesa geral. Alheios que fossem, esses colonos do Brasil, à ideia de pátria, com a vida que tiveram de fazer tornar-se iam intransigentes patriotas. Pensemos, agora, que todo português de então era um patriota, e que, nascidos sob o influxo desse valor, exaltados na ideia de pátria, os daqui mostraram, desde sempre, que essa ideia da pátria – Brasil, era um motivo explícito sobre os seus afetos.

§ 19º Valor dos primeiros colonos contra os estrangeiros

Tem-se a medida justa do valor dos primeiros povoadores e representantes do gênio português, no modo como foi, então, defendida a terra brasileira contra os franceses. Valeu muitíssimo, no caso, o brio militar; mas valeu, de modo absoluto, a tenacidade, a intransigência patriótica. Houve historiador, bastante amigo dos jesuítas, para contar que: Estácio de Sá, ao reconhecer as forças da aliança Tamoios-Franceses, ia desistir de atacá-los, mas voltou da resolução covarde, em face das exortações de Nóbrega e Anchieta.³⁹ Tal história tem de ser desprezada, por quem saiba que ânimo guerreiro não se faz com palavras de clérigos. Southey terá razão, quando pretende que esses dois jesuítas salvaram o Rio de Janeiro. De fato, a intervenção deles, anulando os terríveis

³⁹ Esta é a versão do Sr. Cons. Baltazar da Silva Lisboa, nos seus *Anais do Rio de Janeiro*, onde há intuito manifesto de exaltar Estácio de Sá. No entanto, padres da Companhia, escrevendo logo depois dos fatos, nem de longe deixam suspeitar que Estácio houvesse hesitado, qualquer instante, em atacar tamoios e franceses. Tal se vê na *Enformação*, escrita em 1584 (R. I. H. G. V, p. 416).



efeitos da confederação do gentio da terra contra os portugueses, foi decisiva. E é neste sentido que o inglês engrandece a ação dos *padres*. Para dar valor a Estácio, bastava-lhe a sua consciência de fidalgo guerreiro, português do seu tempo. Quando a degeneração se acentuou, e veio a degradação, uns e outros, capitães e jesuítas foram igualmente infames contra a pátria, covardes em face do estrangeiro – Castro Morais e os jesuítas que alojaram o corsário de Saint-Malô, e com ele trataram.

A defesa da terra contra os franceses é tão importante e expressiva, na caracterização do Brasil, que deve ser tratada por partes, em capítulos diferentes. Foi uma luta que acompanhou toda a iniciação na nova pátria, e se, nos primeiros tempos, ela se faz no valor do colono, desde logo surge, entre os defensores, a energia patriótica dos crioulos brasileiros, e que é o mesmo valor dos colonos, renovado em tons de mocidade. Então, à medida que os novos ânimos se afirmam, transfere-se a defesa da terra para os seus, e nos últimos feitos decisivos, já são nomes brasileiros os dos capitães vitoriosos. Nestas páginas agora, destacam-se os primeiros tempos, onde aparece, sobretudo, o valor patriótico do português, valor definitivo, sem dúvida, porque instituiu o regime de defesa, criou o exemplo, para que a energia do novo patriotismo pudesse dar o seu inteiro concurso, completando a defesa como o fez. No decorrer dos sucessos, não há momento em que se veja a substituição formal do valor português pelo brasileiro; só se distinguem os dois termos: o português, no começo, quando só há Português; o brasileiro, no fim. Assim, também, de um capítulo para o outro, não haverá distinção formal de sucessos, senão o necessário destaque de valores, no intuito bem explícito de mostrar como essa luta foi a boa escola de patriotismo ativo para os brasileiros.

Além desse efeito benéfico, a atividade francesa Brasil-colônia teve outras consequências proveitosas: deu o tom para as boas relações com o gentio, e concorreu diretamente para tornar

conhecido o país, e o mesmo gentio. A presença do gaulês foi o maior perigo no primeiro século da colônia. A sua grande força vinha da amizade e da assistência do indígena, e o português, empenhado em desalojá-lo, compreendeu, desde logo, que precisava granjear a amizade das tribos, e apoiar-se nela, faziam-se referências oficiais a essa competência de aliança e de boas relações com o gentio. E, assim, o Francês obrigou, indiretamente, o Governo Português a uma política humana para com os naturais. Convém notar que franceses só se mostravam amigos e benévolos pelo interesse que tinham em obter o apoio dos índios: em essência, eles igualavam aos portugueses no intuito de explorar os indígenas. Seria erro considerar os franceses sempre generosos, humanos, universalmente queridos, em contraposição aos portugueses – todos cruéis, perseguidores, universalmente detestados pelo gentio.

Os franceses precisavam do gentio de um modo diferente, e contemporizavam mais com os seus gostos do que os portugueses; mas, no íntimo, não teriam para eles mais humanidade. Villegagnon, em oposição aos conceitos correntes no tempo, inclusive os do próprio Lery, considerava os tamoios que o amparavam “... gens éloigné de toute courtoise et humanité... ni aucune connaissance de honnêteté ni de vertu...”⁴⁰ Ora, um franco *soudard*, pensando desse modo, não podia ter bons sentimentos para com os pobres selvagens. Lery, mesmo, queria chicote para as índias, porque não andavam vestidas.⁴¹ Para bem ajuizar do caso, devemos lembrar-vos de que, muita vez, em ânimo de amizade, tribos de gentio combateram pelos portugueses, contra franceses e outros invasores. Ao encontrar-se com as tribos de Ibiapaba, o Padre Figueira recebeu muitas queixas de naturais duramente

⁴⁰ Citado por Lery, no prefácio.

⁴¹ “... à grande coups de fouet on les eut contraintes de s’habiller...” *Histoire d’un Voyage...* (p. 1, 136, 137).



maltratados pelos franceses do Maranhão. É fato verificado que eles – esses de Ravardière, tinham índios escravizados; se tinham portugueses, brancos, escravizados, quanto mais índios!... Os franceses de então eram gente que não hesitava em dar brancos cristãos, portugueses, para serem sacrificados nos ritos antropófagos das tribos tupis.

Este é o momento de notar o quanto é mal contada a história do Brasil, a respeito dos ataques franceses (e a todos os outros...). No conceito comum, resultante do ensino corrente, os Franceses fizeram *duas* investidas sobre a colônia de Portugal: no Rio de Janeiro e no Maranhão... Ora, a realidade é bem mais estendida. *Descoberto* o Brasil, e abandonado pelos seus *descobridores*, logo, o procuraram os franceses. Acomodaram-se com o gentio, e começaram a explorar o comércio do pau-brasil e outros artigos de escambo. Praticamente, antecederam a estes, e, até o meio do século XVI, foram mais senhores, e mais usufruíram a terra, que os portugueses, principalmente porque não tiveram que lutar contra o gentio, antes se amparavam nele. Já acentuamos o fato de que, se o gentio do Brasil tanto se opôs aos portugueses, foi porque estava sob a influência dos franceses. Varnhagen, com toda a razão, considera que o Brasil era dos franceses, por efeito das muitas naus que por aqui andavam, e que, a estes é que teve de ser conquistado.⁴² De fato, eram os franceses que, por toda parte, de modo implacável, incitavam as tribos contra os portugueses; adestravam os exércitos de índios, e os conduziam nos combates mais sérios. É fora de dúvida que as expedições regulares dos franceses começaram em 1503, pela Bahia de Todos os Santos, descoberta, de fato, por eles.

⁴² A célebre aventura de Hans Staden é a prova de quanto é exato o asserto de Varnhagen: durante todo o tempo do cativo desse alemão, a esperança de liberdade estava nos navios franceses, únicos que, francamente, frequentemente, vinham ali, no litoral da capitania de Martin Afonso; o cativo foi repellido desumanamente por uns, e, finalmente foi aceito por outro navio francês.



E não tardaram vir até o Sul – Rio de Janeiro e Santos. Quando Cristóvão Jacques passou, pela primeira vez, pela Bahia, e a *descobriu* para os portugueses, já lá encontrou duas naus francesas, a carregar pau-brasil. Serão esses mesmos *três navios*, a que se refere a *Informação*, quando conta, ingenuamente, que dado o êxito completo da primeira expedição francesa, veio uma segunda, de três navios, que foram atacados pela frota real, portuguesa. Consideradas as datas da primeira viagem de franceses à Bahia, e a da primeira expedição de Cristóvão Jacques, os franceses deviam ter feito, antes, muitas outras viagens àquele porto. Tão frequentes eram eles, ali, que se criou a lenda da viagem de Paraguaçu à França, num navio francês.

No caso, o que tem importância não é a exatidão cronológica, mas as repetidas referências dos cronistas, indicando, com isto, a constância de navios franceses nas costas do Brasil. Passam-se os anos de abandono, durante os quais o domínio português não dá outros resultados além dos poucos aventureiros que aqui vêm ter, formando núcleos esparsos, *no meio da indiada*. Em 1522, a primeira expedição de Cristóvão Jacques cria uma miserável feitoria em Pernambuco, e os franceses respondem a isto fundando uma sua, ali mesmo e bem mais forte. Foi quando a coroa de Portugal se decidiu a mandar, para aqui, um dos seus melhores capitães. Martin Afonso, que veio encontrando e aprisionando navios franceses, por toda a costa – Cabo de Santo Agostinho, Bahia, Rio de Janeiro... E começa a luta, ali mesmo em Pernambuco. Um historiador que julga o caso com absoluta imparcialidade assinala o fato nestes termos: “Os *raids* e ataques dos Franceses continuaram, de fato, sem cessar”.⁴³ Não fora o sistema de colonização estável, adotado pelos portugueses, e, apesar

43 Koebel, *South America*, p. 95.

de tudo, os franceses teriam levado a melhor, porque dispunham da boa vontade do gentio, e tinham uma base excelente, na sua feitoria de Pernambuco: uma guarnição de mais de cem homens, e, até, estabelecimentos industriais. A feitoria tinha sido estabelecida por flibusteiros de Marselha (1527); mas isto não lhe tira valor, pois assim começaram todas as tentativas das nações rivais de Portugal e Castela. A empresa demonstra, justamente, a importância do tráfico dos franceses, e os grandes lucros resultantes das naus mandadas ao *Brazil*. Seguem-se os feitos interessantes em torno da célebre nau Pélerine. Os Portugueses refizeram-se na sua posição de Itamaracá. Foi quando veio a tal expedição, e os franceses tomaram essa mesma posição fortificada, reforçando-se nela. A nau voltou carregada de pau-brasil. Mas o Portugal de então não sofria desses insultos: uma frota portuguesa aprisionou a Pélerine mesmo no Mediterrâneo – no raio de Marselha. Nesse tempo, já se distribuía as capitânias, e Pero Lopes atacou os franceses nas suas posições da costa de Pernambuco; bateu-os, sem maior dificuldade, aprisionando-os quase todos. De agora em diante, as costas de Pernambuco estarão livres de franceses, mas a ameaça continuará, por muitas dezenas de anos, ainda.

Começara a colonização sistemática, em escassas povoações: Porto Seguro, Vitória, Santo Amaro... Que podiam essas gentes esparsas e ralas, contra a insistência dos contrabandos franceses, garantidos pelo gentio valoroso, ligados com ele até por alianças de sangue?⁴⁴ Em 1555, só há, livres deles – Pernambuco, a Bahia propriamente dita, e, mal, mal, Santo Amaro. O resto: Rio de Janeiro,

⁴⁴ O Rei de França mandou dar navios artilhados e providos de tudo, para a expedição de Villegagnon, e mais 10.000 francos em dinheiro (Lery, p. 2). Da leitura de Lery tira-se a conclusão de que era frequentíssimo o tráfico de franceses, antes da expedição, resultando disto muitos mamelucos, de suas uniões com as índias. Até Villegagnon trazia as caboclas para o seu leito, dizia-se nos dias de Lery. Villegagnon tinha escravos índios, p. 44, 50 e 51.

todo o território dos Tamoios até Espírito Santo, do Itapicuru até o São Francisco, e de Itamaracá para o Norte, tudo era domínio dos franceses, e que só lhes foi conquistado à custa das grandes lutas – Rio de Janeiro, Paraíba, Rio-Real, até a ação de Cristóvão de Barros. A luta do Rio-Real vai até os últimos dias dos séculos XVI; a da Paraíba ao Ceará, até 1608; e a do Maranhão, até 1616. Não será preciso acentuar a importância da empresa patrocinada por Coligny. É história muito vulgarizada. Notem-se, apenas, estas duas circunstâncias: no tempo enviavam os franceses mais navios ao Rio de Janeiro, do que os portugueses a todo o Brasil; até aquele momento, eles não haviam feito tentativa de colonização mais importante do que a de Villegagnon: até mulheres traziam na expedição. Vindo para aqui, o célebre almirante chega a um país que era dos seus. Mesmo sem aceitar as pretensões francesas – de que os flibusteiros da Normandia, “*depuis plusieurs années en ça* (antes de 1503)”, frequentavam a Baía do Rio de Janeiro, é inegável que esses aventureiros faziam um comércio seguido com o gentio Tamoio-Tupinambá, e conheciam a costa bem melhor do que os portugueses.⁴⁵ Tinham representantes junto das tribos, e que eram os diretores dos trabalhos, nas colheitas dos produtos constantes do respectivo tráfico. Tal era o desenvolvimento desse tráfico que, mesmo depois da grande derrota infligida por Mem de Sá e o sobrinho, em 1569, ainda eles enviavam regularmente as suas naus a Cabo Frio. O célebre combate de São Lourenço, em que a tática de Arariboia conseguiu bater tamoios e franceses, foi provocado por estes – para castigar o chefe *temiminó*. Uns e outros vieram afrontar os portugueses do Rio de Janeiro, tão fortes se sentiam, ainda. Conta Fr. Vicente que os franceses apresentaram-se

45 Havia alianças de sangue entre franceses e tamoios, como entre portugueses e outras nações gentias; Aimbire, que foi dos chefes tamoios mais esforçados na confederação contrária aos Portugueses, tinha uma filha casada com um Francês.



em oito naus.⁴⁶ Em 1587, ainda eles animavam os seus fiéis aliados; foi quando, com Salema, se deu o aniquilamento da grande nação Tamoio. Apesar disto, quatro anos depois, a propósito de auxiliar as pretensões do Prior do Crato, apresentavam-se navios franceses no Rio de Janeiro, e ainda houve mister a ação de Cristóvão de Barros, contra os restos do gentio, amigo dos mesmos franceses. Southey considera o caso do Rio de Janeiro como o perigo mais sério a que se achou exposta a colônia portuguesa, não tanto pelo poder dos franceses, mas, sobretudo, pela reação do gentio, e acha que, sem a intervenção de Nóbrega e Anchieta, que anularam os efeitos da célebre Confederação dos Tamoios, os portugueses teriam sido expelidos do Sul do Brasil. A extensão da luta, mesmo depois de conjurado o maior perigo, prova que o grande historiador tem razão.

Ao Norte, na Paraíba, aliados aos Potiguaras, nas boas graças dos Tabajaras, mantiveram os franceses feitorias, donde faziam partir formidáveis ataques contra os colonos de Pernambuco, e a resistência desses colonos, através de repetidos revezes, por dezenas de anos, é o exemplo mais demonstrativo da invencível pertinácia dos portugueses, assim como da inferioridade dos franceses em confronto, ali, com a gente dos donatários. O fato impressionou à própria retórica de Rocha Pitta, que diz, do de Pernambuco: "... teve de arrancar a terra, às polegadas, aos franceses, à testa de valente gentio". Finalmente, a luta se situou nitidamente nas margens do Paraíba, e foi quando sobrevieram os sucessivos desastres, agravados, já sob a dinastia espanhola, pelo dissídio do português Frutuoso Barbosa, e os espanhóis Diogo

⁴⁶ O melhor gentio do Brasil eram esses tamoios, tupinambás, potiguaras, tabajaras, caetés... que, no Sul e no Norte, foram aliados dos franceses. Os caetés são os menos lembrados, como seus aliados; no entanto, animados por eles, em 1560, revoltaram-se no São Francisco, e, em dura peleja, ameaçaram a própria Olinda. Se não fora a heroica resistência da gente de Jorge de Albuquerque, a colonização teria sofrido um revés que poderia ser fracasso.



Valdez e Castejón... Esse fato teria concorrido para as sucessivas derrotas das armas portuguesas. É possível haver incapacidade militar numa, e na outra parcialidade; mas o motivo principal foi a superioridade de número e de situação, a eficácia da tática do gentio aperfeiçoada pela direção dos franceses. O exército enviado de Pernambuco, para ali, foi o maior que, até então, se levantara no Brasil. E foi derrotado. Por isso mesmo, a vitória só veio para os portugueses quando estes, na sua repetida política aqui, procuraram dividir o gentio e achar apoio num dos seus bandos. Martim Leão, conseguindo desligar o tabajara Piragibe, dos Franceses e Potiguaras, conseguiu, finalmente, vencê-los, em 1585. Mas, era tão sólida e permanente a situação dos franceses, que, batidos, abandonando o gentio, recolheram-se à sua feitoria da Baía da Traição, onde a pertinácia do Português os foi afrontar. Escarmentado, o gaulês não quis esperar... No tanto, não eram os franceses fáceis em desanimar. Toda essa persistência na Paraíba se fez depois da esmagadora derrota no Rio de Janeiro, e do insucesso no Recife. E eles insistiam na Paraíba, ao mesmo tempo que procuravam firmar-se no Rio Real, sempre amparados nos Tupinambás. Para prova do empenho com que procediam, há que eles insistiram, ainda, levando as suas pretensões ao Maranhão e ao Amazonas.⁴⁷ Contudo, a diferença de ânimo é sensível: esses que vêm, bem munidos e dispostos a serem senhores, e que descem na já fundada *França Equinocial*, no Maranhão, desembarcam três bateladas de soldados para tomar o forte das Tartarugas; mas é tal a resistência da guarnição desgarrada, que eles desistem, e lá se vão, levando, com a derrota, mortos e feridos.

47 Quando Caldeira percorreu, pela primeira vez, o baixo Amazonas, encontrou, entre os índios da terra, um francês e um holandês, ali deixados para aprenderem a língua do gentio, granjear-lhes a amizade, e tomarem experiência do seu viver.



Por todo o século XVI, os índios do Brasil tiveram prestígio e destaque na vida francesa. Logo em 509, foram levados para Ruão sete caboclos Tupinambás, com os seus atavios, e as suas armas, e mais uma canoa, onde montassem. Ali mesmo, no hotel – *du Brésil*, veem-se altos-relevos figurando índios armados de arcos e tacapes. Montaigne, vértice da mentalidade francesa de então, encontrou nos selvagens brasileiros sabedoria para justificação de alta filosofia. Ele se refere, explicitamente, aos “...Tupinambás que vieram a Rouen, *du temps que le feu roy Charles y étoit* (1557)... “Eles notaram que existissem entre nós homens plenos e recheados de comodidades, e que o resto dos seus companheiros vivessem mendigando pelas portas, descarnados de fome e de miséria; e achavam estranho que esses desgraçados pudessem suportar uma tal injustiça...” O grande Rei de França tinha gestos de agrado formal para com eles, e contava fazer aqui um grande império. Com Villegagnon vieram cinco mulheres; para o Maranhão também foram mulheres, como índice de um estabelecimento definitivo.

Nos primeiros tempos, eram os franceses os mais insistentes, mas não foram os únicos a disputar com o português a posse do Brasil. Holandeses, e, mesmo ingleses, tentaram estabelecer-se aqui, e a todos respondeu a intransigente e pertinaz resistência dos portugueses, até que os brasileiros vieram fazer, explicitamente, a defesa da sua pátria. Em todo caso, começaram as investidas, de uns e outros, como ataques esporádicos, isolados, e que não teriam maior significação, se não fossem prenúncios das tentativas repetidas que se lhe seguiram. Nesse tempo, porém, quando holandeses e ingleses intentam fazer posse definitiva nas terras do Brasil, a defesa que se desenvolve já inclui tantos elementos do novo Brasil, que é necessário deixar o assunto para quando forem apreciadas as primeiras manifestações de valores humanos brasileiros. Será o momento de contemplar a virtude patriótica



dos que reconquistaram Pernambuco, e de estimar a energia das gentes que fizeram a conquista do Amazonas.

§ 20º O Português em face do indígena

As qualidades que deram vitória ao Português em competência com outros povos valeram também, poderosamente, nas suas relações com o gentio da terra brasileira. As nossas histórias correntes, falhas em tanta coisa, o são, principalmente, na pouca importância que dão às populações naturais quanto à formação do Brasil. Desvirtuados os fatos, exagerados uns tantos aspectos, ficaram, na mentalidade geral, os preconceitos pueris – de que os indígenas foram sempre cruelmente tratados, perseguidos, trucidados... e que, assim, se exterminaram as tribos. Deste modo, os naturais pouco teriam contribuído para a nova sociedade que aqui se formou. Como valores humanos, os *brasis* são apresentados no tipo de selvagens quase nulos; e o geral os julga na bitola dos miseráveis refratários à civilização, refugos, que subsistem nos sertões remotos. Nada mais falso, ou, pelo menos, mais incompleto. O indígena foi fator essencial na construção do Brasil. Só não teve importância igual à do próprio português porque a este coube a direção. Mas, afora isto, a ação dos naturais foi constante, eficaz, essencial. Por toda parte, eles foram cuidadosamente aproveitados. Para tanto, muito concorreu, não só a índole assimiladora dos colonos, como a política atilada da metrópole, no sentido de captar a boa vontade e amizade das tribos. O gênero de exploração agrícola induzia a esse proceder: era o único meio de ter o uso efetivo da terra e dos seus proventos. Valentes, tenazes, levados a fazer estabelecimento definitivo, decididos a isto, mas reduzidos em número, os portugueses compreenderam, desde logo, a necessidade de aproveitar convenientemente o gentio, de amparar-se nele. Nada lhes faltava, aos portugueses, para realizar essa boa política. Além de traquejados

no convívio de populações exóticas, dotados de capacidade absorvente, eles possuíam as qualidades guerreiras mais próprias para dominar a resistência do selvagem que aqui era senhor.

Essa resistência foi, por vezes, vigorosíssima, extensa, prolongada. Outros, menos tenazes, teriam desistido. O português endureceu o ânimo, e teimou. Desdobrou recursos: ora, a força, ora, a sedução... até chegar à posse real do país onde pretendeu ficar. E, como certas crises de resistência foram graves, sangrentas, a história registra-as em menção desenvolvida; e como os historiadores curtos só veem importância em guerras e em nomes políticos, citam as guerras, e esquecem-se de mencionar que essas crises – de luta formal entre a colônia e as tribos, foram, relativamente, exceções. Em verdade, as mais graves dessas crises, as mais longas das lutas – Tamoios e Potiguaras, foram devidas à influência dos franceses sobre esse gentio, e não a qualquer indisposição essencial deste para com os portugueses. Em caso nenhum, veremos no momento oportuno, essa luta chegou a ser uma guerra, de extermínio. Raros grupos de índios terão sido radicalmente eliminados.

Naturalmente valoroso, o Portugal daqueles dias não esqueceu que lhe era indispensável dar ao indígena a ideia justa do seu valor guerreiro, e, com isto, impor-se ao seu respeito, nas formas em que almas primitivas podem sentir. Assim procedeu Jerônimo de Albuquerque, o velho, e Thomé de Souza, que eram verdadeiros amigos do gentio, mas tiveram de dar *exemplos*.⁴⁸ É preciso não

⁴⁸ Jerônimo, o velho, resolveu uma crise atirando uns grupos de índios contra os outros. Na ocasião, deixou que índios amigos matassem em terreiro os prisioneiros que fizeram. Neste sentido, Nóbrega terá razão de dizer que portugueses havia que matavam em terreiro... Antes de definitivo julgamento, no entanto, é dever considerar nas ideias do tempo, e na insegurança em que viviam os colonos. Frei Vicente atesta que certos colonos *faziam matar* em terreiro... (*op. cit.*, p. 118). A coisa nos horroriza; mas, notemos que, segundo Lery, certos franceses – normandos, iam ao ponto de matar os prisioneiros e devorá-los como os tupis (*op. cit.*, p. 163).

esquecer que o índio, valente e guerreiro, só nesse valor podia ser reduzido, ou dominado, e que, por muito tempo, ele teve o francês – estimulando-o, insinuando traições. Em tão multiplicadas dificuldades, o português procedeu como convinha: grande político em tais casos, acessível a todos os contatos, ele aproximou-se ostensivamente do gentio, tratou-o quase de igual para igual, mostrando sempre que o considerava uma boa gente, indispensável para a posse efetiva e útil da terra. Pelo menos, é isto o que se deduz dos documentos e registros oficiais da época. Tal capitão, de valentia consagrada – Martim Soares, mandado a conquistar o Ceará, é escolhido, principalmente, por *ser língua* e muito amigo do gentio dali. Soares é o que preferia o convívio das tribos ao dos portugueses, e chegava a paramentar-se como os morubixabas. Lá chegado, o grande capitão esqueceu que era soldado, e tratou de fazer obra de diplomata. Da sua ação, diz o relatório de Diogo de Menezes: “Resultou tanta amizade com os de Jaguaribe, que vindo ali portar um navio francês, manhosamente os deixaram desembarcar, e em terra os mataram todos, e tomaram o patacho...” E o relatório consagra o fato na doutrina: “Dos índios o que se conquistam são as vontades.” Essa é a doutrina. Bem longe, em Lisboa, a propósito de outras conquistas e por outros motivos, Simão Estácio a repete: “O gentio desta terra (Pará) é brioso, engenhoso e tem alguns mais polidos que outros do Brasil... com os quais se deve usar toda a justiça, e caridade, para os edificar e lhes conquistar os ânimos, porque nela estão cifradas todas as virtudes, e com ela mais se conquista, como diz a sabedoria.” Mais do que doutrina: essa era a preocupação geral, a fórmula oficialmente recomendada. Gaspar de Souza, indo a Pernambuco propositadamente, para organizar a conquista do Norte, ainda recomenda ao mesmo Soares Moreno: “Não se gaste desordenadamente, salvo se for preciso para a quietação dos índios e advirto a V. Mercê que tudo faça para que esses índios fiquem contentes.” Idênticos, em

princípios, são os regimentos que Alexandre de Moura deixou a Francisco Caldeira, quando o manda conquistar o Amazonas: “... tratará de reduzir a nós toda a gente circunvizinha... com dádivas, que para isto leva, e porque o D. Sr. governador me ordenou que deixasse no dito Pará um capitão sagaz...” Por lá mesmo, outro conquistador eficaz. Dessa, é tão a favor dos índios, que admite terem razão os franceses, no que dizem dos portugueses, e muito recomenda que os índios sejam bem tratados. Azevedo Lucena faz motivo de uma das suas fortes reclamações, a justiça para com os índios – gente leal e valente... O Padre Antônio Pires, em 551, escreve de Pernambuco: “... os índios são muito favorecidos do governador e outras principais pessoas”.⁴⁹ Outro jesuíta, o da Enformação de 584, escreve que o Governador Lourenço da Veiga, no Rio de Janeiro, “mandou pôr em liberdade índios que os colonos haviam enganado, e trazendo-os do sertão, os haviam escravizado”. Um Salema, jactancioso, em face da desenvoltura de Arariboia, julga mais conveniente dar-lhe satisfação, para conservar a sua boa amizade. Duarte de Albuquerque, primeiro filho de Duarte Coelho, e que já era da terra, reprimiu um pouco mais duramente a sublevação do seu gentio, levantado pelos franceses; ele teria razão de receios, como as longas lutas de depois o provaram. Contudo, o tio, Jerônimo de Albuquerque, e o próprio irmão, Jorge, dissentiram dele, e o fizeram voltar atrás, dos processos adotados.

Na realização dessa política, o governo da metrópole já havia estabelecido o regime do resgate do índio prisioneiro em *guerra justa*, após dez anos de serviços, e vemos numa das suas cartas o próprio Bento Maciel Parente, apesar de toda a sua crueza, instar para que a medida seja executada. O próprio Caldeira Castelo Branco pavoneia qualidades de guerreiro, mas dirige-se ao gentio

⁴⁹ R. I. H. G. V., VI, p. 95.

como diplomata, e não tem coragem de ostentar as maldades que premedita: “... fomos pelo rio acima, falando com o gentio que havia naquelas partes que facilmente aceitava a nossa amizade dizendo que nós éramos os verdadeiros valentes pelo muito que tínhamos feito com os franceses, e mais nações que naquela costa são nossas inimigas”. Na inspiração da política oficial para com as tribos, com o exemplo de alianças de sangue entre índias e colonos de importância, cria-se na população essa qual simpatia – com que sempre foram vistos os caboclos, naturais da terra. Os jesuítas acusavam os colonos pela escravização e os martírios que impunham aos pobres índios. Houve, certamente, muita injustiça, e perversidade, e insídia, no proceder dos colonos; mas, não tardará reconhecermos que os *padres*, na exaltação da sua paixão, ampliavam os fatos e exageravam os motivos. Era a paixão do bem... Em todo caso, era paixão. Os colonos apossavam-se dos índios, e não deixavam aos jesuítas possibilidade de conquistarem todas aquelas almas, e isto os inflamava, em reação de linguagem. Por isso, as suas acusações têm que ser reduzidas ao que realmente valem. Há, na vida das populações civis traços que denotam muito boa vontade e muita compaixão para com os índios. Mesmo aqui no Sul, onde viviam e aqueles *mamelucos*, tão malsinados pelos jesuítas, davam-se casos como este: pessoas do Rio de Janeiro, condoídas pela sorte de índios trazidos das reduções de Guaíra, compravam-nos para dar-lhes a liberdade. Piores que os simples colonos eram, muitas vezes, os clérigos de algumas ordens.⁵⁰

50 Rendon, em fins do século XVIII, compulsou regulamentos em que frades capuchos chegavam a juntar aos outros castigos a *excomunhão* para os índios que lhes fugiam das mãos. Capuchos de Varatoxo ensinavam que era lícito caçar os índios e escravizá-los, porque assim eram feitos cristãos. Note-se, no entanto, que as autoridades reprovaram categoricamente a doutrina, e tomaram providências contra os abomináveis missionários. Houve um clérigo, o célebre *Padre de Ouro*, em 1575, que fez mais cruéis torpezas contra os índios do São Francisco do que os próprios colonos: foi preso e enviado, para castigo, à metrópole.

§ 21º A política de amizade para com o índio

O português que veio formar o Brasil sabia muito bem que não podia dispensar o concurso aquiescente do gentio, e, desde logo, tratou-o de modo a garantir o mesmo concurso. O índio era ingênuo e hospitaleiro, e os entendimentos logo se fizeram: “O certo, afirma a autoridade de Gonçalves Dias, é que, com suma facilidade, puderam os donatários estabelecer-se em suas capitanias, fazer casas, e chamar os indígenas a uma aliança...”⁵¹ E, com isto, a política oficial de captar a boa graça do gentio deu excelentes resultados; por toda a colônia, inclusive na já tardia exploração do Amazonas. E é por isso que Jacome Raymundo, em seus relatórios, insiste em acentuar os proveitos que tal proceder pode trazer: “... navegar até Quito, fazendo pazes com os índios... o inimigo nada poderá fazer... tendo nós de nossa parte o gentio que é o fundamento mais principal, que tenho de fazer pazes e amizade...” E insiste, ainda: “Sendo de tanta importância a conservação e amizade destes gentios, que se trate muito dos meios mais convenientes, que pode haver, de os ter pacíficos e em nossa amizade...” Não era novidade a doutrina. O ponderado Alexandre de Moura foi igualmente explícito, em síntese eloquente: “A maior de todas as fortalezas é estar bem com os naturais...” Estar: para viver tranquilo; ter desde logo uma população natural; e contar com bons aliados contra os inimigos. Mais de uma autoridade foi castigada por delitos contra os indígenas. Um exemplo, tirado daquele Pará, sempre apontado como implacável, e que será o atestado bastante: Bartolomeu Barreiros de Ataíde, Capitão-mor do Rio do Ouro, é mandado pelo Governador do Pará, Luiz de Magalhães, à frente de uma expedição, pelas águas do Amazonas para procurar minas; e volta, Barreiros, com um bando de índios escravizados: “...tinha

51 *Obras Póstumas*, vol. VI, p. 264. É um, também, a referir o caso de Jaguaribe.

tão indignamente violado as leis, atacando sem a menor provocação os índios para escravizá-los, que acarretou sobre si um processo criminal, cujas consequências o levaram à sepultura; implicado no crime também o governador, teve o seu quinhão na desgraça”. O tom em que Southey relata o caso mostra bem que se trata de um castigo normal, e este inglês não é dos que procurem ensejos para louvar a conduta do português no modo de tratar o gentio. Por sua vez, Caldeira Castelo Branco fez muita maldade ali... e acabou os seus dias no Limoeiro.

De tudo isto, resultou, já o notamos, verdadeira devoção de muitas nações indígenas aos Portugueses. Mesmo aqui, no Sul: houve grupos que se bateram contra parentes, para defender os colonos. Em Pernambuco, desde as primeiras lutas, tiveram, muitas vezes, os colonos de Duarte Coelho a aliança ativa do melhor gentio, o Tabajara.⁵² Uma pequena desconfiança, por sucessos no São Francisco, foi logo dissipada (com Piragibe), e a amizade continuou indefectível, até que a nação toda se fundiu completamente na sociedade colonial. Os potiguaras foram adversários temíveis, por mais de século; mas, é desse gentio que saem os – *Assento de Passaro, Pedra Verde, Zonobabé, Mangue Seco, Jacaúna, Jaguaribe* e o irmão, o pai do célebre *Poty*, com quem se continua, gloriosamente, essa tradição – de aliança e bons serviços dos índios. Jaguaribe é o próprio que sofre maus tratos injustos dos portugueses, e não os abandona.

Tudo considerado, era natural que a generalidade dos colonos procurasse a boa vontade dos índios, que tão bons serviços prestavam. O Padre Antonio Vieira atesta em altas vozes, a El-Rei, o quanto fazem eles: “... são os índios o único remédio e sustento dos moradores, que sem eles pereceriam.” Antes, já o jesuíta da citada *Enformação* havia afirmado que, enquanto houve índios

52 É parecer de Fr. Vicente e outros, do tempo.

amigos, os Portugueses resistiram aos Aimorés, e que “... o gen-
tio foi sempre muito amigo”. Na guerra, irmanavam-se tanto os
brancos com os índios amigos, que lhes adotavam as armas. Os
primeiros colonos eram ótimos soldados; mas não conheciam
a terra, nem estavam adaptados a ela. Além disto, viam-se redu-
zidos em número, e não podiam alcançar vitórias sem o auxílio
explícito – o concurso de tribos amigas; e todas as suas vitórias
assim se fizeram. É a longa tradição das guerras coloniais, nos dois
primeiros séculos. As mais notáveis dessas guerras terão comen-
tário especial. Neste momento, lembre-se, apenas, que toda a
defesa e conquista do Norte – de Pernambuco para lá, foram feitas
com exércitos onde os índios entravam, sempre, numa propor-
ção de 50 a 90%. Houve forças, como a de Costa Favilla, contra o
comandante do Gurupá, cuja composição era de 10 portugueses
para 400 índios. Todos esses nomes – de chefes índios notáveis –
Piragibe, Tabyra, Zorobabé, Tibiriçá... significam muitos milhares
de bons soldados a serviço dos portugueses. Um Arariboia che-
gou a merecer do Rei D. Sebastião lembrança especial, e julgava-
se com direito a repelir as insinuações de Salema em nome dos
serviços prestados. Na Bahia em 624, a primeira reação contra o
holandês foi por parte de quatro índios, dos padres, “... que não
tinham tanta paciência”, comenta Fr. Vicente; e uma das primei-
ras forças trazidas para a reconquista foi a dos *índios selvagens* de
Afonso Rodrigues, da Cachoeira. Em todos esses casos, o índio foi
um amigo leal, da verdadeira lealdade – a que deve repousar na
confiança. Quando desconfiava, era terrível, o caboclo; mas não
deixava de haver lealdade no seu proceder, e odiava com a mesma
constância, que, então, era rancor. Os portugueses bem sabiam
disto: a traição de Pero Coelho para com os do Ceará custou aos
portugueses dezenas de anos de luta implacável. Vieram pazes;
mas quando o holandês se estabeleceu por ali, os de Ibiapaba lem-
braram as antigas queixas, e foram aliados preciosos do invasor

durante todo o tempo. Mesmo fora da guerra, o indígena foi um serviçal precioso. Conta Fr. Vicente que os índios defendiam os colonos contra os negros da Guiné, e os prendiam quando fugidos. Começavam os famosos capitães-do-mato.⁵³ Na edificação da Bahia de Thomé de Souza, os mais esforçados trabalhadores foram os Tupinambás aliados de Caramuru.

⁵³ Dessa tradição, derivam, certamente, os costumes populares, anexos aos festejos patrióticos, ainda em uso fins do século passado, e que consistiam em batalhões de *caboclos*, em aparência de índios selvagens, e batalhões de pretos – *lambe-sujos*: terminava o folguedo com correria, em que os índios aprisionavam e amarravam os pretos.

§ 22º Influência geral do índio

No intuito de grande amabilidade, um português de hoje chamou o Brasil de *Outra Banda de Portugal...* Lusitânia Americana... Portugal Transatlântico... Sem achar motivo de desdouro, devemos restabelecer o valor das coisas: o Brasil não é, apenas, um Portugal emigrado. Em rigor, poderia o inglês considerar desse modo as suas antigas colônias americanas, que se fizeram nacionalidades pelos simples aproveitamento e a multiplicação dos valores humanos provindos da Inglaterra. Aqui, o caso foi muito diferente. Portugal terá sido o fator dominante, o determinante, na formação do Brasil; mas tais outros valores humanos se incluem na sociedade brasileira, que ela se tornou completamente diversa. O português, organizador e educador desta nova sociedade, teve que diluir a sua influência na grande massa de índios incorporados à vida colonial; houve uma desenvolvida mistura de gente, e que se complicou, depois, com a entrada das grandes massas de negros. O encontro de povos, aqui, foi mais que o simples domínio, realizado nas colônias espanholas. Foi, desde logo, absorção dos naturais, para a formação da população colonial. Mais plástico e assimilador, fraco em número, afeito ao convívio de povos bárbaros, sem grandes zelos de sobrançeria, o português, no Brasil, juntou-se francamente, em sangue e costumes, aos indígenas. Explorou-os quanto pôde, maltratou-os algumas vezes, mas foi infinitamente mais humano do que qualquer dos outros

colonizadores, inclusive os franceses. O português foi o mais humano dos colonizadores porque foi que mais cruzou.⁵⁴ Tais realidades têm que ser consideradas, se queremos achar a definição do tipo humano e das formas sociais peculiares às gentes brasileiras.

De tudo isto, resultou que o índio é, para a nação Brasileira, um fator essencialmente importante, de certo modo decisivo, sem correspondência na formação dos outros povos americanos. A nacionalidade brasileira foi a que primeiro se pronunciou na América, e o fato só tem explicação como expressão da feliz combinação dos elementos étnicos que, no primeiro momento, aqui se misturaram. O português foi o criador da colonização moderna; mas, à parte os pequenos transplantes de gentes, nas *ilhas*, a sua colonização não medrou em parte alguma; dela não surgiram outras nacionalidades. Na África, só tiveram viveiros de escravos; na Índia, entrepostos, que logo perderam de importância. É um fato a meditar: se, de tantos estabelecimentos coloniais portugueses, só o Brasil se tornou um povo, com capacidade de nação, é que houve, aqui, qualquer coisa, em vida, além do português, e que foi essencial para o êxito da empresa. Só pode ter sido o outro elemento humano, esse gentio, não desmoralizado como o mísero africano transplantado, esse gentio, que fornecendo o trabalho, dando a experiência da terra, nem por isso se desobrigava de ser autônomo e forte. Não tendo, aqui, outra possibilidade de exploração e riqueza senão a da atividade rural, estável, o português, com as facilidades do seu temperamento, aceitou prontamente o Índio, que lhe facilitava em tantos modos a exploração da terra, e passou a viver, em grande parte, na experiência e nos recursos que ele lhe oferecia. Quando Martim Afonso desceu no Brasil, encontrou diversos núcleos de portugueses, *no meio da indiada...*

54 Os portugueses desceram em Angola, e aí se estabeleceram em 1480; no entanto, só em 1590 é que foram para ali as primeiras mulheres brancas. Durante todo esse tempo – mais de um século – eles formaram casais com as pretas.



nota Capistrano de Abreu. Como viviam esses brancos? No quadro de vida dos próprios índios... Havia, assim, bem sabidamente, o núcleo da feitoria de Pernambuco, o de Caramuru, o de João Ramalho, o do *bacharel* de Cananeia... E foi nesses pontos, sob a iniciação desses portugueses já afeitos ao Brasil, que se criaram os costumes da nova população.⁵⁵

Desta sorte, a colonização portuguesa, em vez de ficar no exclusivismo das tradições de reino, e de os impor ao gentio da terra, dobrou-se aos recursos que esse gentio lhe oferecia, e, não só o aceitou, no que não contrariava cruamente as suas crenças cristãs, como aceitou, para si mesma, muitos costumes dos indígenas: aceitou as culturas, os processos de exploração imediata da natureza, o comum dos utensílios, e, até, muitos dos alimentos. E resultou, então, que a massa da população, na nova sociedade, mais reproduzia o viver primitivo do índio – numa caboclagem tinta de cristianismo, do que o regime popular do reino. Há possibilidade de surpreender o viver e o estado de espírito das populações indígenas, ainda na sua pureza primitiva. Documentos ótimos, neste fim, nos dão os *padres* Figueira e Cardim, contando as suas travessias: essas páginas de realidades transcrevem as fórmulas de viver e os costumes, retratando, ao mesmo tempo, as almas singelas das criaturas. E encontramos ali, nas palavras nuas e sinceras dos jesuítas, o palpitar dos caracteres simples e vivazes que, nos nossos dias, ainda formam a massa da população do Nordeste. Um povoado daquele sertão é, nas possibilidades de hoje, a aldeia do antigo gentio, e, não, uma aldeia de Portugal. Leonardo Motta, que colheu a expressão mais viva e mais legítima do povo mesmo, no estro dos seus *cantadores*, faz sentir: “Não é a quadra amorosa ou grácil o que mais facilmente sai dos lábios do inculto menestrel:

⁵⁵ O *Bacharel* é, segundo Couto de Magalhães, Antonio Rodrigues, genro de Piquerobi, como João Ramalho é genro de Tibiriçá.



é a sextilha petulante ou chistosa dos longos e sensacionais desafios”. Para reforço de observação, Motta registra o parecer de Araripe, quando julga que a *jogralidade do caráter cearense, segundo Batista Caetano, é oriunda dos tupis*.⁵⁶ De fato, esses em quem a alma popular canta e se expande preferem os motivos de valentia pessoal, em tom de motejo, ou doesto. Quem conhece a musa popular portuguesa, apenas e fatigantemente lírica, dolente, piegas, reconhece facilmente as origens próprias da poesia espontânea no nosso povo: é a tradição do caboclo destemido, orgulhoso da sua coragem, alegre e sobranceiro, mas, sem maiores ternuras. É um ressumar surdo, do temperamento do índio, infundindo-se em mentalidades novas, para dar-lhes caráter próprio, como os inconscientes influxos do etrusco vieram destacar, na latinidade, a mentalidade do toscano. No Brasil, o povo não poderia ser a simples soma de português e índio, porque algumas das mais sensíveis qualidades de caráter, num e no outro, são valores de antagonismo. Como, porém, o produto se define numa combinação, os próprios antagonismos prevalecem como terceira qualidade, e que será, além da jogralidade destemida, a fidalguia ingênua – do desinteresse material. “... nunca se sabe o que é se juntá dinheiro, que o home que junta dinheiro não tem fé em Deus...” diz, para Leonardo Motta, um dos caboclos da sua terra, e que era, no entanto, um ativo, trabalhador, arranchado, vivendo no que é seu.⁵⁷

56 *Cantadores*, p. 14 e 344. Quem escreve estas páginas viveu, até a mocidade, no recesso, bem brasileiro, das gentes roceiras do Norte. Assistiu, muitas vezes, aos descantes dos joviais e pitorescos trovadores populares, e pôde dar testemunho de que as observações de L. Motta são absolutamente exatas. Haveria a retificar, apenas, que tudo aquilo, computado para os *cantadores cearenses*, é comum e característico da alma popular, em todas aquelas terras de Geremoabo para lá. Em verdade, o sertanejo de Canudos difere menos do de Ipiabina do que do baiano de Mucury. Não esqueçamos de que todo aquele sertão, do médio São Francisco, foi pernambucano, quando Pernambuco presidia à formação do Norte do Brasil.

57 O índio contava os anos de idade pelas épocas do fruto do cajueiro, costume que ainda existe no Norte: “... está nos seus quarenta cajus...”

§ 23º Vestígios na linguagem

Não há muito que o índio ainda era um valor humano constantemente referido nos sucessos correntes. Durante o primeiro século da vida colonial, a língua geral do gentio, espalhada pela massa do povo, era mais usada por ele que o próprio português. Isto porque a maior parte da população incluída na colônia era de índios, ou de descendentes deles. E, até hoje, o nosso falar guarda efeitos do que eles nos ensinaram na sua língua, e os guardará eternamente. Sem contar, mesmo, com as frequentes designações topográficas, desde os nomes de Estados, serras, grandes cursos d'água... Ceará, Pará... Itabaiana... Araguaia... até os acidentes mínimos *Ipanema, Imbuí, Carioca, Maracanã*... mesmo não os incluindo, a esses termos, são milhares de palavras do idioma tupi, guardadas no nosso uso. Na extensão e riqueza desta natureza viva, quase todos os seres naturais são conhecidos nos nomes dados por eles, os indígenas: juriti, cambucá, maracujá; capivara, seri, cotia, caju, jurubeba, pacova, manacá... Muitos desses termos impuseram-se aos dois povos, e são de tal modo imperiosos no vernáculo, que fazem esquecer, para os não prevenidos, a sua origem: *tatu, peroba, jiboia, sabiá, embira, cupim, mandioca, cipó, tapioca, caju, mingau, canjica, capim, goiaba, toca*... Quase todos deram derivados. Dir-se-á: são os nomes de seres novos, desconhecidos, e tornou-se quase indispensável guardá-los, a esses nomes... Sim; mas há os casos de seres já conhecidos, comuns aos dois países, e que, no entanto, ficaram nos nomes tupis: marimbondo, pucassu, caracará, capim, apicum, urutu... Em certos casos, reconhecido o animal e designado no nome português, ainda lhe conservam as designações da língua geral: tainha – *curimã, parati, saúna*... – cágado – *jabuti*... rã – *perereca*... perdiz – *nhapupé*... mosquito – *muriçoca, carapanã*... Fr. Vicente do Salvador, que emprega sempre os termos tupis já correntes nos seus dias, ainda usa o apelativo – *armadilha*, vernáculo português,

para o tatu; mas, do seu tempo para cá, o uso do termo tupi se fez tão trivial que o vernáculo português – *armadilho* (corrente no espanhol, passando daí para outros idiomas, como o inglês) é, para o brasileiro comum, como palavra estrangeira... O fato é mais expressivo, ainda, quando se trata de utilidades europeias, e que nos ficaram em termos indígenas: mingau, panacum, jirau, gereré, munzuá, samburá, urupemba... Este último é de testemunho irrecusável: não há, por todo o Norte do país, quem dê outro nome à *peneira*. A dona da casa diz, infalivelmente, à cozinheira: – “Vá buscar a urupemba, para peneirar esta canjica...” Dir-se-ia que ela desconhece o apelativo peneira. E, de fato, algumas nunca dele ouviram falar. Dos nomes de seres naturais, muitos penetraram tanto no pensamento que já têm valor figurado, ou servem de símbolos: caipora, taboca, peroba, urucubaca, capoeira (caapoera), tapera, jacaré, tamanduá, sabiá, jiboia, coivara, apicum, marimondo, arapuca, paçoca, piaçava, aipim, caju, cajá, jararaca, sapé, jabuticaba, capivara, cotia, pindoba, paca, preá (pereá), curió, juriti, taraíra, jacu, ema, urubu, siri, catinga (caatinga), carapinha, canga, xará, embira, pindoba... Alguns valem como qualificativos: mirim, peba, babaquara, cuera, penima, sarará, pajussara, baié, puba, caipora... Até na função de verbos, encontram-se vocábulos da língua geral. O povo diz correntemente: “Guayamu ao *atá*...” (*até* – andar), para significar que esses crustáceos estão na época de saírem e andarem aos bandos. *Pitar*-fumar é o *petiá* (chupar, fumar), do tupi, que tem também – *petum*-tabaco. Frequentemente adotava-se o diminutivo da língua geral – *i* – *bi*, mesmo para palavras portuguesas: como o tupi faz – taquara – taquari, pirá – piraí, sapota – sapoti... o brasileiro faz: pato – paturi...⁵⁸

⁵⁸ *Cutucar*, tão comum no falar popular desde os primeiros tempos da colônia, deve ser uma derivação do *cutu* – esfregar. É de notar que estas verificações são de quem consultou especialistas competentes. Haverá, por isso,

Não será exagero admitir que, tudo computado, o léxico brasileiro contém de três a quatro mil palavras filiadas ao tupi-guarani. Uma tal injeção de termos diz muito bem o largo contato que tivemos com o indígena, mesmo nessa época em que ele ainda estava preso ao seu falar primitivo. A *língua geral*, meramente aglutinativa – polissintética, caracterizando-se nas acumuladas composições, e a ausência de flexões, não poderia ter influência na sintaxe do português. Apesar disto, há facilidades de expressão, no falar popular, tão patentes no recurso à composição de palavras, que traem a influência das ingênuas incorreções do caboclo habituado a justapor imediatamente os termos na feição das ideias, e que, assim mesmo, ensaia de falar a língua do branco: “pai-avô, gavião-coroa, gavião-peneira, pomba-rola, peixe-boi, sabiá-laranjeira, pau-cetim... cação-panã, siri-candeia, sapo-cururu, capim-gordura, capim-estrela, tamanduá-bandeira, tamanduá-colete... Note-se: em muitas destas composições entram elementos tupis, e, tudo verificado, fica-nos a convicção de que o verbalismo se faz num régimen mental idêntico às composições exclusivamente dentro do falar tupi – araticum-taia, urubutinga, capim-tinga, quati-mundéu... Por isso, os vícios de linguagem, no brasileiro, as suas incorreções usuais, são bem diferentes do que se verifica na massa inculta, em Portugal. É de notar que muitos desses vícios resultam (como na colocação dos pronomes, do valor fonético, diferente, que damos às vozes dos mesmos vocábulos, isto por efeito do falar indígena. Em verdade, na prosódia brasileira, não há *e* mudo; as sílabas são sempre facilmente combinadas em vogais, ou consoantes apoiadas francamente numa vogal. A gente do povo não pronuncia – *obstáculo, advogado...* mas – *adivogado... obistáculo*. E, com isto, eliminaram-se todas as articulações complexas – *ct, cz,*

insuficiência de demonstração, mas o apontado valerá melhor, porque patenteará – quanto é frisante essa influência, patente mesmo para leigos.

bd... até o relativamente fácil – *lh*, e dizem – *fio* (filho), *muié*, *foia*, *merguio*... Daí, resultou esse abrandamento ou suavização geral do falar brasileiro, de que o povo nos dá o modelo explícito no transformar carpinteiro em – *carapina*. Foi nesse mesmo influxo que os nossos incultos chegaram ao extremo de suprimir totalmente os *rr* nos infinitivos dos verbos, se bem que em português todos eles se exprimam nesse *r*; e dizem – *fazê*, *cumê*, *durmi*, *andá*, *dispô*... Note-se que, no caso da primeira e da segunda conjugação, mesmo nas camadas cultas, encontra-se muito quem diga: “Vá *fazê* o seu trabalho...”

Esta tendência levou as pessoas do povo a suprimirem até *ss*, índice de plural. Limitam-se a enunciá-los nos artigos: os boi, os cachorro, as fazenda... Com referência à língua dos caraíbas, que tanto lembra o tupi, registrou o historiador das Antilhas: “Leur langage est extrêmemment doux et se prononce presque tout des lèvres, quelque peu des dents, et presque point du gosier. Car bien que les mots semblent rudes sur le papier, néanmoins lors qu’ils les prononcent ils y font des élisions...” Foi essa doçura de pronúncia que nos ficou, e de que algumas tribos faziam tanta questão, que lhe davam origem lendária – as águas do Carioca... Compreendemos todo o valor desse influxo no falar do povo propriamente dito, quando meditarmos em que – durante muito tempo, por todo o primeiro século da colônia, falava-se mais a língua geral, do que o português. Conta o *Padre* Leonardo, em carta de 565, que Tamoios selvagens atacaram, certa vez, a povoação de São Vicente, e uma moça portuguesa escapou do índio que a ia arrastar dizendo-lhe: “Soltame porq’ally está o meo escravo que me há logo dacudir”. Em que língua o disse ela? É evidente que o selvagem, sem convívio com os portugueses, não lhe conhecia a língua: ela se serviu, evidentemente, da língua geral, usual ao tamoio. Diz a Informação, de 1588, – que “a doutrina era ensinada aos mamelucos em língua geral”. Esses mestiços eram criados na



sociedade colonial, cristã, e, se só compreendiam o tupi, é que este era o falar trivial. O Padre Pires, já referido, diz, de Pernambuco: *os mamelucos falam a língua geral*. Muito tempo depois, por todo o século XVII, era tão corrente, no Sul, o uso da língua geral, que os brasileiros se serviam, dela, de preferência para dar nome aos lugares. Campos de *Guarapuava*: o Padre Francisco das Chagas Lima, capelão de uma expedição que, em 1809, percorreu os respectivos campos, conta que o nome foi dado por uns antigos sertanistas, e refere o fato lendário que deu lugar à denominação. Nessa mesma época, explica o Capitão Cabral Camelo que o salto *Abaremanduada* recebeu este nome – por ter caído nele o venerável Padre José Anchieta, e ser *achado debaixo d'água rezando no Breviário*. Devemos aceitar a história de tais denominações, pois que vemos num documento oficial, de 1785, *Memória da câmara da vila de Pitangui*, a menção explícita – de nomes tupis aplicados pela gente da colônia: “A denominação de Pitangui (Rio das Crianças) dada pelos antigos conquistadores a essa região, nasceu de ser ela adjacente ao rio, que distinguiam com esse nome por terem encontrado na sua margem uma pequena aldeia, na qual predominavam as crianças: os povoadores, porém, denominaram depois – Pará – o mesmo rio, talvez atendendo ao volume das águas...”. Isto ia ao ponto de que os paulistas de 1620, depois de haverem trocado o nome indígena *Anhemi*, que era o do rio próximo à povoação, pelo de *Rio Grande*, adotaram, finalmente, a denominação *Tietê*, por significar – *águas abundantes*... Couto de Magalhães, donde vêm estas informações dá *nome paulista* por equivalente de nome *tupi*... É de notar, ainda, a circunstância de que os escritores dos séculos XVII e XVIII serviam-se frequentemente da expressão *língua da terra* para designar o tupi, o que indica o uso normal dela pelo povo. O Padre Antonio Vieira refere que os velhos da Bahia, no seu tempo, lembravam-se, ainda, de uma época em que o tupi era mais falado do que o português.





E, mesmo no Norte: os brasileiros mais representativos – Soares Moreno, Bento Maciel Parente, como Salvador Correia de Sá e Benevides, eram tidos como versados e senhores da *língua geral*.⁵⁹ Hercules Florence, com longa existência na sociedade paulista, de 1835 a 1850, genro do grande político Álvares Machado, a repetir o conceito geral de então, afirma: “Em São Paulo, há sessenta anos (fins do século XVIII), as senhoras conversavam em língua tupi, que era a da amizade e da intimidade doméstica”. Estavam Leão Bourroul, no estudo que dedica a Florence, aceita plenamente o conceito (pág. 275). E compreende-se que seja assim, quando sabemos, por Theodoro Sampaio, que, no São Paulo de 1600 – “o comum das habitações era feito ao modo dos índios”.⁶⁰

Mais expressivo ainda do que efeitos de linguagem, mais imperativamente significativo, é o fato de ter sido adotado, para *alimento nacional brasileiro*, a farinha de mandioca, a mesma farinha que o índio usava como base do seu sustento. É o Brasil, talvez, o único país, da América, e do mundo, cujo alimento nacional, constante, seja a farinha de mandioca. Por isso mesmo, a fabricação da farinha ainda é, de modo geral, a usada pelo caboclo. Em torno da farinha, há todo um vocabulário guardado do tupi: *mandioca, tapioca, manipueira, maniçoba, mandioca-puba: aipim, sabaúna, macaxeira...* E tudo se explica muito bem. O colono (e a própria autoridade), aqui chegado, não tendo os meios de criar a cultura de qualquer dos vegetais alimentícios a que estava afeito, aceitou

59 R. I. H. G. n.ºs. 6, 13, 14, 15, 16, 24, 25, 26, 27; *Sermões*, VIII; *Os guainás*. João Ribeiro, em colaboração – *Jornal do Brasil* (julho de 1926), diz peremptoriamente que no primeiro século do Brasil a *língua geral* era corrente para todos. Afirma Southey que, no Pará de 1700, *pregava-se* exclusivamente em tupi. (V. p. 476.)

60 *Rev. do I. H. G.* de São Paulo, vol. IV, p. 259-260. Conta Severino da Fonseca que os seus proeiros, no Guaporé, Mamoré-Madeira, ao avistarem os cabeços na linha das águas, gritavam, como o índio de outrora – *Itá!*, no entanto já eram brasileiros do último quartel do século XIX.



a farinha do caboclo. Adaptável, o português tratou de gostar daquilo que podia obter; e, assim, habitou-se ao que, depois, veio a ser a alimentação corrente. Com isto, tudo se facilitou: o índio foi o primeiro trabalhador rural; afeito à cultura da mandioca, com as boas sementes, sem mais trabalho, ele pôde prover ao colono de um alimento sadio, constante. O nordestino, ainda hoje, come a farinha como os índios de Cardim – de *arremesso*...

§ 24º Larga mistura do índio com o colono

Falta razão ao português, Sr. Alberto de Oliveira, quando alega, de português para o Brasil: “Nós o povoamos...” Não. Portugal colonizou o Brasil, mas não poderia ter sido o seu verdadeiro *povoador*, porque lhe faltava a matéria-prima – gente, na proporção necessária. Em verdade, na população do Brasil que em 22 se destacou de Portugal, a dose de sangue português era inferior, certamente, a 30%. Fatos e números que virão a seu tempo hão de demonstrar a verdade. Nos primeiros anos, aportam aqui exploradores de acaso, cuja identidade nem se pode fazer, algumas vezes: três ou quatro portugueses mais notáveis, de existência referida na história. Vêm depois as explorações regulares, com a instituição primeira das capitânicas... São remessas relativamente insignificantes, se as comparamos as hordas de gentio, com que eles se encontram. E, desde que a podemos apreciar, em vida e ação, a nova sociedade nos aparece como núcleos de portugueses, já muito misturados aos naturais, em relação com fortes massas de Índios, ainda na tradição do seu viver primitivo.⁶¹ A maior parte das povoações eram aldeias de índios, e se distinguiam correntemente pelas

⁶¹ Todo o século XVI, no território da Bahia, só destaca a cidade *capital* ao lado de aldeias; quando a cidade é tomada pelos holandeses, as autoridades e os moradores notáveis recolhem-se a uma *aldeia* do Espírito Santo, e aí organizam a resistência; um dos primeiros socorros é o de Afonso Rodrigues, com

respectivas tribos; os *principais* e *morubixabas* tinham significação oficial, e o Estado devia manter, e mantinha, nos seus quadros, os *línguas* – funcionários para interpretar o falar indígena. Faziam-se alianças formais, com tais e tais tribos. Nas tropas, havia sempre corpos exclusivamente de índios, com quadros que eram, geralmente, 5 a 10 vezes mais numerosos que os dos brancos. A flecha era arma oficial, e os próprios brancos adestravam-se no seu manejo. E como, desde sempre, houve mistura carnal, ao lado dos soldados indígenas, houve, desde logo, os corpos de *mamelucos*. Isto foi assim até o século XVIII. O negro, agregado imediatamente ao colono, dá maior valor aos seus núcleos, mas só pode ser contado para diminuir a proporção do sangue português. Varnhagen, que em tanta coisa concorreu para desorientar a história do Brasil, viu justo, quando sustenta que os colonos portugueses não exterminaram os indígenas, e que, se estes desapareceram, é que foram absorvidos na sociedade colonial. Mas logo desatina, quando pretende que o gentio do Brasil primitivo era em número reduzido – um milhão... Em que pese ao critério desse historiador, e dos que nele se inspiram, as tribos eram muitas, e muito numerosas, e o índio foi fator decisivo na formação do Brasil: deu o número, e a energia para o trabalho rude no primeiro século; iniciou o português na exploração da terra: “... podia dar, e deu muito de si...” nota Capistrano.

Por cálculo, com a experiência de outras raças bárbaras, Portugal tratou sempre de captar o gentio por meios suasórios; só quando motivos exteriores à política oficial haviam desencadeado a luta, é que o Governo intervinha, preferindo, em toda conjuntura, chegar a uma composição, como finalmente se fez

índios selvagens. Fr. Vicente de Salvador, que é daqueles tempos, característicos, fala das aldeias e descreve os encontros dos colonos com os índios de viver primitivo como coisa corrente (p. 55).

no caso dos Potiguaras, da Paraíba. Já vimos que, de modo bem explícito, o português reconhecia ser-lhe indispensável amparar-se no gentio, e tirar dele todo o auxílio possível. E misturava-se francamente com ele. Para isto, muito concorria a atitude despretensiosa da gente portuguesa, sem as soberbias inumanas do castelhano, nem as preocupações de raça do saxônio. Desde o primeiro momento, o colono traz para as suas carícias a índia, como, depois, traz a negra; iguala-se a ela, no lar que institui, e que se generaliza. Atenuam-se as prevenções, abrandam-se os corações, em face de uma prole que não distingue os cuidados da mãe cabocla, dos apelos ao pai branco. Mas subsiste o motivo primeiro da colônia, e, por ele, as dolorosas injustiças, cuja lembrança ainda nos mortifica. Em contraste com os movimentos de ternura nos casais misturados, há a inveterada cobiça, há necessidade de viver e prosperar... O Índio é a possibilidade de explorar a terra e de haver riqueza; e, desde que a moral do momento admite a escravidão, escravizam-no, para tirar-lhe o trabalho. O Estado quer captar a boa vontade do indígena, mas tem de transigir com os *interesses* do colono, e este abusa frequentemente da situação especial – de dominador: converte o mísero cativo em besta de trabalho, ilude os regimentos que restringem as possibilidades de fazer cativos, provoca dissensões e guerras entre as tribos, porque daí tirará escravos; estimula os pendores animais do gentio, enquanto isto aproveita para bem explorá-lo; fomenta a ganância torpe dos caçadores de escravos, protege-os... tudo isto com grave injúria aos princípios de humanidade.⁶²

62 Pelas referências de Fr. Vicente, verifica-se que eram muito comuns e numerosos os mamelucos. E tão frequentes eram eles nas populações civilizadas, como nas aldeias ainda de viver primitivo. Todo o célebre caso do Porquinho (no São Francisco) se fez com intervenção de mamelucos que viviam nas tribos selvagens dali (Fr. Vicente). No Rio Grande do Norte, durante muito tempo, só havia duas mulheres brancas; o resto dos casais eram uniões, de onde saíam mamelucos (p. 215, 340, 357, 373 e 388).

Southey, cujo critério é sempre o do bem, e a cuja perspicácia nada escapa se pode, realmente, ter importância nos destinos do Brasil, deu-nos uma história que é o nascimento mesmo, e a formação desta pátria. Ora, as suas páginas são expressivas no mostrar que o gentio era numerosíssimo; que, sem ele, Portugal não teria feito prevalecer a colônia; e que, se não fora o jesuíta, os colonos teriam, muitas vezes, iludido as disposições prudentes e humanas do governo da metrópole para com o gentio. É inegável, então: quando esse historiador nos diz que *no Amazonas, predomina o sangue indígena mais qualquer outra parte...* ele admite que, no resto da colônia, tal sangue também predominava, se bem que numa proporção menor. A mesma convicção do número e a importância do gentio nota-se quando, quase ao fechar o trabalho, Southey afirma o seu pensar, nos votos que faz para que as tribos que ainda existem venham fundir-se na massa da população.⁶³ É a conclusão natural e lógica, em quem reconhece que não existe nas populações do Brasil colonial nenhuma prevenção de casta: “Pelo que tocava às gentes de cor, fora sempre o sistema colonial português mais feliz que o de nenhum outro país, bem que não mereça talvez a qualificação de mais sábio, por ter sido filho da necessidade... Os não brancos viviam isentos dessas incapacidades odiosas, que nas colônias espanholas os degradavam”. São conceitos que se encontram com os do seu amigo pessoal – Koster, o mesmo que, dominando prejuízos correntes na civilização britânica, soube ver com justiça a sociedade brasileira, apenas saída

⁶³ Ao chegarem os jesuítas ao Brasil, eram excessivamente numerosos os naturais, ao longo da costa. Tomé de Souza dizia a El-Rei: “que, se os mandassem para o mercado, não se lhes daria fim...”. “A não ter sido o zelo perseverante dos jesuítas (protegendo e preservando os índios) não se poderiam ter mantido as colônias no começo do século XVII, nem a rara população europeia houvera resistido aos piratas ingleses.” (Southey, p. 3-414.)

Desde cedo, deram os portugueses em aprisionar índios para vendê-los, escravos, nas colônias de Castela. Leis de 1550, 1570, decretadas pelo governo de Madri, tentam coibir esse tráfico (G. Dias, *op. cit.*, p. 273).

da colonização. Convém reter as suas apreciações: “... não existe nenhum espírito de divisão entre as diferentes castas, e nota-se muito pouco dessas distinções aviltantes, estabelecidas por outros governos na administração das suas colônias. Esta vantagem provém mais da necessidade que de um sentimento de justiça... Se Portugal julgasse que podia dar supremacia absoluta aos brancos, teria estabelecido por lei um tal sistema. Portugal teve o plano de uma colonização extensíssima, mas o país fornecia uma população muito reduzida”. Em tempo, os próprios Portugueses confessaram explicitamente a verdade: “... Sem o gentio, mal se poderá remediar nem povoar tão larga costa...” são os termos da carta de Diogo de Vasconcelos (1612) ao rei. O mesmo Koster, páginas adiante, acentua: “Quase todos os homens que fizeram parte das expedições coloniais dos portugueses, eram sem família”. Tudo isto merece atenção, porque nos patenteia como foi extenso o cruzamento entre as duas raças que aqui se encontraram no primeiro momento, cuja predominância em número cabe ao índio.⁶⁴

A respeito de mistura de sangues, na população brasileira, o testemunho de Koster terá sempre destaque, e será em todo ponto precioso: ele teve o convívio dessa população em todas as suas classes, quando ela já estava formada. Nas suas notas, ele se refere a Pernambuco, até o Maranhão, que por toda aquela parte ele andou. Pernambuco, que dá feição a todo o Norte; é a capitania onde, desde o primeiro momento, a política de Duarte Coelho procurou sistematicamente o gentio para formar a respectiva população. Os cruzamentos começaram na própria fidalguia: a prole de que faz parte, justamente, o célebre Albuquerque Maranhão, a mameluca esposa do fidalgo florentino – de Cavalcanti, e mais sete outros mamelucos, da índia Maria do Espírito Santo e o fidalgo português, Jerônimo de Albuquerque, cunhado de Duarte

64 *Travels in Brazil*, cap. XVIII.

Coelho.⁶⁵ Escrevendo dali – de Pernambuco, em 1556, o *Padre Pires* refere: – “que se fizeram muitos casamentos com mulheres da terra”. O português, colono, ou soldado, não via motivos para conter afetos: juntava-se imediatamente com a índia, e procriava. Casavam-se mesmo com as mulheres de tribos inimigas, como o fizeram com muitas das potiguaras aprisionadas na Paraíba, e daí resultou que uma delas, mulher de um soldado português, salvou o exército no Rio Grande do Norte, indispondo os seus parentes, aliados do Francês Rifaut, e trazendo-os à aliança dos colonos.

Pernambuco foi, assim, o centro de expansão no Norte; a política em que se fez ali a colonização que inspirou o desenvolvimento dela até o extremo limite. O outro importante centro de atividade expansiva foi São Paulo, cuja população se tornou célebre como se fora toda de mamelucos. Certamente, há exagero: nem todo paulista seria mestiço; no entanto, é inegável que, no primeiro momento, houve predominância deles nos campos de Piratininga. Esses paulistas, mamelucos, ou não, terão sido terríveis e intrépidos caçadores de escravos; mas, nem por isso, eram devoradores de índios. Pelo contrário, sempre viveram cercados deles, em quem encontravam excelente auxílio. É fato, universalmente referido, que todas as façanhas deles, Paulistas, se fizeram com o concurso de forças indígenas. Já em meados do século XVII, quando João Amaro vem à Bahia, o seu exército era quase todo de

⁶⁵ A índia, batizada com o nome de Maria do Espírito Santo, era filha do cacique Uirá-Uby (Arco Verde). Jerônimo de Albuquerque, em resultado de um romance de aprisionamento, perspectiva de sacrifício e idílio, se juntou à moça índia e dela teve oito filhos, aos quais reconheceu como legítimos, sendo um deles aquele a quem deu o seu próprio nome, e que foi o grande Jerônimo de Albuquerque Maranhão. Esse tinha justo orgulho dos dois sangues de que era feito “Albuquerque e Arco Verde”. Entre os índios, nas tabas, considerava-se em família, e tratava a meninada de *sobrinhos*, mesmo entre os potiguaras. Uirá-Uby era tabajara. O velho Jerônimo de Albuquerque, considerado por Capistrano de Abreu umas das grandes figuras do primeiro Brasil, teve 24 filhos, mais ou menos legítimos.



índios. São Paulo, onde começou a colonização regular do Brasil, tomou caráter nas gentes de João Ramalho + *Tibiricá*, e Antonio Rodrigues (o *bacharel*) + Uyrauy. No influxo dessa mistura, os paulistas de tradição tinham de ser poderosos fatores de aproximação entre as gentes da colônia e as tribos.

Fora de qualquer malevolência, pode-se afirmar: a fórmula de colonização, no trato com o gentio, foi, nos domínios ingleses, repelir, bater; exterminar, sem nenhum empenho de absorvê-lo;⁶⁶ nas colônias de Castela – dominar, escravizar, castigar, dando lugar a que se formassem castas nas populações, ou entregá-lo aos padres, para formarem populações à parte; no Brasil, a assimilação franca baseada na larga mistura, alheia a qualquer preconceito.

§ 25º O número do gentio

Importância do gentio na sociedade colonial... os historiadores de profissão não se detêm nesses aspectos gerais; apenas, deixam entrever tais coisas. Enfartados de erudição morta, eles abafam, quase, a realidade. Quando, porém, estimulados pelo que se entrevê nas suas histórias, procuramos interpretá-las e surpreender os lances de vida, vemos a primeira cidade brasileira infundida na massa do gentio, e a lógica dos sucessos nos faz compreender que esse gentio, tecido vivo em que se enxertou o português, foi a própria massa, na sociedade que derivou da colonização. Então, ao espírito se impõe a convicção: a nação que se desenvolveu sobre essa primitiva sociedade, e que nela se afirmou, guardará para sempre o cunho das suas poderosas origens. Os *brasis* valiam de valor próprio, e valiam muito, porque eram muitos e muitos.

⁶⁶ Este conceito, vulgarizado como ditado, exprime bem toda a indisposição do anglo-saxônio para com o índio. “There is no good Indian, but a dead Indian”, e que poderia ser traduzido assim: “Índio só é bom se está morto...”



Logo numa das suas primeiras cartas, Nóbrega constata que o gentio era numerosíssimo, “... a terra toda povoada...” Estão de acordo com o jesuíta todos os informes e testemunhos da época, qualquer que seja a região a que se refiram. Leem-se as páginas de Hans Staden, e a terra por onde ele passou multiplica-se em aldeias, com as perspectivas de uma vida simples, mas numerosa em gentes, e vigorosa em brios. Relatando do que conheceu no Maranhão, insiste Alexandre Moura: “Terras povoadas de infinito gentio...”⁶⁷ Confirmando informações tais, veem-se multiplicadas as nações e tribos, cujos nomes sobem a centenas e centenas. Entre os povos assim enumerados, há nações cujos representantes devem contar-se por muitas dezenas de milhares. Tal os tamoios: se os calculamos pela extensão das lutas que sustentaram, dos receios que infundiram, do número de combatentes que enfileiraram, deviam ser para mais de 80.000.⁶⁸ Só num combate, eles opuseram a Estácio de Sá 64 canoas de guerra; antes, numa simples escaramuça, essa em que se celebrizou Francisco Velho, eles lançaram sobre o português 180 canoas suas.⁶⁹ Lery fala de uma outra escaramuça, em que se empenharam mais de quarenta canoas de guerra, assim como menciona combates, a que assistiu, e em que os tamoios se apresentaram com 8 a 10 mil combatentes. Repetidamente ele menciona aldeias e aldeias por onde andou: no percurso de 12 léguas, por um dos rios da Guanabara – oito aldeias. Finalmente, enumera, com os respectivos nomes, vinte aldeias às margens da Guanabara. Ora, o mesmo Lery nos afirma que tais aldeias, de muitasocas, continham 500 a 800 pessoas, ou

67 *Relatório* sobre a Expedição ao Maranhão, 1616.

68 Contando um dos últimos combates dos tamoios, governo Salema, refere o autor da *Notícia do Brasil*, que “foram mortos e cativos de dez a doze mil, e, com esta vitória se atemorizaram tanto, que despejaram a ribeira e se foram para o sertão”. É de crer que o número dos que se retiraram fosse maior ainda. E agora imagine-se o número total, quando a nação tamoia estava em plena pujança.

69 Cons. B. da Silva Lisboa, *Anais do Rio de Janeiro*; M. de Macedo, *Ano Biográfico*, 1, 17.

mais. Notemos, agora, que os tamoios formavam, apenas, uma subdivisão dos tupinambás do Sul, análoga a carijós, tupiniquins, tupiminós...

Tais incidentes, destacados a tempo, patenteiam a importância do gentio, em densidade. Diz a história comum – que o já citado herdeiro de Duarte Coelho, em luta com uma parte do gentio dali, foi ao encontro do inimigo com um exército de índios, em número superior a 10.000. E a vitória não lhe foi fácil: era tão forte o corpo de índios adversos, que Jerônimo de Albuquerque, representante do donatário, teve de recuar para terminar a guerra um tanto por astúcia. Daí, devemos concluir que as forças contrárias eram, pelo menos, equivalentes. Ora, quando é possível levantar exércitos, assim, num total de 20.000 homens, a população geral deve ser de, nada menos, o triplo. Quer dizer, naquela época, só esse gentio, dali ao Cabo de Santo Agostinho, era para mais de 60.000. Na luta da gente de Pernambuco com os potiguaras da Paraíba, quando aqueles avançaram até a Baía da Traição, as aldeias destruídas, na costa, de Tejucupapo para lá, continham mais de 20.000, diz Fr. Vicente. Esse mesmo clérigo, que doutrinou aquele gentio em 1615, afirma que, pelos livros de batizados, os potiguaras da Paraíba eram 45.000. Maximiliano L. M. Machado, na sua *História da Província da Paraíba*, transcreve, do Padre F. Guerreiro: que a população de 16 aldeias potiguaras, em 603, era de 16.000 pessoas.⁷⁰ Antes, quando as forças portuguesas chegaram a Copaoba, só aí havia 50 aldeias de potiguaras. No curso da mesma luta, em um combate, no Rio Grande, foram mortos 1.500 índios: e os prisionados, e foragidos...? Por outros motivos computados, os índios

⁷⁰ Fr. Vicente do Salvador, p. 216, 317, 330, 367, 393. No Rio de Janeiro, apesar das longas campanhas contra o gentio, era tal a abundância dele que, nos últimos anos do século XVIII, ainda se aldeavam tribos no baixo Paraíba. Foi no governo do Vice-rei Vasconcelos de Souza que se fundaram as aldeias de São Fidelis e Minhocal (*R. I. H. G.*, IV, p. 35 a 39).

eram sempre contados aos milhares: os franceses, no Maranhão dispunham, segundo depoimento deles mesmos, de 4.000 soldados indígenas; do Ceará, Soares Moreno tirou os 5.000 flecheiros de que se orgulhava.⁷¹ Fr. Vicente afirma que, só na serra de Copaoba, havia 50 aldeias de Potiguaras.

Na Bahia, era o gentio igualmente muito denso. Contra ele, numeroso e forte, justamente ressentido nada pôde o donatário da capitania, se bem que um dos mais apercebidos de meios, e ainda, o concurso de Diogo Álvares. A citada *Enformação*, que é aproximadamente da época, fala de 160 aldeias castigadas por Mem de Sá, só no Paraguaçu. O *Padre Vasconcellos*, na sua *Crônica*, dá um total de 300 aldeias, dominadas nessa campanha. Ali mesmo, pouco depois, só em uma entrada, no Rio das Contas, trouxe 7.000 índios *Topiguaens*, que é uma nação quase desconhecida. No Rio Real, o maioral *Boipeba* tinha às suas ordens um exército de 20.000 combatentes; no segundo ataque às suas forças, os portugueses mataram-lhe 2.400 homens, e aprisionaram 4.000, sem que, por isso, se extinguisse aquele gentio: os restos subiram para o São Francisco, e são os próprios que, anos depois, dão lugar aos incidentes em torno à gente de Porquinho.⁷²

Há outras cifras que, mesmo reduzidas, são muito expressivas: uns trechos de Tupinambás, da Bahia e Pernambuco... ciosos da sua liberdade, emigraram para o vale do Amazonas; lá mesmo tiveram de lutar. No entanto, só os do célebre *Cabelo de Velha* eram, diz Capistrano de Abreu, “20.000 tupinambás, acrescidos de infinito gentio tapuia que se agregara”.⁷³ Naquele Amazonas mesmo, uma tribo insignificante, cujo nome apenas

71 *Documentos*, L-O, p. 14 e 105 – *Notas* – Fr. Vicente, 452.

72 Fr. Vicente, p. 68, 149, 154 e 198.

73 *Notas* a Fr. Vicente, L. IV.

aparece neste sucesso, a dos poquizes: batida, deixou em mãos dos portugueses 1.000 prisioneiros... Computando mortos e evadidos, e mulheres e crianças, não será muito calcular essa tribo esquecida em 5 ou 6 milhares, e, atendendo ao número dos apagados poquizes, quantos seriam os dilatados tupinambás? E os terríveis e multiplicados potiguaras, os valorosos tabajaras, os famosos guianazes, os bons tupiniquins, os industriais onaguas, os invictos nheengoíba, os destemidos caetés?... E os indefinidos ramos de *tapuias*, e as tribos todas que aparecem depois, no longo perímetro – Paraguai – Mamoré?... Ponderemos nisto: há mais de um século depois de estabelecida a colônia, havia ainda tanto gentio puro no litoral mais povoado – Pernambuco – que só um Capitão holandês, Henrique Haus, tinha a seu mando um corpo de índios de 1.590 homens; pelo seu lado, os pernambucanos contaram sempre com o auxílio de terços índios, desde os primeiros dias até a liquidação final.

No sistema da colonização portuguesa, os índios eram francamente incluídos nas populações normais – cristãs, quer pelo regime da escravidão, quer nos aldeamentos. Apesar disto, tão abundante era o gentio que na época da Independência ainda havia, ao lado das gentes comuns, uma grande população indígena perfeitamente distinta, tanto assim que a ela se fazem constantes referências. José Bonifácio, no seu projeto de abolição, lembra explicitamente que se catequize os índios, para virem formar população agrícola; as mesmas ideias são sustentadas por Feijó, na época da Regência. Nos seus dias, Mello Moraes ainda calcula o gentio do Brasil em 2.000.000. Reduzimo-los a um quarto: ainda é uma forte cifra, se consideramos que se trata de restos... Ele teria sido levado a esse cálculo, pelo fato de que, na *Sabinada*, ainda havia tantos índios na Pedra Branca, que com eles se formaram corpos de tropas especiais.

§ 26º Não houve extermínio...

A história nos fala de capitanias que prosperaram, e de outras que fracassaram..., dizendo, bem explicitamente, que o sucesso teve sempre por base o bom entendimento com o gentio, assim como, que o desastre foi devido à insuficiência dos donatários para dominar as tribos revoltadas. Não entram nessa verificação geral as quatro do extremo Norte, que, praticamente, não foram exploradas. Da história resulta, por conseguinte: que nas capitanias prósperas o gentio foi geralmente poupado e bem tratado, e que, nas fracassadas, o primeiro resultado foi de vitória do indígena; os sacrificados teriam sido os colonos. Não houve, pois extermínio. E depois?...

Esse mesmo resultado geral se verifica no exame concreto dos insucessos, nas primeiras capitanias exploradas, e em todas as crises subsequentes. A primeira capitania malograda, de Sul para Norte – a de Santo Amaro, segundo quinhão de Pero Lopes: não progrediu, devido à oposição que lhe fizeram os tamoios, movidos pelos franceses; o resultado geral, quanto à sobrevivência do gentio, está incluído na história dos mesmos tamoios. Com isso, o donatário nunca foi um devorador de índios... “Pero Lopes de Souza não consentia que ao gentio se fizesse nenhum agravo, cariciando a todos”, atesta Fr. Vicente, sempre amigo dos pobres índios; o outro quinhão de Pero Lopes, Itamaracá, esse progrediu, nos mesmos processos da sua vizinha. Pernambuco, onde Duarte Coelho *preferia enforcar os Portugueses perversos, a consentir que o seu gentio fosse sacrificado*.⁷⁴ Não foram precisos os *padres* para que as tribos encontrassem a relativa humanidade. São de trivialidade histórica essas boas relações, entre a colônia de Pernambuco e a

⁷⁴ *Op. cit.*, p. 216, 317 e 335.



importante nação *tabajara*, relações que começaram na já citada aliança de sangue, entre as duas fidalguias (pág. 116). Todas as grandes lutas, ali, no Cabo, e no São Francisco, acabaram por tratados de aliança, ou, no pior caso, por cativoiro, muitas vezes procurado voluntariamente. Ora, o cativoiro não é extermínio. Pelo contrário: é o meio de prontos cruzamentos. Mesmo na crise mais grave, com Jorge de Albuquerque Coelho, a boa intervenção do velho Jerônimo, pai de tantos mamelucos, deu solução humana, apesar de algumas execuções que se fizeram. Mais para o Norte, houve terríveis desastres de donatário, mas que não foram por efeito de luta com o gentio. Quanto ao destino desse mesmo gentio, ali, temos de conhecê-lo, quando apreciarmos as consequências das grandes lutas, com as tribos, até o extremo Norte.

Voltemos ao Sul, ao outro de núcleo de formação brasileira. Ali, em São Vicente, graças às aproximações já feitas com Ramalho e Antonio Rodrigues (o Bacharel), as boas relações da colônia com os indígenas logo se patentearam nas gerações dos temíveis e aventureiros mamelucos, que fizeram a primeira glória de São Paulo.⁷⁵ Ninguém pretende que todo paulista do século XVI fosse mestiço de índio; mas é inegável que os mamelucos tiveram importância para impor a sua qualidade ao conjunto das gentes coloniais daquele Sul. Houve lutas, depois, muito ataque aos índios do sertão, sem que isto possa significar extermínio. Já o acentuamos: cativoiro é injustiça, mas não é eliminação. De modo geral, as tribos foram poupadas, mesmo porque eram indispensáveis. Como poderiam os bandeirantes realizar o seu grande século de aventuras? Em todas elas, houve poderosos terços de índios a apoiá-los. Os paulistas eram os condutores – o ânimo inteligente das empresas; o trabalho, a massa dos guerreiros, eram dados pelo

⁷⁵ P. Prado – *Paulística* – admite que no primeiro São Paulo a maioria era de mamelucos.



esforço do caboclo.⁷⁶ Com isto, não perdem de mérito as gentes de São Paulo, com tanto que reconheçamos: foi nas costas do índio que elas desbravaram e conquistaram os sertões. Obra de tanta monta, conduzida por energias tais, nas ideias do tempo, não se faria sem muita maldade e muito sofrimento para os pobres indígenas. Não se pode dizer, porém, que eles foram exterminados pelos paulistas. Se há pedaço do Brasil onde se multipliquem os efeitos do influxo indígena é aquele. Houve lutas, mas, delas, as mais importantes já não foram do paulista com o gentio brasileiro; e, sim, com os que o defendiam – os jesuítas. Era tão abundante ali, o gentio, que Nóbrega escolheu os campos de Piratininga para o centro do seu melhor apostolado. Os paulistas desenvolveram a plenitude da sua atividade em face dos padres, em cujas multiplicadas aldeias o índio encontrava proteção, enquanto fazia o estágio de incorporação às gentes da colônia. Nunca houve em São Paulo situações extremadas, que pudessem levar a sacrifício dos colonos, ou extermínio de tribos. Lembremo-nos de que – a maior parte das povoações paulistas têm nomes indígenas.

As capitanias de Espírito Santo, Ilhéus, Porto Seguro e Bahia tiveram uma vida acidentada, com o resultado final de fracasso das respectivas empresas, sem que, em nenhuma delas, houvesse, como consequência final, o extermínio dos naturais. As *guerras* que se desenvolveram com os tupinambás (Bahia e Sergipe), aimorés, goitacazes... como as do Potiguaras, Nheengaíbas, Cariris... terminaram, sempre, por *pazes*, em que ao gentio se reconheciam direitos à terra e à liberdade. Mesmo no caso dos celebrados tamoiós, não houve extermínio. A vitória decisiva sobre a grande nação de Aimbire foi com o governo do Dr. Salema. Anchieta,

76 O exército com que Raposo voltou a destruir as reduções castelhanas de Guaíra era de milhares de índios de Piratininga e circunvizinhanças. Até nas guerras contra os guerenes e os palmarinos, os capitães paulistas traziam maioria de soldados índios.

insuspeito, conta como se resolveu o caso: "...com a ajuda de muitos índios cristãos e gentios, Salema cometeu a empresa e acabou de adquirir toda a nação dos tamoios, que ainda estava muito soberba e forte com muitas armas dos franceses... sem lhe ficar aldeia que não sujeitasse. Muitos dos índios matou na primeira aldeia, que era a mais forte, e depois disso se lhe entregaram os outros *quase sem guerra*, muitos dos quais se ajuntaram na aldeia dos índios cristãos e se batizaram, e alguns ainda vivem. Com esta nova vieram alguns tamoios da Paraíba, a lhe pedir pazes". Como se vê: muitos nem mesmo foram escravizados, mas simplesmente aldeados com os jesuítas; e devemos concluir que o *último tamoio* morreu para aí, prosaicamente, de velho, numa senzala qualquer, ou na choça da aldeia.⁷⁷

Consideremos, agora, a ação dos principais governos da colônia, nos tempos decisivos, e vejamos se houve destruição sensível do gentio. Apreciaremos, depois, especificamente, a liquidação de cada uma das grandes lutas com os indígenas, além do caso tamoio.

De Martin Afonso⁷⁸ e Thomé de Souza, até Gomes Freire, todas as autoridades que tiveram influência definitiva nos destinos da colônia foram zelosos defensores do gentio, interessados em conservá-lo e aproveitá-lo, mesmo aqueles poucos governadores que não se mostraram de acordo com a ação dos jesuítas. Tal aconteceu com D. Diogo de Menezes: esteve em dissídio com os *padres*; no entanto, reclamou e obteve atenuação no modo de tratar os índios vencidos. Este é o mesmo governador-geral que, a propósito da conquista do Norte, insistia na doutrina: "... que a conquista não se deve fazer pelas armas por intervenção e manha".⁷⁹ Seguindo a ordem de sucessão, vemos o primeiro dos grandes representantes

77 Fr. Vicente confirma que os tamoios não foram exterminados (p. 227).

78 Martin Afonso veio com a qualidade de *Governador-geral das terras do Brasil*, e assim assinava. Trazia alçada de *meio e misto império*... sem apelação...

79 *Anais da Bibl. Nac.*, 26-308.

da metrópole – Martin Afonso – a presidir a aliança da colônia nascente com a nação de Tibiriçá, aproveitando inteligentemente a situação de João Ramalho; e deixou uma tal tradição de amizade ao gentio, que dois morubixabas excepcionalmente importantes, ao batizarem-se, tomam o seu nome: o próprio Tibiriçá e Arariboia. Thomé de Souza, Mem de Sá, Britto, D. Francisco de Souza, Gaspar de Souza, Sá e Benevides... e o próprio Gomes Freire, foram realizadores, no civil, da maneira cristã dos jesuítas, dos tempos heroicos. No governo de Thomé de Souza, deram-se dois grandes conflitos com as tribos, efeitos naturais da desconfiança provocada pelos sucessos de Tourinho. Era muito viva ainda a lembrança das queixas; o gentio foi ameaçador, e o governador teve que garantir a sua obra; mas, não houve nada que parecesse extermínio, mesmo nas aldeias atacadas e domadas. Thomé de Souza era, ostensivamente, amigo dos jesuítas, sempre solícito aos seus apelos em favor dos índios, como quando mandou restituir à liberdade os dez carijós reclamados por Nóbrega. Ao chegar à Bahia, o primeiro governador encontrou sete portugueses em torno de Caramuru, isto é, em boas relações com o gentio, e as boas relações se mantiveram tanto, que os melhores auxiliares, na construção da cidade, foram os tupinambás. Duarte da Costa teria sido pouco afeiçoado aos padres; o seu governo foi um começo de corrupção; mas é constante, nas crônicas, que – nos conflitos com os índios, em Itapoã e Rio Vermelho, ele foi enérgico o bastante, apenas, para manter a paz.

Mem de Sá forma era na vida da colônia. No tocante ao gentio e aos jesuítas, é reprodução de Thomé de Souza, com a diferença, apenas, de ter instituído novas garantias de proteção – a *Carta Régia*, de Janeiro de 1557, que, em nove itens, desenvolve a doutrina de explícitos direitos dos índios. “Doutor Mem de Sá, espelho dos governos... mandou dar liberdade a todos os índios que contra a justiça eram tratados como escravos”. E, por isso, Fr. Vicente o



chama *espelho dos governadores*. Esta expansão do frade baiano, além de notar o fato, mostra-nos que a opinião geral da sociedade colonial era favorável ao gentio. Seguem-se: Salema, Luiz de Brito... A ação daquele se define no caso dos tamoios. Luiz de Brito teve de atender à situação de Sergipe, e foi pessoalmente dirigir a luta contra o gentio do Rio-Real; mas tem este eloquente atestado, de Anchieta: “Este nunca consentiu fazerem-se vexações notáveis às aldeias de doutrina”. Teles Barreto resume a sua política, quando ao gentio, na conquista da Paraíba, presidida por Martin Leitão. Teremos ensejo de verificar os respectivos efeitos. D. Francisco de Souza, o próprio *D. Francisco das manhas*, era humano, diplomata, excepcionalmente amigo do Brasil, afirma Fr. Vicente, com todo o seu coração de brasileiro: não seria, nunca, um exterminador, ou perseguidor do gentio brasileiro. Diogo Botelho, Diogo de Menezes, Gaspar de Souza...completam o século decisivo, nesses efeitos, e têm os governos definidos na conquista do Norte, e no começo da expansão pelos sertões. Esses feitos nos dirão se houve, por influxo deles, destruição sistemática de indígenas. Antes, porém, de apreciar concretamente cada um desses conjuntos históricos, devemos destacar o nome de Diogo Botelho, porque ele está ligado à sinistra aventura de Pero Coelho; sinistra pelas injustiças e crueldades para com o gentio do Ceará, fornecendo aos potiguaras, dali, justos motivos de desconfianças; sinistra, porque ele – Coelho e os seus, sofreram duramente no curso da aventura. Por si mesmo, o caso merece notação especial: foi um exemplo de crueldade e felonía para com o gentio, provocando, por isso, uma viva reação; e nos dá, assim, a prova de que tal proceder não era admitido. É possível que Diogo Coelho fosse um canalha, e estivesse de conchavo com Pero Coelho; mas a força da opinião geral foi tão manifesta que ele não teve coragem de socorrê-lo.

Tudo mais que se segue, até que o Brasil toma feição definitiva, é de governadores escoimados de crimes contra o gentio, ou



ostensivamente protetores dele. Diogo de Menezes tem o seu proceder caracterizado no programa que formula, para a conquista do Nore (pág. 94). Vem Gaspar de Souza, que preside, de fato, a essa conquista, e cuja política se exprime nos feitos dos capitães que realizam a respectiva conquista: Soares Moreno, Dessa, Albuquerque Maranhão... sempre amigos dos índios, e cuja ação foi mais eficaz, justamente, em razão dessa mesma amizade. Amigos e protetores de gentio, esses capitães só procuravam, em toda a conjuntura, incorporar humanamente os índios na sociedade colonial. Vem o governo de D. Luiz de Souza, que tem oportunidade de manifestar-se quando faz prender Caldeira Castelo Branco, uma das raras autoridades primeiras de quem os índios têm justas queixas. Com o desastrado Furtado Mendonça, começa uma outra história desse Brasil, em que o índio aparece como parte integrante. Está feito o essencial. Para os efeitos que nos interessam, aqui, mais valem os capitães já citados, e outros realizadores, do que toda a teoria dos governadores secundários. Soares Moreno é o ostensivo amigo dos potiguaras, tão feito na confiança deles que, não obstante ter sido companheiro de Pedro Coelho, nunca foi suspeitado; vivia nas tabas, falava-lhes a língua, vestia-se como eles, para levá-los a, sorrateiramente, penetrarem os navios dos franceses, e tomá-los. Albuquerque Maranhão é o mameluco – tão orgulhoso do sangue caboclo como da linhagem de reis que o pai lhe dera; fora criado na taba de *Arco Verde*. Álvaro Rodrigues e o Padre Ruiz são criaturas tão grandemente humanas que conseguem trazer à paz e à amizade os implacáveis Aimorés. Souza Dessa é o Capitão administrador que, mandado a conquistar o Pará, pede apenas 150 soldados, e, como recurso principal, um padre e o Capitão Belchior Rangel, por ser *língua*. Vidal, com todo o seu prestígio, é governador que se põe ostensivamente a par do Padre A. Vieira – na sua obra de proteção aos índios.



Consideremos, agora, as crises mais importantes, como lutas com o gentio. A forma em que cada uma delas acabou nos dirá, de modo bem explícito, se houve extermínio, e nos dará, assim, a medida dos efeitos totais da política portuguesa para com o indígena. Já vimos desaparecer a nação Tamoio: o grande povo tupi calou-se na história, mas o seu sangue ainda nos está nas veias para os efeitos da bondade singela com que nos amamos *brasilicamente*, para a indiferença simples, com que desprezamos os aspectos materiais do futuro...

Mais porfiada e mais dura que a campanha dos tamoios, foi a dos potiguaras: sessenta anos de resistência, numa extensão de centenas de léguas, impondo ao português os reveses de muitas derrotas. Há dois, ou três combates, onde se contam centenas de índios mortos; mas, em geral, a campanha foi conduzida com o intuito de subjugar os temíveis caboclos, e, por isso, o mais importante dela consistia em destruírem-lhes as roças, e obrigá-los a constantes deslocações, para que, finalmente, eles aceitassem pazes. E foi em pazes, solenemente firmadas, como entre nações soberanas, que a guerra terminou. “Aceitaram-se as pazes... muito principalmente as fêmeas que, enfadadas de andarem com o fato continuamente às costas, fugindo pelo mato, sem poderem gozar de suas casas nem dos legumes que plantavam, traziam os maridos ameaçados que se haviam de ir para os brancos...”. Então, por intermédio de Jerônimo de Albuquerque, e com os padres, “fizeram-se com eles as pazes, as quais serão sempre fixas, como as que se fizeram com o Braço de Peixe (Piragibe) e com os mais tabajaras, e o costumam fazer em todo o Brasil... Com isto, Pau Seco e Zorobabé, que eram os maiores principais vieram logo ao forte tratar das pazes... donde daí por diante começaram a entrar com os seus resgates seguramente. E de tudo foi avisado o Governador D. Francisco de Souza... o qual mandou que as ditas pazes se fizessem com a solenidade do direito, como, em efeito, se fizeram



na Paraíba, aos 11 dias do mês de julho de 1599, estando presentes o Governador da Paraíba, Feliciano Coelho de Carvalho, com os oficiais da câmara e o Capitão-mor de Pernambuco Manuel Mascarenhas Homem com Alexandre Moura que lhe havia de suceder em Pernambuco, o ouvidor geral Braz de Almeida e outras pessoas...”. No singelo do seu estilo, Fr. Vicente diz o bastante para fazer compreender a importância do ato, pela importância do gentio que sobrevivera à luta. A figura desse Zorobabé destacava o valor do gentio Potiguara depois das pazes.

Os colonos tanto temiam o poder das numerosas tribos, aliadas em torno do impetuoso morubixaba, que obtiveram do torvo Diogo Botelho a prisão e a eliminação do valente cacique potiguara, tudo feito insidiosamente. Isto tramavam, ao mesmo tempo que o adulavam, como se fora um grande personagem, depois de o festejarem, em retribuição a grandes serviços que prestara à colônia, cujos dirigentes deram de sua alma, já em começo de degradação, o que lhes era próprio. Não se mediou infâmia, e, com um assassinato traiçoeiro, dissiparam os medos, e conservaram a totalidade do gentio pacificado. No tempo dessas pazes famosas, ainda vivia, centenário, o celebrado Piragipe, sempre respeitado, no seio de uma sociedade que – já era o novo Brasil, e ainda era o seu Pernambuco, porque os do seu sangue estavam, agora, sendo parte efetiva e notável, nessa nova pátria. Tanta consideração não teria o velho Braço de Peixe se os seus Tabajaras tivessem sido exterminados. Os restos dos potiguaras são tão numerosos, depois da paz, que dão exércitos, como esse com que Zorobabé foi auxiliar a Bahia contra os aimorés, e com que derrotou e exterminou os palmares do Itapicuru; exército tão poderoso que, intimado a ficar na Bahia, protestou, e fez escutar os seus protestos. Por isso mesmo é que Zorobabé se tornou temido. Duas gerações depois, ainda o grande Camarão pode tirar desse gentio o melhor das suas forças, assim como, antes, o pai e o tio, Jacaúna, tinham tido às suas

ordens hostes respeitáveis. Note-se agora: o mais forte contingente de potiguaras, no curso da guerra holandesa, esteve a serviço do inimigo. Era tão numeroso esse gentio, já convertido ao protestantismo, que tinha regedores especiais, Antonio Paraububa, no Rio Grande, Pedro Poti, na Paraíba. Este foi aprisionado na segunda dos Guararapes, e logo executado; o outro, mesmo depois das pazes, em 1654, ainda foi à Holanda – pedir proteção, para si e os seus. Adiante, no Ceará, ainda hoje se encontra, ao lado das populações comuns, as aldeias dos teremembés, onde se guardam os costumes primitivos, no que não são incompatíveis com o convívio dos cristãos.

A guerra aos tupinambás do Rio Real (Sergipe) coincidiu, em tempo e em motivos, com a dos potiguaras. Ali, tinham os franceses antigas feitorias, e, mesmo, um começo de colonização, ou, pelo menos, uma qual produção de mestiços – deles com as índias. Partidos os franceses, submetidas oficialmente as tribos, ainda houve levantes. Em 1808, vivia o mameluco Cristóvão de Gouveia, que afirmava, com a sua memória de 130 anos, lembrar-se da última revolta de tupinambás. Ora, uma tal energia de resistência, nesse gentio, só denota muita vitalidade e fortes estímulos. Uma raça que houvesse sido ferozmente dominada, a ponto de não fazer valer os seus direitos de existência, depois de, quase, dois séculos de domínio, teria ânimo para ainda revoltar-se? De fato, ali, não houve extermínio de gentio. Nenhuma parte do Brasil mostra mais indícios dos antecedentes indígenas do que o Sergipe d'El-Rei. Já não se trata de nomes para acidentes naturais – rio e serras; mas as próprias povoações dão o testemunho de uma influência decisiva. Muitas das mais importantes, até cidades, até o povoado de que se fez a atual capital, guardam denominações indígenas. Há centros de população que têm, ainda hoje, o caráter de aldeias primitivas, tanto na fisionomia dos caboclos, como na singeleza dos costumes. E facilmente atingimos esse momento



em que a caboclada ainda era índio e já compunha o Brasil oficial. Naquele Geremoabo, Bahia de fato, e que pelos costumes, a história e o direito é Sergipe d'El-Rei; ali, ao entrar do século XVIII, o povo se define nesta carta do Governador-geral, D. João de Lencastro ao capitão-mor do termo: “Fui informado que o principal da nação dos Munducurus de Geremoabo, chamado Antonio Vicente, mandara fazer a guerra aos Cariacas, que habitam nos Tocós, cujo capitão e principal João de Araujo veio fazer queixa...”. Munducurus e Cariacas não se distinguem mais, na caboclada de Geremoabo, que vem do sangue deles, e forma a gente forte, simples e despreocupada daqueles sertões.

§ 27º Vencidos-escravizados

Lutas menos graves, como a dos caetés, poderiam findar pela extinção da tribo; no entanto, não foi o que se deu. Com o pretexto da morte do bispo naufragado,⁸⁰ condenaram-na; mas, depois, voltaram da sentença. Praticamente, esse gentio desapareceu no cativeiro. Quando Pernambuco já estava feito, os sucessores do donatário levaram guerra ao gentio ainda insubmisso, até o São Francisco: pretexto – para haver escravos, não, morticínio de índios. Nesse intuito de fazer escravos, estimuladas pelos colonos, as próprias tribos se guerreavam; mas, nem por isso, se dava o extermínio real. Haveria, mesmo, mais poupança de vidas do que nas pugnas anteriores, em que os prisioneiros eram sacrificados, segundo os ritos e os costumes. Nas guerras justas, o soldo das tropas era pago em índios escravizados: é bem de ver que tais prisioneiros tinham que ser poupados...

80 O pai de Cristóvão de Barros – conquistador das terras do índio Sergipe foi vitimado nesse conflito, em que morreu o bispo. Assim se explica, em parte, o ardor com que esse capitão se desempenhou dessa conquista. Gonçalves Dias diz, deles, peremptoriamente – “foram escravizados...” (*Op. cit.*, p. 277).



Crise terrível foi a dos Aimorés, na Bahia, como, depois, a de um ramo desse gentio – os *guerens*. Durava a luta havia anos, em Porto Seguro e Ilhéus. A colonização foi quase suspensa, e as armas nada podiam: a tapuiagem continuava forte e numerosa; finalmente, Almeida acha a forma de captar a confiança dos bravios; entra em composição com eles, e recomeça a obra de colonização. Seguindo-lhe o exemplo, vem a brandura do *Padre Ruiz* completar a obra: fizeram-se pazes, consigna-o Fr. Vicente (379). Sessenta anos depois reaparecem os terríveis aimorés, na tribo dos *Guerens*, que finalmente é destrocada pelo paulista João Amaro, encomendado especialmente para isto. Esse gentio foi inteiramente dominado, não exterminado. João Amaro aprisionou tanto índio, que, vendidos como escravos, *não davam 20 cruzados por cabeça*, registram os escritores do tempo. Desta sorte, perdem os aimorés a situação que mantinham na história, sem que se extinguissem: ainda hoje, nas brenhas de entre Rio Doce e do Jequitinhonha, existem restos das tribos famosas, perpetuando a mistura de sangue.⁸¹

Das outras lutas ulteriores, pelos sertões remotos, ou no vale do Amazonas, podemos tirar as mesmas conclusões. Não houve destruição sistemática do gentio. Nem mesmo no caso dos Cariris: em contato com as gentes civilizadas, mesmo no curso das correrias, foram perdendo o intransigente brio do começo e, a pouco e pouco, infundiram-se na população comum, como aconteceu, por toda parte, da zona fronteira, entre a indiada e os *brancos*, e cujas populações têm mais sangue de índio do que de branco, ou de preto. Não esqueçamos de que, nas terras ribeirinhas do

81 Em 1891, estive em excursão no Rio Doce, abaixo da Cachoeira das Escadinhas, e visitei uns rebotalhos de tribos no Rio Pancas: eram poucos, notando-se uma mulher, filha de negro, e uma rapariga em cujos traços predominavam as feições do pai branco.

Amazonas, Madeira, Tocantins, Paraguai, Paraná, encontra-se a população brasileira mais influída de sangue caboclo. No entanto, nas páginas das histórias, aquele Amazonas aparece como o país onde o indígena foi mais atrozmente exterminado. Houve muita torpeza, por ali, não há dúvida, muita avareza cruel, por conta da portuguesada em decomposição moral, como os Pedro Teixeira, e até brasileiros Bento Maciel e o filho. Mas, de fato, a verdade está aquém da retumbância histórica. Os ecos das lutas reforçaram-se nas vozes dos jesuítas, empenhados em disputar as levas de índios aos colonos. O efeito geral da conquista está em que a exploração e o desbravamento do grande vale foram feitos, principalmente, pelo Índio, conduzido pelo colono. Tal não se daria, se tivera havido extermínio. Apreciadas concretamente, as circunstâncias são mais expressivas ainda. Uma das nações mais famosas, ali, e das adiantadas do Brasil, eram os onaguas, os próprios descobridores da borracha. Era gente tão bem organizada que tinha povoações estendendo-se num âmbito de mais de légua, com lavouras tão desenvolvidas que lhes permitiram suprir o Padre Acuña com mantimentos para meses de marcha: 500 fanecas de farinha. Nunca houve luta formal contra eles; desapareceram normalmente, pacificamente, na sociedade que ali se formou. Os Nheengañbas, numerosa nação, comparável a potiguaras e tamoios, tanto em número como em valor militar, resistiram durante dezenas de anos, guardando a sua ilha, – Marajó – vedando-a intransigentemente, até que, por intermédio do Padre Vieira, fizeram pazes com a colônia, pazes tão formais e solenes como as dos mesmos potiguaras. De outras, muitas outras nações referem-se os destinos, tristes destinos de cativos... Lamentemos a barbárie de tempos, em que não se compreende o trabalho sem escravos; condenemos o que há de inumano nos processos; mas reconheçamos que *cativeiro não é extermínio*. Era, mesmo, a forma

corrente de incorporação dos selvagens na vida colonial. Fugindo à escravidão, e, não ao extermínio, é que se moveram as hordas de Tupinambás para o Norte.

Podemos apurar, assim, os fatos, e verificar os resultados, sem ir ao excesso, que é o erro de Varnhagen, quando, para dar razão ao português; e consagrá-lo sempre como fator exclusivo da nossa formação, atribui ao pobre índio todas as causas de desavença, ao mesmo tempo que dá como proceder geral dos colonos esse empenho de proteção, confessado pelas autoridades. Se tanto fora verdade, não seria preciso a política vigilante da metrópole; não teria havido as porfiadas lutas do Norte, nem haveria mérito da benemerência consagrada. De todas as suas teses, só tem propriedade aquela onde ele nega que o gentio fosse exterminado. Sim: o Índio foi incorporado à população; mas, em geral foi sacrificado na sua liberdade, contrariado nos seus impulsos, no ato mesmo em que o incorporavam violentamente, desumanamente, à chamada civilização dos brancos. Tudo isto se fez, necessariamente, através de muita resistência, à custa de sofrimentos e dores, com o aspecto, algumas vezes, de verdadeiras lutas.

Dada a abundância de gente indígena e a escassez de população na metrópole, a primazia do número estaria forçosamente com aquela, e houve, então, desenvolvido cruzamento, porque o Português não é temperamento de longa continência. Infalivelmente, fez família em mistura de sangue.⁸² Para bem ajuizar do quanto poderia ser o contingente de colonos portugueses, é preciso lembrar que o Portugal do século XVI, com a escassa população de menos de dois milhões, tinha de colonizar o Brasil, e abastecer de gente válida todos os seus outros domínios. Ora, feito o Brasil,

82 F. Vicente fala de muitos anos de vida colonial regular no Rio Grande do Norte, e em que só havia, ali, duas mulheres brancas, a do governador e a de um degredado. Todos os lares eram de casais misturados.



não tarda muito que a sua população venha igualar a do reino: não é possível, pois, que milhões de brasileiros de 1750, fossem todos, ou na maioria, tirados de Portugal. Aliás, há um meio muito seguro e bem expressivo, para avaliar a distribuição dos dois elementos, na massa da população: é a proporção dos respectivos contingentes, na composição das tropas. Ora, por todo o primeiro século da colônia, a proporção foi sempre, por toda parte, de 5 a 50% de brancos para os combatentes indígenas. E não tardou que entrassem em conta, como de brancos os contingentes de mamelucos. Quando aparecem as primeiras cifras de população cristã, é manifesta a grande proporção de caboclos: no Pernambuco de 1580 – para 2.000 brancos, outros tantos negros, e uns 30.000 índios; em São Vicente de 1640 – para 600 brancos, cerca de 7.000 índios. Tudo isto, sem falar no gentio ainda embrenhado.

Como puderam os portugueses dominar o Brasil, se era tanto o gentio, tão valoroso, e, em tantas partes, revoltado. Pero de Magalhães deu, por antecipação, a resposta completa: “Não se pode numerar nem compreender a multidão de bárbaro gentio que semeou a natureza por toda esta terra do Brasil... como são muitos, permitiu Deus que fossem contrários uns dos outros... porque se assim não fora, os portugueses não poderiam viver na terra, nem seria possível conquistar tamanho poder de gente”. As discórdias, das nações do gentio, permitiram ao português equilibrar-se entre elas, e, nas lutas, fazer que a vitória fosse, finalmente, sempre em seu benefício. Vasco Lucena, colono de boa experiência nestas coisas, no Pernambuco de 1560, firmou a doutrina, que Fr. Vicente aceita e transcreve: “... uns aos outros se destruíram sem nós lhes fazermos guerra e, quando necessário fazer-lha, nos ajudaríamos do bando contrário, que foi sempre o modo mais fácil das guerras que os Portugueses fizeram no Brasil” (117). Deste modo, firmou o Português o seu definitivo domínio e o prestígio guerreiro, uma



vez que sempre teve coragem de lutar, uma vez que nunca aceitou definitivamente as derrotas.

Nestas condições, dada a política de Portugal, vingando a colônia, o numeroso gentio tinha que ser poupado e absorvido na população que então se formou.

§ 28º Menos cruel, para aproveitar melhor

A fórmula do Português para com o Índio sempre foi diferente da do Espanhol: menos cruel, menos sobranceiro; mais assimilador e assimilável.⁸³ Considerando todos esses resultados da política dos Portugueses, Southey formulou o seu juízo: “Quantos males não seriam poupados, se a Espanha tivesse procedido para com os índios como Portugal!” De fato, o português chegou-se ao índio, aproveitando dele tudo que podia aproveitar, principalmente o seu valor guerreiro. Impôs-se com capacidade militar, mostrando a sua superioridade sobre os competidores. Assim, conseguiu desalojar o francês da própria aliança de muitas tribos, das mais valentes. Daí, esse aspecto paradoxal no seu sucesso: foi sempre apoiado no índio que ele, o português, defendeu a sua obra contra todos, inclusive o próprio gentio.

Estes fatos, e as alianças de sangue, entre importantes iniciadores da colonização, nos seus principais centros, realçaram, desde logo, a condição do índio dando-lhe valor. E, com isto, se fez a tradição de uma qual nobreza em ter sangue de caboclo. Já o acentuamos: durante todo o primeiro século, e o gentio era o elemento indispensável, na paz e na guerra. Se havia perspectiva de luta,

⁸³ Montaigne foi um que acentuou o pouco valor dos espanhóis, em vencer homens “sans autres armes pour de plus que d’arcs, pierres, bastons et boucliers de bois...”. Couto de Magalhães Sobrinho assinala: “os índios lutaram pela unidade do Brasil... ensinaram os colonos a construir casa, vasos de barro, diversas embarcações de rio e de mar...”

logo a ele se dirigiam no teor em que falava Coelho de Carvalho, para os do Pará: “No tocante a apresto de guerra... que o provedor-mor da fazenda real da capitania do Pará, e língua-mor dos índios, o Capitão Manuel Rodrigues Godinho, vá pessoalmente a todas as aldeias de paz, e chame os principais, e lhes pratique que mandem a seus filhos, façam canoas de guerra, arcos, flechas e rodela, e muitos mantimentos...”.

Há momentos, no desenvolvimento do Brasil, em que vemos levantarem-se grandes figuras de índios, em participação íntima com a vida da colônia: todos aqueles caciques tabajaras e potiguaras, desde Arco-Verde, Diabo Grande, Assento de Pássaro, *Milho Verde*, Pau Seco, Jacaúna, Mel-Redondo, Ubaúma, Tavira... até Zorobabé, são tão dos nossos destinos como o próprio Camarão. Um filho de Diabo Grande combate em Guaxenduba. Historiador, Fr. Vicente teve a perfeita intuição do caso, quando entrelaça a história do Brasil a vicissitudes do gentio incorporado. Como separar a guerra que Zorobabé intentava fazer a Milho Verde, das nossas próprias guerras de então? Foi o que a autoridade da colônia sentiu, quando interveio, para suspender a calamidade, e fez refletir “que, tanto que a guerra fosse apregoada, os homens haviam de largar a agricultura, e como à guerra não haviam de ir as mulheres, nem os velhos e nem os meninos, ficariam morrendo de fome...”. São interesses comuns, solidários, os que nessa exortação se defendem: essas tribos que não deviam brigar, eram, já, brasileiros, do novo Brasil. Nem de outra forma poderíamos explicar que nas solenidades festivas da colônia se incluíssem sempre batalhões de índios,⁸⁴ orgulhosos nos seus atavios primitivos. O índio, era, assim, ostensivamente apresentado – como símbolo das energias de formação, na nova sociedade. É uma

⁸⁴ Fr. Vicente (p. 267), conta que, na festa pela chegada do governador ao Rio de Janeiro, em 1580, como todos os jovens houvessem ido à guerra no sertão, foram as mulheres que figuraram nos batalhões de índios.

lástima que, na República, tivessem deixado morrer belas e comovedoras tradições do Brasil de 1600. Nessa mesma história do Fr. Vicente, o índio é citado no mesmo tom que o branco, e, por ela, verificamos que a sua influência foi decisiva. Há um momento, por exemplo, em que o bom do frade conta que os índios velhos da sua terra “comparavam o Brasil a uma pomba, cujo peito é a Bahia”. Cinquenta páginas adiante, ele toma o conceito e o honra, dando-o como seu mesmo: “O rei criou a Bahia, para que fosse como o coração no meio do corpo...” Nas suas páginas têm lugar todos esses romances de brancos com índias, que os salvam, como o de Vasco Lucena, em Pernambuco.

§ 29º A alma do índio

Para refazer a situação histórica do indígena, e destacar-lhe a importância, é preciso, ainda, justificar o seu valor, mostrando, nele, a expressão natural das qualidades d’alma. Coragem e valentia, bondade fraternal, bravura constante sobre a pura vida do coração, jovialidade fácil, aptidão para toda produção do momento, atividade na medida dos apetites e necessidades... Nisto se enfeixa a rápida psicologia do caboclo. Em realização, no entanto, a sua fisionomia moral se complica em muitas outras manifestações, que são consequências dessas mesmas qualidades apontadas, particularizadas nas tradições que lhes são próprias.

A coragem pessoal e o valor guerreiro do índio não precisam de demonstração especial. Pelo testemunho universal, a raça vermelha é a que mais serenamente e estoicamente suporta o sofrimento, valente e arrogante em face da morte. O fato se explica naturalmente, porque toda a tradição e toda a moral convergem ostensivamente, quase que exclusivamente, para a cultura dessas qualidades. “Tudo nos Tupis respirava guerra – o nascimento, a educação, o casamento, a morte, os seus hábitos, as suas ideias, e

a sua religião... A sua vida, a sua glória, o seu amor, era nos combates...” É no verificar esse tom de alma que Gonçalves Dias os toma em amor, para dar-lhes tanta beleza da sua obra. E o poeta justifica-se: “... tendo a sua educação a guerra por objeto, não tinham a conquista por missão”. De fato, para o índio, a vida só tem um ideal – os combates, e ele só reconhece uma superioridade – a da coragem guerreira. Vive fraternalmente, em bondade espontânea; mas, essa mesma bondade cede e se cala, no ritual imponente, da sua única religião – a da valentia. E ele abate o inimigo aprisionado lealmente a quem não odeia, e que, sereno e valente, morrerá sem odiar, porque essa valentia irá infundir-se no ânimo dos que lhe provarem as carnes. “... hospitaleiros com os estranhos, e os próprios inimigos, tratavam os seus prisioneiros com brandura desconhecida das nações civilizadas”.⁸⁵

No comunismo da taba, a sobrançeria do caboclo valente será defeito, ou virtude, segundo as emergências em que se pronuncie.⁸⁶ De todo modo, é a sua mais acentuada característica: dará para a lealdade, a vingança, ou mesmo a traição do valente, a despicar-se. Lery testemunha que: *os índios não têm nenhuma religião, nem orações*; mas afirma que eles admitem uma recompensa em vida futura... “aqueles se vingaram bem e devoraram muitos dos seus inimigos, irão para lá das altas serras, e dançarão com os espíritos dos seus avós; ao passo que as almas dos covardes, que não tiveram bem defendido a sua pátria irão com Aygnan, isto é, o diabo,

85 Gonçalves Dias, *op. cit.*, p. 178, 180, 204 e 205.

86 Os informes que seguem para o governo de Lisboa são no geral desse teor: “... que o gentio desta terra é brioso, inteligente, leal...”. Em Pernambuco (1558), o Padre Pires encontra gente tão pura, que formula o seu conceito: “O gentio desta terra parece-me o melhor”. Cristóvão de Souza, falando do extremo Norte, afirma: “São gentes valorosíssimas; nenhum caso fazem de espingarda...”. Já em meados do século XIX, o sócio correspondente do Inst. H. e G., José J. de Oliveira Machado, ao estudar qual a condição social da mulher no gentio do Brasil, teve de reconhecer – “... os tupinambás, de quem deve orgulhar-se o Brasil” (*R. I. H. G.*).

e serão eternamente atormentados...”. Referindo-se especialmente ao Tupã dos tamoios, Lery afirma que eles não *lhe davam nenhuma significação religiosa*. Barleus também insiste em designar o gentio do Brasil como destituído de qualquer religião. Então, no critério da época, essa irreligiosidade aparecia como desvalorização do índio. Ora, toda a observação a esse respeito foi mal-feita, desorientada pelo preconceito dos europeus, a confundirem espírito religioso e crença propriamente dita, a pretenderem encontrar no caboclo formas religiosas análogas às suas. Mas as próprias verificações de Lery, e de todos que sinceramente contaram a vida singela das tabas, são outras tantas confirmações do fundo cultural e religioso em que eles faziam o mais importante da sua vida social.⁸⁷ Gonçalves Dias acentua que *eles tinham grande número de fetiches*, ao mesmo tempo que descreve o régimen irrevogável (religioso), que eles observavam na taba, entre a autoridade dos velhos, dos pajés, e dos chefes guerreiros. A aceitação irremissível de tais formas sociais e morais implica sentimentos religiosos, sentimentos tão mais profundos e perenes quando eram livres as consciências para julgar de outras crenças. Descrevem, um dia, ao caboclo o Deus continuador de Jeová, cuja lei se impõe como atemoriza: “... um Deus que espanta não deve prestar para nada...” (Lery).

Ao encontrarem-se nas tabas, os europeus, ávidos entre si, egoístas, sórdidos e gananciosos, sentem-se maravilhados, num céu aberto – um mundo de anjos, tal a franca e simples generosidade com que são recebidos e tratados. As primeiras descrições derramavam-se, todas, nesse tom de maravilha: “... gente sem lei, sem imperador, sem pobres, sem rixas, nem invejas; onde cada um é senhor de si mesmo, sem despeito pela felicidade dos outros...”.

⁸⁷ Assinala D’Orbigny que a religião dos tupis se reduzia a venerar, não a temer, um ser benéfico – *Tamoy*, o avô do céu... (*L’Homme Americain*).

Aqui, no Brasil, o primeiro português a falar do gentio foi para dar um testemunho sem restrições dessa bondade espontânea e cordial: “... amam-se todos fraternalmente, e com gosto arrojam-se, então, a todo e qualquer risco, por acudir a cada um daqueles com quem vivam...” (*Carta de Caminha*). Como para comprovar os conceitos: “Cabral deixara em terra um degredado, que, na praia, a soluçar, vê a esquadra afastar-se; e, ainda há navios à vista, quando, compassivos, vieram os índios recolher carinhosamente o infeliz”. Generosos e beneficentes entre si, por instinto de coração, e, não por dever. O selvagem oferece quanto tem ao companheiro necessitado: não dá esmola, reparte, e há nisto tanta sinceridade, que “... tomam por injúria a rejeição da oferta... Do furto, era-lhes desconhecido até o nome. Se lhes falta alguma coisa, dizem logo: *Algun cristão passou aqui*”.⁸⁸ Couto de Magalhães refere que “Os tripulantes de Martin Afonso voltaram a bordo, dois meses depois, cativos dos obséquios dos selvagens...” E registra o conceito de Salvador Henrique de Albuquerque: “Os tupiniquins foram *bravos, tratáveis e fiéis* aos olhos de Cabral”. O nosso último sertanista parecerá suspeito, em vista do grande entusiasmo que sempre manifestou pelo índio. Pondere-se, no entanto, que o autor do *Selvagem* observou-os cuidadosamente antes de dissertar; orientava-se em critério de ciência, e só exaltou o caboclo selvagem depois que o conheceu diretamente, em longo convívio e aproveitamento.

Couto de Magalhães considerava que o Brasil tinha nas suas populações selvagens uma excelente reserva de energia humana. Nóbrega, o apóstolo de todo esse gentio – de Pernambuco à Cananeia, a par do valor já patente na gente indígena, destaca, sobretudo, a sua aptidão a subir e melhorar: “São como o papel branco, para se escrever as virtudes mais necessárias...”. De fato, o grande valor do índio, ânimo primitivo e plástico, está em amoldar-se a todas as formas superiores de vida, adquirindo preparo e

⁸⁸ Gonçalves Dias, *op. cit.*, p. 179.

perfeição, contanto que não o aniquilem na escravidão ostensiva. E é neste sentido – capacidade de adaptação – que o mesmo Couto de Magalhães sobreleva o nosso selvagem às gentes camponesas do Velho Mundo, anquilosadas num viver que já lhes é peso: “Se comparamos o nosso índio à imensa população ignara e embrutecida da Europa, com o hábito da miséria... a vantagem é toda do selvagem”.⁸⁹ Aliás não é outro o parecer de um livro d’Evreux, francês, que viveu no Maranhão de 1615: “... têm mais possibilidades de progredir em artes, ciências e virtude, que o comum dos camponeses de França”. Por sua vez, o V. de Araguaia, depois de inteirar-se das crônicas coloniais para fazer a sua estirada epopeia, chega a conclusões equivalentes às de Couto de Magalhães.⁹⁰

Jean de Lery seria a criatura menos própria a comover-se pelas virtudes de bondade ingênua e desassombrada valentia do Índio. Tinha a áspera transigência do huguenote, por sobre o apoucamento de um clérigo medroso. Ele próprio confessa o pavor que sentiu quando se encontrou em pleno oceano, e, depois, na magnitude da brenha americana. O seu caráter ressequido se revela na decisão de açoitar as pobres índias por andarem nuas... Apesar de tudo, a franca simpatia da tribo venceu-lhe todas as resistências, e, desde que fala dos índios, ele diz: “esta boa gente nua...”. Protestante embora, Lery tornou-se sensível à fragrância de uma vida moral primitiva, de pura cordialidade. E o próprio sentir se lhe transforma, a ponto de achar beleza naquilo mesmo

89 O *Selvagem*, p. 65.

90 O viver do simples comunismo não implica incapacidade para o progresso. A Roma que, politicamente, tanto se elevou, começou num solo explorado em comum. Já no período histórico, é que a terra foi possuída individualmente, restando contudo, do regime primeiro, aquelas vastidões de domínio comum, abusivamente explorados pelos aristocratas, e que deram lugar às formidáveis reivindicações dos Grachos. Mommsem acentua bem o vigor desses começos, e o tom absolutamente comunista da vida política e moral – onde as individualidades não tinham possibilidade de destacar-se. E pensemos na Alemanha comunista de Ariminius.

que dantes o irritava. Vemo-lo, então, opor a ternura maternal das índias à negligência inumana das suas patrícias. E descreve minuciosamente, fora dos seus hábitos, o tratamento e os cuidados constantes da cabocla para com os seus bebês, ao passo que as francesas – “*qui sons avoir aucun motif qui peut empêcher de nourrir leurs comme font les leurs, elles sont loin...*”. Cardim vem completar o testemunho de Lery: “Os pais não têm coisa que amem mais do que os filhos... Não se castigam absolutamente...”. Comentando este parecer, Gonçalves Dias conta de vários índios, cujos nomes ficaram na história por haverem arrostado o cativeiro por amor à família.

Depois de tudo verificar, Lery admite que “os índios, sem crença, vivem, apesar disto... felizes, sem mais vícios do que os civilizados”!. E não tarda que ele sobreponha a virtude dos ingênuos caboclos à corrupção dos seus: “Je me fierais plus... entre ce peuple que nous appellons sauvage... que avec les français desloyaux et dégénérés...”. Nestas condições, não é de admirar que, ao partir, ele tenha chorado, de antecipadas saudades... por dizer adeus à América. “Confesso em mim mesmo quanto amei sempre, e amo ainda, a minha pátria. Todavia, vendo o pouco ou quase nada de lealdade e fidelidade que aí existe, e, o que é pior, as deslealdades que aí usam, uns para com os outros, lamento muitas vezes que não tenha ficado entre os selvagens, em quem conheci mais lisura que em muitos dos de cá”. Com isto, é natural que descubra, no índio – a boa inteligência, de bom senso e conceito filosófico, como naquele *philosophe nud*, de quem fala, em cuja boca inclui verdadeira sabedoria: “A terra que vos tem nutrido não é bastante para continuar a vos nutrir? Nós, também, temos parentes e filhos, a quem amamos e acariciamos; mas, como temos a certeza de que, uma vez mortos, a terra que nos nutriu os nutrirá também sem mais pensar no caso, descansamos”. Note-se: Lery escreveu a sua obra vinte e tantos anos depois de voltar à



Europa.⁹¹ Gonçalves Dias chega a verificações análogas: “... consideravam a maior de todas as loucuras consumir o homem os dias e os anos em inquietações... para acumular riqueza e deixar uma herança...”.

Os franceses, fantasistas, maus observadores, teriam exagerado... Pois bem, os viajantes ingleses, pouco depois, manifestam-se em modo análogo. Drake, o terrível pirata, que não teria sentimento para pieguices, atesta que, por toda parte onde se encontrou com os naturais da América, recebeu “*acolhimento cheio de humanidade e reverência*”. Mais elevado em espírito, mais humano, mesmo, Raleigh, poeta, historiador, grande aventureiro, mostra-nos aqueles seus índios das Guianas – “bons, corajosos, leais...”⁹²

§ 30º A cordialidade da taba...

Foram esses conceitos, dos primeiros tempos, que despertaram, de um lado e do outro da Mancha, o vivo interesse com que o gentio da América foi apreciado por todos aqueles que elevavam o espírito até à contemplação dos destinos humanos. E viam nessas criaturas simples, fraternais e boas – filhos diretos da natureza, realizando a *Idade de Ouro* sobre a Terra. O mais famoso dos famosos poetas da plêiade francesa dedicou muitas vozes da sua lira a cantar a invejável sina dos nossos tamoios e potiguaras. Inspirado em Thevet e Lery, Ronsard opõe à França europeia, a projetada França Antártica, opondo, com isso, a doçura e a bondade simples e livre dos índios aos entraves insidiosos da sua civilizada França: “*La frayeur de la loy nous fait vivre en crainte...* Felizes, os índios não têm senado, nem rei, nem propriedade, nem processo...” E, então, para que turbá-los com a *civilização?*...

91 Lery, I, p. 140.

92 *Le Voyage de Drake*, Paris, 1627; *The Discovery of Guiana*, Londres, 1595.



*Pour ce laisse les là, ne romps plus, je te prie,
Le tranquille repos de leur première vie,
Laisse les,
... laisse les là et n'attache à leur col
Le joug de la servitude
D'un tyran ou d'un juge ou d'une loi nouvelle.*

De exaltação em exaltação, ele quisera viver a felicidade dos nossos caboclos:

*Vivez heureuse gente sans peine et sans souci.
Vivez heureusement je voudrais vivre ainsi.*

Pelo mesmo tempo, Benzoni, e, logo depois, Montaigne tiveram garbo em proclamar a superioridade do gentio desta América, decantando o seu valor humano e social. No seu egoísmo de intelectual, o filósofo dos *Ensaïos* não pretende atitudes de apóstolo; contudo, é bastante expressivo: "... uma nação à Platão na qual não há nenhuma espécie de negócio... nenhum nome de magistrado, nem de superioridade política, nem cuidados de criadagem, de riqueza, ou de pobreza, nenhuns contratos, nenhuma ocupação, senão lazeres... nem metal, nem uso de vinho, ou de trigo; as próprias palavras que significam a mentira, a avareza, a inveja, a difamação, o perdão, a traição, a hipocrisia são desconhecidas. *Combien trouverait-il (Platão) la République qu'il a imaginée éloignée de cette perfection?!...*" Montaigne vai ao ponto de explicar, atenuar, justificar e, quase, louvar o canibalismo dos nossos Tupis: "Eles matam de um golpe o prisioneiro, assam-no, e comem-no em comum... mas, quem não vê que há mais barbaria em comer um homem vivo do que em comê-lo morto; a despedaçar por tormentos e por geenas um corpo ainda cheio de sentimento, a fazê-lo assar a pouco e pouco, fazê-lo morder e mortificar pelos cães e porcos



(como nós o lemos e o vimos há pouco tempo, não entre inimigos antigos, mas entre vizinhos e concidadãos, e, o que é pior, sob pretexto de piedade e de religião) do que assá-lo e comê-lo depois de morto.” E argumenta, para mostrar que a nobre coragem do índio o redime até da antropofagia: “A guerra que fazem, toda nobre e generosa, tem tanta escusa e beleza quanta pode ter esta moléstia humana”. Uma das coisas que ele mais admira, no índio, é essa altiva coragem estoica. Serão indolentes, mas a indolência não lhes amolece o coração, nem lhes perverte a sensibilidade. Sacrificam o prisioneiro, chegam ao canibalismo, sem ferocidade, e, sobretudo, sem crueldade.⁹³

Hans Staden, que passou nas tabas uma vida de cativo, aguardado para o sacrifício, fala deles e dos seus costumes sem maior horror, sem ódio. Lery também: sente viva repugnância ao pensar no rito de canibalismo, mas logo afirma que os tamoios sacrificam o inimigo, *não por gosto*, ou vingança, e, sim, para suprimir um inimigo e incorporar a sua força. E faz notar, ao mesmo tempo, “que eles tratam bem os seus prisioneiros até o dia do sacrifício, fornecendo-lhes mesmo uma mulher... No sacrifício *matam de um só golpe*”... Muito mais humanos que os nossos grandes usurários, que sugam o sangue e a medula de tantos órfãos e viúvas...”. Esse está de acordo com os nossos cronistas, quando se manifestam desinteressadamente, Gabriel Soares, por exemplo, é peremptório: “... a qual carne (do prisioneiro sacrificado) se não come por

⁹³ Não há ferocidade e vingança de índio que possa corresponder a torpezas como esta, colhida por Capistrano, em Pero Borges: “Houve um homem que um índio principal livrou de mãos de outro malferido e maltratado e o teve em sua casa e o curou e o tornou a pôr são das feridas em salvo. Este homem tornou ali com um navio e mandou dizer ao índio principal que o tivera em sua casa que o fosse ver no navio; cuidando o gentio que vinha ele agradecer-lhe o bem que lhe tinha feito, como o teve no navio o cativou com outros que com ele foram e o foi vender capitânias.” Aí está o pior do português: absoluta miséria d’alma, nunca o inútil, ou, antes, prejudicial extermínio do gentio.



mantimento senão por vingança; e os homens mancebos e as mulheres moças provam-na apenas...”. Isto se confirma em Couto de Magalhães: “Matam o prisioneiro por vingança, apenas...” antes do sacrifício, dirigem convites a 4.000, 6.000 outros índios, para o festim... Ora, um homem não poderia dar alimento para tanta gente...⁹⁴ Capistrano de Abreu, com toda a sua autoridade, nota: “Em sua antropofagia e quebra de cabeça, havia um quê de ritual.” Uma das primeiras cartas dos jesuítas diz: “... muitos tupis nunca comeram carne humana, e têm, até, muitíssimo nojo dela; e muitas nações tapuias não abatem o inimigo senão em combate”. Tudo isso está de acordo com a natural bondade do índio. Depois da colonização, o espírito de vindita terá ditado atos sanguinários aos indígenas; de todo modo, não há, nas crueldades deles, nada que se possa comparar ao suplício da gaiola, adotado pelos ingleses e, franceses, para os negros. Dentro da tribo, o índio é incapaz de qualquer maldade, ou crueldade: A *Informação*, de 1588, atesta: “Não são cruéis; nunca martirizam... Só de maravilha pelejam entre si.” Dois séculos depois, o cônego Guimarães reconhece a mesma virtude nos apiacás, também filiados à língua geral: “O homicídio é para eles um crime imperdoável, e dizem que nenhum homem deve matar o seu semelhante senão em guerra. Não se espancam nem por brinco”.⁹⁵

Foi essa bondade natural e absolutamente desinteressada que produziu sobre a mentalidade dos europeus aquela sedução, a que se renderam, então, quase todos os homens de espírito, para proclamar o viver das tabas como a *Idade de Ouro*. Montaigne mesmo dá o melhor da sua verve filosófica quando patenteia a superior compreensão de justiça dos nossos tupinambás. No fim de tornar pitoresca a demonstração, ele figura ter conversado com

94 *Centenário de Anchieta*, p. 265, 266.

95 José da Silva Guimarães. *Memória*, apresentada ao Inst. Hist. e Geog. em 1844.

os índios que estiveram em Ruão: “... *du temps du feu roi Charles IX...* Eles achavam estranho que houvesse entre nós homens cheios e fartos de toda sorte de comodidades, e muitos ébrios, e que a outra metade estivesse mendigando pelas portas, descarnados de fome e pobreza; e achavam estranho como essa metade de necessitados podia sofrer uma tal injustiça, que não segurasse os outros pela garganta, e lhes pusesse fogo às casas. Tomando o tema a Montaigne, Shakespeare exalta-se, e dá uma cena da sua *Tempestade*, para decantar a plena justiça livre do índio americano: “Nenhuma espécie de negócio, nem nome de magistrados, nem processos, nem escrituras, nem criados, nem riquezas, nem contratos, heranças, limites... nem traição, nem felonias... Tudo em comum, sem pena, nem trabalho... Só a natureza, em toda a sua força... *No occupation; all men idle all; and women too, but innocent and pure. No sovereignty...*”. Esses efeitos vieram até a alma de um Rousseau, cuja utopia ainda é o homem naturalmente bom, livremente expandindo essa mesma bondade. Por isso, ele adota para fecho da sua peroração, no *Discurso sobre a Desigualdade*, o conceito capital de Montaigne sobre o índio. Depois, nas *Cartas Persas* de Montesquieu, vêm valer as mesmas ideias de justiça. Não é de estranhar, por conseguinte, o enlevo com que Kooper, Gonçalves Dias, Chateaubriant Alencar... falam da ventura simples, na vida primitiva do índio.⁹⁶

§ 31º Valor social e econômico do Índio

As qualidades d'alma reconhecidas no índio explicam, perfeitamente, a tradição comunista e livre das tribos, e fazem compreender toda a significação da sua vida social e econômica. O

⁹⁶ Na citada colaboração (p. 110), João Ribeiro deixa a fórmula: “No Brasil caboclo a pressão cosmopolita, derramada e porosa, deixa sempre vir à tona a alma indígena, primitiva e irredutível.”

gentio vivia com uma produção limitada, em grupos políticos elementares, e era sensivelmente atrasado em formas mentais e econômicas... Nem por isso deixava de ser um grande valor humano. O Homem é um ser moral-social. Aí está o verdadeiro critério de nível, na sua ascensão. Ora, o gentio, que realizava toda a simpatia do seu coração, numa solidariedade completa, valia muito para a vida moral e social. Pouco importa a escassez dos recursos solidarizados: a moralidade está na razão de ascendência da solidariedade sobre os interesses egoístas. O comunismo em que vivia o índio será, talvez, avesso a esse progresso à ocidental – o progresso de riqueza, de requintes, de exaltação pessoal, e, por isso mesmo, de desigualdade e injustiças. Mas, com isto, não é nesse ocidentalismo que se faz a plena expansão de humanidade, porque tanto seria perigo para o regímen dos privilégios dominantes. E prosseguimos nesse regímen de civilização. E buscamos dele o que é avidez de ambição pessoal, para ver acumularem-se os sofrimentos da maioria, as queixas, os ódios, e todo esse fermentar inumano, em que se contorcem as cultas sociedades modernas, incompatíveis com a verdadeira felicidade,⁹⁷ pois que os aquinhoados da fortuna resolvem os desejos em sociedade, decepção, ou tédio, e todos os outros os afogam em despeito, ódio, desespero... No comunismo do gentio, os recursos limitavam-se aos meios primitivos; mas, ali dentro, havia toda justiça possível. Para a felicidade não há medida absoluta, que ela só existe como relação entre aspiração e conquista, a resguardo de decepções. A moralidade e a justiça são as próprias fórmulas desse comunismo, e, por consequência, a simplicidade da *taba* era uma atmosfera de gente feliz: nem preocupações de amanhã, nem ódios, nem despeitos, nem desilusões. Podemos aspirar a glória e poder... Serão

97 Lery dá o testemunho: “Um índio morreria de vergonha se visse um vizinho precisar daquilo de que ele tem de sobra...” (p. 209.)

meios de expansão; mas, no último termo do seu remontar, o que o Homem aspira em definitivo é a isso mesmo: a segurança de futuro, um coração para amar sem reserva, e a possibilidade de uma consciência serenamente ocupada... A tradição da tribo, no seu primitivo e cordial, não deu para riqueza, nem houve ânsias que distendessem as inteligências para as abstrações da ciência e da filosofia; realizavam-se apenas, consciências solidárias, sem estímulos mais fortes que o dessa mesma solidariedade.

Bastava isso para dar valor social ao índio. No entanto, mesmo como atividade e fator de riqueza, ele não era um nulo, como se pretende no critério da avidez ocidental, e o repetem os que não o conhecem.⁹⁸ “O indígena brasileiro é indolente, desinteressado, incapaz do trabalho intenso em que se faz a produção moderna... É preguiçoso e apático...” tal o descrevem justamente esses que só podiam viver sobre o trabalho de outrem, e pretenderam tirar do caboclo cativo, besta de carga, mais do que a própria natureza o permitia. Não há melhor resposta para o caso do que aquela mesma de Montaigne: “... se o índio fora indolente, não conservaria, na mesma intensidade, as energias da atividade guerreira”. Gonçalves Dias, um dos brasileiros que melhor alcançaram a alma do índio, apresenta-o qual efetivamente é: não inativo, mas indiferente, quando não avesso ao labor de ganância, sensível ao gozo do ócio. “Desfrutando o presente, entregava-se com delícias ao ócio... Não era, contudo, que fosse tão extrema essa indolência como no-la querem pintar os seus detratores; nesses homens, o que mais admirava era a passagem rápida e por assim dizer instantânea de um extremo ao outro... até a infatigável atividade... Infatigáveis no prosseguimento e execução do projeto... seguiam

⁹⁸ D'Orbigny assinala, justamente indignado, “que Paw e Robertson timbrassem no apresentar o índio como, somente vício, defeitos e barbaria, quando estes dois autores não conheceram os americanos por observação própria, e só tomaram, no que leram, o que combinava com as suas ideias e preconceitos...”. (*Op. cit.*, T. III.)

a pista de animais ou de inimigos dias e noites... A fome, a sede, o cansaço nenhuma impressão pareciam produzir sobre eles”.⁹⁹

Sim: o índio não tem atividade ao sabor do civilizado capitalizador, porque não é levado pelos mesmos estímulos. Tem a atividade consentânea aos seus desejos. E é o natural. Indolente será aquele que adia o desejo, ou o transfere para o puro devaneio, ou, ainda, o degrada em lamentos e queixumes. No índio não há nada disto: tanto quanto lhe vem o desejo, ou como compreende o dever, dá os esforços necessários para satisfazer a um, e cumprir o outro, qualquer que seja a peleja e o risco. Mas, dirão: ainda é inferior, pois que não soube subir em desejos... Foi a própria bondade que colheu a tribo e limitou as suas necessidades. A cordialidade fraternal acentuou-se em desenvolvimento comunista, e, com isto, o essencial de estímulos individuais foi obliterado. Não lhes veio a sordidez do ganho e da propriedade individual, e, como se expandia a beleza singela das almas desinvejadas, mantinha-se a insignificância da produção, e enraizava-se a simplicidade da vida social. Generosos, cordialmente solidários, para que quieriam eles riqueza, magistrados, e processos, e governo mandante, e polícia?!...

Tudo considerado, temos de insistir: o índio valia muito mais do que o julgam, nos conceitos comuns. E, é preciso que seja assim, porque o Brasil se fez aproveitando-se porfiadamente a massa da população indígena. Os profissionais da história não nos dizem como se exprimiu esse aproveitamento, nem como prestaram os índios. Pelo contrário, em páginas enfáticas, elas descrevem o gentio como criaturas interessantes, apenas, pelo pitoresco dos costumes primitivos, mas totalmente ignorantes quanto aos aspectos úteis da vida, nulas para a boa produção, avessas ao trabalho metódico e disciplinado... No entanto, capítulos adiante, ei-los,

⁹⁹ *Op. cit.*, p. 177 e 180.

esses mesmos contadores, a mostrar franceses e outros interlopos que mantinham um comércio constante com o gentio do litoral do Brasil... O fato não poderá ser contestado: dele resultaram consequências indeléveis – as tentativas de colonização francesa. Então, impõem-se conclusões, sugerem-se perguntas, que incluem outras conclusões: o frequente comércio prova que havia produtos que o alimentavam, produtos compensadores, preciosos o bastante para levar os interlopos a arrostar os riscos de tais contrabandos; tal comércio não se faria, se não houvesse quem preparasse os seus produtos, se os respectivos produtores não fossem, ao mesmo tempo, bastante ativos e corajosos para afrontar as autoridades coloniais, abastecendo os navios que chegavam.¹⁰⁰ E isso foi assim por mais de um século: em 1504, já vinham navios franceses às costas do Brasil; em 1630 ... 1640, ainda os interlopos franceses, holandeses, e ingleses frequentavam os portos do extremo Norte. Agora: quem fazia, em terra, o comércio? Comércio de que? Como se produziam os produtos trocados. Seriam, realmente, ineficientes e nulas as criaturas cujo trabalho dava os produtos negociados? Com que intuitos os naturais faziam esse comércio, arrostando a oposição formal do governo da colônia?... Levado a termo o pensamento, ele nos deixa a lúcida convicção do valor efetivo do gentio brasileiro.

Desde sempre, os nossos índios se mostraram acessíveis ao que encontraram de humano no progresso europeu, e muito sensíveis aos recursos em que ele se realiza. Em todas as notas do tempo, vêm indicações explícitas de como prontamente, e ativamente, incorporavam-se os índios à vida da colônia, e que eram, para eles, novas formas de vida. Nos primeiros decênios de desbravamento,

100 Quando Martim Afonso passou pelo Rio de Janeiro, abasteceu-se de alimentos com o gentio daí, dizem os relatos oficiais: que mantimentos poderiam os caboclos fornecer, para provisões de viagem, senão a farinha de mandioca? Ele tomou provisões para 400 pessoas, por um ano. (Macedo, *Ann*, 1º, V, p.100.)

e que são decisivos, não há outros exploradores, nem trabalhadores: Pernambuco, São Vicente, Bahia... até Maranhão, assim se fizeram. Mesmo no extremo Norte, no tempo em que já entram francamente os negros escravos, são eles as principais forças sobre a terra. Por todo o dilatado vale amazônico, o índio e os seus descendentes trabalharam muito mais do que o mesmo preto escravo. Ainda hoje: o trabalhador dali é o caboclo, de lá, ou o desassombrado nordestino. Começou assim. Luiz Aranha de Vasconcelos, um dos primeiros na conquista, já assinalara o fato: “Os índios hão de ser os trabalhadores com que se há de fazer as trincheiras e cavas e todo o serviço das fortalezas...”. Não é que ele pretenda levá-los duramente, como escravos: “... me deem nesta cidade quando menos seis mil cruzados de resgates para com eles obrigar o gentio,¹⁰¹ que me acompanhe com as suas canoas e armas... por serem inumeráveis os serviços que ajudado deles fiz”. Adiante, para justificar os cruzados pedidos, ele argumenta: “... que há índios que são bons carpinteiros...”. De fato, com a indústria deles, os portugueses construíram embarcações de alto bordo. Numa provisão de Albuquerque Maranhão, vem consignado que “Soares Moreno fez as pazes com as tribos do Ceará e fez muito comércio com o gentio dali, de entre Rio Grande e Camoci...”

O tão falado comércio era de produtos havidos imediatamente da natureza bruta – âmbar – e era, principalmente, de produtos resultantes de um qual preparo, já de indústria, já de lavoura; pau-brasil, peles, plumas, redes, animais conservados, urucu, pimenta, anil, carne de peixe-boi, conchas, algodão, borracha, guaraná, animais vivos...¹⁰² Já o notamos: o *cautchouc* é invenção de uma tribo

101 *Obrigar*, aqui, tem o sentido, já obsoleto, de *obter a boa vontade*, como, ainda, em *Muito obrigado!*, como no *obliger*, francês, ainda hoje.

102 Leia-se em Lery, o que era esse preparo e transporte do pau-brasil, de que se carregavam tantos navios franceses: “... com os machados, cunhas e mais ferramentas fornecidas pelos europeus, os selvagens cortam, serram,



do Amazonas – *Onaguas*. Outros eram habilíssimos em dissecar e conservar pássaros, extrair cores dos vegetais, preparar vinhos... Nada menos de trinta e dois tipos dessas bebidas eram conhecidas e estimadas. No entanto, não é esta a prova de maior valor do índio de *língua geral*, mas a boa prática que ele tinha da lavoura. Já houve ocasião de acentuar o fato de termos adotado, como base de alimentação nacional, a farinha de mandioca, legada pela gente das tabas, e de que nos servimos como eles próprios se serviam. Segundo testemunho unânime, os Tupis tinham roças de todos esses vegetais mais usados nas nossas mesas: mandiocas, milhos, feijões, abóboras, pimentas, abacaxis, maracujás..., assim como tabaco, algodão, urucu, anil. Jaboatão anota, dos Potiguaras: “São grandes lavradores dos seus mantimentos, de que estão sempre bem providos”. Gonçalves Dias generaliza: “As tribos do litoral faziam plantações tais, que onde quer que chegaram os primeiros descobridores encontraram abundância de alimentos”.¹⁰³ Dos Tamoios, conta Hans Staden que tinham escravos para, especialmente, o trabalho agrícola. Entre esses, trabalhou o próprio hano-veriano, aprisionado.¹⁰⁴ Eram os produtos dessa lavoura que completavam as cargas das naus francesas. Dos Tupis, aproveitaram os portugueses não só mantimentos imediatos, como sementes, e a mesma prática agrícola: a *derruba*, *queimada* e *coivara*, ainda em uso na nossa lavoura arcaica, eram do gentio selvagem, nas mesmas formas de agora.

Tudo isso significa que o gentio tupi possuía uma experiência agrícola tão adiantada e completa que pôde ser integralmente adotada por povos dos mais civilizados de então, adotada para

atoram, debastam e racham pau-brasil, e depois o transportam nos ombros nus, às vezes de três léguas de distância, por montes e sítios escabrosos, até junto ao mar...” (capítulo XIII.)

103 *Op. cit.*, p. 232.

104 *Hist. de uma viagem*, tradução de M. Lobato, p. 113.



fins essenciais de vida. De fato, dado que o português, aqui, teve que ser, desde logo rural, agrícola, o valor humano do gentio, e a sua experiência da terra, foram para os colonos condições capitais e explícitas de sucesso. Os Tupis já haviam atingido aquele estágio, tido por todas as escolas sociológicas como essencial para a vida sedentária, e verdadeira humanização da espécie: *já eram agricultores de enxada*. Não seria a enxada de ferro, mas qualquer equivalente – de madeira e pedra. Para o caso, pouco importa o material, e, sim, a disposição e o uso do instrumento e o que dele se obtinha. Com toda a razão, insiste Gonçalves Dias no mérito maior do nosso gentio, que, sem possibilidades de domesticação de animais úteis e civilizadores, sem terem passado pela fase de pastores, fizeram-se lavradores, com uma vida já bem estável. Tudo isso é tão verdade, que nada mais flagelante para eles – aqueles Potiguaras de Fr. Vicente (pág. 99) – do que terem de andar, diziam as mesmas índias, com a trouxa às costas. E foi por isso que, apesar de nunca definitivamente batidos, aquelas tribos finalmente se submeteram. Desde o tempo de Jerônimo de Albuquerque, o velho, o melhor recurso para reduzir o gentio de língua geral, e obrigá-lo a pazes, estava em destruir-lhe as plantações: “... que este era o melhor meio de fazer-lhes a guerra”, comenta Fr. Vicente.¹⁰⁵ Uma vez, duas vezes... dez vezes, refere-se a pena verídica do bom do frade, a arrancamentos de plantações, dos Potiguaras cearenses. E, porque era agricultor, esse gentio dava tanta importância aos resgates com os *interlopos* que os supriam dos instrumentos indispensáveis, já, a sua lavoura. Os franceses, que eram nutridos por eles, na Baía da Traição, como no Maranhão, tinham grandes ferrarias, para fornecer-lhes as enxadas, e foices, e machados... Esse mesmo gentio – de língua geral, já sedentário e agricultor,

105 *Op. cit.*, p. 199, 293, 296, 308, 371.



patenteia a sua aptidão ao progresso, na prontidão e na inteligência com que adota as novas culturas e mais recursos agrícolas trazidos pelo português. Ainda no tempo de Duarte Coelho, já os seus Tabajaras faziam muita criação de galinhas e cães, como utilizavam todos os legumes comuns, habituais dos colonos. No Rio de Janeiro, encontrou Lery tribos que faziam desenvolvida criação de galinhas, trazidas pelos Portugueses, e logo adotadas, assim como perus, se bem que não fossem usadas habitualmente na alimentação da taba. Contam os jesuítas, confirmados por Lery, que, nestas tabas, criavam-se patos, domesticados por conseguinte. Depois de catequizados, conta Cardim, os índios mostravam-se tão ativos e produtores que as suas aldeias nadavam em abundância: “tanta carne, legumes, pescados e mariscos, que não fazia falta a ribeira de Lisboa”. Por sua vez, três séculos depois, Severiano da Fonseca nos fala de uma aldeia de Garaujos, sobre o rio, “com dois portos, onde se encontrava uma dúzia de montarias, mais das que se veem no porto da cidade de Mato Grosso”. E extasia-se diante da atividade desses índios semicivilizados.

Abundantemente agrícolas, os Tupis, tão sedentários já eram, que as suas edificações nunca duravam menos de quatro anos. Junte-se, agora, à boa experiência da terra, a excelência de escolha das povoações. A maior parte das aglomerações coloniais foram localizações já feitas pelos Índios. Essa mesma Olinda: era a antiga Mary dos Tabajaras. Disseminados por metade do continente, vencedores de todas as outras nações com quem limitavam, os Tupis já tinham os seus caminhos – de norte a sul, e sobretudo, de leste a oeste. Sem que isto lhes diminua o valor, os paulistas não fizeram mais, de início, do que penetrar pelas trilhas secularmente palmilhadas pelas hordas selvagens, a comunicarem-se nação a nação, entre as do mesmo sangue. Theodoro Sampaio aponta vários desses caminhos: o do Tietê ao Paraná, o de Piratininga, o de



Cananeia... Havia nações guaranis no vale do Paraguai, por todo o Paraná, no litoral de Bertioga, na Lagoa dos Patos... e, fossem motivos de guerra, ou de amizade, o certo é que havia encontros repetidos, apesar das distâncias. Quando vemos os da Bahia subirem até o alto Amazonas, não estranhamos que outros trafegassem do Tietê ao Paraguai.

Pelos tempos afora, a produção do caboclo se mantém rudimentar, porque não o educam para outras formas, porque todo o trabalho passou a significar cativo, e, desse modo, era impossível verdadeiro progresso. Em verdade, na vida que lhe era feita, o índio não podia melhorar. Para quem vinha do comunismo bondoso da tribo, o cativo, ou, mesmo, o regímen da *missão* jesuíta não era¹⁰⁶ o mais próprio para estimular a produção rendosa, inteligente – para ser rendosa, a que o indivíduo se entrega quando sob o estímulo de motivos seus, explicitamente individualizados. O cativo degradou a produção, porque tornou o trabalho odioso, muitas vezes penoso e detestado; a *missão* deu ao índio a falsa noção de que a vida civilizada, cristã, era aquela tutela definitiva, para mais sensível obliteração da sua personalidade do que mesmo na taba. Para ter o Índio, no seu ótimo valor humano, não era preciso atacar aquela solidariedade a que ele estava afeito; mas era mister uma educação muito superiormente conduzida, no intuito explícito de elevar os indivíduos em proveito do conjunto, e de tornar os motivos e os estímulos pessoais funções efetivas da solidariedade, de sorte que a consciência de responsabilidade não fosse uma simples compreensão, mas um sentimento insuperável, como a própria valentia e a fraternidade que o caracterizavam. Nada disso se fez, e o índio perdeu em moralidade, sem subir,

106 Gonçalves Dias, tudo ponderado, deixou o conceito: “Qualquer que fosse o sistema (para com o índio), era indeclinável necessidade baseá-lo no princípio da bem entendida liberdade.” (*Op. cit.*, p. 119.)



ao menos, em capacidade de produção. E o próprio agricultor português será um modelo de trabalho inteligente, produtivo?...¹⁰⁷

O etnografismo que se derrama em abstrações de – *pedra polida, matriarcado, exogenia...* não ajuda a achar a verdadeira significação do índio, na formação do Brasil. Mas, se tocamos o concreto dos fatos, verificamos que esse gentio era um valor qualificado, e que foi decisivo. Numa colônia que se caracterizou como exploração rural, as tribos agrícolas formaram o próprio substrato de organização social e econômico. Além disso, o índio deu-nos explicitamente o melhor de sua alma. A nossa história repete-se em grandes feitos, muito heroísmo, muita lealdade e muita inteligência, ligados aos nomes indígenas que nela ficaram. A menos que admitamos o milagre, temos de reconhecer que a raça donde sai a ação guerreira, lúcida e tenaz, com a dedicação invencível do índio Poty, a capacidade política de Tibiriçá, a galhardia, a elevação de ânimo de um Arariboia, o vigor e a independência de sentimentos de um Aimbiré... tal raça foi preciosíssimo influxo de sangue, generoso, estimulante, forte, para os que tinham de fazer uma pátria. A convicção se impõe, quando lemos, por exemplo, como se portaram os Potiguaras de Hans e Blaar, vencidos pelo parente Camarão. Foram, todos, valorosos, e que desapareceram anônimos. Se pudéssemos ter os seus nomes, e os de tantos outros valentes, altivos, elevados em honra, e coração, e lucidez, a nossa história seria, muitas vezes, um rastro de grandezas. Em Pernambuco, um simples Belchior da Rosa, sem maiores referências na história: “Era mais que um índio do Brasil, no falar e no entender... pelos serviços que tinha feito com a sua gente...”.

107 Os grandes civilizados, como última palavra na arte da guerra, adotaram os gases asfixiantes; pois bem, conta Hans Staden que os tamoios do seu tempo faziam queimar uma espécie de pimenta brava, bem em face dos entrincheiramentos inimigos, produzindo uma fumaceira que, no favor do vento, tornava-se realmente martirizante. Ora, da pimenta à mostarda a distância não é muita. (*op. cit.*, p. 17.)



Sente-se, na firmeza e na espontaneidade do Padre Figueira, que essa é uma expressão de sinceridade. Em regra, todo *principal* de aldeia, no viver natural do gentio, era indivíduo de destaque. As nações filiadas à língua geral estenderam o seu domínio por todo o leste do continente; só isto basta para demonstrar que esse gentio possuía, relativamente às outras populações naturais, qualidades políticas e guerreiras bem superiores. Southey, apesar de sua época e nacionalidade, é formal: “Não havia na raça (do índio brasileiro) nenhuma inferioridade original e racial...”¹⁰⁸

§ 32º A Companhia de Jesus para com o gentio

Os jesuítas tiveram grande influência na formação do Brasil, influência que, no primeiro século, chegou a ser decisiva, com efeitos que se estenderam por toda a vida da colônia; e, com a importância do seu prestígio e do seu valor, eles concorreram muito para o preconceito corrente – de que o gentio, além de cruelmente perseguido, foi desumanamente exterminado. Os *padres* não o teriam feito com o propósito de caluniar e infamar os colonos; mas, da ação que desenvolveram, e das palavras com que afirmaram os seus propósitos, devia resultar, forçosamente, a noção de que os agricultores estabelecidos no Brasil eram ferozes devoradores de índios. Toda a obra dos jesuítas foi em torno dos indígenas, procurando fazer desse *gentio* bons cristãos, no modo

108 *Op. cit.*, IV, p. 42. O prof. H. Boehmer, cuja obra – *Os jesuítas* – é hoje clássica, manifesta constantemente um espírito de muita justiça para com os *padres*, mas condena os seus processos integrais de uma educação no isolamento do índio, porque, afirma o mesmo professor: “o regime das *missões* era incapaz de preparar homens para o viver político e responsável das nações modernas; era um regime injustificável, pois que a raça vermelha é suscetível de grande progresso moral e social, desde que a tratem numa educação razoável, em relação com o resto das populações” (*Os jesuítas*, trad. francesa, cap. IV), Lery achava os nossos tupinambás mais fortes, e sadios e limpos, do que os camponeses da França (p. 69).

como o entendiam. Grandes espíritos, valentes de coração, no empenho de verdadeiros apóstolos, os *padres* usavam de todos os possíveis para captar os índios, e fazer a *conquista das suas almas*: tal é a fórmula consagrada. A inclemência do destino que para aqui atirou os colonos portugueses, levando-os à agricultura, fez que, no primeiro momento, fossem os silvícolas os trabalhadores de que eles podiam dispor, e esses colonos, muito de acordo com as ideias do tempo, não hesitaram em apressá-los e reduzi-los ao cativeiro, para tirar deles o trabalho. O índio, pouco afeito a um trabalho sistemático, inveterado na liberdade simples em que vivia, sentia penosamente o duro cativeiro de labuta nas dependências do colono. O mal ainda se agravou, porque especuladores desalmados trataram de converter os índios em gênero de negócio – capturando-os, para vendê-los como escravos. Foi nessas condições que se fez sentir a ação dos jesuítas. Empenhados em ganhar o ânimo dos índios, valorosos, abnegados e desinteressados pessoalmente, apresentaram-se como advogados dos pobres espoliados. E, advogados protetores, para fazerem valer o seu propósito, procuravam criar opinião, e o conseguiram no momento, e o fizeram para a posterioridade, porque eram mais fortes, nessa luta de inteligência, do que os colonos, e falaram em vozes de uma eloquência que não podia ser igualada pelos seus opositores. Além disso, os *padres* clamavam pelo *bem* e a *justiça*, motivos que terão sempre muito maior prestígio sobre os nossos corações e os nossos conceitos, que os alegados pelos colonos, interessados em fazer dos índios simples instrumentos de trabalho.

Valiam muito os libelos dos jesuítas, mas não devem ser recebidos como verdade pura. Dado que a política oficial da metrópole era ostensivamente protetora do gentio, temos de aproveitar os depoimentos, as queixas e recriminações dos *padres* como material a ser interpretado no cotejo com a realidade dos fatos. O motivo principal na luta dos jesuítas com os colonos foi que

estes queriam os índios para o seu trabalho, ao passo que os *padres* os reclamavam para a *seara de Deus*, a quem reservavam as suas almas. Mas, em criaturas simples como os pobres caboclos, a alma não se separa muito do corpo, e os *padres*, para êxito completo da sua obra no governo das almas, queriam também o governo material dos seus neófitos, pondo-os fora da ação dos colonos, que, assim, ficavam privados de obter trabalhadores. Então, esses mesmos colonos, no empenho de atrair os índios, e de que estes aceitassem trabalhar, davam-lhes licença para tudo mais, inclusive as suas práticas e os seus ritos selvagens, continuando pagãos. Cevavam-lhes os maus instintos, pelo que, mais de uma vez, indígenas fugiram dos *padres*, para virem gozar a companhia imoral dos colonos. Nem outros juízos parecem lógicos quando lemos: “Desta mesma raiz nasce darem-se pouco os cristãos pela salvação do gentio, deixando-os viver em sua lei sem doutrina, nem ensino, em muitos pecados... Em maneira que a sujeição do gentio não é para se salvarem e conheceram a Cristo...”. São razões de Nóbrega, reforçadas, em 1584, na voz de outros *padres*. “Os maiores impedimentos vêm dos portugueses, e o primeiro é não haver neles zelo de salvação dos índios”. Nesses termos, aparece-nos a norma, de que os jesuítas jamais se afastaram: acusar, para ter razão. E foi assim que eles não hesitaram em infamar João Ramalho, como infamavam os outros clérigos: “Ministros de Satanás!...”, exclama o Padre Pires, de Pernambuco, contra os sacerdotes que ali encontrou. A carta em que Nóbrega reclama a liberdade dos dez *Carijós*, é um longo acervo de acusações, mas, à luz dos documentos da época, verifica-se que são geralmente exageradas. Nessas mesmas páginas, a pedra de escândalo para o santo jesuíta é que não fosse recebido em justiça o depoimento dos índios. Não há dúvida que, daí, devia resultar muito pretexto de opressão. Todavia, a medida explica-se pelo espírito da época, nos povos colonizadores, e de

certo modo se justifica, pela sensível diferença entre mentalidade do selvagem, de espírito formado no viver que lhe era próprio, e das gentes ocidentais, colonizadoras. De tal forma, o depoimento do indígena nunca poderia ser tomado ao pé da letra: devia ser interpretado. O que não se justifica, nem se explica, mesmo, é que, três séculos depois, em 1827, o célebre *Code Noir*, da colonização francesa (proclamado uma grande concessão liberal), nos mesmos casos, aceitasse os depoimentos de homens de cor, se bem que o espírito geral de justiça já fosse outro; se bem que essa gente de cor tivesse sido criada e formada no seio da sociedade cristã, de tradição ocidental.¹⁰⁹ Nessa carta a Tomé de Souza (1559), o apóstolo perde toda medida: “Bem se lembrará V. Mercê, vendo isto logo em seu princípio, cuidei de dor perder o siso... Estes pecados têm a sua raiz e princípio no ódio geral que os cristãos têm ao gentio, e não somente lhes aborrecem os corpos, mas também lhes aborrecem as almas, e em tudo estorvam e tapam os caminhos que Cristo Nosso Senhor abriu para eles se salvarem... Em toda costa se tem por grandes e pequenos que é grande serviço de Nosso Senhor fazê-los que se comam e se travem uns com os outros... E isto aprovam capitães e prelados, eclesiásticos e seculares, e assim põem em obras todas as vezes que se oferecem... dão carne humana a comer não somente a outros índios, mas a seus próprios escravos. Louvam e aprovam ao gentio o comerem-se uns aos outros, e já se achou cristão a mastigar carne humana para darem disto exemplo ao gentio. Outros matam em terreiro à maneira dos gentios, tomando nomes, e não somente homens baixos e mamelucos, mas o mesmo capitão, às vezes. Ó cruel costume! Ó

109 *Aberrations et crimes coloniaux*, par le Dr. A. C., ancien médecin de la Marine, 1905. A. Storck & C., Paris. As razões de Nóbrega são bem explícitas: “... está esta terra mui perdida e desbaratada, nem há nisto justiça nem remédio, porque acharam que infiéis (índios) não podem testemunhar nada contra cristãos...”

desumana abominação! Ó cristãos tão cegos!... Em Pernambuco há também muito trato deste”.¹¹⁰

A veemência, e, pela veemência, os exageros, faziam parte do santo apostolado de Nóbrega; a justiça muito aproveitou do seu zelo; comovemo-nos sempre que revemos os efeitos da sua obra; mas não podemos sentir realidade onde, em vez de fatos, apresentam-se apóstrofes. De Pernambuco, pela mesma época, dizia o jesuíta Pires: “O governador e os poderosos daqui nos ajudam muito, e muito estimam os índios.” Nem é preciso buscar documentação especial; basta-nos o raciocínio: de uma colonização que se fizesse na forma hedionda, como no-lo diz Nóbrega, poderia sair a sociedade colonial brasileira? Foi uma colônia que viveu sempre do trabalho escravo; no entanto, foi a mais humana para os seus cativos e a gente de cor, em geral. Quem o duvidar, leia os fastos das outras colonizações, não em objurgatórias de apóstolos e propagandistas, mas na verdade inexorável das sentenças judiciais. Nas Antilhas francesas, em 1831, por um ameaço de levante, os pretos acusados são condenados em dois grupos: “... os do primeiro, em virtude de sentença, são queimados vivos; os do segundo são enforcados; dos chefes, um é despedaçado vivo (*rompu vif*), o outro escapou, pelo suicídio, ao suplício da gaiola”.¹¹¹

110 Certo momento, os *padres* foram acusados disso mesmo que eles imputavam aos colonos: “Em razão da tolerância ou propósito criminoso na admissão de práticas gentílicas pelos catecúmenos... foram os jesuítas expulsos das aldeias, por ordem expressa de Filipe I de Portugal.” (Maximiniano L. Machado, *Hist. da Paraíba*, p. 349.) Anchieta, depois de encomendar a guerra contra as tribos vizinhas, escreve a Laynez: “... para esse gênero de gente não há melhor pregação do que a espada e vara de ferro...” (*R. I. G. II*, p. 560.)

111 Inventado pelos ingleses da América: “Uma gaiola de 6 a 7 pés, com uma claboia, é exposta sobre um catafalco. Aí se encerra o condenado sobre uma lâmina cortante, pés elevados sobre estribos. Laços muito bem dispostos mantêm o corpo e cada um dos membros do paciente de modo que ele não pode cair senão sobre o gume da lâmina. Para evitar de dilacerar-se na lâmina, o desgraçado é obrigado a manter-se de tendões continuamente tensos. Não tarda que a falta de alimento, a fadiga dos músculos fazem o paciente



Depois de referir condenações análogas, pelos crimes – de envenenar o gado, de preparar filtros e feitiços, condenações que atingem crianças de nove anos, o A fecha o capítulo com a exclamação: “Ó humanité, dans la race que se pretend la plus humaine parmi les civilisés aryens et chretiens!”.¹¹² Enquanto isto, por todo aquele Norte conhecido de Koster, o régimen para os escravos é tão humano que esse inglês se sente obrigado a registrá-lo.

§ 33º A limitada influência dos jesuítas na colônia

Anchieta, o admirável segundo de Nóbrega, ao reclamar contra alguns atos de Duarte de Albuquerque, diz que ele destruiu toda a sua capitania, isto é, todo o gentio dela, e é nesse Pernambuco destruído, que se levantam exércitos de 20.000 índios (assim o calcula Fr. Vicente do Salvador), que lutaram no Cabo, e os grandes corpos, de gentio também, que foram ter os Potiguaras comandados por franceses. Não são menos sensíveis os exageros dos jesuítas quanto ao Pará. As suas lutas com os paraenses foram, certamente, mais vivas que as travadas em São Paulo. O próprio Antonio Vieira foi preso e expulso. Examinemos, porém, o miúdo dos fatos, e veremos que os extremos e a reação dos colonos, na contenda, não significam sacrifícios do gentio. Não negaremos que, nessa época, era sensível a corrupção dos representantes da metrópole, e muito vil a ganância dos reinóis exploradores. Os casos de crueldade e de torvas injustiças tornam-se mais frequentes, sem que, no entanto, haja extermínio do gentio. A prova soberana está no fato de que a população daquele Amazonas é uma das

cair sobre a lâmina... A fim de tornar a morte mais cruel, põe-se diante do desgraçado uma pequena mesa com água e comidas, em que ele não pode tocar. Essa terrível tortura não tem limite, e pode durar um dia ou mais...”

112 Dubois et Bouchet. *Causes célèbres des colonies*; D'Aubigny, *Jurisprudence coloniale*.



mais fortemente tintas do sangue caboclo. A crise mais violenta começa no Maranhão, com a chegada de Vieira. Há reação formal do governador; os colonos agitam-se alarmados; mas, uma simples prédica do padre, com os seus feitiços de linguagem, basta para resolver o caso em favor dos índios: “Muitos índios foram libertados imediatamente”, proclama o Padre Galanti, natural defensor dos jesuítas. Num outro momento, quando os *padres* se sentem duramente ameaçados, diz a mesma defesa: “Os bons (colonos), que eram em maioria, ficaram nas suas casas...”, isto é, não se manifestaram contra eles. Devemos acreditar que o historiador tem razão: que grande parte da população, quaisquer que fossem os interesses contrariados, sentia-se comovida em favor dos pobres índios, e, de certo modo, em prol dos próprios jesuítas, como, ainda hoje, nos acabrunha a pena, no imaginar o que aqueles sofreram, e nos comove a gratidão, ao pensar nos sacrifícios a que se submeteram esses missionários, na coragem sobre-humana com que se portaram, e nas muitas injustiças que curaram.

A distância de tempo, porém, como nos permite sentir calmamente o bem que os jesuítas fizeram, dá possibilidades de julgar desinteressadamente todo o conjunto da sua obra, e apurar, em simples justiça, os seus motivos e efeitos. São Paulo foi o outro centro de reação contra os *padres*; mas, tal era a tradição da política oficial a respeito deles, que o brasileiro Salvador Correia de Sá e Benevides afrontou as cóleras dos enérgicos paulistas, provocou um levante por ser amigo e defensor dos jesuítas. A contenda terminou, como foi constante na história colonial, por uma composição, em que paulistas de âmago – Taques, Morais, Prados, Lemes, Camargos, Pires... – assinam um abaixo-assinado de apoio a Salvador Correia, onde lhe asseguram que “aparelhados de pessoas e fazendas..., qualquer coisa que necessite de nós, estamos prestes a acudir às suas ordens”. A essência do acordo foi a paz com os *padres*; os termos aceitos por estes, na convenção de 1653,

dizem bem qual o motivo real da dissensão: "... não receber nem amparar nas suas fazendas ou casas os índios e as índias, serviços dos moradores, nem consenti-los nas suas fazendas e mosteiros...". Rendon afirma ter lido autos, no cartório da Exatoria de São Paulo, onde se prova que os jesuítas "casavam os índios e índias, com pretas, ou pretos, batizando os filhos como servos".¹¹³ Qualquer que seja o valor de tal documentação, ela patenteia que, no decorrer dos tempos, mudaram um tanto os intuitos e as razões das disputas entre a população civil e os *padres*, sem que os índios viessem a sofrer mais por isso. Reconhecendo que os jesuítas realizaram aqui uma obra de humanidade; temos de reconhecer, também, que a política de aproximação com o gentio é anterior à ação deles, e que o governo de Lisboa, e todos os grandes políticos da colônia, foram sempre bons auxiliares desses missionários. E, justamente, dessa coerência de efeitos, tira-se a prova de que o gentio não podia ter sido exterminado. Depois da governança frustra de Duarte da Costa, Diogo Botelho é o primeiro Governador-geral com pretensões a opor-se aos *padres*. No entanto, no caso de Pedro Coelho, tendo que agir a pedido das tribos ofendidas, a sua providência foi mandar-lhes os dois jesuítas – Pinto e Figueira. Na disputa entre os *padres* e os colonos, Botelho, corrupto, teria pendido algumas vezes para os colonos, que tinham dinheiro; mas não há ato seu contrário à política defendida pelos jesuítas. Notemos, agora: nesse tempo, já a *Companhia de Jesus*, poderosa, estendida em prestígio pelas Américas, tendia a constituir-se potência à parte, nas colônias, e toda a oposição que se lhe movia, por parte das autoridades civis e dos colonos do Brasil, explica-se pela necessidade de defender a unidade nacional, e de conservar a homogeneidade da população. Na nascente sociedade brasileira,

113 Rendon, *Memória sobre as aldeias de São Paulo*, segundo verificações feitas em 1798, R. I. H. G.

colonos e crioulos aceitavam francamente o índio. Mas, desde o começo do século XVII, o intuito constante dos *padres* foi o de fechar completamente as suas aldeias ao resto da colônia, como se fazia nas *Missões* espanholas, cujo regímen traduz imediatamente o ideal da *Companhia*. Com isto se acentuou a oposição ou divergência nas correntes diretoras da sociedade colonial, divergência que, em ambas as partes, resultava da perversão de intuítos: os colonos, assistidos de governadores concussionários e corruptos, no sentido de se libertarem da fiscalização dos *padres*; estes, os jesuítas, no sentido de se tornarem completamente autônomos na colônia, e de transformarem a civilização do gentio numa pura treinagem católica estranha ou infensa, à coesão nacional. Mas, a atividade e as forças contrastantes se equilibravam, e resultou daí que a Companhia de Jesus não pôde fazer tudo o que pretendia: não pôde fazer, aqui, senão o bem. Foi a única parte da América onde isso aconteceu.

§ 34º O mal que os Jesuítas não puderam fazer

No Prata e no alto Paraguai, os jesuítas puderam realizar o seu programa integral, para efeitos de que eles são plenamente responsáveis. Tiveram reduções nos moldes que lhes pareceram ideais; foram senhores exclusivos da vida temporal e espiritual dos índios *reduzidos*, e, isto, pelo curso de muitas e muitas gerações. Consequência definitiva: ainda hoje, argentinos e paraguaios não se cansam de maldizer da intervenção dos jesuítas na colonização, e de apontar os seus maus efeitos. De fato, a obra dos *padres*, ali, foi formalmente antipatriótica.¹¹⁴ Para demonstração, basta apontar

114 Com o desenvolvimento da sua atividade, veio grande riqueza à *Companhia de Jesus*, e, com a riqueza, todos os efeitos dela, inclusive sacrifício dos motivos espirituais e divinos, aos puramente materiais. Todavia, não houve nunca, nos jesuítas, aquela degradação, e deplorável corrupção,



o fato de que, em sociedades saídas da colonização espanhola, a língua espanhola foi abandonada. Enquanto isto, no Brasil, onde, de começo, era o tupi a língua mais falada, porque a maioria da população era de antigos selvagens ou seus descendentes; antes de dois séculos, ela tinha caído completamente de uso.

Tudo nos demonstra que o regímen feito no Brasil para a incorporação do gentio foi o melhor. Consideremo-lo um meio-termo, entre as ideias dos jesuítas e as pretensões dos colonos. Era um meio-termo, onde se aproveitava o que havia de bom nas concepções dos padres. Dada a intervenção ativa do governo, e a sua boa política para com o gentio, retiraram-se aos jesuítas todos os pretextos para a autonomia que eles pretendiam. Nem Portugal, unitário, zelosamente nacionalizado, permitiria tanto, apesar de toda a amizade oficial à *Companhia*. Desta sorte, as aldeias dos *padres*, por mais que eles as quisessem isoladas, eram estágios de socialização do gentio, nos moldes da vida colonial. Colonos e governo foram sempre muito ciosos da autoridade e da amizade dos índios. Todos pressentiam que os *padres* tendiam a formarem-se em poder especial – Estado no Estado – e todos sistematicamente lhes cerceavam o poder. Assim se explica que Albuquerque Maranhão,

característica da sociedade civil e política de Espanha e Portugal, depois do século XVII. Oliveira Martins, justamente ferido pela degradação do seu Portugal, atira a culpa aos jesuítas, e faz da autoridade exercida pelos *padres* e da sua ação a causa de tudo. Ora, no momento, os *padres* apareciam, porque eram os *únicos homens*, em grupo, com valor moral e intelectual. Tudo mais decaía, e os jesuítas tomaram o lugar do que apodrecera. Até na ação guerreira, aparecem os *padres*. Sustenta O. M. que foram os jesuítas que fizeram a Restauração. É possível: não havia mais ninguém, nas classes dirigentes, para uma tal empresa. Já não havia: quando a Casa d'Áustria intentou assenhorear-se de Portugal, a fidalguia miserável passou-se toda para o seu lado. A prova da não degradação de caráter nos jesuítas está no modo digno e superior, em dignidade e coragem, como todos eles suportaram o infortúnio e as perseguições. No tempo de Fr. Vicente, os jesuítas já negociavam, num modo não muito bem lícito, como se colige do comércio que faziam com os Holandeses, em Cabo Frio (*op. cit.*, p. 405).



tão afeito ao gentio, oficialmente amigo dos jesuítas, particularmente procurasse diminuir-lhes a ação, como se verifica do seu proceder para com o Padre Figueira, o mesmo que escreve: “A estes índios do Ceará convidei que viessem para a igreja... porém, já antes os tinha prevenido Jerônimo d’Albuquerque com três ou quatro recados que lhes mandou que não se bulissem nem desamparassem suas terras e pátria antiga de seus antepassados, que não ouvissem minhas palavras... que logo iria outro padre morar com eles.” Ora, Jerônimo era esse mesmo de quem diz o Padre Galanti: “Entregaram-se esses padres (os jesuítas Nunes e Gomes) aos trabalhos apostólicos. Enquanto viveu o grande Jerônimo, tudo correu bem...”.¹¹⁵ Atenda-se, no entanto, às próprias palavras do Padre Figueira, e teremos a explicação da aparente contradição: Jerônimo era amigo dos jesuítas, na medida em que a ação destes era favorável ao gentio, como fator da nova pátria; neste sentido, o ótimo era que esse gentio, catequizado, chamado aos interesses da colônia, continuasse e prosperasse na sua terra, isto é, na terra a que estava afeito. Quanto ao padre, a sua ação, no caso, tinha que ser contrária aos intuitos da colonização, e aos próprios índios, que se amesquinhariam como população, pois que iam ser transplantados. Foi isso o que o brasileiro Jerônimo de Albuquerque quis evitar. O transplante das tribos – as descidas, conduzidas pelos padres, deviam ter consequências funestíssimas, horríveis, muitas vezes. Quem quiser a prova disso, leia as referências do Padre Vieira, às migrações de Tupinambás, e outras nações, provocadas por ele mesmo. Sem pensar, talvez, no efeito das suas palavras, ele dá o testemunho da profunda desorganização produzida pela expatriação radical de um povo – milhares de indivíduos, por centenas de léguas: “Estava esta gente (Poguiguaras) distantes do rio um mês de caminho, ou de não caminho, porque tudo

115 *Hist. do Brasil*, I, p. 413.

são bosques serrados, atalhados de grandes lagos, serras, e eram dez aldeias, as que haviam de descer, com mulheres, meninos e crianças, enfermos e todos os outros impedimentos que se acham na transmigração de povos inteiros. Enfim, depois dois meses de excessivos trabalhos e *vigilância* chegaram os *padres* com eles ao rio, onde os embarcaram para as aldeias do Pará...”.¹¹⁶ Nóbrega, o criador do regímen jesuíta na conquista do gentio americano, compreendeu muito bem a vantagem suprema de tornar os índios inteiramente sedentários, estáveis. Mas, vai uma grande diferença entre o converter as aldeias do gentio tupi, já agrícola, em estabelecimentos definitivos, e o andar desencaminhando tribos, já aldeiadas, afeitas a uma região, *para outras terras*, em êxodos como este dos Tupinambás, descidos na mesma ocasião. A melhor política era, certamente, a de Albuquerque Maranhão: a presença de um clérigo numa aldeia já feita, a aceitação dele e a concomitante conversão do respectivo gentio. Era o termo da vida selvagem. O mais equivalia a perturbar a formação natural da sociedade colonial.

Tudo isto nos demonstra que se os jesuítas no Brasil fizeram uma obra, ao mesmo tempo humana e patriótica, foi porque o regímen da colonização portuguesa não lhes deixava possibilidade de fazer o mal. Por si mesma, a *Companhia* procurou fazer obra exclusivamente sua. Menciona a já citada Informação que Nóbrega fundou, em São Paulo e na Bahia, colégios de catecúmenos, de certa forma abertos à população; onde “os mestiços eram doutrinados, e os de Portugal *aprendiam* a língua da terra; mas, vindo depois as *constituições* e por ordem de Roma se desfizeram e tornou à Companhia, na qual ficaram muitos dos moços”. Uma das acusações correntes contra os jesuítas era a de manterem os seus catecúmenos na ignorância da língua nacional: Assim

116 *Carta a El-Rei.*

tentaram eles aqui; mas nada conseguiram com isto. O próprio Padre Galanti reconheceu o fato, e o escusa com a primeira justificativa que se lhe depara: “Os missionários dispunham de bem pouco tempo para o ensino de português. E responderam a essa queixa que, se os colonos pretendiam que os índios aprendessem o português, dessem eles mesmos o exemplo renunciando todos e constantemente ao uso da língua geral”. O argumento só vale para provar, mais uma vez, a predominância do elemento indígena, tanto que obrigava os colonos ao uso da língua da terra; mas os colonos responderiam cabalmente, a ele, no alegar que usavam da língua geral, como meio único de se entenderem com o gentio, uma vez que este não aprendia o português. Finalmente, tal era o influxo colonizador do português, que todas essas dificuldades foram vencidas, e não tardou que, nas mesmas aldeias, fosse o português a língua usual.

Num certo momento da sua excelente defesa dos jesuítas, diz o Padre Galanti: “Os jesuítas em toda parte, e sempre, reprovaram, com heroica firmeza, que fosse lícito arrancar violentamente dos matos os selvagens e reduzi-los à escravidão, para os converter ao Cristianismo.” É o Padre Antonio Vieira quem lhe replica, nesta mesma citada carta, em que dá conta das missões chefiadas por jesuítas, os padres Veloso e Pires, quando esses “desceram mais de 600 escravos... e já o ano passado se fez outra Missão desse gênero... em que se resgataram outras peças... missões para salvar as almas dos índios...”. Nessa Missão: “Os *Inheiraquaras*, gente de grande resolução e valor... foram caçados, achados, rendidos, sem dano mais que de dois índios nossos levemente feridos (logo houve luta). Ficaram prisioneiros 240, os quais, conforme as leis de Vossa Majestade, a título de haverem impedido a pregação do Evangelho, foram julgados escravos, e repartidos aos soldados.” Por pouco, Vieira não diz explicitamente – *com a desculpa* de “impedir a pregação...” De fato, não pode haver mais dolorosa

injustiça contra o pobre gentio do que esta: escravizá-los, sob o tênue pretexto de *impedirem a pregação...* Isto é, eles não queriam ser convertidos. Ora, os índios *nunca quiseram ser convertidos*. Eles aceitavam, procuravam mesmo, muitas vezes, os padres, pelo benefício que lhes traziam, e, de religião, ficavam-se nos aparatos de culto, que lhes eram sensíveis. Em suas almas, não havia estímulos de crença para que, em afirmação de fé, repelissem essa outra fé que se lhes oferecia... E, só assim – *credo contra credo*, poderia ter havido a repulsa de religião, como os jesuítas alegaram. Ora, eles mesmos, os jesuítas, desde os primeiros encontros, reconheceram no gentio do Brasil um povo sem crenças: “Esta gentilidade nenhuma coisa adora, nem conhecem a Deus...” constata a autoridade de Nóbrega, e é este mesmo que logo depois (carta, de 1549), tira ilação idêntica de que, não tendo fé, o índio não opõe dificuldade a qualquer propaganda religiosa: o nosso trabalho com o gentio consiste em desviá-los dos hábitos de canibalismo e a poligamia..., “comer os contrários e ter muitas mulheres, porque tudo mais é fácil pois não têm ídolos.” Quer dizer – os índios não tinham religião formal. Ora, nestas condições, só uma longa e aturada educação mental e moral poderia fazer do gentio americano um povo capaz de ser conduzido por motivos de crenças religiosas. Resulta daí que uma das causas do fracasso, nas sociedades índias fundadas pelos jesuítas, foi justamente esse: deram ao regímen social e político o caráter de teocracia, quando se tratava de gentes sem crenças patentes, e que incorporassem os sentimentos religiosos; e a rápida treinamento católica realizada pelos *padres*, apenas bastou para criar superstições.

CAPÍTULO V

O CRUZAMENTO NA FORMAÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

§ 35º Significação biológica do cruzamento¹¹⁷

O Brasil se fez à custa de desenvolvido cruzamento, em que entraram, finalmente, as três raças humanas extremas. Se se admite qualquer inconveniente em tais cruzamentos, há que admitir, com isto, que a Nação Brasileira está radicalmente prejudicada no seu elemento de valor – o Homem.

Há muito quem assim o julgue; mas toda a argumentação contra o nosso caso vem das pretensas teorias de superioridades das *raças puras*, com um mendelismo mal assimilado, e em que se afirma não poder formarem-se raças estáveis, provindas de cruzamento (disjunção mendeliana). Ora, tudo isso é teorização a rever. E, sem receio de desmentido valioso, pôde-se admitir que o cruzamento, nos casos da população brasileira, em vez de ser um mal, é uma vantagem. Senão, vejamos.

O cruzamento é, apenas, o caso extremo da reprodução sexual, com fecundação estranha, que existe ao lado da reprodução assexuada, e da simples multiplicação por meio de rebentos. Na

117 Estes parágrafos foram, a princípio, desenvolvidos em capítulo, com toda a documentação precisa para demonstração peremptória de que não há motivos, de valor científico, que contraindiquem os cruzamentos humanos na forma em que se fizeram no Brasil; esse capítulo chegou a ser publicado na revista *Patologia Geral*; mas, aqui, preferimos resumi-lo, com esta indicação aos interessados. E tanto o fizemos porque, não sendo este trabalho de ciência positiva, a argumentação estendida pareceria excessiva. Queremos acentuar que os meio-sábios, antagonistas de tais cruzamentos, devem atender a essa argumentação.

reprodução sexuada, ainda se notam as formas aberrantes: *hermafroditismo* – sexo sem fecundação estranha; *partenogênese* – sexo sem fecundação. Comparemos, agora, todos esses tipos de reprodução: se o sexo, com fecundação, apresentar vantagens sobre as outras formas, temos de reconhecer que tais vantagens, acentuadas e extremadas, devem existir no cruzamento. E, com isto, indaga-se: qual o grau de evolução dos seres vivos, de reprodução sexuada com fecundação estranha? Qual a sua capacidade de progresso, comparados com os outros? Que condições biológicas predominam nos germes provindos dos dois elementos – macho e fêmea, distintos, comparados aos de uma só origem?

As respostas se encontram nestas verificações.

Animais e plantas se distribuem em *superiores*, ou muito evoluídos, *inferiores*, ou pouco evoluídos: *mamíferos* e *aves*... *leguminosas* e *crucíferas*... comparados a *hematozoários* e *algas*... com todos os graus intermediários. Nesta simples comparação, notadas as formas de reprodução, logo se reconhece que a assexuada só existe nos seres vivos de organização inferior, elementar, e que *o sexo não é, de forma nenhuma, indispensável* à reprodução. E a verificação se completa nestas observações: todos os organismos de vida complexa – superior – reproduzem-se com *sexo* e *fecundação estranha*; as formas *hermafroditismo* e *partenogênese* só se encontram em seres de organização intermediária, e, mesmo assim, a tendência natural, de evolução, é no sentido da reprodução com fecundação estranha. Estendendo a observação, nota-se, ainda, que o sexo, em vez de facilitar a reprodução, a complica; por conseguinte, se ele existe é porque apresenta vantagens compensadoras. Tanto vale dizer: o sexo é uma aquisição dos seres na sua marcha de progresso orgânico. Estudando as condições de estrutura e de formação no germe resultante da fecundação, teremos as explicações das vantagens do sexo. Antes disso, notem-se argumentos laterais, havidos dos mesmos fatos – *hermafroditismo* e *partenogênese*.

Já o assinalamos: o hermafroditismo só se encontra em animais de organização não propriamente superior, como os moluscos, alguns raros grupos de artrópodes, e raríssimas espécies de peixes. Nas plantas, é mais comum o hermafroditismo, sobretudo na forma do *monoico* – flores com órgãos masculinos e órgãos femininos. Todavia, há o hermafroditismo *dioico* – flores exclusivamente masculinas, ou exclusivamente femininas; e há, mesmo, plantas de sexo único. Note-se, agora, esta circunstância: os animais onde mais se encontra o hermafroditismo – os moluscos – são geralmente *pouco móveis*, ou mesmo *fixados*; os de tipo superior, como os cefalópodes, e perfeitamente *móveis*, são de sexo único. Reconhece-se, então, que, nos outros, a autofecundação é uma necessidade, determinada pela imobilidade, ou a mobilidade muito limitada. Temos, agora, o caso do hermafroditismo nas plantas. É muito comum, e tudo se explica pela imobilidade delas. Ainda assim, esse hermafroditismo é muito atenuado. Todos conhecem plantas monoicas – de flores exclusivamente masculinas, ou exclusivamente femininas (a aboboreira). Chega a haver plantas absolutamente únicas em sexo – umas masculinas, outras femininas (o mamoeiro). E não é isto o mais importante na atenuação, senão que, mesmo nas plantas dioicas, geralmente se faz a fecundação entre flores distintas, de plantas distintas. O vento, os insetos e outros agentes determinam essa forma de fecundação. Há, mesmo, que, em certas espécies, o fato é indispensável, pois que a maturação dos elementos, na flor, não se faz ao mesmo tempo. Por tudo isto, sábios naturalistas, como Gray, Castle, Morgan, Ward, Loeb... chegaram à convicção de que a natureza tende, por todos os modos, a evitar a autofecundação.

Quanto à partenogênese, mais comum nos insetos (em tipos especiais), essa é, de fato, uma forma excepcional, para situações muito especiais. Por exemplo: Gaullery e Baitailon, que observaram, e até realizaram experiências, afirmam, muito nitidamente, que a partenogênese só se dá quando há condições favoráveis de

vida, e que os animais não precisam manifestar poderosa vitalidade – em desenvolvimento de grandes esforços para a conservação; se tal é preciso, esses mesmos animais voltam à reprodução sexual, com fecundação.

No caso de multiplicação, em seres unicelulares, a falta de junção de elementos diferentes – sexuais – produz decadência: “Os infusórios não se podem acomodar indefinidamente a esse regime, e dividirem-se (multiplicarem-se) eternamente. Após um certo número de divisões, apresentam sinais de degenerescência e caducidade evidente. O vulto diminui, os núcleos atrofiam-se, todas as atividades decaem, e o infusório perece. Sucumbe a esta sorte de atrofia senil, a menos que não lhe forneçam ocasião de conjugar-se a outro infusório (fecundação). Então, ele haure, nesse ato, novas forças: cresce, retoma o vulto primitivo, e reconstitui os órgãos nucleares. A conjugação lhe restitui a vida, a mocidade, a imortalidade”.¹¹⁸ Guardemos esta fórmula de Dastre – *rejuvenescimento*. De fato, o efeito da fecundação é um estímulo, com possibilidades de progresso, e que equivale ao rejuvenescimento.

§ 36º O sexo – condição de variações; hereditariedade e evolução criadora

O sexo, com a fecundação estranha, traz aos novos organismos uma qual instabilidade íntima de constituição, uma qual tendência a variações, no sentido de se conformarem a novas exigências da vida; e isto, a que os biólogos chamam de *labilidade*, vale como capacidade de progresso orgânico. Ora, as particularidades de estrutura, nos germes provindos da fecundação diferente, explicam perfeitamente essa mesma labilidade, assim como a própria hereditariedade. A esse propósito, há longos estudos, que se prestigiam nos nomes de: Elsberg, Wiesner, De Vries, Hertwig,

¹¹⁸ *La vie et la mort*, p. 239.

Weisman, Conklin, Gaullery, Deperet, Waaghen, Boveri, Loeb, Chabry, Driesch, Pluger, Shulze, Whitman, Wilson... Desses trabalhos, resultou a convicção – de que as duas células germinais apresentam especificações estruturais, em que se baseia a herança, e que o fenômeno da fecundação se faz em dois atos distintos. Para a rápida compreensão dos fatos, é indispensável ter em vista a estrutura íntima dos elementos celulares que se juntam na fecundação, isto é, os dois gametos – o anterozoide (macho), o ovo (fêmea). Apesar das diferenças de dimensões, um e o outro compreendem duas partes distintas, como as outras células – a massa protoplásmica e o núcleo, com a diferença de que esse núcleo (o pronúcleo) corresponde a metade, apenas, do núcleo das células comuns. Num e no outro – anterozoide e ovo –, o núcleo tem estrutura específica e que se caracteriza pela distribuição da respectiva cromatina e se dispõe em grãos, seriados como filamentos, que se individualizam com a denominação de *cromossomos*, como as próprias granulações, no nome de *cromômeros*. O número e o aspecto desses elementos estruturais são os mesmos para a mesma espécie, ou raça, mas variam de uma para a outra, e correspondem a metade do número das outras células.

Dada a fecundação, há, como está dito, dois atos distintos: um meramente físico-químico, que é a excitação do ovo pelo material extranuclear do anterozóide; outro – a fusão (aparente) dos dois pronúcleos, para formarem o núcleo definitivo do germe – a *oosfera*. Fusão aparente, dissemos, porque, de fato, dada a excitação inicial – penetrando o anterozóide no ovo, soldam-se os cromossomos dos gametos, formando um filamento contínuo –, o espirema, no qual, entretanto, os cromômeros primitivos se conservam perfeitamente distintos; isto é, as cromômeros do ovo, ao lado dos do anterozóide. Agora, o espirema se fende e se divide, para formar novos cromossomos, em número correspondente ao das células outras. De todo modo, temos o germe com elementos

estruturais de dupla origem, perfeitamente distintos a esse respeito, e que se conservam assim, uns em face dos outros, para presidir à formação do novo organismo: “Os elementos dos antigos pronúcleos guardam, rigorosamente, a respectiva individualidade, e, mesmo no indivíduo adulto, conservam esse duplicismo de origem.”¹¹⁹ Daí, resulta, no germe, uma verdadeira polaridade de estímulos, e, com isto, a instabilidade de organização, que é, no caso, possibilidade de variações, mutações... progresso, enfim, porque, reconhecem-no todos: o progresso se faz em mutações, lentas ou súbitas, e que só podem sobrevir se há instabilidade íntima no germe. Nem outra coisa significa a decantada *evolução criadora*.

É o que Ward afirma e acentua, quando diz: “O sexo tem por fim estabelecer uma certa energia de potencial entre seres organizados, aos quais podemos considerar sistemas orgânicos, carregados de energia potencial, que não se pode converter em energia cinética (em ação) senão pela influência de outros sistemas estranhos que com ele entrem em relação, de modo a agir sobre ele, e a mudar naturalmente a sua energia acumulada. Foi isso o que o sexo realizou primitivamente, e o realiza ainda, numa medida que cresce continuamente, devido ao auxílio do cruzamento cada vez mais largo das raças. Assim, o papel do sexo não é a reprodução, mas a variação e a diferenciação orgânica, a vida mais elevada, o progresso, a evolução”.¹²⁰ Conklin comenta os respectivos efeitos mostrando que: “Os filhos divergem dos pais, *sensivelmente*, apresentando caracteres realmente novos, e que são, finalmente, novas combinações dos elementos característicos dos progenitores...”. De fato, cada indivíduo originado em fecundação estranha

119 Conklin, *Heritary and Environnement*, cap. II, A. p. 2.

120 *Pure sociology*, T. I, cap. XI, IV. Ward é um verdadeiro sábio, não qualquer dissertador em Sociologia; teve reputação como naturalista. Fazendo objeção a conclusões de Spencer, este julgou necessário responder-lhe, e o fez no tom de quem via em Ward um grande prestígio intelectual.

vale como um caso especial, com capacidades e possibilidades novas, resultantes da forma de combinação, também *especial e nova*, que nele se realizou. Prosseguindo na demonstração, ele acentua: “A formação de indivíduos únicos – na fórmula de um novo equilíbrio vital, parece ser o resultado e o fim principal da reprodução sexuada. Nela, as variações provêm de novas combinações dos elementos hereditários.” Então, afirma: “... essas combinações podem tomar a forma de caracteres inteiramente novos, e que não existiam em nenhum dos progenitores; no entanto, uma vez aparecidos, tornam-se hereditários...”.¹²¹ Devemos reter uma tal afirmação, pois que um dos argumentos *mais fortes* contra os cruzamentos humanos é o de que as gerações resultantes não podem formar uma raça estável.

Ao mesmo tempo que isto, Conklin mostra que as diferentes unidades estruturais, em que se baseia a herança, não têm a mesma potencialidade, e que, nos animais superiores, onde elas são numerosas, o número de combinações possíveis, na célula *gérmen*, cresce consideravelmente, extraordinariamente. “Na mulher, onde há, provavelmente, 48 cromossomos paternos e maternos (após a sinapse) distribuídos em 24 pares, o número de combinações possíveis, na sua distribuição pelas diferentes células-ovos, será de 221, ou seja 16.777.216, e o número dos diferentes tipos de ovos fecundados produzidos por um casal será de 16.777.216, ou seja, cerca de trezentos mil bilhões.” E é provável, ajunta ele, que haja, ainda, outros elementos diferentes nas células sexuais.¹²²

Essas verificações, na nitidez dos fatos e das cifras em que se baseiam, acentuam muito expressivamente a importância capital da reprodução fecundada quanto às possibilidades de progresso, e logo fazem compreender que tal possibilidade deriva da diferença biológica entre os organismos reprodutores: diferença sensível,

121 *Op. cit.*, cap. IX, III.

122 *Idem, ibidem.*

polaridade acentuada, instabilidade, nova combinação biológica. Completando o conceito, os mesmos observadores chegam à fórmula: o progresso orgânico se faz com o evitar-se a reprodução assexuada e, numa certa medida, a reprodução dentro da mesma linhagem – no mesmo filo. Meditando no caso, reconhecemos que não poderia ser de outra forma, e que o sexo acode à necessidade de reagir contra a tendência patente na natureza viva de fixarem-se as formas. Ora, dadas todas estas premissas, temos de chegar à conclusão: quanto mais distantes (em linhagem) os indivíduos capazes de cruzamentos fecundos, tanto mais instável e lábil será o produto. Quanto aos limites do cruzamento, a natureza os estabelece nitidamente: a fecundidade dos produtos. A esterilidade dos verdadeiros híbridos não pode ser um argumento contra os outros cruzamentos, pois que ela resulta de uma causa inexistente nos produtos fecundos. Sabe-se que, desde as primeiras diferenciações celulares, na massa do embrião, formam-se duas sortes de tecidos: o somático, de que sairão os órgãos, forçosamente perecíveis; e o *tecido germinativo*, à custa do qual se formarão as células sexuais e reprodutoras – o plasma praticamente imperecível (*plasma eterno* de Weisseman). E acontece que o tecido germinativo exige condições especiais de equilíbrio vital, irrealizável se os reprodutores são de filo inteiramente diferente: canário europeu e pintassilgo, asno e cavalo... Então, no embrião só se forma o tecido somático: é a esterilidade. Desde, porém, que o germe saído do cruzamento seja de uma organização completa, possuindo plasmicidade germinativa, a circunstância da distância entre os progenitores significa, tão-somente, mais acentuada instabilidade íntima das respectivas derivações. É o caso dos cruzamentos fecundos, mediante os quais se fez a população brasileira.

Os que negam valor a tais cruzamentos, e até os condenam, elevam a voz no repetir tiradas de pseudossábios – a defenderem e exaltarem as chamadas *raças puras*, consagradas na significação de teoria, para uma aristocrática superioridade. Vejamos o que há

de positivo na pretensa superioridade. Notemos, desde logo, que uma raça pura é uma linhagem *fixada* nuns tantos caracteres, e que os mantém. Ora, *fixidez* não é progresso. Se, para o criador, há vantagem de manter no seu merino a boa qualidade da lã, tanto não pode ser o ideal da espécie humana, senão o de novas aquisições, para mais perfeitas adaptações e conquistas. No caso – pureza de sangue –, o ideal está na reprodução entre parentes, quanto mais próximos melhor; e assim procedem as obcecadas famílias aristocráticas e principescas. Ward, que apreciou, em verdadeira ciência, todas as condições de dinâmica social, tem conceito justíssimo a esse respeito. Repetimo-lo integralmente, porque já é uma demonstração das vantagens nos cruzamentos humanos: “O cruzamento das raças é no mais alto grau dinâmico, e se aplica a todos os seres vivos. Deve, por conseguinte, aplicar-se ao homem... E é bom notar que esse princípio está na base de todos os costumes e leis do homem primitivo, como do mais civilizado, atualmente. Está demonstrado, pela experiência, que a união de parentes é um perigo para a sociedade... Esta verdade é uma das mais claras ilustrações desse princípio universal da dinâmica social, cuja expressão mais nítida, e melhor, parece ser a das palavras *diferença de potencial*... O progresso resulta da fusão de elementos dessemelhantes. Esta fusão é criadora porque dela resulta uma *qualquer causa*, que não é nem um nem outro dos componentes que difere dos dois, e que é novo...”¹²³

A demonstração definitiva contra a decantada *pureza de sangue* se encontra no fato, de verificação universal: a degradação, com extinção gradual, das famílias que, por preconceito aristocrático, se fecham e se isolam, não admitindo uniões senão nos círculos dos parentes. Desde o patriciado romano, ou antes, na Grécia clássica, até as empertigadas famílias da *Mayflower*, essas

123 *Op. cit.*, cap. XI.

gentes têm patenteado perda de vitalidade orgânica e incapacidade de progresso em competência com os rivais. Por isso mesmo, Johnsen chega à conclusão: “A seleção é absolutamente sem efeito nas raças puras.”¹²⁴ Na zootecnia e na agricultura, tem-se feito muita observação preciosa, e é aí mesmo que se definiu o princípio: *a raça pura só convém quando é preciso manter uma qualidade, e não deixar variar*. Então, sempre que é preciso *criar* uma variedade, com aquisições novas, recorre-se ao cruzamento. Adiante se repetirá a opinião de Loeb, com toda a sua competência, e que é a consagração do cruzamento, no intuito de novas aquisições. Por agora, trata-se de acentuar a circunstância da infecundidade, notada geralmente nos casos de pureza de sangue. São históricas as esterilidades em famílias principescas. A razão do fato nos é dada por um zootécnico, o professor Baron, da *Escola de Alfort*: “Há um momento em que os reprodutores consanguíneos chegam a assemelhar-se completamente, e daí resulta que a polaridade sexual diminui, formando-se uma espécie de neutralidade, que produz a esterilidade.”¹²⁵ Deperet, no prestígio da sua autoridade, fórmula conceito equivalente: “A especialização das raças puras, longe de ser uma causa de prosperidade, é, pelo contrário, uma marca senil, que anuncia e precede de pouco tempo a sua extinção.”¹²⁶ Rosa, outro competente, assinala o fato na solenidade de uma lei da redução progressiva da variabilidade, por efeito da especialização na pureza de sangue.

É ocasião de atender ao argumento tirado do mendelismo – a disjunção mendeliana alegada insistentemente, para afirmar-se que: dos cruzamentos humanos não pode sair uma raça estável, e estamos condenados, por conseguinte, a ver surgir, de quando

124 Citação de Conklin, p. 220.

125 Citação de Diffloth, *Zootechnie générale*, p. 348.

126 *Les transformations du monde animal*, p. 222.

em quando, negros e caboclos puros, dentro da nossa população cruzada. Acentuemos, em primeiro lugar, que tal não seria maior desgraça num país habituado a ter negros e caboclos. No entanto, nem mesmo existe a ameaça dessa desgraça mínima, pois que os princípios do mendelismo não se aplicam ao Homem na simplicidade com que se aplicam aos cruzamentos de feijão *curto* e feijão *longo*, mariposa preta e mariposa branca. Nestes casos, quando se trata de caracteres simples e nitidamente contrários, há aquela distribuição tão citada, e a necessária disjunção nos descendentes; mas nos casos de caracteres complexos e múltiplos, como na espécie humana, realiza-se a chamada *herança misturada*, isto é, em que os caracteres se combinam numa fórmula intermediária. Foi mesmo esse cruzamento que obrigou os mendelistas a admitirem uma tal forma de herança. Conklin, mendelista confesso e competentíssimo, é explícito a esse respeito: “Os casos de herança misturada constituem o mais sério embaraço à universalidade da doutrina mendeliana. Os caracteres dos pais parecem, em certos casos, misturarem-se nos descendentes, e estes, nem na terceira geração, nem nunca, deixam de ser tipos intermediários. Um dos exemplos mais conhecidos é o da cor nos mulatos, que é o intermediário entre o antepassado branco e o preto. Ainda que esses descendentes possam variar consideravelmente em matiz, nunca serão verdadeiramente brancos ou pretos. Há, pois, aqui uma exceção aparente ao princípio da disjunção mendeliana.”¹²⁷

De fato, seria estulto e anticientífico apelar para a fecundação de abelha *amarela* por abelha *preta*, para ter a fórmula do que se produz quando se combina a tenacidade portuguesa, na sua comedida compostura, com a jovialidade valente e despreocupada do caboclo. As verificações da ciência desinteressada são demonstrativas da *herança mista*, em produtos estáveis, nitidamente

127 *Op. cit.*, cap. III, § II.

caracterizados. Blaringhem, puro sábio, que deu decênios ao estudo experimental do assunto, quando especifica a questão é para defini-la em afirmativas bem precisas: “Existem grupos de indivíduos derivados historicamente da mistura de duas origens distintas, e perpetuando-se com bastante homogeneidade para dar a ilusão de uma linhagem pura, pela estabilidade dos caracteres mais marcados? A resposta não me parece duvidosa; ela é afirmativa para todas as séries animais e vegetais. E o próprio homem fornece exemplos concretos e inegáveis.” Antes, já ele havia classificado a *hereditariedade mista* como... “tão fecunda... singularmente mais vasta e sobretudo mais rica...”. Com isto, Blaringhem não só atesta a realidade do fato, como sobreleva as suas vantagens: “Certos híbridos experimentais são o ponto de partida de novas formas estáveis. Há cruzamentos de cão e lobo, bode e ovelha, bisão e vaca, lebre e coelho, que deram nascimento a formas mistas, bastante estáveis para merecer o nome de espécie.”

§ 37º Cruzamentos entre raças humanas distantes

Esse mesmo sábio, Blaringhem, logo na *Introdução* da sua obra, acentua: “Insisto bem particularmente no fato de que a herança mista deve ter presidido a formação das raças humanas.” E insiste, depois, na existência dessas “populações de *mestiços*, resultado do cruzamento de indivíduos pertencentes a grupos humanos diferentes... populações estáveis”.¹²⁸ Tudo isso interessa-nos especialmente, porque, dado o preconceito que distingue a espécie humana em raças *superiores* e *inferiores*, é fatal que haja etnólogos pedantes para condenar os cruzamentos entre umas e outras, como prejuízo das *superiores*. A argumentação não tem mais valor que o

128 *Les problèmes de l'hérédité*, par L. Blaringhem, prof. da Sorbonne e do Cons. Nac. de Artes e Ofícios: Paris, 1918, p. 19, 26, 85, 92 e 173.

de um preconceito. As críticas e as condenações referem-se, muitas vezes, explicitamente, à população brasileira, cruzada na sua maior parte. Uma das condenações mais conhecidas e repetidas é a do ictiólogo Agassiz. “... A mistura das raças, mais frequente no Brasil do que em qualquer outra parte do mundo... e que produz um tipo bastardo, sem energia física, nem moral... O híbrido do índio e do branco, chamado no Brasil mameluco, é pálido, efeminado, débil, preguiçoso e inábil, como se o influxo índio houvesse dominado, até eliminar todas as qualidades do branco...”.

Não nos abalemos pelo desconceito acintoso destas linhas. O naturalista Agassiz entendia de peixes, mas sabia discriminar em qualidades humanas, e, mesmo naturalista, ele observou esta parte do mundo com olhos que viram, aqui, vestígios do período glaciário. Suíço ianquesado, ele exagerou o preconceito de raça do norte-americano. Para responder as suas veleidades cominatórias, há opiniões de legítimos anglo-saxônicos, uns de pura ciência, outros historiadores e viajantes, e que, como tal, nos conhecem efetivamente. Koster, que longamente viveu na roça do Brasil – entre gentes de sangue misturado –, não se detém nos elogios que faz. Mulatos, e, sobretudo, mamelucos do Nordeste, produziram sobre ele o efeito de quase sedução: “Encontram-se mais frequentemente os mamelucos pelo sertão do que na costa. São, em geral, melhor do que os mulatos, e as mulheres ultrapassam em beleza todas as outras do país: têm, mais ou menos, o mesmo tom escuro que as mulatas, mas o nariz não é chato, nem os cabelos são frisados. Não creio que os homens dessa raça tenham mais coragem que os mulatos, mas, seja pela consciência que têm de descender, pelos dois lados, de gentes livres, seja pelo fato de residirem no interior, onde o governo exerce menos autoridade, eles parecem ter mais independência de caráter e mostrar menos respeito pelos brancos que os mulatos. Quando as velhas querem contar alguma



história de grandes aventuras, o herói é sempre um mameluco, como se elas estivessem convencidas de que eles são superiores a todos os outros homens.”¹²⁹ Fazendo o franco elogio do *povo* dali, ele é peremptório. Para as mulheres de raça cruzada, Koster tem olhos de incontido entusiasmo: “... entre as mulheres de cor é que se encontram as mais belas criaturas do Brasil. Têm vida, alegria, mais atividade de corpo e de espírito. Seria difícil encontrar mais belos tipos da forma humana do que entre estas filhas do sol”.

Southey, mais historiador, faz das suas afirmativas generalizações, e, no caso, estabelece em teoria, a superioridade da mistura com o índio: “... aventureiros, desertores e réus de polícia aliaram-se com as índias (em São Paulo) e a mescla de sangue indígena que, por todo o Brasil foi grande, em nenhuma parte foi, talvez, maior do que aqui. Com este cruzamento, melhorou a raça desenvolvendo-se o espírito de empresa europeu em constituições adaptadas ao país”. Para ele, o cruzamento, aqui, foi como sangue novo a reviver raças deprimidas. Condenando, embora, o que lhe pareceu mau, nos processos dos mamelucos paulistas, Southey os considera mais heroicos, ainda, que os próprios conquistadores portugueses. Tratando de Mato Grosso, ele é definitivo: “A mistura de raças que se tem feito é ao mesmo tempo um melhoramento físico e uma grande vantagem política.” E não se limita a simples afirmativas; vai aos fatos, e trata de justificar a população brasileira quando lhe parece que seus difamadores não têm razão: “... não são indolentes; onde isto se nota, no Brasil, é devido somente aos preconceitos que se implantaram com a escravidão... Os brasileiros têm feito mais progressos (até 1811), na proporção dos seus meios, que os colonos de quaisquer outras nações. Só por ignorância e falsidade têm sido acusados de frouxidão e indolência... e à medida que avança a civilização vai

129 *Op. cit.*, II, cap. VIII.



aparecendo uma população mista, em que se combinam o espírito europeu e a constituição índia”.¹³⁰

Dir-se-á: são simples historiadores, sem maior significação na ciência positiva. Bem: vamos verificar as condenações que os reputados sábios têm feito aos mestiços, para responder com o conceito de outros sábios, e veremos quais são os mais documentados, e que argumentam mais cientificamente. Temos o universitário americano, Archibaldo Coolidge. Não é homem de ciência positiva, mas argumenta em tom de quem procura justificação científica. Ele começa afirmando que – nas partes sul do seu país, há muitos milhões de mulatos... Com isto, acendem-se as suas antipatias e repugnâncias por tais misturas, e o professor argumenta: “Admitamos que estas antipatias repousam num preconceito, e que se dissiparão com o progresso... Há uma razão que nos faz hesitar em aprovar estes casamentos mistos: não é certo que de parentes muito distantes, como raça, nasçam crianças normais... Diz-se, em geral, que os de sangue misturado têm os vícios das duas raças, sem as virtudes delas... Tal mulato, ou tal *eurasiano*, pode ser um belo tipo humano: segue-se, por isso, que a raça branca deva desaparecer na liga de onde saiu esse tipo étnico? Deixemos de lado a questão das superioridades: as diferenças das raças são argumentos bastantes. Cruzam-se os cães com vantagem quando não há muita distância entre as espécies; mas a união de espécies muito diferentes produz um mestiço sem valor. Não será a mesma coisa para os homens?”.¹³¹ Com isto, o professor esgotou as *provas sólidas*, anunciadas contra os cruzamentos nas raças humanas distintas: *Diz-se que os mulatos têm vícios... Os produtos de raças caninas*

130 *Op. cit.*, T. V, p. 493; T. VI, p. 356.

131 *Os Estados Unidos grande potência*, cap. III, Coolidge bem reconhece não ter base a teoria da *superioridade*: “Os japoneses demonstraram que não sofrem de nenhuma inferioridade essencial, como raça...”

muito distantes não têm valor... A primeira proposição traduz a tradição do anglo-americano: “Não admito mestiços, ou eurásianos, ainda que perfeitos...” É uma questão de gosto, e gostos não se discutem... Basta-nos lembrar que Koster, também anglo-saxão, é de parecer inteiramente diferente. Quanto ao exemplo dos cães, tudo se resume em que Coolidge não entende muito do assunto, tanto que se não interessa pelos admiráveis *pointers*, produto do cruzamento de *galgos* e *brancos*, raças muito diferentes, e, menos ainda, pelos inteligentes e valorosos *cães de polícia*, saídos do cão de pastor e o lobo...

Fazendo companhia a Coolidge, há o sábio francês, Guenot, naturalista de ciência positiva, e que deu estudo especial à questão da evolução e transformação das espécies. Vale verificar, num espírito de verdadeira ciência, os argumentos apresentados contra os cruzamentos humanos. Notemos, desde logo, que Guenot admite, sem restrições, os mestiços de brancos e amarelos, apesar de que se trate de raças absolutamente diferentes. Só repele as uniões de brancos e pretos, o que faz pensar, imediatamente, numa simples repugnância de cor. E é o que se verifica da inanidade de argumentação, quando o vemos basear todas as suas razões na circunstância da esterilidade nos cruzamentos entre filios diferentes, como cavalo e asno.¹³² Não há, pois, nenhuma verificação nos fatos, mas a simples dedução por analogia, na mais viciosa das analogias, em oposição com as verificações positivas. Por que razão pretender que as segundas, e terceiras, e subseqüentes gerações, provindas dos mestiços sejam infecundas, quando os produtos primeiros são perfeitamente fecundos? Se há, no caso, possibilidades para deduções, será neste teor: se os primeiros produtos são fecundos, os outros o serão, indefinidamente. Sábios de longa experiência

¹³² *La g n se des esp ces animales*, p. 388 e seguintes.

no assunto chegam a conclusões inteiramente opostas, relativamente à influência do cruzamento. Já se notou, mesmo, que ele produz um aumento da fecundidade: “Fêmeas estéreis com os machos da sua raça, podem ser fecundadas por um reprodutor de outra raça.”¹³³ Isto mesmo se impõe como postulado da proposição de Baron (p. 187). Para opor a tais verificações, Guenot apresenta gratuitas suposições, desmentidas pela realidade: “Os mulatos que resultam dessas uniões – branco e negro, Senegal, nas Antilhas, nos Estados Unidos, reproduzem-se bem entre si, mas a sua progenitura *parece* encerrar mais raparigas do que rapazes, e elas são muito predispostas aos abortos; a terceira geração extingue-se geralmente, pela infecundidade...”¹³⁴ Ora, nós, que temos a longa observação no caso, bem sabemos que nada disto é verdade: o *parece* de Guenot não tem sombra de fundamento. Mesmo nos Estados Unidos, Coolidge fala de *muitos milhões de mulatos*; nas Antilhas (que deviam ser conhecidas de Guenot) o forte, na massa do povo propriamente dito, é de mestiços na 20ª geração, talvez, pois vêm de uniões que datam dos primeiros tempos.

Aceitando os cruzamentos, defendendo-os, temos legítimos sábios, como esses mesmos anglo-americanos, já citados – Ward, Conklin... Os conceitos do primeiro são nítidos e categóricos: “O produto do cruzamento entre raças humanas é novo e muitas vezes, superior aos dois progenitores” (pág. 182). O outro – Conklin, não é menos formal: “A significação da reprodução sexuada reside, principalmente, no fato de que ela realiza a fusão de linhagens distintas. A história inteira da evolução passada prova o valor desse processo... Na espécie humana, a única barreira absoluta para fusão das raças é o isolamento geográfico. Que o queiramos,

133 Difflot, *op. cit.*

134 *Op. cit.*, mesma página.

ou não, a mistura das raças humanas progride, e não fará senão aumentar... A opinião popular pretende que as raças híbridas são sempre inferiores às raças puras, mas isso não é absolutamente exato.”¹³⁵

§ 38º Fixidez das raças mestiças

Notamos de passagem (pág. 176) a afirmação de Conklin: nos casos de herança misturada, os novos caracteres se tornam hereditários, isto é, dão lugar à formação de novas raças, estáveis pela hereditariedade. Loeb, a quem não falta competência no assunto, completa o conceito: “É curioso notar que os criadores têm podido obter, por cruzamento entre raças distintas, raças constantes, e que, muitas vezes, sobrelevam pelo talhe, a resistência ao frio, etc., às duas formas progenitoras: o horticultor Burbank, na Califórnia, obteve desse modo resultados magníficos. Diante desses fatos, as afirmações correntes quanto à influência nobilitante das *raças puras* aparecem como simples contrassenso.”¹³⁶

Dir-se-á: são observações em seres diversos, inferiores, e que não podem dar base para julgamentos do que se passa nos cruzamentos humanos. Pois bem, eis aqui opinião havida de observações em raças humanas: as conclusões de L. Lapique, professor na Faculdade de Ciências da Universidade de Paris, sucessor de Dastre. Lapique, que é também antropólogo, fez verificações diretas nos povos mestiços em torno do Oceano Índico e das ilhas do Pacífico, isto é, nos tipos mongoloides, negroides, negritos... As conclusões consistem na afirmação documentada: só há três raças distintas na espécie humana – a *branca*, a *amarela*, e a *negra*;

135 *Op. cit.*, cap. V. B., II, p. 3.

136 *A dinâmica dos fenômenos da vida*, 9ª lic. e 10ª lic.

todos esses citados meio-escuros são, apenas, produtos de misturas, em dose diversa, das raças essenciais, e que naquelas partes se avizinhavam. São, porém, tão estáveis esses mestiços, tão indefinidamente fecundos, que a muitos sábios parecem raças específicas. É preciso notar que Lapicque estudou o assunto, não como dissertador de gabinete, mas na observação imediata, e, para isso, percorreu, por mais de uma vez, demoradamente, o habitat desses povos: “Eu tinha como programa procurar o limite oeste da área dos negritos. Visitei todos os pontos habitados, da árida costa do Beluchistão; fui, a alguns dias de viagem, no interior, examinar a população dos oásis; visitei três portos persas, e, partindo de um deles, uma série de aldeias, até o pé do alto planalto. Por toda parte observei a existência do negro africano importado como escravo, mas, nunca, nenhum sinal de raças pretas autóctones.” Tratando do que se encontra na península de Malaca, ele é mais explícito ainda: “Todas essas tribos resultam de uma mestiçagem entre três raças muito distintas: *negros* sub-braquicéfalos, *amarelos* braquicéfalos, e *brancos* doliocéfalos – indonésios... Um ou outro desses elementos predomina em algumas das tribos.” Tendo explorado copiosamente a península indiana, onde, dizem, se encontra uma raça negra autóctone, origem natural dos negroides da Insulíndia, Austrália, etc., Lapicque chega às mesmas conclusões: “Há uma mistura manifesta de raças... é impossível encontrar uma tribo que possa ser considerada representante de uma raça negra primitiva...” Então, ele condensou todas as suas verificações numa longa memória, sobre a unidade da raça negra – *Étude anthropologique sur les races noires*, onde demonstra, nos fatos, que – etíopes ou abissínios, somalis, dravidianos, mongoloides da Insulíndia, negritos das Filipinas, negroides da Tasmânia... são, tão-somente, produtos de antigos cruzamentos, hoje fixados em sub-raças: “... são simplesmente raças mistas, escuras, das quais um dos elementos é o negro. Onde não há negro, não há raças escuras”.

Não são precisos mais argumentos quanto à estabilidade das raças humanas misturadas. Tudo que, em pretensa ciência, se tem dito contra a massa brasileira – por ser produto de cruzamentos – é desautorizado pela verdadeira ciência. Não há nenhum motivo biológico para duvidar do futuro do Brasil, como incapacidade das suas raças. Os descendentes dos misturados que defenderam e dilataram o Brasil são bem capazes de continuar a obra daqueles. Brasileiros, temos de aceitar o Brasil qual ele é, na realidade da sua formação; e temos o dever de elevá-lo assim mesmo, começando por conhecer bem a todos os seus elementos formadores, a fim, de obter deles o ótimo de apuro. A nação brasileira é um produto de mistura, num grau, tal, por tantos séculos, tão obrigado a novas e repetidas misturas, que da nossa visão de progresso e grandeza social deve ser afastado todo o anelo e toda a preocupação de pureza, negativa e dissolvente. Se há absoluta inferioridade nas raças; se o cruzamento ainda acentua tais inferioridades; então, resignemo-nos a ceder a terra a outros, onde possa haver pureza de sangue, porque no Brasil que aí existe, no Brasil tradicional, efetivo e real, desde os seus primeiros anos até hoje, o povo, a realidade mesma da nação, é mistura, já agora indestrinçável, mistura que poderá realizar um novo tipo etnográfico, um produto estável, mas que, jamais, será um tipo branco de relativa pureza – um tipo ariano, no dizer pretensioso dos que se aprazem em arremedar ciência.

§ 39º Cruzamento de tradições

Essas famílias humanas – *somalis maoris*... parecem-nos raças específicas e distintas, porque de certo modo se agruparam politicamente numa qual concentração de vida física e social, que praticamente limitou os grupos, e, com isto, os definiu nitidamente, como expressão da combinação resultante. E a combinação teve um valor característico. Na espécie humana, o cruzamento dará sempre um produto relativamente novo e fixável, pois que as

mais importantes das atividades combinadas se exprimem em qualidades físicas, múltiplas e complexas. O número de combinações possíveis é infinito: qualquer diferença de proporção, ou de tonalidade, bastará para determinar um aspecto especial, distinto, e inconfundível, na síntese formada. Ao mesmo tempo, ocorre que os aspectos próprios da nova combinação formulam-se desde logo, conscientemente, na tradição; então, válidos em consciência, esses característicos tendem a acentuar-se cada vez mais. E assim se fixa o valor próprio do grupo, que aparece, explicitamente, como um povo. Não há, certamente, grupos humanos mais caracterizados, e, também, mais estáveis, do que os *mouros* ou *berberes*, *abissínios* e *javaneses*, que são, de fato, raças mestiças. De tudo isso, resulta serem os aspectos psíquicos os mais importantes no cruzamento. O fator sangue é sempre o primeiro; mas os seus efeitos imediatos são surdos; ao passo que a repercussão deles, nos temperamentos, e sobre a vida moral e mental tem expressão de longos ecos, em valores que facilmente se distinguem. Organicamente, não haverá diferenças sensíveis entre *manchu* e *coreano*; mas, como significação média de caracteres, ninguém os confundirá. Uns e outros, saídos do mesmo tronco, constituíram-se em cruzamentos diferentes, principalmente, pelas qualidades psíquicas que se combinaram. Há mil modos em que tais qualidades se ajustem e se completem, para novas resultantes. E, ainda quando não se completam, mesmo quando se oponham, já o acentuamos, o produto síntese terá sempre um valor próprio, porque qualidades psíquicas não se anulam: pelo choque dos contrários, irrompe uma expressão ativa, em que os próprios contrastes têm significação. O nosso lirismo não é nem a magoada poesia do português, nem a pura jovialidade arremetente do caboclo, ou a simples intensidade afetiva do negro... Inluída de tudo isso, é uma expressão de novas almas: pensamento sentido, em que a voz da mágoa, no estímulo de jovialidade simples e de afeto primitivo,

se fez canto juvenil, triste ou ardente, sempre juvenil, primeira expansão de amor, pessoal, singela e exclusiva.¹³⁷

Além desses efeitos, patentes nos indivíduos, quando ocorrem os cruzamentos, há um concurso de motivos bem sociais, que convergem especialmente para desembaraçar o povo que então se forma, e o tornam especialmente propício ao progresso. É a mobilidade geral dos espíritos, desde que, numa mesma sociedade, se aproximam e se misturam gentes feitas em civilizações diferentes: chocam-se as respectivas tradições, e sobrevém um como que abalo de toda a organização social preexistente em cada um dos grupos misturados. Não tarda, assim, que nas consciências se desloquem todos esses valores morais aglutinativos – costumes, instituições, preconceitos, doutrinas, critérios, sentimentos gerais, ideias correntes... Para os efeitos gerais ao desenvolvimento social, tudo se resume numa qual instabilidade de organização, bem análoga à que se verifica nos germes provenientes de elementos sexuais diferentes. Pouco importa que haja, ou não, luta entre os povos aproximados, que uma das civilizações seja ostensivamente vencedora: dado o encontro de tradições, há, necessariamente, o influxo recíproco, cujo primeiro efeito é a quebra da coesão primitiva, em cada um dos povos, um começo de desagregação social, por onde se insinuam as energias reformadoras – instinto de imitação, sugestões mútuas, fórmulas orientadoras, novas realidades a utilizar... Para os mesmos fins, em satisfação das mesmas

137 O bacharelismo se meteu a discorrer a respeito da literatura brasileira e, referindo-se no nosso *folclore*, saiu-se com esta: “... o interesse da poesia popular é todo etnográfico...” Aí está: “*folclore*, com significação etnográfica!... No entanto, pode haver expressão mais essencialmente psíquica e tradicionalista? Que ciência, em derivar a musa popular de tal ou qual pigmento, ou cabelo, ou crânio!... No nosso caso, todo o interesse está em verificar lucidamente como, do encontro das três tradições, veio a constituir-se uma poesia popular de aspecto próprio, em valor específico. Acentuar o que haja de novo e característico, no *folclore* brasileiro, verificar a fórmula da combinação, é a tarefa de quem se intrometa no assunto...”

necessidades e dos mesmos instintos, há práticas diversas; se elas vêm a ladear-se, estabelece-se, necessariamente, um qual ajuste de umas formas às outras, aproveitando-se, finalmente, o que é melhor e mais profícuo. No Brasil de 1600, a navegação interior deixou de ser a que se fazia em Portugal, e também não era a simples pirogagem do tupi; veio a fazer-se na combinação do que havia de melhor, num e noutro caso. A mulher do povo, aqui, não cuida do seu bebê como era de uso nas portuguesas de 1700, nem como se fazia nas aldeias do gentio, ou nas choças de Angola... Em todas essas conjunturas, dobram-se os costumes aos exemplos, criam-se novos motivos, entreveem-se novas possibilidades, e novas capacidades se revelam, em vista dessas possibilidades. Finalmente, a sociedade inteira passa por um período de rejuvenescimento.¹³⁸

Até as controvérsias e repulsas recíprocas servem a esse fim de trazer à sociedade misturada a instabilidade social e a labilidade, que condicionarão as transformações e o progresso em geral... se há lei indiscutida na história, é esta: encontro de povos, novos surtos de desenvolvimento. E isto vai até o paradoxo: etruscos e gregos, vencidos, quase transformaram o tipo romano; na Espanha católica, o influxo do sarraceno criou uma sociedade nova, a mais vivaz da Europa, no seu tempo, e que depois, eliminará a próprio Sarraceno; quando os Germanos venceram o mundo latino, e impuseram aos povos dessa tradição política os seus costumes aristocráticos, quebraram, eles mesmos, o rijo das suas tradições, e se fizeram mais maleáveis: moldaram-se em muitas coisas aos vencidos. O choque das instituições religiosas e políticas produziu uma geral desintegração, tornando mais fáceis quaisquer reformas. E foi assim que se criaram os novos tipos nacionais da Europa central-ocidental moderna. Note-se que nestas sucessivas unificações sociais não há simplesmente substituições,

138 Dos gregos os mais originais e progressistas foram os jônios – os mais cruzados.

com eliminação do passado, mas uma verdadeira recomposição, em que o mesmo passado é parte integrante, formando, muitas vezes, uma subestrutura para as novas organizações instituídas. Quando veio o cristianismo, com as suas doutrinas de bondade, se reforçaram os laços de humanidade e todo o catolicismo ou universalismo da tradição romana foi aproveitado. Nos traços do Império de Roma difundira-se a nova doutrina, e, agora, desaparecidos os laços políticos do mundo antigo, no seio do cristianismo, guardado o essencial da tradição romana, os povos dessa tradição conservam-se ligados, solidários, unificados, em torno do novo motivo geral – a fé cristã. Qualquer coisa de análogo já se dera nesse mesmo mundo: a generalização do arianismo, com a formação do tipo mental-social que, em qualidades muito originais, presidiu a evolução da parte mais importante nas civilizações históricas, estendendo o seu influxo da Índia à extrema Europa. Qual tenha sido o primeiro povo ariano, onde tenha nascido... não se sabe, em verdade; mas, sabe-se muito bem, que esse arianismo, difundido na trama da civilização ocidental, vale como simples tradição mental, influída de sociedade em sociedade, nos sucessivos encontros dos grupos humanos. É uma tradição superior, à qual se afeiçoaram todas as outras que, depois, com ela se encontraram, em novas combinações para cada caso. O verbalismo pedante, vazio de verdade e de critério, pode falar de *raça ariana*... como se tratasse de um valor etnográfico, verdadeira raça de sangue; mas quem alcança a realidade do caso sabe perfeitamente que há tanta razão para falar de um sangue ariano como de um sangue cristão. O búlgaro, próximo parente etnográfico do húngaro, é um ariano como o inglês ou o grego; e esse mesmo húngaro, cristão, é de sangue turaniano, como o turco muçulmano e como o búlgaro, antes de refazer-se na tradição ariana. Nesse aspecto das coisas que é hoje o negro norte-americano? Um ariano tão ariano como os próprios brancos dali, com a particularidade de que, na respectiva

sociedade, ele é mais anglo-saxão do que os grupos imigrantes de italianos ou eslavos.¹³⁹

Todos esses efeitos se resumem em que, do choque das tradições, nos povos misturados, resulta sempre um desfazer e refazer de tipos e de instituições sociais, caracterizado em novas tradições. Note-se, agora: o essencial, nessas unificações refeitas, é todo de natureza psíquica. Na França moderna, tão explicitamente unificada num dos tipos nacionais mais inconfundíveis – *o francês*, a coesão é essencialmente nos espíritos. Pouco importa que o picardo e o normando sejam tão etnograficamente distintos do provençal ou do gascão: sobre as simples modalidades originárias, formou-se o tipo psicológico em que se define a nacionalidade. A virtude, no caso, foi a da mistura vivificante, com efeitos coordenados para a produção de um novo tipo. Por isso mesmo, quando falta esse motivo de estímulo e reforma, fazem-se as propagandas internas, que produzem esse primeiro resultado de abalar as consciências e quebrar a estabilidade preexistente para nova organização social, sem sair, aliás, do que há de essencial na tradição nacional. Nem de outro modo podem ser efetivas as reformas políticas e sociais. A simples *imposição* de progresso provocaria, imediatamente, a natural reação de repulsa, ou, se vingasse, produziria a quebra e a rejeição das próprias tradições nacionais. Toda inovação de costumes e de instituições tem de ser *aceita* pelas consciências. O progresso verdadeiro é sempre uma aquisição ativa. A política concluirá, no assunto, que toda propaganda é útil, como fator de instabilidade e aptidão de progresso, mas que será funesta se consiste, na crítica do que existe, sem a sugestão de novas formas, em que as sociedades se refaçam.

De todo modo, as tradições e os costumes postos em confronto não se anulam, nem se prejudicam no que haja de melhor, antes

139 *Pensar e dizer*, M. Bomfim, cap. VIII.

suscitarão uma seleção recíproca, e tudo se traduzirá no que Ward chama de *fecundação cruzada de culturas por diferença de potencial social*. O nome, trazido de outros fenômenos, não exprimirá substancialmente o caso; pouco importa. O essencial é o fato que, em linguagem comum, assim seria dito: para a formação de novas sociedades, e a acentuação do progresso humano, é indispensável o encontro de tradições distintas, ou motivos que o substituam, e que produzam a instabilidade dos tipos primeiros, com a fórmula de novos tipos sociais. Será, de fato, uma *fecundação de tradições*.

§ 40º Os novos tipos nas misturas com cruzamento

Para que um povo realize de fato uma nação ou sociedade política, em tipo formal de civilização, ele há de ser uma legítima *combinação* humana, verdadeira síntese de qualidades psíquicas, não diversas dos elementos formadores, mas distinta e caracterizada, como síntese ou unidade nova e complexa. Aplicando essa necessidade ao nosso caso, como um povo provindo de tão extensos e repetidos cruzamentos, vemos formular-se uma nova necessidade: a de agir explicitamente, insistentemente, sobre os espíritos, a fim de obter a necessária assimilação de gentes, com a conveniente harmonia de consciências, para a explícita unificação do tipo social. Felizmente, estamos bem encaminhados para aí. Há tempos, Ingenieros, professor muito citado do Prata, publicou um estudo sobre as *Populações latino-americanas*, distinguindo-as, muito nitidamente, em grupos etnográficos, de valor social diferente, inassimiláveis entre si: os *brancos*, de ascendência europeia; os *gaúchos*, mestiços da campanha; e os *índios*. Pretendendo dissertar a respeito de toda a América Latina, o professor argentino tratava, de fato, e necessariamente, da sociedade que lhe era mais conhecida. Reconhecendo e indicando separações essenciais na população da sua pátria, ele dá valor nacional diferente a esses grupos-castas, que separa, admitindo e reclamando para os brancos,

ou euro-argentinos, uma superioridade absoluta: "... os únicos a fazerem a independência e a nacionalidade...". É de crer que o trabalho do Sr. Ingenieros seja mais um reflexo de ideias preconcebidas do que a anotação desapaixonada de puras observações. Haverá por aquele Sul, como por toda a América espanhola, uma ainda imperfeita coesão nacional; mas não é possível que a nação argentina, cuja vida econômica, social e política fez os grandes progressos, reais e reconhecidos que ali se notam, seja essa massa inorganizada, conglomerado de castas, separadas em cultura e em sangue, sem unidade nacional. Compreende-se que a população do Prata guarde alguma coisa do seu estado primeiro de formação colonial: uma vida dispersa, em grupos quase isolados, agitada em fações... Ninguém contestará que os espanhóis tinham uma menor capacidade política para criar populações nacionalmente unificadas; admite-se que a ação dos jesuítas, com o regime das Missões, muito concorreu para retardar a fusão íntima das gentes coloniais do Prata... Assim, resultaram divisões sensíveis, cujos traços, ou efeitos remotos, tanto impressionaram o professor de Buenos Aires. Tudo faz julgar, no entanto, que, neste momento, na Argentina culta e progressista, a respectiva população já forma um povo, com o sentimento político bem explícito da sua unidade nacional. Para acentuar as distinções marcadas pelo Prof. Ingenieros há todas essas prevenções e soberbias do castelhano para com as gentes subalternas. Por isso, ali no Prata, como em todas as outras antigas colônias espanholas do continente, os cruzamentos de brancos com as outras raças, mesmo a simples aproximação entre os colonos e os naturais, foram bem menos pronunciados do que no Brasil. O influxo recíproco das respectivas tradições foi também menor. Ainda hoje, no México, como na Bolívia ou mesmo na Argentina, há populações cristãs, relativamente civilizadas, incorporadas no viver comum, e que, no entanto, são contadas como massas de índios. Tudo isso se fez sob a inspiração de preconceitos veementes, mais de ostentação, talvez,

do que de repugnância; em todo caso, preconceitos. E são eles que, valendo sempre sobre as consciências, refletem-se ainda hoje no pensamento de homens inteligentes, para que os mascarem de ciência. Vem daí a razão por que a serôdia e odienta teoria das *superioridades e inferioridades* de raças tem tanta voga nos sociólogos neocastelhanos.

§ 41º Inferiores... superiores...

Quando o finado, bem finado, Gobineau emitiu a sua teoria de alarme das *raças superiores*, ele pensava em diferenças dentro dos próprios *brancos*... A superioridade seria para os célebres dolicocefalos que se conservaram puros. Gobineau, apesar do plebeísmo do apelido, considerava-se aristocraticamente *alourado*. Tal teoria, feita por fora da ciência, sem nenhuma ciência, foi sem repercussão na própria França de Gobineau; mas os alemães, que se consideram *puros* de cruzamentos, e *dolicocéfalos*, e *louros*, pegaram dela, mesmo sem ciência, pintaram-na de nomes científicos, e, na empáfia das vitórias de Soudowa e Sedan, fanfarronaram sobre o mundo a sua superioridade de *dolicocéfalos nórdicos*, ao mesmo tempo que despejavam o seu desprezo *superior* sobre todos os latinos *inferiores* e *misturados*, sobretudo os ibéricos, tidos como os mais misturados, em plena degeneração. Pois bem, é em nome dessa teoria, traduzindo mal o que em si mesmo já é mau, que todos esses sociólogos neocastelhanos, e até brasileiros, vêm proclamar a irremediável inferioridade de índios e negros, com todos os seus derivados, em qualquer grau, sem se lembrarem, parece, que esses povos ibero-americanos são misturas indestrinçáveis. O Prof. Ingenieros, que vê os fenômenos sociais na refração de valores financeiros, desestima, absolutamente, já o vimos, toda gente de cor. Da mesma família intelectual, e mais peremptório, ainda, é o Prof. C. O. Bunge. Para este, também, a Argentina está dividida em castas raciais de significação econômica, e que

se caracterizam, justamente, em serem boas ou ruins, segundo são brancas ou de cor. Então, o Sr. Bunge, esquecendo todos os móveis particularistas e facciosos, constantes nas suas gentes, assim explica as lutas políticas nos primeiros decênios da grande República platina. Resumo de *Nuestra América*: “Três períodos da evolução argentina: de 1810 a 1816, em que a *mestiçagem* crioula luta contra os Godos; segundo, de 1816 a 1825 em que as massas *rurais* se levantam contra a burguesia rica das províncias; terceiro, de 1825 a 1830, em que Buenos Aires, cidade capital, rica, *crioula*, vem a lutar com as cidades das províncias, essas *índias*, ou *mestiças*...”. Como se vê, é um letreiro de erudição, colado arbitrariamente à evolução nacional daquele país, ao avesso de toda a história; uma explicação, aonde as cidades ou *burguesias* das províncias, mudam de valor e de significação segundo o momento, com o nome que ele lhes dá. Por tudo isto, sobrenadam esses mesmos epítetos – *godos, mestiços, burguesia*... e que encerram a verdadeira explicação do critério corrente – *preconceito em cientismo*. O que seja tal cientismo, todos o compreenderão quando lerem que, para Bunge, “o mulato sofre de *hiperestesia de arrivismo*...” Esse professor tem o garbo moral do germano: um dos seus livros traz o título – *O Direito é a força*..., epígrafe eloquente da orientação geral do seu filosofar. Ele não podia deixar de erguer a superioridade dos *nórdicos dólico-louros*.

Nas mesmas ideias, mais concreto e mais suave, apresenta-se, como antropologista, o Sr. Ayarragaray. É, sobretudo, simples e expedito: “O mestiço primário é inferior ao progenitor europeu; mas, ao mesmo tempo, muitas vezes superior ao progenitor indígena.” Calcula-se, por inferência, a inferioridade absoluta do indígena. Piores do que estes, para o Sr. Ayarragaray, só “os zambos, em geral, inferiores aos pais tanto pela inteligência como pela força física”. A afirmação tem de ser aceita na fé de quem a produz; é inteiramente gratuita, sem outra mostra de ciência além do verbalismo. O Sr. Alberdi tem implicitamente o mesmo

parecer: pensa, em tudo, à saxão, e proclama, como programa, que, na América, *governar é povoar*, afim de que venham brancos, bem louros e bem superiores. Um boliviano, o Sr. Arguedas, escreve dos seus índios: “São duros, rancorosos, egoístas e cruéis. Os índios pastores não têm ambição senão aumentar os seus rebanhos.” É a prova da má qualidade deles, num retrato que vai admiravelmente a quaisquer *arianos* – espanhóis, portugueses, ingleses... Quanto ao caso dos rebanhos, se o senhor Arguedas se perdesse pelos confins de Pamir, ou do Cáucaso, diria a mesma coisa dos pastores de lá, ciosos das suas cabras, e fechando nelas toda a ambição, apesar da pureza e legitimidade do seu arianismo. Um dos mais longos e constantes no lastimar a inferioridade dos índios americanos, e das misturas que neles se produziram, é o já referido Sr. García Calderón. O valor das suas afirmativas deve ser deduzido das contradições e absurdos que ele vai deixando. Repete quanto de mau tenham dito a respeito dos pobres índios e dos outros *inferiores*: “Servilismo, simulação, tristeza, são os seus traços marcantes. Rancor, dureza, hipocrisia, as suas energias de defesa...” é o índio do seu país, o Peru. “Os negros são seres primitivos, impetuosos, sensuais, preguiçosos e servis; em nada contribuem para o progresso da raça...”. Os mestiços, de índios, ou de negros: “vontade fraca e incerta, dominada pelo instinto e pelas paixões grosseiras. À fraqueza de caráter corresponde uma inteligência pouco lúcida, incapaz de análise profunda, de método, de ideias gerais... É servil, e sem senso moral... abjecção do escravo e indecisão do híbrido... tipos desprovidos de toda proporção, tanto no físico, como no moral”. O próprio civilizado comum, a que se chamaria de *branco*, e que ele chamaria de crioulo; esse mesmo não vai muito mais: “Se todas as raças do Novo Mundo (do ibérico) devem unir-se um dia, o crioulo será o verdadeiro americano. Ele é preguiçoso e brilhante. Nada há de excessivo nele, nem o ideal, nem as paixões; tudo é medido e medíocre... O europeu estabelecido na América torna-se um crioulo: é a raça nova, termo final de

uniões seculares” A resistência dos neoamericanos à fadiga e às moléstias diminui consideravelmente”. Como se vê, nada presta das gentes da América Latina: nem índios, ou negros, nem mestiços, ou mulatos, nem mesmo os crioulos, termo final – aspecto definitivo dos próprios brancos europeus. Para denegrir o quadro ainda mais, e que ninguém possa ter dúvida, ele mostra que nas gentes atuais, a maior proporção é da pior espécie; “Examinando, de conformidade com esses princípios, a mestiçagem na América (latina) vemos que o Índio e o Negro são muito superiores ao branco em número: o elemento europeu não atinge nem dez por cento da população”.¹⁴⁰

§ 42º A inferiorização do Brasil

Todos esses preconceitos de *inferioridades* raciais se encontram no Sr. Oliveira Viana, sob a responsabilidade do Governo do Brasil. É um julgamento oficial, sobre a *Evolução das Raças*, através de muita etnologia, eugenia, e antropologia... mas peremptório: “O negro e o índio não deram ao Brasil nenhum elemento de valor. Um e o outro formam uma massa passiva e improgressiva, sobre que trabalha, nem sempre com êxito feliz; a ação modeladora do homem de raça branca.” Já não é pouco, e o Senhor Viana, ainda tem que diminuir no pobre preto: “O negro puro nunca poderá assimilar completamente a cultura ariana, mesmo os seus exemplares mais elevados: a sua *civilizabilidade* não vai além da imitação... Entre a mentalidade do branco e a do negro há uma diferença de estrutura, substancial e irredutível...”.¹⁴¹ Se os gregos

140 Todas estas referências sem indicação bibliográfica são, assim, do livro Sr. García Calderón.

141 A. Jardé, que não é sábio de fancaria, no seu livro recente de aturada pesquisa sobre *A Formação do povo grego*, logo na *Introdução*, põe de lado as pretensões de Galton quanto à pureza de sangue dos atenienses: “Toda teoria absoluta é falsa... a noção de raça é muito obscura para fornecer explicações claras.

de Platão e os romanos de Tácito falassem difícil assim, diriam a mesma coisa dos citas vizinhos, e dos próprios louros, futuras super-raças de *godos* e *superiores*. Para os mestiços, mesmo de índio e branco, o antropologismo do Sr. Viana estabelece a fórmula: “... tiram a inteligência do branco e o caráter fraco do índio...”. E, assim, descobre-se que aquele grande capitão, o filho da índia Maria do Espírito Santo, o que conquistou o Maranhão aos franceses, afirmando a sua vontade contra os Diogo de Campos e Caldeira Castelo Branco; que tal mameluco era criatura que não podia ter caráter.¹⁴² É um Agassiz, sem o ostensivo da detração, como pode haver num estrangeiro: “Na sua maioria, os mestiços ficam abaixo do tipo superior (branco) de que procedem”. Aliás, tudo se explica, porque o Sr. Oliveira Viana se enfarta na antropologia dos Lapouge e Le Bon, e esse Lapouge é o que, reproduzindo Pearson, garante que, sem dúvida, dentro de um século o Brasil constituirá um imenso estado negro; a menos que não volte à barbaria. Le Bon, com o reforçar Lapouge, é o que teve todas aquelas injúrias para as nações latino-americanas.¹⁴³ Pearson, ao menos, previa somente o domínio dos negros, e não a *negralização* completa. Foi, sem dúvida, essa erudição que levou o etnólogo oficial a desbançar índios e negros. Ele está na fase de crença – em *dolicocefalia* e *arianismo*, a ponto de supor que eram assim, louros e compridos de cabeça, os colonos que fizeram o Brasil: “... um homem superior

Desde a mais remota antiguidade, não há mais, fisiologicamente, raças puras... *Pour expliquer les peuples, il faut faire intervenir l'histoire elle-même*” (p. 4).

142 No medir superioridades, devemos meditar em que Aguinaldo, e o grande romancista Rizal, são puros indígenas filipinos, e que, nos Estados Unidos, há universidades só de negros e para negros, e onde se faz alta cultura... João Mendes, depois de bem verificar o assunto para as suas *Notas Genealógicas*, chega a esta observação: “... os índios mereceram, muita vez, o desprezo dos próprios que deles descendem, e que consentem no apagamento de todos os sinais de sua natural procedência...” Bom aviso aos fazedores de etnografias para uso dos brasileiros afidalgados..

143 *America Latina*, M. Bomfim, p. 356 e seguintes.

deve ser sempre *grande, dolicocefalo e louro*... Na obra do descobrimento são os dólico-louros que tomam a dianteira...”. E, daí, sem maiores hesitações, está o Sr. Viana a afirmar que todos esses fundadores de grandes famílias, no Sul e no Norte, eram, se não puros, ao menos, muito alourados e alongados em crânio. Ora, quando nós sabemos que os próprios Braganças, bastardos de bastardos, já bem pouco dólico-cefalismo-louro deviam ter, ficamos a pensar que os colonos fazedores do Brasil raros glóbulos de sangue nórdico podiam ter trazido. Finalmente, a súmula do referido trabalho está na objecção que o Sr. Viana faz ao vaticínio de Lapouge: “As imigrações arianas, constantemente renovadas, é que não permitiram cumprir-se as presunções de Lapouge e Le Bon.” Ora: onde, as renovadas imigrações arianas, por todo aquele Norte, da Bahia para lá?... Se assim fora, se tanto fora preciso, para que o Brasil não denegrise, já tudo devia estar, preto, retinto... *A Evolução da Raça* terá que ser mais demoradamente apreciada, quando for ocasião de considerar o *Brasil Nação*, pois que tudo, ali, diz com a atualidade da população brasileira.¹⁴⁴

Os conceitos desse valor podem multiplicar-se em nome, mas vêm todos das mesmas origens, no mesmo critério – Agassiz, Pearson, Lapouge... Não há razão para resenhar outros, que são, todos, mais para lastimar do que para corrigir. Lastimemos, sobretudo, que o talento dos bem-intencionados se perca nesses desvios, donde saíram os negreiros e as suas misérias, e se gastem em procurar o remédio para o caso dos povos cruzados, fora do próprio caso: pretendem que das nossas origens possa sair outra coisa que não uma população de mestiços. Tudo isto porque, mesmo em homens inteligentes, pode mais o preconceito do que a razão

144 O Sr. Viana guia-se muito, no seu destrinçar de sangue godo, pelas genealogias de Jaboatão, o mesmo de quem, a propósito do parentesco Pombal-Albuquerque-Souza, diz Capistrano de Abreu: “Estes genealogistas deviam ter sangue mas era de... Zarco y Colona, célebre pelas suas manifestações nobiliárquicas e genealógicas.” (Fr. Vicente, p. 265.)

e a justiça. Tal acontece a um Sarmiento, quando nos diz que a escravidão faz degenerar, não os que vivem parasitariamente, sobre o trabalho do escravo, mas os próprios escravos. Ele, que estudando *Harmonias e conflitos de raças na América*, não viu que existia o Brasil, onde tais relações foram mais interessantes que em qualquer outra parte, e só teve olhos para os Estados Unidos; ele, se houvesse bem considerado este mesmo caso, refletiria assim: os descendentes dos negros escravos não poderiam ser milhões (já o eram nos seus dias), se tais negros fossem degenerados, em confronto com os brancos, vigorosos e *superiores*. Comparem-se as condições em que se encontravam, na Norte-América, há setenta anos, senhores e escravos, e as condições em que se apresentam hoje: quem tem progredido mais, nesse tempo? A esse propósito ainda, a opinião de um estrangeiro, imparcial – Southey – é que se ali, no Prata, houve degeneração, foi dos brancos: “Ao passo que no Brasil, estava ainda em todo o viço o ardor das empresas, nas colônias espanholas tinha havido grande e geral degeneração...”¹⁴⁵ No Brasil, graças ao largo cruzamento com o sangue indígena, as novas populações eram adaptadas ao clima em que nasciam”. São essas verificações, feitas através de toda a nossa história colonial, que levam o grande inglês ver a nossa grandeza futura, numa fusão de todas as raças formadoras: “Índios, e negros, e brancos se irão fundindo gradualmente, num só povo, que terá por herança uma das mais formosas porções do globo”. E um futuro de glórias, tais são os seus votos, abrir-se-á aos brasileiros...

Conheçamo-nos, e chegaremos à convicção de que – somos um povo cruzado, e que povos cruzados serão sempre aquilo em que se fizeram: expressão de misturas combinadas. Poderão unificar-se; hão de unificar-se, em tipos definidos e estáveis. E essa certeza nos basta. Aceitemos o destino em que nos formamos; tenhamos a hombridade de ser o que somos, e façamos o dever em

145 *Op. cit.*, V, cap. XXXVIII.

esforços, para que esse povo misturado venha a ser uma nação de civilização realmente humana, aproveitando todas as possibilidades de espírito e de coração, como as encontramos, na herança das raças donde viemos. Nas sociedades misturadas, muita gente conservará as suas repugnâncias carnis. Nada há que discutir, ou condenar. Serão esses, como muitos outros aspectos, que só dizem com a sensibilidade pessoal; mas não julguemos, nem decidamos de questões essencialmente sociais, por motivos de tais susceptibilidades. Se houve os primeiros cruzamentos, é que tais repugnâncias não eram muito sensíveis; já agora, não há razão, nem possibilidade, de impedir que quem pende para eles dê plena satisfação aos seus gostos. E assim será, quer o queiram, ou não o queiram, os *arianizantes* e *branquejadores*. Na América Latina, não há que escolher. Alguns retalhos de vice-reinados, malpovoados e maldefinidos nacionalmente, abertos hoje à forte imigração europeia, poderão aparecer como povos de brancos e *euros*... Isso significa que há, em tais povos refeitos, coisa diversa do que noutro tempo se proclamou soberano. Os outros, que já eram verdadeiras nações, em tradição de unidade nacional; esses terão de continuar nas suas tradições, ou, então, falharam.

Aceitemos a circunstância do cruzamento entre raças extremas: é o fato. Cumpre-nos, para o caso, apreciar as consequências, como já o fizemos, sem motivos, sequer, para rever formalmente as tendenciosas teorias da *superioridade* de raças. Os espíritos realmente humanos bem reconhecem que tudo não passa de simples pretexto, com que os povos poderosos e injustos investem contra as populações mais fracas. A verdadeira ciência, a que se faz na observação criteriosa e desapaixonada dos fatos, tem proclamado já que o valor atual das raças é, apenas, valor de cultura. Há diferenças de tradições, há variedade de civilização, há maior ou menor aproveitamento das qualidades naturais, há direções e perspectivas históricas; mas diferença essencial de valor físico, não. Há diferenças de momentos. E se estas pudessem ter valor absoluto,

o latino de há 3.000 anos seria absolutamente inferior ao chinês, como os descendentes do povo de Aristóteles e Fídias seriam inferiores, hoje, às gentes cujos antepassados eram as hordas bárbaras do Weser, olhadas, então, pelo romano, na mesma superioridade com que esses arianizantes olham para filipinos e quíchuas. Sim. Repugna-nos, quase, pensar na grosseria e insignificância da vida em que se encontrava o nosso gentio; mas aproximemos tais aspectos selvagens ao passado histórico desses alemães, que, na obra de Leibnitz, Hegel, Goethe, Beethoven, Nietzsche vão conduzindo o progresso: já inclinavam os romanos para a franca decadência, quando os germanos ainda eram bárbaros grosseiríssimos, sem mais valor para a civilização ao que os nossos próprios tupinambás e tabajaras. Leiam-se os autores do tempo, e que a eles se referem: é uma unanimidade absoluta, em atestar o atraso em que se achavam as tribos, e a miséria da vida que faziam: “... não cultivam os campos, nem juntam riqueza; habitam cabanas, efêmeras e provisórias”:¹⁴⁶ tal é o testemunho de Estrabão. César, que duas vezes atravessou o Reno, já meio século antes do geógrafo heleno, assim os encontrou: “... cobertos de retalhos de pele, com a maior parte do corpo a nu... Não se aplicam à agricultura... ignoram a propriedade; não há entre eles herdades separadas, possuídas por um só, nem ficam mais de um ano no mesmo lugar...”. Pomponius Mela, posterior a César, teve de marcá-los no mesmo valor de barbaria: “... em guerra perpétua com os vizinhos, não em vista de aumentarem domínios, porque eles não cultivam nem o que já lhes pertence... não têm campos a cultivar, nem dinheiro a guardar...”. Tácito, que escreveu a seu respeito uma obra especial – *Costumes dos germanos*, no-los apresenta nestes termos: “Rebeldes

146 Plínio e Velleius Paterculus descrevem longamente essas canoas, cavadas em tronco de árvore, de que se serviam os germanos: *Germanniae praedones singules arboribus cavatis navigant...* Tácito também se refere ao fato, e diz textualmente – *Os Germanos não conhecem o uso de nenhuma máquina...* (*Histórias*, Livro IV, XXIII).

a todo trabalho, mudam de terra anualmente (já César o verificara), e a tem desocupada. Não procuram aumentar, pelo trabalho, a fertilidade do solo e a extensão das culturas; não têm hortas, nem regam as plantações... Trabalho dos campos, cuidados da casa... deixam-nos às mulheres... Vestem-se de pedaços de pele e cascas de árvores... sem vergonha... Não conhecem o uso do cimento, nem das telhas...”.¹⁴⁷ E, tão rudimentares na organização das empresas solidárias, ou nacionais, que César os qualificava sinteticamente: “Sabem bater-se, mas são incapazes de fazer a guerra...”.¹⁴⁸ Tinham fronteiras de mar; conviviam com os celtas, que eram grandes navegantes do oceano, mas só se serviam de pirogas; nem construía, nem sabiam manejar maiores embarcações. Mommsen, alemão, reconhece a condição de vida selvagem em que viviam as suas gentes ao encontrarem-se com os romanos: “... todos os documentos se acordam para provar que os povos germanos não se ocupavam de agricultura, e que muitas tribos não tinham ainda território fixo. É notável que os vizinhos não designassem os alemães do interior pelo nome dos respectivos países, mas os chamassem – *suevos*, isto é, nômades, errantes, e *marcomanos*, isto é – soldados de fronteiras...”.¹⁴⁹ Bufon, que sabia fazer ciência sobre o pitoresco das causas, deu à selvageria germânica a sua verdadeira significação: “Lede Tácito, sobre os costumes dos germanos: é o quadro exato dos hurões, ou, antes, é o quadro dos hábitos da espécie humana inteira, ao sair do estado de natureza”. O célebre naturalista teria sido impressionado por aquele *canto de guerra*, de que fala Tácito, e que encontramos, no mesmo espírito, para os mesmos fins, em hurões, como em tabajaras...¹⁵⁰

147 *A Germânia*, XXVI.

148 *Comentários*, IV, 1, VI, p. 20, 21, 22.

149 *Op. cit.*, Liv. V, cap. VII.

150 *A Germania*, III. “... *quoque carmine, quorum relatu, accendunt animus, futurae-que pugnae fortunam ipso cantu augurantur...*”



No entanto, não lhes faltava, por aqueles tempos, influxo da apurada civilização do Mediterrâneo. Arimínio fora educado em Roma; muitos outros notáveis conviveram com os romanos, ou com os gregos de Marselha, e se, apesar disso, os germanos de então se conservavam na selvageria primitiva, é porque havia neles uma incoercível indisposição contra as restrições da vida civilizada. Em verdade, tamoios e potiguaras não eram mais apegados à liberdade da sua vida selvagem do que eles, nem mais ciosos dos seus costumes elementares e fáceis do que as hordas que tramaram contra Varus, e lhe aniquilaram as legiões, somente para se desembaraçarem dos tribunais e dos códigos. Aos magistrados, cuja palavra legal odiavam, os soldados de Arimínio arrancavam a língua, entre vociferações: *Dá sentenças, agora, víbora!*... Dissimulados, cruéis... dizia-se dos índios. Velleius Paterculos, que combateu contra os germanos, afirmava deles: “Raça nascida para a mentira, e de ferocidade incrível”. Finalmente, era uma tal resistência ao progresso, que justificaria o conceito do gaulês já romanizado, e que os considerasse absolutamente inaptos para assimilar a cultura em que se elevara a humanidade. Feitos na tradição da horda guerreira e comunista, os germanos negavam-se ao esforço de reformarem-se, para uma produção mais intensa e apurada, num viver inteligente e mais humano. Mostravam mais repugnância pela civilização do que o verificado depois em bororos, tabajaras e tupinambás... que, aliás, também conheciam um conselho da *nação – carabé*, e plenamente aceitavam a autoridade moral dos velhos da tribo (Abbeville). Ao lado de Plínio, o Sr. Oliveira Viana teria *inferiorizado* suevos e frísios, como fez para os nossos *guaianás* e *tupiniquins*.

Um alemão, em critério de verdadeira ciência, Martius, contemplando a história do Brasil no valor das raças formadoras, não achou nenhuma razão para duvidar da nossa capacidade de progresso. No entanto, compreende-se que tais europeus, há pouco erguidos para a alta cultura, por orgulho ou outros motivos mais



baixos, falseiem os fatos, e violentem a lógica, remoendo conceitos donde resulte a decantada superioridade do *dolicocefalismo louro*: mas dá pura desnortear o ver-se o governo de uma nação absolutamente misturada em raças levantar essa mesma teoria e esperar de uma impossível depuração de sangue a graduação dos destinos nacionais. Para a etnologia do Sr. Viana, são os negros os mais irremissivelmente inferiores: "... uma diferença de estrutura substancial e irreduzível...". Pois bem, julgando sobre os fatos, um etnólogo de reputação, o Sr. Delafosse, chega a conclusões inteiramente opostas. Note-se: o etnólogo francês não se limitou a falar por ouvir dizer, nem a considerar os pretos perdidos na sociedade dos brancos, e desnaturados por influências estranhas. Foi estudá-los no próprio *habitat*, enfeixados nas tradições que lhes são próprias: "São crianças, se quiserem, são, em todo caso, crianças que podem crescer, e crescem, sem distinguir-se, por aí, das outras fracções da humanidade...". Quanto ao progresso material: "São menos retardatários que certas populações da Europa contemporânea, que tem feito poucos progressos da época de Xerxes para cá... A ignorância de muitas populações negras não é mais acentuada do que a de muitas populações rurais da Europa...". Além das verificações positivas de que conclui, Delafosse apela para um fato capital: "Não esqueçamos que sistemas de escrita, completos e originais foram inventados, em todas as suas partes, fora de toda influência exterior, por populações negras da África: conhecemos, pelo menos, o dos vai e o dos bamom. Outros existem, talvez. E o fato deve ser grifado porque, se os brancos de raça semita nos ensinaram a arte da escrita, não se descobriu ainda alfabeto originário dessa raça indo-europeia, de que nos orgulhamos...". Para completa demonstração, Delafosse apresenta o exemplo de capacidade política: "... esse Império de Guanã, resultado de uma civilização negra autóctone..., antes de toda intervenção europeia, os negros tinham sabido alcançar um grau de cultura suficiente para constituir estados estáveis, perfeitamente comparáveis em muitos

pontos de vista aos Estados orientais e europeus da mesma época”. Em desenvolvimento de argumento, ele conta como essa civilização pereceu às mãos de “hordas indisciplinadas e ignaras de espanhóis partidos de Marrocos”. Note-se, Delafosse não se limita às verificações históricas e políticas. Aprecia a própria arte negra: “Na escultura, coisa a notar, as produções dos negros são, em geral, tanto mais originais e de gosto mais seguro, quanto mais se trate de populações que menos sofreram a influência exterior”.¹⁵¹

§ 43º O Negro

Não se pode caracterizar a formação do Brasil sem referências especiais aos negros que, escravos, trabalharam e produziram, incorporando-se, finalmente, na massa da população. Houve um largo cruzamento deles com brancos e caboclos, para todos esses patentes misturados que aí estão. A esse propósito, há três verdades a acentuar: como efeitos biológicos, o cruzamento com os negros é análogo ao do índio; quanto ao influxo do negro, ainda o caso do Brasil é único por toda a América; no entanto, o negro teve muito menor influência na formação primeira do Brasil do que se admite geralmente.

Considerados os tipos médios, nas três raças – branca, amarela e negra –, as respectivas diferenças se equivalem. Pode-se mesmo sustentar que, anatomicamente, a raça amarela é a que se distingue melhor: tom de pigmento, conformação craniana, seção de cabelo... As razões de inferioridade racial que se alegam para os amarelos são as mesmas, geralmente, que para os negros; as *dificuldades* de cruzamentos úteis têm que ser as mesmas. Tudo que foi argumentado quanto aos cruzamentos com o índio aplica-se às misturas com os pretos. Por isso mesmo, o assunto foi estudado sob o aspecto geral – condições biológicas do cruzamento.

151 Maurice Delafosse – *Les nègres*, p. 9, 11, 21, 23, 25, 29 e 58.

Não há dúvida nenhuma de que a influência social dos pretos escravos, e a extensão dos seus cruzamentos, foram muito mais pronunciadas no Brasil do que em qualquer outra nação da América. É sabido que, à parte algumas Antilhas, nenhuma colônia de Castela (nem mesmo o Peru) importou tantos pretos africanos como o Brasil. Além disso, o Espanhol tinha orgulho, com repugnâncias raras no Português, e não aceitava facilmente contatos exóticos, que para este são como que agradáveis. O Espanhol cruzava muito menos. E é por isso que nas colônias de Espanha, mesmo depois de oito ou dez gerações, o branco ainda se nomeava *espanhol*. Ele não aceitava nem mesmo fazer a vida na promiscuidade com as gentes de cor, ao passo que o Português, com o longo convívio da costa d'África, facilmente produzia mulatos. E natural, mesmo, que essas facilidades se transmitissem aos descendentes brasileiros. Daí, o largo cruzamento, e, nas mesmas proporções, o influxo do negro, muito mais sensível no Brasil. Quanto à América inglesa, é certo que houve uma forte intromissão de africanos, na parte Sul; mas, ali, ainda eram mais intransigentes as repugnâncias, mais imponentes os preconceitos, e o negro se conservou, até, hoje, como raça à parte, numa mistura apenas verificada.

Contudo, a influência dos negros sobre a essência da alma brasileira foi menos pronunciada do que parece. É inegável que, nos meados do século XVII, já o Brasil estava definido – reação nacional contra o invasor holandês, expansão nacional pelos sertões... Ora, nessa época, o número dos escravos africanos era relativamente bem pequeno. Pode-se mesmo afirmar que a lavoura da cana de açúcar se instituiu, e se generalizou, no trabalho dos escravos índios. Em 1580, só havia na colônia 8.000 negros africanos e já se contavam 130 engenhos, produzindo para a exportação 70.000 caixas de açúcar. Quase todos os historiadores admitem que os primeiros escravos africanos entraram no Brasil em 1548, com Tomé de Souza. Segundo essas mesmas estatísticas

vulgarizadas, em 1628, o número de escravos no Brasil era apenas de 30.000; em 1755, por ocasião do governo de Pombal, quando se libertaram os escravos índios, estes representavam um terço da totalidade de cativos, donde a conclusão: 127 anos antes, os escravos africanos seriam, quando muito, metade do total, ou seja, 15.000. Nessas condições, quando o Brasil já estava feito, no litoral, de São Vicente ao Pará, esses 15.000 negros não seriam porções importantes na respectiva população, que, no grande número, se caracterizava pela caboclagem – a massa, onde se infundira a ação do Português. Notemos ainda: todo aquele Norte, da antiga capital para lá, foi parte essencial na formação e caracterização do Brasil; no entanto, à parte os centros de açúcar no Recôncavo da Bahia e no baixo Pernambuco, a proporção de escravos africanos era bem pequena. Só na ação funesta de Pombal, com as suas funestíssimas *companhias*, é que se avolumou a entrada de africanos. A quadra decisiva, no negreirismo, foi o século de 1750 a 1850. Já existia o Brasil. Contudo, tão grande foi esse número, e tanto se misturaram os negros, que o seu influxo foi bastante para dar tons especiais na caracterização do povo. O africano refletiu muito sensivelmente as suas qualidades na população já feita, sem desviá-la, no entanto, das linhas definitivas.¹⁵²

Há, ainda, uma razão para que a ação dos escravos pretos fosse limitada. Eles que, até 1750, nunca foram o número, nunca foram os dominadores. A sua influência teve que ser, sempre, dolorosa e tristemente reduzida. Era o cativo expatriado, e que já vinha

152 Duque Estrada aceita a versão de Varnhagen de que, desde a instituição das capitânias, se criou a corrente de importação de negros; mas, ele mesmo diz que, em 580, só havia no Brasil 8.000 pretos. É interessante que ele argumente com texto das doações reais, onde se diz que *os donatários podem cativar índios e exportá-los para Lisboa, sem pagamento de siza...* Ora, isto prova, justamente, que aquele comércio, já reconhecido por Capistrano – exportação de índios escravos, instituído desde logo, em 1500, ainda era forte em 1532. Assim: se havia abundância de escravos índios para exportação, certamente os donatários não importariam escravos. (*Colônia do Sacramento*, prefácio, p. XXI.)

como escravo. E aqui se via, imediatamente, privado de toda liberdade realmente humana, deprimido sob o duplo estigma – cativo e negro. Se as suas formas afetivas fossem outras, e, em vez de submissamente afetivo, ele se mostrasse um adversário indiferente a ternuras e torturas, como o índio; estimulado a reagir, por se achar ao lado da selva pátria; ele, o africano, poderia, talvez, competir com o caboclo, como fator de caracterização. E teria sido preciso, ainda, que os pretos tivessem podido formar povoações inteiramente suas (Palmares, que subsistisse), cuja vida, em todos os recursos, se apresentasse aos colonos como normas apropriadas à terra, e que assim a eles se impusesse, qual aconteceu com o viver das tabas. Os escravos pretos ficavam contidos na domesticidade das casas, ou nas dependências rurais das grandes propriedades, sem contato imediato com a massa da população que se ia formando. Não davam nenhum tom de vida. Quando muito comunicaram alguns dos processos industriais rudimentares, colhidos na experiência da sua vida anterior. Quando liberto, vinha o negro, algumas vezes, para o povo; mas já estava marcado pela influência da vida isolada, anterior, de cativo. No entanto, nesse caso, ao antigo escravo ficava uma função muito interessante: a de aproximar e, de certo modo, misturar as tradições do senhor, da casta superior, à do homem do povo, cujo viver se aproximava mais do primitivo gentio do que dos grandes colonos, depois, senhores rurais. Em todo caso, por muito importante que fosse um tal papel, era sempre o de quem apenas *repete...* “sem dar grande coisa de si mesmo. Como realidade, o influxo da raça negra teria sido mais sensível sobre as famílias brancas, a que os escravos estavam vinculados, do que mesmo sobre a população humilde, mas livre. Terá sido sensível, porque as qualidades de caráter do indígena africano são das que produzem efeito mesmo na situação precária de dominado. É a raça que se distingue pela afetividade submissa: almas que amam por pura necessidade de

ternura, mesmo sem retribuição; amam o próprio senhor, o tirano odioso. Nos casos extremos, preferem, muitas vezes, o suicídio, a vingar no sangue do algoz as dores e mágoas. Qualidades assim insinuam-se, infiltram-se, mesmo nos mais rebeldes; quando não valem diretamente sobre os adultos, são decisivas sobre as novas gerações, que se formam ao contato da negra carinhosa, desinteressada, geralmente meiga e absorvente, e que, dando o seu leite e a sua dedicação, está dando a própria alma, que se implantará no ânimo nascente do *senhor-moço*.

Com tudo isto, a escravidão dos negros só foi mais funesta no Brasil porque a incapacidade dos dirigentes não permitiu que a questão tivesse solução oportuna, mais cedo. Nessas condições, o trabalho escravo retardou longamente a evolução do país, além dos maus efeitos morais e políticos. Em si mesma, porém, a sorte dos cativos foi menos dolorosa aqui do que em qualquer das outras colônias modernas, inclusive a América inglesa. É um testemunho universal, repetido até pelos anglo-saxões. Muito difundidos os negros, dada a índole fácil das populações, a vida geral se fazia com uma relativa aproximação de senhores e escravos, e havia para estes mais humanidade. Por isso, o reflexo do mal teve outros tons. Se é possível apontar algumas relativas cruezas nos quadrados de senzalas dependentes dos cafezais, pelo resto do Brasil era uma inocente escravidão rural ou doméstica. *Inocente* porque, dadas as condições de cultura dos escravos, as formas de vida tinham piores efeitos para os próprios senhores do que para aqueles, humanamente tratados. Uma coisa é o efeito de massas de cativos, quase isolados, jungidos ao trabalho da mina, ou nos ergástulos dos latifúndios, outra é a ação de escravos misturados ao viver da família: dezenas de negros e mulatos, no recesso das cozinhas, no segredo das alcovas. De tudo isso já se tem tratado muito; e, a mais de um propósito, admite-se que da escravidão derivou mal para a vida moral. Sim, e não: afrouxavam-se, talvez,

os costumes, mas abrandavam-se os corações... Foi grande a dose de mal, porque era o destino: o mal multiplica-se em males. Nas famílias apenas *arranjadas*, os inconvenientes de aproximação foram menos sensíveis do que os bons efeitos. No mesmo eito, viam-se, frequentemente, os filhos do casal, ao lado de quatro ou cinco escravos, distinguindo-se, apenas, na cor. Nesse cativeiro, a alma do negro não se sentia intransigentemente amesquinhada; havia relativa expansão, uma qual liberdade, e sombras de felicidade. E porque assim se fez o cativeiro dos pretos, nunca houve, aqui, daquelas sangrentas reações de escravos, como se encontram na história de outras partes da América.¹⁵³ Afora casos individuais, contra um ou outro senhor mais desumano, as revoltas se limitavam aos quilombos de negros fugidos, e que não eram caçados a dente de *cães de sangue*... O próprio desenvolvimento dos *Palmares*, e outros grandes quilombos, mostra que os pretos escravos tinham, no Brasil, possibilidades que não existiam noutras colônias. *Palmares* foi uma organização política, e não um reduto de ódios.

É certo que durante dois séculos, de 1660 a 1860, a grande produção do país brasileiro foi pelo trabalho dos negros cativos. Isto só prova que havia, na raça, mais valor do que o admitem os partidários do *lourismo alongado*. Mas, não foi só no Brasil. Coolidge, apesar de toda a sua aversão pelos tegumentos escuros, reconhece que, ainda hoje, ao negro se deve, no seu país, a enorme produção de algodão, dos Estados do Sul.¹⁵⁴ De todo modo, e apesar de tudo, não era o negro o único a trabalhar no Brasil. Southey, colhendo nas crônicas do tempo, mostra-nos, do século XVII para o XVIII, fortes contingentes de trabalhadores livres nas fazendas – enge-

153 A inquieta exaltação subsequente à Independência deu lugar a um ensaio de levante de escravos na Bahia: foi caso isolado, e que se resolveu sem piores consequências.

154 *Op. cit.*, p. 83.

nhos e *criações*, do Norte. Na Paraíba, do século XVIII, os escravos eram, apenas, 15% da população; não podiam ser os exclusivos manobreiros e trabalhadores rurais. No Ceará, ao começar o Brasil independente, os escravos não vão a 10% da população total. Desta sorte, mesmo nas formas de trabalho, a ação da escravidão foi um tanto temperada.

Assim, os números, ainda que fossem muito elevados, não teriam maior importância. Todavia, vale a pena contemplar as cifras essenciais. No segundo quartelão do século passado (1835), a proporção, no total de 3.500.000 habitantes, aproximadamente, era de: 58,5% de negros livres e escravos; 24,5% de brancos; e o resto, 17,5%, de mestiços. Não se contavam, aí, para nenhum cálculo, os índios. Graças às entradas de imigrantes, a um maior desenvolvimento dos brancos, que fruía, certamente, melhores condições de vida, e também por efeito das multiplicadas uniões mistas; por todos esses motivos, em 1872, a quantidade de negros puros se mantém a mesma – em torno de 2.000.000, ao passo que a de brancos e mestiços subia a 3.800.000, cada uma, numa proporção, pois, em cifras rápidas, de 20% de pretos e 40% para cada uma das outras classes. Em 1890, os negros puros sobem de 100.000, somente, os mestiços vão a pouco mais de 800.000, apenas, ao passo que os brancos chegam a 6.300.000, deslocando-se as proporções, na seguinte forma: negros 16%; mestiços, 34%; e brancos 50%. É de notar, ainda, que a distribuição no país não era uniforme; nos estados de maior abundância – Rio de Janeiro, Bahia, Minas e Espírito Santo, os negros subiam a 20%; no Distrito Federal, Maranhão, Goiás, Piauí, Mato Grosso, São Paulo e Sergipe, chegavam a 13%; no resto do país, não passavam de 17%. Reconhecemos que tais cifras devem ser um tanto minoradas, quanto aos brancos, atendendo-se a que, na inscrição de cor, toda a gente que não seja indiscutivelmente *mestiça* de negro é contada como *branca*; quer dizer: na realidade, a classe dos mestiços sobe a muito mais, porque, da população

verdadeiramente brasileira em raízes, os brancos puros são, proporcionalmente, poucos.¹⁵⁵ Olhar para as estatísticas de 30 em 30 anos e dizer: os negros não são prolíficos... os brancos são os mais prolíficos..., é querer fugir da verdade, por motivo de enfatuada puerilidade, qual a vangloria de pertencer a um país de brancos, quando a realidade é bem outra. No Brasil, o afluxo de imigrantes brancos eleva sensivelmente o número dessa classe; mas as multiplicadas uniões de mestiços e negros, ou mesmo brancos e negros (se bem que mais raras nos últimos tempos), distendem cada vez mais a classe dos mestiços. Se a classe dos negros puros não cresce é simplesmente porque a massa de sangue vai desaparecendo nos mestiços confessados, e, por aí, nas uniões de mestiços e brancos, muitíssimo frequentes, onde os laivos do africano desaparecem no tipo do branco genuinamente *brasileiro*. Tudo considerado, reforça-se o asserto: o Brasil é um país de população cruzada, desde os seus primeiros dias, e foi com essa população cruzada que a nação apareceu e se definiu. Pretender conduzi-la a um tipo puro, em *nobilitante arianização*, é pretender desfazer, e, não, completar e conduzir o que é propriamente Brasil.¹⁵⁶ Tanto que, não

155 São dados colhidos dos relatórios da Diretoria Geral de Estatística.

156 Toda essa superiorização referida à decantada *raça* de dolicocefalos louros, que, puros, simbolizam a superessência humana; todo esse bacharelismo gira por fora da ciência. Se não, revistem-se as verificações de A. G. Haddon, etnólogo de verdade, e, com isto, grande competência em biologia. É o próprio que prefere substituir o termo *raça* por *stock humano*, tão vazia e confusa lhe parece a noção de *raça*, como a emprega a meia ciência. Começa por afirmar: *Os problemas do parentesco racial são puramente zoológicos*. E prossegue: “Um tipo racial só existe, de fato, no nosso espírito... Quanto mais progredem os nossos conhecimentos, mais difíceis se torna definir a *raça*... Pode-se duvidar que exista atualmente uma *raça pura*... Não existe civilização racial: a civilização de um determinado povo depende em primeiro lugar do seu modo de viver. As migrações de civilizações constituem interessante assunto, e a sua explicação é a base de uma verdadeira história da humanidade... O homem tem feito migrações desde os tempos mais antigos, e, daí, uma grande mistura entre os diversos stocks, grupos, ou raças, qualquer que seja o nome que lhes demos, mistura que é de todos os períodos... É

haverá, para a nossa situação histórica e etnográfica, atitude mais impatriótica do que a de concluir dos povos, pelos preconceitos das *raças inferiores...*, *superiores*, repetindo os aleives que, em nome da biologia, se erguem, contra os cruzamentos das raças humanas extremas. Contra essa mal-assimilada ciência, há trechos de irrecusável realidade, verificada em testemunhos insuspeitos: “Os regimentos de *milícia* (em Pernambuco 1811), comandados por oficiais pretos e mulatos, formados exclusivamente por homens assim, de cor, têm uma melhor aparência do que os regimentos de linha (formado de portugueses)”. Assim os viu Koster.¹⁵⁷

preciso ser muito prudente no formar opinião a respeito das afinidades de um povo qualquer...”. Nas pormenorizações, Haddon tem afirmações muito interessantes acerca dos superessenciais *dolicolouros*: “É lícito supor que um *stock* dolicocefalo se espalhou na Europa central-oriental, mais ou menos diferenciado, e que os mediterrâneos e os nórdicos *são especializações desse stock*” Donde provêm esses que deram os nórdicos? Ele o diz: “Admite-se geralmente que os homens neantrópicos, que instauraram a civilização do paleolítico superior na Europa ocidental, vieram da África do Norte. O homem de Combe-Capela era um deles, assim como o *negroide* de Grimaldi... Os alemães chamam a esses euroafricanos de Combe-Capela – aurinhaulacianos, que chegaram na Europa cerca de 12.500 anos A. C.”. Noutro lugar: “Os aurinhaulacianos, geralmente considerados como provindos da África do Norte, era uma variedade de um *stock* pré-etíope... desse *stock* diferenciaram-se ulteriormente os nórdicos...”. E não é parecer isolado, senão o mais corrente quanto às origens da raça superior e dolicocefala: “Parece provável que os grupos nórdico e mediterrânico representam divergências de mestiçagens de antigos dolicocefalos...” (*Eugenics Review*, t. XIV). O livro de Haddon é de 1926 (*As Raças humanas*, p. 1, 2, 3, 4, 102, 103, 106, 66, 266, 268, 290). Haddon é prof. da Etnologia na Universidade de Cambridge.

157 *Op. cit.*, II, cap. III.

PARTE II

§ 44º Extensão das tentativas francesas no Brasil

Para acentuar o valor dos que fundaram o Brasil, houve que mencionar a grande dificuldade que eles encontraram e que tiveram de vencer: as investidas dos franceses e a oposição do grande gentio seu aliado. E foi nessa conjuntura que se comprovou a superioridade dos portugueses de então. Tratava-se de uma prova decisiva, e que foi, assim, o fator político mais importante no primeiro século da colônia – de influência definitiva nos destinos e no caráter da sociedade nacional que aqui se formou. É certo que a defesa da terra contra os franceses antecede qualquer manifestação da alma brasileira; mas, tanto dura a luta, e tanto se estende, que valeu como a primeira lição de patriotismo às novas gentes, e deve ser citada explicitamente porque aí, nas peripécias dessa defesa, pronunciam-se os primeiros lances de valor já propriamente brasileiro. A ação da gente de França, nas costas do Brasil, começou, já o vimos (§ 19), bem antes da colonização dos portugueses, e só terminou com a vitória de Jerônimo de Albuquerque Maranhão, sobre Ravardière, em 1617. Haverá, ainda, espasmos de uma velha ambição sobre o Amazonas; mas, de fato, acabou o poder de franceses sobre as terras que serão o Brasil definitivo, e eles têm de resignar-se a colher os territórios de Castela, ao Norte. Começam, então, litígios de fronteira, em que esses adversários não conseguem maiores vantagens com o mau efeito, no entanto, de manter nas gentes brasileiras uma sorte de tradição antifrancesa.

Em qualquer apreciação desse pedaço de história, é preciso considerar, antes de tudo, que os franceses tiveram, desde o início, um grande *partido*, que seria garantia de vitória: praticamente antecederam os portugueses e estabeleceram-se fortemente na amizade e na aliança explícita de muitas das tribos mais valorosas. Francos senhores da terra, quando se plantou a semente do Brasil, eles se opuseram logo ao português, numa contestação que durou um século – por todo o período de formação colonial; e quando Ravardière perdeu a partida, que foi a partida final, já era vencido pelo ímpeto de uma nova energia, a energia brasileira. Já havia, bem explícito, aquele Pernambuco potente nas suas gentes, que não se deixam absorver pelo holandês, antes o afrontam, até que o repelem definitivamente. Já a Bahia era o ninho de fortes, que, vencidos pela surpresa de um ataque desusado, não se desmoralizam: refazem-se, e, no que a terra lhes traz, resistem intransigentemente, até que o batavo é batido e expulso. Não tarda que de São Paulo irradiem as bandeiras de intrépidos, que aniquilarão o domínio espanhol de Guaíra, e se estenderão de mais em mais, até conquistar, para o Brasil, todo o coração do continente.

Bem consideradas as coisas, foi um bem essa insistência do gaulês em assenhorear-se do domínio português na América: o Brasil, que nasce e se forma entre episódios de valentia e patriotismo, logo se revelou valente e patriota, e foi para essa boa guerra de defesa intransigente que deu os seus primeiros homens. Nenhum outro povo americano teve uma tal iniciação. O primeiro estabelecimento em Pernambuco já foi em contestação com o francês; e se o português primava em tenacidade e sobranceira guerreira, aquele lhe respondia em teimosia e brio militar. Por mais batido que fosse, o francês refazia os recursos, dobrava o esforço, e voltava. O bom auxílio do gentio era mais um motivo para insistir: armava, adestrava a caboclada, acendia-lhe o ódio contra o português, e conduzia os seus exércitos a novos combates: Bertioga, Rio



de Janeiro, Cabo Frio, São Gonçalo, Rio Real, Paraíba, Tejucupapo, Rio Grande do Norte, Ibiapaba... Com isto, a ação contra os franceses repercutia na índole política das populações coloniais, que, no movimento de resistência, unia-se para a necessária defesa. Tanto vale dizer: tornava-as mais coesas, e ordeiras, e indispostas contra as facções que enfraquecem. Não fora a presença do inimigo nas águas do Maranhão, e o destemido e valoroso Albuquerque Maranhão teria puxado a espada contra o trêfego intrigante Castelo Branco. Bem antes disto, já a coesão patriótica dos de Pernambuco-Itamaracá tinha conseguido afastar todos os maus efeitos dos dissídios Frutuoso-Castejón-Morales.¹⁵⁸

Os primeiros episódios em Pernambuco, todo o longo ato do Rio de Janeiro, foram bem a defesa feita pelo português contra os temíveis rivais; mas, aqui mesmo, no Sul, já se pronunciam novos valores das gentes permanentemente vinculadas à terra, e que serão, depois, a população brasileira. E, com o esforço dessa gente, Portugal conseguiu garantir a posse da colônia. Ao reconhecer o poder do inimigo, em gentes e outros recursos, Estácio de Sá, antes de iniciar maior ação, decidiu seguir até São Vicente, e refazer-se, aí, com os auxílios que os respectivos colonos lhe prestassem. Com os índios e os valentes mamelucos de São Vicente, reunidos, formou ele o melhor da gente com que bateu o francês. Nesse momento, aparecem nomes – José Adorno, Martins Namorado... que, não obstante provirem da Europa, exprimem valores humanos exclusivos do Brasil. No Sul, a eliminação da gente de Villegagnon foi muito; mas a vitória decisiva só veio em 1574, e, ainda assim, não foi a desistência completa. De um trato por três quartos de século, os franceses conservaram influência na terra, mesmo depois da extinção dos tamoios: em 1592, ainda vieram três navios seus

158 Em 1550, Portugal já não podia, quase, defender eficazmente as suas fortalezas da África, e conhecia sérias derrotas na Ásia: como poderia, na sua fraqueza de 1600, defender realmente o Brasil contra as nações mais poderosas do mundo?...



ao Rio de Janeiro, e, o Cabo Frio se conservava como a tradição de um reduto ligado às suas façanhas, ângulo de costa despovoada, para aventuras mal conhecidas da colônia. Só em 1615 se fez a colonização efetiva daquela terra, de onde, em 1602, houve que expulsar o corsário Jacques Pourcelles. De todo modo, no fim do século XVI, o Sul estava definitivamente ganho aos franceses; mas, para lá de Itamaracá, a luta ainda durará muito.

§ 45º A Conquista da Paraíba

Vencidos os franceses de Villegagnon, quatro das suas naus se dirigiram ao Recife, e tentaram um esforço sobre Pernambuco. Foram repelidos por Jorge de Albuquerque, sem maior dano, e eles confessaram a derrota, explicitamente, no reconhecer que a causa lhes ia *de mal en pis...* Tudo seria incidente nulo, se essa explosão de desejo não coincidissem com o uso que outros franceses faziam de todo o Norte, garantidos fartamente pelo valente gentio potiguara. “Todos os anos, chegavam ali vinte, trinta navios franceses. Partiam; mas em terra ficavam sempre muitos homens para dirigir os trabalhos da colheita do pau-brasil e dos produtos do comércio, assim como para adestrar os corpos de índios... Ficavam com eles em boa harmonia, penetravam o interior das terras, sem receios de serem surpreendidos e devorados.”¹⁵⁹ Não cause estranheza esse número – trinta naus por ano. Fr. Vicente, da época, e informado no local, diz: “No Rio Paraíba entravam mais de vinte naus francesas por ano”.¹⁶⁰ Em 1580, muitos anos depois de insistentemente perseguidos os franceses, foram queimadas onze das suas naus, no mesmo Rio Paraíba. Apesar disso, em 1582, os Pernambucanos surpreendem, de uma só vez, oito outras naus, e, pouco depois,

159 Maximiniano L. Machado, *op. cit.*, p. 28 e 42.

160 *Op. cit.*, p. 222.

Diogo Flores incendia três outras. Declina a influência francesa nas águas da Paraíba, mas não cede a pretensão: eles apenas se afastam para o Norte. Em 1597, ainda moço, o brasileiro Jerônimo de Albuquerque alcança nove navios franceses no Rio Grande do Norte, no porto dos Bugios; e quando o valente mameluco ganha a batalha de Guaxenduba, um dos mortos franceses é o célebre Migan, 14 vezes prisioneiros dos portugueses, de quem outras tantas vezes escapou... Esse retalho de crônica diz-nos muito bem a repetição das lutas por ali.

Antes mesmo da grande campanha sustentada contra os potiguaras, já as gentes de Pernambuco haviam sentido os duros efeitos da influência francesa junto ao gentio: o terrível ataque dos caetés foi acoroçado e dirigido por franceses. O grande perigo, porém, foi quando, desencadeada a guerra com os potiguaras, além desses, tiveram os franceses o concurso dos valorosos tabajaras: a capitania de Pelo Lopes, e a própria de Duarte Coelho, conheceram momentos de verdadeiro transe. Então, estava Portugal incorporado na coroa de Castela, e mais se agravou o caso, porque, nos primeiros embates sérios, a campanha foi sacrificada pelos dissídios dos dois capitães Frutuoso e Castejón. A crise se alimentou, sobretudo, no espírito faccioso do espanhol, e na incapacidade egoísta de Frutuoso, a quem o governo de Lisboa queria dar a Paraíba,¹⁶¹ ao mesmo tempo que desprezava o mais importante para a defesa da mesma terra. Frei Vicente, o melhor conceito para o caso, não deixa dúvidas quanto ao abandono em

161 O mais próximo da justiça será julgar que os dois não prestavam: “Pela má condição de alcaide Castejón todos fugiam dele... Frutuoso Barbosa não tinha paciência com estas escaramuças, e com requerimentos as estorvava quanto podia. E assim encontrados ele e o alcaide (Castejón) nos humores, tudo eram brigas e ruins palavras, fazendo papeladas um do outro...” São os próprios termos do comentário de Frei Vicente, que traz, mesmo, um capítulo (IX, 4º) com título – *De como Castejón fugiu e largou o forte, e o ouvidor o prendeu...* Finalmente, o historiador dá o seu parecer “Quão mal respondia o reino a tanta importância...” (*op. cit.*, p. 300.)

que era deixado aquele Norte, e o pouco valor dos dois rivais. Um provedor, Martin Carvalho, para fazer qualquer coisa, teve de prender Castejón. Pelo seu lado, Frutuoso, cansado de esperar que a Paraíba lhe caísse nas mãos, desistiu da empresa e das terras prometidas. Era já o colapso do valor português, e tudo se teria perdido se as energias da própria colônia não viessem concorrer na defesa. Foi nessa conjuntura que Luiz de Brito se transportou a Pernambuco para ativar a luta, e resolver a situação com os recursos dali mesmo, quando ela parecia superior a todos os esforços. Os repetidos ataques dos franceses contra Itamaracá, ameaçando a própria Olinda, tornaram-se insuportáveis: confinados os colonos nesses dois estabelecimentos, viam as suas fronteiras atacadas, devastadas as plantações, aprisionadas as gentes, desde que se afastavam um pouco mais...

Com os potiguaras, tinham os franceses levantado grandes exércitos, temíveis pela bravura do gentio, a maestria do comando e a qualidade das armas. Sob as ordens de oficiais franceses, os valentes caboclos serviam-se dos canhões como aguerridos europeus.¹⁶² E os Portugueses tiveram que lhes opor poderosos exércitos coloniais, que foram os maiores da América, até aquele momento – as tropas de D. Filipe de Moura. No entanto, elas se viram forçadas a retroceder, derrotadas. Num dos combates, Diogo Dias chegou a perder 600 homens. Nas vicissitudes da luta, o forte português, na Paraíba, o São Thiago e São Filipe, teve uma vida de infortúnios e tranSES, durante muitos anos: sitiado, liberado, rendido, retomado, perdido de novo... Depois do desastre das forças de D. Filipe, foi esse mesmo forte vivamente atacado; Castejón sentiu-se perdido e apelou para Olinda: em quatro dias, organizaram-se forças, e partiu a expedição em duas embarcações, sob o comando de Gaspar Dias de Moraes e do próprio Pero

162 M. L. Machado, *op. cit.*, cap. IV. Aí se fala em 8.000 soldados índios.

Lopes, de Itamaracá, levando, já, muito soldado da terra – *moços de Itamaracá*, chama-os Frei Vicente. Logo mudaram as coisas: os do Brasil tiveram a vitória, e Frutuoso, pensando livrar-se de uma vez, forçou a marcha, perseguiu os franceses até o reduto da Baía da Traição.¹⁶³ Era um surto de triunfo, e foi surpresa para o português encontrar o inimigo fortificado, ali. Contudo, deu-lhe combate, derrotou-o, incendiou-lhe navios, e tomou-lhe canhões. Nesse tempo, ainda os tabajaras estavam contra os Portugueses. Por isso, fiados nessa força, voltaram os franceses à ação: reuniram numeroso gentio, e, de novo, em 1585, sitiaram o forte, com um exército de, quase 10.000 homens e muita artilharia. De novo, Olinda se sentiu perdida, nas mãos dos potiguaras e tabajaras. A situação se resolveu pela habilidade política de Martin Leitão, que conseguiu desligar o valente Piragibe, e, com o auxílio dos seus tabajaras e de outros índios amigos, formou um grande exército, onde, só de brancos, havia 600 soldados... Agora, essas forças já têm um caráter acentuadamente brasileiro. Pelo seu lado, os franceses se refaziam, mais potentes e bem munidos do que nunca. Reforçaram as suas fortificações das baías da Traição e de Tebiri; levantaram armazéns, oficinas e estaleiros, onde construíam embarcações de vulto. Nessa campanha, aparece o brasileiro Antonio Cavalcanti, comandando uma companhia, em feitos decisivos.¹⁶⁴ Martin Leitão conseguiu libertar o forte e enfraquecer os franceses, que,

163 Antônio Cavalcanti e D. Filipe de Moura, nomes que aparecem nestas lutas contra os Franceses, são europeus, mas pertencem à história do Brasil, porque aqui se fizeram, vinculados definitivamente à terra, cepas de grandes famílias, essencialmente brasileiras. Eram, ambos, cunhados de Jerônimo Albuquerque Maranhão, pois que se casaram com filhas da índia Maria Arco Verde. Desde o começo (com Duarte de Albuquerque Coelho, no Cabo), aparece Cristóvão Lins, fidalgo de origem alemã. Nessa ocasião, afirma Frei Vicente, o donatário de Pernambuco reuniu um exército de 20.000 índios de Pernambuco e 2.000 de Itamaracá, sem conseguir abater o inimigo.

164 Machado, *op. cit.*, p. 73.

no entanto, continuaram na Baía da Traição. Para destruí-los completamente, ali, eram indispensáveis socorros da metrópole; a gente da terra tinha feito tudo, até aquele momento.

Não vieram os socorros pedidos; mas voltaram os franceses a frente do gentio que lhes ficara, e sitiaram o forte. Castejón, abandonando parte da guarnição à fúria dos índios, foge, não tanto por covardia, como por incapacidade para uma estratégia eficaz contra as poderosas forças inimigas. Já os potiguaras, tendo trucidado o resto da guarnição portuguesa, tratavam de destruir o forte, quando chegou Frutuoso, com os socorros que Martin Leitão obtivera em recursos locais. Foi restabelecida a autoridade portuguesa, na Paraíba, e refeita a fortaleza. Assentaram-se novas bases de aliança com Piragibe. Funda-se, então, a primeira povoação civil, ali a cidade de Filipeia, à margem do Varadouro. Chegam, finalmente, socorros da metrópole: a insignificância de Morales e 50 soldados. Esse Morales, tão facioso como o desastrado Castejón, é motivo de novas dificuldades. O pertinaz e intrépido Martin Leitão havia reorganizado as suas forças, com o auxílio eficaz de Cavalcanti e Albuquerque, e entra de novo em campanha – fins de 1585. Desafoga completamente o forte de São Thiago e São Filipe, socorre a Piragibe cercado pelos potiguaras, e marcha ao encontro do inimigo. Em caminho, a cinco léguas da Baía da Traição, é detido por uma fortificação construída por franceses, e valorosamente defendida pelos índios seus aliados. Toma-a. Apesar dessa vitória, a oficialidade de Martin Leitão vê as coisas tão graves que se nega a prosseguir: o capitão impõe a sua vontade, segue para diante, e, quando chega ao estabelecimento – povoação dos franceses, já estes haviam embarcado, levando para bordo as peças da fortaleza. Houve pequeno combate, e o inimigo deixou a terra brasileira. Martin Leitão, havia-lhe destruído a feitoria, tomando muito mantimento e roças, inutilizando três ferrarias e 60 caldeiras. Mas os potiguaras eram fortíssimos, ainda,

e o francês, que mantinha a velha pretensão, voltou a reuni-los, para conservar o precioso apoio que eram eles. Em 1587, nova campanha, agora no vale do Mamanguape:¹⁶⁵ os valorosos potiguaras são dizimados; mas os franceses, refeitos na sua feitoria da Baía da Traição, vieram ajudá-los, em Capaoba, onde foi o mais forte da nova campanha. A sorte esteve indecisa; mas, finalmente, pendeu para os portugueses. Enquanto isso, outra luta se acendeu nas terras do *principal* Tejucupapo, sempre auxiliados os potiguaras pelos franceses. Nunca os defensores do Brasil-colônia desenvolveram mais valor do que ali. Houve capitão em cujo corpo se contaram quatorze flechas. Antonio de Albuquerque foi um dos heróis dessa vitória em que o francês mostrou quanto valia como soldado. Muitos dos seus oficiais acabaram a vida ali.

Foi a última tentativa dos franceses na Paraíba, cuja conquista custou ao Brasil sessenta anos de lutas e muitos milhares de vidas.

§ 46º A gente da “terra”

Agora, para a remissão definitiva da terra brasileira, vemos aparecer nomes que são de brasileiros, ou exclusivos da nossa história: Cavalcantis, Albuquerque, Albuquerque Maranhão, Souza Dessa, Rangel, Bento Maciel... completados por Martin Leitão, Soares Moreno...,¹⁶⁶ heróis que, sendo portugueses de nascimento, são brasileiros em tudo mais; a educação guerreira, os interesses definitivos, e até os sentimentos. Leitão é o homem afeito ao Brasil, com afins aqui, e cuja ação, em todos os seus magníficos

165 Os franceses tiveram feitorias no Mamanguape, São Domingos, Acejtitibiró, até às cabeceiras do Araripe. O maior exército de Martin Leitão contava 500 brancos (Frei Vicente, p. 288); o resto era de índios e mamelucos.

166 Southey e o P. Galanti o chamam de brasileiro; Capistrano verificou que Soares Moreno nasceu em Portugal. É sobrinho de Campos Moreno, mas se fez no Brasil, a cuja história pertence.

resultados, se caracteriza em ser um ótimo aproveitamento dos recursos da colônia. Não esqueçamos de que, no momento mais difícil, a resolução salvadora, com que esse ouvidor abriu a campanha, foi dos moradores da capitania. Ele foi o executor. Tomaram armas, sob o seu comando, todos os homens válidos da terra. A sua vanguarda era de *confiança máxima*, “... por ser toda de gente solta e muitos mamelucos e filhos da terra, porque estes nisto são de muito efeito”.¹⁶⁷ Nesse exército, que fez a conquista definitiva, os capitães eram, quase todos, homens da colônia, muitos já nascidos nela: Cristóvão Paes, Hipólito, João Paes, Fernandes Brandão, Simão Falcão, Jorge Campelo, Baltazar de Barros, Antonio Cavalcanti, Francisco Barreto...; “este exército, que foi a mais formosa coisa que Pernambuco nunca viu, nem sei se verá...” no enternecido conceito histórico de Frei Vicente. Esse exército foi, certamente, a primeira afirmação da colônia em manifestação das suas energias. Maximiliano Machado é bem explícito no enumerar as gentes que o compunham: “Toda essa gente constava de mamelucos e filhos da terra, a melhor gente que se podia desejar, em bravura e resignação com que sabia sofrer a fome, a chuva, o sol, e todos os trabalhos da guerra”. Num dos lances de agora, é que Pero Lopes garante a vitória, em face do cerco inexpugnável, com o apelo ao brio dos *rapazes de Itamaracá*. Antes, já ele mesmo teve de suprir deficiências de Castejón, ficando no forte da Paraíba com *gente da terra*... Alexandre de Moura, competente para o caso, que dirigiu e assistiu a provas de valor desses soldados, dá confirmação de todas as suas virtudes, e mais estas: “... costumados a má vida e ruins comerres, calejados dos bichos e das chagas...”.¹⁶⁸ E, por isso, não queria outros para as campanhas do Brasil. Os próprios colonos tinham bem consciência de que a boa defesa da terra se

167 Frei Vicente, p. 287, 426.

168 *Documentos L. - O.* (Conquista da costa Leste-Oeste), publ. da Bibl. Nac., p. 48.



devia a brasileiros. Quando parte da esquadra francesa, de 1595, atacou Ilhéus, a gente da povoação logo decidiu resistir, e, como o capitão da terra estava longe, “elegeram outro, não o mais rico, mas o mais valente, ...um pobre mameluco chamado Antonio Fernandes e por alcunha o *Catucadas*... E foi coisa maravilhosa que sendo os nossos só quinze ou vinte, sem outras armas mais que arcos, setas e espadas, mataram dos franceses, no campo, cinquenta e sete, em que entrou o capitão”.¹⁶⁹

Por esse tempo – da luta na Paraíba –, ainda é muito moço o futuro Albuquerque Maranhão; mas, em 1595, já ele aparece ao lado de Manuel Mascarenhas e, depois, será a figura principal na conquista do Rio Grande do Norte, para dirigir e assistir, dali, a ação de Soares Moreno, no Ceará. Com ele está o irmão Jorge de Albuquerque. É nesse influxo que se resolve definitivamente a situação no Norte, a qual, até aquele momento, tem sido, apenas, dilatada e adiada. Gentio e franceses se afastam, com a colonização que avança. Por meio de Jerônimo fazem-se as pazes com o forte e o melhor do gentio potiguara (§ 26). Essas tribos, agora, vão ser o contingente sensível na população estável da colônia.

§ 47º O resto do Norte, até o Ceará

Os franceses tiveram de abandonar as posições fortificadas na Baía da Traição, mas não abandonaram as suas pretensões sobre o Brasil. Desde antes, aquela mesma gente batida no Rio de Janeiro, batida no Recife, apesar da dura experiência, ainda não desistiu, e, em parte, voltou para as paragens do Rio Real, onde, desde sempre, franceses comerciavam com o gentio. Então, tornou-se mais intenso o movimento, mais formais e cordiais as relações. Sergipe, ostensivamente abandonado até 1575, era a zona de concentração

¹⁶⁹ Frei Vicente, p. 360.



de todas as tribos malquistas com os Portugueses de Pernambuco e da Bahia, e os franceses exploraram, com a sua muita habilidade, a situação especial daquele gentio, limitado de toda parte pela colonização portuguesa. Nesse estímulo, os índios se tornaram tão ameaçadores, que provocaram a intervenção do tempo de Luiz de Brito (pág. 127), e que foi um desastre para as duas partes. No entanto, já o vimos, as perdas sofridas pelas tribos de Sergipe não chegaram a diminuir-lhes o valor: continuaram fortes e temidas, e os franceses continuaram com eles. Havia estabelecimentos permanentes, com todas as suas consequências – alianças de sangue com as gentes das aldeia, cruzamentos...¹⁷⁰ A luta para conquistar definitivamente aquele pedaço de Brasil não teve o seguimento nem a intensidade da Paraíba, mas foi além, no tempo. E era tão sólida a posição dos franceses no Rio Real, que eles pensaram em dar, com aquele gentio, o grande golpe no poder português: atacar e tomar a Bahia.¹⁷¹ Foi, pela denúncia do plano, que o governo da metrópole resolveu liquidar o caso, incumbindo da empresa a Cristóvão de Barros, que conhecia bem esse gênero de guerra, e tinha motivos pessoais contra o gentio de Sergipe. A campanha se fez quase que num só ato, sem que a derrota de Boipeba afastasse definitivamente os franceses: em 1596, ainda há um Honoré, prático da barra do Vasa-Barris, em cujas tribos vive normalmente. Em 593, reforçadas com contingentes que chegam, os franceses oferecem combate aos portugueses, nas águas do Rio Real, e são batidos por Tomé da Rocha. E ainda não é definitiva a eliminação, pois que, em 1595, recomeça a luta, em maiores perigos: uma esquadra poderosa, destinada a atacar a Bahia, destaca parte dos navios

170 A segunda campanha de Sergipe foi feita com gente da terra da Bahia e de Pernambuco: 150 brancos e mamelucos, 3.000 índios. (Frei Vicente, p. 334.)

171 Capistrano aceita a documentação em que se fundou Felisbelo Freire, para afirmar que esse ataque fora planejado, na base do apoio do gentio de Sergipe. (*Notas a Frei Vicente*, p. 246; *História de Sergipe*, p. 418.)

para reforçar um estabelecimento no Rio Real, onde a expedição do célebre *Pão de Milho* chegou a descer para ser, finalmente, batido por Diogo Quadros, num desenvolvimento de lutas que só terminam em 1596. Resta, ainda, alguma coisa; e só no primeiro ano do século XVII são definitivamente eliminados, de Sergipe, os renitentes adversários.

A presença dos franceses, para além do Potengy, é que obrigou o Governo-Geral a fazer conquistar e fortificar o Ceará, onde Soares Moreno estabeleceu o centro da sua boa atividade. O futuro capitão dos insurgentes fez muito. Conquistou, antes de tudo, a amizade do gentio; mas, por se mesmo, ele sempre foi um segundo de Jerônimo,¹⁷² com a sua inteira confiança, a ponto de que, para aprestar a conquista do Maranhão, o mesmo Jerônimo o manda fazer o respectivo reconhecimento. A longa experiência daquelas guerras lhe tinha deixado a convicção de que toda a vitória estava em obter a boa vontade das tribos.¹⁷³ Apesar de ter sido companheiro de Pero Coelho, nunca foi suspeitado pelo gentio. Frequentava as tabas; amava-lhes os costumes, e tinha estendidas relações com todas as nações daquelas paragens. Cabiúna tratava-o como filho. Destacado para a empresa, sob os auspícios de Albuquerque Maranhão, dão-lhe como recursos dez soldados, um padre, um sino e os paramentos de missa. Nesse caráter – de *capitão de catequese*, ele vai, mete-se com os índios, ganha-os definitivamente, e leva-os a reconhecerem a autoridade de Portugal, fa-

172 Jerônimo de Albuquerque, futuro Maranhão, foi o primeiro comandante do forte do Rio Grande do Norte.

173 Depois de servir no Pará, doente, embarcou Soares Moreno num barco sem vela nem aparelho, e foi dar nas Antilhas, onde o encarregaram de levar uma pequena frota à Espanha; um forte temporal lhe dispersou os navios, e, já desarvorado, foi atacado pelo corsário francês Fleury; combateu enquanto teve ânimo, e quando o dominaram, tinha, Moreno, 23 feridas, uma cutilada no rosto, e uma mão de menos. E é este o capitão que, vinte anos depois ainda é um dos valorosos cabos de guerra dos *Insurgentes*.

zendo pazes com a gente da colônia. Converteu o gentio todo em amigos fiéis, tirando das tribos os 5.000 flecheiros de que se ufanava. À frente dos soldados índios, nas suas canoas, tomava navios dos mesmos franceses, de quem eles eram, dantes, os constantes aliados. Foi nesses lances que Soares Moreno teve que se apresentar nas vestes dos seus comandados; donde a lenda de que ele se vestia e paramentava como índio. O Ceará foi a grande escola desse capitão, que teve de contender fortemente com franceses, e, depois, com holandeses. Assim, desde que ele a pisou, a terra foi definitivamente do Brasil. Em 1615, há, ainda, uma investida de franceses, mas basta o vigário Baltazar Correia para os repelir.

§ 48º A França Equinocial

Antes mesmo de se desenganarem do Ceará, estavam os franceses no Maranhão, mais animosos do que nunca, confiantes na aliança do grande morubixaba Ovirapire, estimulados pelas façanhas do célebre pirata Rifaut, senhor de toda aquela costa. Tudo isso é anterior a 1600. Em 1594, segundo Southey (talvez de Berredo), traz o pirata uma grande expedição em três navios: perde o maior, e, após contratempos, vem deixar no Maranhão os restos da aventura. Teria sido esse o começo do estabelecimento definitivo, pois que, desde então, preocupam-se os portugueses com os *franceses no Maranhão*. A expedição oficial de Ravardière é de 1612, mas, bem antes, ainda no tempo de Henrique IV, e por ordem deste, estivera ele, Ravardière, no Maranhão, donde voltara tão animado que não poupou esforços para vencer as dificuldades resultantes da morte do mesmo Henrique IV. É a presença dos franceses nas terras de Tutoia que explica a expedição de catequese, em 1607 (pág. 169), com os Padres Pinto e Figueira. Alguns historiadores ligam essa expedição ao caso de Pero Coelho; mas, em lugar nenhum da carta



do Padre Figueira, encontram-se referências que os justifiquem, ao passo que a todo momento se fala de informes obtidos a respeito dos franceses no Maranhão. O padre conta, até, de encontros com índios retirantes do Maranhão, ali escorraçados pelas tribos amigas dos franceses. Tudo indica que, desde os primeiros anos de 1600, o governo da colônia suspeitou da importância do caso. De fato, essa foi a mais forte e mais formal tentativa dos franceses sobre o Brasil, e, por isso mesmo, foi a última. A *França Equinocial* fizera-se como o coroamento de uma posse comercial de mais de 50 anos, e batizara-se colônia em nome do Rei de França.¹⁷⁴ Então, se tal empresa malogra, há motivo para que o francês desista definitivamente de fazer colônia em contestação com o Brasil; se é um brasileiro quem dá o golpe, e ganha a vitória decisiva; se o faz com recursos exclusivos do Brasil, temos, no caso, a prova da realidade da nova pátria, em demonstração bem explícita.

A ação dos franceses no Maranhão tornou-se tão inquietadora para o Brasil que, ainda em tempo de Diogo de Menezes, foi mandado, por este: um memorial reclamando do governo de Madri providências contra o invasor. Veio Gaspar de Souza; a arrastada administração colonial teve, então, a resolução feliz de entregar o caso do Maranhão a Jerônimo de Albuquerque, e este, sem detença, comete ao intrépido e sagaz Soares Moreno a missão de fazer o reconhecimento do local e das condições em que ali se encontravam os franceses. Lá partiu o bravo, em meados de 1613, numa embarcação de nada, sem gente, quase, e nenhum recurso razoável. Apesar disso Moreno obteve tudo a que se propôs, e ainda incendiou armazéns dos franceses, que, espantados e furiosos, deram-lhe caça, como quem precisa apanhar um inimigo

174 Ravardière assinou as tréguas em nome do Rei de França, e a pendenga diplomática subsequente foi entre a corte de França e a de Portugal-Castela, entendendo-se que eram situações similares.



perigoso. Um índio, inteiramente desconhecido do herói, vem, espontaneamente preveni-lo, e ele consegue escapar à perseguição, trazendo consigo o índio e um português cativo dos franceses, e que deles fugira. Outra vez no oceano, o velho barco de Soares Moreno não tem meios de resistir aos elementos contrários, e vai dar, finalmente, nas Antilhas São Domingos. Por mais de um ano, não houve notícias dele, e Jerônimo teve que iniciar a campanha como se o reconhecimento houvera fracassado.

Quando Soares Moreno procurava informar-se, o estabelecimento francês estava em franco desenvolvimento e grande vitalidade; dali saíam navios que francamente aprisionavam embarcações espanholas e portuguesas, escravizando as respectivas gentes. Os homens – o índio e português libertado davam o cálculo de 20.000 flecheiros índios a serviço dos franceses, e que o estabelecimento existia havia seis anos – desde 1609. A colônia se formara por expedições diferentes, das quais se destacam duas: a de 1612, sob o comando de Ravardière, e a que, em 1615, foi trazida por Du Pratz. Naquela, vieram uns 500 aventureiros; para esta última, os depoimentos franceses dão 300 homens. Não há dúvida de que a feitoria do Maranhão é anterior à vinda definitiva de Ravardière, pois que, na sua chegada, em 1612, ele já foi recebido por uma frota de navios de Dieppe, tão bem relacionada e provida, que lhe ofereceu uma ceia, onde não havia motivo para desejar aguaras de França, dizem os cronistas. A gente de Du Pratz é que atacou o forte do Rosário (*buraco das Tartarugas*): desembarcam quatro bateladas de soldados, diz um dos mesmos franceses aprisionado depois e são recebidos, na praia, pelo valente e brioso brasileiro Souza Dessa, à frente de vinte homens, que o resto – trinta homens – teve de ficar no forte, pelo receio das tribos já levantadas na vizinhança. Dado o encontro, foram as quatro bateladas de franceses forçadas a retirar e embarcar com um morto e oito feridos, sem maior dano dos atacados. A expedição que assim desacoroça, era alguma coisa de



importante: uma nau de 350 toneladas, com trezentos soldados e os bons ofícios de oito capuchinhos.¹⁷⁵

Na tropa francesa de São Luiz, contavam-se, como oficiais, mais de vinte nomes de alta aristocracia, entre outros um Condé, ou Joinville, diz um dos soldados deles, e mais um fidalgo escocês. Ao chegar, Ravardière teve, logo, ao seu dispor, mais de 3.000 índios flecheiros, segundo depoimento dos franceses. A povoação foi considerada cidade, e prestes se organizou a produção do necessário: o gentio livre e tapuias escravos faziam a lavoura do que devia servir de alimento, ao passo que artífices vindos de França, auxiliados por indígenas, trabalhavam nas indústrias possíveis. Construíram-se navios capazes de afrontar o alto mar, e o comércio se desenvolveu a ponto de provocar a vinda de navios de trezentas toneladas. Além disso, estavam os franceses rodeados de tribos amigas, e que, deste modo, fechariam os seus adversários num círculo de hostilidades. Era a esse inimigo que Jerônimo vinha afrontar, em condições que assim se resumem: uma expedição insuficiente em tudo, menos no valor humano dos que a compunham; falta de indicações esclarecedoras, uma vez que o reconhecimento de Moreno ficara inaproveitado; instruções negativas, inconvenientes, entorpecedoras; um segundo comandante, pretensioso e impertinente nas suas pretensões a censor. Que valem, no entanto, as suas alegações?¹⁷⁶

Os elementos fornecidos à expedição foram os tirados a uma colônia praticamente abandonada, como se verificou dez anos depois, com o ataque dos holandeses. A esse propósito é que Southey diz, do governo da metrópole; “... uma corte sempre remissa e

175 Não há necessidade de indicar, em cada momento, a fonte de todos esses detalhes: *Documentos Leste-Oeste*; *Notas de Capistrano de Abreu a Frei Vicente*; Southey...

176 Diogo de Campos veio para ser o chefe da expedição, mas a experiência de Gaspar de Souza fez que este desse o comando em chefe a Jerônimo.



tardia...”. E, ainda assim, foi proibido que o Brasil desse dos seus recursos para a conquista do Maranhão: “A vista de uma provisão régia... mandando que exclusivamente na compra de pau-brasil fosse aplicado o saldo dos dízimos pelo qual deviam correr as despesas da *jornada*, o governador... resolveu suspendê-la...”. A resolução teve de ficar sem efeito porque já o cabo de guerra estava em caminho, e talvez não aceitasse voltar (como não aceitou de ficar em Tutoia...). Não houve, pois, dinheiro para nada: os sobrinhos e o filho de Jerônimo tiveram de *comandar*, em feitos de heroísmo, com o soldo de *soldado raso*. Outros foram ainda mais desinteressados: os clérigos, que aceitaram de ir sem nenhuma paga. As provisões constavam exclusivamente de farinha; nem cirurgião, nem ambulância, nem azeite, nem biscoitos, nem vinho... E o grande capitão está na materialidade dos fatos, quando diz ao Francês – *Felizes nos contamos quando podemos haver uma posta de cobra*... No entanto, não era essa a mais sensível das insuficiências; mas a de soldados, mesmo: ao todo, 300 brancos e 200 índios, apenas.¹⁷⁷ O mais representativo e, sobretudo, mais eficiente na expedição, já é de brasileiros, como o seu comandante. Por isso vai muita gente moça, expressão de um povo que acabava de nascer; um brasileiro mesmo, Dessa, dirá depois... os quatro capitães que hoje estão no Maranhão, todos juntos não chegam a oitenta anos...”. Lá estava o mameluco Rangel, de quem Dessa dá testemunho, quando no Pará: “... anda aqui Belchior Rangel, soldado de satisfação, e que tem servido V. M. no Rio de Janeiro e no Maranhão, sendo um dos primeiros...”.

177 Os depoimentos tomados a muitos dos combatentes franceses patenteiam a grande força de que Ravardière dispunha, assim como a disposição cruel em que se achavam os franceses de, vencedores, entregar os prisioneiros portugueses aos selvagens. Há um fato que dá probabilidades ao caso: quando Soares Moreno fez o seu reconhecimento, 1615, havia na colônia dos franceses quatro portugueses reduzidos à situação de escravos, entre eles Martin Santiago, que conseguiu fugir para junto de Moreno.

As forças de Jerônimo eram em quantidade que pôde ser transportada em dois patachos, uma caravela e cinco barçaças. A elas Ravardière pôde opor 400 soldados europeus, 4.000 índios, sete navios e 46 canoas de guerra.¹⁷⁸ A falta de indicações precisas era tal que, mesmo vitoriosa, a expedição parece obra *de estouvamento e mocidade*. De fato, ela teve que ser *estouvada*: chegado ao Maranhão-Preá, não há notícias de nada. Esse local, consignado para o estabelecimento fortificado é péssimo. Vai, às tontas, um batel de reconhecimento – Rangel Martins, e volta com as primeiras informações seguras a respeito do inimigo e a notícia de um sítio excelente, mesmo em face dele. Apesar disso, a expedição ainda teve que prosseguir às tontas – “por entre ilhas e rios e boqueirões muito estreitos, ficando algumas vezes em seco, esperando enchente da maré...” (Dessa). Chegaram, finalmente, à boa situação de Guaxenduba, e aí se estabeleceram. Com isto se demonstra que a vinda para aí, a escolha do local definitivo, as decisões estratégicas; tudo, enfim, que determina o resultado feliz da empresa se faz contra as ordens terminantes do Governador-geral, Gaspar de Souza, e em contestação com as opiniões filauciosas do impertinente Diogo de Campos, o segundo comandante.

§ 49 A Jornada Milagrosa

O sucesso da expedição sobre o Maranhão maravilhou a todos e fez que a chamassem de *Jornada Milagrosa*. Capistrano, na rapidez incisiva dos seus conceitos, comenta: “... milagrosa foi realmente, milagrosa de mocidade, de estouvamento: milagrosa sobre tudo de felicidade”. Já tivemos a razão do estouvamento: é a premência de quem tem de agir, e só pode resolver a forma

¹⁷⁸ Note-se, ainda: pouco depois estabelecido em Guaxenduba, foi Jerônimo privado de três das suas melhores embarcações, raptadas pelos franceses.

da ação conduzido por ela mesma. Foi assim com Jerônimo. *Felicidade...* É uma atitude toda subjetiva, e que nada explica do caso, que foi o de efeitos objetivos bem patentes. Houve milagre, sim: o de uma energia absolutamente nova; a mocidade, que, por intuição, se projeta para o sucesso. E clamamos – milagre!... Nem haverá outros, na ação humana. Gaspar de Souza, que aceitaria até não intervir, e que só concordou com a jornada porque a expedição tinha partido e havia dinheiro gasto, fez questão de que tudo não passasse *da fundação de um forte, a oito ou dez dos franceses, para inquietá-los, tão-somente, na Tutoia, ou, quando muito, no Preá*. Atendida e executada essa ordem, seria a anulação da empresa, pela insuficiência, com o fracasso final do estabelecimento isolado, em face de um inimigo tão poderoso que era confessadamente respeitado e evitado. Tal projeto já é um sinal da decadência do português. Décênios depois, no Prata, realiza-se essa ideia da fortificação isolada em face do rival. As condições eram mais propícias no Prata do que no Maranhão, e, contudo, foi um desastre formidável. Jerônimo evitou o desastre porque agiu de acordo com as condições do momento e os interesses do Brasil, ainda que, para tanto, lhe foi preciso sair das ordens e enfrentar a impertinência de Diogo de Campos.¹⁷⁹ Logo ao partirem do forte de Jererequaquara (Tartarugas), último posto do Brasil antes do Maranhão, houve *conselho de oficiais*, pronunciando-se Diogo de Campos peremptoriamente contra qualquer avanço além de Tutoia. Foi voto único, e a expedição se dirigiu, desde logo, para o Preá. O local era estéril e absolutamente impróprio para um aquartelamento prolongado, pelo que decidiu Jerônimo ordenar o reconhecimento, com Martins, Machado e Rangel, em busca dos

179 O maior mérito de Diogo de Campos era ter combatido em Flandres... “Da participação de campanhas tão famosas, do conhecimento do castelhano e do francês, tirava um ar de filáucia, de superioridade impaciente...” (Capistrano, *Notas a Frei Vicente*, p. 431.)

franceses, de quem nada se sabia no Preá. Com a volta de Rangel, e as boas notícias que trouxe, a respeito de Guaxenduba, novo *conselho* se fez, onde Diogo de Campos foi igualmente peremptório, opinando que deviam ficar no Preá estéril; com ele concordaram os outros oficiais, menos os capitães brasileiros – Souza Dessa e Fragoso de Albuquerque, e os soldados das respectivas companhias. Era um momento em que Jerônimo de Albuquerque devia hesitar: com Diogo de Campos, falavam as ordens trazidas, e quase toda a oficialidade. Mas, passou a hesitação, e o grande capitão fez seguir a expedição, até estabelecê-la em contestação com os franceses. Na escolha da posição do forte, novas oposições, a que Jerônimo respondeu no definitivo mando de seleção: “Quem me for amigo, não me aconselhe outra coisa!” E fez como entendia. Ora, essa escolha foi decisiva: a ela se deve o êxito da batalha, e que pareceu milagre. “Determinou o capitão-mor fortificar-se num vale, entre duas alturas que lhe ficavam sobranceiras...”. Relata Dessa. E quando o inimigo, destemido e arrogante, veio ao ataque, Jerônimo pôde desenvolver, prontamente, a sua tática formidável: metê-lo entre dois fogos e dominá-lo completamente antes do segundo tiro... Tudo isto foi possível porque o ânimo do capitão havia captado os legítimos valores da guarnição; mas é certo que o influxo de Diogo de Campos tinha turbado a unidade de sentimentos: com ele estavam todos aqueles para quem a alma de uma nova pátria era um começo de hostilidade. No concreto da baixa rivalidade de Diogo de Campos, era isto o que havia, e foi daí mesmo que derivaram os motivos em que se teceram os conluios vis de Caldeira Castelo Branco. Daquele momento em diante, cresce ostensivamente o Brasil; multiplicam-se os indícios desta nova pátria, e que nos explicam todas as outras façanhas de brasileiros, nos nomes de Barbalho, Vidal, Rabelo...

Convém apreciar o próprio desenvolver do *milagre*.

Chegados ao Maranhão, mesmo na boa posição de Guaxenduba, estavam os nossos em condições de sensível inferioridade: no

oceanos, tinham os franceses mais possibilidades, bem explícitas no tráfico seguido que faziam para ali; nas águas interiores, era absoluto o domínio deles. Mesmo na boa posição em que se achava, Jerônimo havia finalmente de sucumbir: não tinha possibilidades de êxito, se pretendesse atacar os franceses; atacado, só poderia vencer se ao inimigo faltasse calma e uma mediana perícia para escolher o momento e aproveitar as muitas condições de superioridade. Diogo de Campos, que teve de obedecer e executar o programa estratégico e tático de Jerônimo, protestou a seu modo: cheio de lábias, escreveu um diário da campanha em que as ordens de Jerônimo são apresentadas e criticadas de modo a parecerem hesitantes, túbias, desencontradas, confusas, inoportunas... até que, um belo dia, surge a refrega, e, de tais ordens, deriva o brilhante combate, com um sucesso que é milagre para toda gente. O capitão brasileiro, com os meios miseráveis de que dispunha, com a sua tática exclusiva, aniquila as forças com que o francês vem atacá-lo. No entanto, este, mesmo vencido, ainda tem superioridade em armas, aliados e recursos materiais, conservando um forte contingente de soldados europeus, quase igual à totalidade dos portugueses. São estes os resultados. Contudo, ainda hoje, quem lê a história daquela guerra sente os efeitos do depoimento suspeito de Diogo de Campos, porque, dos documentos e relatos de presença, é o mais ordenado, com valor de estilo. O outro, *A Breve Relação*, de Dessa, retine de exatidão; mas é rijo e desataviado como a própria verdade. Então, tudo mais que se escreveu reflete as páginas de Diogo de Campos, e o grande feito de Jerônimo aparece como obra do acaso, a coroar os planos de um estouvado. Deixemo-nos, porém, de histórias feitas em puras repetições, e atenhamo-nos aos outros documentos e depoimentos, dos que, de um e outro lado, participaram da aventura; dos que foram atores, mas falaram sem a preocupação de abafar um rival.

Vem aquela expedição, balda de tudo, balda principalmente de informações convenientes, e, sob o comando do *hesitante* e

contraditório, chega sã e salva, e vai estabelecer-se no local mais conveniente, apesar de todas as ordens e objeções... Leem-se as páginas dos relatórios e depoimentos, e firma-se a convicção: a maior dificuldade que teve o comando foram essas críticas as objeções e as múltiplas sugestões, que vêm de todos os lados, logo que se descobre a disparidade de avisos nos postos superiores. E Jerônimo venceu essa mesma dificuldade interna. Resistiu a todas as insinuações que seriam prejudiciais e, de caminho, a meditar nas críticas, teve que parecer hesitante, tímido, irresoluto, contraditório... Foi assim, até que a sua intuição de guerreiro lhe mostrou o local conveniente para o plano que lhe daria a vitória. Agora, ninguém lhe notará hesitações, nem ele troca de parecer. Southey dirá dele: “Uma vez na batalha, não conhecia desfalecimentos”. Não: bem antes da batalha, ele foi decisivo, lúcido, formal, logo que esteve em condições de delinear a ação triunfante. Desde que descem em Guaxenduba, a vontade do capitão brasileiro domina os fatos, e tudo é explicitamente determinado por ele, numa ótima de direção, e que é a de aproveitar todas as colaborações úteis. Como o desenvolvimento da sua estratégia repousava na situação e disposição das fortificações, ele as soube tirar de Frias, apenas arquiteto. E, com isto: a oportunidade do ataque, todo movimento das forças inimigas, a própria temeridade do adversário... tudo que concorreu para a vitória foi consequência explícita dos motivos que Jerônimo soube criar. No entanto, os mais incisivos ataques de Diogo de Campos dizem com a escolha e as condições do acampamento, e a imprevidência na ocasião do combate... E o capitão-mor teria sido, já imprudente, já medroso... Ora, se impedindo o francês de aprisionar três embarcações, ou indo atacá-lo nos seus redutos, Jerônimo o tivesse tornado cauteloso e seguro, nunca teria obtido que ele viesse, por si mesmo, oferecer a ocasião da estupenda vitória com que se consagrou o seu nome e que decidiu, de uma vez para sempre, a secular insistência desses inimigos. De um golpe,

saindo do seu forte como o imaginou, o mameluco conseguiu desorientar o francês, ceifar-lhe as linhas de combatentes, imobilizar grande número de outros soldados brancos, anular por completo o concurso dos soldados índios, reduzindo-os à impotência, obrigando-os à fuga desordenada e perdida...

Não antecipemos, no entanto, o desenvolvimento dos efeitos.

Chegado às águas do Maranhão, Jerônimo põe em prática os seus processos costumários com o gentio, procurando captá-lo. A pouco e pouco, chegam-se os índios: avisam-no do premeditado ataque dos franceses. Jerônimo despreza, ou finge desprezar, o aviso: a consequência é o ataque incauteloso do inimigo. Trava-se a peleja, e tal foi a situação tática das suas tropas, que, sendo o atacado, em inferioridade de forças, ele impôs, de um lance, impetuosamente, a sua vontade aos atacantes, e foi senhor absoluto da luta, para o triunfo imediato. Para os franceses, não houve possibilidades de contestar e, menos, ainda, de vencer. Vieram atacar com a maior parte das suas forças: desceram 200 soldados europeus, e uns 2.000 índios, deixaram para reserva, embarcados, outros tantos brancos e muitos índios ainda. Jerônimo, no estudo dos seus planos, opôs-lhes imediatamente a quase totalidade dos seus soldados: quatro companhias, sem discriminação de índios; duas seguem pela praia, para apanhar a retaguarda do inimigo; e este, impávido, se prepara para o ataque da posição, quando vê surgirem, inesperadamente, as outras duas companhias, a própria vanguarda de Jerônimo, que as comanda em pessoa, ao lado do capitão Dessa. Alcançado antes de tentar qualquer fortificação de defesa, antes de gastar munições, o francês é abatido fulminantemente. Foi como se houvera caído numa cilada: o atacante teve a sorte de uma guarnição apanhada de surpresa. O embate foi de soldados aguerridos, mas, entre dois fogos, estava desfeito o inimigo. Jerônimo mesmo teve de dominar com a sua espada o Sr. de Pisieux. E os franceses foram levados à derrota, apesar de valentes, apesar de atacantes...

Nesse tempo, e porque o feito devia ser decisivo, já o grande mameluco havia mandado incendiar as canoas dos índios aliados dos franceses, e eles, atordoados do golpe que a estes abatia, agora, só pensaram em fugir. Era, já, a desorientação geral, a derrota que desnor-teia. E os próprios franceses atiravam-se às ondas, em busca de salvação. Finalmente, morreram 90 dos brancos inimigos, entre os quais, 7 grandes fidalgos; aprisionaram-se 19, e foram queimadas 46 canoas. São cifras dos próprios vencidos.

§ 50º Albuquerque Maranhão

Vencem as forças do Brasil, mas é tal a desproporção de meios entre os contendores que, apesar de quanto perderam, ainda os franceses têm superioridade: restavam-lhes 200 soldados europeus, muito gentio aliado, todos os recursos materiais de quem está em casa, num estabelecimento feito, e o domínio absoluto, com o conhecimento perfeito das águas interiores e de todas as suas dificuldades.¹⁸⁰ Jerônimo teria ficado com uns 300 soldados brancos e mamelucos, mas, em tudo mais, inclusive o tratamento dos feridos, estava à mercê dos vencidos. Todavia, ele não aceitou a situação sem motivos mais explícitos: da gente inimiga que entrou em combate, um certo grupo se colocou numa eminência, no mato, e continuou a ameaçar. Então, o próprio capitão foi desalojá-los, e tal resistência encontrou que se retirou, com a perda de sete dos seus homens.¹⁸¹ Aí, ele teve a ideia nítida da força

180 “Depois das tréguas, dispunham os franceses de duzentos homens bem armados, de dezessete peças nem todas em bom estado, de 514 balas, de mais de 14 quintais de pólvora e outras munições miúdas” (C. de Abreu, *Notas a Frei Vicente*, p. 436.)

181 É o cirurgião francês quem conta o incidente do grupo de franceses que resistiram a Jerônimo, e acrescenta que, devido a isto, Ravardière se conservou oito dias em face de Guaxenduba, atendendo à situação, pronto a intervir de novo. Foi o que Jerônimo quis evitar – um renovar de combate,

que ainda restava aos franceses, e da necessidade de não fornecer ensejo de qualquer vitória, em que estes se retemperassem do golpe que receberam. Foi nessa conjuntura, certamente, que o nosso primeiro general fez a flexão de conduta, para o efeito de aceitar as tréguas com Ravardière. Agora, de sob o estrategista e tático elegante, emerge o político, de uma política bem distinta, porque já é nitidamente brasileira.¹⁸²

Essas tréguas foram então, *pró-fórmula*, reprovadas pelo Governo, que delas tirou o resultado principal – os aprestos de socorro. Lisboa teve de desaprová-las. Dessa, grande soldado brasileiro, mas exclusivamente soldado, condenou-as, antes de qualquer outro. O seu julgamento seria perfeito se das tréguas resultasse que perdêssemos; mas, como foi bem o contrário que se deu, temos de deixar em nada todo o seu critério. Todavia, esse brasileiro foi dos mais eficazes na vitória, e merece que lhe apreciemos os motivos. De fato, não há outros senão o ânimo do valente, mal resignado, a embainhar a espada, quando ainda podia desfechar golpes... Ofereceu-se ao comandante para ir com a sua companhia acabar com o inimigo, desenvolveu o seu plano de tática... E Jerônimo preferiu assegurar o resto da vitória sem maiores guerras... Dessa protestou, altissonante, ele mesmo o diz:

que poderia estragar o triunfo já realizado. Esse francês, o médico, ao aproximar-se de Jerônimo, torna-se um grande entusiasta dos seus méritos, e refere-se, em modo muito expressivo, ao espanto dos franceses quando receberam a primeira, e, sobretudo, a segunda carta do grande capitão: a singela superioridade dos dizeres, sem fanfarronice, nem ameaças, cativou inteiramente o ânimo dos fidalgos vencidos, e que esperavam encontrar-se com *selvagens* e *mulatos*, grosseiros e insolentes. Ao mesmo tempo, o *homem de arte*, dá o testemunho de como, pelo trato pessoal, Jerônimo fez seus inimigos grandes afeiçoados: “Nunca vi gente tão honesta.” Ele havia curado, também, um filho de Jerônimo, o mais velho, ferido de três tiros.

- 182 Diogo de Campos foi tido como o principal responsável pelas tréguas, e a metrópole pensou de castigá-lo, sendo certo que, depois disto, nublou-se a sua estrela, que, talvez, não passasse de rápido cometa.

“... teve muito dares e tomares com o capitão-mor...”. A atmosfera preparada por Diogo de Campos dava para tanto. O certo é que, se a iniciativa formal para tréguas partiu do campo inimigo, as entradas foram feitas por Diogo de Campos, e Jerônimo aceitou o pacto, na superioridade de quem é solicitado. Ainda assim, as primeiras aquisições não foram dele. É Dessa mesmo quem o diz: Ravardière pediu alguém a quem fizesse propostas, Jerônimo mandou-lhe o mesmo Diogo de Campos, certamente porque conhecia a língua francesa, e este, quando veio, já foi, por si mesmo, todo propenso às tréguas propostas. A sua influência ia de novo dividir os alvitres, como no Preá; e o capitão-mor preferiu ser político: compreendeu que a sua responsabilidade alcançava mais do que as simples veleidades de guerreiro, e desta vez aceitou o parecer de Diogo de Campos. Senão: por que preferiria Jerônimo não persistir na luta armada? Por covardia?... Por incapacidade?... Nunca ninguém o viu vacilar na peleja. Quem soube transformar a simples resposta a um ataque em triunfo estrondoso não se sentiria incapaz de continuar a bater o mesmo inimigo. Em face da proposta de tréguas, o mameluco Jerônimo foi mais caboclo do que Albuquerque: ganhou tempo, porque, no adiar, o inimigo devia perder todas as vantagens de antes, ao passo que a vitória frutificaria para os portugueses até que as forças se equilibrassem. “Apesar de vencedores”, comenta Southey, “bem conheciam os portugueses a desproporção das suas forças... faltavam provisões; o inimigo os bloqueava com seus navios, e não se viam meios de salvação”. O inglês ainda não inclui o pior para o caso: o numeroso gentio que apoiava os franceses em torno das forças de Jerônimo. Assim mesmo as outras inferioridades dos portugueses curar-se-iam, agora, facilmente, ao influxo da vitória, enquanto os vencidos agravariam, com o tempo, a depressão da derrota. Os primeiros efeitos sobre os índios manifestam-se logo, na noite seguinte ao dia da batalha: o *principal* da ilha veio avisar a Jerônimo

de que os franceses esperavam a ajuda de setecentos índios do interior: de fato, vieram; mas imediatamente retrocederam, sem outras manifestações contrárias aos portugueses.

Aceitando as tréguas, Jerônimo lhes deu a sua inteira responsabilidade. Ao gesto de Ravardière, que assina em nome do Rei de França, ele responde afirmando o grande valor que dá a sua obra: ajunta ao renome dos *Albuquerque* a glória do seu feito pessoal, e toma o nome de *Maranhão*. Agora aparecia explicitamente o Brasil, com uma nobreza sua – em sangue e em qualidade, elevada no mérito de haver eliminado definitivamente o secular inimigo. As tréguas asseguraram aos portugueses a vitória efetiva, com um mínimo de perdas. Então, com os próprios recursos do Brasil, era relativamente fácil acudir a Albuquerque Maranhão, que, por si, bem sabia não ter poderes para tratar de modo definitivo; mas, político, quis tirar partido da situação transitória, até reforçar-se nos socorros que certamente lhe mandariam. O mais importante nos primeiros auxílios foi o Capitão português, Caldeira Castelo Branco, com uma pequena esquadra. Chegou, e não demorou em aproveitar todos os veios de invejas, despeitos, rivalidades... para se substituir a Jerônimo, com o que se inutilizaria a sua obra. Esteve por pouco: intrigou, traiu, alimentou facção, e deu ocasião aos maiores desgostos por que podia passar o grande mameluco. “Castelo Branco entrou em relações com o francês e procurou convencê-los de que tinha poderes para novos tratos, ao mesmo tempo que levava parte da guarnição a uma manifestação coletiva, em que pedia que ele, Caldeira, fosse comandante com Jerônimo”. E o adversário, único a lucrar com a parva ambição do intrigante, imediatamente viu o quanto podia aproveitar da sua estúpida deslealdade, e o acoroçoou, num jogo fácil de desunir e tomar tempo, enquanto lhe vinham socorros... Assim, quase se perde a obra do neto de Uirá-Ubi se, em si mesmo, Jerônimo não tem encontrado o motivo de dominar-se, e não descair para

a façção: “É verdade que quando chegou Franc^o Castelo Branco... deu grandes entendimentos a todos os soldados, e franceses, que trazia largos poderes, e assim se amotinaram e se alevantaram os mais dos soldados da sua parte contra o Capitão-mor Hrmo d’Albuquerque; e não esteve mais o negócio uma noite que haver um homem que metesse mão a espada, sendo assim, que nos perdêramos todos”. Mas o mameluco ergueu-se na melhor hombridade, a do patriotismo, e conteve a sua espada. Como lhe custou, ele o diz: “... o que passei e sofri por não cair em bandos nem guerras civis, nos quais ouvira de ir parar tudo, sem achar quem me aconselhasse que tomasse armas para dar no francês, antes me meteram em enredos de que me não sei livrar por me sentir mais para as armas, que para papelista, coisa que nunca usei”. A miséria do procedimento do português Caldeira é comprovada em todos os depoimentos, inclusive os dos soldados da sua façção, inclusive os dos franceses (Ravardière) que com ele trataram.¹⁸³ Alexandre de Moura, capitão e administrador inteiramente afeito às coisas do Brasil, apesar de ser português, teve de render-se a essa evidência. Viera com grandes socorros, e instruções para liquidar a situação; correria o risco de perder a esquadra por motivos do trato de Caldeira com o Francês, e que valia por uma traição. Falou sempre com toda a autoridade, mas deu inteira razão a Jerônimo, e encarregou-o de resolver a situação militar. Dispondo-se para o combate final, Albuquerque Maranhão levou Ravardière a desistir de toda veleidade de resistência, entregando-se por completo. No entanto, ele próprio, Ravardière, confessou – que ainda tinha meios de lutar eficazmente: “Os Portugueses não tinham meios de obrigar-me a render-me...”. Mas, continuando, ele confessa que Jerônimo tomou-lhe imediatamente todas as saídas, e lhe anulou

183 Foi Jerônimo de Albuquerque quem levou Ravardière para Pernambuco “à força”. (Fr. Vicente, *notas de Capistrano*, p. 437.)

os meios de defesa. As vantagens dos processos de Albuquerque Maranhão são francamente reconhecidas pelo governo da metrópole, quando se rejubila de sua política que permite *alcançar suavemente o mesmo que com as armas se pretende*.¹⁸⁴

Sob o influxo de Albuquerque Maranhão, aquele Norte se fez imediatamente Brasil, na própria tradição de Pernambuco, donde procedia pelo ânimo dos que o conquistaram. O mesmo Alexandre de Moura, influenciando em Gaspar de Souza, foi quem mais concorreu para que se destacasse do Brasil o que se chamou, depois, Estado do Pará-Maranhão, desunindo-se, assim, a nação que germinava na colônia. De nada valeu o recorte: o que um grande brasileiro fizera, perdurou, e aquela terra, onde até a morte se exerceu a ação da nova energia de Albuquerque Maranhão, ganhou definitivamente a alma do Brasil, como o afirmou nos momentos turvos de após a Independência.¹⁸⁵

184 *Certidão de Ravardière, Doc. L. - O.*, p. 73; *Consulta do Conselho de Portugal ao Rei da Espanha, Filipe III, acerca da empresa do Maranhão*.

185 Está verificado (Capistrano, apoiado em Studart) que, em 621, Ravardière se preparava para invadir novamente o Brasil, e isto justifica, ainda, a tradição colonial antifrancesa.

§ 51º A tradição antifrancesa

Expelido do Maranhão, nem por isso desiste o francês de fazer colônia na América do Sul, e foi levar a sua atividade para o norte do Amazonas, onde hoje se encontra em territórios de Castela. Será preciso outra prova?... Se ele não se estabeleceu mais ao Sul, foi porque encontrou, nessa parte, uma defesa válida e irredutível. Note-se, ainda: a França intentou ser senhora de toda aquela Guiana, até a margem esquerda do Amazonas, e estava em magníficas condições para fazer prevalecer militarmente a pretensão, em vista da base que tinha ao Norte. Mas a vontade do Brasil se impôs, ali, como se impôs a ingleses e holandeses, forçados a retirarem-se, depois de anos de derrotas, bastantes para patentear, neles, o fracasso de planos maiores que o de fazerem rápidos contrabandos.

Vários incidentes, militares e diplomáticos, demonstram o insistente desejo nos franceses de assenhorearem-se daquele extremo Norte, hoje brasileiro. O primeiro episódio, importante, nesse persistir de contestações, é o do forte de Macapá, em 1697. Nesse intervalo, para alimentar a indisposição dos brasileiros, houve que, muitas vezes, as gentes de Caiena transbordaram sobre as terras do Pará; houve, ainda, que, no curso da guerra holandesa, muitos franceses mercenarizados serviram aos inimigos do Brasil. Assim se explica o alarme dos pernambucanos, em 1660, quando viram desembarcar, no Recife, a tripulação de uma frota de guerra,

em derrota para Madagascar. Foram bem recebidos pelo governador, suspeito à gente da terra, e isto mais ocorreu para indispor a população, que, finalmente, obrigou a marinagem a embarcar e partir. Não se tinham apagado as prevenções quando, trinta anos depois, as forças de Ferroles (de Caiena) tomam, de surpresa, o forte de Macapá. Para justificar o ataque, os franceses repetiram a alegação de que a margem esquerda do grande rio pertence à coroa de França. Albuquerque, Governador do Pará, mandou contra os invasores as forças de Souza Fundão. Os franceses defenderam-se como bons soldados, mas, quarenta dias depois de entrados, eram eles completamente dominados, tendo perdido um terço da força de ocupação. Não tarda que se suspendam as relações entre os dois países, França e Portugal; e, agora, a insistência consiste em repetir a alegação de Ferroles; reclamar todo o território ao norte do Amazonas.¹⁸⁶ Num certo momento, eles, os franceses, ocuparam o arquipélago de Fernando de Noronha, donde foram sem tardança repelidos. Nesse meio tempo, intervieram tratados – Utrecht, em que a França, apesar das suas primeiras pretensões, reconhece como brasileiras as terras da margem esquerda do Amazonas, até o Rio Oiapoque (Japoc). Pouco depois, no entanto, os franceses renovaram a contenda, com o alegar que o Japoc *não era o Oiapoque...* e, sim, o Araguari. Isto foi assim até que, submetida a questão à decisão arbitral, já em dias da República, foi reconhecido ao Brasil o que sempre reclamamos. Em todo o intervalo – de Fundão à sentença do árbitro – não cessaram, ali, as agressões, como outros tantos incidentes nocivos para a amizade entre os dois povos. Há a registrar, como manifestações hostis por parte dos franceses, depois do tratado de Utrecht: as de 723, em que arrancaram os marcos primitivos; as de 1727, 1733, 1777, 1782,

186 Ferroles era soldado de Luiz XIV: compreende-se a soberbia com que investiu contra os humildes defensores da terra brasileira.

1792, que se prolongam até as lutas de 1809, quando o Príncipe Regente, D. João, faz conquistar a Guiana Francesa. Seguem-se os incidentes ligados ao tratado de Amiens, e que reforçaram desconfianças e má vontade, até que, num pretexto fútil, aproveitando a situação difícil do Brasil das Regências, a França fez ocupar o território contestado. Intervém a Inglaterra, e, em 841, aquele território é neutralizado. Desse modo, a questão passou para a calma discussão diplomática, até que, noutra período agitado para nós, no início da República, em 1894, os franceses reacendem as hostilidades, quando já perto da liquidação final. Foi o deplorável caso do Amapá, e que começou com as pretensões do aventureiro Breguet, que se dizia soberano de uma *República do Cunani*, no território neutralizado. A situação interna do Brasil – de Floriano a Prudente de Moraes, dava-nos a aparência de um país incapaz de reagir eficazmente, e, em 1895, o governo francês nomeou um negro velho, brasileiro, Trajano, seu representante no mesmo Cunani. Havia notícias de ouro no território contestado, e um Brasileiro, Veiga Cabral, andava por lá, muito mais soberano do que o do francês. Veiga Cabral não se deteve: prendeu o Trajano, e a França, que se considerou ofendida na pessoa do negro velho, resolveu vingar a ofensa, mandando àquelas águas a sua canhoneira *Bengali*, sob o comando do Capitão Lunier, com uma força de desembarque de cento e muitos homens, e “ordem de um *attaque par surprise*, diziam as instruções. Deviam, durante a noite, cercar a povoação e levar preso, para Caiena, Veiga Cabral. Mas, em consequência da maré, o desembarque só se pôde realizar na manhã seguinte, 15 de maio de 1895. Embora apanhado de surpresa, Cabral, à frente de 13 brasileiros e um norte-americano, resistiu por mais de duas horas, retirando-se em seguida para o mato vizinho, com 5 feridos. Segundo a relação oficial francesa, seis dos agressores foram mortos e vinte feridos. Contava-se entre os primeiros o Capitão Lunier, a quem Cabral arrancou da mão

o *revólver*, e o matou desde o princípio, quando, apresentando-se inopinadamente-lhe deu voz de prisão. Entendendo os franceses que deviam vingar a morte do seu chefe... incendiaram diversas casas e mataram à baioneta 38 habitantes inermes, entre os quais mulheres, crianças e velhos de 65 a 80 anos”.¹⁸⁷

Esses fatos são referidos para explicar a tradição que, a respeito de franceses, se formou no Brasil colonial – de sempre inimigos. Nada subsistirá hoje de tal tradição, que era sensível então, e teve motivo para vir até às gerações de ontem, porque, note-se, além dos episódios apontados, há outros incidentes, tristes e maléficos, para as relações entre os dois povos. No Sul, houve, naturalmente, a repercussão de todas as lutas do Norte, e, mais: em 1695, a afrontosa visita de De Genes, que pretende entrar no porto do Rio de Janeiro com a sua frota de cinco navios de guerra, contra a letra dos tratados. O caso foi considerado um insulto ameaçador, e a opinião se justificou quando, quinze anos depois, se deu o ataque do corsário Duclerc. Tais sucessos, muito conhecidos, não são de natureza a modificar a tradição. E Duguay-Trouin ainda os agravou, forçando o miserável Castro Morais a pagar-lhe de pronto os tributos exigidos, ao mesmo tempo que fugia de lutar com os soldados brasileiros trazidos de Minas, sob a alegação de não querer encontrar-se com *os negros de Albuquerque*. Feita a Independência, vêm os sucessos do Rio da Prata, com as grosserias de Roussin, ao Brasil, que acabava de dizer-se independente. Pedro I, que não era brasileiro, cedeu à exigência do francês; mas no ânimo do Brasil acentuaram-se todas as antigas queixas.

Tudo isto pertence ao passado, e não seria lembrado se os fatos não tivessem a significação especial, importante para nós, de serem motivos que agiram explicitamente sobre o sentimento

187 Faz-se esta transcrição de uma *História do Brasil* consagrada: a do Padre Galanti. Os fatos são dos dias de quem escreve estas páginas, e que dá, aqui, o testemunho do horror que eles causaram no ânimo dos brasileiros.

nacional nascente. A tradição correspondente às relações da colônia com a França acompanhou toda a nossa formação nacional. Herdeiros dessa tradição, os brasileiros aceitaram de esquecer-la, opondo a ela os seus anseios de progresso, e uma justa simpatia pelo povo que, no mundo, primeiro falou de uma solidariedade cordial na espécie humana; os brasileiros nunca hesitaram em manifestar essa sua simpatia, e tudo têm feito para aproximarem-se dos franceses, procurando explicitamente os influxos da sua civilização, que é hoje a grande orientadora da nossa cultura. Nunca pensaram em conter os seus entusiasmos pela obra da França. E deve ser assim mesmo. O passado já produziu os seus efeitos: foi escola de patriotismo. Guardemos dele, apenas, o justo orgulho: o Brasil foi o único país onde, em lutas repetidas, a França gloriosa nunca pôde impor a sua vontade.

§ 52º Expansão para o Norte

Discute-se muito, hoje, o valor das regiões equatoriais para a grande civilização, visto como se admite que as *raças brancas* não podem desenvolver, aí, todas as suas energias. Nesse caso, raças brancas são as dos centro-norte da Europa (e a América do Norte), que foram as criadoras da teoria. Vá que seja assim. Para nós, a teoria é de importância reduzida, pois que temos uma verificação nossa, em demonstração acabada: desde os seus primeiros tempos, a colonização do extremo Norte do Brasil produziu uma população vigorosa, capaz de dominar a natureza exuberante, explorando todo o extenso vale, enfrentando o gentio numeroso que ali vivia, e arrancar a posse da terra a franceses, ingleses e holandeses. Se, hoje, a obra da civilização nos parece mesquinha, ali, é que ainda pesam sobre esta pátria as causas que tornaram as gentes fortes de 1650 vítimas da miséria política dos mais abjetos dirigentes de que um povo possa sofrer. Em face das façanhas dos paraenses de 1700,

Southey os comparava aos intrépidos paulistas, proclamados por ele tipos humanos dos mais enérgicos. Depois, o movimento civilizador se retardou... Não foi por efeito do clima sobre os organismos, mas pelos mesmos motivos que conservam gentes de outras partes do Brasil, onde o clima só merece elogios, em condições igualmente amesquinhas e quase nulas para o progresso.

Admita-se, no entanto, que aquele clima é estiolante: o caso se torna mais probante. É sabido que a colonização do Brasil se limitara, no primeiro meio século, ao que vai de Santos a Pernambuco; mais de um século depois de Cabral, ainda era de estranhos todo o Norte, do Ceará para lá. As primeiras notícias exatas do Amazonas, para Jerônimo de Albuquerque Maranhão, foram as informações havidas do francês Raveau, por intermédio de Ravardière. Só então foi decidido, em seguimento ao esforço do Maranhão, conquistar-se o Amazonas. Alexandre de Moura, que recebera a lição de Jerônimo, formula nitidamente o programa, que é tenazmente executado: "... tirar as terras das mãos dos estrangeiros". Em 1615, por determinações explícitas de Gaspar de Souza, começa a luta. Felizmente, para garantir-lhe o êxito, já havia as gerações de brasileiros, afeitos ao clima, ao trato do gentio e ao gênero de guerra que se fazia. As *provisões* e os *regimentos* podem multiplicar os nomes e destacar sucessos; mas a história dos legítimos valores mostra-nos, como dos mais eficientes, os brasileiros Bento Maciel, Fragoso de Albuquerque, Souza Dessa... que abriram o caminho para que Pedro Teixeira se celebrizasse na façanha de haver percorrido o Amazonas... Temos de encontrar toda essa gente, ao lado de Aranha e do mesmo Pedro Teixeira, conduzindo os feitos mais importantes e o melhor na obra de organização da conquista. Com esses homens, na gente que em torno deles se agrupa, patenteiam-se as novas energias que dão valor ao Brasil e nos explicam a extraordinária vitória de Portugal, já decaído, nulo, desnacionalizado, em competência, ali, com as



três nações mais poderosas do Ocidente, que se achavam mais traquejadas na Terra, e com manifesta superioridade: os franceses, pelas boas relações com o gentio; os holandeses porque, logo depois, puderam dispor da excelente posição de Pernambuco, e tinham isolado, assim o extremo Norte; os Ingleses porque já gozavam de grandes facilidades nos mares, conduzidos por homens como Drake e Raleigh, e iniciavam-se bem nos assuntos coloniais. O Brasil, na expansão natural do seu desenvolvimento, pôde realizar o milagre de arrancar o Amazonas a esses povos. Foi a touceira em rebentos fortes, de vigor irresistível. Nenhuma semente de adventício teria prevalecido. O sucesso parece-nos mais espantoso, ainda, porque ali, no Pará, vemos pronunciarem-se, ostensivamente, todos os crimes de uma administração já degradada: corrupção, dissídios, assassínios, roubos... E foi o português quem, como iniciador da conquista, levou o germe de todas essas abominações.

Caldeira Castelo Branco, de quem um mau destino fez o fundador do Pará, e que foi destacado para ali com toda a sua parcialidade, deu o tom da política administrativa da conquista; na subsequente miséria política de Portugal, não há mais redenção possível. Gaspar de Souza, o próprio que o enviou, compreendendo quanto mal havia nele, quisera substituí-lo pelo brasileiro Souza Dessa, “que tem qualidades e muito bem servido nessa conquista...”. A sugestão foi desprezada em Lisboa, apesar de ter sido o mesmo Dessa quem dera as primeiras notícias seguras sobre os holandeses naquele Norte. Logo depois, em 1618, o velho governador teve de intervir, já tarde, a ver se remediava alguma coisa: “... Caldeira que se venha do Pará onde faz mil desconcertos... isto que digo a V. Majestade é a verdade como quem o conhece e sabe como faz...”. De fato: a estrangeiros Caldeira não fez mal que valesse; mas, para o gentio, foi uma fórmula nova nas autoridades portuguesas, em cruel bestialidade. Num só conflito, fez matar



perto de mil índios (pacajás), e não foi tanto o extermínio, como a ferocidade... Daí por diante, diminuirá a maldade para com o gentio, não as facções, e a corrupção, e os assassínios, cujo exemplo é dado torpemente pelo seu cunhado. Tanto se repetem as facções, que os caboclos ponderam: "... como achegarmo-nos e viver bem com gentes que, entre si, tanto brigam e disputam...". Quando vem Fragoso de Albuquerque, tem de lutar fortemente para reduzir as tribos do Tocantins, amotinadas, desencadeadas. Foi um serviço, então, a violência com que ele reduziu esse gentio. E a mesma autoridade teve de prender Caldeira; mas, por sua vez, Fragoso é assassinado – envenenado por outra autoridade portuguesa, o abjeto Coelho de Carvalho,¹⁸⁸ que, da mesma forma, mandou assassinar Souza Dessa, Aranha e outros menores. O assassinio de Dessa causou horror, sem que fosse possível curar o mal, porque a colônia estava como que possuída por essa gente que se plantara com a semente do mal. Dessa tinha sido enviado a substituir Bento Maciel Parente, brasileiro de muito valor, mas contaminado dos costumes da conquista, sobretudo quanto às violências sobre o gentio. Conhecedor das necessidades da colônia, Dessa deixou um resumo do que se devia fazer, magnífico compêndio de ação, num governo profícuo. Sobreleva nas suas palavras o cuidado de “fazer paz universal com os índios, principalmente os tupinambás, gentio de muito préstimo, que sempre serviram bem os portugueses, na paz e na guerra”. Foi quem levantou o forte de Gurupá. Não teve tempo, nem meios, para desenvolver o bem em que pensava. Capistrano diz dele: “... a mais simpática figura da conquista nos primeiros tempos”.

188 Envenenador e ladrão... eram tantas, tais e tantas as suas obras, que Frei Cristóvão disse do púlpito: “Já vi um coelho engolir um navio...”, o navio que Feliciano Coelho roubara com Pedro Teixeira. À noite, ele mandou matar o frade.

A obra de Maciel Parente é mais extensa. Será que esse tinha ânimo para adaptar-se a violência má, do Pará daqueles tempos? É com Aranha que começa o ataque aos holandeses, mas ninguém fez mais, contra os estrangeiros, do que Maciel. Foi quem deu conta de Parcel, no Gurupá: bateu-o, tomou-lhe as posições, e levou-o prisioneiro. Deu uma atividade que se estendeu por todo o Amazonas conhecido no tempo; prendeu, ou eliminou, mais de 300 invasores estrangeiros; incendiou-lhes navios, destruiu posições; percorreu as duas margens do grande rio, até o Jenipapo-paru e o Xingu-Parnaíba; reconstruiu o forte do *Presepe*; foi, pelo Norte, à extrema das reivindicações, e plantou os respectivos marcos de posse; abriu um caminho, do Pará ao Maranhão, a 50 léguas da costa, num percurso de 140 léguas, disputando a passagem, por toda parte, a um gentio hostil. Criado em Pernambuco, foi uma dessas individualidades bem características do Brasil primeiro, e exclusivas dele, no sentido de terem realizado ação difundida e, por conseguinte, nacionalizadora. Foi bandeirante, no Sul, à procura de minas, preocupação que manteve por toda a vida; combateu como voluntário os piratas de Lencaster; depois, foi valoroso cabo de guerra contra o invasor holandês; lutou com o gentio no Maranhão; veio ao mesmo Maranhão cooperar na expulsão dos holandeses, em 1644. Mas a grande obra de Maciel Parente, mesmo no mal, se fez no Pará: tinha grande experiência das causas do Brasil, e muito tino; em mais de uma conjuntura do seu governo, mostrou-se verdadeiro organizador, sobretudo porque era uma forte personalidade em toda atividade. Quando julgou chegado o momento de solicitar mercês, pôde alegar – trinta e seis anos de grandes trabalhos, *comparáveis aos de um Cortés...* afirmava a sua empáfia.¹⁸⁹ Podia dizê-lo, sem que isto lhe fosse honra maior, que

189 Com 4 canoas atacou uma nau holandesa, no Pará; tomou-a, matando a todos... (Frei Vicente, p. 503.)

Cortés não teve de arrancar territórios a ingleses, nem holandeses, senão a astecas inermes. Nos anos das lutas de conquistas, não houve, pelo Pará, quem contasse mais proezas de mais eficácia. O famoso Pedro Teixeira, feliz em tantos lances, teve de recuar com os seus 5.000 soldados índios e as centenas de portugueses, sem ter conseguido fazer com O'Brien o que Maciel fizera a Parcel.

E tanto valem as energias brasileiras, irradiantes para aquele extremo Norte, que, apesar do clima, antes de vinte e cinco anos, estava feito o *Estado do Pará*. Como, pelo Brasil anterior, a colônia se organizava sobre a terra arrancada ao estrangeiro. Intransigentemente repelidas destas costas, as nações piratas tiveram que afastar-se, até passar ao outro hemisfério, onde era o incontestável domínio de Castela. Não é que a Espanha considerasse aquele Amazonas-Orenoco uma coisa de somenos valor. Tratava-se do *Eldorado*, que, então, tentava o grande Raleigh, como tentara Pizarro. Desde aqueles dias – de Orellana, que o castelhana quer estabelecer-se no grande rio. Mais tarde, porque pareceu possível chegar, por ali, às minas do Peru, o governo de Madri considerou a navegação do Amazonas coisa essencial aos seus interesses. Quando Luiz Aranha fez a sua primeira exploração (levado por pilotos brasileiros), o intuito imediato era achar o caminho para o Potosí (Frei Vicente). Pois bem: foi Portugal, renovado nas gentes brasileiras, quem decidiu e realizou a conquista do grande vale, que era tido, por ele mesmo, como domínio de Castela,¹⁹⁰ a qual nada fez, quando era soberana no Brasil, para impedir que

190 Na época em que se iniciou a conquista do Amazonas, os portugueses davam como limites do Brasil, ao Norte, a embocadura do Amazonas. A *Derrota do Rio das Amazonas*, por Souza Dessa, e que é uma das notícias mais precisas em 1615, aceita muito explicitamente: Brasil até a barra do Amazonas... Castela, dali para o Norte. Dessa já insiste na possibilidade de ir por ali ao Peru, e trazer a prata... Foi Bento Maciel o primeiro que levou, ostensivamente, os limites do Brasil para o norte do Amazonas, já, agora, em detrimento dos franceses, que ali dominavam.



o Amazonas fosse anexado à colônia de Portugal, nem procurou garantir para si a posse do que, sendo seu, era, então, conquistado por súditos seus. Por isso mesmo, em 1617, já o Espanhol D. Fr. de Texada e Mendoza constatava pesaroso: “*que los portugueses han poblado en el Rio de las Amazonas...*”. Ainda depois da *Restauração* de Portugal, o jesuíta espanhol, Acuña, envia um memorial ao governo de Madri, insistindo nas vantagens e necessidade, para a Espanha, de dominar nas águas do Amazonas, afim de garantir-se contra inimigos (holandeses e ingleses) que ali se estabelecessem. Era tarde: o Brasil havia tomado a si o encargo de guardar a grande entrada para o coração do continente. É de notar que a Castela era relativamente fácil dominar aquelas costas, em vista das suas posições no mar dos Caraíbas e no Golfo do México.

§ 53º Defesa contra os ingleses

A luta sustentada no Amazonas foi, principalmente, contra ingleses e holandeses. É verdade que nos fastos da defesa territorial do Brasil o nome do inglês aparece menos, como que esporadicamente, em episódios rápidos. Não haja ilusão a esse respeito: depois da tutela da Inglaterra sobre o miserável Portugal dos Braganças, o Brasil – colônia portuguesa – não foi ostensivamente atacado; antes, porém, esse domínio foi vivamente cobiçado pela pirataria inglesa, até que o britânico, prático, reconheceu mais vantagem e mais possibilidades em aplicar os seus esforços sobre os territórios de Castela. Melhor se compreenderá o desenvolvimento dos ataques ingleses sobre o Brasil tendo-se em vista os três períodos em que se apresenta a situação exterior de Portugal: conquistador soberano, até que é enfeudado na coroa de Castela, em 1580; dessa data, à *Restauração* – governo dos Filipes; o Portugal *restaurado*, aliado subalterno da Inglaterra. No primeiro período, o inglês ainda não é um povo ultramarino, capaz de afrontar



Portugal. As façanhas marítimas de que resulta a riqueza e o império da Inglaterra começam com Drake e exercem-se furiosamente contra a Espanha, inclusive os domínios portugueses; mas, como essas primeiras operações são quase que exclusivamente de pirataria, o Brasil é menos procurado; a fúria dos corsários ingleses vai sobre os galeões do Peru e a Índia famosa. No terceiro período, a Inglaterra explora Portugal num modo mais eficaz do que se se desse à pena de fazer conquistas ostensivas. Esses motivos gerais devem completar-se, no entanto, com a essencial resistência do Brasil e a sua capacidade de defesa.

Ainda que fracos, em poucos aventureiros esparsos, desde cedo o inglês avança sobre o Brasil. Começa ao mesmo tempo que a colonização regular dos portugueses. E cita-se um Hawkins, que tem frota especialmente para o tráfico do Brasil, na Bahia, em 1530. Nos tempos seguintes, o comércio se regulariza, por intermédio de armadores de Southampton, até que, em 1542, um certo Pundney levanta um forte, bem em face do sítio do Caramuru. Mas não passou adiante, e não tarda que a Bahia de Tomé de Souza seja uma potência, diante da qual se calam as pretensões dos ingleses raros que andam por aqui. Todavia, antes mesmo do desastre de Alcácer-Quibir, em 1567-72, outros ingleses tentam uma colonização definitiva, no vale do Paraíba (do Sul), estimulados, talvez, pelas aventuras dos franceses, e com a aquiescência, certamente, dos tamoios dali. “Também os ingleses tratavam por esses tempos de estabelecerem-se no Brasil (1572)... Fixaram-se em grande número no Paraíba do Sul. Aí se ligaram a mulheres do país, e com mais uma geração poderiam os anglo-tupis mestiços vir a ser perigosos vizinhos, se o governador não os tivesse, no quinto ano de residência, atacado e exterminado”.¹⁹¹ Para prevenir outros efeitos de ingleses, Martin de Sá aconselhou, então, a fundação de

191 Southey, *op. cit.*, I, p. 429; II, p. 120.

duas aldeias no Rio Macaé e na Baía Formosa. “Esses estrangeiros contavam com o apoio de mamelucos e de cristãos-novos para estabeleceram-se no Rio de Janeiro e no Espírito Santo”.¹⁹² Esta informação de Capistrano de Abreu se liga, talvez, àquele plano, desvendado por Gondovar, e a que se refere Southey. Sobrevém a anexação de Portugal à coroa dos Filipes, e os ingleses, mais senhores no mar, têm desassombro nos seus planos... Fala-se, então, de um inglês residente em Santos, John Withall, que provocou, em 1576, a vinda de um navio inglês, o *Menion*, e que, na qualidade de amigo, foi muito bem recebido naquele porto. Com isto, persiste a memória dos primeiros projetos, de sorte que, em 582, bate Fenton sobre Santos, com a sua frota. Frei Vicente, que conta o caso circunstanciadamente, afirma que estes vinham com o intuito “de se fortificarem, em São Vicente, e fundar colônia...”. Vieram em três galeões, falando em nome do Prior do Crato. Os colonos desde logo os repeliram, sem forças, no entanto, para uma operação naval imediata. Chegaram navios espanhóis, e os ingleses safaram-se. Pouco depois – três anos – é a proeza de Withrington, sobre a Bahia, em puros feitos de pirata. Esses ingleses, imediatamente hostilizados pelos índios das aldeias dos padres, bombardearam a cidade, mas não ousaram dar desembarque, aí; dirigiram-se para os engenhos do *Recôncavo*, onde foram sempre maltratados, até que, no ataque à Itaparica, o Caapara¹⁹³ e outros da terra os repeliram. Foram ainda a Camamu, para maior façanha do Caapara, que matou oito deles, trazendo ao governador as respectivas cabeças. É contra esses invasores que aparece aquela heroína de Itapoã, “a cavalo, com lança e adarga” Withrington operara de parceria com Lister.

192 *Capistrano* – Notas a Frei Vicente, p. 441.

193 Era Governador Cristóvão de Barros, e pegou dos homens frouxos na defesa da terra – *meteu-os num cesto, no pelourinho, de roca à cinta...*

Segue-se (1591) Cavendish, um Drake sem resquícios de humanidade e de nobreza. Age secundado pelo Vice-almirante Cook; desembarca em Santos, onde passa dois meses, e não faz mais que pilhar, incendiar e matar bestialmente. Não há lances de heroísmos além do próprio saque. Num segundo ataque, Cavendish faz desembarcar, em Santos, 25 homens, que são batidos e aprisionados pelos santistas. O pirata intenta incendiar a povoação; mas desiste e, em companhia de Cook, vai sobre o Espírito Santo: a força de desembarque – duas bateladas – é desbaratada, morrendo-lhe o Capitão Morgan. Roído de despeitos e pesares, diz Southey, o almirante perece em viagem para a Inglaterra. Quatro anos depois, Lencaster foi mais feliz no Recife. A degradação patente, na administração colonial, não permite uma resistência eficaz, apesar de que a gente da terra dá o seu valor para a defesa: houve quem tentasse incendiar os navios do corsário feliz. Demais, para agravar o caso, o opulento Pernambuco de então foi como que um *rendez-vous* de piratas; reunidos os três bandos navais – ingleses, franceses e holandeses –, a população não poderia investir eficazmente contra eles: saquearam, fartaram-se todos, e foram-se, na evidência de que domínio definitivo era bem mais difícil. A história seguinte deu a prova disto.

O fato de que os ataques ingleses eram sempre por conta de corsários não lhes tira a significação, quando sabemos que o grande Império Britânico se gerou nas façanhas de grandes piratas. O mérito intrínseco, e real, da nação inglesa está em tirar, daí, uma grande construção política, com imarcescíveis efeitos nacionais, purificando, de certo modo, a obra de pirataria. A importância desses tais ataques é demonstrada pelas palavras de Southey: “Sem o zelo perseverante dos missionários, a rara população europeia (no Brasil) do começo do século XVII não teria podido resistir aos piratas ingleses”. Temos aí a realidade dos ataques; quanto a explicação que ele dá – a resistência pelo zelo apostólico... essa

é o efeito de um qual excesso de refração: desde a intervenção – Nóbrega e Anchieta, no caso da confederação dos Tamoios –, que o grande historiador é levado a achar influxo de missionários em todas as nossas defesas, inclusive contra os ingleses. Só depois, na luta contra os holandeses, é que ele soube reconhecer o verdadeiro agente – o patriotismo. Foi depois dessa pirataria, nos rastros de Raleigh, que os ingleses tentaram a exploração do Amazonas. Aliás, Southey mesmo reconhece que Raleigh nada obteve contra o Brasil.

Os ingleses começaram as suas tentativas sobre o Amazonas em 1616, na terra dos tucujus. Estabeleceram-se, uns duzentos, garantidos pela aliança dos naturais, e esperavam um reforço de mais 500 aventureiros, quando Jacome Raymundo os atacou e desbaratou completamente. O comandante inglês era soldado de valor e grande renome nas guerras dos Países Baixos. Nesse mesmo tempo, procuravam eles estabelecer-se no Oiapoque. Então, o Rei da Inglaterra, Jorge I, já havia dado, a três dos seus servidores, toda a região compreendida entre o Amazonas e o Essiquibo; a concessão foi transferida, depois (1617-1627), a uma companhia organizada por North, representante de Lord Buckingham. Quer dizer: a Inglaterra estava seriamente empenhada no caso. Pretendem autores ingleses que, em 1622, os portugueses foram derrotados, ali, pelos ingleses e holandeses... Vicissitudes de campanha. A verdade é que, em 1623, os holandeses eram vigorosamente batidos; dois anos depois, caía em poder dos portugueses o forte Filipe, levantado pelos ingleses, e, logo depois, a verdadeira fortaleza de Camaú. Do lado britânico, aparecem aí grandes nomes – Roger Fray, Jaime Parcel (irlandês), o Conde de Brechier... Quando chega o célebre reforço dos 500 homens, já não havia ingleses que os recebessem, e foram aprisionados (Southey). A melhor atividade do lado dos ingleses é a dos irlandeses Jaime Parcel e O'Brien. Aquele foi batido e aprisionado por Bento Maciel; voltou à campanha sem

maior ventura, e foi dos que influíram para a vinda de O'Brien, que, sem ser militarmente vencido, teve de render-se, para cair sob a felonia de Pedro Teixeira e Feliciano Coelho. Do lado do Brasil, os nomes são esses mesmos já citados, destacando-se Jacome Raymundo, Bento Maciel, Francisco Coelho, Souza Chichorro, Antonio Cavalcanti... Em 1626, Luiz Aranha relata: “botei uma nau no fundo (inglesa). Com morte de muita gente, em que entraram seis fidalgos ingleses e um deles chamado o Capitão Parqua (Parker) irmão de um Conselheiro d’El-Rei da Inglaterra, que nas partes de índias havia saqueado a ilha da Trindade e morto ao gor dela...”. Em seguida, ele exorta o governo – “que, mande com muita brevidade, acabar de conquistar os ingleses que naquele grande Rio (Amazonas) me ficaram que serão 250 até 300...”. Do comércio de ingleses e holandeses ali, Aranha o indica: “... grandes proveitos que tirão da terra em tabaquo urucu e carajuru que são tintas como gran. E algodão, pita e madeiras. E outras coisas de que... carregam doze até quinze navios por ano”. Em 1632, com a perda desastrosa do forte de Camaú, desistiram os ingleses de ter domínio no Amazonas brasileiro. Comandava a fortaleza o grande R. Fray. A posição foi tomada de assalto; o capitão não estava, e quando se recolheu ao seu posto, o navio é rendido de abordagem por Souza Chichorro. Houve motivo para a desistência.

§ 54º Defesa do Amazonas contra os holandeses

Quando os batavos pretenderam ficar no Amazonas, eram as *Províncias Unidas* a nação mais poderosa do mundo. De certo momento em diante, senhores de Pernambuco, tinham os holandeses facilidades especiais, como não havia para os outros. Assim se explica que eles se demorassem mais tempo naquele Norte do que os ingleses, e que tivessem por ali um comércio mais seguido

do que o de qualquer outro povo. Diz, no tempo, o Padre Antonio Vieira que, só para o transporte de peixe-boi, eles mandavam vinte navios, por ano, às costas do Pará. Antes mesmo de Luiz Aranha, já se lhes fazia a guerra, que não mais cessou, sem que se distinguissem muito – *ingleses de flamengos*. Ainda no governo de Caldeira Castelo Branco, há um ataque de Bento Maciel, dirigido especialmente contra os fortes holandeses de Gurupá, que foram tomados, apesar de defendidos por uma forte guarnição de 300 europeus. Foi essa a primeira grande derrota deles ali. Na mesma ocasião, destruíram-se engenhos de açúcar que lhes pertenciam, e demonstravam o intuito de fazerem colonização estável. Não há dúvida de que o governo da metrópole, ao intentar a conquista e defesa do Amazonas, pensava sobretudo em precaver-se contra os batavos; as informações de Dessa (pág. 265) referem-se explicitamente a eles. Há, de notáveis, ainda, os feitos de Luiz Aranha, orientado por pilotos brasileiros de Pernambuco e Maranhão: “... fiz pazes... grande número de gentio. E o persuadi que me acompanhasse com as suas canoas e armas e com ele rendi e tomei duas fortalezas holandesas que naquele grande rio tinham situadas, uma chamada Matutu. E outra de Nassau cativando-os a todos... assim botei uma nau a fundo”. Conta Frei Vicente do Salvador que, num desses ataques de Luiz Aranha, Bento Maciel teve que vir em quatro canoas, “ao socairo da caravela em que Aranha atacava ao holandês; a gente de Bento Maciel atacou a flamenga a machado, abriram-lhe o costado e a fizeram ir a pique, matando a ferro e fogo a tripulação de cento e vinte homens”. Dois a três anos depois, Pedro Teixeira (1625) ataca os fortes que os holandeses mantinham no Xingu; bate-os e mata a maior parte das respectivas guarnições. Os poucos que escaparam, sob a conduta do tenente Bruine, vieram trazer a triste notícia ao Almirante Lucifer, que se achava no Oiapoque, aonde, como representante da companhia

batava das *Índias Ocidentais*, tratava de levantar um forte. Em 1628, o mesmo capitão toma e desmantela o forte que esse inimigo havia levantado na confluência do Maracapucu e o Amazonas. Os holandeses insistem, e, em 1629, Bento Maciel os bate de novo, e lhes toma fortificações. Não desanimam ainda: em 1639, mandam um navio de 20 canhões, em operações contra Gurupá, navio que foi tomado por João Pereira Cáceres. Gurupá era ponto vivamente procurado. Não conseguiram tomá-lo, mas insistiram: só num ano – 1647 –, mandaram ali 8 navios fazer resgates. Durante todo esse tempo, eles, assim como os franceses, tiveram o apoio efetivo dos nheengaíbos, numeroso e valente gentio de Marajó. Note-se, agora: tudo isto se fazia sem os necessários auxílios da metrópole. Em 1624, o pernambucano Antonio Barreiros, Capitão-mor do Maranhão, dizia ao rei: “...tive do Governador de Pernambuco Mathias de Albuquerque um aviso da parte de V. Maj. de inimigos e como me vejo sem socorro algum de pólvora, ou munições, para defesa desta tão desfavorecida conquista...”. Nem o pobre Matias podia mandar o que ele mesmo não tinha, que os sucessos de cinco anos depois bem demonstraram o abandono do próprio Pernambuco, a joia do Brasil de então.

De toda essa frequência de estrangeiros no Amazonas resultou ficarem estabelecidos no Pará, com a colônia aí feita: “50 ingleses, franceses e irlandeses, alguns deles casados e antigos moradores, diz Lucena, gente muito prejudicial e nociva... aliados com esse corsário ubrandegos, e seu filho”. O corsário é o mesmo chamado, por outros, de *Andregus e Baldregues*, e que aparece como a alma dos tratos que o invasor ainda mantém na terra; é aprisionado, assim como o filho, e são desterrados para as terras do Itapicuru. Tais estranhos são *nocivos* porque “não convém que vão para a Holanda nem Europa, por serem muito práticos e grandes línguas de gentio...”.

§ 55º Progressos do Brasil, no século XVI

A energia dos primeiros colonos, comunicada e renovada nas gerações que logo sobrevieram, não serviu, apenas, para defender a posse da terra, mas, principalmente, para fazer dela uma *pátria* – habitação propícia e definitiva das novas gentes aqui formadas. O Brasil começou a vida civilizada na produção agrícola, humanizando as paisagens, prendendo ao solo os que para aqui vieram. E, graças à energia dessas primeiras populações, a colônia realizou, desde logo, sensíveis progressos. Os primeiros pioneiros vinham, deliberadamente, fazer exploração estável, pois que não havia riqueza para saque, e tiveram a fortuna de conhecer, em boa experiência, nas Ilhas, a cultura da cana-de-açúcar, que era, então, a mais própria para o Brasil. Pernambuco, a terra fadada a essa cultura (como ainda hoje), foi, por isso, a primeira grandeza do Brasil, por todo o século XVI e o XVII. Não só do Brasil, como da América em geral. Os castelhanos encontraram riqueza feita, grandes impérios, de relativa civilização; mas o gênero de exploração, e o próprio temperamento, não lhes deixavam fazer imediatamente população estável, com produção de riqueza vinculada à terra. Ali, na capitania de Duarte Coelho, sim: com trinta anos de colonização regular, já há fartura de produção de açúcar, para uma exportação notável. Antes, mesmo, ainda em vida de seu fundador, Pernambuco deu mais de 20.000 cruzados de rendas a Duarte Coelho, e muito mais para a Coroa (Frei Vicente). Só os dízimos eram em mais de 60.000 cruzados... No entanto, a grande prosperidade de Pernambuco só começou quando se conquistaram ao gentio as terras do Cabo, anos depois da morte do primeiro donatário. Agora, o surto de progresso, sobre a exploração agrícola, é assunto que maravilha a quantos conhecem aquele Norte. Os franceses, à testa do gentio da Paraíba, continuam a ser grave

ameaça, sem que se detenha o desenvolvimento da capitania e das terras contíguas. Já a Baía tem desbravado e cultivado o seu famoso *Recôncavo*, e, em 1576, o açúcar do Brasil é o mais abundante na Europa. Pero de Magalhães calcula, para essa época, 33 engenhos em Pernambuco e uma exportação de 70.000 arrobas. Com a pacificação da Paraíba, a produção vai a mais do duplo, em poucos anos. Ericeira dá para aquela capitania, em 1581, 67 engenhos, exportação de 200.000 arrobas, mais de 100 colonos com renda média de 5.000 cruzados, e uns dez com a renda orçando entre 8 e 10 mil cruzados; na Bahia, haveria uns 36 engenhos, mais de 100.000 arrobas de açúcar de exportação, num movimento de mais de 1.400 embarcações nas águas interiores da baía, mais de 100 colonos, com a renda de entre 3 a 5 mil cruzados.¹⁹⁴ As estatísticas de 1585 variam: Linschoten, muito citado pelos Europeus não peninsulares, abaixa a exportação do açúcar do Brasil a uma cifra que coincide, pouco mais ou menos, com a de Southey – perto de 200.000 arrobas para Pernambuco e Bahia; mas Varnhagen, de acordo com Handelman, dá a cifra de 220.000 arrobas: Rebelo da Silva eleva ainda mais a exportação – cerca de 250.000 arrobas.¹⁹⁵ Não deve haver sensível exagero nestas cifras, atendendo-se a que os mesmos autores dão ao Sul uma proporção relativamente insignificante: 10 engenhos, para São Paulo, Rio e Espírito Santo, sem menção de exportação. Aí, a grande produção era de cereais, gado, farinha de mandioca (grande exportação para a África). A atividade das gentes tomava outro rumo. Nessa época – 1587, inicia-se um forte comércio para o Rio da Prata, que se provê de muita coisa no Brasil. Foi o começo do desenvolvimento econômico do futuro vice-reinado.

194 Estas cifras concordam com as de Fernão Cardim, que descreve “*de visu*” (*Narrativa Epistolar...*).

195 De Lannoy et Van der Linder, *Expansion Coloniale*, p. 205. *História Geral do Brasil*, T. I, 318; *História de Portugal*, V. p. 123.

Há um meio indireto de apreciar o progresso e a riqueza daquele Norte: o tom de vida que ali se fazia, e a importância dos despojos levados pelos piratas que ali se fartaram, no começo do século XVII. Frei Vicente menciona que, em 1600, havia em Pernambuco 100 engenhos de açúcar, 50 na Bahia, e 40 no Sul; ao mesmo tempo, ele faz notar que, nos seus dias, era o porto de Pernambuco o mais frequentado. Pouco tempo depois, o jesuíta Joaquim atestar que Olinda é a mais rica e mais desenvolvida cidade da América. De fato, à parte os galeões do Peru, a cobiça dos grandes piratas se dirige para Bahia e Pernambuco. Ainda em dias do século XVI, Lencaster pôde tirar do Recife com que abarrotar 16 navios, fartando a três nacionalidades de saqueadores. Depois, tinha crescido tanto a produção e a riqueza que no momento de entregar-se o Recife aos holandeses queimaram-se mais de 120.000 cruzados de açúcar. Estabelecida ali a Companhia das Índias Ocidentais, até o ano de 1638, já tinha embolsado 28 milhões de florins dos saques nas propriedades e dos navios aprisionados, os quais subiam a 547. Só no ano de 1630, quando apenas funcionava uma dúzia de engenhos, a produção foi de cerca de 100.000 quilos; e, conta Barleus, houve dia em que saíram de Olinda 40 navios carregados dessa mercadoria, deixando nos trapiches carga para outros tantos. No período de Nassau, a renda anual era de cinco milhões de florins.¹⁹⁶

No último quarteirão do século XVI, era o Norte do Brasil que supria de açúcar os principais mercados da Europa.¹⁹⁷ Essa prosperidade refletia-se esplendidamente no tom de vida dos respectivos *senhores de engenho*, cujo trato deslumbra Cardim: "... fizeram grande honras e agasalhados, com tão grandes gastos que não saberei contar... grandes banquetes de extraordinárias iguarias... leitões de damasco carmesim, franjados de ouro... senhores de engenho de

196 *O Príncipe de Nassau*, de M. T. Alves Nogueira, p. 133.

197 Southey, *op. cit.*, V. p. 82.

quarenta e mais mil cruzados de seu. Seis deles todos vestidos de veludo e damasco de várias cores me acompanharam... Bebem cada ano, de 50 a 80 mil cruzados de vinhos de Portugal...”¹⁹⁸ Já os aristocratas rurais do *Recôncavo* da Bahia, apanágio da capital do país, vinham competir com os senhores de engenho de Pernambuco. E aponta-se aquele Brasil como a grandeza e o fausto da América. Southey, que conhecia a grande vida, dedica páginas a descrever os requintes da sociedade baiana e a opulência elegante dos rurais pernambucanos. É o tempo em que o Prata vivia como o relembra Mejía: “... pobreza de la tierra y poco se aumentaba su población por falta de todo lo mas preciso para la vida humana”.

No Sul, a vida é mais rude, sem maior ostentação, e o progresso se faz noutros aspectos que não a riqueza imediata: preparam-se as gerações que devem dar ao Brasil os longes sertões, e as minas que, se não foram apuro humano, trouxeram, pelo menos, o desbravamento das terras e o seu povoamento. Não admira, pois, que nos seus dias, já Fr. Vicente aponte o Brasil – como o país a que se acolheria, talvez, a coroa portuguesa, que, no entanto, era a poderosíssima Casa d’Austria. Antes, em 579, o Prior do Crato, pretendente ao trono, já via no Brasil – nação digna de ser a sede da monarquia portuguesa, cuja coroa reivindicava. Na mesma contenda, o Rei de Espanha, “considerando fazer proposta aceitável, diz Southey, ofereceria a coroa do Brasil ao Duque de Bragança, em troca do reconhecimento dos seus direitos (de Filipe II) ao trono de Portugal”.

A prosperidade do país, no começo do século XVII, é tal que Southey sente necessidade de procurar causas especiais para ela: o grande número de *cristãos-novos* que para aqui vieram. Mas nós sabemos que essa primeira riqueza era expressão da cana de açúcar, e que não era a lavoura a ocupação preferida por esses judeus. O mesmo historiador, em face da opulência e importância das

198 Cardim, *op. cit.*, de p. 329 a 331.

populações coloniais, é levado a concluir que a relativa liberdade concedida a essas populações representa a consideração com que o governo português as trata, em vista da importância que nelas reconhece. É legítima a conclusão: quando a Índia minguava, o Brasil crescia em riqueza, tanta que, mesmo depois das turbações produzidas pela ocupação holandesa, feitas as pazes, coube-lhe, ao Brasil, pagar metade da indenização a que o governo de Lisboa se comprometeu. Foi por tudo isto, que o Padre Vieira o disse: “*A Casa da Índia se converteu em Casa do Brasil*”. Até no desenvolvimento do Prata, encontramos o reflexo dessa prosperidade: obcecado pela exploração mineira, a metrópole castelhana fechara as suas colônias do Prata, condenando-as à vida mesquinha de agricultores e criadores sem mercado; mas o Brasil, já muito próspero, com as facilidades que a reunião das duas coroas permitia, foi um primeiro e excelente freguês para a produção de Buenos Aires.

CAPÍTULO VIII

LUTA CONTRA OS HOLANDESES

§ 56º Condições gerais

A defesa contra os franceses decide-se pela ação do primeiro grande brasileiro. É a revelação do que a nova raça pode dar; mas tudo se faz como desenvolvimento da primitiva energia, sem distinguir-se formalmente da atividade portuguesa. E nesse modo continua, até que a colônia se completa ao Norte. O heroísmo dos que fundaram o Brasil dera tudo que podia dar. Segue-se uma crise gravíssima – a invasão holandesa. Foi um perigo superior a quanto já tem ameaçado a colônia, e esta, que já era uma pátria, esteve a desaparecer, para a tradição em que se formara, porque essa tradição era representada, agora, na degeneração e no apodrecimento dos dirigentes portugueses, com a miséria do Estado que neles se realizava. Não vale alegar que, nessa conjuntura, o responsável era a coroa de Espanha; era a mesma nação de sempre, no evoluir de destinos próprios. Toda a modificação se resumira em que Filipe II da Espanha funcionava como Filipe I de Portugal. Os responsáveis pela sorte do Brasil eram os estadistas portugueses. A circunstância da junção das duas coroas – Portugal e Castela – na mesma dinastia só podia ser vantajosa para a defesa do Brasil. Veremos, em tempo, que, em Pernambuco, o holandês ameaçava não só o resto da colônia, como as próprias possessões de Castela, e veremos, também, que o governo dos Filipes fez o possível para alijar os invasores, com os recursos de Portugal, e, mais – exércitos e esquadras da Espanha. Não bastaram, porém,



esses meios, que eram os do grande império deixado por Carlos V. Castela no, que lhe era próprio, já se defendia mal dos ataques holandeses; na parte do Brasil, sob a gestão do Estado português, a defesa foi tão incapaz quanto afrontosa a derrota. E, como bem o demonstrou Southey: “O Brasil teve que dever a sua restauração aos indomáveis brios do seu povo”. Então, era a Holanda a potência mais forte da Europa, e atacava uma colônia *praticamente abandonada*. Portugal só, Portugal e Castela, desde que a Holanda forte os atacou, perderam por toda parte; como poderia o Brasil subsistir? Um parecer, transcrito por Southey,¹⁹⁹ deixa patente que a Espanha julgava insuperável a dificuldade de defender o Brasil, e só esperava remédio da ação dos próprios brasileiros. “A corte preferia deixar os pernambucanos libertarem-se por si...”. E eles se libertaram... Derrotando o Estado português, a Holanda se estabeleceu na terra genuinamente brasileira; a derrota, confessada pelo espanhol, foi miseravelmente aceita pelo português. E o brasileiro, na perspectiva de sacrificar a tradição em que se formara, e de refazer os seus destinos, sentindo, intensa e dominante, a necessidade da pátria em que existia, reagiu implacavelmente para continuar a ser brasileiro. Foi uma explícita manifestação nacional, de uma pátria irredutível, no ânimo de um povo invencível. Portugal, degradado, desapareceu implicitamente, e um novo motivo, ao sopro vivificante da América, se impôs sobre os que pretendiam dominar Pernambuco.

O caso do Brasil vencedor do holandês é único; dá para meditar.

Não será para refazer a história dessa luta, tão conhecida e esmerilhada, mas, para destacar, nos sucessos e nas tendências que os conduzem, as poderosas afirmações da alma brasileira, e, ao mesmo tempo, reconhecer os antecedentes das causas que, depois,

199 Todas estas referências de Southey são dos capítulos dedicados a esse pedaço de história. Seria impertinente estar a citar página por página.



vieram aviltar destinos gloriosamente anunciados naquela intransigência patriótica. A nacionalidade que tão precocemente se patenteara muito sofrerá, por isso mesmo que trabalha, produz e tem de que ser espoliada; sofrerá, em virtude dessa precocidade terror de uma metrópole que, agora, só poderá viver nutrida com o que tirar do Brasil... A defesa de Pernambuco se fez numa verdadeira substituição de valores humanos: a mãe-pátria, que abate na miséria da incapacidade; uma nova pátria que lhe salva a tradição e a impõe contra todos. Volvem-se as páginas dessa guerra, e os heroísmos ressurgem a qualquer mais leve movimento, com a prova de tudo: a decadência do Estado português, a degeneração e degradação dos seus governantes, o eclipse do seu heroísmo, o surgir de um sentimento nacional já próprio do brasileiro, e o mais em que se expande a paixão patriótica – virtudes, dedicações, entusiasmos... personalidades em relevo de força e ação. E, como significação definitiva, uma vontade soberana, inflexível, condensadora de energias, organizadora de destinos.

§ 57º A degradação da metrópole

Mesmo sem a preocupação de inferir e fazer filosofias, fora impossível rever os sucessos ligados à invasão holandesa sem que na mente se destaque a verdade: nas primeiras investidas – Bahia, Pernambuco, que são recebidas necessariamente pelas organizações militares normais da metrópole, prepostas à defesa armada, o invasor facilmente leva de vencida tudo que se lhe opõe; depois, quando a população se encontra na situação de vencida e dominada, ei-la que reage, dá de si elementos eficientes, organiza o contra-ataque, e, finalmente, repele aqueles mesmos que venceram as forças regulares. Por toda parte, essas forças são miseráveis de incapacidade, quando não de covardia. Mas as gentes da terra conseguem guardá-la, a essa terra, que já é uma pátria nacionalizada. É a primeira da América, tão real e definida, que não pode ser

dominada, nem absorvida. Existia na tutela, ainda, da metrópole que não a pôde defender; mas, como lutava contra o estrangeiro para continuar a ser da sua tradição, teve que guardá-la integral, a essa mesma tradição, e, com isto, a tudo que, desse passado, já era infecção. Assim, continuou a tutela que, agora, é a do fraco a amparar-se no forte, a temê-lo, empenhado, por isso, em contê-lo, e, para contê-lo, enfraquecendo-o sistematicamente, desnaturando-o. Desse momento em diante, a metrópole degradada, miserável, converteu-se em espoliadora feroz, no papel de um inimigo danoso. Não só espoliadora, mas corruptoramente opressora, já despeitada, já invejosa, a realizar, em tudo, o pior dos senhores – o fraco decaído. Se a isto juntamos a circunstância do gênio português, exaltado pelo mercantilismo, teremos a explicação do que foi depois a vida do Brasil – vitoriosamente definido, mas jungido a Portugal; o Brasil, contrariado em todos os seus surtos naturais, e nas suas legítimas aspirações; o Brasil estiolado, tiranicamente mantido na ignorância e na obediência absoluta, desvirtuado nas suas tradições, roubado de tudo, até da sua história...

A luta contra o holandês alimenta-se de energias essenciais, indestrutíveis; por isso mesmo, vence os *Insurgentes*. Com esta vitória, ilumina-se a consciência nacional: duas gerações se passam, e os descendentes dos heróis reclamam autonomia, na pátria que libertaram, e a reivindicam contra os exploradores mascates. Estes são os fatos. Mas a história se corrompe, e a tradição se desvia propositadamente. Pois, não é extraordinário isto?!... A maior guerra da América, até os fins do século XVII, guerra sustentada por mais de dez anos, em combates dos mais mortíferos da história, contra a nação mais poderosa, na época, só teve valor, enquanto o Brasil foi colônia, para um historiador estrangeiro, que teve prazer em fazer dela o que ela realmente é – uma epopeia. Para o Portugal dos Braganças, os fastos da *Insurreição Pernambucana* seriam, apenas, motivo de vergonhas e de receios: não poderiam ter consagração.

Em 1624, já era patente a degradação de Portugal, sobretudo nos grandes responsáveis. No primeiro ataque à Bahia, apesar de prevenidos os governantes, a cidade foi prontamente tomada, recolhidos riquíssimos despojos... As companhias de soldados, postados para repelir o desembarque do inimigo, nem se mostram a ele: tomam-se de medo, e fogem sem disparar o tiro que trazem no arcabuz. E o holandês, que desembarcou sem nenhum embaraço, entra pela cidade, como se fora a sua vivenda de família: "... chegaram os holandeses à porta da cidade... e não achando quem lhes contradissesse, entraram e tomaram dela posse pacífica".²⁰⁰ O governador lá estava no seu palácio, como para uma recepção. Os holandeses subiram até lá, e ele, num esgar de demência, puxou da espada inútil, para ser preso, antes de qualquer maior desatino. Como se vê, o desastre se explica, não tanto por covardia, mas por desorganização, incapacidade, incúria, frouxidão, estupidez... É natural na decadência por degeneração: pode substituir a coragem física, mas amesquinha-se fatalmente a inteligência, dissolve-se o caráter. O comentário de Netscher diz tudo: "Parece incrível que em 1624, tão prontamente se submetessem a nós esses mesmos portugueses que nos combateram com tanta coragem..."

§ 58º O poder das Províncias Unidas

É eloquente o comentário de Netscher, mas incompleto na explicação; quem se submeteu ao holandês não foi propriamente a nação portuguesa, e, sim os seus degradados dirigentes; quem

200 Frei Vicente, p. 512. Capistrano, na sua notação, lapidarmente despretenhosa, registra: "... a 9 tomava alguns fortes e iniciou o desembarque, a 10 o pânico entregou-lhe deserta a metrópole do Brasil. Fugiram quantos puderam..." Na linha seguinte, ele lembra uma circunstância que é a explicação mesma da suprema miséria: "Habitavam a capital o governador e o bispo com seus fâmulos militares, oficiais de fazenda e de justiça, mercadores... A vida verdadeira (da gente da terra) e vigorosa estava de fora dos muros..." (*O Jornal*, 27.01.1925.)

reagiu, no Brasil, e tão vigorosamente bateu o invasor não foi o Estado português, mas o ânimo brasileiro, que, em virtudes novas, se comunicava depois, aos próprios portugueses incorporados na *Insurreição*.

A Holanda de 163..., com poder para facilmente alijar Portugal das suas melhores conquistas, chegou a ter a posse regular e contínua de 6 das 12 províncias do Brasil. Era a primeira potência, no mundo de então, como força, prestígio, competência, riqueza, saber, atividade, arte... e implacável avidez. Esse primeiro ataque à Bahia foi de 21 navios, de entre 300 e 700 toneladas,²⁰¹ e um séquito de vasos menores, com cerca de 300 canhões. Para a época, isto representava muitíssimo. A colheita pirata se fazia por conta dessa famosa *Companhia das Índias*, que é, ela mesma, a melhor expressão do valor da Holanda entre as nações; representava a mais formidável organização financeira e comercial do mundo. Ao passo que, na Inglaterra de 1630, apenas se encontram 72.000 libras para formar a *Companhia das Índias Orientais*, os holandeses organizaram a sua, para as *Índias Orientais*, com o fabuloso capital, folgado e pronto, de 600.000 libras. A das *Índias Ocidentais*, era igualmente rica e potente. Em treze anos, ela, só, equipou 806 navios e armou 67.010 soldados. Não lhe faltavam meios para isto. O grande capital empregado chegou a dar, em certo momento, 95% de dividendos. Só em Pernambuco, a *Companhia* teve anos de 4.276.400 florins de rendimentos. Nessas condições, compreende-se bem que o holandês não deixaria o Brasil senão deixando as carnes – muito sangue, muita vida; só poderia alijá-lo quem possuísse valor igual, e mais a chama virgem de um ideal – o raiar do patriotismo. Lembremo-nos de que foi o holandês quem desarticulou, abateu e aniquilou o formidável Império da *Casa D'Áustria*: Espanha e Portugal, toda a América, Países Baixos,

201 No século XVI, os grandes navios são de 400 a 600 toneladas; no século seguinte, eles vão a 800, 900 toneladas. Na época de Elizabeth, o maior navio do mundo deslocava 1.000 toneladas.

quase toda a Itália, Boêmia, Hungria, grande parte da Alemanha... Todo esse poder, o maior, até então, depois de Roma, foi vencido pelas *Províncias Unidas*.

§ 59º A tropa se rende... a gente da terra reage

As virtudes que hão de salvar o futuro Brasil manifestaram-se desde o primeiro desastre: o Estado português se rende, o holandês se estabelece; mas a população repele imediatamente o domínio do estrangeiro. A vereança da cidade da Bahia, gente da terra, agrupa-se em torno do bispo, substituto legal do inepto governador aprisionado; decide-se a resistência ativa, e começa a reação. Aparecem, com isto, nomes que são exclusivamente brasileiros, até pelo nascimento. Avisa-se Pernambuco, que virá com a sua gente, afeita a defender o Brasil. Acodem, da Bahia, os senhores que estão nas suas terras, e nomeia-se primeiro comandante da reconquista o brasileiro Lourenço Cavalcanti de Albuquerque. Daí por diante, a luta será feita pela população, insurgida contra o invasor. A primeira reação armada foi da parte de “quatro índios dos *padres*... que não tinham tanta paciência...” comenta o brasileiro de Fr. Vicente. Não tarda que acuda Afonso Rodrigues, da Cachoeira, com os seus índios, que ainda são chamados de selvagens; Melchior Brandão, de Paraguaçu, vem para ser o segundo comandante, e traz a sua gente; Lourenço de Brito acha na população da terra um corpo de *voluntários*... Desenvolvia-se a guerra, com grave espanto dos Holandeses, que, se não compreendiam “como os portugueses entregavam as cidades sem lutar”,²⁰² menos

202 Há um livro de brasileiro – *O Príncipe de Nassau*, M. T. A. N. todo em consagração dos holandeses, a repetir todos os alegados desses vencidos, contra os brasileiros seus vencedores. É assim que Sebastião do Souto é tratado a apenas como *traidor* aos holandeses, por não haver continuado a trair a sua pátria em favor dos mesmos Holandeses. Aí, repetindo sempre o batavo, diz-se que havia, na Bahia de 1624 cinco mil homens em estado de defendê-la. Todos sabemos que há nisso exagero. Todavia, é verdade que as tropas da guarnição e os homens válidos da cidade podiam ter detido por muito

compreendiam que uma população de simples coloniais se levantasse e pretendesse resistir à poderosa expedição que dominara a cidade capital. Teve um efeito muito interessante, esse início de hostilidades: a chusma dos mercantis reinóis, que ficaram na cidade com os invasores, sem outro brio que o de vender e ganhar, vendo os seus *negócios* atrapalhados, e receando que os holandeses vingassem neles os maus efeitos da campanha, “... com temor que os holandeses se alterassem... se saíram da cidade sem tornarem mais a ela...”.²⁰³ Por esse tempo, estão chegando os de Pernambuco – D. Francisco de Moura, Souza Dessa..., e reforços que Mathias de Albuquerque envia para maltratar o holandês. De fato: as simples guerrilhas dos primeiros tempos tinham feito perder a vida a um dos chefes inimigos, o Coronel Vandort; agora, em combates de verdadeira guerra, morre o seu sucessor, Alberto Scutis. O Sul, não menos brasileiro intransigente nos seus brios contra o estrangeiro, vem com o fluminense Salvador Correia de Sá e Benevides; a força, quase toda de brasileiros, mamelucos e índios mansos, começa a luta pelo Espírito Santo, onde desaloja o holandês, e prossegue até a Baía, onde, de par com as tropas de D. Fradique, participa da vitória final. Para agir com a grande esquadra, os três irmãos Cavalcanti de Albuquerque armam, à sua custa, uma flotilha; guarnecem-na com parentes e amigos – 130 valentes, e vêm para a Bahia. De caminho, encontram-se com um navio holandês: morrem cinco dos pernambucanos, mas conseguem chegar a tempo de entrar em combate. O Rei lhes reconhece o serviço, e agradece por carta.

A frota de D. Fradique fora mandada porque Castela mesma se arrepiara com a perspectiva de ficarem os holandeses no Brasil. O esforço essencial estava feito, na formidável reação da gente

mais tempo os piratas assaltantes. Gonçalves Dias reconhece que, então, houve portugueses traidores, e que ficaram impunes. (*op. cit.*, p. 185.)

203 Fr. Vicente, *op. cit.*, L. V., cap. 22.

da terra; o batavo sentia-se fatigado, e reconhecia que ainda não seria, aquela, a vez de tomar pé no Brasil. A grande esquadra de D. Fradique era mais espetáculo de parada do que aparelhagem de guerra viva. Em verdadeiras batalhas, teria feito a figura que se reproduziu na frota do Conde da Torre.²⁰⁴ Foram valentes, não há dúvida, os homens que guerrearam na Bahia de 1624; mas a vitória já estava assegurada no valor teimoso dos que, desde o começo, atenuaram os holandeses. Mesmo na crise final, foi decisivo o concurso dos pernambucanos, baianos, fluminenses e paulistas – os verdadeiros combatentes na guerra que, ali, devia ser feita. A prova está em que, quando se repete a tentativa do holandês contra a Bahia, apesar de já estar ele estabelecido em Pernambuco (1638), nem é preciso a farandulagem de uma grande esquadra: os atacantes são 30 navios, 5.000 homens. As fortalezas, sob a responsabilidade dos guerreiros oficiais – as de São Filipe, São Bartolomeu e Monserrate, são abandonadas, ou rendem-se sem esquentar os canhões; e vai assim o caso, até que o povo exige que a cidade seja defendida: intervêm os tremendos guerrilheiros veteranos de Pernambuco; morre o temível alagoano, Sebastião Souto; mas o próprio Nassau, o grande príncipe, tem de aceitar a derrota, com a perda de 2.000 dos seus, e de reduzir o despeito a crueldades inúteis sobre os indefesos habitantes do Recôncavo. O senado da Câmara da Bahia, “reconhecendo que, abaixo de Deus, a vitória se devia em grande parte às tropas pernambucanas, oferece-lhe o donativo de mil e duzentos cruzados”. Eram tropas fatigadíssimas, após retiradas penosas, sem que, nunca, se deixassem vencer; haviam perdido, até então, porque lhes faltava o grande general que domina a fortuna e sabe fazer valer o heroísmo; em vez disto, tinham tido a estratégia miúda de Matias, ou a hesitação quase covarde de Bagnuolo. Atacada ainda, pelo

204 A esquadra se caracteriza na proporção da provisão de água e de vinho: traziam, em vinhos, 60% da quantidade de água, que devia servir para todos os fins.



mesmo príncipe, a Bahia teria sido despojada, se ele não tem de-
frontado, ali, com aquele terrível pernambucano, Luiz Barbalho,
o invulnerável, que, baldo de recursos, tenazmente perseguido
pelas melhores forças do holandês, bateu-as sempre, e escapou
ilesa, para esperá-lo nas colinas da Bahia, e arrancar-lhe da boca
o pedaço apetecido.

Não podia ser de outra forma; a vida pública da nação portugue-
sa chegara ao aviltamento definitivo. E quando há uma aparência
de regeneração, com o restabelecimento da dinastia nacional, é
que a miséria se revela completa: os embaixadores do Rei fogem
com as somas que lhes são confiadas, e vão fazer mais dinheiro
– vendendo ao castelhano os segredos de Estado do seu país. E é
pela mão do inimigo de sempre, o desleal, pirata e cruel holandês,
que Portugal se *restaura*, cedendo-lhe tudo, mais que a honra: a
vida do filho... A política portuguesa, naquela conjuntura, é a da
abjecção covarde. O Portugal heroico sumira-se. O que surgia com
a restauração eram as fezes de uma orgia. E o Brasil, gerado no
primeiro heroísmo, ainda preso pelo cordão umbilical da colônia,
ia, agora, contaminar-se até a saturação de miséria moral.

O caso do primeiro ataque à Bahia, com o sucesso da reação, te-
ria bastado a qualquer governo, que não fosse o dos degenerados
dirigentes portugueses, para ter Pernambuco (mais rico, então, do
que a Bahia) em estado de resistir. E nada se fez. O holandês, for-
tíssimo, sequioso de saque e de vingança, nem teve o cuidado de
ocultar os seus intuitos: toda a Europa sabia que se preparava, nos
portos batavos, uma esquadra poderosa para atacar Pernambuco.
E nada se fez. Como providência definitiva, destaca-se Mathias
de Albuquerque para defender o Brasil. O general anda de Madri
para Lisboa, e de Lisboa para Madri, à espera dos recursos necessá-
rios, e recebe, como forças, 27 homens. Chega à Bahia, onde devia
organizar o seu exército, e encontra 130 soldados disponíveis,
cujas condições, meses depois, são assim descritas por Southey:
“Insignificante como era o reforço, foi difícil achar-se provisões;



nem tinham os soldados paga ou vestidos além do dinheiro que o general adiantava do seu bolsinho”. O inglês não se contém: “Jamais houve colônias tão cruelmente descuidadas pelo seu governo”. Em Olinda, opulenta, faustosa, já contaminada, dominava, justamente, a expressão desse contágio, para motivo fácil dos pregadores, que prometiam, abertamente, – o holandês, como merecido castigo de degenerados e corruptos. Com esses miseráveis recursos Matias pretendeu resistir. À frente de 150 homens, quer opor-se às grandes forças holandesas, que, bem guiadas pelo português judeu, Antonio Dias, eram trazidas por outros caminhos, e facilmente se apossavam dos baluartes da defesa, onde viviam os seus espiões. Na frouxidão das tropas regulares, insensíveis aos esforços de Matias de Albuquerque, puderam os invasores estabelecer-se em Olinda, onde só encontraram a heroica resistência dos pernambucanos que, na emergência, se incorporaram ao lado de Temudo e de Salvador de Azevedo. Toda a guarnição do forte de São Jorge; menos sete, foge miseravelmente; vêm patriotas pernambucanos substituí-los. Finalmente, sem esperança de salvação, incendeiaram-se 3.500 caixas de açúcar, 3.000 de vinho, entregando-se o Recife ao inimigo.

Mas não está acabado o sucesso: a terra brasileira estremeceu, e, de toda parte, acodem patriotas – contingentes de voluntários, com que Mathias de Albuquerque pode organizar um começo de resistência séria, com o acampamento fortificado do *Bom Jesus*. Ali, aparecem os que serão, depois, tremendos guerrilheiros, capitães de vitórias definitivas: os brasileiros – Barbalho, Camarão, Vidal de Negreiros, Rabelo, Henrique Dias, Porto Carreiro (Paraíba)... O batavo mesmo refere que o brasileiro Bento Maciel (1630), em Santo Agostinho, com forças muito inferiores, resistiu e pôde manter-se contra toda a tropa que viera na esquadra – 18 navios de Thiszoon e Walbeek.

Foi, o arraial, o germe no bom terreno, a gloriosa escola de resistência, o fecundo tirocínio de combates que ensinaram os

pernambucanos a enfrentar o holandês, a vencê-lo, a desprezá-lo. Com isto, tivera a metrópole tempo para preparar os reforços que deviam recuperar Pernambuco. Se houvera, então, um auxílio sério, um bom esforço de governo capaz, os invasores teriam sido aliçados. Nos dois primeiros anos não lograram nenhuma vantagem definitiva: “Nada conseguimos tirar desses pernambucanos; não há aparência, segundo juízo humano, de que tão cedo consigamos comércio e trato com eles”. São os termos em que um flamengo do Recife expõe a situação dos seus. Tão fatigados e desanimados estavam eles, pelos repetidos reveses nas guerrilhas, que pensaram ter de desistir da empresa; foi quando incendiaram Olinda, e que as ações da *Companhia das Índias Ocidentais* baixaram a 40% do valor. Exaltaram-nos, logo depois, as vitórias de Calabar; garantiu-os por muitos anos ainda a definitiva incapacidade da metrópole.

§ 60º Os esforços do moribundo

Preparam-se os esforços que deviam reconquistar Pernambuco. Vieram, com a tristemente famosa esquadra de Oquendo, as truculentas tropas de Bagnuolo, a quem coube o inglório papel de consagrar a definitiva derrota da metrópole. No entanto, eram veteranos de guerras europeias, e em número relativamente respeitável: 4.000 homens de tropas regulares, cifra nunca atingida pelos desorganizados *Insurgentes*, que, no entanto, bateram o holandês. O almirante espanhol teve a ventura de poder resistir ao inimigo, e, sem vitória efetiva, conseguiu descer os socorros – esse exército de Bagnuolo, como de mercenários fatigados, sem chefes próprios para a guerra no Brasil, e, todos, desiludidos de motivos patrióticos. Foram nocivos desde o começo. Com a estúpida e grosseira soberba de europeus, irritaram a muitos brasileiros, fazendo arrefecer o entusiasmo dos menos confiantes; determinaram a passagem do formidável mameluco Calabar para os holandeses. Bagnuolo é o contraste do alagoano, valente, como

astuto. Perde-se o litoral da Paraíba, perde-se o próprio arraial do Bom Jesus, e chega o momento em que só há, de possível, a retirada. É a retirada para as Alagoas, sinistro e desesperado expatriamento de vencidos, soldados esgotados, entregues à miséria sem remissão. Quando quisermos motivos de emoção em vórtices de horrível, devemos procurar aquela história. Basta-nos ler os transe dos que, trôpegos, se arrastaram com os vencidos de Mathias de Albuquerque: três mil pessoas – velhos, mulheres e crianças, quatro mil índios mansos, duzentos carros de bois, protegidos por trezentos soldados, restos da longa e dolorosa campanha. Sem estradas, sem recursos, apossados pelo inimigo, atormentados pela hostilidade de tribos implacáveis, os desgraçados retirantes faziam o caminho num repetir de lamentos, com um rastro de cadáveres, desolação, misérias, agonias... Desalentados, febris, muitos preferiam, finalmente, ficar no abandono, e esperar a morte, qual fosse, a prosseguir para acabar nas veredas escusas, ignorados, vencidos pelas exaustões, ou ansiados de novos azares, na visão de constantes sofrimentos, com as ouças fatigadas de soluços e gemidos.²⁰⁵ É verdade que a maior parte dos portugueses preferiu ficar no Recife, e continuar a fazer fortuna com o holandês. Só assim se explica que Southey, ao lembrar os transe da emigração, fale explicitamente dos Brasileiros: “Para honra dos brasileiros, todos aqueles, dentre eles, que mais terras possuíam em Pernambuco, as abandonaram agora, preferindo o desterro ao

205 Oliveira Martins encontra, nesse lance, emoção para desencadear o seu estro: “O êxodo dos pernambucanos... perdidos pelos sertões bravios, aseteados pelos índios, sequiosos e famintos, caíam aos centos: e a coluna que avançava ia deixando uma esteira de cadáveres, logo devorados, cujas ossadas brancas semelhavam as listas de espuma que os navios largam ao passarem rápidos sobre a onda do mar sombrio e duro...” Página de poeta sem visão: o transe dos pernambucanos foi mais chão e bem mais horrível, apesar de que não havia gente para morrer aos centos, nem os heróis deixavam os seus mortos aos urubus. E ainda falta indicar a coragem estóica de Camarão, a fechar a retaguarda dessa desolação, defendendo absolutamente os brancos que a ele se entregaram.

jugo do estrangeiro. Queixavam-se da metrópole que os esquecia, não da própria desgraça; suportavam-na, a esta, como homens dignos de a melhorarem”. Se os emigrantes eram senhores rurais, deviam ser brasileiros, pois a terra já era, ali, na sua maior parte, de brasileiros. O próprio Fernandes Vieira ficou, para dar população ao holandês, e enriquecer nos escambos que arrematava.

Com a retirada de Matias de Albuquerque, acabou o mais eficaz na resistência oficial contra os invasores. Seguem-se batalhas que são desastres, e servem, apenas, para consolidar o domínio do holandês. A primeira campanha, apesar das derrotas, foi salutar: preparou o essencial nos patriotas pernambucanos, e deu-lhes a arte dos combates. Além disto, a resistência inicial foi organizada por um capitão nascido no Brasil, feito no espírito da nova pátria, capaz de aproveitar as suas energias.²⁰⁶ Fora dominado, no primeiro momento, porque tudo lhe faltou, talvez, mesmo, independência de ânimo para ser inteiramente novo e brasileiro; e também porque os *socorros*, viciados, vieram perturbar a sua obra. Tudo que Matias obtivera resultara do valor pernambucano. Com um pouco mais ele teria expelido o holandês; mas, sem plano de grande ação, contrariado no que era possível, o capitão, vítima do amparo nulo da metrópole, teve que ser o comandante da retirada definitiva. Chamaram-no ao reino, processaram-no, e, como criminoso, tiveram-no preso até que a *Restauração*, balda de valores humanos, apelou para ele, que lhe deu a única verdadeira vitória, na primeira campanha contra Castela – em Montijo.²⁰⁷ Portugal, incapaz, decaído, só sabe, agora, destruir o que não pode defender,²⁰⁸ e castigar num indivíduo a miséria moral que é de to-

206 Na sua época, todos os potentados portugueses, no Brasil, faziam-se conduzir em liteira, cadeirinha, ou rede: Matias viajou e andou sempre a cavalo.

207 É a única batalha dessa campanha registrada por Voltaire. (*op. cit.*, p. 24.)

208 Tornaram-se famosas, pela insistente repetição, as ordens de destruição dos bens de Pernambucanos, por parte do governo da colônia: queimem-se

dos. Matias conseguiu apanhar Calabar e executá-lo; mas a vitória continuou com os holandeses, cada vez mais acentuadamente, pois que não era um Calabar mais, ou menos, que poderia dar superioridade guerreira a quem, degenerado, era necessariamente inferior. Depois de Porto Calvo (onde pereceu o mameluco), é que se acumulam as grandes derrotas, que terminam com a retirada até Torre d'Ávila, na Baía.

No entanto, a guerra tem de continuar algum tempo, porque Castela sabe que o seu México e as riquezas do Peru ficariam à mercê do holandês, se este fosse definitivamente senhor de Pernambuco. Então, insiste em garantir-se, e manda novos reforços, cujo comando esteve oferecido a diversos, até que os de terra foram entregues à valentia desastrada de Rojas y Borja, e os de mar – 30 navios – à incompetência de Lopo de Hozes e D. Rodrigues Lopo. Resultou, daí, uma das últimas batalhas de defesa do Brasil, sob a responsabilidade dos militares oficiais da metrópole. Foi a *batalha da Mata Redonda*, miseravelmente perdida, e que se caracteriza por estes fatos: Bagnuolo foi contra a resolução de Rojas de batalhar; quando este impelia os batalhões a avançar para alcançar a vitória que já se oferecia, é abatido por uma bala vinda de um dos seus esquadrões, o que lhe arranca, nas vascas da morte, a apóstrofe: “Es possible que esto se me hace, estando entre hidalgos portugueses?” (foram palavras colhidas por Frei Manuel do Salvador, que o amparou); o filho de Bagnuolo recusa-se a assistir com a sua gente aos batalhões que fraqueavam, e foge (foi preso pelo próprio pai); só os guerrilheiros – Camarão e Rabelinho, sabem fazer uma retirada honrosa, e, com isto, salvam os restos das forças. Não é para admirar o que um militar português, o Cap. Homem Cristo, diz do exército da terra.²⁰⁹ No Brasil, onde a

as mercadorias do Recife, queime-se pau-brasil, destruam-se engenhos, incendeiem-se canaviais...

209 “Ignóbil exército, que desde 1640 só consegue *reabilitar-se* quando generais estrangeiros, Schomberg, Lippe, Beresford, trazendo consigo numerosos

população comum produzia os Barbalho, Camarão, Negreiros, Souto, Henrique Dias... a degradação portuguesa não chegaria nunca, a patentear-se, como aconteceu nas feitorias e fortalezas dos domínios africanos, quando os holandeses de Pernambuco quiseram apoderar-se delas. Para assenhorear-se de São Jorge de Mina, é enviado, por Maurício de Nassau, o expedido Van Iperen, que lhe escreve, ao princípio – “...ter tornado o pulso à guarnição, e ser a coisa muito fácil”. De fato, chegados os holandeses ao castelo de São Jorge, o respectivo comandante o entregou sem disparar um tiro, deixando ao inimigo, intactos, os trinta canhões e mais: 9.000 arráteis de pólvora, 800 balas de ferro e 300 de pedra. Anos depois, já *restaurado* Portugal, é tomada Luanda, sem maiores dificuldades, nem pelejas; e, logo em seguida, a ilha de São Tomé, onde, após simulacro de resistência, com a perda de *três heróis*, o governador se entrega. O Estado português registra a miséria do seu representante encarcerando-o pelo resto da vida. Tudo mais que o holandês tomou a Portugal, fora do Brasil, ele o guarda, exceto Angola: um brasileiro, à testa de uma expedição organizada no Rio de Janeiro, e cuja melhor força é feita de 600 fluminenses, vai desentocá-lo ali mesmo, e o bate, e restitui a Portugal aquilo que soldados portugueses haviam abandonado covardemente.

§ 61º Até à traição

Sem intuito de infamar: é impossível não notar o aviltamento do grande heroísmo, que se corrompera em mercantilismo. Finalmente, era esse o motivo dominante nas almas, e, por ele, a maior parte dos que o representavam vão até à traição. Na Bahia de 1624, já o vimos, os comerciantes reinóis são exclusivamente dos seus negócios, e ficam gostosamente ao lado do holandês. Há

oficiais seus compatriotas, reabilitam... a força de chicote!” (*A anarquia em Portugal*, p. 333.)

mais do que a simples quebra do caráter patriótico: há traição criminosa, ignóbil. Frei Vicente assistiu a quase todo o drama, e participou dele na qualidade de prisioneiro dos Holandeses. Clérigo, podendo ficar nesta neutralidade natural do sacerdote, ele foi sobretudo brasileiro. É, assim, quem conta que, desde logo, dois portugueses serviam de espias dos holandeses, prevenindo-os dos ataques dos brasileiros. Uma investida séria, logo no começo, fracassou por causa disto: os índios de Francisco Dias de Ávila foram imprecavidos, e os espiões tiveram tempo de fazer o seu ofício. Depois, quando esses inimigos quiseram conquistar o *Recôncavo*, eram portugueses que iam pelas fazendas, procurando convencer as gentes que *aceitassem os holandeses*.²¹⁰ Por tudo isto, uma vez tomada a cidade, umas das providências de D. Fradique foi mandar fuzilar os portugueses que tinham traído, ficando com o inimigo. Depois, na Paraíba, o português Bento Rego Bezerra, para ter a boa vontade dos holandeses, traiu pernambucanos, fornecendo ao invasor preciosas informações, prestando-se, até, a guiar Segismundo pelos melhores caminhos, para ocupar os pontos estratégicos.²¹¹ Essa tendência à traição já a conhecia Matias de Albuquerque, que teve necessidade, mesmo, de fazer enforcar alguns dos mercantis do Recife, apressados em continuar com os seus negócios à sombra do domínio holandês, e que não lhe perdoavam, a Matias, um patriotismo estorvante. Depois lhe pegaram fogo à casa, e o general teve de fingir não perceber a coisa, tantos eram os suspeitos. Cita-se ainda o caso do português Sebastião de Carvalho, cuja traição, conhecida, serviu, até,

210 Um senhor de engenho, tão da terra, que é conhecido apenas pela alcunha Antonio dos Couros, falado por um desses traidores, “se virou para o português mediano chamando-lhe (Camilo Castelo Branco já xingou Fagundes Varela por escrever assim) tredo a El-Rei e parcial aos holandeses, logo disse ao capítulo (holandês) que não queria com ele paz senão guerra”. (Frei Vicente, p. 528.)

211 M. L. Machado, *op. cit.*, p. 128.

à estratégia política de Fernandes Vieira. Da mesma época, e do mesmo mundo, era o judeu português, Gaspar Dias, inteiramente vendido ao ouro holandês, a explorar, na sombra deste, a miséria dos dominados. Alguns desses traidores foram castigados – muito poucos. A propósito de outro, o D. Estevam Pinheiro, que, traidor, ficou impune, comenta o Padre A. Vieira: “No correr de toda essa guerra, não se viu um único português castigado por ter procedido mal, apesar de se terem dado disso tantos e tão flagrantes exemplos”.²¹² Enquanto isto, Southey considera justa atestar: “Não houve pernambucano que não procedesse dignamente nessa guerra”. Por sua vez, já Frei Manuel do Salvador havia contado de pernambucanos que se matavam, “para não se entregarem aos holandeses. Voltemos à Bahia, por ocasião da forte investida de Nassau: um oficial português descobriu que havia traidores entre os que o rodeavam, e enlouqueceu. A maior parte dos reinóis só queriam passagem para a Europa.

Tudo isto tem explicação natural, necessária. O heroísmo português fora a exaltação de um desejo, infundido na ideia de uma pátria que o realizaria. Quando, pelas conquistas, o desejo se resolve em mercantilismo, o heroísmo que dele se nutre quebranta-se, dissolve-se em transigências, concessões, vilezas, próprias do espírito mercantil. A decadência portuguesa é manifesta; mas a escola em que as populações brasileiras se fizeram teve virtude para comunicar-se aos capitães portugueses-brasileiros da primeira resistência, e levou-os a uma intransigência preciosa, porque, como já foi assinalado, essa primeira resistência deu treino aos guerrilheiros, cuja estratégia, iluminada de heroísmo, venceu o Holandês. Enquanto a direção efetiva foi do Estado português, com a realização da sua estratégia, o invasor esteve garantido; só quando Pernambuco se levanta, com a sua exclusiva ação guerreira, é que se elimina o holandês.

212 Padre Galanti, *op. cit.*, p. 37.

Haverá quem alegue: todo o desastre vem de que a Espanha curava mal do Brasil, colônia portuguesa, e não tinha maior interesse em realizar uma reconquista que tornaria Portugal mais poderoso. A explicação não honra o espírito donde saiu. Os Filipes bem sabiam que, em Pernambuco, defendiam o que era do seu Portugal, como garantiam as colônias de Castela, inteiramente à mercê do batavo, se este fosse senhor definitivo daquelas costas. Em Madri sempre se considerou que Pernambuco holandês era uma ameaça constante. Do Recife saíram frotas para captar os famosos galeões de ouro, como saíram esquadras para atacar o Chile, e sairia uma para tomar as grandes Antilhas, se não foram os preparativos da *Insurreição*. Já estava pronta. Quando se perdeu o *Arraial*, houve consternação real, na capital espanhola. O trono de Castela tinha absoluto interesse em expelir os holandeses, e, nesse intuito, tirou da Espanha mesma quanto lhe foi possível – exércitos e esquadras: D. Fradique, Oquendo, Rojas e o próprio Bagnuolo... Se um tal esforço não deu resultado, foi, além do mais, porque a campanha estava sob a gerência do Estado português, inteiramente incapaz, então. A degeneração em que se degradou toda a Ibéria antecipou-se, de muito, em Portugal. Por isso, no caso, a maior infâmia é do Portugal restaurado, que, ostensivamente, abandonou Pernambuco, mostrando-se, por vezes, até molestado dos seus zelos patrióticos. Esteve pronto a *vendê-lo* pelo preço da sua segurança na Europa. Ainda vinculado à coroa de Castela, é Portugal quem se nega a concorrer para a reconquista de Pernambuco. O próprio Rei disto se queixou, quando, em 1637, procurou arrancar Pernambuco do poder holandês.²¹³ Filipe de

213 Nesse tempo, Filipe IV de Castela escrevia a Margarida de Mântua, Regente de Portugal, em nome dele: “O que faz a admiração universal é que, depois de perdido o Brasil, sendo conquista desse reino, com o Governo e Governos que tem havido, não tem sido possível enviar armada considerável dessa coroa, a tratar de o defender e recobrar, estando em diferentes vezes aparelhados muitos navios desta de Castela; e ao tempo de se apresentarem



Castela manda, por sua conta, uma grande esquadra, *provida de tudo*, diz ele... menos de capacidade guerreira para realizar a empresa a que se propunha... Tal nos diz a história.

§ 62º Miséria das Marinhas de Guerra

Nos efeitos positivos, pouco importa ao brasileiro esse ajuste de contas, entre Castela e Portugal, no fim de saber: quem falhou no caso de Pernambuco. Basta-nos verificar a incapacidade de um, o aviltamento de ânimo do outro, o abandono final, e o resultado geral – decadência completa dos dirigentes ibéricos, com desatino em Castela; e degradação em Portugal. A prova completa disto nós a temos no estado de universal miséria das esquadras e nos desastres das suas operações de guerra. As forças de terra, renovadas no improviso dos esforços patrióticos brasileiros, não deixam bem sentir a degeneração das tradições peninsulares; mas, na marinha de guerra, que só pode existir como instituição e organização do Estado; na marinha, que não pode ser improvisada, a decadência é manifesta e absoluta. Tudo tinha apodrecido, sobretudo os homens, sobretudo os do comando, sobretudo nos de Portugal. Mal se compreende como os imbecis de 1630, covardes por incapacidade, possam ser descendentes dos marinheiros que, primeiro, no renovar da civilização ocidental, realmente dominaram os mares e afrontaram o tenebroso desconhecido. Agora, o sinistro dos desastres é de proporção com a intrepidez e a capacidade de antanho. Simples, miseravelmente simples e uniforme, a história das frotas portuguesas na guerra de Pernambuco pode ser contada em poucas linhas. Nos primeiros feitos, com a de D. Fradique, vem

ficou pelos ministros portugueses em tanto grau, que, feita a conta, por esta Coroa de Castela se há feito milhão e meio de gasto, em diferentes aprestos para esse fim, que ficaram perdidos, por não haver concorrido a coroa de Portugal. E não havendo remédio para fazer este despacho se há tirado da substância deste e dos demais reinos meus, para pôr esta armada de vinte galeões, provida de tudo, que custa mais de um milhão” (Varnhagen.)



uma frota portuguesa ao mando de D. Manuel de Menezes: logo na vinda, o galeão *Conceição* dá à costa, em Cabo Verde, estupidamente, e, no desacordo de marinheiros de fancaria, os fidalgos que nele vinham, sendo altas patentes, foram os primeiros a procurarem descer atropeladamente, pelo que, não obstante o pouco risco de esperar a vez, a soldadesca, apavorada, se atirou na água, morrendo quase todos. Depois, na volta, o desastre foi completo: a frota de D. Manuel de Menezes separa-se da esquadra espanhola, e de vinte e seis navios que eram, apenas um chegou ao Tejo – esse mesmo que trazia a infeliz relíquia do descrédito. Tudo mais, uma frota inteira, se desfizera sem glória, e sem outros motivos, se não a decadência geral. Pouco depois, foi mandada a esquadra sob o comando de Vasconcelos da Cunha, com seiscentos homens de desembarque: não afronta o Recife, vai para a Paraíba, e ainda não quer encontrar-se com o holandês; segue para o Rio Grande, onde o inimigo o obriga a combater, incendiando-lhe alguns dos navios, tomando-lhe os outros. Vasconcelos procura salvação em terra, e, como o holandês, em face de adversário tão incapaz, facilita, o comandante português poderia ter retomado os navios perdidos; mas a tripulação agora se afirma, mostrando que não tem nenhum empenho em vingar derrotas: rebela-se e obriga Vasconcelos a descansar. Finalmente, por simples imprevidência do inimigo, é retomada uma das embarcações: perderam-se as outras onze, e, dos 600 homens, salvaram-se 180. Segue-se a esquadra às ordens de D. Rodrigo Lopo de Hozes; poderia ter tomado o Recife, onde havia 200 homens, apenas; mas não tinha ânimo para tanto, nem para desembarcar as forças onde fosse mais conveniente, segundo lhe pediam Soares Moreno e os outros bons capitães da terra: foi deixar as tropas em Alagoas, para Rojas ser vítima da bala de seus próprios comandados, e deu por finda a sua missão. Depois é a celebre esquadra do Conde da Torre, célebre não tanto pelos 86 navios de que se compunha, mas pela incapacidade covarde do comando, incapacidade que anularia

muitas centenas mais de navios. Também poderia ter tomado o Recife; são os próprios holandeses que o afirmam, porque muito temeram, que o não conheciam. Desatinada, segue para a Bahia, porque a bordo há falta de tudo o que é preciso para fazer a guerra; tudo, principalmente qualidades militares. Foi-lhe preciso um ano para terminar os preparos, e voltar a procurar o inimigo, sobre quem tinha uma superioridade de mais do quádruplo – 86 para 18. O holandês considerava-se perdido, mas não desanimou. Chamou o almirante português a combate, e fez dele o que quis: desjuntou-lhe a frota, bateu-o em quatro combates sucessivos, e destruiu o que tinha mais valor, anulando completamente a formidável esquadra, essa mesma que, ainda na Bahia, havia recebido um reforço de 16 navios e 12.000 homens. Enquanto isto, logo no começo do primeiro combate, os holandeses haviam perdido o comandante-geral, e tinham como totalidade de forças 6.200 europeus e uns 1.000 índios, tirados de um exército maltrapilho, necessitado, porque os terríveis guerrilheiros pernambucanos haviam assolado a capitania, esvaziando-a dos recursos que podiam servir ao inimigo.

§ 63º O valor militar dos insurgentes

Não se pense que tenha sido vitória fácil – a dos *Insurgentes* sobre o holandês. Mesmo que não se dê valor às derrotas que este infligiu ao governo da metrópole, só o preço do que ele perdeu basta para dar ideia do vigor com que se defendeu e do esforço preciso para vencê-lo definitivamente. Pernambuco servia para dar à Holanda a absoluta soberania nestes mares e garantir a sua indústria de presas. Na Índia, os batavos tinham virtualmente destituído Portugal; na América, estabelecidos definitivamente em Pernambuco, eles seriam senhores do império português-castelhano. Segundo Netscher, entre 1623 e 1646, só de portugueses e espanhóis, a *Companhia das Índias* raptou 547

navios, presas que enriqueceram para sempre a Holanda. Ali mesmo, no Recife, depois de tudo esgotado, os holandeses tiveram de entregar 300 canhões, e, não obstante saírem com todas as suas riquezas, eles deram ao que deixaram o valor de tantos mil cruzados quanto o que o Governo português pagou, como preço do que os Insurgentes pernambucanos lhes tomaram. Em forças e recursos militares a superioridade dos holandeses era indiscutível. Antes mesmo de receber qualquer dos reforços enviados especialmente contra a *Insurreição*, eles podiam opor-lhe “mil e quinhentos homens, de tropas europeias, bem armadas, perfeitamente disciplinadas, e acostumadas a considerarem-se *superiores* a um inimigo a quem tantas vezes haviam desbaratado”. Essa era a verdade; mas faltou ao historiador notar que as tropas desbaratadas eram os corpos regulares da metrópole, não corpos explicitamente de Pernambucanos. O mesmo Southey, donde vêm estas cifras, o reconhece: “Mal podiam os holandeses competir com homens como Souto, Henrique Dias, Camarão...”. Contra estes, de fato, as suas vitórias eram passes efêmeros: “Os holandeses sabiam que no Brasil mais facilmente se tomavam as fortalezas do que se as sustentavam quando ganhas”. Então, batidos, só lhes restava, aos Holandeses, reconhecer e proclamar a valentia do inimigo pernambucano. “Os Pernambucanos podem bater-se (em 1648) com os mais exercitados soldados... Contra semelhantes adversários, são ineficazes os mais vigorosos esforços” (Netscher). Por isso mesmo, apesar de lhes reconhecer as virtudes, o ódio do holandês é contra os brasileiros; e o ódio o leva a crueldades torpes, apenas explicáveis pelo despeito. Era, de parte a parte, a guerra inexorável, sem nenhuma restrição, nem, às vezes, as da caridade cristã. “Não deviam, nem pediam quartel”, dizem os próprios holandeses. Antes de afirmar que o “Brasil deve a sua restauração aos indomáveis brios do seu povo”, já Southey tinha dado as razões dessa reivindita dieta inexorável. “Tantas provas



tinham os Pernambucanos, no ódio justo e inveterado que votavam ao invasor...²¹⁴ É quando os chama, aos pernambucanos, de “inimigo exasperado, implacável”. Não menos implacáveis eram os adversários a quem os pernambucanos enfrentavam: com os holandeses, defendendo-os furiosamente, estavam os antigos judeus – cristãos-novos –, que não seriam apenas adversários, mas inimigos irreduzíveis. Menciona-se que se contavam por cinco mil deles, só no Recife. Nieuhof, que se encontrava ali, afirma: “Os judeus estavam mais exasperados do que ninguém, e resolveram morrer lutando a serem queimados vivos...”.

A situação vem dos primeiros dias: dada a invasão, plantados os holandeses na terra pernambucana mal defendida pela metrópole, todos os senhores de engenho agitaram-se; os que podiam combater foram para as forças de Matias, os outros emigraram. Por isso, o general sem tropas pôde realizar aquela admirável resistência. “Em Pernambuco, todo mundo era soldado”, diz o mesmo Southey, para acrescentar, em exórdio ao episódio de Tejucupapo: “... e as mulheres, não menos possuídas desse mesmo Espírito”. E foi com isto que se fez a guerra vitoriosa. Aos Pernambucanos faltava tudo: engenheiros, transportes, marinha, dinheiro, armamentos, provisões... Houve combates em que mais de metade dos homens não dispunham de fuzis; as mulheres davam as baterias de estanho e chumbo para que, derretidas, se fizessem balas. Para os índios, era o arco e a flecha. E, com isto, só conheciam triunfos.

214 Southey menciona que os Holandeses fizeram vender Portugueses como escravos (III, p. 51). Maximiliano Machado, que estudou cuidadosamente os documentos da luta holandesa, resume o seu juízo, quanto às desumanidades dos holandeses, nestes termos: “... crueldades que, parece, as desconhecia a própria atrocidade...”. Escritos da época, como o de Diogo Lopes Santiago, citam nomes e circunstâncias que não deixam dúvidas quanto à realidade, no essencial: “... criaturas humanas cujos pés se *frigiam*, em vida, *no azeite quente*...” Esse autor menciona um Jerônimo de Albuquerque, a par de outros senhores importantes, assim tratados pelos Holandeses. (R. I. H. G., vol. 38.)



Ischoppe comentava, com triste desvanecimento, que: "... talvez, a manteiga e o queijo da Holanda tornavam os Pernambucanos capazes de vencer os próprios holandeses".

Os *Insurgentes*, que tiveram de armar-se matando holandeses para apanhar-lhes as armas, cresceram o poder militar na escala do ardor com que lutavam: elevaram-se das façanhas de Ipojuca e Engenho de Covas, à gloriosa jornada das Tabocas. Mal começou, propagou-se o movimento de insurreição por todo aquele Norte, animado da mesma alma de Pernambuco. Negreiros inflamara a sua terra, e sucedem-se as refregas vitoriosas, até o Rio Grande. No centro, movia-se Fernandes Vieira, que representava a atividade comercial, perita para a organização dos recursos, e um bom conhecimento do holandês. Foi muito útil, a esse respeito. Quando, não muito depois, a política do Bragança mandou Barreto para guardar a *Insurreição*, tinham os Pernambucanos "provisões para dois meses em todo o exército, vinte e quatro contos em dinheiro, e o valor de dezoito mil cruzados mais, em materiais e dívidas seguras". Contra Barreto, "contra essa nomeação, clamaram alto os pernambucanos", informa Southey, para demonstrar, em seguida, na enumeração do muito que eles fizeram, quanta razão lhes cabia em não quererem submeter o seu valor ao comando incompetente dos generais portugueses: "Desde o começo da *Insurreição*, tinham eles percorrido cento e oitenta léguas de terra, do Ceará-Mirim ao Rio São Francisco, tomando, nos diferentes fortes, cerca de oitenta peças de artilharia e morto, ou aprisionado, segundo o cálculo deles mesmos, para mais de mil e oitocentos soldados holandeses...".

Cumpria-se a monstruosa decisão do governo português: Barreto assumiu o comando, mas foi pura aparência. Southey considera que seria "imprudência tirar um tal comando a homens como Vidal, infinitamente mais classificado do que qualquer soldado europeu". O grande paraibano consentiu, porque

queria, sobretudo, a liberdade da sua terra. Conhecia Barreto, quando este fora comandado de Barbalho: se Barreto aceitava ser comandante puramente nominal; desde que a estratégia seria a sua – de Vidal, não havia razão para que o patriota desistisse da campanha em que se empenhara. Foi nessa conjuntura, especialmente, que Negreiros deu provas dessa virtude heroica, em que Southey o consagra, para justificar sua desobediência, quando o mandam abandonar a luta e entregar Pernambuco ao holandês. Heroico, ainda, foi ele quando se resignou a continuar de relações com o governador-geral e a sua administração, depois de lhe terem negado tudo, de que estavam, aliás, muito bem providos na Bahia: “Abundavam na Bahia provisões de guerra e de boca, enquanto o exército patriota passava severas privações; por falta de umas, e por minguas de outras, não se podia efetuar uma conquista importantíssima para o Brasil como para Portugal. No entanto, com silenciosa indiferença, foram ouvidas as súplicas... de Paulo da Cunha”. Não seriam essas dificuldades que bastariam para deter os *Insurgentes*. “Enquanto o Sr. de Vila Pouca lhes recusava qualquer auxílio, entorpecendo-lhes a ação em delongas, o holandês recebeu 6.000 homens de excelentes tropas europeias”.²¹⁵ Contudo: chegou o dia dos Guararapes, a *primeira*, e menos de 3.000 patriotas asseguravam a vitória definitiva, matando ao inimigo 515 homens, dizem os holandeses, mil e tantos afirmam os pernambucanos, ferindo mais de quinhentos, pondo fora de combate todos os oficiais, menos um... Ulysses Brandão, escrevendo agora mesmo, afirma que – os *Insurgentes* eram, ali, 2.000 para 5.000 batavos...²¹⁶ Seja como for, para batalha em campo raso, a mortandade é excepcional. A decisão de vencer impusera-

215 Southey, *op. cit.*

216 *Confederação do Equador*, p. 18.

-se, pela morte necessária dos que tinham de ser vencidos. Nessa fúria, durou a guerra nove anos, e quando os pernambucanos ouviram as propostas de paz, só a admitiram numa condição: a entrega franca do país e a partida imediata do invasor.

§ 64º Patriotismo em heroísmos

Em Tabocas e Guararapes, falara explicitamente o Brasil. A reivindicação em nome do brio nacional foi realidade nítida desde o dia em que a estúpida presunção europeia, dos soldados de Bagnuolo e de Duarte de Albuquerque, feriram as susceptibilidades dos bravos que, no Arraial, continham os batavos nos muros do Recife. Então se geraram os irritados despeitos de Calabar, mais guerreiro que todos os capitães titulados da metrópole, e a quem estultamente desprezavam. E daí brotou aquele brio cego e antipatriótico, que levou a dar ao Holandês a sua bravura astuta, mal estimada pelo comando português. No infeliz supliciado de Porto Calvo, a consciência de brasileiro se turbou: a necessidade de autonomia tornou-se incompatibilidade, e o patriotismo se desvirtuou, julgando que lhe era lícito – escolher o holandês para eliminar o português, e ei-lo servindo contra o Brasil, pois que naquela luta quem ia triunfar do holandês era o heroísmo brasileiro. Traidor por insuficiência de critério moral, Calabar não pode ser condenado pelo brasileiro que compreenda os motivos do seu proceder. Mas, por esses motivos, mesmo, não se deve reconhecer nele *um patriota brasileiro*. Não: no momento, patriotismo era o daqueles que, apesar de todas as insuficiências e misérias do Estado português, defenderam nele a tradição que, por ele, aqui se criara, e que já era uma tradição própria – o Brasil. Patriotismo foi o dos que admitiram ter como chefe o ilhéu Fernandes Vieira, quando iam renovar a luta por conta própria,

e, depois, ainda se curvaram ao comando de Barreto, para não enfraquecerem o ataque por uma dissensão.²¹⁷

Não faltam, nos *Insurgentes*, os lances de sacrifício e de ardor patriótico; mas nenhum merece mais do que esse desprendimento de ânimo, comum a todos os cabeças, e que já se encontra em Pedro da Selva, quando, na Bahia, se resigna a servir sob as ordens de Bagnuolo, ou em Gomes de Melo, que aceita comandar sob as ordens de Bento Maciel, que lhe é inferior... É o patriotismo sem estrépito, sem maior brilho, e que se ofusca na luz de um Cardoso, combatente aos oitenta anos, para ser, depois, executado pelo inimigo. Não se destaca menos a galharda abnegação

217 Há uma estranha corrente de opinião, entre historiadores brasileiros, que pretendem achar em Calabar um patriota e nacionalista, que teria passado para os holandeses afim de arrancar o Brasil aos portugueses... Assim, ele faria um outro povo, e eliminaria o brasileiro, que já existia. Tais nacionalistas, finalmente, lamentam que o Brasil não tivesse sido do holandês. Mesmo sem considerar que a Holanda, colonizadora antes da Inglaterra, nunca formou um *povo*, temos de condenar um tal critério nacionalista, que, em resumo, aspira à destruição do próprio espírito da nacionalidade em que nos encontramos. A ninguém, indivíduos ou povos, é dado escolher paternidade; não poderíamos, quando já na consciência de uma pátria, procurar fazer que a sua tradição seja outra. Admite-se o brasileiro que admira Aimbiré – que preferiu os franceses aos portugueses; mas que um brasileiro considere o “brasileiríssimo” Calabar, quando a serviço dos inimigos do Brasil, como um patriota!... Não nos esqueçamos de que os próprios holandeses o tinham como traidor e trãsfuga. A um brasileiro, não há que escolher entre Calabar e Mathias de Albuquerque, cuja justiça foi a do Brasil traído, segundo o regime do tempo. Lembremo-nos, ainda, de que Calabar começou sentindo como brasileiro: foi soldado voluntário, desde o começo da reação da pátria brasileira, em março de 1630; heroico, foi gravemente ferido num dos assaltos ao *arraial*; evidentemente, o motivo que o levou para os holandeses não foi qualquer preocupação patriótica, porque tais sentimentos podem ser sopitados por outros de ordem egoísta; nunca que sejam substituídos, em objeto – passando, o patriota, de uma pátria para outra, e sempre patriota. Lembremo-nos, ainda, que um dos motivos da *Insurreição* era, muito logicamente, a oposição de crenças, e que Calabar era católico. Um dos nacionalistas desse jaez é o Cônego Fernandez Pinheiro. Nas *notas* com que sujou a obra de Southey (trad. O. e Castro), ele vai ao ponto de reduzir o valor dos que lutaram contra o holandês. Já é estupidez, no nacionalismo!...

dos fidalgos-capitães, que comandam *descalços*, pois lhes falta, até, a farinha para a boca, quanto mais calçado... Finalmente, foi moda, no exército dos *Insurgentes*, os oficiais descalços... Apagado também, mas bem próprio dos ânimos triunfadores, é o lance de Vidal e de Vieira, quando, protestando contra a estúpida estratégia portuguesa de *incendiar os canaviais*, queimam os das suas propriedades. Nisto, como em tudo mais, transluz o vigor de um patriotismo nascente.

Há, porque já existia, o Estado português; mas a ação eficaz logo se distingue: é genuinamente brasileira, ainda quando o herói não tenha nascido aqui. Na reconquista primeira da Bahia, pouco importa a imponência da esquadra de D. Fradique: quem desarticulou a ação do invasor foram as forças que espontaneamente se constituíram. Depois, em Pernambuco, quando se trava a luta permanente, só há vantagens onde agem os guerrilheiros da terra; e os nomes que se consagram na resistência são de brasileiros. Ainda não eram completas as obras do *Arraial*, e o mesmo Lourenço Cavalcanti de Albuquerque, que estivera na Bahia, com o formidável Luiz Barbalho, já haviam ocorrido dos seus engenhos: esse primeiro troço de Pernambucanos repele o holandês, e o leva a uma retirada vergonhosa. Foi o sinal para o soerguimento dos ânimos pernambucanos, num surto que obriga o invasor e confessar desânimo. Pouco depois, morre na Paraíba um Jerônimo de Albuquerque, quando secundava o octogenário Cardoso, no ataque ao forte que o holandês havia levantado; e o forte é tomado. Ali mesmo, o irmão desse Jerônimo, Antonio de Albuquerque, bate os invasores na primeira investida, e inicia a boa resistência. Afonso de Albuquerque dá de si o que pode, e, se não obtém maiores resultados é porque o deixam abandonado, em face das grandes forças de Artichojsky, reunidas às de Segismundo.

Por esse tempo, o abasileirado Soares Moreno já fazia prodígios de bravura eficaz, entestando o grosso das tropas holandesas

no Recife, produzindo-lhes graves danos. Quando, repetidamente batido nas suas surtidas, o invasor se decide a criar novos postos, estendendo o seu poder até o Rio Grande, é mandado a esperá-lo Mathias de Albuquerque Maranhão, outro irmão de Antonio de Albuquerque, apontado para a empresa pelo valor patenteado na linha de guerrilhas que sustentara em Afogados. Weerdemburgh, comandante holandês, que devia operar no Norte, não teve ânimo de descer; foi quando as facções da *Companhia* baixaram a menos de metade do valor. Vidal, que se apresenta voluntário gratuito, nos seus dezenove anos, é dos mais decididos; mas o seu nome ainda não pode romper, na sombra dos Rabelo, Henrique Dias, Poti, Barbalho, Manoel Dias, Estevão de Távora, Sebastião Souto, Manoel Dias de Andrade... que, da terra pernambucana (assim se considerava todo aquele Norte), surgiram para amarrar o holandês às praias, donde nunca soube apartar-se por mais de oito léguas. Henrique Dias repete, em 1637, a façanha de Moreno, e vem ameaçar o inimigo às portas do Recife, isto depois de o ter batido e dizimado, de par com Rabelinho, em Ipojuca, Sirinhaém, Goiana, até a Paraíba, donde pôde voltar, sem que o contivessem. “Diante das suas tropas, assinala Southey, apavoradas, amotinadas, as guarnições holandesas entregavam-se...”. Souto, secundado por Vidal, conta outras façanhas de terror para o holandês, por todo o interior, até a Paraíba, também. Estevam de Távora, ânimo generoso e fidalgo, só temido pelo inimigo, era o destruidor das suas riquezas. Manoel Dias iludia, quando não podia bater, mas não se deixava vencer, e escapou ileso, de forças inimigas no dobro das suas. Rabelinho, depois de escorraçar os holandeses, e de lhes assolar os domínios, no Cabo, Moribeca, Santo Amaro... cercado e fechado em São Lourenço, resistiu ferozmente, até varar, num salto de tigre, por sobre o holandês atônito, escapando para Porto Calvo; contava, também, a glória de ter aliviado o Brasil do infame e cruel Ippo Eysessem, o verdugo da Paraíba. Camarão, glorioso e puro “brasil”, é o mais terrível, na estratégia de guerrilhas:



devastou o que já era feitoria e uso do holandês: incendiou-lhe açúcares e pau-brasil, saqueou-lhe os estabelecimentos, raptou-lhe embarcações; castigou as tribos suas aliadas, executou quantos trânsfugas veio a pegar; venceu o inimigo todas as vezes que o pode alcançar, sem se deixar bater nunca, em refregas várias, e verdadeiras batalhas; Artichosky, sobretudo, com todo o seu valor militar, foi vítima da astúcia e bravura do índio; e quando já nenhum brasileiro podia estar em Pernambuco sem ser do holandês, Camarão abriu o caminho para as Alagoas, Sergipe, até as margens do Rio Real, levando consigo os restos de população emigrante. E lá ficou, permanente, para ser o primeiro a vir bater definitivamente o holandês; voltou, com a *Insurreição*, numa investida só, até Rio Grande, libertando a terra contra as forças de Rhineberg, que dispunha, só de europeus, de 1.000 soldados, e mais um corpo de índios: Poti bateu-o, matando-lhe 150 brancos, tomando-lhe todo o trem de guerra.

Por sobre todo esse valor, elevam-se as façanhas e a figura do pernambucano Luiz Barbalho Bezerra, que, com os dois filhos, Agostinho e Guilherme, combatera no *Arraial*, já o vimos, desde os seus primeiros dias. Depois de “assombrosas proezas”, diz uma das suas biografias, comandava na fortaleza de Nazaré, onde teve de render-se com todas as honras, quando, literalmente, já morriam de fome os soldados. Foi feito prisioneiro, com a mulher e os filhos. Logo que pôde escapar-se, em 1637, voltou para a luta; em 1638, é um dos mais eficientes na defesa da Bahia contra Maurício de Nassau; no ano seguinte, dão-lhe, em Lisboa, o comando dos mil soldados de terra, enviados na esquadra do Conde de Torre, para auxiliar o ataque aos holandeses. O resultado da luta, no mar, foi aquele sabido opróbrio para o nome português, e Barbalho é ignobilmente sacrificado; o inepto covarde da Torre, por medo, ou por estupidez, não desceu as forças de terra onde lhe fora indicado, em Itamaracá, e leva-as para o norte do Rio Grande; ora, os holandeses, fortíssimos pela vitória sobre o miserável almirante,



eram senhores absolutos de toda aquela parte. Para completar o sacrifício, os da esquadra dão a Barbalho, para as suas forças, *dois* dias, apenas, de ração. Não era o bastante, sequer, para irem render-se ao inimigo. Ou isto, ou, sem mantimentos, perseguido, sem transportes, sem nenhum ponto de arrimo, abrir caminho pelo sertão ínvio, povoado de tribos inimigas, a menos que fosse afrontar o onipotente holandês, na costa. Mas Barbalho soube superar todos os contras, e os próprios impossíveis: não hesitou, afrontou o inimigo, por entre o sertão e o litoral ocupado... Começa atacando o Governador holandês, Grastman. Vence-o, aprisiona-o, e segue para o Sul. São trezentas léguas a vencer, pelo território do inimigo. Na primeira investida, vem Barbalho até Goiânia; aí, é obrigado a atacar o quartel, defendido por 530 soldados, comandados pelo major Picard; durou o assalto mais de três horas, e foram mortos quatrocentos dos holandeses, inclusive o comandante e o Capitão Lockman. Alarmado com esse feito, manda Nassau, contra Barbalho, o Capitão das guardas, Carlos Toulon, que, empenhado em alcançar o guerrilheiro, chegou a fazer dezessete léguas em onze horas de um dia. Foi de balde: Barbalho escapou, e a 8 de maio conseguia transpor o São Francisco, gastando, na memorável retirada, cerca de dois meses, pois que a dois de março é que a frota de da Torre passava em frente ao Recife.

§ 65º O ânimo pernambucano

A luta dos Pernambucanos caracterizou-se pela intransigência, pois que era a aurora de uma nação. Por isso, em muita vez, não se compreendiam brasileiros e europeus. Bagnuolo chega e se desfaz em cavalheirices para com o batavo: o pernambucano repele-o, e não tarda considerá-lo traidor, covarde. Para os da terra, não podia haver meio-termo, nem mesmo em face às gentilezas do Príncipe de Nassau. Em Olinda, um troço de pernambucanos reage imediatamente, em lance heroico, para exemplo do que

será a reação futura. No Maranhão, é a própria população que expele o holandês: eram menos de cem, e realizaram o que haviam decidido.²¹⁸ Isto influirá, sem dúvida, no ânimo de Vidal, para, em Lisboa, pensar na libertação total e definitiva, como influenciou no ânimo de Nassau para abandonar conquista tão mal segura.²¹⁹ A alma, o iluminado planejador, o organizador superior da *Insurreição*, é o brasileiro Vidal de Negreiros. Não será difícil demonstrá-lo, mesmo no ato em que o Bragança, covarde e infame, decide explorar o seu patriotismo provocando a insurreição, para ter o ensejo de, condenando-a e sustando-a, mais obter do holandês... Chegaremos lá; por ora, notemos: desde que Vidal se apresenta e convida-os para a luta, reclamam os seus lugares os antigos guerrilheiros, como novos companheiros se apresentam, brasileiros, na generalidade. São esses que, na Ipojuca, travam o primeiro combate da *Insurreição* – Domingos Fagundes, Amador de Araújo... esses outros que, na Paraíba, com o sobrinho de Negreiros, iniciam a definitiva redenção daquela parte do Brasil – Simão Soares, Cosme da Rocha, Francisco Leitão... todos dali mesmo. Em Pernambuco, desde logo se incorpora Arnaldo de Olanda, e não tarda que Goiânia se levante, pelas armas dos seus guerrilheiros, para crescer a área libertada. No Sul, quase ao mesmo tempo, insurge-se a gente de Penedo, enquanto Olinda é

218 Nesse levante celebrou-se o principal Mitagaia, a quem se juntaram outros morubixabas.

219 Há muito historiador brasileiro que, tomado de um entusiasmo de escravo pela grandeza de Nassau, repete as suas justificativas, quando ele pretende que resolveu ir-se de Pernambuco devido às fosquinhas que lhe faziam os comerciantes diretores da *Companhia*, e porque não lhe davam os meios de manter-se. Ora, é mínima a dose de verdade em todas essas justificativas: Nassau teve de ir-se porque foi repetidamente vencido pelos brasileiros da Bahia, e que, ainda no seu governo, se perdeu o Maranhão. No entanto, segundo as cifras deles mesmos, ao atacar a Bahia pela primeira vez, o grande príncipe tinha 6.100 homens. E, com isto, a desesperada resistência noutras partes do Brasil – Espírito Santo, Ilhéus... À última hora, ainda Nassau recebeu 3.000 soldados. E, para continuar, parecia-lhe indispensável mais 7.000 homens (são cifras do livro pró-holandês, de M. T. A. N.).



tomada pelo terço do pernambucano Manoel Soares Barbosa.²²⁰ Já os veteranos Henrique Dias e Camarão vêm à toda, para repetir as suas façanhas, em vitórias sobre o inimigo pertinaz. Esses, como Soares Moreno e o brasileiro João de Albuquerque, são valores decisivos nos primeiros lances da *Insurreição*. O mestiço Domingos Fagundes, já referido, pode contar treze anos de luta, três vezes malferido. É o próprio que, com o valente Amador de Araújo, reclama a glória de ter feito os primeiros tiros da renovada campanha. O libertador de Porto Calvo, na *Insurreição*, foi esse Cristóvão Lins, brasileiro, de nobre ascendência alemã.

Agora, os heroísmos iluminam-se na glória da vitória, e assinalam-se nessa retirada dos paraibanos que, estimulados de esperanças, quase alegres, vêm acolher-se às forças da reconquista, animá-las e servi-las, e que estão, para a retirada sinistra de Matias de Albuquerque, ou da Goiânia, como os inflamados heroísmos de então, para os sacrifícios perdidos das primeiras campanhas. Aparentemente perdidos, devemos dizer. Schkoppe, que os enfrentou, mostra-nos os pernambucanos combatendo “como se estivessem enfadados de viver”, porque lhes repugna viverem na injúria do domínio estrangeiro. Desde que o holandês pisou a terra como senhor, treze irmãos, toda a irmandade – os Batistas, formam uma companhia, sob o comando do mais velho, e dão, com a fortuna, a vida pela pátria que neles se faz. Quando o mameluco brasileiro leva a vitória aos holandeses, ainda não descai o heroísmo do pernambucano. No Rio Formoso, Calabar domina com a sua estratégia terrível o forte comandado por Pedro de Albuquerque; a guarnição é de vinte homens, inclusive o comandante: já estão mortos dezenove, e Albuquerque ainda não se rende; com três feridas, atira-se ao rio, atravessa-o a nado, e tenta

220 “...no Maranhão, como na Bahia, como em Pernambuco, principiou bem depressa o povo, traído pela incapacidade dos seus governantes, a trabalhar pela própria libertação. Aqui, ainda mais do que qualquer outra parte, provocaram os holandeses a *Insurreição* com as suas crueldades...” (Southey, III, p. 35.)



escapar. O batavo, rendido a tanto valor, recolhe-o, trata-o, e dá-lhe a liberdade depois. As mães viúvas vão enviando os filhos e genros, que caem, uns em seguida aos outros.²²¹ Os lances mais temerários são afrontados em impavidez de loucos: dois pernambucanos, sós, resolvem incendiar a frota holandesa, e dão execução ao plano, conseguindo que uma nau queimasse completamente; um dos heróis quase morreu, dos tiros dos seus, quando voltava como foragido ao seu acampamento.

Southey, que não se cansa de, nos Pernambucanos, admirar e louvar o valor patriótico, depois de decantar feitos e feitos, e celebrar nomes e sítios gloriosos, confessa-se insuficiente. “Multiplicam-se de tal sorte os heróis, que é difícil citar os nomes de todos...”. Na segunda batalha dos Guararapes, fecha-se aquela epopeia de heroísmos em fúria. São dois heroísmos, irreconciliáveis, mas bem contrastantes. O que deve vencer, e o que tem de ser abatido, para ser vencido: 3.010 holandeses para 2.000 Pernambucanos (cifras holandesas). O ímpeto destes supera toda a ciência e todo valor do inimigo, a quem só se permite não ser covarde: os holandeses apenas podem receber os golpes e as investidas. Sem maiores perdas, os pernambucanos, fazer cair, mortos, 1.095 inimigos, dos quais 173 oficiais e suboficiais, ou mais de cem oficiais propriamente ditos. Relativamente à cifra dos combatentes, faz ainda sentir Netscher – poucas batalhas terão sido tão mortíferas. A vontade de vencer foi implacável em todos. Nem se conta se, a Negreiros, lhe mataram, duas vezes, o cavalo, na meia encosta onde a sua tática, aproveitando a hesitação do inimigo, levou-o à confusão e à derrota absoluta.²²²

221 Os cronistas da época citam o caso de duas mães pernambucanas, a de Cosme Viana, e a de Estevão Velho, que dão os filhos, uns após os outros, até adolescentes de 12 anos, para soldados contra os holandeses. Citam, também, os irmãos Calhão, feridos gravemente, um depois do outro, e que não desistem da missão que lhes é confiada.

222 Na época em que os *Insurgentes* ganhavam as decisivas batalhas dos Guararapes, as mais desenvolvidas e violentas guerras do mundo eram as

§ 66º A nacionalidade vencedora

Deverá ser verdade explícita em todas as consciências brasileiras: foram os nacionais que fizeram a verdadeira guerra ao holandês, e o bateram, alijando-o definitivamente, apesar de que a metrópole já lhe tinha dado aquele pedaço de pátria. A primeira prova disto nós a temos no proceder das esquadras, no período decisivo da luta. Desde o primeiro momento, quando insidiosamente aceitou o movimento de insurreição, o governo de João IV prometeu a Vidal o auxílio de uma esquadra, com ordens aparentes ao Governador Teles de Menezes para que a frota de Salvador de Sá fosse em hostilidades para as costas de Pernambuco. É fato que o grande capitão fluminense veio até o Recife; mas, uma vez ali, em lugar do prometido auxílio, limitou-se a tratar amistosamente

dos exércitos franceses contra alemães e espanhóis, e a da *Grande Revolução* inglesa, isto é, do Parlamento contra o Rei da Inglaterra. Naquelas, há combates, como o de 10 de agosto de 1648, em que Turenne bateu todos os exércitos contrários, tomando-lhes 100 estandartes, fazendo 5.000 prisioneiros, para um total de 3.000 mortes. Três anos depois, defrontam-se, em Blenau, Turenne e Condé à testa dos espanhóis; é uma batalha decisiva, e em que os franceses só tiveram 400 mortos (Voltaire). Da *Grande Revolução* inglesa, a batalha mais sangrenta, envolvendo maior número de forças "... e o mais enorme revólver de fogo e fumo, de fulgores de aço e de mortal tumulto, que jamais se viu nestas regiões (Carlyle)... quatro mil e tantos cadáveres, e a ruína total de interesses do rei". As tropas vencidas eram de cerca de 22.000 homens; as vencedoras aproximavam-se em número. Compare-se: 2.600 insurgentes mataram "mil e tantos" inimigos... Cento e trinta anos depois, dá-se a batalha de *Saratoga*, em que se decidiu a campanha da *independência norte-americana*, considerada pelo Inglês, Sir E. Creasy, uma das *quinze batalhas decisivas da história*, a par de Waterloo e Maratona. Pois bem: eram menos de sete mil no campo inglês; os americanos dispunham de muito mais do que isto, em tropas regulares, afora uma *multidão* de voluntários e muita milícia; no final do combate, verificam-se: cinco mil e tantos prisioneiros, e uma perda total, desde o começo da luta, incluindo o resultado de todos os combates até então, de 4.689 homens feridos, mortos, desertores, e os prisioneiros anteriores, do lado dos ingleses. Os holandeses perderam mais do que isto só na luta com os *Insurgentes*. O livro de Sir Creasy é uma obra clássica, e que conta, só em edições inglesas, mais de 50, e é traduzida em todas as línguas difundidas.

com o holandês. Ora, como, resultado disto, nada lhe aconteceu. E, agora, indaga-se: por que teria ele procedido assim? Por covardia?... O brasileiro, que tão desassombradamente reconquistou Angola, não seria covarde quando se tratava do próprio Brasil. Por mera desobediência? Ainda menos, pois que nada lhe aconteceu. Está patente, por conseguinte, que as ordens efetivas, para ele, foram de não auxiliar os *Insurgentes*. Essa prova se completa com o que se deu, depois, com as frotas da *Companhia das Índias*.

Confessando a sua impotência, o Estado português criara a *Companhia*, com o privilégio de todos os transportes, e a obrigação de ter frota de guerra para comboiar os navios mercantes e defendê-los. Note-se agora: essa defesa seria principalmente contra os holandeses, os mais constantes piratas nestes mares; daí, a esperança dos *Insurgentes* de que seriam auxiliados pela esquadra, e como, então, já o governo de Lisboa havia tomado a responsabilidade aparente da guerra, com o comando geral de Barreto, as esperanças mais se reforçaram. No entanto, os canhões da *Companhia* se conservavam absolutamente neutros, antes simpáticos aos holandeses. No entanto, se tivessem agido a favor do Brasil, talvez tivessem decidido desde logo a situação. É o próprio inimigo quem o afirma: “Se a frota portuguesa, que saiu da Bahia para Lisboa, nos tivesse bloqueado, certamente nos teríamos rendido, mas os portugueses julgaram desnecessário...”. Finalmente, deu-se o inevitável: os piratas batavos aprisionaram quatro navios da *Companhia*, que se decidiu a agir num bloqueio nominal. Aliás, ainda que tal esquadra viesse ajudar aos *Insurgentes*, em nada lhes adiantaria. Nessa mesma época, com esse mesmo Telles de Menezes, viajou para Lisboa uma das frotas da *Companhia*; ia também, um outro governador – o Conde de Vila Pouca. Era de esperar que a tal marinha desse o melhor dos seus serviços. No entanto, o resultado foi: um galeão afundou, com a carga e a gente; dois dos outros naufragaram perto da ilha de São Miguel; e o

navio *N. S. da Conceição*, o próprio onde viajava Telles de Menezes, desceu ao fundo na costa de Buarcos, levando no bojo tripulantes e passageiros, inclusive o antigo governador.

Esse proceder de esquadras e soldados seria inútil infâmia, inexplicável, se a miséria da política não o tornasse necessário, e, com isto, perfeitamente lógico. Os que procuram dar participação ao governo português na guerra da reconquista argumentam com o fato de que D. João IV entendeu-se com Vidal quando este partiu para vir levantar os Pernambucanos, e até lhe dera, como súplica de auxílios, os célebres “seis hábitos de Cristo”. Sim, houve esse momento, em que o Bragança, talvez, animou o grande paraibano. Leia-se a convenção firmada por ele, D. João IV, em tratos com as *Províncias Unidas*, e tem-se a explicação de tudo: Portugal obrigava-se a reconhecer todas as conquistas dos holandeses, sobretudo, Pernambuco e o Norte do Brasil; as *Províncias Unidas* se comprometiam a auxiliar D. João IV, contra a Espanha, com 40 navios, 3 regimentos de tropas de terra, munições, armas e abastecimentos... Para tanto obter, o grande argumento de Lisboa era, justamente, de que a posse de Pernambuco era *coisa difícil*... Se não houvesse os *Insurgentes*, se os holandeses estivessem na posse pacífica da sua conquista, não havia razão para darem tanto auxílio, numa aliança implícita. As *Províncias Unidas* pagavam a D. João IV o preço da submissão dos Pernambucanos, como aquele lhes prometia. Oliveira Martins o diz sem reboços: “O holandês, se tanto concedia, é porque estava certo de obter em troca o reconhecido domínio de Pernambuco. Ele bem sabia que o Bragança não tinha possibilidades, por si, para reconquistar coisa nenhuma, pois que, para a própria guerra nacional contra Castela, se via reduzido a arrebanhar aventureiros e mercenários pela Europa”.²²³ E foi no reconhecer a impotência de Lisboa que o holandês, depois de haver prometido não estender as suas conquistas, ainda investe

223 Oliveira Martins, *O Brasil e as colônias*.

contra o Maranhão e uma parte da África. Realmente abandonado, Pernambuco teve de libertar-se por si. O mais profícuo, de origem bragantina, eram aquelas *ordens* de destruição sistemática.²²⁴ De fato, desde que Pernambuco tinha de ser entregue, e que era mister forçar o holandês a concorrer com o máximo de auxílios, os incêndios e outras devastações eram sumamente impressionantes. Há, mesmo, manifestações explícitas, da parte do Rei, de como a sua decisão efetiva era dar Pernambuco em troca de auxílios. Tal não se fez porque havia decisões mais fortalecidas do que a do Bragança; havia, nos Pernambucanos, dessas energias que escalam a história, para formar destinos, e que não poderiam dobrar-se a necessidades torpes. Iam assim as coisas quando a *primeira* dos Guararapes veio pôr em dificuldades as negociações de Amsterdam; a *segunda* obrigou o Bragança a confessar que não tinha forças para obrigar os *Insurgentes* a entregarem Pernambuco... Para conservar a preciosa aliança, daria Ceilão e o mais que os brasileiros ainda não haviam reconquistado... O holandês não tinha, também, meios de reduzir os irredutíveis pernambucanos, e, pelos brasileiros, foi reconquistado para o Brasil tudo que era brasileiro.

§ 67º Vidal e Fernandes Vieira

Nos sucessos da *Insurreição*, há um homem que tem importância proporcional a eles mesmos. É Vidal de Negreiros, que anteviu a vitória, deu-lhe o plano, organizou o movimento, e conduziu a guerra. Outros nomes aparecem, e ele os admite, e os procura, pois que tanto é necessário para a vitória desejada; mas o autor, em última instância, é ele. Nem será preciso debulhar os fatos: a

224 Certos historiadores referem que os *canaviais queimados* foram os de Fernandes Vieira; outros mencionam os de Vidal. Quanto a este, não há dúvida: o próprio Rei o reconhece, textualmente, ao agraciá-lo pelos serviços, inclusive os “nove anos de serviços gratuitos”, como soldado.

tomada de Nazaré, a vitória da *Casa Forte*, onde também lhe matam o cavalo, sobretudo a primeira dos *Guararapes*, que pela sua ação se transforma em vitória, quando a tática incompleta de comando geral ia sacrificando a gente de Henrique Dias; e, mais do que tudo, a sua superioridade política: garantindo e saneando a cooperação de Vieira, tolerando Barreto, levantando a Paraíba, tirando do governo mais do que a miserável política da metrópole o permite, humanizando os bárbaros Henriques, dando ânimo, por nove anos, aos que tem de lutar abandonados, privados de tudo, mesmo desaprovados pela metrópole. Depois disto, quando limpou o Recife do último holandês, ainda lhe foi preciso ir a Lisboa pedir perdão, para si e os outros que tinham recuperado, para a dinastia ulcerada, a joia de Pernambuco. A prova final está em que a grandeza do seu espírito se impôs até naquela Lisboa hostil. O Padre Vieira, arrependido de ter aconselhado, ou concordado, que se vendesse a terra onde se geram tais criaturas, disse de Vidal, ao Rei: “De André Vidal direi a V. M. o que não me atrevi até agora, por me não apressar, e porque eu, que tenho conhecido tantos homens, sei que há mister muito tempo para se conhecer um homem. Tem V. M. no seu reino muito poucos que sejam como André Vidal; eu o conhecia pouco mais que de vista e fama... e tanto para tudo o demais como para soldado... e sobretudo muito desinteressado, e que entende muito bem todas as matérias, posto que não fale em verso, que é a falta que lhe notava certo ministro de V. M.”.

A grandeza da ação de Vidal de Negreiros tem sido diminuída, na nossa história, pela oposição que se lhe faz com a figura de Fernandes Vieira e pela coparticipação que deram ao governo da *Restauração*, na libertação de Pernambuco. As histórias oficiais, no Reino e no império dos Braganças, têm consagrado essa mentira, porque era de interesse *superior*. O caso exige protesto, não tanto pela mágoa da injustiça a um dos primeiros heróis brasileiros, mas porque nessas mentirosas e imerecidas consagrações se desvirtua

a essência mesma do Espírito nacional nascente. A proeminência dada a Fernandes Vieira vem, sobretudo, da grande obra de Southey. O poeta historiador, desinteressado no assunto, a não ser pelo puro sentimento de justiça, parece-nos insuspeito; ele celebra Vieira, apresenta-o como o deus *ex-machina* da *Insurreição*, e o critério da sua consagração se perpetuou, principalmente porque foi ele o primeiro grande historiador a dar o devido valor à guerra contra os holandeses, fazendo dela uma epopeia. Examinemos, no entanto, as condições em que Southey fez a sua história, e teremos a explicação dos muitos méritos e serviços que ele atribuiu ao ilhéu *insurgente*.²²⁵

Fernandes Vieira, essencialmente mercantil, com o espírito e a honestidade do exclusivo negociante, na moralidade da época entre os seus, era, com Gaspar Dias Ferreira, o português mais amigo dos holandeses. Frei Manuel do Salvador, íntimo de Fernandes Vieira, seu panegirista, na melhor das intenções para com ele, assim o apresenta: “Havia em Pernambuco dois homens que privaram muito com o Príncipe João Maurício, Conde de Nassau e com os do supremo e político Conselho dos Holandeses, e ambos *muito encontrados* na vida e costumes, um se chamava João Fernandes Vieira, e outro Gaspar Dias Ferreira; um tratava de granjear a sua vida e também a amizade dos holandeses com dispêndio da sua fazenda, e o outro tratava de seu próprio interesse, e de fazer ricos os holandeses à custa da fazenda e do sangue dos pernambucanos”

225 Como os dias da *Insurreição* estavam, já, muito distantes, e Fernandes Vieira não era um Bragança ameaçado pelos pernambucanos, Varnhagen viu justo, entre Vieira e Vidal. Há, nas suas páginas, um vigoroso protesto contra a proeminência que se deu ao ilhéu na realização da reconquista. “Em presença dos fatos, tais como são contados pelos próprios apologistas de Fernandes Vieira, nos convenceremos de que, se houve, naquele mesmo século, por ‘motivos políticos e razões de estado’, necessidade de proclamar os seus serviços como superiores aos de Vidal, hoje há que tributar a este a justiça devida e concordar que... a ele, principalmente, foi pela maior parte devido o êxito do exército da *Insurreição* de Pernambuco.” (*História geral do Brasil*, t. II.)

(Frei Calado, *Valeroso Lucideno*). O grifo é nosso, para acentuar a semelhança que, em todo caso, havia entre o português que veio para *Insurreição*, e o que foi com Maurício, para ajudá-lo a tomar a Bahia, à custa de traições que pudesse obter entre os seus. Muito derramado entre os grandes da administração holandesa, tinha Vieira prestígio e grande roda; era bem uma força, como bom homem de negócios. Faziam parte dessa roda os que, depois, foram dos mais notáveis cronistas dos sucessos de então: o mesmo Frei Manuel do Salvador e Frei Rafael de Jesus, do *Castrioto Lusitano*. Os dois frades, sem maior preocupação de exatidão, que não era da época, fizeram as suas narrativas para exaltação explícita do seu amigo, convertido em herói, e cantaram um prestígio que sobre eles se refletia. Na escassez de documentos, para o tempo em que escreveu, teve Southey de servir-se, quase que exclusivamente, quanto à *Insurreição*, dos escritos desses panegiristas. Ao longo da centena de páginas dadas ao assunto, os trabalhos dos dois frades são mais citados que todos os outros. Ele mesmo, Southey, confessa que estes são os seus historiadores da *Insurreição*. Para que se tenha ideia da deturpação incorporada à obra do inglês, basta ponderar no modo como ele conta o conchavo Vieira-Vidal, para o levante. Está demonstrado hoje, de modo irrefutável, por documentos oficiais da época, que, ao partir de Lisboa, em 1642, muito antes de qualquer ação ou manifestação de Vieira, já Vidal se entendera com D. João IV, que o convidara para o governo do Maranhão, até lhe dera os célebres *seis hábitos...* para distribuir com os futuros companheiros, e as cartas para o Governador Teles, em virtude das quais ele, Vidal, com Moreno e alguns homens, foram enviados, sob qualquer pretexto, a Pernambuco, para realmente promover o levante. No entanto, a boa fé de Southey o leva a contar que, estando Vidal no Recife, Vieira o *catequisou e o fez aderir à causa*, e assim o diz porque é assim que Frei Calado o conta. Ora, se, desprezando mesmo documentos preciosos, consideramos no caráter e na situação dos dois personagens, não é possível admitir



que fosse Vidal um caudatário de Vieira. Negreiros era o patriota que, desde o primeiro momento, aos 19 anos, se alistara no exército de Matias de Albuquerque; era o combatente incansável, desinteressado, sem paga, nunca ocupado de outra coisa, na sua vida de homem, senão de pugnar pela libertação de sua terra. O ilhéu era o homem de negócios, que abandonara a causa, e aceitara, absolutamente, o domínio do holandês; o comerciante, ambicioso de dinheiro, cultivando, neste fim, cuidadosamente, a amizade do invasor a quem se submetera sem mostras de repugnância.

A história do caso é toda outra. Em Lisboa, já Vidal procurava os meios de realizar o seu plano de expulsão dos invasores. Chegando à Bahia, partiu sem tardança para o Recife, com o pretexto de *visitar o pai*, enquanto o parceiro Noronha *procuraria duas irmãs*; mas, de fato, tratava de aliciar companheiros. Uma vez em Pernambuco, para não provocar suspeitas, foi hospedar-se em casa do português, grande amigo dos holandeses, Fernandes Vieira, e, então, entendeu-se com diversos pernambucanos ilustres: “... onde recebeu Antonio Cavalcanti, Amador Araújo (o iniciador dos combates), João Pessoa, Antonio Bezerra, João Carneiro, e muitas pessoas notáveis”. Tomaram conhecimento da situação os futuros insurretos; aquiesceram em lutar, sendo o mais “vacilante, a despeito dos acontecimentos do Maranhão”, o próprio Vieira. Finalmente acedeu, “exigindo, porém, que a Paraíba, para onde se dirigia Negreiros, levantasse primeiro o grito de revolta, e que viessem, da Bahia, oficiais e soldados para arregimentar...”²²⁶ Documentos que os holandeses puderam apanhar provam tudo isto, que é, ainda, corroborado pelos informes que Frederick Flekissen, prisioneiro na Bahia, pôde obter ali.

É verdade que, abertas as hostilidades, foi Vieira nomeado *Capitão-mor* e *Governador da guerra*. Fora, isto, uma imposição da metrópole, pelo seu representante na Bahia, ou alvitre do próprio

226 Max L. Machado, *op. cit.*, p. 211.



Vidal? É bem admissível a última hipótese, ou uma combinação dos dois motivos: Vidal aceitava com aplauso a cooperação de Vieira na direção da campanha. Não esqueçamos que Negreiros valia igualmente pelo talento político: ele reconhecia que, na organização iniciadora, era Vieira preciosíssimo por não ser suspeito aos dominadores. Numa conjuração, esta condição se torna essencial. Além disto, o ilhéu possuía outros dons valiosíssimos: fortuna pessoal, larga influência, grande capacidade de ação, valor militar, e Vidal não hesitou em dar-lhe situação de destaque, com aparente primazia, em troca do que ele lhe trazia, secundando a sua ação. É verdade que ânimos essencialmente brasileiros – Cavalcanti e outros, repeliram a autoridade e ascendência dadas a Vieira; mas o tato de Vidal, e o patriotismo de todos, remediaram em parte um tal inconveniente. É certo, ainda, que as tendências exibicionistas de Vieira, como o célebre *manifesto*, para o qual andou ele a angariar assinaturas, revelaram, antes do tempo, o movimento de reivindita, e o prejudicaram, em parte. Além disso, nesse mesmo manifesto, Vieira patenteava, com a insistente e exclusiva alegação – da “intolerância religiosa dos holandeses”, que não agia como brasileiro, e afirmava, em parte, uma verdade. O próprio Nestcher salienta que “os do Brasil estavam animados por duas poderosas paixões, o desejo de reconquistar a própria pátria e a antipatia religiosa”. Mas, arrastado pela ação, levado pela educação brasileira em que estava feito, nas condições em que se desenvolvia a luta, Fernandes Vieira dava resultados de brasileiro. Contudo, as prevenções contra ele se agravaram, e o exército *insurgente* quase se desdobra em facções. Os seus modos tornaram-se suspeitos, como quando ele pretendeu executar pernambucanos que haviam atirado em traidores holandeses, ao serviço da causa; ou quando adiaava esse ataque, que foi o triunfo do monte das *Tabocas*. Ali, Vieira teve que se desdizer de resoluções tomadas, no sentido da execução; aqui, ele marchou sob a pressão dos oficiais *insurgentes*. A situação esteve por *um puxar de espadas*:

“Os filhos de Portugal, assim como as tropas da Bahia e os eclesiásticos foram por Vieira, diz Frei Calado, os brasileiros, por Antonio Cavalcanti”. Este lance é nítido e expressivo. Quem salvou a situação, evitando a luta intestina, foi Antonio Dias Cardoso. Os pernambucanos acusavam a Vieira de evitar a luta e de procurar o caminho da Bahia. Eles não aceitavam o seu comando exclusivo, e exigiam que as ordens tivessem, também, a assinatura de Antonio Cavalcanti. Diante desses fatos, não será de admirar que, não obstante a ação patente do ilhéu, contra ele se tivesse formado esta tradição histórica, que ecoa em Varnhagen, Macedo, Fernandes Pinheiro... A revolta contra a autoridade de Vieira é a expressão evidente do espírito nacional, que naquele transe se afirma. Além disto, ele não era, de fato, um guerreiro para aquele triunfo, e bem o demonstrou nas sucessivas hesitações, sobretudo após a vitória da *Casa Forte*, donde deveria ter partido a atacar o Recife, mal defensável, então.

O proceder ulterior de Fernandes Vieira dá toda razão aos que o repeliam. Governador da Paraíba, ele, que fora chefe nominal da *Insurreição*, aproveita-se da situação para despojar, em torpe *pirataria*, a viúvas e os órfãos de vítimas do holandês, como aconteceu no apropriar-se dos engenhos e outras propriedades dos Brandões, dando-lhes a miséria de 14.000 cruzados, não obstante a impugnação do juiz de órfãos, que dizia “valerem tais propriedades mais de 50.000 cruzados!...”. No momento do triunfo, apesar do prestígio soberano da metrópole, firma-se a convicção de que foram os pernambucanos que libertaram a sua terra. Esta verdade é orgulhosamente proclamada por eles, confessada pela coroa portuguesa, e reconhecida por todos, aqui, e lá. Quando, cinquenta anos depois, irrompe a rebelião dos *Mascates*, este é o mote para todas as alegações: “... que por terem libertado a terra, queriam ser donos dela...” diziam os reinóis; “... que não podiam ser suspeitos a El-Rei, vassallos, que, para a coroa, tinham reconquistado todo aquele Brasil...” alegavam eles. Os documentos da época, de um de

outro lado, deixam bem patente que se trata de um sentir universal, tradição explícita em todas as consciências. O governador da Paraíba, partidário ativo dos *Mascates*, repete a consagração histórica dos Pernambucanos, como se fora verdade cediça.²²⁷

Quanto à importância de Negreiros na *Insurreição*, os que admitem a inverossímil iniciativa do Bragança hão de reconhecer que a sua escolha para realizar o movimento o apresenta, desde logo, como o mais próprio e mais autorizado. Mas, como chega um momento em que o Rei exige de Vidal que se afaste, e como este se rebela para continuar na luta, temos a prova absoluta de que a decisão de reaver e libertar Pernambuco fora sua. Abrindo a campanha por iniciativa e ordens do soberano, Negreiros teria obedecido às suas ordens de abandonar a campanha, como obedeceu o grande valente, Soares Moreno. Demais, uma tal decisão só se poderia formar no ânimo de quem fosse capaz de realizá-la; de quem possuísse os dons de organizador genial, para, do nada, tirar todo o muito, necessário para bater a potência mais forte do momento.

227 Um dos *motivos* ocultos contra os Pernambucanos, presos por Sebastião de Castro e Caldas os irmãos Bezerra Cavalcanti, Luiz Barbalho de Vasconcelos, Afonso de Albuquerque Melo “... é o terem representado ao rei, lançando-lhe em rosto os serviços dos seus antepassados, reconquistando Pernambuco, sem pensão nem interesse do governo, para darem-na ao rei, que agora os entregava de pés e mãos atados a miseráveis estranhos, que deixavam a mercancia para se fazerem senhores dessa mesma terra que não tinham libertado”. Eis a substância da representação e da própria luta. Depois, Bernardo Vieira de Melo leva a queixa a outro tom: “... os *Mascates* obravam como quem contava com o apoio de Lisboa; pois não se compreende como indivíduos de tão baixa extração... tivessem a pretensão de querer dominar a terra... Que era ocasião de se lembrarem todos os grandes sacrifícios de seus pais, que por certo não restauraram a formosa pátria pernambucana à custa do seu sangue, das suas vidas, da sua fortuna, do desamparo das suas famílias, suportando... para dá-la a gente tão vil como a escravidão dos filhos do país...” (Ata da Câmara de Olinda, de 27-6-1711). João da Maia, fez manifesto a favor dos *Mascates*, mas aí reconheceu: “... que a nobreza de Pernambuco e seus moradores. como filhos e netos daqueles pais, que com seu sangue se libertaram do jugo holandês sujeitando a obediência do rei natural o que lhe tinham usurpado...” (M. L. Machado, *op. cit.*, p. 373.)

D. João IV e os que o cercavam, inclusive o Padre Vieira, tinham poderosíssimos motivos para não alimentar esses projetos: a convicção da impossibilidade de bater o holandês; a necessidade de captar as suas boas graças, a fim de obter os auxílios indispensáveis na guerra com a Espanha. De outro modo, não se explica que Portugal, o Estado que nunca cedeu uma polegada do território nacional, tivesse acedido em deixar ao invasor todo aquele Norte, feito na tradição portuguesa. Houve entendimento com Vidal, na Lisboa de 1640, não há dúvida; mas, já o acentuamos, o intuito do Bragança era dar preço à cessão que fazia, para ganhar do holandês o máximo de recursos. Em si mesmos – Negreiros e D. João IV, quanto a motivos patriótico: um era o combatente voluntário, de sempre, intransigente na defesa da sua pátria; outro é o dinasta em perigo, que desde logo entrara em conchavos com o opressor de Pernambuco, aceitando fazer dele o seu principal arrimo. No célebre *papel forte*, o Padre Vieira o diz formalmente: “Portugal, cercado por um inimigo como Castela, e em luta com a república mais florescente e poderosa e altiva no mundo...”. Previu mal, o Padre Antonio Vieira, mas tinha razão: naquele momento, não haveria mentalidade lógica para admitir vitória contra as *Províncias Unidas*. O bragantismo ulterior, empenhado em diminuir o valor dos pernambucanos, chegou a alegar que a eliminação do domínio holandês foi efeito da vitória britânica sobre os batavos, arrancando-lhes a supremacia dos mares. Ora, até a última dos Guararapes, o poder marítimo dos holandeses estava intacto. A primeira vitória naval dos ingleses é de 1652; mas, por decênios, ainda, o batavo é uma grande potência. Em 1653, era a sua voz uma das mais respeitadas nos ajustes de 1654 de Westefália. Na guerra contra a Inglaterra, as *Províncias Unidas* puseram em batalha 100 grandes navios, pelo que ficou indecisa a vitória entre os dois grandes almirantes – Blake e Tromp. Em 1666, Ruyter, reputado, então, o mais valoroso capitão de esquadras, queimou das mais

belas e mais poderosas naus britânicas, nos próprios ancoradouros ingleses, a quatro léguas de Londres. Em 1668, sobe a tal ponto o poder e prestígio das armas holandesas, que o respectivo governo se faz árbitro entre as grandes potências – França e Espanha. Logo depois, em 1672, unem-se contra as *Províncias* as duas nações mais poderosas – França e Inglaterra, e não puderam reunir uma frota para bater a dos holandeses: com cem grandes navios e 500 auxiliares, o formidável Ruyter foi provocar o britânico, à vista das costas inglesas, em Solbaia, para uma batalha que durou um dia inteiro, e terminou com vantagens para o batavo.

Contudo, na terra de Pernambuco, a vitória foi dos *Insurgentes*.

§ 68º O papel do Bragança

Para garantir-se, D. João IV dera ao holandês, muito cordialmente, todo o Brasil do Rio Real, ou, mesmo, do Itapicuru ao Ceará.²²⁸ Os *Insurgentes*, porém, não estiveram pelo trato, e reconquistaram, para sua tradição, aquilo que consideravam sua pátria. Assim, coube a Portugal o que fora reconquistado; mas ficara o Bragança numa posição infamemente abjeta. Trataram, então, os seus apaniguados de catar, nos fatos, o que pudesse atestar a coparticipação do Estado português na luta de reconquista. Acharam estas duas insignificâncias: no começo – *antes do começo*, D. João IV concordara com Negreiros os movimentos da *Insurreição*; no fim, impusera Barreto para comandante-geral da guerra, “fazendo-se tudo

228 Na convenção do armistício de Haya, D. João IV concedeu ao holandês tudo que se considerava historicamente Sergipe-d’El-Rey, isto é, o território do São Francisco ao Itapicuru, com o direito de fazer-se a conquista da parte não ocupada. Desse território fizeram os batavos o feudo Oliferdi, em que se consagra o mesmo direito. Por isso mesmo, reconquistado o território de Sergipe desde 1647, o governo de Lisboa só veio a tomar conta da capitania em 1661: respeitou o tratado até depois de ocupado o Recife (Ivo do Prado – *Limites da capitania de Sergipe*, p. 86).

em cumplicidade escondida”. Ora, havemos de convir que, para a importância do feito, isto é bem pouco. Em si mesma, tal cumplicidade escondida pouco vale, em face de tudo que o Bragança fez depois para dar Pernambuco aos holandeses. A esse respeito, há um fato decisivo: em virtude do primeiro conchavo, Soares Moreno entrara para a *Insurreição*; depois, vieram ordens reais, e Moreno se afastou. Há, mais ainda: interpretando ao pé da letra a primeira manifestação do Bragança, Teles de Menezes consentira em que os guerrilheiros Camarão e Henrique Dias invadissem o domínio do holandês; sabido o caso em Lisboa, logo vieram ordens efetivas, e sinceras, estas para que fosse sustada a invasão e punidos os guerrilheiros. Em 1645, escrevia o Governador Teles de Menezes ao Rei: “Sobretudo tenho mandado aos mestres de campo e tropas de Camarão e Henrique Dias, que logo se recolham... Hei de mandar averiguar por uma pesquisa muito exata os culpados nestes desmandos”, conforme ordens que V. M. me deu, os farei castigar com todo o rigor”. Esta é uma carta íntima, em seguida a duas outras, expressivamente peremptórias. Não é nos documentos portugueses da época, mas nas alegações dos Holandeses que se encontram referências a qualquer solidariedade do Estado português com os insurrectos. Os Batavos não podiam admitir que, por si mesmos, os Pernambucanos tivessem ânimo e meios para a campanha. Na realidade, o que há, desde o início da luta, até as vésperas da sua liquidação, são manifestações explícitas de Lisboa – em contrário aos interesses brasileiros da reconquista: as convenções formais com o Holandês, e, em vista delas, as ordens imperiosas, aos Pernambucanos – para entregarem a pátria ao inimigo. O despudor dos panegiristas da Casa de Bragança tentará fazer crer que as ordens eram “pro-fórmula”. Ora, para, informá-los, aí está toda a política de Lisboa para com os Insurgentes: negando-lhes qualquer apoio, como seja o das esquadras; o Conde de Vila-Pouca, recusando recursos ao emissário enviado

pelos Pernambucanos. Southey, que esmerilhou toda a documentação acessível nos seus dias, e tem toda boa vontade para com o Bragança, considera tais *ordens*, como sinceras e *positivas*, e é a esse propósito que louva, em Negreiros, a “virtude heroica” com que a elas resistiu. Maximiniano Lopes Machado não tem dúvidas no conceito: “O governo (de Lisboa) mandava retirar os oficiais de linha que tomaram parte na *Insurreição*. O Padre Galanti, que não poderia ser infenso ao Bragança amigo da *Companhia de Jesus*, justifica o proceder do Rei, mas dá as ordens como efetivas: “Foi com receio da aliança ofensiva e defensiva entre a Espanha e a Holanda, que o D. João IV expediu as ordens”. Finalmente, mais eloquente ainda são os próprios termos da resposta de Vidal e Moreno ao governador-geral, quando foram intimados a retirarem-se da luta: “Sem embargo dos inconvenientes... de dar execução às ordens de S. M... o procuramos fazer... mas não foi possível... porque logo que o entenderam os moradores e os soldados... se amotinaram tão desenfreadamente que, não só não quiseram cumprir ordens... mas não quiseram permitir que nós o fizéssemos... dezoito resolveram prender-nos... nos pareceu bem dissimular por alguns dias... dando no modo que nos é possível cumprimento ao que S. M. nos ordena... Assim andávamos... quando recebemos segunda ordem... em que S. M. declara por ruins vassallos os soldados e pessoas que não obedecessem à primeira ordem. Com este aviso... protestando e jurando todos de morrerem na empresa, ou de saírem com ela, perdendo a esperança à fazenda e mesmo às vidas... houve que quiseram pôr em prática matarem suas mulheres e filhas, para não virem depois de suas mortes em poder do inimigo... Desengane-se V. S. que não há poder... para persuadir a esses homens a que se fíem nos holandeses e a que se aquietem... Nem um só homem achamos que nos quisesse seguir (no cumprir as ordens); se eles desconfiam que... temos por certo que nos hão de tirar a vida... estes homens depois de que viram as ordens de V. S. *tem mandado pedir socorro*



a algum príncipe católico...²²⁹ Se isto convém ou não ao serviço de S. M. e os Estados da Holanda, V. S. considere, estando certo que para a Holanda acabou esta capitania... e é *muito provável que também acabe para Portugal...* o amor que estes portugueses (os pernambucanos) tinham a S. M. se há entibiado mais do que nos atrevemos a referir... Arraial de Pernambuco, 28 de maio de 1646”. Acentua-se a premência do governo de Lisboa, e Moreno se retira da campanha; mas fica Negreiros – o bastante para assegurar a vitória.

Notam-se, nessa carta, expressões (em grifo) que nos dizem bem por que foi nomeado um comandante-geral junto aos *Insurgentes*: era preciso guardar, à vista, uma gente que mandara procurar auxílio junto a outro príncipe, uma gente em quem tanto se *entibiara* o amor pelo Bragança, uma gente cuja capitania talvez *acabara para Portugal...* Então, aparece o nome de Barreto – logo que o Rei de Portugal se vê desobedecido pelos pernambucanos. Tanto vale dizer: o comandante-geral é uma providência contra os *Insurgentes*. Tal é o conceito de Maximiniano Machado.²³⁰ Se tal providência significasse cooperação na reconquista, com ela coincidiriam auxílios. Ora, é nesse momento, justamente, que a metrópole, por si, e pelos seus representantes aqui, nega hostilmente qualquer concurso. Barreto é nomeado pelo Conde Vila Pouca, que foi o mais refratário a qualquer auxílio. Insistentemente rogado para que fizesse alguma coisa pela *Insurreição*, esse governador se limita a enviar tropas para o Rio Real a fim de receber os *Insurgentes* quando se houvessem *retirado*, depois de deixarem a sua terra ao holandês, em virtude dos tratos do Bragança. Ora, que valor podia

229 Os pernambucanos resolveram mandar uma embaixada de padres franceses, chefiada por Frei Cerilo, ao Rei de França, pedindo o seu auxílio, o que foi objeto de cartas trocadas entre El-rei, o Marquês de Niza, e o padre Vieira... (Ulysses Viana, *op. cit.*, p. 25.)

230 D. João IV mandou tomar conta da direção da guerra receando que os *insurgentes*, lutando por conta própria, não tornassem a dar as províncias a Portugal, e as fizessem independentes.” (*op. cit.*, p. 237.)



ter a intervenção de um governo que, na melhor hipótese, mesmo na véspera do triunfo final, ainda não confia na vitória, e convida os lutadores a retirarem?... Todo o auxílio se resume em Barreto, que, nomeado general das forças em ação, com o reforço de 300 soldados, logo se deixa aprisionar com toda a gente. E que significaria o comando efetivo dessa criatura? Barreto é o capitão secundário, e que, mesmo ao lado de Barbalho, não consegue fazer renome. Aliás, se há circunstância histórica mal apresentada e nublada, é esse comando de Barreto. Southey, fortalecido no depoimento dos contemporâneos, afirma: “Assumi Barreto o comando na aparência, mas se confirmou em tudo com os conselhos dos mestres de campo”, e admite a data indicada pela generalidade dos outros historiadores – de 1647 a 48. No entanto, nas palavras do próprio Barreto (carta ao governador), foi tudo uma coisa muito insignificante, numa ação que começou em 49: “... depois de estar preso nove meses, fugi... e entrei em campanha em 23 de fevereiro do presente ano – 1649 (depois da primeira de Guararapes). E posto que nela não governava, acudi com as advertências necessárias”. Como se vê, ele contradiz a data afirmada em Southey, e deixa patente que a sua intervenção não podia ter significação, pois viera quando a sorte da guerra já se decidira na primeira dos Guararapes, que foi a maior dificuldade para as negociações de Haia.

Aí, nessas negociações, se encontra a última e mais eloquente prova de como Portugal, em vez de auxiliar a reconquista de Pernambuco, a ela se opôs, chegando a vender a heroica província, a preço dos auxílios do holandês. Senão, pensemos nisto: Portugal *restaurado* é o mísero pedinte, súplice aos pés do antigo e inexorável inimigo. Tolhido e apavorado ele não passa de joguete, nas tricas da Europa, dos meados do século XVII.²³¹ Cadáver levantado contra Castela pelas *Províncias Unidas* e a França, quando esses

231 No arrolar as gentes e os fatos que prepararam o *grande século* (Luiz XIV), Voltaire inclui D. João IV como um pusilânime interesseiro, nulo, se os interesses diplomáticos da França e da Holanda não o alçassem contra a

Estados o deixam, é Portugal tomado para os interesses do inglês. A sua política interna é aquela mesma que começa aceitando o auxílio do traidor Lucena, para executá-lo depois. No tocante a Pernambuco, é possível que houvesse, no Bragança, intuito de esperteza – entre os *Insurgentes* e o Holandês aliado, pronto a trair qualquer deles, em favor do que lhe trouxesse mais vantagens; mas, quando o batavo, com esquadra no Tejo, desconfiou da insídia, e apontou os canhões, o decaído descendente de Nun'Álvares não demorou em dar-lhe todo o Brasil reclamado. Ainda assim, houve dolo na doação, porque Portugal não tinha meios de tornar efetivo o que prometera: “se a Holanda não reduzir os *insurgentes*, quanto mais...”. Isto mesmo é acentuado pelo procurador de fazenda, Dr. Pedro F. Monteiro, no seu relatório: “É impropriedade, prometer o rei a obediência dos pernambucanos, que não são súditos a dependerem da proteção d’El-Rei...”.²³² O procurador hesita em dar um conselho, visto ser a Holanda “a mais forte nação da Europa”. Nessa hesitação, valeu a força: o holandês falou grossou, e o Bragança não mais tergiversou. Foi quando a França se aproximou da Espanha, e D. João IV deu, então, novas instruções ao seu embaixador em Haia, para fechar o tratado, usando embora “o meio de desesperação”, quer dizer, dando-lhe, efetivamente, Pernambuco e todo o Norte já ocupado por ele. Em vista disto, Francisco de Souza Coutinho, o embaixador em questão, propõe: “... S. M. está pronto a restituir todas as praças de Pernambuco que tomaram os rebeldes... As armadas dos vossos poderosos Estados se encontrarão com a de Portugal... como amigos...”. Souza Coutinho seria nomeado como Governador-geral, a fim de fazer a mesma entrega. Para reforçar a diplomacia bragantina, veio a Haia o Padre Antonio Vieira, que tão bem compreendera e redigira

Espanha. Tanto assim que os 4.000 soldados de Schombert – o melhor do exército português – eram pagos ocultamente por Luiz XIV. (*op. cit.*, p. 7 e 74.)

232 Max Lopes Machado, p. 237.

as razões do Bragança, no seu célebre *papel forte*, cuja súmula é: “Dê-se Pernambuco porque precisamos da Holanda, e não temos coragem para enfrentá-la...”. Lá está, em todas letras: “... Se não foi possível tomar Pernambuco quando Portugal estava unido à Espanha, quanto mais sozinho, a lutar com a mesma Espanha...”.

Embalado nas próprias razões, Vieira não se contém: “Os *insurgentes* só se querem libertar dos holandeses para livrarem-se de pagar-lhes o que lhes devem...”. E vai ao ponto de admitir que com Pernambuco se dê ao inimigo uma qual indenização. É quando fecha o período: “... Admira até a magnanimidade com que os holandeses aceitavam lhes dessem o que era seu, mediante uma indenização tão leve...” Por sua parte, o Rei confirma toda a miséria, em carta ao marquês de Niza: “O Padre Antonio Vieira levou ordem a Francisco de Souza Coutinho para fazer conveniências à Holanda, restituindo-lhe Pernambuco, sem nenhuma condição mais que a paz com este reino...”. Enquanto isto, tendo motivos para duvidar que os pernambucanos se submetessem, o holandês, insistia em que Portugal, como penhor de execução do tratado, deixasse ocupar a Baía, o Porto, a *Terceira*, Vieiro e Setubal... Foi a demora desta discussão que deu tempo à *primeira* dos Guararapes. O Bragança ainda insistiu: veio a segunda vitória, e foi preciso confessar a impotência – em garantir a continuação da posse... Para ter-se a ideia da infâmia de toda essa política, basta saber-se que um dos conselheiros do Bragança, para a cessão de Pernambuco, era o judeu trãsfuga, sempre a serviço do holandês, espião contra os brasileiros – o célebre Gaspar Dias Ferreira. Apesar de tudo, a infâmia não pode valer contra a vontade alimentada no patriotismo dos pernambucanos, e, depois da *segunda* dos Guararapes (1649), todos – holandeses e portugueses – convenceram-se de que ninguém conseguiria dominar Pernambuco.

Finalmente, é essa vontade que prevalece, e quando o Padre Antonio Vieira volta ao caso é para contar que a sua função, em

tudo aquilo, fora *redigir* os motivos e as decisões do Bragança. “Este arbítrio ou meio de concertar a paz com os holandeses não foi meu, sim do rei, D. João IV, que está no céu, e o do seu conselho de estado... e resolveu este conselho: que se entregaria Pernambuco; e para os gastos se daria aos Holandeses 300.000 cruzados de contado”.²³³ Para reforçar a demonstração, transcreve a carta da parte do rei ao embaixador Souza Coutinho. “Afirmo a Vossa Mercê, por toda a verdade que devo falar, que por mais que diga, não saberia referir nunca a Vossa Mercê o contentamento que aqui recebemos todos, e mais que todos sua majestade com tão particular satisfação do serviço (dar Pernambuco) que Vossa Mercê lhe faz nestas partes que me disse podia avisar a Vossa Mercê muito conforme tamanho serviço”.²³⁴ Entrementes, porque as suas manifestações tinham sido muito explícitas, Vieira argumenta que ninguém podia imaginar que os pernambucanos conseguissem vencer um adversário tão poderoso; só por milagre: “A Providência quis fazer um milagre que ninguém imaginou...”. Uma vez no Brasil, o grande jesuíta, no julgar de Vidal de Negreiros, deixa a retificação implícita: com tais valores humanos, não seria preciso milagre, que o milagre está em que, sob o influxo de Portugal, ainda possa haver ânimos assim. Depois, ainda haverá um Oliveira Martins, para lembrar: “Deu-se o Oriente aos holandeses, e se não se perdeu o Brasil, foi porque ele próprio soube defender-se... O Brasil pôde salvar-se, apesar de tudo que D. João IV fizera para perdê-lo”.²³⁵

233 *Carta ao Conde de Ericeira.*

234 João F. Lisboa (*Obras completas*, T. IV, p. 113 e 681).

235 O. Martins, *O Brasil, e as colônias, História de Portugal*. Este nome é citado, não pelo valor pessoal da opinião, mas para mostrar o conceito, na pena de um português. O Sr. O. Martins parece que não dava muita importância às afirmações que ia deixando. E é assim que, depois de ter mostrado Pernambuco a afirmar a sua nacionalidade, lutando com o holandês até eliminá-lo; depois de dizer que “a questão da Independência do Brasil, essa estava resolvida, de uma vez para sempre, no dia em que os brasileiros tiveram força para

No momento, empenhados em alijar o invasor, os pernambucanos não compreenderam, talvez, toda a miséria do Estado português, a quem se entregavam, no libertarem-se do holandês. A metrópole representava a tradição pela qual se batiam, e aceitaram prudentemente continuarem jungidos a ele, para uma inevitável infecção, sob a pior das opressões. Vencedor, não tardou que Pernambuco tivesse de sentir a realidade dessa miséria: Portugal obrigava-o, depois de vinte e cinco anos de cativo, saques e tiranias, a pagar ao inimigo alijado o valor daquilo mesmo que o seu braço lhe tomara... Não era possível, talvez, a quem lutara – para ser da tradição portuguesa, insurgir-se ali mesmo contra ela. Mas se tanto fora possível; se houvera o ânimo livre, que ali mesmo clamasse – *não pagamos!* –; isento da infecção, sem os efeitos de uma direção política degradada; seria o Brasil a natural expansão do povo que, primeiro, se afirmou na América, dominando os sertões, defendendo inexoravelmente o seu domínio. Foi o brasileiro, já brasileiro, quem incorporou todo o Norte no Brasil. O seu valor ainda deu para o restituir a Portugal os restos da África, que este só descobrira para infamar-se no negreirismo, e deixar a sua melhor parte em despojos aos piratas, sem gênio, mas não degradados.²³⁶ Nos momentos de bom senso eles próprios, os dirigentes portugueses, bem que o reconhecem. Com a responsabilidade do seu cargo, o ministro Martinho de Melo e Castro proclama que, para defender, o Brasil, colônia preciosíssima para Portugal, o

vencer o holandês”, vem, o mesmo historiador, na sua baila de produzir teorias, e acha de afirmar que, pelo gênero de exploração realizado em Pernambuco, aquilo não era mais do que uma “fazenda de Portugal”, sem qualidades para ser uma nação, e que tais qualidades só se encontravam em São Paulo, criado à lei da natureza, sem lei nem senhor. E depois de afirmar que aquele Norte não é Brasil..., adiante, ao tratar da revolução de 17, diz que, do coração do Brasil, ali, saiu o grito da Independência...

236 Em tempo, logo depois dos sucessos, os fluminenses fizeram sentir ao rei, em representação documentada, que Angola havia sido libertada por eles.

recurso é formar milícias com gente da terra: “O pequeno continente de Portugal... não pode ter meios nem forças com que se defenda a si próprio e acuda à preservação e segurança de cada um dos seus Domínios... O único meio que até agora se tem descoberto e praticado para ocorrer à sobredita impossibilidade foi o de fazer servir as colônias para a defesa delas... As principais forças que hão de defender o Brasil são as do mesmo Brasil...”. Em seguida, o arguto marquês dá a demonstração completa do caso. “Com elas (as forças de Brasileiros) foram os holandeses lançados fora da capitania de Pernambuco; com elas se defendeu a Bahia dos mesmos holandeses; com elas foram os franceses obrigados a sair precipitadamente do Rio de Janeiro; e com elas, enfim, *destruíram os paulistas as Missões* do Paraguai, e atacaram no mesmo tempo aos castelhanos intrusos, na parte setentrional, até os obrigaram a evacuar inteiramente domínios portugueses, fazendo-os passar à outra margem do mesmo rio”.²³⁷ Guardemos esta última referência: ela nos servirá como elemento de juízo sobre autores brasileiros, entrados na história, e que, incapazes de fazerem por si um critério histórico, vão repetindo os conceitos em que os jesuítas condenaram a façanha dos bandeirantes contra a Guaíra espanhola, reduzindo-a a simples caçada aos índios, e com isto ultrajam heroísmos que deveriam ser sagrados.

237 *Instrução militar*, para o governador e capitão-general da capitania de São Paulo, em 1775 (R. I. H. G.).

§ 69º É o Brasil que se expande

Revelando-se na reação contra os franceses, a nacionalidade brasileira caracteriza-se, afirmativamente, na vitória sobre o holandês. Temos, assim, um povo que nasceu e se definiu, explicitamente, na intransigente defesa da terra contra o estrangeiro. Bastaria isto para diferenciá-lo, e dar-lhe existência própria e distinta, no conjunto humano. No entanto, não foi tudo, como acentuação de valor nacional. Enquanto os do Norte mostravam o Brasil já intangível, no Sul, outros, de outro modo, anunciavam a nova pátria, e a fortaleciam e distendiam, dominando o gentio, incorporando-o à nacionalidade nascente, desbravando o continente, conquistando todo o seu interior, ganhando, para o Brasil que neles se fazia, o coração ainda virgem da América do Sul. Em verdade, o que os paulistas realizaram é único em toda América: nem Almagro, nem Cortés, nem o próprio Balboa... Estes são iluminados aventureiros, cuja ação não alcança além de ouro farejado. A mesma expedição de Pizarro ao “Eldorado”, que o faz penetrar até as águas do Amazonas, é um transe de delírio, sem efeitos úteis, pois que tudo se resume na coragem feroz, cruel, que descai se não lobriga a riqueza pronta para ser colhida. Falta, à intrepidez castelhana, a indômita tenacidade, a impavidez serena ante o desconhecido. Isto, com que se caracteriza o ganhador de terras, é, no entanto, o mais vulgar, no valor dos brasileiros que deram fronteiras nos dois hemisférios, e levaram a pátria das praias onde ficaram os portugueses, às quebradas dos Andes.

Iniciativas de marinheiros deram, apenas, para explorar os mares e dominar litorais. Descido no Brasil, o colono português teria ficado nos limites das primeiras capitâneas, se da colonização ao influxo da terra não houvessem surgido as gentes validas que permitiram resistir aos formidáveis competidores – franceses e holandeses. Ter-se-ia perdido, mesmo, grande parte dessas primeiras capitâneas. Tal não se deu porque, com a herança da tenacidade portuguesa, o Brasil nascente teve a boa iniciação política do Portugal ainda são, explicitamente unificado, e patrioticamente homogêneo. Foi esse influxo, agindo sobre uma sociedade de formação rural que produziu o glorioso Brasil do século XVII. Daí por diante, somem-se, ou degradem-se, as iniciativas portuguesas, e tudo que se faz, para o normal desenvolvimento da nova pátria, é obra de brasileiros. Apesar de mais tenazes que os espanhóis, os portugueses não tinham capacidade para desbravarem as vastidões interiores. Passado o momento dos que vinham para serem senhores feudais, os que saíram do Portugal mercantilizado para o Brasil feito prendiam-se ao litoral já povoado, onde havia possibilidades de comércio... Foi preciso a perspectiva do ouro descoberto pelo paulista para que as ondas de reinóis viessem até o sertão conhecido das minas. Frei Vicente já notava, em tom de desprezo, a falência da ação lusitana, no penetrar os sertões: “Não sabem mais do que arranhar as praias como caranguejos...”. Pelo seu lado, Southey teve de assinalar: “... nenhum holandês de Pernambuco se estabeleceu a mais de oito milhas da costa...” Noutro momento, o mesmo historiador chegou a notar que as bandeiras de expedições de penetração no continente eram organizadas por brasileiros, contando-se os colonos como exceção (IV, 422, V. 398).

Não se pode marcar o momento justo em que os brasileiros tiveram consciência de possuírem uma tradição própria, americana. Fosse como fosse, isto lhes veio muito cedo, isto, que é a condição essencial para que uma coletividade humana realize a solidariedade indispensável à existência de uma nação. Há, no caso, uma

circunstância capital a ser lembrada: quando ocorreram os transecisivos para a defesa e afirmação do Brasil colonial, Portugal já havia desaparecido como nação soberana, abatido pelo inimigo tradicional – o castelhano. Não seria o seu influxo que sustentaria a nova pátria, naquela luta de morte com os povos mais fortes do mundo. Quando os franceses, holandeses e ingleses do século XVII quiseram estabelecer-se nestas costas, Portugal já não é um poder que os detivesse. Só uma virtude em surto de mocidade, e a defender a própria vida, poderia ter razão contra tais agressores. O Portugal bragantino, mesmo com a obra já feita, não terá capacidade para mais do que fundar uma colônia militar, isolada, às portas do vizinho platino, afrontando-o, convertendo-o em implacável inimigo. E como a *colônia* fica praticamente abandonada, e é totalmente estéril, em toda a esterilidade dos acampamentos, ela será facilmente dominada pelo rival, e o habituará, assim, a vitórias fáceis, sobre o que lhe aparece como pretensões brasileiras. Foi essa desastrosa iniciativa que sacrificou o Brasil ao Sul, criando dificuldades e lutas, cujos males ainda pesam sobre toda esta parte da América. Se, ao invés disto, fosse o Brasil paulista estimulado para continuar no seu desenvolvimento normal; se a metrópole não o açulasse gananciosamente para as minas; se, depois, não o tolhesse ostensivamente, receosa dos homens que, brasileiroamente impávidos, chegaram a bater-se contra a invasão *emboaba*; se aqueles bandeirantes, que foram até Guarapuava e Viamão, tivessem tido a conveniente direção política, naturalmente e irresistivelmente se estenderiam até às margens reputadas – limites naturais do Brasil. Não havia, na América do século XVII, povos que lhes pudessem fechar o caminho, pois que todos haviam sido afrontados e afastados pelos brasileiros da tradição dos Bento Maciel, Souza Dessa e Raposo.²³⁸

238 Não foram os paulistas os únicos, nem os primeiros, talvez, na empresa das entradas. Frei Vicente conta, longamente, as célebres aventuras ao curso do São Francisco à cata de índios para escravos. Há, também as entradas no Rio

§ 70º O pioneiro paulista

Aqui, no Brasil, os franceses, sempre excedidos pelos portugueses, tiveram de desistir, bem o vimos, logo que se encontraram com a energia de defesa e de expansão já própria dos brasileiros. Não pareça exagerada a expressão *desistir*... Por toda a primeira metade do século XVI, o Brasil teve mais importância para a França do que para Portugal; os selvagens brasileiros eram motivos de constantes referências – procurados, estimados, conhecidos e divulgados, como nunca o foram entre portugueses, em Portugal. Em todos os grandes torneios, festivais e cortejos ao ar livre, figuravam, então, as levas de índios, como nota de bom pitoresco, em grande aventura: “Em 1550, a cidade de Ruão, querendo ultrapassar todos os esplendores das – *entrées royales*, ofereceu ao Rei Henrique III um espetáculo magnífico em que os selvagens brasileiros tinham um lugar importante”. E não foi caso único: quatro anos depois, por ocasião da entrada de Carlos IX em Troyes, e, em 1556, para a entrada em Bordeaux, havia, no cortejo, entre outros exóticos “*sauvages américains et brésiliens, les capitaines desquels haranguèrent devant le Roy chacun en sa langue entendue par le truchement qui l’interprétoit à Sa Majesté*”. Bem antes, com Henrique II, em Ruão, a causa chegou a uma verdadeira feira: “Fora dos muros da cidade, num prado (*prairie*) coberto de árvores, de modo a imitar quanto possível a floresta brasileira... instalou-se uma verdadeira aldeia de índios. Viam-se, aí, vários pássaros de plumagem *bariolé, des guennonez, marmotes, et sagouinz* e, sobretudo, trezentos homens, *tous nus, hallez et herissonnez, sans aucunement connrir la partie que nature commande*. Os cidadãos de Ruão entenderam conservar a cor local, ainda que se ofendesse o pudor das damas da corte... Dizem que os olhos do Rei se mostraram bem contentes, e que, em

das Contas, (uma com 7.000 índios aprisionados), como há em Ilhéus, a par de outras, partidas de Pernambuco. (*op. cit.*, p. 216 a 218.)

nenhum momento, *la reine, son espouze n'ait témoigné du déplaisir*. Os trezentos índios não eram, todos, das florestas do Brasil; mas, cinquenta eram legítimos tupis – *naturels sauvages, fraîchement apportez du pays*; os outros eram marinheiros franceses, arranjados, equipados e vestidos à moda dos selvagens, conhecendo-os também, de lá, que lhes falavam a língua como eles mesmos, os índios... Os índios haviam construído as suas cabanas à moda da sua terra, e ocupavam-se nos seus misteres habituais”. Vem, daí, certamente, que Ruão possuía um *Hotel du Brésil*, esculturado com selvagens, poderosamente armados de tacapes...²³⁹

Quem quiser bem apreciar o valor das energias que dilataram o Brasil por todos os derivados do grande planalto central da América do Sul e quiser julgar com verdade (se este, aqui, parecer excessivo apreço), verifique as razões, como o explicam os norte-americanos – de terem ficado agarrados ao litoral, até depois da independência, em fins do século XVIII. Note-se que, passado o período de domínio holandês em Nova York (meados do século XVII), os antepassados dos norte-americanos eram senhores incontestados e tranquilos de toda a costa do Atlântico, de New-Brunswick à Florida. Não avançaram para Oeste, justificam-nos, os de hoje: “... muitos rios davam acesso para o interior, mas nenhum, salvo o Hudson, era navegável a uma grande distância, pois os Alleghanies constituíam, de fato, um obstáculo formidável... e os colonos gastaram muito tempo para transpô-los...²⁴⁰ Transportemos para os paulistas tais dificuldades: os rios de que se serviam não eram francamente navegáveis, nem para navios de forte tonelagem, nem para os de *fraca*, nem para as simples canoas; os bandeirantes iam por eles a pequenos trechos, tendo de carregar às costas, nos intervalos, as pirogas em que montavam,

239 O essencial desta notícia encontra-se em Theod. Godefroy, *Le ceremonial français, chez Sebastien Cramosy*, Paris, 1619.

240 Coolidge, *op. cit.*

detidos a todo instante pelas dezenas e dezenas de cachoeiras e corredeiras, obrigados a passarem de uns rios para outros, para outros... Em mais de dois séculos, os futuros ianques não tinham subido os Alleghanies; antes de trinta anos, a gente de São Vicente havia galgado Paranapiacaba e Cubatão, e dominavam o planalto de Piratininga, donde saíram, depois, para distender a colônia por todos os sertões, mesmo os já ocupados.

Estas coisas são lembradas, não para encarecer valor, nem ostentar superioridades. Há, no norte-americano, pelas próprias condições de formação, tanta superioridade invejável, que a sua pouca inflação colonial em nada o diminui. Não há tal intuito; mas, é impossível considerar esse caso sem destacar o excepcional poder de expansão do Brasil. Hoje, a grande República se dilata por um imenso país – maior que o Brasil: no entanto, como cresceu a nação americana? Comprando, comprando... ou, já poderosa e rica, avançando sobre vizinhos fracos, atormentados internamente pelas repetidas revoluções, e mais enfraquecidos, ainda, pela afronta do estrangeiro. Em contestação com o inglês, após a independência, a Norte-América teve de ficar no que era. Cresceu porque o francês, incapaz, então, e o espanhol, degradado, deram-lhe por pouco dinheiro, das melhores terras do mundo, já desbravadas, com uma população feita (na Lusitânia), e, assim, em menos de meio século, os Estados Unidos puderam ser, em tudo, uma *grande* nação.²⁴¹ Iniciado, assim, na expansão, o ianque tomou gosto, e não lhe custou quadruplicar, quase, a extensão primitiva. Houve, não há dúvida, uns aspectos duros, no seu avanço para o decantado *far west*, em contestação viva com o

241 Em 1800, o território dos Estados Unidos era de 2.300.000 km² para uma população de 5.300.000, dos quais, um milhão de negros. Três anos depois, a política bárbara de Napoleão o leva a oferecer em venda a Louisiana, com os seus 80.000 habitantes; quinze anos depois, a Espanha vende a Flórida, em parte desbravada. Assim, sem maior esforço, a nação americana chegou ao duplo do território, e, com a imigração, em 1820, a população era de 9.000.000. Vem depois, o Alasca, também comprado...



gentio ainda existente pelos sertões... Foram grandes lances, muitas vezes; mas tudo não passou de conquista realizada por uma nação feita, poderosa e rica, servindo-se de todos os maravilhosos recursos militares do tempo. O que os bandeirantes paulistas fazem, em 1650, em número insignificante, com os seus pobres meios pessoais, sem outros recursos válidos além da indefectível coragem; esse desbravar do continente, só no século XIX o tentam os norte-americanos. E os sucessos lhes parecem façanha épica. Lá está a estátua equestre do general, vencedor temível de *sioux* e *apaches*...

Não podemos deixar de pensar que, ali, empregando os meios que o século e a riqueza toda da nação permitiam, eles lutavam contra tribos em parte desmoralizadas por três séculos de vizinhança dos brancos, ao passo que os Paulistas, desprovidos de tudo, enfrentavam nações ainda em pleno vigor,²⁴² apenas aproximadas dos brancos, ou admiravelmente organizadas pelos jesuítas, em aglomerações como as de Guaíra – de 200.000 almas, segundo cálculos repetidos nos historiadores. Reflita-se nisto; em 1750, já estava absolutamente sistematizado o tráfico para as minas de Cuiabá; no entanto, todo o caminho se fazia, ainda, desde o Piratininga até lá, tendo, como escalas, seis ou sete casais de roceiros, nos intervalos de dezenas e dezenas de léguas – de natureza crua, apenas percorrida pelos sertanistas e as tribos inimigas. Em 1797, relatava o sargento-mor de engenheiros, Ricardo Franco de Almeida Serra: “A viagem que se faz de São Paulo a Cuiabá é pelos rios Tietê, Paraná, Pardo, Camapuão, Coxim, Taquari, Paraguai, Porrudos e Cuiabá, descendo uns e subindo outros, nos quais se passam mais de 100 cachoeiras... compreende boas 600 léguas de navegação, em que se gastam seis meses”: Faltou ao oficial engenheiro mencionar que longas e ásperas léguas se faziam tendo o

242 Nações como paiguás e guaicurús, depois de tamoios, goitacazes, caetés... Os paiguás foram atacados e batidos pelos Brasileiros depois de haverem levado o terror às portas de Assunção (Southey).



gentio inimigo ao lado, ou pelas costas, a alvejar do mato, bem escondido, os viajantes, que não tinham melhor garantia, nem outro resguardo, além da impávida valentia. O ministro – Lopo de Saldanha – que até nos parece exceção de lucidez, na sua gente daqueles tempos, quando procura o remédio possível para a mísera situação do Sul (*Colônia do Sacramento*), manda que recorram aos paulistas “que com o só provimento de pólvora e chumbo têm penetrado e descoberto a maior parte do Brasil”. O ministro português evocava uma tradição viva: bastou que se falasse na ida de Paulistas para ali, e a onda de tapes e castelhanos estremeceu.²⁴³ Note-se, agora: a formidável expansão dos paulistas é de efeitos que se impõem aos outros colonizadores do continente. Garay, que pelo pensamento muito elevou e muito defendeu o seu Paraguai, deixa bem demonstrado que o grande sucesso das reduções de jesuítas era devido à necessidade de manter, naquela forma, as tribos e os territórios contra a atividade dos paulistas.²⁴⁴ Nem por isso, evitaram aquilo que, em Guaíra, foi um tremendo desastre para Espanhóis e jesuítas, isto é, o aniquilamento de aldeamentos contendo população de províncias, sem contar as povoações civis

243 “D. Miguel... teve inopinado aviso do regente de Montevidéu, que os paulistas e lagunistas (Laguna, fundada por paulistas) se preparavam para assediar aquela fortaleza (Montevidéu), e depois pela campanha socorrerem a praça (do Sacramento)... sumamente estes povos eram temidos dos bárbaros (índios das reduções) e por concomitância dos castelhanos... dos pais aos filhos passavam as memórias por tradição”... A notícia da invasão dos paulistas... este fabuloso açoite pôs em apertado cuidado a Dom Miguel...” (*História da nova colônia do Sacramento*, de Simão Pereira de Sá, ed., de 1900, p. 178 e 182.)

244 “... el por qué los jesuítas pudieron fundar en los comienzos de su empresa, cuando su numero y sus recursos eran escasísimos, quince pueblos, y no pudieron añadir a la lista más que uno en ciento doce años, en los quales llegaron al apogeo de su poder y adquirieron prosperidad sin ejemplar en ninguna de las misiones de esta ni de parte alguna del mundo. Es que en aquellos veinte años se senalan precisamente las más crueles y tenaces persecuciones de los portugueses de San Pablo, *mamelucos o paulistas*, que no dieron punto de tranquilidad a las guaranías... Calcula-se en trecientos mil los que fueron arrebatados de este modo.” (Blas Garay, *El comunismo de las misiones*, p. 8.)

que também foram destruídas. E foi assim que todo o alto Paraná se incorporou ao Brasil. Bandeirantes – homens, diante de quem, apesar de quantas ferozes e crimes lhes sejam imputados, a alma boa de Southey – o defensor dos jesuítas seus inimigos, não se contém, e transborda de admiração, em longos elogios. Para esse historiador, não terá havido, pela América, mais bravura, e patriotismo, e intrepidez: “Homens de indômita coragem, e a toda prova para os sofrimentos... Eram os paulistas incansáveis nas suas explorações... Uma raça de homens mais ousados, ainda, que os primeiros conquistadores, ao passo que extinta era nos espanhóis do Paraguai toda atividade e empresa”.²⁴⁵

Em empresas tais, na mesma fortaleza de ânimo fizeram-se os nomes que, na expansão do Brasil, rivalizaram com a fama dos heróis pernambucanos. *Criadores de caminhos*, obra essencialmente civilizadora, esses bandeirantes conduzem o Brasil para uma autonomia indestrutível, que é a de quem, por si mesmo, por si só, adquiriu a terra em que se estabeleceu. É por tudo isso que o nome deles se tornou distinto, como o dos pernambucanos, e de valor internacional. Todos que conhecem e tratam de coisas sul-americanas mencionam o povo valente e intransigente na sua autonomia, esses paulistas, que, ainda nas cortes portuguesas de 1820, são nominalmente referidos como efeito de irritante pavor para aqueles que, então, pensavam reduzir-nos à simples condição de colônia.²⁴⁶

É verdade que, no Brasil, tão bem unificado em sentimento patriótico, tais qualidades de destaque não podiam ser exclusivas, nessa ou naquela província, e Southey mesmo reconhece que as qualidades em que valiam os paulistas estendiam-se a outros brasileiros: “Pernambucanos e paraenses eram igualmente

245 *Op. cit.*, II, p. 417 e 419; V, p. 70.

246 Um jornal dos *constitucionais* antibrasileiros, o *Exame crítico*, escrevia, no forte da luta – 1822: “Mande-se um cão de fila domar o Brasil... loucos, frenéticos e insolentes *paulistanos*...”

intrépidos em dominar territórios”. Sim: mas também é verdade que o traço dos intrépidos Paulistas riscou todo o interior do Brasil – Bahia, Minas, Paraíba, Mato Grosso... até as águas do Tocantins e Amazonas. Em abril de 1674, uma *Carta Régia* de Lisboa tem de gritar, sobre a extensão do continente: “Cabo da tropa da gente de São Paulo que vos achais nas cabeceiras do Rio Tocantins e Grão-Pará: Eu vos envio muito saudar!...”. Um mineiro de grande pensamento, repetido em Paulo Prado, se contempla o passado em que se desvendaram as minas, curva-se ante os pioneiros do sertão: “... arrostavam os maiores perigos; não temiam o tempo, as estações, a chuva, a seca, o frio, o calor, os animais ferozes, répteis que davam a morte quase instantânea, e, mais que tudo, o indomável e vingativo índio antropófago... em renhida e encarniçada guerra. Para eles não havia bosques impenetráveis, serras alcantiladas, rios caudalosos, precipícios, abismos insondáveis. Se não tinham o que comer, roíam as raízes das árvores... e lagartos, cobras, sapos... Se não tinham o que beber, sugavam o sangue dos animais que matavam” (*Paulística*, p. 66).

E esse ânimo se prolonga até os dias de um Francisco de Lacerda e Silva Pontes, que abrem o caminho para as famosas explorações de Ricardo Franco. Como homenagem ao astrônomo Lacerda, Lisboa o despacha a atravessar o continente africano, de Moçambique a Angola, e o Paulista vem a perecer no afastado sertão de Cazembe. Ainda hoje, o *Diário* das suas observações geográficas e astronômicas é referência constante em que viaje cientificamente o território de Mato Grosso.

§ 71º Guaíra

Ao tempo em que os pernambucanos arrancavam a sua terra ao domínio do holandês, os paulistas afirmavam o seu patriotismo – defendendo, por antecipação, o solo por onde o Brasil devia irradiar-se. Um dos poucos espanhóis desbravadores de sertão,



Irala, tinha levado a sua gente até o alto Uruguai, Paraguai, Paraná. Depois, veio mais população espanhola, na ambição de minas, e resultou fundarem-se, sucessivamente, três povoações: *Oitiveros*, *Ciudad Real* e *Vila Rica*. Mas, dado o regime da colonização castelhana, isolaram-se esses *pueblos* do Paraná, degradando-se em barbárie, por esse mesmo isolamento, e houve que entregar a obra de civilização dos sertões, com o respectivo gentio, aos jesuítas. Segundo a norma que lhes era própria, aos jesuítas espanhóis, os do Paraná internaram-se para isolarem-se dos próprios compatriotas, e vieram estabelecer as suas reduções bem no alto sertão, que é hoje essencialmente brasileiro – no Território de Guaíra. Fez-se a primeira *Missão*, de Loreto, com sucesso imediato, e tanto que não tardou formarem-se outras, como a de Santo Inácio Guassú. Em breve, havia para mais de 120.000 guaranis aldeados, captados pelos jesuítas, para a pátria dos novos castelhanos, e, com eles, as respectivas possessões tinham avançado até o coração do continente, a entestar com os redutos brasileiros. A energia de expansão do paulista não o permitiu, porém, e o domínio castelhano foi extirpado, dali, até às raízes. Os jesuítas, que eram os melhores cronistas da época, adversários tradicionais dos paulistas, fizeram para estes uma reputação em que lhes é negado, dentre boas qualidades, a coragem. Para este caso – Guaíra, em que eles, os jesuítas, foram os feridos, a história é contada de modo a que se faça desses brasileiros o pior conceito.

Paulo Prado, antes de lembrar que, durante dois séculos, os inventários paulistas repetiam a lúgubre glorificação – *morto no sertão* –, acentua o apavorado ódio jesuíta contra os mamelucos de Piratininga, que “invadiam os desertos, destruindo-lhes as reduções, e repelindo o tradicional inimigo para além das barrancas dos grandes rios do sertão”. E mostra que os excessos dos bandos mamelucos tinham explicação na rudeza dos tempos, ao mesmo tempo que afirmavam as qualidades fortes da raça... Ora, é isto o que mais importa quando se trata de verificar a capacidade de



realização de um povo, a quem o tempo necessariamente humanizará. De fato, qualquer que fosse a carência moral do bandeirante, o Brasil a fazer-se pedia, sobretudo essa capacidade de afirmação. Nada mais fácil e mais simples do que extrair e apurar a natural generosidade do homem forte. Duros e feros como parecessem os bandeirantes e os *Insurgentes*, isto não impediu que o Brasil chegasse a essa bondade d'alma, característica do brasileiro.

Quando se trata de verificar as energias que fizeram o Brasil e o defenderam, e o estenderem, não é ocasião de esmiuçar motivos, senão, simplesmente, reconhecer efeitos dessas mesmas energias. Mas, há tanta injúria a esses homens – em negar-lhes os intuitos patrióticos com que agiram contra Guaíra, que, nestas páginas, se torna indispensável restabelecer a verdade. Southey, já o dissemos, impressionado pelo zelo humanitário dos jesuítas, aceitou, de modo geral, o seu juízo sobre os paulistas, e, por isso, conta os sucessos de Guaíra, como simples caça aos índios: no entanto, tal é a força da realidade histórica, que ele mesmo, ao começar a narração, acentua que os paulistas consideravam toda aquela região, até o Paraguai, pertencente a Portugal. Depois, como conclusão necessária no desenvolvimento da aventura, ele reflete: “O que é certo é que se esses aventureiros não se têm movido, ter-se-ia a Espanha apoderado da costa do Brasil ao Sul de Paranaguá, e espanholas, em vez de portuguesas, seriam as minas do sertão de Minas, Goiás e Mato Grosso... Foi bem no centro da América do Sul que o Paulista Pascoal Cabral descobriu as minas de Cuiabá... minas que, desde muito, estariam nas mãos dos espanhóis do Paraguai, de Santa Cruz, se eles tivessem metade do espírito de empreendimento e de ação dos paulistas... (*had possessed half the enterprise and action of the Paulistas*)”. Entrementes, apesar de reconhecer o que há de exagero nas acusações dos jesuítas, ele perde as medidas até chamar os bandeirantes de *salteadores*, *cruéis*... Deixemo-los: simples epítetos não destroem a verdade, que o próprio historiador inglês registra e consagra. Se os levasse, aos paulistas, o único e

sórdido interesse de cativar índios, como se explicam essas outras expedições, como as de 1676 e 1691, contra Vila Rica do Espírito Santo e contra Santa Cruz de la Sierra? Aquela, dirigida por Pedroso Xavier, bem sucedida, destrói o estabelecimento castelhano, apesar de defendido pelos 1.000 soldados de D. João de Andina. Esta, malograda, tinha como chefe o célebre Campos Bicudo, que vinte e quatro vezes penetrara os sertões, secundado por Ferraz de Araújo, Manuel Frias e Gabriel de Antunes Maciel, aprisionado pelos castelhanos, e que conseguiu evadir-se de Assunção. Todas essas expedições se ligam a essa tradição, de que já nos fala a ata da Câmara de São Paulo, de 2 de outubro, de 1627, quando inclui o aviso enviado à metrópole acerca dos “espanhóis de Vila Rica que vinham dentro das terras da coroa de Portugal...”. Mencionando os fatos, P. Prado destaca os motivos irrecusáveis – o ardor guerreiro e o velho ódio ao espanhol. É quando lembra o conceito do próprio Capistrano, inexorável contra os destruidores de Guaíra, mas que reconhece: “As expedições dos paulistas vieram corrigir a linha divisória de Tordesilhas, e fazer recuar o avanço castelhano que se insinuava pelos grandes rios do sertão meridional”²⁴⁷

Esta verdade – os fins patrióticos dos paulistas no feito de Guaíra, desde cedo se incorporou nas nossas tradições. Em princípios do século passado, o Padre Francisco das Chagas Lima, referindo-se ao descobrimento dos Campos de Guarapuava, que ficam na região do Paraná, onde a tradição de Guaíra devia ser bem viva, registrou-a nos termos de defesa nacional. O padre lembra que os Espanhóis tinham o intuito de assegurar-se na posse daqueles territórios, quando no meio do século XVII “estabeleceram a sua” *Cidade Real* na embocadura do Piquiri, e *Vila Rica*, na margem meridional do Itatu, povoações que foram demolidas pelos antigos paulistas.²⁴⁸ É a tradição a que se repetia na boca do

247 *Op. cit.*, p. 56.

248 *R. I. H. G.*, vol. 6, p. 43.

já citado Lobo de Saldanha. Homem de Estado, feito no segredo da realidade, ele bem conhecia a verdade da ação política dos paulistas. No entanto, com o tempo, a poeira das calúnias foi cobrindo os feitos desses brasileiros, sujando-lhes a reputação de todos os doestos dos seus irreduzíveis inimigos. Para isso, muito concorreu a política da metrópole depois de descobertas as minas.²⁴⁹

§ 72º O caminho do ouro

Desde que os bandeirantes brasileiros ensinaram o caminho do ouro, para os sertões correu a multidão de reinóis, sem mais energia que a de colher a riqueza procurada e achada por outros. E, na ganância essencial, quiseram que a melhor parte dessa riqueza lhes coubesse. Portugal só cuidava, agora, em suplantar os brasileiros, e manter o Brasil para seu exclusivo usufruto; por isso, tendo nos colonos o mais eficaz instrumento de exploração e domínio, deu-lhes força contra os Paulistas, de tal sorte que os emboabas de Manuel Viana, levantados a princípio contra a autoridade fiscal, foram, finalmente, os verdadeiros triunfadores, na luta contra os sertanistas brasileiros. No entanto, os Paulistas os enfrentaram, aos emboabas (que se negavam a pagar o imposto de mineração), na qualidade de representantes do governo da metrópole. A maior façanha dos Portugueses se qualifica nisso mesmo que deu o nome ao recanto escolhido para a proeza – o mato da traição. Voltam os Paulistas a pedir contas do crime, e batem pelas armas os profissionais da insídia. Mas o ouro do rebelde Manuel Viana compra Lisboa, e os bandeirantes têm de voltar ao seu São Paulo, ou procurar outros sertões, donde serão ainda despojados, quando não são diretamente roubados, como sucedeu com os irmãos Leme, assaltados, despojados de todo o ouro que traziam de

249 Montoya, um dos mais prestigiados em detratar os paulistas, é o que, desvairado de ódio, vai ao ponto de compará-los a “bodes, em curral de cabras...”.

Mato Grosso, e, finalmente, assassinados, a mando do Governador Rodrigo César de Menezes...

Desde então, apavorada ante a intrepidez e o desassombro dos paulistas, o maior empenho da metrópole é diminuir-lhes o prestígio. Rebuscam-se as antigas calúnias contra eles; criam-se outras, por conta abertamente da própria gente governante. Começam pelo grande descobridor das minas, esse Borba Gato, acusado, perdoado, coberto de honrarias, para que revele o sítio das riquezas. Quando lhe apanham o segredo, e que só resta a lembrança do seu valor, atacam-no em mentiras, de que se envergonharia a própria infâmia. Há fartas provas de que os paulistas não cativavam tanto índio como o pretendem os jesuítas, nem eram tão livres no extermínio das tribos. Em 1585, eles pedem licença ao governo da colônia para fazer a guerra aos carijós, alegando que, havia 40 anos, estes matavam os brancos, elevando-se o número de vítimas a mais de 150. Em 1624, a câmara de São Paulo teve de proibir a venda e remessa de escravos índios para o litoral e o Rio de Janeiro, tanta era a falta desses trabalhadores nos casais de Piratininga.²⁵⁰

Este assunto – *calúnias contra os bandeirantes* – pede análise especial, porque dá ocasião de se verificarem muitas e ignóbeis deturpações da nossa história e, com elas, turbações sensíveis no desenvolvimento da nacionalidade, como seja o trauma e a infecção de que ela sofreu, após os sucessos condensados nas simultâneas guerras dos *mascates* e *emboabas*. Para bem julgar do caso – Guíra, é

250 Num *relatório* de autoridade da colônia – o 2º vereador da Câmara de Sabará, em obediência a *Ordem Régia*, de 20 de junho de 1782, mente-se propositamente, fazendo de Borba Gato Governador de Minas, para ter o ensejo de acusá-lo o bastante, para justificar o movimento do português Manoel Viana. Tudo que os tradicionais jesuítas e autores castelhanos, desafetos dos paulistas, tinham dito, é condensado por esse vereador, cujo critério se mede bem nos emoldurantes epítetos com que ele antepõe o reinol Manoel Viana – *branco, europeu...* ao heroico Borba Gato, que não lhe merece outra indicação, além dos vitupérios. (*Memórias...* da Câmara de Sabará..., M. J. Pires da Silva. R. I. H. G., 1865.)

indispensável verificar o que eram tais estabelecimentos, e o que significavam para a coroa de Castela. De fato, na época do ataque, as duas coroas estavam no mesmo dinasta; mas, não esqueçamos que, no ultramar, as coisas continuavam perfeitamente distintas, como se não houvera tal fusão. A circunstância do Filipe *comum* só poderia ser desfavorável aos paulistas: eles não deviam esperar que as suas aventuras, contra estabelecimentos espanhóis, fossem aprovadas pelo Rei de Espanha. Foi em 1629; eram vinte e uma reduções ou aldeamentos tidos pelos padres, com 120.000 índios, dizem uns; 200.000, dizem os jesuítas: 300.000, diz Garai, e, mais, três povoações civis, as já nomeadas – Oitiveros, Ciudad Real e Vila Rica. Subiu um primeiro troço de paulistas, como para reconhecer; sendo poucos, tiveram de recuar. Então, reforçados, sob o comando do valente Antonio Raposo, com 2.000 índios auxiliando 800 paulistas, voltaram a Guaíra, e destruíram completamente as *reduções* e as povoações civis.²⁵¹ Em vista dos comentários dos jesuítas, verifica-se que Guaíra era um estabelecimento mais poderoso que as próprias reduções fundadas depois; constituía o germe de uma colônia espanhola, que dominaria toda a região, e chegaria, talvez, até à costa. O seu fracasso foi um choque que reduziu consideravelmente a expansão castelhana na América do Sul. Compreende-se bem que não poderia deixar de ser assim. Os grandes realizadores da colonização espanhola, onde não havia ouro a colher, eram os padres, e, com o golpe, eles quase desistiram: limitaram-se a reunir o resto do gentio desmoralizado, seguiram pelo Paraná, e foram refazer a sua obra nas terras do Tapé. Mas, ainda uma vez, aí vieram ter os terríveis bandeirantes: desbarataram de novo os padres espanhóis e libertaram o território que consideravam da sua pátria. Completaram o feito destruindo a povoação civil de Xere.²⁵² Não tiveram, os jesuítas,

251 Comandava, ao lado de Raposo, o valente paulista Manuel Preto.

252 Foi, a destruição de Xerez, em 1636. Conta o citado Franco Serra que, em 1776, ainda se viam os restos da povoação espanhola destruída.

ânimo para persistir. Foi quando se deu o grande êxodo para o baixo Paraná-Uruguai, onde se fundaram as célebres *Missões de Guaranis*. Estavam, finalmente, os jesuítas espanhóis fora do raio de ação dos temíveis paulistas. Contudo, ainda foram atacados, e só lograram resistir porque o governo espanhol lhes forneceu armas, para os muitos milhares de aldeados, e porque sua atividade: exploração de minas, conquistas de territórios no centro-oeste, e mesmo no Norte (Piauí), assim como a defesa contra o estrangeiro, pois é certo que os paulistas combateram contra o holandês.

Foi, tudo isto, no chamado domínio espanhol. Quando se preparava a expedição de Raposo, passava em São Paulo o Governador de Buenos Aires, e que de tudo teve ciência. Por isso, as autoridades espanholas foram acusadas de coniventes da destruição de Guaíra. Será uma repercussão das queixas dos *padres*, porque repugna, absolutamente, admitir que espanhóis concordassem e concorressem para destruir colonização espanhola, em benefício dos seus rivais. Aliás, o proceder ulterior das autoridades, quando armaram os guaranis contra os paulistas, prova muito bem que a acusação é falsa. De todo modo, a obra dos paulistas deu resultados definitivos, e conformou, para sempre, o centro-sul do continente. Foi a vitória e a supremacia do patriotismo brasileiro, na formação colonial.²⁵³ A importância dessa obra dos paulistas nós a temos, eloquente, neste fato: Sarmiento, no seu livro já citado, ao passo que dá longas páginas ao caso da América inglesa, não acha que a formação do Brasil possa ter importância para qualquer outra referência; mas, tão valiosos são os sucessos de Guaíra, que o grande platino se vê forçado a citá-los, se bem que, para desengargo de consciência, faça esta única restrição ou correção:

²⁵³ Numa memória sobre os apicás, o Cônego José da Silva Guimarães fala de uma “Missão que os jesuítas espanhóis estabeleceram nas cabeceiras do Cuiabá, e que foi destruída no ano de 1740, por ser clandestinamente levantada e povoada em terreno nunca pertencente à coroa de Espanha”. (*R. I. H. G.* t. 6, p. 314.)

“Contavam-se, só na província de Guaíra 32 reduções, muito numerosas, e 171.168 índios... Não há, agora, nem uma redução, nem um habitante nelas... Morreram, faz dez anos, às mãos de outros mamelucos, uns cem mil neófitos dos jesuítas, na terrível guerra que deu fim ao reinado de López”.²⁵⁴

No ajuizar de Sarmiento, consagra-se um critério histórico muito aceito nos modernos platinos: lançar a culpa aos jesuítas dos desastres devidos à insuficiência da política colonial castelhana. Southey, que muito estudou o caso, sustenta: não fossem os jesuítas, não haveria expansão de colonização castelhana na América do Sul. Um outro argentino, Mejía, tratando dessa mesma Guaíra, refere uma circunstância, que explica, talvez, o insucesso da influência espanhola: que aquelas reduções *nunca tiveram uma visita dos representantes espanhóis*. A colonização civil se limitava a hostilizar passivamente os jesuítas; os formadores do país não sabiam disputar-lhes o prestígio, nem tinham energia para fazer, no desbravar das terras, o que os *padres* faziam. Não havia, é esse mesmo Mejía quem o demonstra, a concepção de uma pátria, abrangendo o conjunto da colônia; cada grupo, *cada pueblo*, era o limite da nova pátria...

§ 73º Goiás... Mato Grosso...

A tradição política da unidade portuguesa, com as necessidades da defesa contra o estrangeiro, fizeram do brasileiro um povo conscientemente unido e solidário. Exaltados em mocidade, esses motivos generalizaram-se como espírito nacional, categórico,

254 *Op. cit.*, p. 57. Sarmiento é dos dias da triste campanha do Paraguai, e não podia ignorar que, se o Governo imperial se atirou àquela guerra criminosa, foi porque encontrou, mais do que a boa vontade, o estímulo de cumplicidade dos dirigentes argentinos, nesse mesmo partido a que pertenceu Sarmiento; por isso, se o peso da guerra foi para o Brasil, assim como a maior responsabilidade, os lucros positivos foram para a Argentina, que colheu a boa sardinha, pela mão dos desdenhados *mamelucos*...

formal, não para a simples defesa, mas para a expansão da pátria. Southey acentua: “Pernambucanos e paraenses foram, também, grandes descobridores e desbravadores do continente”. Ele poderia, sem favor, reconhecer as mesmas qualidades nos da Bahia. Mesmo sem falar nas aventuras do neto de Caramuru (o Melchior Moreia), no tempo de Frei Vicente, já a exploração dos sertões baianos lhe permitia afirmar *que se ia muito às minas e pagavam-se os quintos...*²⁵⁵ Os rios – São Francisco e das Contas foram explorados e conhecidos graças a bandeiras partidas da Bahia e de Pernambuco, antes mesmo das bandeiras paulistas, e exploraram a parte superior do curso. Os sertões do Maranhão ficaram conhecidos e desbravados devido, em grande parte, à célebre façanha de Bento Maciel, no abrir a já citada estrada para o Pará. Aliás, Bento Maciel era um bandeirante de carreira, tendo trabalhado no Sul. Quanto ao Pará, dir-se-á: avançar pelo Amazonas não é façanha, pois que havia o caminho e o transporte natural. Sim; mas tais meios prestavam-se para todos, e só o Brasil logrou aproveitá-los bem. Muito antes de se fazer ali a colonização brasileira, o acaso tinha despejado Orellana e os seus, até o grande rio, cujas vagas em declive o levaram até o Oceano. Ainda não era conhecido o alto Amazonas, quando outro acaso arrastou, também águas abaixo, de Napo até o Pará, os dois leigos franciscanos, André de Toledo e Domingos de Brieba. Era no tempo dos Filipipes, e Castela podia, sem mais objeções, assentar-se comodamente por todo o vale do Amazonas. Para o Brasil, a tarefa se apresentava bem mais difícil; não bastava ser arrastado pela corrente do rio-mar para percorrê-lo; era preciso o esforço de *subir*, não, francamente, como

255 De Pernambuco, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro... partiram, em dias do século – 1550-1650 – repetidas *entradas* nos sertões. Há, para destacar: a de Martin de Sá, de que fez parte o célebre Knivet; a de Tourinho, cujo roteiro nos ficou com a obra de Gabriel Soares; a de Dias Adorno, e a de João Correia, filho de Salvador Correia. Deve ser lembrado, também, que foram pioneiros paulistas que abriram o caminho a Aleixo Garcia, que precedeu Irala nas margens do Paraná.

o faziam os franceses do São Lourenço, mas devendo disputar o passo a ingleses e holandeses. E tudo se fez. O governo de Lisboa deu o comando da expedição ao rei no Pedro Teixeira, com os proventos e as glórias de subir o Amazonas até Quito, e ele subiu... porque teve dois pilotos brasileiros para levá-lo, o pernambucano Pedro da Costa Favela e o fluminense Bento Rodrigues da Costa. Foi este quem, bem explicitamente, seguiu adiante, mostrando o caminho, fazendo as relações com as tribos. Tais façanhas, no entanto, não teriam garantido para o Brasil aqueles remotos sertões se os Paulistas, que já dominavam todo o centro-oeste, não viessem de lá com as suas conquistas, até as terras amazônicas, consolidando com seu valioso prestígio o domínio brasileiro. Em 1662, já o Tocantins era perfeitamente conhecido deles, e livremente percorrido pela bandeira de Paschoal Paes de Araújo, o mesmo que fez recuar o comandante português Mota Falcão, mandado contra ele com uma forte expedição de tropas regulares, a título de proteger os índios guajurus. Nos seus dias, já Manuel Correia percorreria o Araguaia, subindo até o pequeno afluente Araiés, onde, em 1670, descobriu minas que, por longínquas, não puderam ser desde logo exploradas. No ano precedente, os bandeirantes Gonçalo Paes e Manuel Brandão repetiram a façanha de Paschoal Paes, em sentido inverso – subindo o Tocantins até o Araguaia. Oito anos depois, o brasileiro Amaro Leite chegou com a sua expedição ao rio afluente que tomou o nome de *Rio das Mortes*, devido à grande mortandade produzida pelas febres. Outros pretendem que a denominação provém do terrível massacre praticado pelos índios carajás e araiés sobre os companheiros do famoso bandeirante Antonio Pires, quando ali esteve em 1682.

Nos começos do século XVIII, um troço de Paulistas, capitaneados por Antonio Raposo,²⁵⁶ reforçados por índios, partiu do interior do continente, no vale do Paraguai, internou-se pelo

256 É Southey quem coloca, nesse feito, um Antonio Raposo, o qual, dada a distância de datas, não deve ser o destemido e inclemente destruidor de Guaíra.

Noroeste, chegou até Quito, depois de suster duras refregas com os espanhóis. Daí, desceu, retirando-se para o Nordeste, e foi ter a um afluente do Amazonas, por onde, em jangada que construiu, veio, águas abaixo, até Gurupá, com maravilha dos respectivos habitantes, para quem o feito de Teixeira já era grande façanha. A aventura não teve, no momento, outros efeitos, mas ficou a tradição de uma comunicação possível entre as duas grandes bacias. Mais tarde, na extensão dos empreendimentos bandeirantes, realizar-se-á francamente a navegação Paraguai-Amazonas, via Madeira-Mamoré... Sim: foi na traça de Pedro Domingues, Braz Mendes, o Anhanguera, Manuel de Campos, Antunes Maciel, Pascoal Moreira, Francisco Xavier, Pires, Antonio Preto, Pires de Campos, Manuel Frias, Campos Bicudo... que os Pereira Leal, Melo, Paes de Barros, Azevedo, Fernandes de Abreu... passam para as águas do Guaporé, que, por si mesmas, darão o resto do caminho,

Antonio Pires, depois de Bartolomeu e Manuel Correia, fizera a franca passagem Goiás-Mato Grosso. Ligara-se inteiramente à indiada, capitaneando umas tribos para resistir a outras – bororos contra caiapós e acroás, e chegou, assim, às margens do Cuiabá. Logo, vem a gente de Pascoal Moreira Cabral: está fundado o primeiro estabelecimento nas águas do Paraguai, garantido na circunstância de que um dos companheiros de Antonio Pires foi o próprio Anhanguera. Em verdade, a conquista resulta dessa campanha feita nas referidas expedições de Manuel Frias, Campos Bicudo, Araújo, Antonio Ferraz, expedições de tanta importância que foram registradas em longas páginas pelos próprios castelhanos. Prosseguindo no desconhecido, chegaram os Antunes Maciel ao Rio Diamantino (1728), depois de haver confirmado a riqueza aurífera de Cuiabá. Nem é de estranhar se, com Pires de Campos, são eles, Antunes Maciel, encarregados da expedição que deve castigar e abater os paiaguás e Guaicurus, que destroçaram a expedição do ouvidor Lanhes Peixoto (1730). Por esse tempo, Pereira Leão já havia aberto caminho de Cuiabá ao Jauru, e, logo, Pinheiro

de Faria e outros remontam o Paraguai, até darem com o caminho da vila espanhola de São Rafael, já na ligação das duas grandes bacias. Concorreram no feito os irmãos Simão e Estevam Correia, já estabelecidos nas terras dos Parecis, e que, pelo Sararé, desceram até as águas do Guaporé. Esse desbravamento dos Parecis se liga aos nomes dos irmãos Paes de Barros, de Sorocaba, que, em 1731, descobriram as respectivas minas. Quatro anos depois, os Paulistas Angelo Preto e Theodoro Nobre abriram o famoso caminho de Cuiabá às minas de Mato Grosso. É quando o representante da metrópole Lara já não hesita em irritar os que davam com as minas. Não tarda que outra autoridade portuguesa, mais política do que o Regente de Minas, Lara, venha aproveitar a audácia dos paulistas para reconhecer completamente a posição dos castelhanos no Guaporé e, finalmente, dali os desalojar.

§ 74º Pelo Guaporé até o Pará

As primeiras notícias completas do *interlande* – Guaporé-Mamoré-Madeira – acham-se ligadas ao nome do português Manoel Félix, que, no momento, apareceu com as glórias de ter descoberto a comunicação entre os dois grandes vales. No entanto, é pelo estudo do seu verdadeiro papel na expedição, apreciadas as iniciativas dele e a realidade da sua ação, que chegamos a avaliar judiciosamente a pouca importância dos portugueses nas explorações do sertão. Manuel Félix foi apenas um elemento secundário, numa bandeira de paulistas, bandeirantes de carreira. Levado nela, ele vai até as reduções jesuítas dos *moxos*, no Guaporé; aí, sem coragem de voltar, separou-se dos outros, e, procurando o caminho mais fácil, veio ter às águas do Amazonas, como, trinta e cinco anos antes, acontecera a Raposo. E tão extraordinária lhe pareceu a aventura, que a enfeixou num *memorial* e partiu para Lisboa a pedir larga recompensa, pela descoberta assinalada. Mas, de habituada que estava a metrópole a essas descobertas, não lhe

deu ouvidos, e, nesse empenho de pedinte, gastou o Felix o resto dos dias. “Se entre os Paulistas tivesse havido quem escrevesse as suas aventuras, como entre os contemporâneos bucaneiros, possuiríamos amplas notícias sobre extensas regiões que ainda hoje nos são desconhecidas” (Southey). Foi todo o mérito de Manoel Felix: escreveu a relação do que os Paulistas tinham feito, e, assim, salvou o seu nome, se bem que não lograsse a recompensa.

Esmiucemos um pouco os sucessos, e veremos que o juízo concludente não pode ser outro. Há, por aquele remoto *faroeeste*, todo um mundo de atividade forte: Índios a dominar, Castelhanos a alijar, selvas e rios a reconhecer, caminhos a abrir, pântanos a aterrar, navegação a mover... Os irmãos Leme estendem aterrados que ainda puderam ser contemplados por Severiano da Fonseca; o brasileiro Almeida Lara monta o tráfico regular nas águas do Paraguai... E em tudo isto não aparece a ação de portugueses, a não ser em feitos como o de despojar e executar traiçoeiramente os Lemes.²⁵⁷ Mas não faltavam reinóis no rastro dos paulistas que descobriam as minas, depois de feito o caminho. E foi assim que, pelos anos de 1741-1742, apareceu o português Manuel Félix de Lima.

A história do Brasil fala de várias incursões pelo Madeira acima, realizadas bem antes de Manuel Félix. Bento da Fonseca, apoiado por Baena, conta que Melo Palheta, instruído por bandeirantes e captadores de índios, foi do alto Madeira ao Guaporé, e chegou assim até as reduções de *Exaltação*. Tal teria sucedido em 1722-1723.

257 Estes dois últimos voltaram de Cuiabá carregados de ouro. Com essa notícia, o português governador de São Paulo mandou chamá-los; vieram os valentes bandeirantes, e presentearam largamente o Governador, Rodrigo César, com palhetas do precioso metal; por insinuação do mesmo governador, foram hospedados por um seu amigo, o português Sebastião do Rego, e *tratados, com grandeza*, até que, um dia, sob supostas imputações, foram aprisionados. Um dos irmãos morreu lutando, o outro foi degolado na Bahia, em 1723. Os bens foram confiscados. “O verdadeiro motivo da prisão foi o ouro, que nunca apareceu”, diz o padre Galanti.

Southey admite mais explorações do Madeira-Guaporé anteriores a Lima: a dos negros fugidos da Bahia, que chegaram a Santa Cruz de La Sierra, outra empreendida por um clérigo do Pará, para comunicar-se com os estabelecimentos religiosos do Guaporé. Essas referências, mesmo não fazendo prova completa, demonstram que, desde muito tempo havia notícia do trajeto – Paraguai-Guaporé-Madeira. Nem podia ser de outra forma, pois que, desde 1735, Souza Azevedo passou do Paraguai, pelo Arinos e o Jurema, ao Tapajós.²⁵⁸ Nesses dias, completava-se a exploração do planalto dos Parecis, de onde derivam as águas que fazem comunicar as duas bacias. Em 1740, o sertanista Antonio Fernandes de Abreu prolongou a exploração do território até as cabeceiras do Sararé, afluente do Guaporé, descobrindo minas de ouro, o que deu lugar à fundação do povoado – São Francisco Xavier. Acompanhava a Fernandes de Abreu o reinol Manuel de Lima, impelido pelas muitas dívidas, que o faziam embrenhar-se cada vez mais. Enquanto isto, Abreu era o bandeirante de carreira, descobridor, em tempo, das minas do Brumado. Logo depois, um outro Paulista, Antonio Almeida de Moraes desceu o Guaporé (seis meses antes da expedição em que ia o reinol). E tudo isto era sabido dos que estavam no Sararé, pois que o afastamento e a solidão davam àquele mundo longínquo valor de um estreito, onde a passagem dos brancos multiplicava-se em ecos, ouvidos por todos.

Foi assim que o Manuel Félix, não logrando fortuna desde logo, aceitou, em 1742, juntar-se a uma expedição que devia tentar nova exploração pelo Noroeste. Era *bandeira* formada por paulistas, como Tristão da Cunha Gago, João Barbosa Borba Gato, Matheus Correia Leme, Francisco Leme do Prado, Dionísio Bicudo... e um Fluminense – João dos Santos. Seiva paulista, pura. Só três eram reinóis, entre eles Félix, falido, a fugir dos credores. Compunha o

258 Millet de St. Adolfe afirma que Azevedo voltou ao Paraguai, depois de três anos, pelo Madeira.

rancho umas cinquenta pessoas. Ganharam o Guaporé, já conhecido, então, e por ele desceram, para, no fim de dez dias, chegarem a um porto, onde já encontraram o estabelecimento do citado brasileiro, Antonio de Almeida Moraes, cujas informações os levaram a prosseguir pelo Guaporé, e, assim, chegaram a *Missão* de São Miguel, tida por jesuítas espanhóis, na terra dos *Moxos*. Aí ficaram os bandeirantes, o tempo bastante para avaliar a importância das aludidas *Missões*. Conseguiram obter informações completas da região, e souberam, então, que havia comunicação do Guaporé com o Mamoré, afluente do Madeira-Amazonas. Compreenderam, imediatamente, os paulistas, todo o valor da descoberta, e resolveram voltar aos seus, a levar-lhes a notícia, ao mesmo tempo que estreitavam relações comerciais com os *padres*, comprando-lhes gado. Mas, para Manoel Félix, o interesse das notícias era outro; e, fugido, ou porque temesse refazer, na época das enchentes, o perigoso caminho para Cuiabá, o certo é que abandonou os companheiros, e entregou-se às águas do Mamoré, para vir dar no Pará. Enquanto isso, prosseguiam os paulistas na ação, de que resultaria dilatar-se o Brasil até ali. Vieram, em primeiro lugar, a São Francisco Xavier, desdobraram-se em duas novas expedições, uma com Francisco Leme, outra com José Barbosa, tornaram às águas do Guaporé, e completaram as explorações, obtendo, finalmente, que se firmasse o domínio brasileiro naqueles territórios, já conhecidos, e, em parte, ocupados pelos jesuítas espanhóis. Foi por inspiração desses paulistas que se fundou, então, o forte de Coimbra. Como efeito imediato, estabeleceu-se o trânsito regular, pelo vale do Paraguai, sob auspícios dos brasileiros, que, estabelecidos por lá, até o Guaporé, nunca mais recuaram, apesar de todo o esforço dos castelhanos. Nesse tempo, já havia outros paulistas na *Ilha Grande*, do Guaporé. Eram, parece, gentes que viviam um tanto à margem da legalidade; “Possuíam a mesma audácia (dos antigos paulistas), a mesma coragem, sem lei nem consciência, e igual espírito de nacionalidade”. Ora para os efeitos de garantir



territórios ao Brasil, era isto o que importava. Finalmente, a posse daquele extremo Oeste foi consagrada e assegurada pela construção de outro forte – *Príncipe da Beira*, mesmo onde era a *Santa Rosa dos Espanhóis*, Southey que teve em mãos as prosas de Manuel Félix, é arrastado pelo palavreado do reinol, e enaltece-lhe o valor, mas, depois de mencionar decisão dos paulistas – de voltarem para completar as explorações do Guaporé-Mamoré, ele comenta; “A Manuel Félix pareceu impraticável esta segunda parte do plano, por se achar tomado de pântanos o terreno intermediário, também por ser habitado de índios ferozes”.²⁵⁹

Não é que em todo esse caso o governo espanhol não houvesse tentado defender o seu domínio. Dadas as primeiras visitas dos Paulistas às *Reduções*, do Guaporé, as autoridades de Lima fizeram cessar imediatamente quaisquer relações dos *padres* com os brasileiros, e reagiram com força, organizando e enviando para ali uma expedição, a que os paulistas não puderam fazer frente, imediatamente. Mas a terrível tenacidade dos bandeirantes não cedeu, e foi isto mesmo que determinou a citada construção dos fortes.

Estabelecidos no país dos *moxos* (Bolívia), senhores do Prata-Paraguai, era natural que fossem os colonos espanhóis os realizadores das comunicação entre os dois centros de civilização. Tal não se deu e, na carência deles, veio a ousadia paulista aproximar os cristãos de *São Miguel* dos de *Assunção*. Muito antes, ainda em dias do século anterior, tinham os bandeirantes concorrido para o mais importante na exploração e o conhecimento do alto Paraguai, penetrando até as *missões* espanholas do país dos *chiquitos*, em Santa Cruz. Desceram de Goiás, por um afluente do Paraguai, o Taquari, foram até a lagoa Xaraes; exploraram-na,

²⁵⁹ *Op. cit.*, V. p. 425. Manuel Félix faz referências especiais ao estabelecimento de Moraes, em Mequinez. A prova de que a bandeira em que veio o reinol era de Brasileiros está em que dos quarenta escravos que nela se compreendiam, apenas três pertenciam aos portugueses, que, todos, acompanharam a Manuel Félix.



e tornaram-na conhecida, obrigando, com isto, os espanhóis a concentrarem-se do outro lado, para impedir que o Brasil se estendesse até os Andes. Não tarda que esteja regularizada, correntemente praticada, a comunicação – Mato-Grosso-Amazonas via Guaporé-Mamoré. Logo depois da passagem do Felix, havia gentes do Maranhão traficando com Mato Grosso, através do Mamoré-Guaporé. Baena dá os nomes e as datas. Manoel Félix desapareceu, e os antigos companheiros,²⁶⁰ bem instruídos de todas as possibilidades, criaram um tráfego regular de Mato Grosso com as *reduções*, até que estas lhes foram fechadas. Foi, então, que eles realizaram a viagem completa ao Pará, iniciando, assim, comunicações regulares entre os dois grandes vales.

§ 75º Ao Sul...

Até aos princípios do século XVIII, foram os paulistas os pioneiros da tradição brasileira, no Sul. Pode-se, mesmo, dizer que, foi nas suas proezas, ali, que o nome se destacou, e se fez célebre. Em 1643, já o famigerado bispo de Assunção, o facioso cardenas, ameaçava os seus inimigos, os jesuítas, de os *tratar como o haviam feito os paulistas...* Todos o sabem: por causa deles, os paulistas, para a defesa contra os seus ataques, o governo espanhol permitiu aos jesuítas armarem os seus Índios, dando-lhes, assim, papel decisivo em toda a formação do Prata. Conta Mejía que, em 1699, o cabildo de Buenos Aires pedia licença à metrópole para *armar-se e castigar a esses súditos portugueses*. Em 1727, já eram como lenda as vitórias dos paulistas sobre as tribos do Paraguai; assim o mostra o Capitão Cabral Camelo, ao contar a sua viagem às minas de Mato Grosso.

260 Desses companheiros de Manuel Félix o mais interessante é Ferreira Chaves, que ficou em Belém, alistou-se na tropa, desertou, subiu o Tocantins, veio de novo ao Amazonas e, fazendo em sentido inverso à primeira viagem, voltou ao Sararé (Severiano da Fonseca, *op. cit.*, p. 46 e 181).

Considerando em tudo isto, documentos em mãos, não hesita Southey em sustentar que, indemarcadas, ainda, as fronteiras ao Sul, “esta incerteza era favorável aos portugueses – *que tinham nos paulistas homens capazes de alargar-lhes os domínios como não o sabiam fazer os colonos de Castela*”, E se eles não deram o extremo Sul ao Brasil foi porque não encontraram quem os estimulasse para isso, ao passo que a aventura das minas os tentava para o Oeste. Quando foi o momento oportuno de defender a margem do Prata, eles se encontravam formalmente combatidos pelas gentes da metrópole. Apesar de tanto acontecer, se de todo não fracassaram as tentativas ali, a eles muito se deve. Se o atual Paraná foi São Paulo por quase todo o período colonial, é que pelo paulista se conquistou, e desbravou, e colonizou a terra. Em 1660, já estão estabelecidos em Paranaguá e campos de Curitiba os paulistas João de Araújo Gabriel de Lara, Salvador Jorge Velho...²⁶¹ Logo ao entrar do século XVIII, Brito Peixoto e Sebastião Guerra conquistam ao gentio carijó a ilha e a costa de Santa Catarina, e criam o estabelecimento de que deriva a antiga província. Fazem mais: armam, a sua custa, uma expedição por mar, em sumacas, e levam as suas explorações até a lagoa dos Patos.

Nesse tempo, quando já era patente a degradação do português, funda-se a colônia do Sacramento, para levar o Brasil até o Prata... E tudo resultou naquela sucessão de desastres. Salvou-se, depois, o que é hoje o Rio Grande; para tal efeito, porém, mais concorreu a ação dos Paulistas – transcorrendo as terras, povoando-as, do que tudo que a metrópole decrépita acumulou em desazos. Pode-se dizer, mesmo, que quem deu a Portugal o faro daquele Sul foi um Paulista, o grande Fernão Paes Leme: os castelhanos e os seus índios adiantaram-se até onde os paulistas consideravam do Brasil, e o bandeirante, “descendo da cidade de São Paulo com muitos naturais intrépidos e esforçados, os quais, apresentando

261 Paulo Prado, *op. cit.*

batalhas aos castelhanos e seus confederados, por várias vezes lhes fizeram viva guerra. Constrangidos do ferro, e temido da mortandade, desalojaram de muitas aldeias, e se retiraram para os seus domínios perseguidos, fugindo maltratados”.²⁶² Bastava que o Estado português aproveitasse essa tradição, em vez de entregar o caso às suas tropas degradadas, e o Brasil estaria onde o quiseram levar depois. Finalmente, salvou-se a parte onde se imprimiu o traço dos bandeirantes. Em 1703, o paulista Domingos da Figueira fez a viagem até o sítio da *Colônia*, e consignou-a em roteiro completo, com todas as indicações e descrições subsidiárias. Aí, já ele assinala – que em St. Marta há povoamento e criação de gado, pelo brasileiro Domingos de Brito. Capistrano, em comentário, referindo-se a esse roteiro, nota: “Os paulistas poderiam ser encarregados de fazer um caminho menos longo e menos exposto ao inimigo do que o usado até então (veja-se o roteiro de Domingos da Figueira). O interesse, porém, visava a outro ponto e resumia-se todo nos lucros auferidos do contrabando com os espanhóis”.²⁶³ Todavia, ao passo que os representantes do Estado português inutilizavam a tentativa, e estragavam a mesma posse militar, os Cosme da Silveira e Antonio de Souza estabeleciam as primeiras fazendas de criação, nos campos de Viamão e Capivari. Foi isto, aproximadamente, em 1717. Pouco depois, com os outros Paulistas, abria-se a estrada ainda hoje seguida pelas tropas – de São Paulo ao Rio Grande. Anos depois, quando foi preciso salvar, ali, a tradição brasileira, vigorosamente combatida por Ceballos, valeram especialmente os destemidos esforços dos Paulistas – fundando e mantendo a colônia de Iguatemi, explorando e garantindo a posse dos campos de Guarapuava, ao mesmo tempo que cortavam todo aquele Sul de estradas, por onde pudessem acudir prontamente, em boa estratégia, os reforços militares necessários.

262 *História da colônia...*, p. XXVIII, XLV.

263 *História da colônia...*, Pereira de Sá, p. XXVIII, XLV, 9, 58, 107, 173, 218.

Num dos piores momentos dessa campanha, chegou a combater um exército de Paulistas que acorreram para libertar a *Colônia*, cercada e ameaçada pelos castelhanos de Buenos Aires (Macedo).

§ 76º Em socorro do Brasil

Não há que estranhar, no caso, pois que essa tradição, nos do Piratininga: prontos a acudir em benefício do Brasil, qualquer que seja a dificuldade oferecida ao seu valor. Até agora, esses paulistas têm sido encontrados pelos sertões do Sudoeste, dilatando o território brasileiro, fazendo com a sua atividade de valente a linha de limites do Iguaçu ao Mamoré, ao mesmo tempo que desbravavam todo o interior, no que é hoje Minas e Goiás. E não é tudo: ameaçada a Baía pelos gueréns (1668), vêm os terços de Paulistas a defender a civilização que já era brasileira, contra a fúria selvagem. É uma das mais violentas investidas do gentio aimoré. Barbosa Calheiros, Paulista de estirpe, apesar de todo o seu valor, sucumbe numa das primeiras refregas. Vem outro paulista substituí-lo, esse João Amaro, que Southey chama famoso caudilho. Então, comentando o caso, o inglês acentua: o que distingue o Brasil é, “... não ter havido mesquinhas considerações de interesses privados ou locais, que obstassem a dar-se a esse paulista a inteira direção da empresa”. *E tão conscienciosamente se desempenhou da sua tarefa*, continua o historiador, *que durante meio século não se ouviu falar de índios levantados*. A grande sesmaria de terras, e outros favores, com que o recompensam, não o prendem: João Amaro volta a sua atividade de bandeirante; mas a sua passagem fica assinalada na povoação fundada pelos seus paulistas, e que é hoje, a cidade de *Santo Amaro*.

Mais tarde, para resolver o caso dos palmarinos, de novo apelaram para o valor guerreiro dos paulistas. Fez-se um verdadeiro tratado, com o bandeirante Domingos Jorge Velho, que, à frente de mil dos seus conterrâneos, marchou do sertão do Piancó, na Baía,

a Garanhuns, em Pernambuco, e, aí, em combinação com as forças do valente pernambucano Bernardo Vieira de Melo, conseguiu dar o grande golpe nos negros aldeados. Desta segunda passagem de paulistas, restam as povoações de São Caetano, Anadia e Atalaia, fundadas pelos soldados de Jorge Velho, nas sesmarias que lhes foram doadas. Houve um momento em que lhes foi dado lutarem até nas terras do Amazonas: o Paulista Paschoal Paes (p. 360), a princípio hostilizado pelos portugueses do Pará, foi quem resolveu, para eles, o caso das tribos hostis de entre Tocantins e Amazonas, assim como regularizou o tráfico fluvial entre Goiás e Pará. Antes disso, o mesmo valente Domingos Jorge avança para o Norte, com uma bandeira, e vai até o remoto sertão do Piauí, onde se encontra com o bandeirante de Pernambuco, Domingos Afonso, que, por tais façanhas, toma o nome de Afonso Sertão. E como não são facciosos, mas ânimos brasileiros, que devem, unidos, fazer o Brasil, unem-se de amizade, e pelos seus esforços integralizam, ali, o domínio da pátria. Domingos Sertão não é um brasileiro de nascença, senão o Português imigrado em menino, criado no Brasil, naquele Pernambuco, já bem brasileiro, e cujo modo de ser é dado pelos da terra. Levado à vida agrícola, criador no sertão do São Francisco, ele é brasileiro de costumes, possuindo completamente da nova tradição. Fundou 39 fazendas de criação. Basta isto, para significar que já não havia nele a pura mercancia parasita, do *marinheiro*... Contudo, Domingos Sertão, antes de atirar-se à aventura, fez explorar os territórios na direção do Norte, por vaqueiros brasileiros, veteranos nas peripécias dos sertões. Com as notícias colhidas, ele avança, e, antes de maior aventura, encontra-se com o paulista, que já vinha do Noroeste: Domingos Sertão informa-se melhor, e vai a *descoberta* de que já tinha notícias; o bandeirante Domingos Jorge muda de rumo, porque tem de bater os cariris.²⁶⁴

264 “Domingos Sertão partiu orientado por vaqueiros brasileiros: encontrando-se com o bandeirante, o Capitão Domingos Jorge, tem notícias completas do sertão de Noroeste; obtém do paulista que vá bater os Cariris e negros

§ 77º No dorso do São Francisco. As minas

Destarte, quando começa o século XVIII, todas as futuras províncias do Brasil estão conhecidas e exploradas, o bastante para serem circunscrições de valor preciso, na distribuição política da nação. Desde que o país foi inteiramente expurgado de invasores estrangeiros, começou essa obra de normalização do domínio interno, e que foi, ao mesmo tempo, uma obra de unificação e de solidariedade nacional. A Bahia, ao longo de todo o seu desenvolvimento, pelas suas condições políticas, foi a fórmula dessa unificação; na sua vida capital se solidarizavam os povos; mas os paulistas, pela sua atividade de pioneiros, foram os melhores instrumentos ou realizadores da fórmula unificadora. Para isto, concorreram eles sempre que reagiam contra inimigos externos, sempre que estendiam, pelas suas conquistas, a tradição brasileira. E foram obreiros ainda mais explícitos quando convergiam na sua expansão para o São Francisco, que ligou, definitivamente, o Sul ao Norte do Brasil. Nem se deve dizer que os bandeirantes paulistas foram, apenas, caçadores de índios e de ouro, nômades inquietos, a riscar, tão-somente, o território nacional. Pelo contrário: como desbravavam, eles lavravam e povoavam. P. Prado, firmado em verificações de Capistrano, acentua que, dos bandeirantes, “... uns, na sua expansão para o Norte, se afazendavam nos sertões para além da Mantiqueira; nas ribeiras do Rio das Velhas e do São Francisco. Ainda antes do descobrimento das minas havia mais de cem famílias paulistas entregues à criação de gado”.²⁶⁵

Desta sorte, o São Francisco, que naturalmente levou à Bahia os paulistas, trouxe para o sertão das minas as hordas de baianos

aquilombados, ao passo que ele, Sertão, vai para o Piauí, já destróçado” (M. Machado, *op. cit.*, p. 489). Paulo Prado escreve: “Domingos Jorge presta mão forte ao português Domingos Afonso... para abrir numerosas fazendas, iniciando pelo interior a colonização do Piauí.” (*Op. cit.*, p. 76.)

²⁶⁵ *Op. cit.*, p. 76.

aventureiros, misturados, infelizmente, a forasteiros não brasileiros. Começou, então, para maior desgraça desta pátria, o Brasil fabuloso, dessas minas que acabaram de ensandecer o heroísmo português, levando-o à extrema degradação. Das explorações que revelaram tais riquezas, para defini-las em valor humano, bastará destacar os fatos em torno da família Paes Leme e Borba Gato. Aquele, aos oitenta anos, ainda tem forças para organizar uma bandeira de longínquo sertão, e realizá-la por sua conta, com sacrifício de toda a sua fortuna, e, finalmente, da própria vida. Explora e torna conhecidos quase todos os territórios da futura província; gasta, nessa exploração, sete anos, e chega ao extremo de fazer enforcar um próprio filho, que, rebelado, quer voltar para a civilização. Depois, é o genro de Paes Leme – o Borba Gato –, cujas aventuras determinam que as descobertas das minas sejam feitas exclusivamente por brasileiros. Quando o grotesco Governador das Minas, D. Rodrigo, pretende arrancar aos paulistas a glória e as vantagens desses feitos, Borba Gato repele-o, e, como resultado do conflito, é obrigado a internar-se na vastidão desconhecida, por vinte anos. Alcança, finalmente o segredo de grandes jazidas, a troco de que lhe dão o perdão, como a história lhe deu um grande nome. De Garcia Rodrigues Paes,²⁶⁶ filho de Fernão Paes Leme, diz

266 *Carta Régia* de 10-05-1753. O livro de P. Prado traz muitos e interessantes informes acerca das descobertas de minas, sobretudo no que se refere aos sucessos em torno de Fernão Dias e Borba Gato. É assim que, em 1662, antes de Paes Leme, por conseguinte, já Laurindo Castanho Taques explora o sertão de Cataguazes. Fernão Dias não era propriamente um prospectador de ouro, mas grande lavrador, em fazendas trabalhadas por milhares de escravos. E era isto, certamente, que o interessava nas bandeiras, como essa que, das terras do Parnaíba, lhe trouxe 5.000 índios cativos. Mas, impertinente voltado para as riquezas das minas, o governo português intentou, e conseguiu, que Fernão Dias, cuja experiência e valor eram conhecidos e louvados, organizasse a sua famosa expedição. Em carta escrita a Vieira Ravasco, Paes Leme, personagem conhecido em toda colônia, fixou a partida da sua bandeira – 21 de Julho, de 1674. A exploração de Paes não foi um fracasso, qual se deduz da história das falsas esmeraldas deixadas por ele a D. Rodrigo. Segundo *memória* de Luiz Macedo Paes Leme, filho de Pedro

o Governo de Lisboa ter o dever de louvar “trinta e oito anos de bons serviços como guarda-mor das minas – de 1701 a 1738, por haver aberto o novo caminho às minas, e ter posto a salvo, em lugar seguro, no alto da Serra do Mar, todo o ouro que se achava na casa da moeda do Rio de Janeiro, abandonada pelos tesoureiros e moedeiros, os quais fugiram com a notícia do rendimento da cidade a Duguay-Trouin...”.

Dias, criatura influente no Brasil do seu tempo, Fernão Dias minerou ouro (opinião que é a de Silva Pontes) e trouxe uma verdadeira esmeralda, conservada na família até os dias do mesmo Luiz Macedo. Fernão Dias andou quatorze anos nas suas diligências pelos sertões mineiros. Tanto que, logo em seguida à sua façanha, surgem minerações por todas aquelas partes: Itaberaba, Miguel Garcia, Ouro Preto, Carmo, Rio das Velhas, Sabará, Caeté, Camargos, Bento Rodrigues, Inficcionado, Piracicaba, Catas Altas, Bromado, Santa Bárbara, Sumidouro, Guarairanga..., tudo isto antes de findar o século XVII. Foi o deslumbramento que levou o trôpego D. Rodrigo a pretender tomar o rastro de Fernão, e disputar-lhe os louros com a *espetaculosa* bandeira que organizou, impondo-se a Paulistas de renome como Matias Cardoso de Almeida, e que fora da expedição de Paes Leme. Os bandeirantes de verdade logo se indispuseram contra o impostor, e não tardou a grave situação de que resultou a morte violenta do fidalgo espanhol. De todo modo, ficou da expedição Paes Leme o minucioso conhecimento do território e de estrada que serviu por mais de século para o Rio das Velhas. Nas pegadas de Fernão Dias, aproveitando-lhe as indicações, fizeram-se as descobertas de Garcia Paes (filho de Fernão), como as de Arzão e Bartolomeu de Siqueira. Por tudo isto, quando Artur de Sá decidiu ter um caminho direto do Rio de Janeiro às minas, e que as retirasse, já descobertas, ao prestígio dos paulistas, foi ao filho de Paes Leme que se dirigiu, e foi esse o realizador do mesmo caminho, a que se sacrificaram os traçados históricos de São Paulo e de Taubaté.

§ 78º Nacionalização da tradição

Nascido da colônia aqui plantada pelo português, o Brasil cresceu e se valorizou, bem o vimos, na massa do gentio, incorporado para o sistemático aproveitamento da sua força e experiência. Foi uma feliz combinação: as virtudes primeiras do heroísmo português, com a sua excelente escola política, fecundando as energias sãs das raças novas e plásticas desta América. Daí resultou um povo que, posto à prova, logo se revelou em grandes feitos, de longes e definitivas consequências, e que valeram como explícita solidariedade nacional. Foi como expressão viva de um heroísmo refeito em vigor de gente nova, não ressentida de fadigas, virgem do gozo deprimente em que se degradam as sociedades cultas, quando conseguem domínios e riquezas, como se deu com Portugal. Com isto, depois, colônia e metrópole se opuseram francamente, em caráter e em ação. Em tempo, notamos, também, que essa incorporação do gentio se fez com um extenso cruzamento de sangue, em que se reforçou o necessário cruzamento de tradições. Tanto vale dizer: no Brasil, a formação nacional não é um simples desenvolvimento social, político, civil e moral, mas um profundo e prolongado processo físico-psicológico. De fato, no descortinar do passado, para compreensão do presente, vemos a sociedade colonial a realizar o contínuo caldeamento de raças, numa explícita combinação de energias e de tradições. E a instabilidade das formas no renovar dos

estímulos, e o mais que faz a vantagem dos cruzamentos sociais e orgânicos, são expressões da nova tradição, como seu cabedal mais característico. Por tudo isto, para o nosso caso, tanto significa falar de *povo brasileiro* como de tradição nacional. Socialmente, um povo, uma nacionalidade, é uma tradição caracterizada, em que se contém a respectiva política, e moral, e estética. Tanto é assim que, mesmo sem constância das condições cósmicas e de continuidade de vida no mesmo território, basta a explícita tradição social, religiosa e moral, para garantir a existência de um povo, ao lado de outros. Por isso mesmo, só subsiste o povo que sabe defender-se dentro da sua tradição. O brasileiro formou-se em condições de crescer e durar, porque, desde sempre, teve consciência da sua existência nacional; viveu, desde logo, na tradição de uma pátria, defendendo-a intransigentemente. Muito concorreu para patentear nele a afirmação do espírito nacional – como demonstrações de patriotismo, a fraqueza, insuficiência e degradação da metrópole. Tal se verifica no caso da luta contra o holandês. Dado o regime de formação inicial, na exploração agrícola, estável, a sociedade colonial do Brasil encontrou-se nas condições de uma verdadeira pátria, e os brasileiros, que já os havia, tiveram de defendê-la, na situação de só contarem com o próprio valor. Procurados, atacados, assolados, também o eram os domínios de Castela; mas, aí, a situação mudava; a fórmula colonial, de quase exclusiva exploração mineira, impedia que a terra aparecesse às respectivas populações no tom de despertar esse apego, por onde começa o patriotismo (§ 84). Ao mesmo tempo, ocorria que por todo aquele tempo, em face das colônias dispersas, Castela era, ainda, um grande poder, fazendo-lhes tanta sombra, que elas não podiam pensar em defenderem-se por si. Assim se explica que o patriotismo brasileiro seja o primeiro na América, como a nacionalidade brasileira é a primeira a se manifestar.

O nacionalismo é sentimento simples, imediatamente instintivo, e, com isto, essencial e básico na organização social; toda

a humanidade existe, formou-se e evolui em grupos nacionais. Imediatamente ligado ao sentimento de família, singelo e proximamente interesseiro, este sentimento vive uma existência de transe emotivos, e deve concentrar-se, como objeto, numa tradição. Então, ele se confunde com o patriotismo, que, não sendo a base exclusiva das grandes e fortes organizações político-sociais das nações cultas, é, no entanto, indispensável para garantia da sua existência, porque é o mais importante na defesa completa e eficiente da tradição nacional; conduz todo o surto de formação, e dá a medida das energias primeiras de um povo. Preso a tendências inconscientes, muitas vezes indiferente à razão, o sentimento nacional é, antes de tudo, *o apego necessário do animal ao ambiente a que está adaptado*. Para o Homem, será o ambiente moral, com a consciência de uma tradição – refletida nas paisagens que lhe fizeram conhecer a vida e a natureza, nas gentes que lhe revelaram os transportes do coração. A tradição poderá subsistir quando já desapareceram os motivos de patriotismo explícito, como acontece no judeu; mas não há tradição nacional que não tenha nascido assistida do estímulo patriótico. Por isso, não pode existir pátria – se não a vivemos na consciência de lembranças e aspirações, como não pode haver paternidade efetiva, senão pela repetição consciente dos desvelos de criação. O sangue, realmente, nada significa para o caso. A ternura paternal pertence a esta mesma família – de sentimentos nascidos de instintos egoístas, e que só adquirem verdadeiro valor social em torno dos objetos definidos em motivos conscientes. Spencer compreendeu muito bem todos esses aspectos, e os definiu nitidamente; “O patriotismo é instinto egoísta, defensivo, afirmativo, na classe dos instintos que ligam o animal ao meio”. E, como instinto evoluído, é o patriotismo essencialmente útil. Reconhecendo o que há de egoísta em tal sentimento, não podemos esquecer que, por ele, alcança a espécie uma solidariedade mais larga que a do grupo doméstico.

§ 79º Patriotismo antes da nacionalidade

Na sua função orgânica – *hábito e acomodação*, o patriotismo é tão real e indispensável, na formação social, como são imperiosas e reais essas duas condições da vida animal. Absolutamente distinto do humanitarismo, tanto que se lhe contrapõe, muitas vezes, tal sentimento concorre, mais ainda que aquele, para as relações sociais, visto como a humanidade se realiza concretamente em pátrias. *Sectarismo territorial*, tal o chamou Begehot. Foi incompleto: no patriotismo, há mais do que a necessidade da paisagem natal, pois que só tem valor humano quando se define em uma estrutura social. Se dela participamos, sentimos, então, os nossos próprios instintos. Ei-lo, assim, o patriotismo, motivo de ação indefectível, em pleno efeito social e político, superior a vanglórias e preconceitos. De tal modo, emergiu com a consciência do brasileiro a necessidade que se revelou em patriotismo. É isto o que se nos impõe pela observação, quando apreciamos a atividade em que o Brasil se manifesta: a unidade política antecede a solidariedade econômica. É caso raro. Não há, ainda, articulações materiais, nem interesses dessa ordem, e a colônia já é uma pátria, por motivos puramente de tradição. Um solo político, antes de tudo, o do Brasil; patriotas todos os primeiros brasileiros em ação útil. Ao fechar o capítulo de *Insurreição pernambucana*, Southey tem de concluir. “A luta holandesa só serviu para demonstrar que o Brasil é inconquistável”. E, noutras conclusões, a propósito da insuficiência dos representantes da metrópole, quando foi o ataque de Duguay-Trouin: “Bem sabia Oeyras que era impossível a conquista permanente do Brasil; essa questão decidira-a, de uma vez, indisputavelmente, para sempre, a guerra pernambucana”. E tanto sentia o que dizia, que o firmou no pleonasma de que se serviu. Outro inglês, Koster, conhecendo bem uns e outros, aconselha aos seus patrícios: “Não se iludam com a aparente fraqueza

do Brasil; é um país inconquistável... a sua extensão, as florestas, e uma população corajosa, infatigável...".²⁶⁷ É que ele vivia ali, em Pernambuco, onde, desde as primeiras gerações, encontravam-se patriotas que, por si mesmos, construíram fortalezas, e formavam exércitos.²⁶⁸ Castela chegou a entregar a frotas francesas a defesa das suas possessões; nós conseguimos defender-nos por nós mesmos.²⁶⁹ E a resistência se prolonga na descendência, gerações e gerações: um Albuquerque elimina os franceses do Maranhão, outro toma aos ingleses o célebre forte de Cumaú, e um neto deste bate o comandante francês, governador da respectiva Guiana, soldado da grande época – Luiz XIV. Não é de admirar essa aptidão guerreira, no povo da época em que cada engenho era uma *Casa forte*. Com Albuquerque Maranhão estão dois filhos; o mais velho sai da vitória com três feridas. E o grande capitão, se bem que orgulhoso delas, não se mostra insolente, nem brutal, como o supunha o francês: é que o patriotismo fizera dele um hábil político, de ótima diplomacia. Com a sua tática, ele dominara a grande superioridade do adversário; mas precisava, ainda, tornar aquela vitória definitiva, em bem do Brasil, e com essa diplomacia ele o conseguiu de modo absoluto. Chegou ao ponto de trabalhar para conservar no Brasil, incorporando nele, aquela população de intrépidos franceses, com a boa experiência que tinham da terra e do seu gentio. A sua expedição é organizada em Pernambuco, cujos recursos concorrem prontamente, se bem que, no caso, o interesse daquela capitania fosse bem remoto.

Esse é o outro aspecto característico do Brasil que assim se vem formando, já o acentuamos: o espírito de união. A prática de sempre era – *ajudar, ainda que não seja um subordinado, e não haja*

267 *Op. cit.*, II, p. 423.

268 *Carta*, de Gaspar de Souza, a El-Rei, em 31.01.1615.

269 De Lamnoy & Vander Linder, *op. cit.*, p. 327.

obrigação legal... “Dê mão aos nossos, que lá estão...”. Dizia-se aos que se dirigiam para as conquistas no Pará. Nesse espírito de solidariedade se fez a tradição brasileira. De um extremo ao outro, os povos se sentem possuídos de um *dever patriótico*. Com esse espírito de solidariedade nacional, descortinam-se interesses políticos superiores, a que se subordinam ambições e zelos pessoais. Há personalidades fortes, que dominam sucessos e conduzem destinos; mas quando os motivos puramente individuais se chocam com tais interesses, é o proveito geral que prevalece. Jerônimo sopita o impulso de enfrentar e corrigir Castelo Branco; o valente contém a espada, cujo valor deve ser para bater o inimigo comum. Naquele Pará, cuja selvageria ambiente parecia ter envenenado a alma do colono, desencadeiam-se as ambições, e a maldade se impõe, muitas vezes. Agitam-se ambições e ódios; mas, no momento de atacarem-se em luta aberta, os de valor feroz, como Bento Maciel, os intrépidos capitães que são Fragoso, Antonio de Albuquerque, Souza Dessa... contêm-se, e evitam a guerra civil, nos mesmos motivos patrióticos por que enfrentaram e venceram franceses, holandeses e ingleses. Enquanto isto, Mejía é obrigado a reconhecer que – “o mais cruel inimigo do Prata era o Peru”. Depois dessas primeiras gerações, haverá luta cruenta quando Portugal, degradado em sanguessuga de tributos, vem completar o seu parasitismo com as *companhias*, que, em monopólios execráveis, devem alimentar os inúteis e abjetos dirigentes de lá; quando Portugal separa as populações com as garantias feitas ao reinol insolente e ganancioso, incapaz de qualquer atividade que não seja a rapina mercantil. À parte, os movimentos contra a ação dos jesuítas, movimentos que nunca chegaram à luta armada, não se conhecem, na história colonial do Brasil, nos dois primeiros séculos, nem guerras civis, nem lutas de facção. O pior período, nos tateios da organização, quando vivem os homens na prática constante da guerra contra o invasor ou contra as correrias do gentio;

tal período se passa numa relativa paz interna. Os levantes e os conflitos só sobrevêm quando o país já está organizado, em plena produção, e há o que extorquir, e há riqueza a roubar. Revoltam-se, apenas, produtores, ou intermediários, em lutas de caráter econômico, verdadeiras reações de desespero. *Maneta*, Beckman, Filipe dos Santos... são, todos, movimentos de quem reluta em deixar-se roubar. Não há outros motivos patentes, senão o protesto contra a espoliação tenaz, implacável, como era implacável e tenaz o heroísmo que atirou e manteve sobre os mares os portugueses, até que acharam o caminho da riqueza sonhada. As próprias lutas, que depois se chamaram de nativistas ou de reivindicação – *Emboabas*, *Mascates*, *Inconfidência*... mesmo estas, tiveram motivos de defesa econômica. Foi, esse, um longo mal, de que ainda sofremos, em efeitos tão importantes que devem ter estudo especial. Aqui, bastará consignar a vida relativamente pacífica e ordeira, que era a da população brasileira, nas suas relações internas. Essa constatação, em que se destrói uma das mais estúpidas aleivosias ao caráter dos nacionais, será, também, apreciada e demonstrada noutro momento.

§ 80º Quem fez o grande Brasil?...

O vigor da ação das populações brasileiras leva Southey a exclamar – “Nada surpreende tanto como a insignificância dos recursos, na formação do Brasil, e a grandeza dos resultados obtidos...”. Depois desse testemunho, leia-se a *Administração Colonial*, do Sr. Th. de Almeida Garrett; veja-se, aí, como se anulou a capacidade colonizadora e formadora do Portugal restaurado, e a dedução se imporá, como resposta à pergunta: *quem fez o brasil*, e o defendeu, e o expandiu, até constituir-se em nação capaz de soberania?... Foram os brasileiros. Quando a política, agora trôpega,

insidiosa e estulta, dos Braganças amontoa as dificuldades, e cinde as populações, ao mesmo tempo que as condena à abjecção da ignorância, na negrura podre do absolutismo deles, então, o desenvolvimento se turba; há quase involução. Contudo, o Brasil tem reservas de energia nacional que lhe permitem resistir e manter o seu caráter essencial, enquanto a metrópole só consegue viver dos *quintos* que cobra, aqui, acolhido às alianças que lhe tiram a verdadeira soberania.

Desde que há no Brasil uma população estável, regularmente estabelecida, com as qualidades do brasileiro, revelam-se os centros de atividade e expansão. Toda a conquista e colonização do Norte, irradia-se de Pernambuco, em cujos naturais Alexandre de Moura²⁷⁰ encontra qualidades e motivos para lembrar que dali se tirem colonos para o Maranhão. Ainda hoje, todo aquele Norte da Bahia para lá, é uma pepineira de pioneiros para o Amazonas, como para o Sul. Se a diplomacia teve de comprar o Acre, é que o *nordestino* tinha penetrado tanto pelas terras amazônicas, que tornara brasileiras até aquelas partes do sertão boliviano. Toda a verdadeira exploração e o aproveitamento das riquezas amazônicas são feitos com o trabalho de nacionais, no esforço das gentes do Norte, cuja atividade intemerata, com espírito de aventura, é a mesma que presidiu a conquista e a colonização da época primeira. De então para cá, na cultura do açúcar, e no dominar do sertão torturado de secas, formaram-se os tipos de população em que se caracteriza aquela parte da nação brasileira. A vida do *engenho*, próspera, senhorial, patriarcal e estável, deu à sociedade colonial, dali, esse tom próprio e distinto, que a fúria moderna ainda não conseguiu extinguir, de todo. Para época bem remota,

270 *Relatório* de Alexandre de Moura, sobre a Expedição do Amazonas..., Lisboa, 24 de dezembro de 1916.

logo após a conquista do Piauí, já Southey pôde notar que: “Se o fazendeiro criador não possui escravos, não faltam no sertão do Ceará, Pernambuco e Bahia, especialmente perto do Rio Francisco, mulatos, mamelucos e negros forros, que cobicem empregos nessas fazendas”. Compenetrando-se do sentir brasileiro, ele mesmo chega a falar-nos desse empreendedor, “por nome Elias Ferreira de Barros, da têmpera dos antigos sertanejos”, e que pratica, no Piauí, proezas de bandeirante. De fato, a atividade do brasileiro basta, então, para a vida do país, e se a produção não se multiplica em tipos e extensão, é porque a estúpida voracidade da metrópole cria todos os impedimentos necessários para que só se produza, aqui, o que convém aos seus interesses de tributação, assim como faz que tudo seja objeto de tributo e provento. Ao mesmo tempo, sucede que o reinol, dominador e senhor dos privilégios, só tem ânimo para a mercancia; falta-lhe toda iniciativa, e ele obriga, com isto, que o país se restrinja ao que o seu espírito limitado pode alcançar e compreender. É milagre que este Brasil, tantos anos contido nessa política portuguesa; o último a abolir o trabalho escravo; tão mal educada para a atividade moderna, seja hoje o país mais industrial da América do Sul. Os nossos ignóbeis dirigentes podem colaborar nessa reputação de descrédito – *de indolentes e preguiçosos*, feita para nós, pelos que, por inópia, adaptaram a latitude como medida da atividade humana e da capacidade de progresso. É que neles, governantes, perpetua-se a miserável tradição de incapacidade e penúria mental do Portugal restaurado, como o herdamos. Governantes, teorias e teóricos de climas... passarão, na nulidade do seu valor; mas o que o trabalho e a atividade do brasileiro têm produzido aí ficará, apesar de todas as espoliações e escoamentos. Que importa o que tais estropiados de pensamento possam dizer quando o que nos estudou, ao longo de toda a formação, e de fato nos

conhece, dá o testemunho: “Nem indolentes, nem preguiçosos”. Isto, Southey o diz, depois de haver notado a insuficiência de outras populações, cuja pronunciada incapacidade para o trabalho é por ele já considerada digna de menção: “O filho do mais reles marinheiro espanhol considerar-se-ia aviltado, na América, se se entregasse a um trabalho qualquer”.

§ 81º O influxo do Brasil nascente

Ordeiro, por motivo de solidariedade íntima e de coesão essencial, o povo brasileiro da colônia era, ao mesmo tempo, um ânimo de liberdade, pois que se fizera na fusão de raças e de tradições, em contato com a natureza virgem, estuante de energias acumuladas. Desse cruzamento, resultara para ele a capacidade primeira de progresso, essa plasticidade que, ainda hoje, é a superioridade da nossa gente, sedenta de inovações, acessível a todos os progressos, como sem peias de rotina e sem preconceitos do passado. Com isto, por motivo da mesma facilidade e frequência de cruzamentos, o temperamento do brasileiro se abrandou, sobre o do português, como o deste se abafara, em relação ao dos outros ibéricos. Seja exemplo a pronúncia, ou o lirismo.²⁷¹ Este ganhou em intensidade de afeto o que perdeu em veemência de lamentos. Efeito da afetividade do

271 M. Quillardet, que demoradamente visitou Portugal, e escreve tantas coisas amáveis e lisonjeiras dos portugueses, não pôde evitar esta observação: “Os portugueses ridicularizam os brasileiros... pelo seu modo de pronunciar a língua, se bem que, aos ouvidos de um estrangeiro, a pronúncia brasileira seja bem mais agradável; ela se aproxima da nitidez do castelhano.” É de notar que se trata do efeito sobre ouvidos de um europeu (*Espagnols et portugais chez eux*, p. 257). O nosso Alberto de Oliveira, mesmo a manifestar simpatia pelos portugueses, afirma as suas preferências, de ouvido afeito à música da palavra:

Língua de povo irmão, noutra parte falada,
Mas que aqui se enriquece, avulta e mais agrada
Por mais doce entre nós.



africano, explicam. Que seja. E estimemo-nos nessa brandura, que nos deu a dicção grata aos ouvidos, com o maior valor das vogais; a brandura com que se quebrou, na alma das nossas gentes, a crueza dos inquisidores, a ferocidade chacal dos negreiros. Quando uma tradição se ajusta a outra, ambas se abrandam.

No caso do Brasil, fundindo-se as raças componentes, desprezaram-se e desfizeram-se os preconceitos que, noutras colônias, criaram as castas, dando motivos às lutas de raças. A nobreza de então, que deu grande parte do heroísmo do primeiro Brasil, forma uma bela aristocracia rural, vivendo do escravo, sim, mas, tão humana, que não tem par em todos os outros países coloniais da época. Koster, que viveu na região de mais desenvolvido trabalho agrícola do seu tempo, mostra-nos uma escravidão com senhores – “que não tiram da terra todo o proveito possível, tal é sua bondade para com os escravos”. Nas grandes famílias, a tradição é de que “*Não se vendem as crias da casa*”. Em Pernambuco, atesta ele noutra parte, “os escravos são sempre decentemente vestidos”.²⁷² Singelos, quase ingênuos aristocratas, eles têm, apenas, a fidalguia de ânimo, essência que pela idade se apura. Em política, são, em grande parte, republicanos, rebeldes ao Rei, quase sempre de nojo pelo que o reino lhes envia, Liberais, em vez de reacionários, ei-los, nos Cavalcanti, Suassuna, Maranhão, Melo, Albuquerque... perseguidos, presos, ou justicados, pelo crime de serem republicanos brasileiros. É que a República lhes parecia o meio de serem completamente brasileiros, e era isto um ideal bem explícito. Essa qualidade – brasileiro – eles a contavam nos seus títulos de nobreza.

O glorioso poeta do *Alto da serra* não carece de justificar-se; senão, teria o conceito de Mommsen ao desprezar os motejos com que os enfatuados romanos da decadência ouviam o latim arrastado dos Celtas: “Podem rir, mas, há mais futuro no latim dos habitantes do Loire e do Sena, do que falar correto da capital.” (VI, p. 352.)

272 *Op. cit.*, II, p. 46.



O nome – *Brasil* surge com a própria colonização. O *Estado do Brasil* é entidade que desde cedo se destaca, focalizando as consciências, na aspiração e no orgulho de uma pátria. Exemplo único, por toda esta América, o Brasil é a nação que existe para o mundo, no signo de um nome seu, muito antes de poder possuir soberania própria. Quase toda a história colonial se faz conduzida por esse nome, que, se existe, é porque corresponde à necessidade de indicar uma realidade – a unidade ideal, superior às contingências e vicissitudes da colonização. Destarte, a tradição que se forma já se limita e se caracteriza na focalização desse nome: é necessariamente brasileira. Ao povo aqui constituído nem foi preciso ser politicamente independente – para não ser Português; já era *brasileiro*. Nem pareça que se trate de atribuir a um vocábulo poderes de milagre. A existência do nome Brasil foi, de fato, um longo influxo patriótico para as populações que aqui se formaram. Não que uma simples palavra pudesse gerar patriotismo, mas porque o uso desse termo, e a sua aplicação para designar a solidariedade política em tais populações, correspondiam a necessidades essenciais no mundo que então se constituía. Por isso mesmo, nada significa a pesquisa etimológica do termo; mas tem valor absoluto a indicação histórica, quando nos diz *como* e *quando* ele adquiriu valor. Serve para patentear como cedo se definiu, nas populações coloniais, um caráter próprio, obrigando quem as conhecia a dar-lhes designação especial, para destaque desse característico, essencial e novo. A estupidez, ou as vantagens, de uma política diminuída em motivos, terão levado a metrópole a destacar Pará-Maranhão, do que era oficialmente o *Estado do Brasil*; nem por isso as consciências que ali emergiam, no influxo dessa coisa ideal que já existia – a nova pátria –, deixavam de sentir-se brasileiras. Quando o bandeirante desvenda o Araguaia, e sai no Tocantins-Pará, reconhece-se na identidade desse Brasil que o acompanha, e sente-se plenamente entre os seus. Mais longe, ainda: os que prepararam a navegação



Guaporé-Madeira levavam-se, principalmente, pela consciência de concorrer para o engrandecimento do Brasil, no qual incluíam necessariamente o mais longínquo Amazonas Não se poderá medir, mas certamente foi essencial, no milagre da vitória pernambucana, o efeito da nova pátria, em que todos pensavam, e cujos interesses superiores já se destacavam, para a solidariedade dos que se sentiam brasileiros.

A ideia que um povo tem da sua existência, vale, para ele, de luzeiro, e escudo, e estímulo. É como a tendência lúcida a viver e a realizar-se. Pois não é de pasmar?! Com um século, apenas, de existência, o Brasil já produz um brasileiro que o compreende como um todo solidário, com história própria; um brasileiro – esse Frei Vicente do Salvador – que sente a necessidade de escrever a história da sua pátria, e em cujas páginas tantas vezes se destacam as qualidades novas e próprias do Brasil, em oposição às de Portugal. Por isso mesmo, caída em mãos do português essa história, escondem-na, somem-na, no mesmo empenho em que procuram velar e afogar a pátria distinta que no Brasil se revela. Mais de dois séculos esteve sepultada nos arquivos oficiais de Portugal, a *História do Brasil*, do Brasileiro Frei Vicente; finalmente o português Varnhagen a descobre, e, como português, deixa-a sumida, desconhecida dos brasileiros...

Amor ao solo, consciência de uma tradição nacional, comunidade de motivos sociais, solidariedade de destinos... de tudo isto se compõe o sentimento da pátria, em que nos exaltamos, e tudo isto ainda é vazio, se a pátria não vale para nós como objeto de pensamento, e convergência de afeto. Ora, para tanto, é mister que a pátria seja um *nome*.²⁷³ O fato de ser adotado um termo próprio

²⁷³ Todo esse caso da origem e adoção do nome *Brasil* está mal contado nas histórias correntes. Há, no fato, três coisas a distinguir e a precisar: a origem do nome; a sua aplicação a novas terras; e, finalmente, a adoção dele para a colônia portuguesa na América. Não há dúvida de que – *brazil* vem de *brasa*, se bem que se tenha universalizado a grafia com *z*. Mas, desde logo, convém



assinalar: o pau-brasil era conhecido bem antes de serem conhecidas as terras do Brasil, bem antes de descoberta a América. Era mercadoria que vinha do Oriente, como vinha, depois, das ilhas do Atlântico, achadas, ou, pelo menos, vulgarizadas pelos portugueses, e por eles povoadas. Tudo faz crer que, mesmo antes dos portugueses, aventureiros do oceano – sarracenos, italianos... trafegavam para essas ilhas, e daí traziam produtos naturais, inclusive a famosa madeira de tinturaria. Não há dúvida de que os Genoveses precederam os portugueses na Madeira e nos Açores. Há, mesmo, uma carta, levantada em 1351 pelos italianos, e onde vêm indicadas, uma por uma, todas essas ilhas; e, aí, figura, com o nome de *Legname*, essa que os Portugueses traduziram ao pé da letra, para ilha da *Madeira*. Então, nessa carta, a atual Terceira traz o nome de *Brazil* (já com *z*), em virtude, justamente, da muita madeira de tinturaria que possuía. Senhores daquele Atlântico, os portugueses refizeram as denominações, mas pondera E. Réclus, “essa apelação misteriosa – *Brasil* – não cessou de viajar sobre as cartas, na direção do Oeste, até que veio a servir definitivamente para a metade do grande continente americano”. De fato, em mais de um dos mapas, mais ou menos fantasistas do século XV, encontramos o nome *Brasil* apenas a uma ilha, tão irreal como as famosas. *São Brandão, Sete Cidades...* À medida que a navegação avançava, o nome passava para uma nova terra, ainda quimérica, traçada em pura fantasia. Ch. Weule, no já citado trabalho, acentua, também, o tom lendário das primeiras terras que tiveram esse nome: “O Brasil, que se vê despontar em muitas cartas do século XIV e o XV, muitas vezes em dois, três lugares, é o nome que passa mais tarde à América do Sul, como o de *Antilha...* passa às Antilhas... Esses séculos acreditaram firmemente na existência dessas terras... depois de 1480, por várias vezes, navios ingleses, da cidade de Bristol, dirigiram-se para longe, em alto mar, para o Sul e Oeste, a procurarem a ilha do Brasil.” Não admira, por conseguinte, se cartas portuguesas, anteriores à viagem de Colombo, trazem o nome titulando qualquer terra, mais ou menos quimérica, apesar de que a lancem como *autêntica...*

Assim se explica a origem do nome, e, também, a sua aplicação a novas terras. Quanto à adoção definitiva na colônia portuguesa da América, temos a considerar no seguinte: descendo ali, em Porto Seguro, Cabral teria dado à terra o nome de Vera Cruz... Santa Cruz, mais tarde; mas, em si mesma, a colônia, que só se estabeleceu vinte oito, ou trinta anos mais tarde, essa nunca teve outro nome senão *Brasil*. Nesse intervalo – de 1500 a 1530, o espontâneo dos sucessos, pela voz dos franceses, tinha assentado definitivamente esse nome que prevaleceu. A primeira grande autoridade mandada para aqui – Martim Afonso, já veio com o título de *Governador das Terras do Brasil*, verificando-se, com isto, que o governo de Lisboa se encontrou diante de uma dessas vulgarizadas designações, contra as quais não há lutar. É que, desde o primeiro momento, a atirarem-se para estas bandas, os normandos e outros interlopes, conhecedores de toda a lenda sobre a terra Brasil, acreditaram que, finalmente, a tinham atingido, e pregaram-lhe o nome, irremissivelmente, uma

– Brasil – para significar a qualidade nacional, dos que vinham da colonização, pressupõe a existência, neles, de qualquer coisa

vez que não havia mais outras paragens lendárias aonde se transportasse a denominação. Há mesmo uma circunstância muito expressiva, a esse respeito: em 1515, na carta-globo de Schoner, baseada nos trabalhos da expedição Nuno Manoel e Cristóvão de Haro, já se representa a América do Sul; ora, a parte que era mais conhecida trazia apenas o nome – América, ao passo que a parte Sul, como se fora continente distinto, assinala-se na denominação – *Brasilio Régio*. Dizeres e crônicas em que se comenta essa expedição mostram o nome – Brasil – universalizado: “Sabei que a 12 de outubro de 1514 chegou aqui (Madeira), do Brasil, um navio com falta...”. Tudo isto significa que, de 1510 a 1514, o nome de *Brasil* se generalizou sobre estas terras, certamente com a normalização do tráfico dos franceses. Não admira, pois, que, em 1528 o piloto de Martin Afonso – Diogo Leite, antecipando-o nestes mares, tenha datado uma carta ao Rei do *Brasil*. Ao lado de tudo isto, acontece que, desde o terceiro quartel do século XVI, têm os autores portugueses insistido nesta versão fácil de que o nome da colônia foi mudado de Santa Cruz para Brasil devido à abundância da respectiva madeira. A *Enfôrmação* de 1584 insere o conceito, que se repete em Frei Vicente. Aliás, compreende-se bem que sendo já bem vivaz a ideia de Brasil, em gentes fragilíssimas de erudição, estas não se deram ao trabalho de buscar outra explicação, e apegaram-se à banalidade do pau-brasil... Brasil. Sobretudo, os autores inspirados de lusitanismo: não aceitariam a verdade de que o nome Brasil foi imposto à terra pelos interlopes normandos que aqui traficavam. Lery, escrevendo em data bem posterior, sustenta que o nome Brasil vem da madeira explorada, mas liga-o explicitamente à influência francesa. De todas as versões, a menos aceitável é a de Varnhagen: de que a denominação começou pela palavra *brasileiro*, a designar os que trabalhavam e negociavam com a madeira, e daí, saiu – Brasil, para a terra. O grande argumento dele é que, em vernáculo português, o sufixo *eiro* não serve em gentílicos, e, sim, para misteres. Não lhe ocorreu, ao alemão-português-brasileiro, que poveiro é natural da cidade de Póvoas. E não tem razão Varnhagen, sobretudo porque o termo Brasil... Estado do Brasil, é anterior, de quase dois séculos, ao termo brasileiro, se bem que, desde sempre, tivessem os franceses o seu *brésilien*, para designar esses mesmos índios que, no século XVI se chamavam de *brasis*... Depois, ficou o nome, sagrado, desde que houve um sentimento em torno dele, de nada valendo que o português Bento Teixeira escrevesse a sua versalhada (1600), para introduzir sorrateiramente uma *Nova Lusitânia*. Cinquenta anos depois, Brito Freire intenta resuscitar a designação, a propósito de uma *História da Terra Brasileira*, como, mais tarde, Rocha Pitta tentará a sua *América portuguesa*. Mas prevaleceu o que devia prevalecer. E ainda haverá, no século XX, quem, a título de fazer história do Brasil, insinue – *Nova Lusitânia, América Portuguesa, Portugal na América*, esforço que, por nulo, mais acentua a inteira divergência.

nova, bem própria e específica. Desde que o brasileiro se sente *brasileiro*, assim reage, para existir nacionalmente, *brasileiramente*. Muito terá concorrido também, para essa unificação das populações brasileiras, em homogeneidade de sentir nacional, a difusão do gentio tupi, por todo o litoral, onde se formou a nação. Com a distância de mil quilômetros, o mesmo termo tupi denomina dois fatos capitais da nossa história, por sobre três séculos – *Piratininga* – *Piratinin!*...

§ 82º Aspecto geral da colonização espanhola

Os fatos em que se diferencia a formação do Brasil, e as qualidades constantes no ânimo do seu povo, são *características* porque lhe são próprias e exclusivas. No assinalar desses fatos e dessas qualidades já se indica, implicitamente, o que distingue a nação brasileira. Para os intuitos destas páginas, no entanto, será preciso, ainda, acentuar explicitamente tais distinções, numa sorte de cotejo com a história dos outros ibero-americanos, não para medida de valores, ou comparação de níveis, mas para demonstrar como, desde cedo, nos individualizamos, por evolução inconfundível. Isto servirá, também, para fazer compreender este qual paradoxo: o influxo português que nos deu, no primeiro momento, incontestável superioridade, convertido em miasma de podridão viva, reduziu-nos a uma condição de inferioridade tal que ainda nos acompanha, sem que possamos achar a fórmula de cura.

Identificando aqui, nos rebentos americanos, o que já era diferença essencial na Ibéria, teremos mostrado que tais diferenças, por divergentes, se acentuaram e se acentuam de mais em mais. No primeiro momento, elas se manifestaram bem nitidamente: na forma de relações com os naturais, no modo de exploração da terra, nas reações contra o estrangeiro e no tom da vida política. Nós outros – de castelhanos, ou de portugueses, julgamo-nos através de tantos preconceitos, que dificilmente podemos compreender o valor de tais diferenças; mas quem nos aprecie sem

interesse imediato, e sem a paixão da coisa própria, não deixará de reconhecer o que há de distinto em cada um dos povos provindos das duas origens. Um Koebel verifica que *eram as mesmas...* mas, ao apreciar os efeitos, não pode deixar de notar que, “os métodos dos espanhóis e os dos portugueses não eram de forma alguma semelhantes, de princípio a fim”.²⁷⁴ De fato, no apreciar dos resultados, é impossível não ser impressionado pela circunstância de que, desde os primeiros tempos, na terra do Brasil, a colonização portuguesa e a sua catequese tenderam a formar uma população relativamente homogênea, sem preconceito de raças, sobre a base de um largo cruzamento. Então, se nos voltamos para os precedentes da metrópole, temos a explicação do caso: a perfeita unidade nacional, numa política centralizada e absorvente, que não deixará o eclesiástico sair da sua função; e a longa escola da colonização, como é possível a uma nação de pequena população – com máximo aproveitamento dos naturais. Em 1518, o Governo português promete terras em Goa a quem se case com mulheres da terra. O Brasil foi povoado sob o influxo dessa mesma orientação política. Por isso, a formação brasileira tem um cunho sem similar na América: mistura, unificação, nacionalidade *prematura*, pode-se dizer.

Sem surto de aventuras marítimas, os espanhóis, por acaso atirados às conquistas de além-mar, foram sempre, nas colônias, soberbos senhores, duros depredadores, altaneiros conquistadores, imisturáveis na massa do gentio. Não souberam assimilá-lo: ou deixavam os índios como verdadeiros párias, nas garras dos *encomenderos*, quando não simplesmente abandonados; ou os entregavam aos jesuítas, que deles fizessem máquinas suas, sem contato com o resto da população, infensos, até, aos colonos. Isto foi assim da Flórida à Califórnia, do Yucatán ao México, Peru, Chile,

274 *Op. cit.*, p. 185.

até o Prata. Longe estavam, nos resultados, dessa homogeneidade necessária ao povo que deve ser uma nação moderna. A escravidão, a que o colono português submetia o seu gentio, era, apesar de tudo, bem mais assimiladora. O castelhano, na América, não pretendia mais que ser dominador, perpetuar fidalguia, e colher ouro. Nos dois primeiros séculos, o que não dava ouro não merecia atenção. E o ouro fê-lo saltar no fundo do grande golfo, ganhar a costa do Pacífico, e firmar os seus principais estabelecimentos a coberto das investidas da pirataria, de onde saíam as outras colonizações – francesa, holandesa, inglesa. As mais terras que a partilha lhe dera, Espanha as abandonava, indefesas, a quem as quisesse. Com isto, eximiram-se, as colônias castelhanas, de duras guerras de defesa,²⁷⁵ como as conheceu o Brasil. Nem houve necessidade de dar valor ao índio, utilizando-o em luta de resistência ao invasor. Ainda quando a invasão é próxima e ameaçadora, falta o estímulo de defesa. Ao passo que o Brasil alija inexoravelmente franceses, holandeses e ingleses, que se obstinam sobre o litoral, até o Amazonas, Castela os deixa no Orenoco e na Guiana, naquela parte indiscutidamente sua. O governo de Madri reconhece o grande perigo de que tais piratas dominem o rio-mar, que leva até as portas do Peru, donde vem a preciosa carga para os famosos galeões; considera *seu* o Amazonas, e nada faz para garantir-se sobre as suas águas francas. Os continentes estão abertos, a esses espanhóis, para que garantam, pela posse efetiva, o proclamado domínio virtual; eles, porém, só penetram as terras enquanto a miragem, do *Eldorado* lhes dança na visão, alucinada com o in-

275 “As experiências dos primeiros colonos portugueses estavam destinadas a diferir profundamente das dos primeiros espanhóis. Estes tinham o campo de exploração praticamente livre. Os portugueses, pelo contrário, encontraram rivais dos mares do Sul, quase simultaneamente com a chegada das suas naus. Os holandeses estavam destinados a se tornarem, depois, os mais formidáveis inimigos dos portugueses; mas, no primeiro momento, os maiores atritos foram com os franceses.” (Koebel, *op. cit.*, p. 40 e 185.)

sensato desejo. Já o vimos: é bem o caso de Pizarro, quando num arremesso delirante se arremessa até as águas do Amazonas. A mesma fúria atira por aquelas águas a um Orellana, com a glória de ser quem primeiro percorreu o grande rio. E vem ainda, Ordas, Orsua... que passam, como aquele, transitórios e nulos, para a boa exploração da terra. Intentam fazer domínio; vêm com grandes meios; mas falta-lhes o essencial de caráter, para tal empresa – a tenacidade indômita, que deu ao português, e aos seus descendentes, a vastidão do Brasil, pelo interior do continente. Vêm bem providos... e somem-se, refluxo de afoiteza, desanimados aos primeiros desastres, ou desfeitos na fúria das facções. E este espírito faccioso, em que se geram e se alimentam revoluções e levantamentos, será uma constante na formação dos neoespanhóis, para ser o mal maior das futuras nações que neles se instituem.

§ 83º Quanto ao índio e os cruzamentos

A população colonial do Brasil se fez com o aproveitamento sistemático do gentio, cujo sangue, já o demonstramos, predominava nas massas populares durante os dois primeiros séculos. Tanto assim que, ainda hoje, o tipo étnico, na maior parte do interior, é bem o do caboclo, isto é, aquele onde predominam os traços da gente índia. Nas antigas colônias de Castela, também havia predominância, em número, de população indígena. Mas por todas essas nações o contingente de índios ainda é ostensivamente apontado e contado, porque, na sua maior parte, eles ainda se conservam como gente à parte, racialmente puros, quase isolados, ao lado do resto da população. Assim aparecem aos milhões, os descendentes do antigo gentio – no México, Bolívia, Peru, Chile, até na Argentina. São populações cristãs, relativamente civilizadas, fazendo a vida comum da nação, mas distintas, etnograficamente, das outras gentes. Os autores neocastelhanos confirmam o fato,

quase que a título de vantagem: “Fue precisamente lo que a lo menos en la hoy Republica Argentina: la raza se mantuvo pura ó por lo menos no sensivelmente modificada...”²⁷⁶ É nesse mesmo orgulho de branco puro, que o professor platino Ingenieros, distribui em castas raciais a gente da sua terra, com a pretensão de julgar toda a América latina: “Encontramo-nos em presença, no território argentino, de quatro elementos: 1º, *européus* emigrados, *brancos* de Buenos Aires e de outras cidades, na sua maioria espanhóis; 2º, *Branco*s das cidades, descendentes dos Espanhóis, europeus de costumes e de civilização – os *euro-argentinos*; 3º, as populações mestiças dos campos, que se incorporaram à nacionalidade depois da emancipação política; 4º, Os *autóctones* das regiões onde não há civilização europeia...”²⁷⁷ Enquanto isto, não obstante as muitas nuances em que se distribui a população deste Brasil, nenhum etnógrafo nacional, de responsabilidade, pensaria em fazer distinções análogas às do professor platino, tanto é real a homogeneidade do povo brasileiro, homogeneidade que é sobretudo moral. Ao mesmo tempo, no seu estilo de muita ciência, Ingenieros insiste em acentuar os aspectos de heterogeneidade dos argentinos: “Enquanto os anglo-americanos formaram uma só raça, de brancos sem mestiçagem, no tronco ibero-americano se formaram duas variedades: 1ª – uma pequena quantidade de crioulos brancos, habitando as cidades, e que asseguraram a independência política, preparando a formação sociológica da nacionalidade argentina; 2ª – uma quantidade mais considerável de crioulos dos arredores e do campo, que são *bárbaros*, em contraste com os civilizados. Daí, duas civilizações opostas: os argentinos e os gaúchos. Os euro-argentinos são os únicos em fazer da revolução e da independência uma realidade... Foram os promotores da

276 Mejiá, *op. cit.*, p. 100.

277 *Revista de Filosofia*, B. Aires, 1916.

nacionalidade argentina, sua obra exclusiva; deles, que tiveram o pensamento e a realizaram”. Depois, ele nos mostra os *gaúchos* – “fornecendo os principais contingentes militares, nas lutas da independência, e nas guerras civis...”. Mas sempre *essencialmente distintos da sociedade argentina*. Quanto ao índio – “permanece absolutamente à parte da nova sociedade argentina”, e só interveio as guerras nacionais, ele o explica – “como *bandos arrolados*, já pelos brancos peninsulares, já pelos brancos argentinos”, que se consideram superiores a eles.

A dissertação serve, principalmente, para patentear o vigor do preconceito: as raças indígenas ostensivamente vilipendiadas, depreciadas, nesse tradicional isolamento. Nem se estranhe que a opinião corrente, por ali, seja a da má qualidade dos mestiços – *indolentes, degenerados, servis...* São conceitos que se encontram em todas as penas, mesmo nas de escritores que, na realidade dos sucessos, são obrigados a referir-se à atividade, bravura e iniciativa dos mamelucos paulistas. Tal acontece com Sarmiento. Pormenorizadamente, aprecia as três raças – *quéchua, guarani e arauco-pampeana*; quanto à primeira, adota convencidamente a opinião vazia de um francês, Depons, que assim qualifica a esses índios: “... uma natureza apática, que não se encontra em mais ninguém; não tem coração para o prazer, nem para a esperança; só sente o medo; em contrário da humana ousadia, o seu caráter se distingue pela mais abjeta timidez...”. Feito nessa opinião, Sarmiento aplica-a aos guaranis. Apenas, admite que estes “não apresentavam o absoluto aniquilamento de vontade dos outros”. E, para não deixar dúvidas, endossa o parecer de um Padre Tula: com tais gentes, “la buena obra seria extirparlos...”. Depois, vai à ciência, mede crânios, desenvolve antropologia sobre etnografia, e chega a fórmula definitiva: “... indígenas, hombres prehistoricos de corta inteligencia... los indolentes y grosseros aborígenes e sus descendientes, actualmente degenerados...”. Sociólogo e homem



de estado, não se detém ante as incoerências, contradições e desmentidos: tendo adotado com prazer o parecer de Agassiz sobre as más qualidades das gentes cruzadas (porque são cruzadas) do Brasil, Sarmiento passa a fazer erudição, e, com isto, reproduz Braskenridge, quando aponta os *cholos* da Bolívia – “mescla de mestiços e índias, e que sobrepujam as outras gentes em força física, atividade e espírito natural”. Nem os decantados heroicos Araucanos lhe merecem deferências. Às más qualidades imputadas aos outros Índios, ele junta: *a preguiça, a embriaguez, a ignorância e a rudeza do animal de presa... rebarbativos e inaptos para a civilização europeia*. O seu decantado heroísmo?... É o mesmo Sarmiento quem o diz: exageros dos espanhóis, que, habituados a dominar povos inermes, e que se rendiam sem resistência, fabricaram toda uma epopeia, para justificar o próprio fracasso guerreiro: “O guarani, sem ser feroz, não tinha a absoluta mansidão e o aniquilamento de vontade dos índios *quéchuas*, quebrantados por anos de submissão no Peru, Equador, Bolívia... Os incas avançam até encontrar-se com a raça guerreira dos araucanos, que os deteve, como depois aos espanhóis e aos chilenos seus sucessores”. Apesar das suas origens, Sarmiento não contém a ironia fácil: “Os araucanos eram mais indômitos... e os literatos de então, e até os generais, eram mais poéticos que os de agora, e a preço de dar um poema épico, Ercila fez do cacique Caupolican um Agamenon de Lautare, um Ajax; de Renge, um Aquiles... Desgraciadamente, *a los españoles que leían la Araucania en las ciudades, les puso miedo el relato, como a los niños los cuentos de brujas, y los reys de España mandaram cessar fuego... Una mala poesía, pues, ha bastado para detener la conquista de aquel lado...*”. Cessa a ironia, que já é motejo, mas não se suspende o julgamento: “Não havendo os Espanhóis encontrado resistência na América, como o provam suas vitórias repetidas, no México e Peru, dominando centenas de milhares com menos de mil homens... Um dia se há de escrever a história comparativa



de todas as conquistas... se dissipará tanta valentia inventada pelos conquistadores mesmos, para dissimular suas derrotas...”. Isto não se dirá dos que fizeram o Brasil.²⁷⁸

O preconceito, na soberbia espanhola, derrama-se em efeitos de incompatibilidade morais e étnicas, como não poderia haver neste Brasil, ostensivamente misturado. Um Mejía, que passa rapidamente sobre o assunto, deixa consignado todos esses motivos de heterogeneidade, nas sociedades neocastelhanas. Reconhece, desde logo, que os seus antepassados não tinham capacidade de assimilação: “... en todos los puntos en que los españoles han encontrado al establecerse algunas tribus selvages, sus tentativas para civilizarlas e reunir las han sido inútiles y ordinariamente funestas para los indios”. O fato devia levá-lo, a esse historiador, a mais justiça; mas o preconceito o turba ainda, e Mejía dá sua alma ao orgulho de que – não haja mistura no seu povo, como houve no Peru: “En el Perú, se encontró una raza semicivilizada, que se mezcló con los conquistadores, corrompiendo a estos. En la República Argentina las razas autóctonas... no se domesticaron sino que lucharon y perecieron sin confundirse con la conquistadora, que por esto se mantuvo más pura...”. Houve mistura no Peru; mas subsistiram os efeitos da incompatibilidade essencial; e o mesmo Mejía nos mostra como da mistura – “de aquí, nació en el Perú lo regimen de las castas”. Ora, castas significam, numa população, a heterogeneidade que já é incompatibilidade.

Tanto insistimos nesses aspectos de formação porque nenhum outro é mais significativo, como diferença de colonizadores. O castelhano tendia ao puro senhorio sobre o índio; o português, à sua incorporação, pela franca mistura. Teria havido mais torpeza, mais deslealdade, nos processos portugueses; nos castelhanos, houve sempre, por toda parte, mais crueldade, mais indiferença,

278 *Op. cit.*, p. 195.

pela sorte do pobre gentio, e um ostensivo desprezo. Na sua soberbia, apenas guerreiro e depredador, o espanhol foi o conquistador inexorável, no estilo de quem se considera de essência superior, para não se aproximar, nem fazer concessões. As exigências do sexo, em colonos e soldados solteiros, poderiam levá-los a produzirem mestiços, mas nem por isso cediam do preconceito, e vinham a considerá-los diferentes, para formar uma casta de *inferiores*. Em si mesmo, o colono era ostensivamente – o *branco*, nessa qualidade pouco tratável de – *senhor espanhol*, e que continuava espanhol, mesmo depois de muitas gerações na América. Finalmente, nem mais se dizia branco; mas simplesmente espanhol. Nos regulamentos das missões jesuítas, era assim que se proibia aos neófitos conviverem com as outras gentes da colônia: *defesa de tratarem com os espanhóis...* Orgulhoso, fechado nos seus preconceitos, o castelhano apenas aceitava o índio submisso para o trabalho, e, ainda assim, sob o flagelo dos *encomenderos*. Praticamente, era escravidão oficial. Em contraste, o regime português, mais imediato, era mais eficiente, pois que a escravidão aqui foi sempre doméstica. E, por isso mesmo, na promiscuidade admitida, era menos feroz. O Padre Galanti, sem nenhuma má vontade para a notícia dos *Reis Católicos*, é levado a dizer: “Foi tal a barbaridade com que os espanhóis trataram os indígenas que, dentro em pouco, a Espanha ficou reduzida a um deserto”.²⁷⁹ Southey faz a filosofia do caso: “A força pode ser, às vezes, o único meio de civilizar; empregando-o, foram felizes os romanos; os espanhóis não conseguiram o fim proposto, mas infligiram todos os males do processo a que recorreram...” Não admira, como no-lo mostra o mesmo Southey, que, apesar de tudo quanto se dizia dos mamelucos paulistas, e dos seus ataques às *reduções*, um século depois, quando expulsos os jesuítas, entregues os seus aldeamentos aos espanhóis, “os exércitos brasileiros foram recebidos como libertadores...”.

279 *Op. cit.*, I, p. 143.

§ 84º Populações em grupos inassimiláveis

Logo ao apreciar as relações do espanhol com o gentio, houve que verificar a existência, nas suas antigas colônias de massas de índios relativamente puros, e assim contados. Isto vai ao ponto de que, consigna-o García Calderón, para a sua pátria: “Na serra, fala-se quéchua”. Deste modo, em parte alguma, o Castelhana foi capaz de, conservando o gentio, quebrar-lhe o feitio, e incorporá-lo francamente. As colônias se desenvolveram formando castas nas populações; e o próprio sistema político baseava-se implicitamente nessas diferenças de gentes. Havia disposições legais instituindo *inferioridades* irremissíveis, e, com isto, uma rígida hierarquia nos povos. Não são de estranhar, por conseguinte, as guerras de raça que ali se deram, como as guerras de negros das Antilhas espanholas e francesas. No Chile, durante muito tempo, foi negado, pela respectiva oligarquia, os direitos de soberania aos *rotos* – descendentes de uma das tribos do país, donde movimentos políticos de caráter veemente, e que eram, finalmente, lutas entre brancos e gente de cor, lutas que se continuam, pois que os *rotos* ainda existem. No já citado estudo, Ingenieros considera a política de Rosas uma reivindicação dos *gaúchos*, ou mestiços dos campos, contra os euro-argentinos, isto é, os brancos das cidades. Nos seus dias, as facções de Artigas correspondiam bem a esse espírito atribuído por Ingenieros às gentes de Rosas. E não esqueçamos que, ainda hoje, os partidos tradicionais do Uruguai se distinguem como *Blancos* e *Colorados*, denominações nitidamente expressivas. Essas lutas não terão sido especialmente graves como perdas de vidas, mas fazem perpetuar e agravar indisposições e preconceitos, que profundamente embaraçam a homogeneidade da nação.

No Brasil, dadas as condições de formação, tais lamentáveis lutas são impossíveis. Não conhecemos outras distinções nas gentes, nem outros privilégios além dos que infelizmente ainda existem, por toda parte, entre dirigentes e dirigidos, afortunados e

espoliados... Tal mulato, ou tal caboclo, inequívoco nos traços raciais, goza de todos os privilégios e todas as preferências da classe dominante, se as suas condições pessoais, de fortuna, ou de educação assim o colocam. Por isso mesmo, já o assinalamos: mestiço, no Brasil, é o que traz sangue de negro, bem patente, na tez ou na carapinha. Da mesma sorte, nas gentes comuns, não há grupos destacados como raça. No entanto, na Argentina, como no México, ou na Bolívia, os censos consignam as centenas de milhares de – *índios*. Mesmo agora: quando ingleses, ou norte-americanos tratam desses países, é para verem, desde logo, as massas de nativos. E têm razão. Quando se fez a independência da terra dos astecas, destacavam-se nitidamente 600.000 brancos para 7 milhões de índios. No Peru, para uma população de pouco menos, apenas “12.000 brancos”; o resto – relativa abundância de mistura, e muito, muitíssimo, índio puro, aquela mesma plebe dos tempos dos incas. No Prata, sobretudo no Paraguai, avultavam os milhares de guaranis, conservados puros nas reduções – 60.000 só aí.²⁸⁰ Enquanto isto, verificamos que no Brasil apenas as massas de índios se aproximam das outras gentes, são absorvidas, e nelas desaparecem. Assim, não se passarão muitos anos que os Bororos de Rondon se incluam na população comum, como, em tempo, se incluíram potiguaras e nheengaíbas, desde que aceitaram a forma de vida geral da colônia, no convívio normal dos outros humildes. Em 1790, o Vice-rei Luiz de Vasconcelos ainda está a mandar aldear índios em Campos e na Paraíba ao Sul.²⁸¹ Pelo mesmo tempo, em São Paulo, Rondon enumera e escreve várias e muitas aldeias de gentio catequizado; cinquenta anos depois, já não há ocasião de distinguir massas de índios no conjunto da população cristã comum.²⁸²

280 O fato explica-se muito bem quando se sabe que, em três séculos, os espanhóis não souberam iniciar os indígenas das Filipinas no uso corrente do castelhano.

281 Sarmiento, *op. cit.*, p. 192, 195, 265.

282 *Ofício*, acompanhado de *relação*, para o seu sucessor, Rondon; é o relatório das investigações feitas sobre as aldeias de São Paulo, publicado na *R. I. H. G.*

Os preconceitos em que se alimentam as indisposições dos neoespanhóis contra os índios dão lugar a contradições, que chegam a ser despautérios. No critério geral, os indígenas são de raça inferior, nada aproveitável; no entanto, em mais de uma conjuntura, os índios foram guerreiros de quem os brancos daquelas colônias recuaram definitivamente. Os conceitos de Sarmiento, já reproduzidos, quanto aos espanhóis em luta com os Araucanos, são bem expressivos. Há, mais probante, ainda: a Flórida, sempre possuída pelos espanhóis (até que, como por inútil, a cedem aos rivais), nunca foi povoada, nem utilizada, pela impossibilidade de dominar-se o respectivo gentio, desde as formidáveis e históricas derrotas infligidas ao *adelantado* Soto. Enquanto se tratou de populações compactas e inermes, facilmente domináveis, num jato de valentia feroz, o Espanhol foi o vencedor incontestado; mas, quando veio a vez das tribos realmente guerreiras e disseminadas para não dar lugar a batalhas compactas, aí o espanhol foi repetidamente batido. Agora, se nos voltamos para a colonização portuguesa, temos a registrar uma tal pertinácia de luta, que não houve valor de gentio capaz de consumi-la: nem os heroicos e intransigentes tamoios, nem os aguerridos e infatigáveis potiguaras. Uns e outros, conduzidos e amestrados pela ciência guerreira dos franceses, foram batidos, ou reduzidos a aceitarem a paz. Os formidáveis paiaguás, tão temidos dos colonos do Prata, durante gerações, detiveram os espanhóis e lhes impediram o domínio das baixadas em que viviam. Estes mesmos paiaguás, aliados aos fortes guaicururus, opuseram-se à expansão dos Brasileiros. No primeiro encontro, foram estes vencidos, perdendo mais de quatrocentos dos seus guerreiros; mas voltaram à luta, e acabaram dominando os terríveis indígenas, abatendo por uma vez o seu poderio. Eram tão temíveis inimigos que, afirma Azara, podiam ter eliminado daqueles vales toda colonização. Southey não se contém e replica: “Conhecia o escritor o povo do Paraguai, mas

não o do Brasil, e talvez que devessem os espanhóis a salvação até certo ponto aos seus vizinhos, mais destemidos e aventureiros do que eles”.²⁸³ Em contraste com a tenacidade tolerante do português, a bravura impetuosa do espanhol tornava-o incapaz de dominar, pela continuidade do esforço, o gentio pertinaz, aspirando a ser tratado humanamente. E o castelhano teve de deixar aos *padres da Companhia* a captação dos índios.

§ 85º Defesa contra o estrangeiro

Apesar das aproximações de raça e da semelhança do regime político, a colonização do Brasil diverge muito do que se fez na América espanhola, com a circunstância de que, em algumas dessas diferenças, nós nos aproximamos dos norte-americanos. A formação do Brasil se resume em: a) luta contra o estrangeiro; b) absorção do gentio, por mistura franca; c) exploração estável da terra, pela agricultura. A mineração, a grande desgraça do Brasil-colônia, só veio mais tarde, quando o essencial, na formação, já estava feito. Quanto a ataques de estrangeiros, também é único o nosso caso: fomos sempre investidos, mais do que qualquer outro, e *resistimos* sempre, eficazmente, às invasões. As colônias de Castela não conheceram, nunca, as necessidades de uma defesa permanente como a nossa para com os franceses no primeiro século, e, menos ainda, as guerras de longa reconquista, como a que tivemos de fazer ao holandês. Sarmiento, que, como sempre, vê a América sem o Brasil, generaliza o fato: “... la Europa, cuyos reynos eran saqueados..., ó incendiadas las ciudades, taladas las campinas en las guerras de conquista... La America estuvo esenta de guerras,

283 “Fizeram os paiaçás uma guerra em que quase extirparam do Paraguai os Espanhóis, não sendo estes nem bastante sagazes para frustrar-lhes os estratagemas, nem assaz corajosos para arrostá-los em campo aberto, nem assaz velozes para fugir-lhes.” (Southey, V., p. 483-485.)

de saqueos...”.²⁸⁴ Esse grande platino, a quem não se pode negar patriotismo e zelos pelo bom nome do seu país, considera defesa de Buenos Aires contra os Ingleses como a primeira manifestação de patriotismo, ali. Ainda assim, não foi tanto o patriotismo, que resistisse, diz ele, aos zelos particularistas. E, comenta: “O valor de Buenos Aires serviu, apenas, para que a capital se considerasse superior às outras: foi um motivo de dissolução”. O fato é acentuado, justamente, no capítulo que tem o título – Germes de *dissolução*. García Calderón tem o mesmo parecer de que o 1808, de Buenos Aires, foi a aurora do respectivo patriotismo. Logo depois, esse mesmo sustenta que, da luta contra os espanhóis, em 1815, é que nasceu o sentimento geral de patriotismo e o espírito de nacionalidade dos neocastelhanos.²⁸⁵ Ora, que importância merece o insignificante episódio de 1808, no Prata, comparado à longa e penosa guerra de Pernambuco?...

Felizes, certamente, foram os colonos de Espanha, na paz externa em que se fizeram e viveram por todo o tempo; mas lhes faltou, com isto, um poderoso motivo de união íntima a compreensão de perfeita solidariedade, como deve haver quando é preciso uma defesa comum. Em verdade, no Prata, o patriotismo antecede, de muito, os dias de 1808: foi na luta contra os portugueses da *Colônia* que os platinos aprenderam a sentir em nome de uma pátria.

§ 86º Exploração rural... mineração

Quanto à produção colonial, o Brasil se aproxima muito da Norte-América, e diverge absolutamente das colônias espanholas. Fomos, desde logo, agricultores, ao passo que o castelhano, na sedução dos primeiros tesouros colhidos, levado por tendências irresistíveis, não quis outra coisa senão a colheita do ouro, a

284 *Op. cit.*, cap. V.

285 *Op. cit.*, p. 50.

mineração. Destarte, se aproximamos os dois aspectos da nossa formação – a assimilação de raças e exploração agrícola – temos, nela, um cunho exclusivo, sem igual, na América. As nossas histórias, na vesguice dos que as reduzem às ninharias do eruditismo, nunca insistiram nessas coisas; mas o verdadeiro critério histórico, ao passar por elas, não deixa de acentuar o seu grande valor. Koebel, já citado, desde o começo destaca o caráter mais importante da colonização portuguesa: “A certos respeito, talvez, nenhuma nação haja colonizado com tanto entusiasmo como Portugal. Uma vez estabelecidos no país, os seus pioneiros nunca encaravam a nova conquista como um lugar para residência transitória”.²⁸⁶ De fato, era assim, nos *primeiros* tempos do Brasil, até que aqui se constituiu, pela lavoura, uma riqueza própria, capaz de ser explorada pelos mercantis. Depois, no tempo de Frei Vicente, já os reinóis eram mais transitórios do que definitivos. Pouco importa: a necessidade de cultivar a terra para ter riqueza fez o essencial, e deu à colonização primeira do Brasil o caráter que mais convinha; e é isto o essencial na verificação que nos interessa.

Vinham todos os ibéricos nessa mesma ânsia de riqueza, não com a tranquila aspiração de liberdade dos pioneiros ingleses; todavia, tendo de pedir fortuna à lavoura, já bem nacionalizados e unificados, os colonos portugueses iniciaram uma sociedade estável, agrícola, vinculada ao solo, orientada imediatamente a fazer do país uma pátria, como não o podiam fazer esses castelhanos, que apenas pensavam em tirar diretamente o ouro. E era tal a cegueira da mina que desde logo se proibiu toda atividade que não fosse desentranhar metais preciosos. Viam-nos por toda parte, e foi na turbação desse desejo que aceitaram para o grande estuário o nome de *Prata*. Para Castela, as colônias que contavam eram México, Peru, Chile... O resto dos territórios era conservado, apenas; conservado,

286 *Op. cit.*, p. 37.

se lho deixavam os outros colonizadores. Daí, resultou formar-se nessas colônias de mineração aquela sociedade ostensivamente aristocrática, sem o abrandamento que a vida rural sempre produz. Era, em tudo, a dureza e a secura da mineração. O nome falha: não há mineração no *Prata*, e aquela parte dos domínios de Castela é condenada a ficar estagnada, nula, privada das suas relações naturais com o resto do mundo: “Estaba rigorosamente prohibida la entrada y salida de mercadorias e hombres por el puerto de Buenos Aires”. Desde que não dava ouro, estava impedida de se desenvolver em seus produtos naturais, sem valor para uma metrópole que só pensava em tirar ouro. “Hay que tener en cuenta que el Rio de la Plata y mucha parte del país argentino permaneció desconocido y despreciado por su falta de riquezas, que en el concepto de entonces la constituian solamente las minas”.²⁸⁷ Nas Antilhas, não havia quase o que esperar da mineração: todavia, a lavoura se retardou tanto, na fertilíssima Cuba, que a cultura da cana-de-açúcar – a sua grande riqueza só começou depois que vieram para ali os negros do Haiti. O Prata, fértil da verdadeira fertilidade, foi fechado do lado do Atlântico, sem licença de comprar e de vender, a não ser o que se pudesse fazer transitar por sobre os Andes, em comércio com o Peru. Era o meio mais prático para dar àqueles aluviões feracíssimas o valor de um deserto. O contrabando com o Brasil salvou um pouco, o Prata, desse isolamento monstruoso. Reunidos Portugal e Castela na mesma coroa, facilitaram-se, um tanto, as relações entre a colônia do Brasil e as espanholas. Todavia, como esse comércio clandestino se desenvolvesse muito, em 605 o governo castelhano tomou sérias providências no sentido de evitá-lo, devido ao *mal que causavam à colônia* de Buenos Aires.

Nestas condições, desde que a metrópole sistematicamente isolava o Prata, a população, limitada em meios, sem o estímulo

287 Mejía, *op. cit.*, p. 153.

de criar um futuro de prosperidade, ficou reduzida a uma estagnação, equivalente da degradação. Nem de outra forma se pode interpretar conceitos como estes, de Southey: “... os maias atravessavam o rio (o Paraguai), e vinham atacar os espanhóis do Paraguai, e não eram eles os únicos inimigos por quem esse povo degenerado se via assaltado daquela banda”. Antes, já o inglês havia resumido assim o seu pensamento: “... o uso exclusivo da carne, do Rio Grande, não chegou a determinar, como aconteceu aos Espanhóis, uma grande e geral degradação”. É justifica-se Southey reproduzindo Azara, nas coisas horríveis que ele conta dos colonos platinos. E quando ele mesmo nos mostra os descendentes de castelhanos – esquecendo a língua e tudo que era moral e digno na civilização espanhola, como a intrepidez, e, sobretudo a atividade produtora.²⁸⁸ Um autor, citado e aceito por Mejía, verifica a esse respeito que – “no Paraguai, não há Espanhol, por pobre que seja, que concorde em trabalhar...”.²⁸⁹ Até a profissão de médico era reputada degradante. García Calderón, insuspeito no caso, chega a formular: “A ociosidade é a regra da colonização espanhola”.²⁹⁰ O repetir de tais conceitos traz o intuito, apenas, de patentear, nos fatos, a diferença entre as duas colonizações. Os efeitos da política castelhana lá cessaram nas mais importantes das nações platinas, ao passo que nós, vítimas, posteriormente, de um proceder análogo – proibição de culturas em proveito da metrópole –, ainda curtimos consequências disto. Em nós é que se acusa, hoje, muita inferioridade. Houve tempo, porém, em que, inegavelmente, a superioridade, em valor humano, estava nesta sociedade, instituída sobre a base do trabalho agrícola. Em 1620, o clérigo Giusepe podia considerar Olinda a cidade *mais importante*

288 *Op. cit.*, V. p. 548.

289 Mejía, *op. cit.*, p. 202.

290 *Op. cit.*, p. 38.

e *mais civilizada* da América. Em seu tempo, já Nóbrega considerava o Pernambuco rural como a parte *principal e mais povoada do Brasil*. E os bons efeitos dessa exploração agrícola continuaram, de modo a imporem-se ao grande cultor da nossa história: “Nas fazendas de Pernambuco, encontravam-se as decências e o conforto, que debalde se buscariam entre as miseráveis semisselvagens populações do Paraguai e do Prata”.²⁹¹ Em tal caso, o regime de iniciação tem valor definitivo. Educados na exploração útil, civilizadora, todos os malefícios da degeneração portuguesa, ampliados na mineração, não chegaram para anular o que já estava adquirido, principalmente porque tal degeneração influi mais na vida política do que na econômica. Tanto assim que, aproveitando as qualidades que então se criaram, desenvolvendo-as no sentido da boa produção, o Brasil se tornou, sem maior dificuldade, um país de grande indústria.

A maior diferença, dos resultados primeiros nas duas colonizações, resulta dos intuitos com que foram conduzidas. Numa sociedade baseada na cultura da terra, faz-se desde logo a união íntima do homem e o solo; há uma dependência imediata, que leva todas as gentes a se interessarem permanentemente pela sorte do país, e a ter em apreço a terra onde vivem. Na mineração, nem é o solo que se considera, mas o profundo subsolo, cofre passivo e dilacerado, donde se despejam os tesouros cobiçados. “... campos cortados, perfurados, revolvidos pelos trabalhos da mineração, semelhantes a uma imensa chaga do globo...” (Felício dos Santos). Assim: rota, extinta, escalavrada pela fúria da extração, feita em torrões e lama, a terra minerada é coisa morta, repulsiva nos aspectos, degradante nos costumes que faz brotar. E em tudo contrasta com a terra a que o homem se acolheu – amanhada,

291 Southey, VI, p. 411. “Em 1610, el rey consentió en atenuar para los miseros probadores de Buenos Aires un tanto el rigor del privilegio del Perú en atención a la pobreza de la tierra y a lo poco que se aumentaba su población por falta de todo lo más preciso para la vida humana.” (Mejía, p. 134.)

cultivada, tratada com amor. Esta perenemente vive: estimula na esperança das culturas verdejantes; exalta na beleza das florações; conforta no túrgido são dos pomos, e gera confiança com as colheitas que sazona. Lavrador, o homem se funde na paisagem; pertence a ela, que se refaz e se transmuta nos seus esforços, e o nutre, e o enriquece. Com isto, as gentes se humanizam de mais em mais, à medida que dão valor ao terreno, e a si mesmas. Agora, o heroísmo, em vez de ser para a depredação, é para a defesa do chão sagrado; e que já é uma pátria. Os lares prendem-se ao solo, e, na estabilidade rural, sem diminuir-se a coragem, abrandam-se os corações, e acentua-se a solidariedade. Na ganância da exploração mineira, os resultados são nitidamente opostos: depredação sobre a terra, esterilização necessária do chão, a mineração, forçosamente transitória e estiolante, excita as fúrias do ataque, isola o homem da terra, e determina essa instabilidade de gentes, que mal se pode considerar sociedade humana. É o avesso do que convém à imagem da terra-mãe, a que o homem se prende para sentir o patriotismo completo...

Nesse tracejar, haverá qualquer detalhe reforçado; mas o aspecto geral é exato, como o encontramos nas descrições dos famélicos e inexoráveis fidalgos castelhanos, exaustores cruéis nas primeiras gerações, degenerados astênicos, desde que não se podem faltar na riqueza fácil, havida no azar da mina. A seu tempo, o mesmo se verificará no Brasil das minas. E, quanto maior atividade no escabujar do ouro, mais turbação e esterilidade, comparado ao que se conhece da vida rural.

§ 87º Expansão das colônias; conquista dos sertões

Sem o parecer, o destino foi bem mais complacente para com o Brasil: lá, deu motivos a que os espanhóis sufocassem a vida das suas colônias, até mesmo daquelas que só podiam florescer na vida agrícola; aqui, obrigou os portugueses a colonizarem na

forma mais conveniente ao gentio deles e aos interesses da futura sociedade. Assim se explica o maior poder de expansão do Brasil-colônia. O homem que vive da terra – viva e florescente –, se a tem livre diante de si, quererá ganhá-la e dilatá-la, para mais vida e mais riqueza. No Brasil, se o paulista dava a sua intrepidez à procura das minas,²⁹² pelo Norte todo, a exploração e o senhorio da terra se fizeram sem este motivo. Por isso mesmo, a expansão ao Norte precedeu à do Sul. Todos os sertões, da linha de Pernambuco ao extremo Amazonas, não deram ouro, e, no entanto, foram duramente conquistados, e intransigentemente defendidos. Aí, os espanhóis nos precederam – Ojeda, Pinzón, Pizarro, Orellana... Logo de começo, o Rei católico deu todo o território conhecido do atual Brasil a Pinzón, que fora o primeiro anunciador da terra; e o fez porque se considerava o legítimo dono da descoberta. Mas, nada disto prevaleceu. No primeiro momento das aventuras coloniais, os espanhóis manifestaram bem alto o valor de intrepidez com que se atiravam a elas. Foi a época em que eles puderam expulsar os franceses de Ribaut, quando lhes disputavam a Flórida, essa Flórida que, sem minas, foi por eles desprezada. Para cair, finalmente, nas mãos de quem podia *comprar* conquistas.

Destarte, devido ao gênero de exploração colonial, nos próprios nativos da Espanha, decaiu o poder de expansão territorial, e os seus descendentes não receberam nenhuma iniciação de pioneiros e rurais. Tiveram de fazê-la, em tempo, por si mesmos. Em verdade, se as populações coloniais castelhanas tivessem decisão e espírito de aventura, elas, que precederam de tanto tempo os estabelecimentos regulares dos portugueses, teriam limitado o domínio desses ao que foram as primeiras capitânias

292 Com todo o seu ânimo de aventuras, os paulistas do século XVI e XVII eram essencialmente rurais, estáveis e lavradores. Já foi notado que Fernão Paes Leme era um grande fazendeiro. As entradas, a caçar índios, explicam-se, justamente, pela necessidade de ter escravos para as lavouras.



exploradas de São Vicente a Pernambuco, no eixo da bacia do São Francisco. Com as facilidades que as grandes águas interiores lhes ofereciam, os espanhóis e os seus descendentes teriam sido os donos quase que exclusivos do interior do continente: derramando-se pelo Orenoco, Amazonas e Paraguai-Paraná, eles podiam ter cercado constrictamente o Brasil, tanto mais quanto estavam no alto-Paraná bem antes dos paulistas. Mas faltou-lhes alguma coisa muito essencial para tal resultado. Enquanto isto, a população brasileira, aproveitando dos indígenas grande parte do que era neles generoso e bom, dilatava-se naturalmente, irresistivelmente, sobre a terra, que, sendo destes, era daqueles que, em parte, procediam como se fossem os seus continuadores – os mamelucos de Piratininga. E os segredos da terra se revelavam mais facilmente, e o continente passava insensivelmente de uns para os outros. Por toda a linha das fronteiras, indecisas, fazia o Brasileiro como ainda ontem no Acre, conquistado – já em povoação e tradição, para que uma diplomacia munificente o comprasse à Bolívia, que não tinha possibilidades de dominá-lo, por não poder absorver a população brasileira que o desbravara, e o possuía, de fato. Assim, o castelhano deixava-se espoliar de todo o coração do continente. Houve mesmo esse contraste: nos domínios de Castela, as conquistas territoriais se fizeram, quase todas, nos primeiros tempos, por espanhóis nativos; no Brasil, os grandes avanços pelos territórios, ainda mesmo à custa de lutas com outros civilizados, são realizados por brasileiros. Há uma exceção ao primeiro caso – a dos pioneiros que fundaram San Thiago del Estero. Southey, ao reconhecer o fato, considera-os, no entanto, a esses neocastelhanos, aquém da intrepidez tenaz dos paulistas. Os sucessos dos meados do século XVII lhe dão razão: afrontada pelas outras nações colonizadoras, a Espanha viu as suas possessões da América reduzidas; só foram totalmente respeitadas aquelas da parte Sul, garantidas pelo litoral do Leste, onde os Brasileiros, com



o defenderem-se, defendiam o resto do continente. E, enquanto se perdiam Antilhas e Guianas de Castela, o Brasil permanecia intacto, antes crescendo à custa da mesma Castela.

Os jesuítas espanhóis levaram longe o nome de sua pátria. Afora a linha de povoações pelas encostas dos Andes até ao Prata: Santiago, 1553, Tucumán, 1565, Córdoba, 1573, Buenos Aires, 1580; afora isto, tudo mais, na expansão castelhana, é obra dos *padres*. Aliás, os Paulistas, por si, neutralizaram muito dessa atividade apostólico-política. Para Southey, foram os jesuítas que garantiram o Prata para o domínio da Espanha.²⁹³ Haverá exagero sobre um fundo de verdade. Dir-se-á que Portugal pretendia levar o seu domínio até o Prata, e não o conseguiu. Não será difícil demonstrar que todo o insucesso, ali, veio de não realizarem a empresa como expansão natural, na forma da expansão para o Norte e o Oeste. Além disto, se cotejamos as pretensões de Castela e as de Portugal, logo reconhecemos que aquelas tiveram uma satisfação mínima, ao passo que o Brasil veio ocupar quase tudo que pretendeu. Para o Norte, Castela chamava-se dona de lá até o Maranhão; e perdeu, não só para os brasileiros, como para outros colonizadores. Ao Sul, ela pretendia domínio até a altura de São Francisco; com Diogo Centeno, estenderam os espanhóis a sua jurisdição virtual até 23° e 33'; depois, com Ceballos, desceram em Santa Catarina, onde esperavam ficar. Nos primeiros tempos, os próprios portugueses não pretendiam mais do que até o 28°. Para o Norte, o Governo de Lisboa nunca pediu mais do que até a direita do Amazonas. Menciona-se, é verdade que o famoso cosmógrafo Pedro Nunes consignava para Portugal – de 2° ao Norte a 44° ao Sul; mas no tempo dos Filipes, os portugueses não levavam as suas aspirações além do Tiru-Açu, ao Norte, e o Prata, ao Sul.²⁹⁴ Nem podia ser de

293 *Op. cit.*, IV, p. 318.

294 “Na concessão da capitania de Pero Lopes de Souza, marcou-se 28° e 1/3 como limite meridional. Ao mesmo tempo, ordens vindas de Espanha recomendavam a fundação de fortalezas em São Francisco, quase 26°; mais

outra forma, porque essas extremas coincidiam aproximadamente com o consignado no Tratado de Tordesilhas, único motivo de direito para qualquer das partes. De fato, Portugal só podia reivindicar com justiça aquilo de que se apossara, ao marcar a sua área de colonização – os limites das doze primeiras capitanias. Em 1584, ao redigir-se a respectiva Enformação, as terras da lagoa dos Patos são tidas como de Castela.

§ 88º Localismo, particularismo

A América espanhola se fazia ou na estagnação do Prata, ou na exploração mineira, por sua natureza, dispersa, precária, simples exaustão da terra, sem vida própria para ligar as populações e entrelaçar multiplicados interesses. Com isto, e com os repetidos movimentos faciosos, agravaram-se as tendências localistas das gentes espanholas aí estabelecidas, e a sociedade colonial dos domínios castelhanos, sobretudo no Prata, valia como simples soma de povoados, relativamente isolados, ciosos de ilusórias prerrogativas, quase indiferentes ao resto do país. Nas obras de outros já se encontram referências a esse fato, o mais característico da mesma formação colonial; é, porém, na obra de Mejía que ele tem todo o destaque, como ideia central, a conduzir o pensamento onde se justificam consequências contraditórias de uma nação que se desmembra e se enfraquece, quando todo interesse de conservação devia levá-la a concentrar-se e fortalecer-se na união. É que o Prata, bem o patenteia a sua história, não era realmente uma nação, mas um simples conjunto de cidades, quando muito uma *federação*, mal esboçada, ainda. Sobre os interesses de solidariedade, predominavam os ciúmes e as fúteis indisposições localistas. Mejía liga o caso aos antecedentes históricos em primeiro lugar,

tarde, Pero de la Casca, presidente do Peru, nomeara Diogo Centeno Governador do Rio de Janeiro e São Paulo.” (Capistrano de Abreu, *Explicações necessárias*, prefácio à edição especial da *Nova Colônia do Sacramento*, p. XXV.)

com a tradição de isolamento municipal dos espanhóis; e, mais as distâncias e o relativo abandono em que a metrópole deixava as populações.²⁹⁵ Este mesmo Mejía lembra que, no mais alevantado do movimento libertador, quando devia ser vivo o espírito nacional, os delegados políticos se diziam representantes das cidades – *de los pueblos*. Já ele tinha mostrado que ali, no Prata, só havia, de fato, as cidades. “As províncias são designações artificiais...”. Depois de mais dois séculos de colonização, ainda não há uma denominação para o conjunto do país, porque a esse conjunto não corresponde um verdadeiro espírito nacional. Tudo se designa nos nomes exclusivos das cidades. Só há, por ali: Santiago, Assunção, Tucumán, Buenos Aires, Córdoba... O resto do país considera-se prolongamento das *ciudades*: “El resto del país no era sino la jurisdicción de la ciudad aún durante el virreinato, y la institución de las Provincias Intendencias”.²⁹⁶ Continuando, esse escritor nos mostra o Peru tão distinto, tão avesso ao Prata – “diferencias tan radicales que parece increíble se refiran a pueblos de un mismo origen y no muy remoto”. Então, conclui: “Hecha la independencia, el virreinato, mera expression geographica o administrativa, colonial...” se fragmenta, que não há motivos para união; fragmenta-se, num particularismo que, “si no acabó por matar el espíritu de nacionalidade, produjo el indiferentismo nacional”.²⁹⁷

295 Los conquistadores cuando fundaban las ciudades se encontraban entregados a si mismos, sin que el gobierno de España interviniera para nada, sin ni siquiera tuviese noticia de lo que hacian... La distancia, el caracter de los conquistadores y pobladores... las instituciones que se daban a las ciudades (pelos próprios gobernadores), el caracter altivo y revoltoso de unos y otros... tudo esto y muchos más hacia imposible la unificacion... A principio del siglo XIX debido a las múltiples causas que hemos estudiado en los capitulos anteriores, el país argentino no era sino un conjuncto de ciudades-cabildos en donde se havia reconcentrado toda la vida politica y social (Mejía, p. 100, 104, 229).

296 *Op. cit.*, p. 208.

297 *Op. cit.*, p. 208.

Na colônia de Portugal, os territórios políticos designam-se, bem politicamente, como províncias – *capitanias*. Algumas vezes, usa-se o termo *província*. O conjunto nacional, explicitamente unificado na ideia desse Brasil, é o resultado natural de uma colonização que desde cedo se define nas circunscrições político-administrativas: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro, Maranhão, Pará... Há cidades, sim, e que foram as primeiras do novo mundo, com formação europeia; mas a cidade é, como convém, a simples representante de um território, parte de uma nação. Mesmo em São Paulo: o nome da povoação suplantou o da capitania, por uma circunstância excepcional; mas não tardou que o prestígio da povoação e dos seus naturais se propagasse a todo território da capitania, que assim se denominou. Parecerá que foi o fortuito das *capitanias* que impôs a ideia da província, e a fez prevalecer. Seria, para quem aceitasse ilusória explicação, a descansar no vazio. A instituição das capitanias, sem o corretivo da tradição portuguesa, teria sido motivo de desmembramento. Interveio, porém, muito cedo, a ação da metrópole – o Portugal de perfeita união e centralização política, com a sua admirável capacidade de nacionalização; criou-se um Governo-geral, que temperou o regime primeiro, e permitiu que dele se tirasse o tipo da permanente distribuição política do país, em províncias tradicionais; e estas, em vez de fazerem sombra ao Estado do Brasil, eram o meio conveniente e necessário da sua boa realização. A absorção das antigas capitanias pela Coroa foi a forma própria desse movimento centralizador, nas tendências naturais da nação portuguesa, e de que resultou a forma brasileira. Nas possessões de Castela, fundam-se as povoações ao acaso das minas, segundo o arbítrio dos conquistadores; e, para agravar a ação deficiente da metrópole, há a repetida irritação de rivalidades e interesses facciosos. O que chega medrar tem de existir no isolamento de pertinaz particularismo. Por isso, vemos o Prata, quando constituído, finalmente,

em unidade política, não ter um nome para o conjunto nacional que se cria, e tiveram de chamá-lo *Vice-Reinado de Buenos Aires*. Faltava, evidentemente, a tendência íntima que poderia estimular a eclosão de um espírito nacional unânime, para o conjunto. E o vice-reinado teve existência menor que a vida de um homem (1776-1810), Com a colonização espanhola, tudo contrariava o germinar natural das futuras nações. Se não fora o ouro a colher imediatamente, talvez houvessem fracassado completamente as tentativas colonizadoras dos castelhanos. Os exageros de sobrançeria, as rivalidades trágicas e intransigentes, a política feroz dos conquistadores..., teriam feito desaparecer tudo nas lutas miseráveis que se desenvolveram.

§ 89º As facções

As tendências particularistas dos povos espanhóis agravavam as qualidades de sobrançeria e de rebeldia, mesmo, que lhes são naturais; resultava, finalmente, a formação de parcialidades, sempre dispostas a luta, uma vez que não havia sobre elas o sentimento geral de *uma* pátria. Como podia presidir convenientemente ao trabalho de expansão nacional, no Prata, esse Peru, que dá os primeiros colonos para ali, e, depois, deixa-se ficar sem nenhum vínculo real com populações platinas, que antes lhes era hostil?! “El espíritu de insubordinación y de independencia que desde un principio animó a los conquistadores y gobernadores de ese país...”. A conduta de Valdívia (a luta civil contra o governador do Peru), “era la fisionomia comun, la historia uniforme de todas las tendencias... Cuyo, San Juan del Pico, San Luis de la Punta y Mendoza formaron durante mucho tiempo un país extraño a lo que despues fué Republica Argentina... Tucumán objecto de porfiadissimas contendias por la jurisdicción con los gobernadores de Chile... disputas de jurisdicción que demoraban la conquista, desmoralizaban el soldado y traían continuamente agitadas las poblaciones... En el Rio de la Plata...

adelantados y gobernadores procedían en abierta hostilidad con los otros gobernadores, cuya jurisdicción desconocían, en cuyas tierras se internaban para poblarse en ellas... Aunque poblados por la misma raza y sometidos a un soberano comun formaban cuerpos de nación distintos porque tenían gobiernos inmediatos, independientes y porque el aislamiento comercial impuesto por una legislación ciega y fatal... contribuía al antagonismo a que tan dispuestas estaban las poblaciones...”. Tais são as repetidas afirmações de Mejía. Barros Araña, nas suas *Historias de América, e Historia General de Chile*, prefere citar diretamente os fatos e documentos oficiais, onde se patenteia essa divergência. Na primeira dessas obras, Araña chega a ter um capítulo – *Guerras civiles de los conquistadores...* O mesmo Mejía resume a situação, no que se refere ao Prata, nestas palavras: “Sin vínculo algum con los del Perú, estuvieron con ellos hasta en oposición... Es verdad también que su más cruel inimigo y tenaz era el Perú mismo y sus virreys”.²⁹⁸

São fatos universalmente reconhecidos; as transcrições servem, apenas para apresentá-los no vigor expressivo do castelhano. E foi por tudo isto que a Espanha, dez vezes mais populosa que Portugal ao começar a colonização, muitas vezes mais poderosa e rica do que o pequeno reino, não conseguiu explorar convenientemente os territórios cujo domínio reivindicava. No castelhano, palpita muito de perto a herança²⁹⁹ e tradição do árabe: hábitos de ócio, caciquismo de chefe de tribo, domínio ostensivo, inabilidade administrativa, independência dos grupos dentro do Estado. Com essa herança, ainda em guerra civil – de reivindicação contra o sarraceno, feitos numa escola de constante insubordinação e lutas intestinas, os castelhanos do século XVI transportaram

298 *Op. cit.*, caps. II, III, IV.

299 “Cada villa (na espanha), cada alfoz y comunidad era como una pequena republica independiente, com diferentes leys, opuestos intereses y distintos costumbres: los miembros de una municipalidad miraban como extraños á los de las otras.” (Marina, Ensaio.)

para a América todos esses motivos de turbulência, e formaram sociedades onde os laços nacionais eram ainda mais frouxos, e a própria turbulência se multiplicava: Os governos coloniais “no fueron gobiernos regulares y orgánicos sino meros *cacicazgos*, campamentos de mandones irresponsables...”. Enquanto isso, a nação formadora do Brasil era, havia dois séculos, uma perfeita unidade nacional, com vida íntima bem harmonizada, graças a um patriotismo vivaz e à perfeita homogeneidade política das populações. À parte os poucos e rápidos episódios dinásticos, Portugal trabalhava em plena paz, para fazer a sua grandeza no exterior. Expatriado, o espanhol (sobretudo da fidalguia) mais ostensivo se mostrava, porque lhe faltava, até, o corretivo da *coroa*; sob a influência, benéfica naqueles tempos, dos letrados e homens de lei. Desde as conquistas, dividem-se os colonos em facções, mesmo quando as condições de vida, e os perigos a vencer, deviam levá-los a unirem-se para resistir eficazmente. As trágicas aventuras de Ursua e Gusmão, no alto Amazonas, só podem ser compreendidas quando reconhecemos a insensata turbulência que torna os indivíduos ineptos e incapazes para a verdadeira ação humana na solidariedade. E é assim desde os primeiros pioneiros. Os Pizarro, Cortés, Almagro... são energias sobre-humanas, mas todas elas se perdem e se pervertem nas dissensões e lutas que cedo se acendem. Começam logo contra Colombo; continuam nas terríveis façanhas de Pizarro – batendo-se com a gente de Almagro, e nunca mais acabam, senão quando a responsabilidade de nação livre e uma educação política de mais de século vieram corrigir, há poucos anos, em algumas das nações neocastelhanas, os funestos efeitos dessa formação em facção e turbulência. No Peru, México, Prata, Chile..., era, por toda parte, a mesma sucessão de lutas, a mesma inquietude, geradas nesse espírito de insubordinação, discórdia e desunião. Os próprios governadores e *adelantados* armavam-se em guerra uns contra os

outros – Vaca de Castro, Valdívia, Vilagran, Cabeça de Vaca, Diego de Velasquez... são culminâncias de tais lutas. Na fúria de conquista, eles eram como príncipes inimigos: “... porfiadíssimas contendas... por el pozo de tierra que ellos creían conquistado en buena ley aunque lo fuera sobre las otras gobernaciones españolas”. Mejía completa os seus argumentos. “O espírito das populações não era mais cardeal que o dos *adelantados*”. E, para dar a expressão de todo esse horrível, cita o caso de Gabrera: “Tratando Gabrera de poner el interior de Tucumán con el Rio de la Plata para conseguir puerto, se encontró con D. Juan de Garay que penetraba hacia el interior. Parecia natural que fuera un dia de contento aquel en que en medio de naciones enemigas y salvages se encontraran los soldados que obedecian a un mismo rey, que eran hijos de una misma patria y estaban animados de uno propósito comun. Pero no fué así. Lejos de entregarse a las expansiones generosas de uno encuentro tan feliz, los soldados de Garay y de Cabrera se miraron como enemigos. Ambos se disputaran la jurisdicción de un pais desierto y miserable”.³⁰⁰ Por sua parte, Dominguez já havia reconhecido o fato dessas tristes e funestas dissensões: “Así, este germen de estólida división ha venido incubandose en el espíritu de los pueblos desde los primeros dias de la conquista y ha sido fecundo en atraso y miseria para todos”.³⁰¹ Lembremos dos termos em que o Paulista Domingos Jorge, descobridor do Piauí, ali se encontra, nos afastados sertões, com o explorador pernambucano Domingos Sertão. E numa expansão de inteira solidariedade que os dois valentes se aproximam, para completar a conquista do território, que não será somente para eles, mas, sobretudo, para o Brasil, em que se identificam. No entanto, eram pioneiros livres, não soldados de um Estado, cujas partes neles se

300 Mejía, *op. cit.*, p. 144.

301 Citação de Mejía, cap. III, § V.

unisseram explicitamente, como acontecia aos soldados de Garay e Cabrera. García Calderón diz peremptoriamente: “As guerras civis da conquista (nas colônias de Castela) vêm dos conflitos entre os chefes frenéticos...”. Sim: é, muitas vezes, *frenesi*...

Nessa turbulência hostil se formaram, e assim viveram, as colônias espanholas, até às lutas da Independência. Nestas lutas, mais vivas e mais cruéis, ainda, todos os motivos de dissenções se agravaram, a ponto de que Gervinus, citado por eles mesmos, chega a essa verificação: “Grandes sulcos desuniam toda a sociedade, aos quais se vieram juntar os ódios que separavam as castas e as raças, as tribos e as classes, além dos zelos invejosos, das diferentes localidades...”.³⁰² E tinha razão, o historiador em falar de ódio. Na guerra da independência do Prata, dizia uma das ordens dos patriotas: “Fusile usted dos españoles por semana. Si no hubiera españoles europeos, fusile dos porteños”.³⁰³ Lamentar essa norma de viver não significa preferir a ordem perpétua, numa absoluta tranquilidade. Pelo contrário, devemos contar com as crises de aparente desordem, prontos a não admitir que o preconceito da ordem venha embaraçar o verdadeiro progresso. Não é raro que a luta interna, violenta, intransigente, tenha de resolver crises na evolução política de um povo: 1644, na Inglaterra, 1789, na França... são crises necessárias, salutares, mesmo. Mas tais comoções têm significação absolutamente oposta a essa inveterada turbulência, sintoma evidente da falta de solidariedade e da incapacidade orgânica e política de um povo. Enquanto subsiste essa instabilidade íntima, o grupo social não consegue definir-se. É como, para o indivíduo, a incapacidade de domínio sobre si mesmo: não chega a ser uma completa pessoa moral.

302 *Histoire du XVIII siècle*, cap. IV.

303 Sarmiento, *op. cit.*, p. 197.

Não é motivo para orgulho, mas conforta a verificação: nunca sofremos o mal da turbulência crônica. Subimos pela história, e encontramos uma sociedade colonial pacífica, cordialmente unida, lutando, apenas, contra o estrangeiro, até que os excessos de extorsão e rapina da metrópole bragantina provocam as primeiras verdadeiras rebeliões. São os levantes armados de Maneta, Bekman, Filipe dos Santos... Então compreendemos que, em muitos deles, os chefes fossem portugueses.³⁰⁴ A própria rebelião contra Mendonça Furtado (que até foi preso) teve por causa a sua feroz espoliação. Desde que existiu, o Brasil foi uma pátria, solidária em sentimentos e em ação. E tanto é assim que a metrópole conta sempre com esta solidariedade das gentes, e recomendava explicitamente aos seus representantes: “Tanta obrigação tem o governador de uma capitania de defendê-la, como de mandar as forças dela ao socorro de qualquer outra que precisar do seu auxílio; sendo certo de que nesta recíproca união consiste essencialmente a maior força de um Estado”.³⁰⁵ Tal, se fora mero pregão oficial, não teria o poder de levar os povos aos sacrifícios da solidariedade, se não existisse, neles, o efeito de uma tradição, de que a palavra oficial era expressão oportuna. Sem essa tradição, o povo da Bahia não se teria amotinado – reclamando que viessem socorros amparar o Rio de Janeiro, atacado por Duguay-Trouin, mal defendido pela covardia de Castro Moraes. No momento em que foi preciso, milícias locais, de Pernambuco e Bahia, vieram lutar em torno da colônia do Sacramento. Não há rivalidades que estorvem. Quando o holandês ataca a Bahia, e que é preciso defendê-la na coerência de todos os esforços, o próprio incapaz do Furtado de Mendonça, desavindo com o Bispo, aceita a inter-

304 Como Bekman, Filipe dos Santos era português.

305 *Instrução militar* para Martins Lopes Lobo de Saldanha (R. I. H. G. B.).

venção de Simão da Guerra, e fazem-se pazes. Antes de tudo, não passara, o caso, de discussões e contendas mansas – “Estas são as guerras civis da terra”, comenta, sem malícia, a sinceridade de Frei Vicente, o mesmo que tanto se afronta das facções dos Espanhóis que deviam cooperar na Paraíba.

§ 90º O Caudilhismo

No Prata propriamente dito, criaram-se populações, e não tarda que surjam os produtos vivos desse fermentar de discórdias – os Ramirez, Ibarra, Quiroga, Artigas, Ruiz... caudilhos em que se condensavam os núcleos de população, para logo se dissolverem. Ora, basta ponderar como se fazem tais condensadores de egoísmos para verificar que, no Brasil, não poderiam eles medrar. O caudilho é a expressão exagerada desse independentismo espanhol, o egoísmo particularista, na barbaria de uma colonização, ao mesmo tempo oprimida e abandonada. Na ausência de verdadeiro espírito nacional, o caudilho é o que se aproveita das competições particularistas, nas gentes coloniais. Valente para vencer, domina uma população, e faz dela o seu feudo ou usufruto. Nunca tivemos caudilhos: os que seriam caudilhos têm de contentar-se em formar, dentro dos profissionais da torpeza política, o *terço* que, sem riscos de sangue, organiza o saque e o distribui. A gerência dos negócios públicos, com os respectivos estadistas, pôde cair até a abjecção, sem que o gênio da nação se alterasse a esse respeito. O caciquismo nacional é a pura degradação que converte as gentes políticas em ninhos de ratos: bandos sem armas, domínio e exploração para ventres pacíficos. O povo, educado na paz interna, feito na tradição de solidariedade nacional, mantém-se, por instinto, indiferente, ou mesmo hostil, a tudo que seja turbação odienta, em processos cruéis. Isto, a que devemos chamar a *vida política* do Brasil, nunca se infundiu,

realmente, no espírito das *classes armadas*. O nosso militar, sem perspectiva de guerra, é um completo burocrata, e, quando se entrega à política, e com o mesmo ânimo dos outros politiqueiros. No bando, ele nem faz lembrar que é um guerreiro, tanto se inteira do que é característico da politicagem. Não que lhe falte, nos mais representativos, coragem guerreira e valor militar. Deve ser um outro motivo, por sobre as simples qualidades individuais, esse que faz de um Caxias, Osório, Pelotas, ou José Simeão, quando na política, um valor absolutamente análogo aos bacharéis, enfronhados nela. Quando a intensidade da crise dá a qualquer dos nossos militares a posição de luta viva, que o levaria a caudilhagem, um *quê* de superior o detém, e ele procede como verdadeiro político. Tal aconteceu com Floriano, ou mesmo Osório, nos últimos lances da sua carreira política. De outro modo, se o militar se deixa tentar pela aventura caudilhesca, vem a conhecer, sem demora, o triste malogro de Custódio, Saldanha, e tantos outros, depois. E podemos afirmar: no Brasil, não valem os pronunciamentos militares para garantia de sucesso. Pode acontecer que eles se enxertem num movimento de opinião – como em 31, 88, 89; mas os constantes insucessos de movimentos subsequentes demonstram bem que a vitória primeira foi da opinião.³⁰⁶ No entanto, tivemos, ao nascer da soberania nacional, aquela escola das tropas luso-constitucionais, em trôpegas tropelias de escuso liberalismo. Depois, só temos tido governos civis de mandões, geralmente perdidos na opinião, e que só subsistem apoiados na força armada do país. Então, quando a crise já se apresenta como institucional, se após forte propaganda, vem a faltar-lhes o apoio armado, eles abatem, sem que tentem, sequer, a resistência. Assim caiu o Primeiro Império, a escravidão legal, o Segundo Império,

306 A revolução de 1893 ficou limitada às forças de marinha que se haviam rebelado, e que só puderam ter apoio nas facções do Sul.

e a ditadura Deodoro. Nesses mesmos acontecimentos, encontramos a prova de que as revoluções vitoriosas não resultaram propriamente de pronunciamentos: não os há sem chefes ostensivos e organizadores; ora, nenhum desses movimentos, inclusive o de 15 de novembro, foi obra de um chefe. No de 7 de abril, nem se destaca um nome militar; para a revolução da República, Deodoro é o chefe buscado à última hora, para uma revolução de antemão vencedora, tanto era inevitável, como resultado de uma ostensiva propaganda, de civis e militares, e em que estes se moviam pelos motivos dos civis, nos mesmos processos. O mais notável e mais prestigioso desses militares é Benjamin Constant, e ninguém o apontará, nunca, como tipo de caudilho. Contam-se, não há dúvida, tentativas de levantes militares, no curso desta República de mentira. São geralmente, *sondagens* de mazorqueiros, a escalamem posições à custa da força armada a que pertencem; exploram, naturalmente, as situações de governos fortemente hostilizados pelos outros politíqueiros, ou malvistas pela opinião. Apesar disto, nenhum desses levantes prevaleceu, porque a população, avessa a tais aventuras, abandona os mashorqueiros: a nação se nega intransigentemente a fazer o jogo deles; e é o próprio governo quem lucra, porque a repugnância do público pelos levantes se traduz em apoio implícito às autoridades do momento.

No Brasil de sempre, não poderia haver caudilhismo efetivo, porque isto significa ausência de pátria. Contemple-se a história das antigas colônias castelhanas, que, todas, conheceram esse mal. Aí mesmo, verificaremos que, nelas, o caudilho só existe enquanto não há, sobre as populações, o reflexo de uma pátria. Até então, por todo o país se nota esse aspecto inorgânico e brutal a que se refere Mejía; é uma situação onde só o caudilho se pode elevar. O nosso temperamento é todo outro. Não por covardia, mas por uma formação exclusivamente assim, consagrada numa tradição multissecular, intransigentemente evitamos as crises de guerra



civil. Tudo sacrificamos a necessidades de paz interna. Até a verdadeira independência nacional nós a cedemos, para evitar a luta. Os heróis de 1817 tinham, certamente, patriotismo e coragem, para prolongar a revolução até a vitória definitiva do Brasil; mas as populações não souberam viver na calamidade da luta armada, e o estado de ânimo geral se impôs aos chefes: tiveram de perder, desde que o acaso proporcionou à casa de Bragança possibilidade de resistir. Com mais de um século, já, de independência oficial, o Brasil, afora os casos do Rio Grande do Sul, não conheceu, nunca, a verdadeira guerra civil – perspectiva horrenda para a vida nacional. Os movimentos de 24, 37, 39, 42, 48 são espasmos finais do grande ânimo brasileiro, em reivindicação nacionalista, e que, pronunciando-se contra os *mascates*, patenteia-se em *dezessete*. Tais movimentos não têm significação de guerra civil. Não será assim no Sul, porque as respectivas populações, pela vizinhança do castelhano, afizeram-se aos costumes das revoluções facciosas e das lutas armadas. Haverá nisto, mais capacidade guerreira?... Quando vemos um trecho de população – Canudos – resistir, em combates ferozes, a três expedições de forças regulares, e deixar-se matar até o último homem, sem um gesto de desfalecimento, não podemos admitir que esse apego à paz interna seja qualquer efeito de covardia; e devemos reconhecer, nisto, a expressão de um motivo superior, valendo nas consciências como instinto de solidariedade nacional. Se, acaso, um núcleo de população se isola na ignorância, isolando-se, ao mesmo tempo, da tradição geral, decai dela; forma-se uma tradição transitória, em que se inclui sempre o preconceito de valentia, e ele dá, em lutas inglórias, a medida de um valor guerreiro, que é o das gentes em geral. Tal acontece com os *fanáticos* do Paraná, ou cangaceiros levantados do Nordeste. Haverá covardia, sobretudo covardia moral, nos exploradores políticos, que fomentariam tais lutas, sem coragem de sofrer a derrota. No período primeiro, e glorioso, da nossa história,



houve personalidades fortes, vontades vigorosas; quando essas vontades se opunham, e os alvitres contrastavam, e poderia haver luta material, luzia nas consciências uma razão superior *de Estado*, diante da qual cedeu até a ganância lôbrega de Francisco Coelho, a fereza de Bento Maciel, ou a sofreguidão de Antonio de Albuquerque. Seria medo da luta?... Apreciemo-lhes o proceder: eles afirmam o que querem, vociferam com veemência; mas, na última instância, preferem uma solução qualquer a armar facção; e, com todas as provas de valentia pessoal – Lucena, Fragoso, Pedro Teixeira, Souza Dessa, Luiz de Magalhães... contém a sua espada, no grande exemplo de Albuquerque Maranhão, quando espicaçado por Fernando Caldeira. Para contraste, na nova Castela, vemos o próprio filho de Almagro, em facção com o *inca* Manco-Tamae, contra outros castelhanos, contra Castela mesma.

§ 91º Unidade nacional e independência

Um dia, na crise geral conduzida pela ambição de Bonaparte, as colônias espanholas fizeram-se independentes, após uma luta de anos, onde vemos filhos da América – venezuelanos e outros, combatentes sinceros e acirrados, nas hostes dos espanhóis, contra a independência da sua pátria. No Brasil, haverá portugueses que se dizem patriotas pela *Independência*... mas não há brasileiros que a ela se oponham por amor à metrópole.³⁰⁷ O que se deu

307 “Los españoles encontraran en la classe de los mestizos (de Venezuela) su mejor aliado...” José G. Fortoul, *Historia constitucional de Venezuela*, cap. III. No caso do Brasil, haverá um Vilela Barbosa, que se deixou ficar português, depois de 1822 – oficial do exército português em guerra com o Brasil, e, assim, ao serviço de Portugal se manteve, até que achou a oportunidade de vir, nesse mesmo caráter, para o Brasil, e, sempre no interesse de Portugal, se fez ministro de Pedro I, do Brasil, e IV de Portugal. Haverá, ainda, um Luiz Paulino, mais doente e menos ladino do que Vilela Barbosa, tanto que procurou fazer, ostensivamente, aquilo que o outro só aceitou em caráter secreto – aproximar o pai do filho. Tais criaturas – sangue português,

com os descendentes de espanhóis explica-se muito bem: para muitos desses americanos, aquelas lutas eram continuação dos movimentos facciosos anteriores; não havia a concepção nítida de nacionalidade, para superpor-se aos motivos individuais. Eles mesmos reconhecem, em mais de um escritor, a deficiência do *poderoso sentimento de solidariedade nacional*. Com a separação, criaram-se nações, mas, “apenas independizado el país argentino en 1810, se fragmentó... en ciudades constituyendo cada una de estas y su jurisdicción una provincia independiente... El acta de la independencia está firmada por los diputados de las *ciudades*...”. O próprio Mejía sublinha – *ciudades* – para acentuar a afirmação. E prossegue: “Si se hablaba de Buenos Aires, de Salta, de Córdoba, no eran como provincias sinó como ciudades...”. Transcreve, para maior prova, trecho do preâmbulo – *del Reglamento de 24 octubre de 1811*, onde se diz literalmente: “... las ciudades de nuestra confederación política... las ciudades en su qualidade de cuerpo político”. Por sua conta, comenta, então: “Y cuando se habla, nunca es el Pueblo argentino, sino los *pueblos*, que equivale a las ciudades... La Republica Argentina no ha sido pues o no es una unidad descentralisada como se ha pretendido, sino una union de entidades ante independientes... porque como no se reconocian una nación ni se sentian vinculadas por la idea de patria, no tenian por lo tanto el espiritu nacional que debia darles cohesion... No ha habido una unidade indivisible, no ha existido uma República Argentina y tan poco ha existido, que toda nuestra historia patria se encierra en los esfuerzos hechos para constituirla...”³⁰⁸

educação portuguesa, ideias portuguesas, não se consideravam brasileiros pela circunstância fortuita de haverem nascido aqui, no vale do *Carioca*, ou ali, nas colinas da Bahia. Em compensação, os verdadeiros brasileiros também não os consideravam irmãos em pátria: nem Barata, nem Feijó, nem Lino Coutinho, nem mesmo os Andradas, pois que os conheciam.

308 *Op. cit.*, cap. VI.

Sarmiento considera a defesa de Buenos Aires (contra os ingleses) como a primeira manifestação do patriotismo platino;³⁰⁹ mas, tal se impõe o fato – a dispersão nacional, que, na mesma página, ele o assinala, dando-lhe embora a mais pueril das explicações: que, dada a vitória contra os invasores, ensoberbecido, “el pueblo de Buenos Aires, como aquellos que se enriquecen de golpe, empezó a prescindir de todos los otros aunque de los de su propia jurisdicción...”. Entrado, assim, para a puerilidade, ele vai às últimas, e ajunta à primeira explicações que fazem duvidar da sua lucidez: “Um extraño motivo sobrevino con la Independencia... Llamavase el pais bajo el dominio español Virreinato de Buenos-Aires: como lamarse despues de dejar de ser virreinato: Republica de Buenos Aires...”. E para demonstrar a importância do motivo – deficiência de denominação – cita De Maistre, quando prevê dificuldades políticas para os Estados Unidos, pela circunstância de que a esse nome falta consistência nacionalizante. Os fatos o retêm, mas a verdade escapa-lhe sempre. Tal se deu no caso da intromissão de Carlota Joaquina nos sucessos do Sul: “Cuando la princesa Carlota ofreció la compustura entre la Independencia y la dinastia española, Montevideo prestó oídos y pasó a ser portuguesa...” Não só em Montevideú, mas em todo o Prata, houve quem prestasse ouvidos à proposta, não pelo valor de quem a fazia, mas pela deficiência da ideia de pátria, e a falta de união nacional... Nesse caso – das denominações o que tem importância é que, ao cabo de três

309 Sempre que olha para este lado, Sarmiento tanto cerra os olhos que não lobriga nem o que é glória para a sua gente. Mais de século, lutaram os seus contra as gentes portuguesas, que pretendiam fixar-se nas margens do Prata; mas uma luta contra esses vizinhos não pode ter importância para fazer patriotismo; no caso do inglês, sim: a grandeza deste deve dar para tais efeitos. Assim, ele despreza aquela aguerrida e tenacíssima campanha contra a *Colônia*, e que foi, sim, o emergir do espírito patriótico em neoespanhóis. Foi o único exemplo de defesa eficaz em colônias de Castela, que, deficiente em todas as outras partes, perdeu, além do que lhe tomou o Brasil, tudo que ficou para Holandeses, Ingleses e Franceses, inclusive as Antilhas já povoadas.

séculos de existência, aquele povo americano ainda não tivesse uma designação gentílica, sua, como tínhamos – brasileiros. Uma proclamação citada pelo mesmo Sarmiento distingue, apenas – *españoles europeos e españoles porteños...* De fato, bem o patenteia Mejía, só se reconheciam *ciudades*. Todas as outras unidades pátrias eram convenções artificiais, a título de ensaio. Deixando de ser colônias, as novas nações compõem-se, decompõem-se, recompõem-se... em agrupamentos nominais, como ainda hoje, nessa atormentada América Central.

No caso da independência propriamente, há uma circunstância a apurar desde logo – a prioridade. Os neocastelhanos contam os seus movimentos emancipacionistas – de 1810. De fato: então começaram as lutas, que terminaram na independência nacional desses países; mas, é histórico, mesmo nas páginas dos seus historiadores, que nas primeiras lutas não se pensava em independência... Este 1810 caracteriza-se por ser a data em que repercutiu nas colônias as graves mutações políticas da metrópole. Napoleão depusera a dinastia tradicional, substituindo-a por um intruso, universalmente repellido; e, desaparecido o *legítimo* representante da coroa a que estavam vinculadas as colônias, não tendo esse intruso poder de comunicação ultramarina, ficaram as possessões espanholas praticamente abandonadas, senhoras da sua sorte. E quando a Regência, em nome do soberano prisioneiro, manda dizer às colônias, sem mais reticências: “A vossa sorte não depende de ministros, nem de vice-reis, nem de governadores: ela está em vossas mãos”. Como resultado disto, constata García Calderón: “Independência, soberania nacional, ideia de pátria, funções de assembleias, chegam de ultramar, nesses documentos da metrópole”. E porque o representante da dinastia tradicional está substituído por um intruso, a primeira expressão da separação é *guardar as colônias*, para o seu verdadeiro dono. Por toda parte, a guerra da independência começou por movimentos *legitimistas*.

Onde os combatentes de Miranda se tornaram senhores, proclamavam o governo de Fernando de Castela. *Era uma ficção*, comenta Sarmiento, para, logo adiante, reconhecer: “Mucho mal dibió hacer al carácter americano essa ficción, pero es tan expontánea, tan universal la forma que puede llamarse universal”. García Calderón não vê, no caso, nenhuma ficção, mas a pura lógica dos sucessos: “... prisioneiro Fernando VII, as juntas coloniais de 1809 e 1810 juram obediência ao rei ausente. A invasão estrangeira, na península, destruiu a vassalagem, e as colônias, segundo uma lei das *Partidas*, adquirem o direito do *self-government*, e o reservam para o rei”.³¹⁰ Segue-se o desfile dos juramentos de fidelidade, prestados por *espanhóis* e *americanos*, nota explicitamente o mesmo autor.³¹¹ E continua: “De 1810 a 1815, tudo conspira em favor da liberdade americana (para os de Castela): revoluções na Europa, ministros da Inglaterra...”.

Buscando datas, verifica-se que, justamente um século antes da luta que se converteu em reivindicação nacional, justamente nos dois centros de formação brasileira, se desencadearam, ao mesmo tempo, lutas explicitamente nacionalistas: por parte dos paulistas, que, basicamente, designavam os portugueses como *forasteiros*; por parte dos pernambucanos, que, desdenhosamente, nomeavam os reinóis de mercantis – *mascates*, e chegaram a falar em *independência*... Admita-se, no entanto, que tais lutas ainda não sejam esforços para a Independência: é inegável que nos fins do século XVIII, com os companheiros de Tiradentes, há uma explícita

310 *Op. cit.*, p. 45.

311 “... deposieron los patriotas (de 1810) al capitán general de Venezuela, sustituyéndole por una junta popular – suprema. Pero no se declaró en seguida la independencia. Al contrario, se propuso que la junta Suprema sería desuelta luego que el rey Fernando se restituisse a sus dominios...” (José G. Fortoul, *op. cit.*, cap. II.)



reivindicação de emancipação nacional. Notemos, ainda, que em todos esses momentos a forma política esboçada é a da República. E assim se forma a nossa tradição de autonomia nacional. Depois, um fato, superior a todas as energias normais desta pátria, deu-nos a independência de 22, feita pela menos nacionalista das reivindicações brasileiras, feita em contraste com a tradição já explícita em legítimas manifestações do patriotismo brasileiro. Em verdade, o grito do Ipiranga, pela boca de um príncipe português, aliciado para a independência do Brasil pelo Conde dos Arcos, tão português que não pôde ser tolerado pelos próprios brasileiros da Independência; aquilo foi uma afronta ao ideal desta pátria, já tão potente na consciência dos nacionais que tivera a força de fazer mártires – os de *dezessete*, executados pelo próprio bragantismo. Nessa conjuntura, o destino fez para o Brasil uma situação nitidamente oposta à que foi dada às colônias de Castela: os mesmos sucessos – a política napoleônica – que as lançaram no caminho da independência, impondo-a, quando ela não era pedida; esses mesmos sucessos atiraram para aqui o monturo de D. João VI, aluvião que afogou por anos o Brasil brasileiro, miséria muita para as forças de uma pobre e ingênua colônia.

Quando foi a independência, havia quase dois séculos, já, que o Brasil era cuidadosamente estiolado, diminuído em forças, hostilizado em intuítos, duramente oprimido, intoxicado, corrompido, falseado em suas tradições, no fim explícito de não ser Brasil; havia quase dois séculos que Portugal vivia exclusivamente do Brasil, empregando, agora, toda a sua terrível tenacidade em conservar a colônia-teta, como simples teta, para a sua voracidade implacável, mas incapaz de fazer por si o sustento. O que para os outros neobíblicos foram facilidades, para nós foi agravação de dificuldades: sob o lixo vindo em 1808, já não era possível – nem efetiva e simples separação, nem verdadeira independência;



e, menos ainda, a sonhada independência com democracia. Ninguém contestará que: uma coisa é repelir o domínio de uma metrópole distante, anulada praticamente em todos os seus aparelhos de força, intransigentemente contrariada pela única potência marítima do momento; outra é que uma nacionalidade, já definida e hostilizada, possa obter soberania devendo abater uma monarquia que está diretamente sobre ela, senhora, aí, de todas as posições e de todos os recursos, longamente treinada em subjugar-la, e amparada nessa mesma potência marítima. Agarrado ao ventre-Brasil, o governo português tinha aqui toda a sua aparelhagem de domínio; aqui estendera a rede corruptora dos seus meios. Ainda assim: apesar dos processos de uma corte bragantina, realizada na miséria de um D. João VI, agindo sobre ingênuos crioulos, o Brasil se levantou no brio de Pernambuco, que só foi dominado porque foi generoso. No primeiro momento, os de *dezessete* desenvolveram um vigor que levou de rastros todo o aparelho oficial português, deixando bem patente a grande torpeza que ele era. Só foram vencidos, os revolucionários pernambucanos, porque, existindo aqui todos os recursos da metrópole (com a *vantagem* de só empregar perfídias e infâmias), esta se achava em situação de hedionda superioridade. Era a luta desigual: do apóstolo e o sicário, o punho e a algema... Ergueram-se, os pernambucanos, em valor humano e coragem leal, contra o negreiro degenerado, aqui reduzido a feitor covarde e implacável. E os idealistas os trataram como a homens iguais, e os chamaram de *irmãos!*... Foi a fraqueza essencial, em que foram abatidos, executados por sentença daqueles mesmos a quem tinham generosamente perdoado e protegido. Não: para vencer a infecção, é indispensável afastar, pelo menos, o infectante. Os neocastelhanos procederam de modo inteiramente inverso: como haviam procedidos os que venceram o holandês – *não haja quartel!*... Já não é somente o combatente; mas a execução



imediate de todo adversário: não haja quartel para o espanhol, ou para o crioulo seu aliado; nem se lhe pergunte de estado e de ideias. Esta foi, por muito tempo, a fórmula de luta ali, até que a ferocidade chegou à definitiva repugnância. Os de 1817 nunca venceriam assim, e foram finalmente reduzidos.

O Estado português estabelecido no Brasil era um peso superior às iniciativas da pobre sociedade colonial, já diminuída, profundamente contaminada pelos processos da política portuguesa, e abafada pelas massas de reinóis, para quem não havia outras perspectivas de fortuna senão o mesmo Brasil. E a independência nominal se retardou até que a insânia dos portugueses europeus tornou impossível continuar o ostensivo domínio sobre o Brasil. Os portugueses de cá fizeram, então, a independência para si: cederam o mais que lhes era possível, e disto resultou ficarmos com o reinante que era deles (como o demonstrou depois). Está explicado, pois, – por que, apesar das tradições patentes, não tivemos, desde logo, forma republicana-democrata, quando a tiveram os neocastelhanos, mais monárquicos do que nós. O México chegou a fundar dinastia própria, a fim de satisfazer o seu intuito. Pelo resto das outras: San Martín era sabidamente pela monarquia, de acordo com os do Chile, a quem ele tanto ajudara. O tão citado García Calderón enumera os muitos chefes revolucionários monarquistas: “partidários da monarquia foram também Flores, Monteagudo, Sucre, Garcia del Rio, Riva-Aguero, o diretor argentino Posadas, o *decano* Funes, os colombianos Marino, Mosquera, Brinceno Mendez... Bolívar queria para a América espanhola monarquias constitucionais, com príncipes estrangeiros”. Finalmente, prevaleceu por toda aquela América a República; mas o argentino Alberti explica o caso: “... foi involuntária, a República, devido à indiferença europeia e o egoísmo ianque”. Involuntária?... Talvez. Pela indiferença da Europa? Não: a nação cuja voz era mais ouvida, neste caso, a



Inglaterra, essa, ostensivamente, impôs *que as colônias de Espanha não tivessem monarquias*.

É ocasião de acentuar o papel da Inglaterra na questão da Independência das colônias ibéricas – de Portugal e de Castela. Abatido o poder de Napoleão, ficou a Grã-Bretanha inteiramente livre para a ação ultramarina. Os Estados Unidos ainda não tinham prestígio para ser uma oposição apreciável às suas manobras. Pois bem, a política inglesa se exerceu em sentido absolutamente oposto para com o Brasil e para as antigas colônias espanholas; e isto influenciou no desenvolvimento da nossa independência, não só para retardá-la, como, principalmente, para a forma que lhe foi dada. Aliada tutora de Portugal, interessada em conservar para ele o máximo de proventos, e de apoiá-lo cuidadosamente (pois conservava para si mesma, e apoiava os próprios seus interesses), a Grã-Bretanha nunca deixou que o Brasil tivesse ilusões a esse respeito: Portugal, seu tutelado, podia sempre contar com ela para manter o domínio sobre o Brasil, mesmo porque, dada a sua velha rivalidade com a Espanha, era o Brasil a colônia que se oferecia para toda a sua atividade. Ninguém tem dúvidas de que, se os republicanos de Pernambuco houvessem resistido por mais tempo, nunca teriam ação no mar, que não lhes permitiriam os ingleses, e seriam finalmente vencidos. Nunca lograriam reconhecimento de soberania, pois que a própria Independência, feita para os portugueses, foi ostensivamente subordinada, por Canning, à aquiescência do Rei de Portugal. No entanto, para com as antigas colônias de Espanha, o governo inglês foi todo facilidades: mais do que facilidades, foi estímulo. Garante García Calderón que Miranda obteve de Pitt “proteção para dirigir expedições contra as autoridades espanholas da Venezuela”. Adiante, ele é mais concreto: “A independência da América se fez graças ao dinheiro inglês. Canning encorajou os revolucionários, e os banqueiros anglo-saxões davam-lhes o

seu apoio sob a forma de adiantamentos aos novos governos”.³¹² Para o Brasil, a Inglaterra só teve objeções: a separação estava feita, nenhum poder, no mundo, seria capaz de restabelecer o domínio ostensivo de Portugal; portugueses e ingleses reconheciam o que era evidência, e Canning ainda impôs que a Independência fosse tratada e anunciada como concessão do Rei de Portugal ao seu primogênito e sucessor natural. Assim procedia, quando exigia da Espanha que não tentasse, nem por si, nem pela *Santa Aliança*, reduzir as antigas colônias à obediência. Oliveira Lima, que, no *Reconhecimento do Império*, fez um altar para Canning, não tenta, sequer, ocultar a verdade: “Canning toma a peito resolver pacificamente a disputa entre as duas partes da monarquia portuguesa...”. O cônsul Chamberlain (agente diplomático, aqui), ajuntará: “Sua Majestade Britânica está disposta a não abandonar o seu velho aliado, o Rei de Portugal...”. Transcrevendo-o, o Sr. O. Lima ainda insiste: “A Canning não era lícito ferir direta e profundamente as suscetibilidades de Portugal... Não precisava ter as mesmas considerações com a Espanha, adversária de sempre, em vez de aliada de séculos, e cujo império colonial se esfacelava debaixo da vista indulgente da Inglaterra, sem que esta pensasse um instante em obstar à desagregação, antes favorecendo-a indiretamente com a sua simpatia e até agindo diretamente...³¹³ Em face da Inglaterra, em tais disposições, tivemos de fazer a Independência como foi possível e ela o quis, tudo arranjado como simples questão entre as *duas partes da monarquia portuguesa*. Ao Brasil, dizia o inglês – *Não deixarás de ser português...* e aos outros neoibéricos: *Serão todos independentes, para que a Espanha não tenha mais colônias nesse continente*.

312 *Op. cit.*, p. 45, 51 e 355. No caso do Brasil, o dinheiro emprestado foi, bem explicitamente, para ser dado a Portugal.

313 O. Lima – *Reconhecimento do Império*, p. 3, 38 e 59.

§ 92º A colonização castelhana em face dos jesuítas

Nas colônias de Espanha, o Estado se fracionava, e, ainda fracionado, diminuía: no localismo dos *pueblos*, na turbulência das facções, na sombra da autoridade absoluta conferida aos *padres*, das *Missões*. As municipalidades, pela voz dos respectivos cabildos, tinham mais autonomia do que no Brasil, se bem que, pelo menos na aparência, a escolha dos representantes municipais fosse menos democrática do que aqui. Devemos reconhecer, no entanto, que essa maior autonomia resultava da influência na ação política e administrativa dos governadores. De todo modo, havia lá uma qual espontaneidade de atitudes e de movimentos, que valia como relativa liberdade. Liberdade por deficiência do Estado, digamos. Mas, por isso mesmo: em face de um poder político quase nulo, na ausência de sentimento nacional, a contrastar com civis pouco empreendedores e deficientes nas relações com o gentio, a *Companhia de Jesus* teve ensanchas para desenvolver plenamente a sua ação, e desenvolveu-a na proporção da sua influência política na metrópole, e da incapacidade dos colonos. É o que implicitamente reconhece a unanimidade dos escritores neoespanhóis, quando, no apurar das causas de turbacão política, apontam os efeitos dessa organizacão colonial, cujas *missões* formavam populacão inteiramente “estranha, e até hostil às outras gentes. *Um Estado no Estado*, clama Sarmiento, nas fórmulas do estilo peculiar aos políticos. E passa a transcrever os pontos de doutrina codificada, em que se desunem categoricamente as populações: “... la comunicacón con los españoles (blancos) es una peste contagiosa; si alguna naci3n infiel frecuenta a los españoles (raza blanca) es casi imposible convertirla”³¹⁴ No Brasil, já o vi-

314 Sarmiento cita Muratori, que cita o padre Aguilar, e dá o texto como “*Afirmaciones mas autenticas de Bispos y Gobernadores*, impressas en Madrid”. (*Op. cit.*, p.197.)



mos, os padres encontraram, desde logo, uma ação política civil insistente, poderosa, de vistas bem explicitamente nacionalizadoras, com resultados imediatos nas populações que se formavam. Desta sorte, sendo tão ativos aqui como lá, os efeitos que nos deixaram os jesuítas foram completamente diferentes.

Não obstante ser a *Companhia de Jesus* uma criação do gênio espanhol, a atividade apostólica dos seus homens só foi bem compreendida pela habilidade política dos portugueses, e foram estes que primeiro se serviram dos jesuítas nas possessões americanas. Os ensaios feitos com Nóbrega provaram muito bem, e, só então, acordaram os castelhanos, e pediram aos próprios portugueses os primeiros jesuítas para a catequese nas suas colônias do Prata. A fusão das duas coroas – Portugal e Castela – no mesmo dinasta, facilitou as coisas. Os espanhóis haviam ensaiado a ação dos *padres*, no Peru; mas, tratando-se de quíchuas resignadamente escravizados, tudo não passava de batismos em massa, sobre as levas de escravos mansos. Conta-se como catequese efetiva a que houve de fazer-se nas tribos aguerridas e embrenhadas. De todo modo, as *reduções* do Paraguai-Uruguai fizeram-se no modelo indicado pelas experiências de Nóbrega e Anchieta: começaram bem nesse regímen, e chegaram a resultados inteiramente diversos dos que os jesuítas deram ao Brasil.³¹⁵ Apreciação como esta não se faz sem o cotejo, que serve de verificação imediata. Ora, para bem avaliar nesse cotejo, é indispensável ter em consideração, de modo bem explícito, o fim último da ação colonial sobre o gentio, com vistas aos interesses humanamente superiores. Ninguém recusará

315 “Denunciado o proceder ilegal dos grandes proprietários do Prata para com os índios... o Governo respondeu a isto por uma medida bastante inesperada: contentou-se em dar ao novo provincial do Paraguai plenos poderes para abrir inquérito, e a abandonar formalmente aos jesuítas a solução...” (Boehmer, *op. cit.*, p. 184, 185.)



que esse fim era, sem maiores injustiças, incorporar as tribos na sociedade colonial, de sorte a formar-se naturalmente uma população homogênea, na nação que daí resultará. Foi que se obteve no Brasil, se bem que ao custo de muita injustiça, isto que, nas colônias espanholas, foi profundamente contrariado pela ação dos jesuítas. Com toda a sua autoridade, Boehmer parece discordar desse modo de pensar. A sua *História dos Jesuítas*, hoje clássica, é conduzida no intuito de muita justiça, e é assim que, depois de reconhecer o grande valor humano desses apóstolos do gentio americano, ele o proclama desassombadamente. Tal faz hesitar, a quem também procura a justiça, se tem de contrariar-lhe os conceitos, como quando ele diz: “O Governo espanhol se mostrou muito mais consciencioso, mais sério e mais enérgico com relação aos índios. Foi nele que os jesuítas acharam a verdadeira compreensão do seu ideal missionário”. Mas, a hesitação passa de todo quando lemos, páginas adiante, o seu completo pensamento: “Abandonar formalmente aos jesuítas a solução da questão dos índios foi o meio que o Governo espanhol achou para fazer justiça contra os colonos cruéis”.³¹⁶ Com isto, ele retira todo mérito à decisão da metrópole castelhana – incapaz de fazer obra de justiça por si mesma. Depois, para que não fiquem dúvidas, Boehmer mostra a catequese dos padres como absolutamente imprópria para fazer sociedades de homens livres, pois que consistia em realizar sobre os índios uma simples domesticação ou adestramento, e conclui: “Era a raça vermelha, por sua natureza, tão incuravelmente limitada que dela só se pudesse esperar um *adestramento superficial*? Tal suposição é suficientemente refutada pelo estado de alta civilização a que chegaram alguns povos da América... Deve-se aprovar sem reserva a base mesma do sistema jesuíta... A falta dos padres

316 *Op. cit.*, p. 183.

foi de não tratar de substituir, no fim de certo tempo, esse sistema por um método mais adaptado aos progressos da civilização, e de manter os índios num estado de eterna infância...”. E, agora, para acabar de anular os méritos do governo de Madri, Boehmer ajunta: “Seria injusto deixar aos jesuítas somente a responsabilidade disto. O grande culpado for o governo espanhol... Contanto que os índios das missões ficassem tranquilos, e não lhe custassem um vintém, ele estava satisfeito”.³¹⁷

Há, ainda, uma circunstância a notar: nas possessões de Castela, depois de meio século de catequese, a maior parte dos padres ativos era de estrangeiros,³¹⁸ e todos olhavam mais para a *Companhia* do que para a pátria espanhola; enquanto isto, aqui, os jesuítas nunca puderam esquecer ou desprezar o Brasil. E tudo prova que, por lá, o lamentável isolamento das reduções, e o mais exagerado do sistema resultava sobretudo do caráter mesmo da colonização. Dir-se-á que o Prata ficou praticamente abandonado, e que, por isso, inflou o poder dos *padres*... E no México, na Califórnia, na Bolívia...? Partes especialmente atendidas, pois que eram de franca mineração: no entanto, mesmo nestas, o poder da *Companhia de Jesus* existia de modo muito sensível. E tudo vem de que, depois das primeiras gerações, eram os jesuítas os mais ativos e eficientes neste ultramar de Castela; tanto assim que ela só conseguiu deter a expansão do Brasil (nem sempre com êxito), valendo-se dos *padres*: cercando-se, desde o alto Peru, de uma cinta de *missões*. Em tais condições, nada mais natural do que o ascendente deles, os jesuítas – verdadeiros senhores, nos domínios que conquistavam e defendiam. Contemplando esses efeitos, assinala Southey: “O Prata era dos jesuítas... Foram os jesuítas que deram os maiores

317 *Op. cit.*, p. 205.

318 Os das *Reduções* dos moxos eram, quase todos, alemães e italianos.

territórios a Castela, e os *defenderam...*”. Há exageros... exageros de panegirista: o historiador pensa nos sucessos do século XVII, e esquece o admirável esforço dos platinos no século XVIII – para guardar a margem norte do estuário, cobiçada pelos portugueses.

De todo modo, a obra dos jesuítas foi tal que os seus efeitos subsistem patentes, depois de quase dois séculos da expulsão deles. Na deficiência da colonização civil, os *padres* desenvolveram a sua obra, em extensão, e em intensidade, a ponto de fazerem sombra às outras gentes. Sarmiento mesmo o reconhece, se bem que apresente os fatos lá a seu modo: “... los regulamientos haciendo obligatorios los ejercicios militares,... creando intendencias, arsenales, y mandando fabricar polvora. La proximidad de los portugueses mamelucos justificaba en demasía estas medidas... Una nación sin patria. La Compañía de Jesus ejerció la mayor influencia sobre el espíritu de los espanoamericanos, pero sobre los indios de las Misiones, Paraguay, Corrientes y Banda-Oriental fué suprema. De ahí vienen las desmembraciones, federación, la montoneria, los caudillos de jinetes, la destrucción de las misiones mismas”.³¹⁹ Fizeram-lhes costas largas, aos jesuítas, dando-lhes toda a culpa, porque, noutros tempos, não tiveram força nem capacidade para fazer-lhes frente, e diminuir-lhes a influência;³²⁰ nem mesmo quando, para conduzir a reação, há um homem excepcionalmente enérgico e lutador, como esse Cárdenas, bispo

319 *Op. cit.*, p. 195.

320 “Os jesuítas tinham alargado pelo sertão o território espanhol, evitando assim que os portugueses se apoderassem de uma maior porção ainda do país central, como certamente o teriam feito... Tinham levantado para os espanhóis tropas gratuitas, que reprimiram mais de uma rebelião no Paraguai e pelejaram contra os Portugueses no Guaporé, nos muros da colônia... Tinham livrado os espanhóis do Prata, Paraguai e Tucumán, dos seus mais ferozes inimigos (selvagens), que destruíam vilas e traziam em sobressalto as cidades, quando eles, espanhóis, se limitavam a implorar os seus santos.” (Southey, VI, p. 198.)

de Assunção – e que ameaça os inimigos com os *mamelucos de São Paulo*. Em contraste, no Brasil, o jesuíta foi sempre nacionalizador, ou, pelo menos, não pôde fazer o mal de que o acusam nas partes de Castela. Não é que, aqui, a sua ação não tivesse valimento. Houve momentos em que ela foi decisiva para os destinos da colônia. Pensemos na virtude ativa e heroica, que havia num Anchieta, Nóbrega, Azevedo Vieira... e havemos de reconhecer que, deixados a si mesmos, eles teriam feito, cá, o que os Montoya e Orozco fizeram por lá. Não lhes foi possível: defrontava-os a política do Estado português, e o espírito nacional do brasileiro, e eles, os jesuítas, só deixaram benefícios.

CONCLUSÃO

Na América, foi a colônia de Portugal a primeira a afirmar-se como nacionalidade. De formação essencialmente rural-agrícola, sabendo aproveitar as populações indígenas, essa colônia se expandiu naturalmente, por virtude própria, ao ponto de ocupar todos os territórios que se lhe abriam, até entestar com o domínio definitivo das gentes castelhanas. Tanto que o Brasil, nascido com a estreita faixa das primeiras capitanias de Itamaracá a São Vicente, foi, desde logo, um solo político, intransigentemente defendido pelos que o ocupavam, e que o defendiam e o dilatavam, como o desbravavam, e o trabalhavam, e o enriqueciam. O Estado português, com que se fez a primeira defesa, logo declinou, e, quando mais viva a luta decisiva pela terra pátria, já foram os brasileiros que as fizeram.

Tivemos, assim, um primeiro século de luta pertinazmente unificadora e solidarizante para longos efeitos sobre as consciências, que num tal influxo se reconheciam com qualificação própria. No termo desse período definidor, o Brasil se patenteava nas formas de uma nova sociedade, gerada da colonização, mas de valor específico, como nacionalidade a revelar-se: uma nova sociedade já nitidamente distinta do mundo português, organizada em vista da vida americana, internamente pacífica, coesa e harmônica, quanto possível na dureza da ambiência, vantajosamente adaptada às condições cósmicas e históricas que lhe eram dadas. Por isso mesmo, potente e rica.



No primeiro quartel do século XVII, sobre a terra americana só há verdadeira riqueza, humana e fecunda, na sociedade agrícola da colônia portuguesa. Todo o açúcar que se importa na Europa vai dos engenhos pernambucanos e do Recôncavo da Bahia; São Paulo já é um viveiro de portentosas energias humanas; e, como dali irradiam os que vão extinguir o domínio castelhano do alto Paraná, estendendo o Brasil até às últimas águas do Planalto, de Pernambuco brotam os guerreiros que batem as forças da potência mais forte do mundo de então, para redimir a terra essencialmente brasileira.

Esse trabalho íntimo de formação colonial coincide com a ceva portuguesa nas Índias, com a degradação do mercantilismo heroico; e, quando emerge a nacionalidade brasileira, já Portugal tem declinado tanto que deixa cair a sua soberania no estômago da tradicional inimiga, essa Castela do filho de Carlos V, e que ainda é vértice de ascensão para a grandeza e o poder. Não tarda, porém, o declínio de Castela, por uma degeneração, diferente em formas, mas tão profunda quanto a do Estado lusitano. Assim, definiu-se e afirmou-se o Brasil, impondo-se no mundo sul-americano quando a coroa espanhola não tinha mais forças, nem para manter soberania sobre a decadência portuguesa. E a nossa história se caracteriza, então, no contraste monstruoso e absoluto; a degradação do reino bragantino por sobre o heroísmo da *Insurreição* pernambucana e os ânimos indomáveis, que desvendam e conquistam todo o coração do continente.

Senhor que fora de toda conquista ultramarina, mas radicalmente degradado no parasitismo de um comércio privilegiado, Portugal reaparece, tão incapaz para a vida de soberania livre e econômica como para reconquistar o antigo domínio; *restaurado*, ele se encontra no mundo com o recurso único de acarrapatar-se na colônia americana, e sobre ela assentou, por inteiro, a sua vida.



Com isto, como a sugava, estiolava e oprimia, comunicava-lhe toda a miséria da sua vida política e social, até transmitir-lhe, de modo imediato, o próprio Estado bragantino, em que se realizava essa miséria, que já era de longos reinados. Ao lado dos outros neoibéricos, o Brasil, primeira nacionalidade americana a afirmar-se, veio a ter, depois, outros aspectos de desenvolvimento, bem diferentes, e tristemente característicos dos seus novos fados. A Espanha, retardada na sua evolução, ostensivamente europeia, de política sempre dispersa, tem ação colonial muito diversa da de Portugal, secularmente ultramarino, agora concentrado sobre o Brasil. De fato, pela situação histórica em que se encontrou, Castela, disseminada pelo Novo Mundo, foi, por toda parte dos seus domínios, menos vivaz do que Portugal. Simples depredadora, ou exaustora de metais, ela veio a sentir de modo diferente os efeitos da degeneração, que será sempre tanto mais pronunciada quanto mais formal e definitivo o parasitismo que a produz: pulga, percevejo, piolho, carrapato, bicho-de-pé... oxiúros, áscaris, tênia, trichina, filária, duchmios... Por aí, teremos a explicação de como, nos últimos tempos, houve para os neocastelhanos mais liberdade que para os Brasileiros, com governantes menos nocivos ou menos infames do que os Assumar e Conde dos Arcos... No Brasil, já era completa a separação entre os nacionais e os duchmios da metrópole, enquanto nas terras de Castela ainda não havia motivos que perfeitamente distinguissem crioulos de colonos e governantes. Tanto assim que, já o vimos: no primeiro movimento revolucionário para a independência, tudo se faz, ali, numa simples reação legitimista, em favor da dinastia deposta. Enquanto isso, o Estado português, com toda a validade oficial de Portugal, plantou-se no próprio corpo da colônia, que lhe era indispensável como a vida mesma.

Estávamos inteiramente entregues, com todo o organismo social intoxicado. A definitiva degradação do Estado português

já era nossa; e foi ao preço de guardar toda essa abjecção, que obtivemos a independência. Nas colônias de Castela, sobretudo naquelas que menos mereciam, como o Prata, não foi difícil manter uma separação que espontaneamente se fizera, é passar a uma independência efetiva, em face do domínio maldefendido. A nós, contra Portugal que já estava no Brasil, e aqui encontrava toda a razão do seu viver; a nós foi preciso absorver a própria ignomínia deles, para fazer uma independência em falso, tirada da traição de uns, da transigência e pusilanimidade, ou estultice de outros. E veio a mentida Independência, para ser o começo da verdadeira, que não é completa, talvez.

Os neocastelhanos, para serem nações livres, soberanas em política e em economia, tinham, apenas, que construir e fazer aquilo que da colonização não tinham trazido: espírito de unidade nacional, para estímulo de uma população ativamente coesa. O Brasil, esse teve de passar por toda uma luta íntima, do organismo infectado, luta além dos simples embates sangrentos, para eliminar das gerações os efeitos da infecção; luta que se perpetua, porque a depuração é lenta, e porque a vitória efetiva seria a formação de dirigentes doutra escola, que não essa do Estado português-bragantino que nos ficou.

A nós é indispensável curar, antes de construir, realmente. Fomos independentes a modo do organismo do qual veio a cair o carrapato apodrecido, e que nas carnes vivas deixou o dente; ou, melhor – a modo do corpo ferido, donde cabem as larvas quando as varejeiras já lá deixaram fartos ovos, para desenvolvida bicheira em novas e novas gerações.

Na pátria que assim nos ficou, fatalmente e continuamente se refaz esse Estado, perpétua miséria sobre os nossos destinos, para realidade de uma herança má, e plena satisfação dos que, em dirigentes tais, encontram possibilidades e garantias de manter, no país que degradaram e perseguiram, privilégios efetivos, de

uma permanente espoliação. Até a tradição desse Brasil primeiro, glorioso e afirmativo, até isto nos foi roubado, por escondida e abafada, sob a tradição que a história oficial, bragantina, tem colado à Nação Brasileira. Tivemos essa *Idade de Ouro* do século XVII; mas, na realidade política e administrativa, nós nos encontramos, hoje, no pleno regime dos capitães-mores do século XVIII. Uma Argentina, um Chile, e mesmo outras, de gentes castelhanas, são verdadeiras nações modernas, enquanto que nós, apesar de quanto trabalhemos e elevemos o espírito, continuamos a ser um povo possuído e levado por malfeitores, espoliado em corpo e alma, sem direito, sequer, de esperar e preparar o futuro, porque este se absorveu neles, nesses dirigentes, que esgotaram o próprio porvir, com os empréstimos que consomem e os desesperos e colapsos que semeiam. E chegaríamos ao caos, no aviltamento, se o espontâneo da vida não garantisse a elementar organização, com o declínio do mais podre, para o mínimo de depuração. Lamentável destino político: o Estado arvorado com o império de 22 foi tramado pelo dos Arcos, e todo se resolve em monstruosa traição aos heróis de *dezessete*, para gozo dos executores dos Tenório e Peregrino.

A descoberta da América resultou imediatamente das façanhas marítimas dos portugueses, que teriam precedido Colombo, ou tê-lo-iam aceitado, se não estivessem empenhados em fazer o verdadeiro caminho das Índias, e não soubessem, já, qual devia ser esse caminho...”. Têm toda a razão os atuais historiadores lusitanos quando afirmam: “O descobrimento das Antilhas é um episódio à margem das navegações portuguesas, pois os navegadores do Índico haveriam de tocar, um dia, na América Austral, e as expedições dos Corte Reais acabariam por atingir, como atingiram em 1500, as terras da América Setentrional... embora Colombo houvesse continuado em Gênova...”. Como negar a verdade de tal conceito, que é a de toda a história? O ilustre Prof. Vicente Licínio Cardoso,³²¹ rendido, embora, ao fulgor do gênio colombiano, só levanta a proposição para lamentar que os portugueses não *tivessem oportunamente elogiado*, como de justiça a *obra imensa* dos seus navegadores. Lamenta que os historiadores lusos *não tenham compreendido que Colombo foi o maior gênio da sua época...* mas reconhece, ao mesmo tempo, que, então, *eram os portugueses os grandes e únicos navegadores do Atlântico...* E prossegue: “Portugal ilustra um caso único na História. Nunca um povo tão pequeno falou de si com tanta pompa”. E como toda essa grandeza foi sobre

321 FIGURAS E CONCEITOS – *O Globo de Nuremberg e o gênio de Colombo.*



os mares, a abri-los e desvendá-los, Colombo, que só se pronuncia para abraçar-se às ambições portuguesas, aproveitando todos os veios por onde elas se derramam e se manifestam, só foi genial na medida em que condensou as mesmas ambições, na mesma teimosia intemerata com que os lusos vinham dominando o oceano. No mais, é o acaso, coroando a afoiteza de um inexperto, tanto mais afoito, quanto mais lhe falta a boa experiência e a verdadeira ciência de navegante.

Por isso mesmo, a ascendência nos mares continuou com os portugueses, apesar das centenas e centenas de quilhas que a Espanha engrandecida pôde atirar sobre as ondas. Formidável afirmação de gênio nacional, a ação marítima dos portugueses pôde ser filiada a todas as suas origens – sarracenas, genovesas, catalãs... sem que se empane a glória, nem se diminua a justa rama que a celebra. É o surto definidor de um povo, e a desdobrar a história do mundo, e que se faz no processo das realizações definitivas e irresistíveis: a dimanar resolutamente da experiência feita, que se desenvolve cientificamente em novas experiências. E, no caso, não há que opor navegadores lusitanos à aventura de Colombo, porque não se faz contraste entre a obra inflexível de toda uma nação, empenhada em destacar os seus destinos, e a ação individual de um homem, cujo poder de gênio teve que ser o reflexo dessa mesma obra coletiva. Não o veem assim esses pobres de espírito que, hoje, reivindicam para os mal conhecidos Côrte Reais e mais açoreanos, a descoberta em que se consagra o nome de Colombo. Não lhes basta a convicção de que, sem a ambiência das aventuras marítimas portuguesas e as multiplicadas indicações havidas daí, a genial ambição do Genovês seria, certamente, sem efeitos marítimos maiores. Colombo não tinha engenho na proporção dos seus portentosos desejos: devorado de ambição, nada criou para acudir aos mesmos desejos. Procedeu como iluminado, mas faltou-lhe sempre fulguração própria. Como opô-lo, a essa escola



de navegantes que tão bem aproveitaram a experiência já feita como criaram novos meios de realização? Muito generoso é um O. Martins, quando condescende: “A viagem de Colombo, no seu alcance e no seu valor, não fica diminuída porque uns mareantes portugueses aportassem ao Norte da América antes dele...”: de fato, pois que o todo mérito do Genovês consistiu em achar quem lhe desse os meios de realizar Toscanelli, avançando mais para Oeste, na rota já delineada pelos Portugueses. E a questão da prioridade perde inteiramente de importância; perde, sobretudo, para os portugueses, que não precisavam dessa colaboração do navegante improvisado, nem se atiravam à aventura levados pela miragem venturosa.

Em tudo isto a razão última está com Latino Coelho: “... assombrosas... sobre-humanas... as navegações dos portugueses não são as de quem se aventura em busca do que nem por vagos indícios suspeitava. Não, os portugueses do século XV não iam embarcar-se em frágeis caravelas sem levarem uma rota já marcada, ainda que imperfeita, e por vezes conjectural... É na traça discreta, calculada, sistemática, por que se vão guiando em suas perigosas singraduras, é na racional e metódica sequência e tenacidade em suas empresas, que a imensa circumnavegação dos portugueses desde o cabo *Não* se distingue profundamente das pequenas e acidentais navegações, que outros povos europeus, asiáticos, ou africanos puderam antes empreender”. Em cotejo com essa fórmula de navegar e descobrir, a temerosa aventura do Genovês só se destaca pela felicidade do sucesso. Nem com ela se afrontaram os que, lucida e seguramente, faziam o seu caminho para Malabar, já rumando pelo Cruzeiro do Sul. Este é que é o verdadeiro mérito dos navegantes. Criaram tudo que ainda faltava à grande navegação. Refizeram o astrolábio, construíram o quadrante náutico, compendiaram os roteiros, deram os meios de justificá-los com os *regimentos* e as *tábuas náuticas*, definiram no céu boreal o novo

rumo, adotaram inteligentemente as cartas planas... Desde que se atiraram ao largo, para Oeste, ou para o Sul, os mareantes portugueses partiam providos de todos esses meios científicos de rotearem-se. E foi isto o que pôs termo ao mistério do *tenebroso* e traçou os mares em caminhos.

Depois, na longa e profunda decadência, tudo afundou. Até as tradições imergiram: declinou a ousadia de descobridores, foi-se a perícia de mareantes, perdeu-se a arte de navegar... Perderam-se os próprios *regimentos* de mar; perderam-se até da memória. E, assim, nos seus dias, pôde o grande Humbolt, para mais engrandecer a sua Alemanha, afirmar que haviam sido compostas por matemáticos de Nuremberg (*Regiomontanus*) as tábuas náuticas de que se serviram os descobridores portugueses. Durante um século inteiro prevaleceu a usurpação, sem que as bibliotecas e museus de Portugal pudessem restabelecer a verdade, de que se perdera toda notícia, até que Bensaude foi desencavar, na Alemanha mesma, em Munique, os cinco livros de navegação com que os nautas portugueses do século XV haviam aberto horizontes sobre os mares, a leste e a oeste. Foi então, naqueles dias, quando apagada a realidade da epopeia marítima de Portugal, que, na figura do Genovês improvisado almirante, Castella pôde campar de marinheira, descobridora... Nem houve quem fizesse mais pela glória de Colombo, por conta da Espanha, do que Humbolt.

Sabidas essas coisas, por que demorar o pensamento em verificar as doações dos Côrte Reais, e apurar as datas das suas possíveis viagens? Desde muitos anos antes de Colombo, esses açoreanos, navegantes de verdade, em pleno fastígio da ousadia portuguesa, atiravam-se para Oeste, não a buscar a lenda de *Santo Brandão*, ou o *Cipango* de Marco Polo, mas uma terra pressentida para lá, e cujos indícios bem chegavam às praias do Faial. Aportaram, de fato, antes do genovês, a essa *costa dos Bacalhaus*?... Tal não importa para o cômputo geral dos valores sobre o Oceano, nem altera os termos



do problema – *quem atirou as caravelas no caminho do Novo Mundo*. Por isso mesmo, não há *columbófilo* razoável que negue a possibilidade de terem os Cortes Reais atingido as costas americanas antes de 1482, como não há português sensato, para negar o efetivo mérito de Colombo, iluminado condensador de energias, genial assimilador de indicações insuficientes, com a formidável força de vontade para transitar o seu sonho, dezena de anos, por meia Europa, subindo de artesão humilde ao colóquio dos grandes reis, subordinando a sua ambição os ricos Pinzons, até impor-se como vice-rei dessas ilusórias Índias, sobre as quais se obstinava a sua insuficiência técnica.

Há fulgor de gênio no tecelão arvorado em almirante, e que se faz associado de grandes casas reinantes; mas, por sobre o disparatado do projeto, em vista do inesperado resultado, a realidade da descoberta teve de ser explicada como acaso feliz, a coroar a ousadia intemerata de um sonhador mal preparado. E esse acaso fez cair a descoberta no regaço feliz dos *Reis Católicos*, sem que o especialíssimo gênio de Colombo, e o formidável golpe de fortuna, tivessem o poder de transformar os espanhóis em navegantes a cotejarem-se com os portugueses, dando-lhes o direito de considerarem-se desvendadores do Oceano, com visão e ciência náutica para serem os efetivos descobridores da América.

Para facilidade didática, as histórias distribuem as aventuras das descobertas marítimas em *ciclo de Leste e ciclo de Oeste*. No primeiro, tudo corre por conta das tentativas e navegações portuguesas, sistematicamente conduzidas pelo Estado, durante quase um século. Quanto ao ciclo de Oeste, ou temos de reduzi-lo ao afortunado golpe de Genovês a realizar Toscanelli, ou, se o contamos como sequência de tentativas, temos de inscrevê-lo na história das navegações portuguesas. Passadas às malcontadas excursões de Genoveses e Catalães, com o conhecimento imperfeito de algumas ilhas do Atlântico, só encontramos, como grandes



navegadores do Atlântico ocidental, a esses portugueses. Em 1431, já D. Henrique envia, para Oeste, Gonçalo Velho Cabral, a verificar as ilhas indicadas nos mapas catalães, e *a descobrir...* (Harris). E é assim que, nos meados do mesmo século (XV), está descoberto, pelos marinheiros da casa de Aviz, todo o belo conjunto das Ilhas. Em 1452, Diogo de Teive vai até 150 léguas a S. O. do Faial; em 1457, D. Fernando, duque de Beija, recebe em doação terras a Oeste, em perspectiva de descobertas; cinco anos depois, concede-se, a João Vogado, a sesmaria de ilhas que, no seu navegar para o Ocidente, ela supunha ter achado... Não tarda que apareça o nome Corte Real, a simbolizar esforços de descobertas a Oeste.

Tudo se dava quando a coroa de Portugal já se empenhava, explicitamente, em achar o caminho das Índias; mas, note-se: atirando-se para o Atlântico ocidental, os navegadores portugueses não pretendiam fazer o caminho de *Cipango*, senão atingir terras pressentidas, algumas explicitamente indicadas nas lendas deixadas pela Idade Média. Duarte Pacheco, navegante e cosmógrafo de verdade, contemporâneo de Colombo, o mesmo que teria estado na terra brasileira antes de Cabral; Duarte Pacheco diz-nos explicitamente que bem conhecidas eram, dos portugueses, essas pretensões de chegar à Índia pelo Oeste: “Muitas opiniões houve nestes reinos de Portugal nos tempos passados entre alguns letrados acerca do descobrimento das Etiópias e das Índias; porque uns diziam que melhor seria irem pelo Pego, atravessando o golfo até topar alguma terra da Índia, ou vizinha dela, e por esta via se encurtaria o caminho”. Tais conceitos refletem a doutrina de Toscanelli, nunca aceita pelos cosmógrafos portugueses. Informado das cartas do sábio florentino a Afonso V, Colombo recorre ao próprio Toscanelli, que lhe envia cópia completa de tudo – cartas e mapa, e é sobre isto que o antigo tecelão edifica a sua teoria de descobridor, para morrer convencido, em 1506, de que as terras do Novo Mundo, onde descera, eram, apenas; pontas da Índia sonhada.



Enquanto isto, o Português, navegante de verdade, prossegue na traça que o levará infalivelmente à Índia, sem que o desvie, nem a lição de Toscanelli, nem o oferecimento espetaculoso de Colombo, nem a insistência de Monetário. Tanto assim que, em 1498, em pleno fastígio do *Cipango* de Colombo, Duarte Pacheco, se se refere à teoria do caminho de Oeste, é para notá-la como crença do passado. Rigorosamente científicos, os descobridores portugueses interpretam lucidamente os sinais que lhes vêm de Oeste: *há certamente terras para além do pego...* e, por sua conta, Teive, Fernão Teles, Corte Real..., atiram-se em busca dessas terras suspeitadas; mas, o plano do projetado caminho a fazer, este se mantém qual fora concebido, em execução rigorosamente sistemática: ao tempo que Bartolomeu Dias dobra o cabo das *Tormentas* e o transforma em *Boa Esperança*, partem Covilhã e Afonso de Paiva que devem fornecer os informes acerca do último trecho do caminho no oceano Índico; não voltam, que os colhe a morte, mas vêm notícias bastantes, para que o Gama possa prosseguir, em toda segurança, de Mombaça a Calecut. A firmeza de convicção nesse trajeto bem se patenteia no peremptório dos motivos com que Diogo Ortiz, do Conselho de cosmógrafos, rejeita o plano de Colombo: “... sacrificar um bem certo a esperanças incertas...”.

E que outra resposta se poderia esperar dos homens que criaram a grande navegação e deram o regime de marear no hemisfério dos grandes mares? Colombo repetia-lhes um projeto velho, e desde sempre repellido. O Prof. Vicente Licínio, mesmo, o reconhece: “O plano de Colombo não continha em si novidade alguma”. Foi preciso, certamente, toda a serena firmeza de um método científico, para que a direção das descobertas portuguesas rejeitasse, após Toscanelli, Béhaim (que também se ofereceu para buscar *Cipango* pelo Ocidente), e Colombo, reforçado em Monetário. Note-se, ainda, que essa ilusória perspectiva, fazia parte da ambiência. Esse Béhaim, que nela se enleia, fora, no entanto, discípulo dos



Portugueses.³²² Por ventura, foi mesmo em Lisboa que Colombo se influenciou inteiramente do enganoso caminho de Oeste.

Sem nenhum preparo sério de grande navegação, o ambicioso Genovês achou-se à mercê da fantasia dos que aspiravam galgar as Índias de um salto. Atraído para Lisboa – “a grande capital dos marinheiros e cosmógrafos” (Hevesy), Colombo não teve melhor amparo aos seus sonhos ambiciosos do que o do irmão, Bartolomeu, já aí estabelecido, e que, vivendo de desenhar cartas náuticas dos mares já trafegados, não tinha meios, nem obrigação, de saber a realidade sobre os *nunca dantes navegados*. Formaram, os dois, uma associação de auto-didaticismo, a ingerir e anotar – a *Historia rerum ubique gestarum*, de Pio II, as narrativas de Marco Polo e o *Tractacus imagine mundi*, de Pedro d’Ailly. Como bem faz notar o moderníssimo Hevesy: desses livros venerados como oráculos, Colombo só tira a noção da opulência das Índias e da pequenez dos espaços marítimos. À margem da *Imagem do Mundo*, ele insere a nota: “... entre a Espanha e o começo das Índias, há um pequeno mar, navegável em poucos dias...” (1136). Depois: estadia nas *Ilhas*, casamento na família de Perestrello, que o põe na trilha do cônego Martins e de Toscanelli... Tudo isto, sem lhe trazer verdadeira técnica de navegação, mais o confirma na visão da Índia a Oeste.

De todo modo, mesmo *genial na assimilação* das coisas náuticas, o que ele assimila de fato é a incompleta interpretação toscanélica, que sobrenada na ambiência portuguesa. E ele rodará: de Lisboa às ilhas, das ilhas a Palos, de Palos a Lisboa, de Lisboa à Islândia... e tornará à Espanha, a Gênova, sem que lhe venha a verdadeira ciência de navegação, em que são mestres os portugueses. Em 1479, três anos, apenas, antes de arvorar-se em almirante,

322 O ilustre historiógrafo Dr. Vicente Licínio Cardoso lembra-me, com toda a razão: que o plano de Colombo era o mesmo de Béhairim, o qual, no entanto, colheu nos Açores a experiência e as ideias em que se baseou.



ele, Colombo, ao qualificar-se num processo, não tem coragem de dizer-se marinheiro, e, sim, traficante (Hevesy); e só se arvora em cosmógrafo, para cometer *erros gravíssimos*, consigna um dos seus apologistas.

Em tudo isto, ele não sai da ambiência da navegação portuguesa. Mesmo na Espanha, Colombo está a absorver a experiência dos que, tenaz e metodicamente, vêm desvendando os mares: em Palos, ele se liga ao marujo Pedro Vasques, que por longos anos servira aos portugueses, e com eles aprendera. E quando o antigo tecelão tem voz para arrastar os Pinzons, navegantes de carreira, é porque repete o que atentamente tem recolhido. Nem é preciso aceitar a lenda, tão vulgarizada no século XVI, do piloto caolho, que, ao expirar, lhe revelou o segredo da afastada terra de Oeste, aonde estivera. Dá base a essa lenda o desastre da caravela portuguesa, em derrota para Flandres, apanhada por tremenda tempestade, que a levou na sua fúria, arrastando-a para o Ocidente, até uma terra desconhecida. A volta foi de uma pena igual: quase todos os marujos pereceram em caminho; o último sucumbiu ao desembarcar na Madeira. Colombo, presente em Porto Santo, acolheu esse último infeliz, um velho piloto da Galícia, talvez seu antigo conhecido. E, dado o inesperado sucesso de 492, não tardou que a imaginação popular completasse a explicação do mesmo sucesso: o piloto caolho passara o seu segredo...

Haverá, no caso, alguma injustiça; mas, a repetir Capistrano: de quem a culpa senão de Colombo mesmo, sempre e em tudo tão inimigo da verdade?... Inteiramente insuficiente para a empresa, o ousado Genovês vale-se de Toscanelli, que lhe transmite quanto tem planejado³²³ mas, em lugar nenhum ele cita o nome do mé-

323 Capistrano de Abreu, no prefácio ao opúsculo de Marcondes de Sousa, rejeita peremptoriamente que Colombo haja recebido cartas de Toscanelli, mas A. de Hevesy, em livro recentíssimo, e minucioso, aceita plenamente



dico fiorentino, como não se refere a Béhaim, nem a Monetário, que, no momento, condensavam a teoria, em cujo nome ele fala. É preciso não esquecer que, repetidamente falho no seu proceder, Colombo acabou impondo-se à atenção da justiça portuguesa. Quando, pela segunda vez, ele escreve a D. João II, este lhe responde, chamando-o até de amigo especial, mas, para que o pretenso navegador possa entrar em Portugal, manda-lhe, El-Rei, um salvo conduto justificado nestes termos: “... tendes, talvez, medo da nossa justiça” (Hevesy). E não se pode levar a prevenção dos portugueses à conta de má vontade do Aviz: quis o destino que, voltando com a sua descoberta fosse Colombo atirado às costas de Portugal. D. João II recebeu-o, ouviu-o, e, se se enfadou das suas jactâncias, nem por isso deu ouvidos a quem sugeriu que o fizesse eliminar. Em vez disto, dispensou-lhe o preciso para que o seu navio desgarrado pudesse ir ter à Espanha Ruy de Pina, que refere o caso, justifica antecipadamente o juízo de Capistrano: “... o almirante, no recontamento de suas coisas, excedeu sempre os termos da verdade, e fez esta coisa em ouro, prata e riquezas muito maior do que era...”.

Colombo, que em tudo se inspirou dos portugueses, até no negreirismo,³²⁴ bem sabia que estes não lhe disputavam o Oeste para onde se atirava: partiu a expedição de Palos, e D. João II mandou a sua frota guardar os mares de que se reputava senhor, e nada

que Toscanelli tenha sido solicitado por Colombo e tenha respondido. Hevesy conhece as objeções feitas a esta versão, e as repele.

324 Numa das suas cartas, Colombo, já vice-rei, recomenda aos seus lugares-tenentes, de importar rebanhos da Espanha e pagá-los “com escravos tomados entre os canibais, próprios para tudo, bem proporcionados, de uma grande inteligência, e que, uma vez perdendo a habitual crueldade, são melhores que qualquer outra espécie de escravos”. Ora, nessa época, os espanhóis estavam inteiramente fora do tráfico de escravos, tráfico normal nos portugueses, desde Gil Eanes. Foi com estes que Colombo aprendeu o negreirismo, de que se ofenderam os próprios Reis Católicos. (D’Hevesy, *Christophe Colomb*, cap. VI.)



mais fácil, a Colombo, do que evitar as naus portuguesas que bordejavam ao Sul das Canárias: singrando diretamente para Oeste, os pilotos do genovês deixavam os portugueses inteiramente desafiados. Então, anunciada oficialmente a descoberta em proveito dos Reis Católicos, faz-se o convênio presidido pelo Borgia – cabendo a Portugal tudo para cá de cem léguas a leste dos Açores, e o restante Oeste à Espanha. Todavia, não era o Aviz de ânimo a acomodar-se definitivamente à primeira impressão decorrente da façanha de Colombo: ponderou, certamente informou-se para ponderar, e voltou a exigir – tudo a leste do meridiano 370 léguas O dos Açores (Tordesilhas – junho, de 1494). Ora, esse avanço do domínio português para o Ocidente era o bastante para alcançar toda a saliência do continente sul-americano, fronteira ao caminho que os portugueses vinham fazendo para o cobiçado Oriente.

E, agora, como rivalizar a secular ação que tal decorre com a façanha isolada do esporádico descobridor, por conta de Castela, tradicionalmente continental? Não há cotejo possível, repetimo-lo, nem contenda de méritos a decidir. Era preciso que a situação de Portugal no oceano fosse de absoluta pronúncia, para que o Aviz pudesse refazer a partilha do mundo, como o fez em Tordesilhas, obtendo do castelhano quanto quis, e era preciso, ainda, informação muito segura, ou poder de adivinhar, para que ele viesse reclamar, justamente, o preciso para ter domínio nas costas americanas fronteiriças do caminho já em execução para o projetado comércio das Índias. Esse é o fato a acentuar – quando se justifica a descoberta dos grandes caminhos marítimos. Em face disto, perde toda a importância saber se um qualquer português – Corte Real, Fernão Domingo de Arco, ou Antonio de Leme... desceu na costa leste da Norte-América antes de Colombo. É possível. Mais do que possível: é provável... sem que tal dê maior mérito aos grandes navegadores, sem que isto diminua o mérito efetivo de Colombo, que, montado num erro, iluminado de presunções



falsas, teve o poder de reunir o bastante para tirar desse erro mais do que as Índias já conhecidas. E ele será o indisputado descobridor do Novo Mundo, apesar de todas as façanhas possíveis dos Cortes Reais, apesar da secular colônia de escandinavos na costa americana, pois que da sua ação desassombrada é que resultou incorporar-se a América ao mundo civilizado.

Nem há que fazer dele, Colombo, um dos três personagens tão bem sintetizados pelo Prof. Vicente Licínio Cardoso: o *grande descobridor*, de Vignaud, o repetidor de Toscanelli, de Ruge, o simples tecelão erguido na crista de um acaso portentoso... Ele foi tudo isto, genialmente, e foi, principalmente, o Colombo de André de Hevesy, fulgurantemente feliz... Como o seria o comandante da expedição partida de Bristol, na mesma época, para achar as *Sete Cidades*, que houvesse aportado na Flórida, ou no Canadá.

A questão do mérito de navegante não é para discutir. Quanto à documentação das viagens possíveis de portugueses: essa tem muito que se desenvolver, a coberto, mesmo, das precipitações descriteriosas dos Faustinos. Por que não se provará, um dia, que Tordesilhas foi precedido de uma viagem onde fosse divisado e situado o cabo de Santo Agostinho?... Por que não teria havido um predecessor de Duarte Pacheco?... Que é que se passou entre a última viagem registrada, para O. N., e a que deu em resultado a descoberta indiscutida da Terra Nova, em 1500?...³²⁵ Pois é de crer que os tenazes exploradores do oceano suspendessem as suas tentativas, por todo esse intervalo, de quase trinta anos?!... Como admitir que a Coroa de Portugal exigisse para si, na repartilha do mundo, justamente a saliência da América do Sul, se nada conhecesse do perfil das suas costas?... Lembremo-nos de que, só nestes dias foi verificada a viagem relatada no *Esmeraldo*; lembremo-nos, sobretudo, de

325 Essa indiscutível viagem de 1500, em que se descobriu a *Terra Nova dos Bacalhaus*, Gaspar Corte Real a fez inteiramente à sua custa.

que as mesmas expedições de depois da *descoberta* oficial do Brasil; ainda estas são mal conhecidas, através de uma documentação falha. Nem tal admira, numa nação que deixou perder-se a própria técnica de navegação, em que se fizera a sua grandeza.





© 2012, Fundação Darcy Ribeiro
 Direitos desta edição pertencentes à Fundação Darcy Ribeiro
 Rua Almirante Alexandrino, 1991
 20241-263 - Rio de Janeiro - RJ
 www.fundar.org.br

1ª Edição. 1ª Impressão. 2014.

BIBLIOTECA BÁSICA BRASILEIRA – CULTIVE UM LIVRO

Curadoria

Paulo de F. Ribeiro – Coordenação Geral
Godofredo de Oliveira Neto
Antonio Edmilson Martins Rodrigues

Comitê Editorial

Eric Nepomuceno – Fundação Darcy Ribeiro
Oscar Gonçalves – Fundação Biblioteca Nacional
Norberto Abreu e Silva Neto – Editora Universidade de Brasília
Anibal Bragança – Fundação Biblioteca Nacional
Lucia Pulino – Editora Universidade de Brasília

Produção

Editora Batel

Coordenação editorial

Carlos Barbosa

Projeto gráfico

Solange Trevisan zc

Diagramação

Solange Trevisan zc

Ilustrarte Design e Produção Editorial

Tratamento de textos da coleção

Clara Diament

Edmilson Carneiro

Cerise Gurgel C. da Silveira

Carina Lessa

Léia Elias Coelho

Maria Edite Freire Rocha

Projeto de capa

Leonardo Viana

Assessoria de Comunicação Fundar

Laura Murta

Texto estabelecido segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

B695b

Bomfim, Manoel, 1868-1932

O Brasil na América / Manoel Bomfim. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.
 480 p.; 21 cm. – (Coleção biblioteca básica brasileira; 33).

ISBN 978-85-635-7446-6

1. Brasil – História. 2. Brasil - Civilização. 3. América Latina – Civilização. I. Fundação Darcy Ribeiro
 II. Título. III. Série.

CDD-981

Roberta Maria de O. V. da Costa – Bibliotecária CRB7 5587



Patrocínio:



Realização:

Ministério da
 Cultura



Impressão e acabamento :





FUNDAÇÃO DARCY RIBEIRO

Instituidor

Darcy Ribeiro

Conselho Curador

Alberto Venancio Filho

Antonio Risério

Daniel Corrêa Homem de Carvalho

Elizabeth Versiani Formaggini

Eric Nepomuceno

Fernando Otávio de Freitas Peregrino

Gisele Jacon de Araujo Moreira

Haroldo Costa

Haydée Ribeiro Coelho

Irene Figueira Ferraz

Isa Grinspum Ferraz

Lauro Mário Perdigão Schuch

Leonel Kaz

Lucia Velloso Maurício

Luzia de Maria Rodrigues Reis

Maria de Nazareth Gama e Silva

Maria Elizabeth Brêa Monteiro

Maria José Latgé Kwamme

Maria Stella Faria de Amorim

Maria Vera Teixeira Brant

Paulo de F. Ribeiro

Paulo Sergio Duarte

Sergio Pereira da Silva

Wilson Mirza

Yolanda Lima Lobo

Conselho Fiscal

Eduardo Chuahy

Mauro Justino da Costa

Trajano Ricardo Monteiro Ribeiro

Alexandre Gomes Nordskog – Suplente

Diretoria Executiva

Paulo de F. Ribeiro – Presidente

Haroldo Costa – Vice-Presidente

Maria José Latgé Kwamme – Diretora Administrativo-Financeira

Isa Grinspum Ferraz – Diretora Cultural

Maria Stella Faria de Amorim – Diretora Técnica





